



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3018

Sexta-feira - 03 de Janeiro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Ipira.....	475	Porto Belo.....	701
Águas de Chapecó.....	10	Ipuacú.....	476	Porto União.....	702
Águas Frias.....	87	Ipumirim.....	477	Pouso Redondo.....	712
Alto Bela Vista.....	90	Iraceminha.....	496	Praia Grande.....	713
Anchieta.....	96	Irani.....	500	Presidente Castello Branco.....	714
Anitápolis.....	140	Iratí.....	505	Princesa.....	715
Antônio Carlos.....	141	Irineópolis.....	507	Quilombo.....	720
Arabutã.....	163	Itá.....	513	Romelândia.....	724
Arroio Trinta.....	166	Itapema.....	516	Salto Veloso.....	759
Arvoredo.....	205	Itapiranga.....	519	Santa Terezinha do Progresso.....	761
Balneário Arroio do Silva.....	207	Itapoá.....	527	Santiago do Sul.....	769
Balneário Gaivota.....	211	Jaborá.....	533	São Bento do Sul.....	772
Balneário Rincão.....	212	Jacinto Machado.....	535	São Bernardino.....	778
Barra Bonita.....	216	Jaraguá do Sul.....	537	São Bonifácio.....	858
Biguaçu.....	219	Joaçaba.....	551	São Carlos.....	860
Bom Jesus do Oeste.....	246	Laguna.....	566	São Domingos.....	861
Braço do Trombudo.....	251	Lajeado Grande.....	589	São João do Oeste.....	867
Caibi.....	280	Lindóia do Sul.....	593	São José.....	870
Canoinhas.....	286	Luzerna.....	596	São José do Cedro.....	872
Capinzal.....	289	Macieira.....	610	São Lourenço do Oeste.....	960
Catanduvas.....	292	Maracajá.....	613	São Miguel do Oeste.....	965
Caxambu do Sul.....	293	Maravilha.....	614	Saudades.....	967
Concórdia.....	296	Meleiro.....	624	Seara.....	970
Cunha Porã.....	353	Modelo.....	626	Serra Alta.....	972
Cunhataí.....	381	Mondaí.....	647	Sul Brasil.....	980
Descanso.....	396	Morro Grande.....	651	Tangará.....	981
Dionísio Cerqueira.....	399	Nova Erechim.....	653	Tigrinhos.....	982
Ermo.....	401	Nova Itaberaba.....	664	Timbé do Sul.....	1022
Eral Velho.....	402	Novo Horizonte.....	668	Timbó.....	1023
Flor do Sertão.....	403	Orleans.....	674	Trombudo Central.....	1025
Formosa do Sul.....	420	Ouro.....	675	Tunápolis.....	1028
Forquilha.....	422	Palma Sola.....	678	Turvo.....	1055
Garopaba.....	427	Palmitos.....	679	União do Oeste.....	1056
Garuva.....	428	Passo de Torres.....	680	Vargem Bonita.....	1067
Guaraciaba.....	429	Passos Maia.....	681	Videira.....	1069
Guarujá do Sul.....	436	Paulo Lopes.....	682	Vitor Meireles.....	1090
Herval d'Oeste.....	438	Peritiba.....	683	Xanxerê.....	1106
Ibicaré.....	455	Pinhalzinho.....	689	Xavantina.....	1114
Imbituba.....	464	Piratuba.....	696	Xaxim.....	1120
Iomerê.....	474	Planalto Alegre.....	697		

Consórcios

ARIS.....	1121
CIGA.....	1122
CINCATARINA.....	1127
CIS/AMOSC.....	1144
CISAMREC.....	1152
CONSAD.....	1153



Água Doce

PREFEITURA

001/2020

Publicação Nº 2297687

PORTARIA Nº 001/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020
“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos servidores (a) da Secretaria Educação, Cultura e Esportes, abaixo nominados no período de 02/01/2020 até 31/01/2020:

Adriana Maria Tonial Piaia – 18/19
Andreia Renata do Amaral e Silva – 19/20
Andriana Wensel Totti – 19/20
André Link – 19/20
Angela Raquel Lucietti Rossa – 19/20
Antonio Darci Bandeira – 19/20
Bernardo Moser – 19/20
Carmelina Alves Paz – 19/20
Carmen Guisleni da Fonseca – 19/20
Celso Julian – 19/20
Claiton Luiz de Souza Pinto – 19/20
Claudete Dulcineia Dalla'Costa – 19/20
Cleuci Fátima dos Santos – 19/20
Cleuza Maria de Oliveira Drissen – 19/20
Darilene Casa de Tomin – 19/20
Dayane de Moraes – 19/20
Debora Lucia Zanatto – 19/20
Denise Aparecida Celso Putton – 19/20
Eleonora Beal Cecconelo – 19/20
Elisabete Salvador – 19/20
Eurico Joel dos Santos – 19/20
Evandro Carlos Zanatto – 19/20
Fabiana Provin Zenatti de Souza – 19/20
Fabiane Coser – 19/20
Fátima Bortolini Pontel – 19/20
Flavia Aparecida Zanini – 19/20
Gilson Talis Percisi – 19/20
Giovana Rosa Sari Macagnan – 19/20
Gissele Brezolin Ghidorsi – 19/20
Gladis Izabel de Matos – 19/20
Gladis Miranda Cavichioli Menegat – 19/20
Graciema Marcante Bartz – 19/20
Izabela Ansilieiro – 19/20
Jacqueline Maria Celso – 19/20
James Francisco Beal – 19/20
Janice Aparecida Gonçalves dos Santos – 19/20
Juciana Souza de Araújo Soares – 19/20
Juliana Luiza dos Passos – 19/20
Juliana Pereira de Souza Katschor – 19/20
Julita Reetz Macagnan – 19/20
Karen Padilha Klotz – 19/20
Keila Lucia da Silva Arruda – 19/20
Luana Colombo Thaler – 19/20
Luci Mara Anssolin Luchese – 19/20
Luiza Pereira Duarte – 19/20
Magali Ferreira da Costa Ferretti – 19/20
Maira Ramos – 19/20
Marcia Ines Johann Simão – 19/20
Marciano Acordi Pereira – 17/18
Mari Paula Tonet – 19/20

Maricléia Fátima Toigo Fiel – 19/20
Marines Lucia Fioreze – 19/20
Marisa de F Saretto de Oliveira – 19/20
Marisete Kochem – 19/20
Marisete Maria Pantano Guisleni – 19/20
Marivete Toigo – 19/20
Marjorie Jeane Setti – 19/20
Nadia Salvador – 19/20
Naile Fátima Verona Trento – 19/20
Neidete Espindola Barbosa – 19/20
Neusa Aparecida dos Santos – 19/20
Nilza Márcia dos Santos Tonet – 19/20
Patricia Aparecida de Matos da Silva – 19/20
Paula Cristina Mendes Gatelli – 19/20
Raquel Heberle – 19/20
Regilene Regina do Nascimento – 19/20
Rosane Maria Signori – 19/20
Rosane Putton Harcopf – 18/19
Roseli Fonta Oselame – 19/20
Rosemar Schaitel – 19/20
Roseni Linhares Veloso Mocelin – 19/20
Rubia Neiva Zatta Beal – 19/20
Salete Zarpelon Parenti – 19/20
Sandra Iara Giaretta – 19/20
Tania Mara Zanatta – 19/20
Tatiana Guerra de Barros – 19/20
Tatiane Aparecida Paz – 19/20
Thiara Gabriela Cyrino Ramos – 19/20
Waleska Porto Lima de Souza – 19/20

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

002/2020

Publicação Nº 2297689

PORTARIA Nº 002/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos servidores (a) da Secretaria Educação, Cultura e Esportes, abaixo nominados no período de 30/12/2019 até 28/01/2020:

Luciane Borges do Amaral – 19/20
Taís Karine dos Santos – 19/20
Neidete Espíndola Barbosa – 19/20

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/12/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

003/2020

Publicação Nº 2297691

PORTARIA Nº 003/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020
“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor RODRIGO GATELLI, inscrito no CPF nº 043.290.689-40, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, no período de 02/01/2020 até 21/01/2020, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

004/2020

Publicação Nº 2297692

PORTARIA Nº 004/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020
“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor ADÃO VAGNER DA SILVA, inscrito no CPF nº 008.754.799-60, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, no período de 27/12/2019 até 01/01/2020, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27/12/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

005/2020

Publicação Nº 2297694

PORTARIA Nº 005/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020
“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor CRISTIANO RAMOS MESQUITA, inscrito no CPF nº 047.546.509-13, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, no período de 02/01/2020 até 31/01/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

006/2020

Publicação Nº 2297696

PORTARIA Nº 006/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos servidores (a) da Secretaria da Administração e Fazenda, abaixo nominados no período de 02/01/2020 até 31/01/2020:

Camila Raquel Macagnan Danguí – 18/19

Janete Reetz Mores – 17/18

Joelma Tonial – 19/20

Maria Helena Lucietti – 18/19

Vera Lúcia Darós Balestrin – 18/19

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

007/2020

Publicação Nº 2297697

PORTARIA Nº 007/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos servidores (a) da Secretaria da Saúde e Promoção Social, abaixo nominados no período de 02/01/2020 até 31/01/2020:

Carmen Lúcia Piccoli Nichetti – 19/20

Geana Pellicoli Antunes – 18/19

Gisele Simone da Silva – 19/20

Laudelino Domingues – 18/19

Vanilde Chiarani – 18/19

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

008/2020

Publicação Nº 2297699

PORTARIA Nº 008/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROSEMERI MARIA VENTURIN FACHIN, inscrita no CPF nº 024.524.719-09, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/01/2020 até 16/01/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

009/2020

Publicação Nº 2297700

PORTARIA Nº 009/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROSA MARIA CORDEIRO, inscrita no CPF nº 636.183.469-72, efetiva no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 02/01/2020 até 16/01/2020, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

010/2020

Publicação Nº 2297702

PORTARIA Nº 010/2020 – DE 02 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora KÁRIN ANE CÔRSO, inscrita no CPF nº 048.377.789-76, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, no período de 02/01/2020 até 31/01/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

011/2020

Publicação Nº 2298701

PORTARIA Nº 011/2020 – DE 03 DE JANEIRO DE 2020

“NOMEIA SERVIDOR PARA ATOS E PERÍODO QUE ESPECIFICA”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a servidora JULIANA BORG, matrícula n.21285, para realizar os atos pertinentes ao Departamento Financeiro durante o período de 03/01/2020 a 17/01/2020, devido à ausência da servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, matrícula 100, em virtude de período de férias da mesma.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

012/2020

Publicação Nº 2298703

PORTARIA Nº 012/2020 – DE 03 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, inscrita no CPF nº 789.392.089.00, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, no período de 03/01/2020 até 17/01/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 0204/2019

Publicação Nº 2297928

DECRETO Nº 0204/2019 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.623, de 11 de dezembro de 2018

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.877,11 () para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para recolhimento do PASEP referente repasse pela União de valores da Sessão Onerosa.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente os elemento de despesa; 3.3.20.00.00.1747/236 Transferências a União com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.1747/236 Transferências a União 3.877,11

TOTAL 3.877,11

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação identificado na rubrica: Outras Transferências da União – Sessão Onerosa.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de dezembro de 2019

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2019

Publicação Nº 2298022

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2019

Termo aditivo ao Contrato de obras e serviços de engenharia nº 74/2019 para execução emergencial de muro de contenção e correção de passeio público na Rua Frei Dario, centro de Água Doce, que fazem entre si o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede à Praça João Macagnan, 322, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.939.398/0001-90, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA ME estabelecida Avenida Independência, 1832, Centro, Água Doce – SC – CEP 89654-000, CNPJ n. 00.334.470/0001-91, neste ato representado por seu Sócio, Senhor JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA, brasileiro, portador do CPF n. 055.477.549-27, doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato até 21/02/2020.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 21 de dezembro de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Contratante

JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA

Concretos Água Doce Ltda ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

OAB/SC 28.339

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO M. Nº 001 - 2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297770

DECRETO Nº 001/2020 De 02 de janeiro de 2020	HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII demais disposições legais vigentes,	

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a avaliação apresentada pela Comissão para Avaliação Imobiliária para efeitos da elaboração do Edital de Contribuição de Melhoria, para obra de instalação de passeios públicos da Rua Pedro Guilherme Simon com área total de 741,00m²; Rua Professor Paulino Lucas com área total de 759,00m²; Travessa Rosina Scheffer Hermes com área total de 348,60m²; Travessa Silvino Igino Zeni com área total de 357,00m²; Rua João Loureiro Cony com área total de 1.423,80m²; Rua Benedito Paulo do Nascimento (trecho compreendido da Avenida Joinville até em frente à Creche Municipal) com área total de 952,80m²; Rua Blumenau – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rua Aurora até a Avenida Joinville) com área total de 2.790,66m²; Rua Blumenau – Trecho 03 (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Canoinhas – Bairro Novo Horizonte) com área total de 3.563,00m²; Rua Porto União – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rodovia SC 283 até a Prefeitura Municipal) com área total de 3.357,76m²; Rua Videira com área total de 846,68m²; Rua Campos Novos (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 432,60m²; Rua Bom Retiro com área total de 754,88m²; Rua dos Veranistas (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 434,03m²; Rua Araranguá (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 582,30m²; Rua Rio do Sul (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 803,00m²; Avenida Joinville (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento da Rua Canoinhas) com área total de 3.879,15m²; Rua São Miguel com área (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento com a Rua São Domingos) total de 636,60m²; Rua São Domingos (trecho compreendido da Rua Aparício Rolim de Moura até o entroncamento com a Rua São Miguel) com área total de 472,90m²; Rua Aparício Rolim de Moura com área total de 922,30m²; Rua Criciúma (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Aparício Rolim de Moura) com área total de 759,33m²; Travessa Vitório Rossetto com área total de 574,20m².

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput deste artigo, se apresenta na forma do ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 02 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO M. Nº 001 - 2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020 - ANEXO ÚNICO

Publicação Nº 2297756

ANEXO ÚNICO
Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2020

Quadra	Lote	Matrícula	Proprietário	Testada do Lote (m)	Área do Lote (m²)	Valor do Imóvel (R\$)
QD. 01	01	4.953	JOSÉ ERNANI FEIL	22,00	633,03	140.000,00
	01A	8.109	CRISTIANO STEINMETZ	22,00	633,03	140.000,00
	01C	SEM	ILCE GIONGO GURGEL	20,00	1.000,00	170.000,00
	02	5.938	LIZETE STEINMETZ	23,68	803,80	160.000,00
	15	SEM	IRINEU LUNELLI	49,06	622,41	140.000,00
QD 02	01	3.812	ALEXANDRE NEUBAUER (GERSON RUBEN MOHR)	12,48	702,70	175.000,00
	01A	5.045	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	30,96	601,47	160.000,00
QD. 08	08	3.610	JULIANO PESCADOR	16,33	579,03	160.000,00
	08B	11.968	SILVESTRE HOSS	14,00	579,97	130.000,00
	09A	11.995	CARMELINDA DANIELI	30,33	1.159,43	180.000,00
	10	SEM	JOÃO GILMAR MAI	21,92	438,34	150.000,00
QUADRA 09	01	671	GIACOMINA ANGELA SARETTA DEBONA	73,43	797,00	220.000,00
	02	11.055	ARI ANTÔNIO DEBONA	43,06	960,00	250.000,00
	03	6.622	ÁLVARO HENRIQUE SOLDATELLI	17,72	499,00	150.000,00
	P/4	10.477	OSCAR BARELLA	20,70	579,30	170.000,00
	04A	10.386	DEBORA HERMES	17,00	374,00	130.000,00

Página 1 de 18

04B	10.385	ROSELI ROHRIG VEIVERBERG	17,00	374,00	130.000,00
05	10.388	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	40,97	1.499,52	200.000,00
06	10.389	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	51,35	1.006,80	230.000,00
07	10.390	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	23,45	1.660,09	190.000,00
09	10.391	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	20,54	1.324,54	190.000,00
10	10.384	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	16,00	425,46	160.000,00
11	11.603	LIDIA ZANELLA MARCHIORO	20,54	1.186,83	190.000,00
12	672	BANCO DO BRASIL	21,09	1.041,00	210.000,00
13	11.808	CLEDI DREVS	16,54	622,79	140.000,00
14	8.330	ARLINDO HENTGES	21,09	843,40	200.000,00
15	1.277	RODOLFO GERMANO PUTTLITZ	20,54	1.092,76	175.000,00
16	6.593	ZENINHO ZANELLA	20,46	818,55	200.000,00
17	5.263	ROMANA OLGA DUPONT DOS SANTOS	71,17	1.045,73	250.000,00
18	5.257	ALEXANDRE NEUBAUER	62,86	843,40	220.000,00
20	11.604	JÚLIO ALBERTO MARCHIORO	4,00	619,35	120.000,00
27	11.807	FÁBIO HOFF FEIL	4,00	517,00	120.000,00
QUADRA 10					
02	4.923	MILTON ZENI	35,00	1.090,00	180.000,00
02A	7.235	JOÃO GILMAR MAI	69,15	870,00	185.000,00
03	10.105	NORBERTO C. CAPEZZO	62,80	389,90	140.000,00
03A	7.785	VILMA BORTOLANZA	15,80	610,10	150.000,00
04	4.925	ROSEMERI APARECIDA ZEN ZENI	29,50	1.003,00	185.000,00

	05	9.234	JANIR CEMIM	30,00	663,80	160.000,00
	05A	1.474	BRASIL TELECOM S/A	26,00	670,00	160.000,00
	06	12.017	VALDIR LUDWIG E JONAS WILLIAN SPIES	18,96	301,00	135.000,00
	06A	4.926	JOSÉ ARLINDO BACKES	26,00	449,60	170.000,00
	14	12.018	GILMAR PACHECO DOS SANTOS	56,56	314,50	150.000,00
QUADRA II						
	01	9.836	EVERTON HOFF FEIL	19,95	571,56	150.000,00
	01A/02	13.151	CARLOS ADALBERTO TIRINDELLI	32,20	1.830,91	250.000,00
	01A/02	13.151	CARLOS ADALBERTO TIRINDELLI	21,42	1.168,50	170.000,00
	03	9.616	ADMIR DITADI / LUCILDO CANEPPELE	16,01	1.051,87	150.000,00
	04	12.896	INDUSTRIAL AURORA	18,55	537,01	100.000,00
	04A	12.895	LUCIANO TAGLIAN	14,00	768,90	140.000,00
	05	9.612	SILVENIO CANEPPELE	21,42	1.189,29	240.000,00
	06	12.329	ANDRÉ DULIUS	28,75	438,28	130.000,00
	06A	12.330	MÔNICA LICKS	46,08	454,84	200.000,00
	07	6.955	JAIME PACHECO DOS SANTOS	45,45	449,44	200.000,00
	07A	6.825	IVAN ZENI	29,37	449,44	130.000,00
	08	13.975	VANDERLEI PAULO GHISI	22,39	1.258,17	180.000,00
	09	4.007	TEODORICO GUGEL	20,79	1.168,00	180.000,00
	10	3.324	ALVARO LUIZ TIRONDELLI	20,79	1.168,00	180.000,00
	11	3.156	ARNO KLAUCK	21,32	892,06	150.000,00
	12/13/14	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	20,49	857,50	150.000,00

12/13/14	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	20,49	857,50	150.000,00
14/13/12	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	54,88	826,40	180.000,00
15	3.325	TEREZINHA HENZEL PESCADOR	15,00	1.003,00	120.000,00
20	9.835	VALDECIR TESSARO	52,05	601,44	170.000,00

QUADRA 12	01	12.820	BATISTA ALBERTO PEROSSO	45,42	365,48	200.000,00
	01A	7.244	MONICA LICKS	27,50	547,00	240.000,00
	02	4.222	BATISTA ALBERTO PEROSSO	33,35	512,90	190.000,00
	02A	7.873	MONICA LICKS	21,57	627,20	190.000,00
	03	10.219	DIRCEU LUIZ POLETTTO	28,00	740,74	210.000,00
	04	10.638	CESAR JOSÉ POLETTTO	71,50	783,34	250.000,00
	05	10.221	JANDIRA ZENI MEZZOMO	18,00	633,50	240.000,00
	06	10.222	JOSÉ WANDERLEY FERST E OUTROS	35,00	949,03	260.000,00
	07	Diversos	CONDOMINIO GABRIELA	60,84	623,24	290.000,00

QUADRA 13	01	4.639	ELOI JOSÉ SEIDEL	59,89	432,65	170.000,00
	02	3.863	LIRIO PACHECO DOS SANTOS	20,74	376,40	135.000,00
	03	11.377	SANDRA CONSOLADORA BOGONI BORBA	17,40	470,76	130.000,00
	03A	7.125	IND. DE MÓVEIS PACAL LTDA E VILMAR JOSÉ SEHN	19,00	753,07	126.500,00
	03B	7.125	MAICON DIOGO CASANOVA	5,00	392,18	90.000,00
	04	3.436	LIRIO PACHECO DOS SANTOS	15,62	774,02	150.000,00
	05	89	MARCIA HILLESHEIN	19,85	999,98	150.000,00
	06	13.418	MARCOS PAULO DA SILVA	19,49	999,99	150.000,00

	07	13.418	MARCOS PAULO DA SILVA	19,15	999,98	150.000,00
	08	2.300	LEVINO GALLI	19,98	365,33	120.000,00
	09	51	NOEMIA FATIMA BALZAN	22,61	704,33	140.000,00

QUADRA 14	01	3.804	SILVENIO CANEPELE	43,00	1.089,15	180.000,00
	02	13.346	FERNANDA ZENI	40,10	420,81	120.000,00
	02A	13.282	ADILSON ZENI	25,41	440,39	100.000,00
	08	6.610	ASTOR PEDRO STEIERNAGEL	28,36	633,89	110.000,00
	09	2.332	JAIR VIEIRA	18,65	447,43	100.000,00
	10	8.372	ARMIN JOSÉ EICHELBERGER	18,65	857,64	120.000,00
	11	9.222	ALTINO JOSUÉ GONÇALVES	22,17	532,09	120.000,00

QUADRA 15	03	9.935	MARIA BUTTNER (IRÃ LUIS GIACOMELLI)	14,00	463,34	140.000,00
	03A	SEM	SUPERMERCADO DIPOL LTDA	49,12	693,35	250.000,00
	04	9.950	AMARILDO DITADI	52,68	679,50	150.000,00
	05	4.205	EMILIO BREIER	19,42	553,61	160.000,00
	06	4.325	EMILIO BREIER	15,06	429,21	110.000,00
	07	6.741	ELIO SEIDEL	19,84	385,64	130.000,00
	08	3.658	AMARILDO DITADI	15,07	384,29	110.000,00
	09	9.217	ODACIR PAULO BARON E ROSELI ROHRIG VEIVERBERG	32,43	541,03	160.000,00
	10	5.134	MARLENE FERREIRA	54,55	393,38	130.000,00

QUADRA 16	01	3.619	CLAUDINO ANTONINHO ROMAN	83,31	1.079,64	250.000,00
------------------	----	-------	--------------------------	-------	----------	------------

	02	7.056	ESPÓLIO ESMAR A. WIRTTI	34,35	1.050,67	160.000,00
	03	11.351	TANARA B. MAURER	33,42	1.023,80	160.000,00
	04	7.720	CLAUDIO CASARIN	49,76	1.126,86	175.000,00
	06	13.891	GELSON GUIDONI - CONDOMINIO	35,00	1.097,41	165.000,00
	07	12.078	ANA MARIA BASSI	13,70	483,70	120.000,00
	11	12.080	MARA TEREZINHA TAGLIAN	13,70	441,39	120.000,00
	12	12.079	ROCCO GAZOLLA	15,17	382,23	120.000,00

QUADRA 17	01	5.664	ADILSON ZENI E IVAN ZENI	76,49	1.000,00	250.000,00
	02	5.664	ADILSON ZENI E IVAN ZENI	18,00	609,08	170.000,00
	03	12.890	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	80,41	2.527,76	380.000,00
	04	7.715	TATIANE HIRSCH WERLE	24,81	653,54	145.000,00
	05	12.219	NELSON DE OLIVEIRA JESUS	23,50	850,33	175.000,00
	10	3.066	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	25,35	850,62	180.000,00
	11	11.648	IRMA ARMILIATO SOLDATELLE E OUTROS	85,59	1.579,69	380.000,00
	12	11.647	IRMA ARMILIATO SOLDATELLE E OUTROS	20,00	991,29	130.000,00
	07	9.398	ASTOR PEDRO STEIERNAGEL	24,87	1.281,35	160.000,00

QD 18	07	9.398	ASTOR PEDRO STEIERNAGEL	24,87	1.281,35	160.000,00
-------	----	-------	-------------------------	-------	----------	------------

QUADRA 19	01	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	11,37	283,58	65.000,00
	01A	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	18,23	214,84	65.000,00
	02	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	11,37	284,25	65.000,00
	03	1.131	JACKSON LEANDRO TOMELIN DE OLIVEIRA	11,37	284,25	65.000,00

	04	1.131	JACKSON LEANDRO TOMELIN DE OLIVEIRA	11,37	284,25	65.000,00
	05	1.130	ADRIANO LUIZ SEHN KONZEN E VIVIANE LOTTERMANN	11,37	284,25	65.000,00
	06	1.130	ADRIANO LUIZ SEHN KONZEN E VIVIANE LOTTERMANN	11,37	284,25	65.000,00
	07	1.315	SADI COMEL	16,00	285,86	70.000,00
QUADRA 21	39	1.125	SÉRGIO PATEL	31,49	264,38	60.000,00
	56	1.133	MARIA HANZEN E LUIZ PEGORARO	31,50	378,63	68.000,00
	74	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	31,50	239,63	60.000,00
	94	10.380	PAULO SGNAULIN	35,00	327,13	68.000,00
	95	9.158	JOSÉ CARLOS MENEZES COUTINHO	11,37	284,25	60.000,00
	96	8.137	MARINES PEREIRA DUARTE	11,37	284,25	60.000,00
	97	8.893	NAIR ROSSATTO	11,37	284,25	60.000,00
	98	9.747	RICARDO ARNOLDO MANSKE	11,37	284,25	60.000,00
	100	13.159	MIQUELINY CAVALLI	16,68	417,00	70.000,00
	100A	13.157	SIDNEI MARTIN	14,40	360,00	70.000,00
	100B	13.158	SIRLEI MARTINS	14,40	360,00	70.000,00
	103	4.374	ANDERSON MINUZZI	11,37	284,25	60.000,00
104	4.374	ANDERSON MINUZZI	11,37	284,25	60.000,00	
105	5.740	GABRIEL DA MAIA PAVÃO	11,37	284,25	60.000,00	
106	5.486	IZAMARA ROLIM	11,37	284,25	60.000,00	
107	6.211	LEONORA ASSUMTA MARIANI	11,37	284,25	60.000,00	
108	6.211	LEONORA ASSUMTA MARIANI	11,37	284,25	60.000,00	

	109	6.210	JOSIAS BOITA	11,37	284,25	60.000,00
	110	4.239	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
	111	1.108	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
	112	1.108	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
	113	1.347	JUCIMAR FRANCISCO PIGATTO	11,37	273,95	60.000,00
	114	1.347	EVANDRO DAMO	26,64	289,81	68.000,00
QUADRA 23						
	08	13.211	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	20,00	1.220,00	147.000,00
	08A	13.203	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	1.050,00	120.000,00
	08B	13.204	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	950,00	120.000,00
	08C	13.205	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	856,00	115.000,00
	08D	13.206	ELIANE APARECIDA WALTER	13,00	759,00	110.000,00
	08E	13.207	VANDERLEI DA CRUZ AVILA	28,00	1.435,00	140.000,00
	08F	13.208	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	20,00	1.060,00	120.000,00
	08G	13.209	MARCIO DE OLIVEIRA	14,00	885,00	110.000,00
QUADRA 24	08H	13.210	LEANI DE OLIVEIRA PEROSSO	14,00	860,00	96.000,00
	01	11.805	CARLOS J. BODHIGAIMER	28,00	1.246,00	120.000,00
	02	5.456	ARIOVALDO PINHEIRO	23,00	920,00	100.000,00
	03	667	JOÃO ZEFERINO CORREA NETO	20,00	1.010,00	100.000,00
	04	8.073	ALVARO HENRIQUE SOLDATELLI FILHO	20,00	920,00	100.000,00
	05	1.740	PEDRO MARSOLIN E OUTROS	20,00	1.010,00	100.000,00

QD 28	04	1.410	FERNANDA PRATES	25,00	375,00	90.000,00
	05	4.351	ROMILDA SANTIN	25,00	375,00	70.000,00
QUADRA 28 A	01	14.006	MARINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	100,00	5.000,00	350.000,00
	04	11.494	ANSCAR SCHAFFER	28,57	1.428,58	100.000,00
	05	11.495	NORBERT SCHAFFER	28,56	1.428,40	100.000,00
	06A	11.694	LENIRA DE OLIVEIRA	16,66	477,80	60.000,00
	06B	11.695	VALDOMIRO MENDES	45,33	477,80	65.000,00
	06C	11.696	JARBAS GESKE	14,19	472,95	58.000,00
	07	11.497	ALINI KUNZ E OUTROS	33,33	1.428,55	85.000,00
	08	11.498	RAQUEL CAMPOS E ALEXANDRE	33,34	1.428,95	120.000,00
	09	11.499	AUGUSTO FCO APPEL	28,57	1.428,58	90.000,00
	10	11.500	MARIA JOÃO JORGE SCHAFFER	28,56	1.428,40	90.000,00
QUADRA 29	12	SEM	ISSIS DE ALBUQUERQUE RAUEN	20,68	941,64	130.000,00
	13	SEM	CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE RAUEN	50,42	646,16	80.000,00
	14	SEM	DARCI KUHN	111,40	1.289,88	75.000,00
	15	SEM	CESAR LUIZ EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	16	SEM	LADIMIR PAULO PILATTI - CAMPOS	17,93	971,64	68.000,00
	17	SEM	CECILIA AP. CARVALHO SANTOS	17,93	971,64	68.000,00
	18	925	DANIEL TREVISAN	17,93	971,64	68.000,00
	19	9.604	SETEMBRINO WAWRZYNIAK	17,93	973,77	68.000,00
	20	12.066	CLAUCIA RAQUEL RIESE	17,93	987,00	68.000,00

	21	7.994	ORIQUES BOITA	17,93	971,64	68.000,00
	22	SEM	LUIS EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	23	SEM	LUIS EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	24	10.713	MAURISETE ECKHARDT	17,93	971,64	68.000,00
	25	SEM	CLADIS INÊS DALLA ROSA	22,50	609,64	62.000,00
	26	10.292	SETEMBRINO WAWRZYNIAK	18,46	1.083,59	70.000,00
	27	6.069	SANDRO LAUSCHNER	18,46	1.083,59	70.000,00
	28	6.074	RITA KRINDGES	18,46	1.083,59	70.000,00
	29	4.594	OSVINO SCHONBERGER	19,00	1.152,29	70.000,00
	30	SEM	ARLINDO TREVISAN	19,00	1.152,29	75.000,00

QUADRA 30	01	11.338	OSMIR FISTAROL	65,00	1.217,53	80.000,00
	03	10.204	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	18,00	417,41	50.000,00
	05	8.733	LAIR SCARPARO	46,08	1.560,00	80.000,00
	07	12.232	NELSON JOSÉ ZANELA	65,00	1.215,00	95.000,00
	08	10.205	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	14,41	412,64	50.000,00
	09	10.206	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	14,41	482,42	50.000,00

QUADRA 32	01	6.830	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	02	10.644	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	03	9.386	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	04	9.386	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	08	CHAPECO	ARNOLDO HERMES	18,00	1.543,92	65.000,00

Página 10 de 18

	10	CHAPECO	ARNOLDO HERMES	35,98	3.043,48	85.000,00
QUADRA 33	05/06	3.690	ERICSON SCHONBERGER	26,00	1.603,00	70.000,00
	06A	5.350	MAURI RODRIGO DEBONA	14,00	821,80	50.000,00
	07	10.072	ROMALDO SCHLEICHER E ARNILDO GRUTZMANN	20,00	1.173,99	55.000,00
	08	9.390	RITA KRINDGES	20,00	1.173,99	55.000,00
	10A	11.044	LUCILENE ENGELMAN	46,47	1.196,02	70.000,00
QD. 37	09	1.063	MOACIR DALLA ROSA	23,69	648,39	220.000,00
	10	5.586	MOACIR DALLA ROSA	22,01	612,77	160.000,00
	12	9.117	JAISON FERNANDES ZENI	20,95	781,00	150.000,00
	13	8.523	ANNIBAL KOTHE	21,00	868,03	150.000,00
QUADRA 38	01	9.691	LAURY JOSÉ GUIDONI	52,11	696,07	150.000,00
	02	9.602	EDSON LUIZ STAUDT	23,09	361,95	150.000,00
	04	7.681	SILVIA JAROZESKI	14,40	364,06	120.000,00
	04A	7.787	HARRY FRANCISCO BRUTSCHER	14,25	373,67	120.000,00
	05	7.515	MARCOS ANTONIO FEDRIGO	33,78	575,29	180.000,00
	06	10.506	BOTTINI COMÉRCIO DE BEBIDAS	50,48	573,86	200.000,00
	07	5.294	LUCIANO TADEU HEINEN (ALCIDES DE VILLA)	56,09	782,09	250.000,00
	08	6.735	CELSON LUIZ HERMES	63,67	880,42	260.000,00
	09	SEM	MIRIAM ZENI	29,10	790,45	130.000,00
	10	5.294	LUCIANO TADEU HEINEN (ALCIDES DE VILLA)	28,65	805,06	130.000,00

	11	1.349	RODOLFO GERMANO PUTLITZ	52,56	727,79	150.000,00
	12	5.604	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	53,10	722,69	150.000,00
QUADRA 39	01	9.663	SILVERIO SCHLEICHER	44,73	417,70	160.000,00
	01A	9.663	SILVERIO SCHLEICHER	16,00	409,83	140.000,00
	02	1.262	RAFAEL SCHLEICHER / SILVERIO SCHLEICHER	26,60	654,73	240.000,00
	04	4.236	NILSON VICENTE TRENTO	17,87	454,10	150.000,00
	04A	3.693	CLODOALDO BORBA	18,56	498,19	130.000,00
	05	7.137	ERENITA FILIPPSEN E ENRI NICOLAU FILIPPSEN	35,23	867,55	170.000,00
	07A	14.238	IGREJA MANANCIAL	22,00	1.055,03	200.000,00
	07B	14.239	LUIZ ALBERTO STEINMETZ	19,00	911,16	160.000,00
	07C	14.240	IGREJA MANANCIAL	63,76	742,93	200.000,00
	10	9.736	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,66	474,56	130.000,00
	11	9.736	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	41,42	464,18	150.000,00
QD 41	02	SEM	MUN. DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - ESTÁDIO MUNICIPAL	90,00	9.000,00	200.000,00
QD 42	02	10.037	LUCIMAR FUMAGALLI	38,00	570,00	75.000,00
	11	5.518	EVERALDO, LARI E ROSANE	38,00	570,00	75.000,00
QUADRA 53	01	SEM	LEVINO GALLI	45,11	449,52	78.000,00
	02	SEM	LEVINO GALLI	14,86	449,52	72.000,00
	03	SEM	DECIO FUMAGALLI	14,86	668,70	75.000,00

	04	SEM	ARNO KISTEMACHER	14,86	668,70	75.000,00
	05	SEM	GILBERTO SEHN	14,86	668,70	75.000,00
	06	SEM	ASSUNTA GAZOLLA	14,85	449,21	70.000,00
	07	SEM	JOSÉ AILTO CAMARGO GONÇALVES	45,10	449,52	75.000,00
	08	SEM	NEUSI MARIA GIONGO COMEL	14,75	438,37	72.000,00
	09	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,75	438,37	70.000,00
	10	SEM	ERNESTO LINHARES LONGHINOTTI	14,75	438,37	70.000,00
	11	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	44,47	438,37	72.000,00
	12	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,86	657,56	70.000,00
	13	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,86	657,56	70.000,00
	14	SEM	JUCELI CATARINA DE LEMES	14,86	657,56	70.000,00
	15	SEM	HENRIQUE TEIXEIRA DA ROSA	14,75	438,08	68.000,00
	16	SEM	ARACI LOURDES LAMB	14,75	438,08	68.000,00
	17	SEM	ANDRÉ MOHR	14,75	438,08	68.000,00
	18	SEM	VALE DAS ÁGUAS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	44,45	438,08	72.000,00
QUADRA 54	01	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	45,00	450,00	72.000,00
	02	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	15,00	450,00	68.000,00
	03	SEM	EDELAR HULLESHAIM	14,81	740,50	72.000,00
	04	SEM	INÁCIO IVO TERNUS	14,81	444,30	67.000,00
	05	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	14,81	444,30	67.000,00
	06	SEM	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ MARANATHA	44,82	444,30	73.000,00

	07	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	20,00	600,00	63.000,00
	08	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	20,00	896,20	68.000,00
	09	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	15,00	672,15	65.000,00
	10	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	16,02	744,07	68.000,00
	11	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	20,00	888,88	68.000,00
	12	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	20,00	888,88	68.000,00
	13	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	15,00	666,60	60.000,00
	14	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	18,33	789,69	60.000,00

QD 55	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - RODOVIÁRIA	167,90	2741,35	500.000,00
	02	SEM	ARNALDO GELKE	27,48	543,02	160.000,00
	03	SEM	FRANCISCO BOCH	23,49	587,21	120.000,00
	04	13.309	ARI CAMPANHOLO	90,90	999,49	200.000,00

QUADRA 56	01	7.103	TIARA POLETO	41,43	380,04	95.000,00
	02	11.317	LUIZ ALBERTO STEINMETZ	41,43	380,04	100.000,00
	03	8.981	ALBINO MARCOS AUMONDI	13,71	380,04	88.000,00
	04	8.378	GERMANO GEAN VIEIRA	13,71	380,04	90.000,00
	05	7.042	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ (JATIR RAUL PILATTI)	13,71	380,04	88.000,00
	06	7.116	MARIA PEREIRA	13,71	380,04	90.000,00
	07	7.128	ARNO KLAUCK	13,71	380,04	88.000,00
	08	SEM	ANILDO GONÇALVES DA ROSA	13,71	380,04	88.000,00
	09	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,71	380,04	88.000,00

Página 14 de 18

	10	SEM	NILSON MARIO SCHWERTZ	13,71	380,04	88.000,00
	11	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,71	380,04	88.000,00
	12	SEM	COM. DE ROUPAS RELIMAR LTDA ME	13,71	380,04	88.000,00
	13	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	41,46	380,87	90.000,00
	14	SEM	COM. DE ROUPAS RELIMAR LTDA ME	41,46	380,87	95.000,00
QD 57	01	3.625	COLÉGIO IRINEU BORNHAUSEN	386,54	9.282,35	750.000,00
QUADRA 58	01	7.040	LARI JOSÉ BAIERLE	47,25	500,00	80.000,00
	02	CHAPECO	DALETE ANA STAUFER	16,00	500,00	72.000,00
	03	9.767	CLADIS INÊS DALLA ROSA	16,00	500,00	72.000,00
	04	8.364	ADILCE FERREIRA BRUSTOLIN	16,00	500,00	72.000,00
	05	11.390	NELVO KISTEMACHER	16,00	500,00	72.000,00
	06	7.039	ELOIR ANTONIO ROSSATTO	16,00	500,00	78.000,00
	07	11.332	ADEMARIO DE SOUZA SILVA	20,83	999,98	93.000,00
	08	SEM	PEDRO JOSÉ DEBONA	14,12	451,84	68.000,00
	09	SEM	LUIZ ANTÔNIO BASSI	14,12	451,84	68.000,00
	10	SEM	LUIZ ANTÔNIO BASSI	14,13	482,68	72.000,00
	13	10.518	VITÓRIA MARIA WAGNER	20,83	1.000,00	93.000,00
	14	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,00	512,00	68.000,00
	15	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,00	512,00	68.000,00
	16	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,10	484,59	70.000,00

QD 59	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/CAMARA	125,00	8.000,00	500.000,00
QUADRA 60	24	SEM	HAMILTON TADEU LUCCA	20,06	1.000,01	150.000,00
	25	SEM	HAMILTON TADEU LUCCA	17,50	700,00	75.000,00
	26	SEM	SILVESTRE GASPAR MOHR	15,00	600,00	72.000,00
	28	SEM	LENOIR FERREIRA	15,00	600,00	72.000,00
	29	SEM	JATIR DALMAGRO	20,00	800,00	80.000,00
	30	SEM	JATIR DALMAGRO	20,00	800,00	80.000,00
	31	SEM	MOACIR DALMAGRO	13,81	552,56	70.000,00
	32	SEM	CLAUDIO STOFFEL	21,52	857,68	80.000,00
	34	11.038	RODRIGO CAMPOS	20,00	800,00	80.000,00
	35	SEM	EDITE TICZ	13,81	552,56	68.000,00
	36	SEM	EVA TEREZINHA PIRES	13,81	552,56	68.000,00
	37	USUCAPIÃO	PASCHOAL ANTÔNIO PATUSSI	13,81	552,56	68.000,00
	38	USUCAPIÃO	PASCHOAL ANTÔNIO PATUSSI	13,81	552,56	75.000,00
	47	SEM	EUCIDES EGON BECKER	58,30	1.374,50	200.000,00
	47A	SEM	NERI BERTOLDI	35,09	1.000,00	160.000,00
	47B	SEM	JATIR DALMAGRO	25,52	625,50	85.000,00
QD 62	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - ASSERMAC	179,90	4.045,05	500.000,00
	02	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - CASA MORTUÁRIA	89,50	1.276,70	150.000,00
	03	SEM	MUNICÍPIO - GRUPO DE ESCOTEIROS ABILJO GIONGO	107,12	2.791,06	300.000,00

QUADRA 63	08	1.614	NILO THOMÉ	22,52	870,00	100.000,00
	09	MAT CHAPECO	CEZAR AUGUSTO BELLEI	25,89	1.000,00	85.000,00
	10	MAT CHAPECÓ	CARLOS ALBERTO BELLEI	25,89	1.000,00	85.000,00
	11	SEM	SEVERA MARIA KUHN	19,81	400,00	60.000,00
	15	SEM	ARMELINDA G. M. NEGRÃO	12,94	500,00	60.000,00
	16	SEM	THEREZINHA DRABACH	12,94	500,00	60.000,00
QUADRA 72	01	6.122	SILVENIO CANEPEPE	14,00	1.000,00	88.000,00
	02	6.122	SILVENIO CANEPEPE	14,00	560,00	80.000,00
	03	6.123	DIRCEU FRANCISCON	14,00	560,00	80.000,00
	04	6.525	CLAUDIO BOETTCHER	14,00	560,00	80.000,00
	05	8.434	VALDIR INACIO SCHABARUM	14,00	560,00	80.000,00
	06	8.058	IDA STAUFFER	14,00	560,00	80.000,00
	07	6.641	JAIR DAMO	14,00	560,00	80.000,00
	08	6.123	DIRCEU FRANCISCON	14,00	560,00	80.000,00
	09	6.123	DIRCEU FRANCISCON	14,00	560,00	80.000,00
	10	12.491	DARCI COMEL	13,00	492,12	78.000,00
	13B	11.991	RUDI FCO GERHARDH	33,00	937,10	95.000,00
	13C	11.992	RUDI FCO GERHARDH	23,00	942,00	95.000,00
	13D	11.993	MARNI GIONGO	13,00	478,30	80.000,00
QUADRA 78	01	10.320	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO BACKES LTDA ME (LUIZ DALMAGRO)	15,00	450,00	75.000,00

02	10.321	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO BACKES	12,33	369,90	75.000,00
03	10.322	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
04	10.323	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
05	10.324	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
06	10.325	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	14,50	435,00	75.000,00
07	10.326	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	14,50	435,00	75.000,00
08	13.318	CRECHE DO MUNICÍPIO	15,00	450,00	75.000,00

DECRETO M. Nº 003 - 2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297899

DECRETO Nº 003/2020 De 02 de janeiro de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, III e VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.054/1994 e IN nº 14/2012 do TCE/SC, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º A concessão e a aplicação de recursos na modalidade de REGIME DE ADIANTAMENTO, para realização de despesas miúdas de pronto pagamento, em atendimento das atividades do Poder Executivo Municipal, bem como, do Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, instituído pela Lei Municipal nº 1.054/1994 e pela IN nº 14/2012 do TCE/SC, será concedida aos servidores a seguir relacionados:

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Renan Medeiros Jauris / contador / matrícula nº 10.720

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Michel Eichelberger / secretário / matrícula nº 10.522
- Geberton Odirlei Bertoldi / chefe de setor / matrícula nº 10.373
- Rodrigo Fabiano Beling / professor / matrícula nº 10.686

Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde:

- Daniel Trevisan / motorista / matrícula nº 389
- Leandro Kesler / motorista / matrícula nº 10.472
- Adilson Antônio Lock Gonçalves / chefe de setor / matrícula nº 10.756
- Pedro Valmir Bortoli / motorista / matrícula nº 10.711
- Sandro Lauschner / motorista / matrícula nº 10.688

Art. 2º A concessão de adiantamento será feito mediante requisição expedida pelos responsáveis nomeados no art. 1º, por meio do preenchimento do formulário "REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTO", modelo anexo único deste Decreto.

Parágrafo único. A requisição de adiantamento será protocolada junto ao gabinete, e seu deferimento dependerá de expressa declaração da existência de dotação orçamentária, de parte do setor de contabilidade, bem como, da autorização do Prefeito.

Art. 3º A comprovação da despesa e a prestação de contas obedecerão expressamente às exigências da Lei Municipal nº 1.054, de 03 de novembro de 1994 e a IN nº 14, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 085, de 12 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 02 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 003/2020)
REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO Nº XX/XXXX

PREFEITURA E/OU FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Responsável pelo Adiantamento: XXXX
Cargo/Função: XXX

Senhor Prefeito,

Em conformidade com a IN nº 14/2012, de 13 de junho de 2012, em especial o Capítulo II e Lei Municipal nº 1054, de 03 de novembro de 1994, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar a liberação de recursos na modalidade de REGIME DE ADIANTAMENTO para realização de despesas miúdas de pronto pagamento, para atendimento das atividades da Prefeitura e/ou Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, no valor, dotação orçamentária e finalidade abaixo especificada.

Modalidade:	ADIANTAMENTO
Valor Requisitado:	R\$ XXX,XX (XXXXX)
Prazo de Aplicação:	60 (sessenta) dias do recebimento dos recursos
Agência:	XXXX-X
Conta Corrente:	XXXX-X

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXX
Matrícula nº XXXX

INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Projeto Atividade:	XXXX	Elemento de Despesa:	XXXXX	FR	01.00

Declaro, em conformidade com o orçamento anual do exercício de XXXX, que há disponibilidade de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para realização das despesas requisitadas, no Projeto/Atividade indicado anteriormente.

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

(NOME DO CONTADOR GERAL)
Contador (Nº DO REGISTRO)

AUTORIZAÇÃO Em conformidade com os despachos supra, AUTORIZO a realização da despesa relativa a esta requisição, obedecendo-se as modalidades aplicáveis.

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

(NOME DO PREFEITO)
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298674

DECRETO Nº 005/2020 De 03 de Janeiro de 2020	DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e de acordo com o inciso IX do Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município, e demais disposições legais vigentes;
---	--

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo objeto do Edital nº 002/2019 visando a admissão de servidores para o quadro de cargos de provimento temporário do Poder Público Municipal.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, 03 de Janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO Nº 004 - 2020, 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297914

DECRETO Nº 004/2020 De 02 de janeiro de 2020	ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 120/2019, QUE DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.460/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e demais disposições legais vigentes;
---	--

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 120, de 05 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade no mês de janeiro do ano subsequente ao período avaliado, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário”.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 02 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Publicação Nº 2297676

DECRETO Nº. 002/2020

De 02 de janeiro de 2020

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, em especial ao disposto no Art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 005/2001 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Ficam atualizados em 7,30% (sete vírgula trinta por cento) para o Exercício de 2020, com base nos valores acumulados do IGP-M (FGV) no exercício de 2019 (01.01.19 a 31.12.19), todos os Tributos Municipais constantes das tabelas I à V e anexos integrantes do Código Tributário do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas de Chapecó SC, 02 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na
data supra em local de costume.

EDITAL DE 49º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

Publicação Nº 2298680

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

EDITAL DE 49º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 49º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Agente Comunitário de Saúde – Micro área 08, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 06 de Janeiro de 2020

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 08 – 01 VAGA
HORÁRIO: 14:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
424	TIAGO JUNIOR BREIER	2º

Águas de Chapecó, 03 de Janeiro de 2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIF. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001-2020

Publicação Nº 2298006

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**Nº 001/2020**

Rua Pedro Guilherme Simon
Rua Professor Paulino Lucas
Travessa Rosina Scheffer Hermes
Travessa Silvino Igino Zeni
Rua João Loureiro Cony
Rua Benedito Paulo do Nascimento
Rua Blumenau
Rua Porto União
Rua Videira
Rua Campos Novos
Rua Bom Retiro
Rua dos Veranistas
Rua Araranguá
Rua Rio do Sul
Avenida Joinville
Rua São Miguel
Rua São Domingos
Rua Aparício Rolim de Moura
Rua Criciúma
Travessa Vitório Rossetto

O **município de Águas de Chapecó**, através de seu Prefeito Municipal e no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal, Lei Federal nº 5.172/66, Decreto Federal nº 195/67 e Lei Municipal nº 1.986/2019; por intermédio do presente edital, que vai publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, bem como no sítio eletrônico oficial www.aguasdechapeco.sc.gov.br, além da imprensa local e oficial; leva ao conhecimento público e faz saber a quem interessar possa, que o município de Águas de Chapecó irá

Página 1 de 39

executar obras de melhoria, razão pela qual lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA e AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS ATINGIDOS, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de instalação de passeios públicos, nas vias públicas da cidade, conforme descrições que seguem.

1. LOCAL

- 1.1** Rua Pedro Guilherme Simon com área total de 741,00m²;
- 1.2** Rua Professor Paulino Lucas com área total de 759,00m²;
- 1.3** Travessa Rosina Scheffer Hermes com área total de 348,60m²;
- 1.4** Travessa Silvino Igino Zeni com área total de 357,00m²;
- 1.5** Rua João Loureiro Cony com área total de 1.423,80m²;
- 1.6** Rua Benedito Paulo do Nascimento (trecho compreendido da Avenida Joinville até em frente à Creche Municipal) com área total de 952,80m²;
- 1.7** Rua Blumenau – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rua Aurora até a Avenida Joinville) com área total de 2.790,66m²;
- 1.8** Rua Blumenau – Trecho 03 (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Canoinhas – Bairro Novo Horizonte) com área total de 3.563,00m²;
- 1.9** Rua Porto União – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rodovia SC 283 até a Prefeitura Municipal) com área total de 3.357,76m²;
- 1.10** Rua Videira com área total de 846,68m²;
- 1.11** Rua Campos Novos (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 432,60m²;
- 1.12** Rua Bom Retiro com área total de 754,88m².
- 1.13** Rua dos Veranistas (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 434,03m²;
- 1.14** Rua Araranguá (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba) com área total de 582,30m²;
- 1.15** Rua Rio do Sul (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a

Página 2 de 39

Rua Joaçaba) com área total de 803,00m²;

- 1.16** Avenida Joinville (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento da Rua Canoinhas) com área total de 3.879,15m²;
- 1.17** Rua São Miguel com área (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento com a Rua São Domingos) total de 636,60m²;
- 1.18** Rua São Domingos (trecho compreendido da Rua Aparício Rolim de Moura até o entroncamento com a Rua São Miguel) com área total de 472,90m²;
- 1.19** Rua Aparício Rolim de Moura com área total de 922,30m²;
- 1.20** Rua Criciúma (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Aparício Rolim de Moura) com área total de 759,33m²;
- 1.21** Travessa Vítório Rossetto com área total de 574,20m².

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

- 2.1** O presente memorial descritivo descreve normas para a execução dos serviços de instalação de passeios públicos em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, nos termos definidos no Processo Licitatório nº 28/2019, na modalidade Concorrência nº 001/2019, e de acordo com o orçamento global da obra elaborado.

- 2.2** As obras de pavimentação de passeios públicos compreenderão os seguintes serviços:

2.3 PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS

2.3.1 Preparo da base

Antes de iniciar o preparo da base para receber o passeio deverá ser feita a demolição e remoção dos passeios existentes. Este serviço deverá ser executado com a maior agilidade e cuidado possível, pois será feita a retirada de todas as interferências dos passeios como placas de sinalização e nome de ruas, lixeiras, relocação de postes de energia, retirada de árvores, parada de ônibus, entre outros.

O solo que receberá o novo pavimento deverá ser regularizado até a cota de -11,00 cm do nível superior do meio-fio, nivelado e compactado manualmente com soquete, mantendo-se os devidos caimentos e na locação correta.

Sobre o solo nivelado e compactado, será feita a colocação de colchão de pó de pedra (pedrisco) com espessura final de 5,00 cm, onde este deve ser nivelado e compactado com compactador de placas vibratórias.

2.3.2 Pisos com bloco retangular de concreto

Após a preparação da base deverá ser feito o assentamento dos blocos iniciado pelo aplainamento da superfície com uso de régua de nivelamento, após essa etapa não poderá mais ser pisada na área.

Posteriormente se faz a disposição dos blocos de concreto conforme o desenho do projeto e colocação de uma camada de areia fina por cima (que será responsável pelo rejunte) e nova compactação, cuidando para que os vãos entre as peças sejam preenchidos pela areia.

Os blocos a serem empregados, serão de concreto vibro-prensado, conforme normas da ABNT e nas dimensões e modelos conforme projeto.

Os cortes de peças para encaixes de formação dos desenhos no piso deverão ser perfeitos. Em caso de discordância entre o projeto e o executado, o profissional responsável pelo projeto terá o direito de solicitar a remoção de qualquer parte ou mesmo o todo dos pavimentos para que sejam recolocados, por conta da empresa executora. Se durante a locação houver quaisquer discordâncias com o projeto, estas deverão ser sanadas previamente ao assentamento.

Deverão ser observadas as espessuras de cada tipo de piso, sendo que o bloco utilizado terá espessura de 6,00 cm nas entradas de garagem e demais locais, terá que apresentar resistência de 35 Mpa. O nivelamento superior das peças deverá ser perfeito, sem a existência de desníveis, degraus ou ressalto. Também deverão ser observados e obedecidos os desenhos apresentados em projeto, principalmente na formação das rampas para portadores de necessidades especiais e curvaturas de esquinas.

Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar sobre a base antes do

Página 4 de 39

assentamento dos blocos. Por último deverá ser feito o rejuntamento com areia fina, para posterior liberação de tráfego. O excesso de areia deverá ser eliminado por varrição.

2.3.3 Observações

O ajustamento entre os elementos será perfeito, com as quinas encaixando-se nas reentrâncias angulares correspondentes. As juntas entre as unidades vizinhas não devem exceder de 2 a 3 milímetros;

As juntas da pavimentação serão tomadas com areia, utilizando-se a irrigação para obter-se o enchimento completo do vazio entre dois elementos vizinhos;

O trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos.

Deverá ser feito o controle tecnológico dos blocos de concreto que serão utilizados nos passeios e estes deverão ser comprovados a partir de Laudo Técnico específico e ART (entregues no pedido de cada medição), sendo que os mesmos devem obrigatoriamente apresentar as especificações solicitadas no projeto, orçamento e memorial descritivo

2.3.4 Interferências

Para a execução dos passeios será feita a remoção de árvores e interferências presentes nas calçadas. As árvores que não estiverem na faixa de serviço serão retiradas a partir de um plano de remoção. Já as lixeiras e placas serão retiradas para a execução do passeio e posteriormente recolocadas, respeitando sempre a posição correta na faixa de serviço e posição apresentada no projeto.

No que diz respeito aos passeios existentes em frente a alguns lotes, optou-se em fazer todos eles novos. Desta forma será feita a retirada e posterior confecção do passeio, atendendo as normas e as especificações do novo projeto.

Nos locais onde se fizer necessária à contenção lateral do passeio, devida a não existências de muros, cercas, edificações que margeiam o lote, entre outros, serão feitas vigas de acabamento que servirão para conter o passeio e delimitar a área pertencente ao

lote e o passeio público. Para isso será feita a utilização de concreto armado, conforme especificado no orçamento.

No decorrer da execução da obra se em algum ponto for visualizado que a largura do passeio não atende o especificado em projeto, será feita a remoção da interferência (muro, cerca) e a largura de projeto permanecerá até a medida mínima de 1,50 metros.

Outra interferência que poderá vir a acontecer é a descontinuidade entre um lote e outro devido ao desnível de passeio existente. Como já foi mencionado anteriormente, na remoção do passeio existente já será feita a correção dos níveis, e estes não poderão apresentar desníveis que prejudiquem a circulação no passeio após o novo passeio estar executado.

2.3.5 Planilha quantitativa e orçamentária

DESCRIÇÃO		UND	QTDE	PREÇO UN. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	PASSEIO PÚBLICO				1.969.210,03
1.1.	Serviços Preliminares - Obra Passeio Público				23.837,93
1.1.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,50	314,05	785,13
1.1.2.	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MES	10,00	502,48	5.024,80
1.1.3.	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	500,00	34,55	17.275,00
1.1.4.	SINALIZACAO DE TRANSITO - NOTURNA	M	300,00	2,51	753,00
1.2.	Passeio Público Travessa Vitória Rossetto				49.728,85
1.2.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	574,20	0,50	287,10
1.2.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	574,20	1,38	792,40
1.2.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	574,20	0,31	178,00

1.2.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	395,25	57,79	22.841,50
1.2.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	105,40	72,86	7.679,44
1.2.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	602,98	2.411,92
1.2.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	287,10	23,87	6.853,08
1.2.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	4,31	339,17	1.461,82
1.2.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	211,88	7,54	1.597,58
1.2.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	114,84	48,99	5.626,01
1.3.	Passeio Público Avenida Joinville				259.816,97
1.3.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	3.879,15	0,50	1.939,58
1.3.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	3.879,15	1,38	5.353,23
1.3.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	3.879,15	0,31	1.202,54

1.3.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	2.326,05	57,79	134.422,43
1.3.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	530,98	72,86	38.687,20
1.3.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 93 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 5,94 M2 (NBR 9050/2015)	UN	18,00	301,49	5.426,82
1.3.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	2.481,64	23,87	59.236,75
1.3.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	2,02	339,17	685,12
1.3.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	99,33	7,54	748,95
1.3.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	53,84	58,63	3.156,64
1.3.11.	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO	M2	648,17	13,82	8.957,71
1.4.	Passeio Público Rua São Miguel				51.984,03
1.4.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	636,60	0,50	318,30
1.4.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	636,60	1,38	878,51
1.4.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	636,60	0,31	197,35

1.4.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	362,40	57,79	20.943,10
1.4.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	100,48	72,86	7.320,97
1.4.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	13,00	602,98	7.838,74
1.4.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	342,30	23,87	8.170,70
1.4.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	3,13	339,17	1.061,60
1.4.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	154,13	7,54	1.162,14
1.4.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	83,54	48,99	4.092,62
1.5.	Passeio Público Rua São Domingos				40.779,55
1.5.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	472,90	0,50	236,45
1.5.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	472,90	1,38	652,60
1.5.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	472,90	0,31	146,60

1.5.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	312,50	57,79	18.059,38
1.5.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	84,76	72,86	6.175,61
1.5.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	5,00	602,98	3.014,90
1.5.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	245,20	23,87	5.852,92
1.5.8.	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	3,29	339,17	1.115,87
1.5.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	162,06	7,54	1.221,93
1.5.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	87,84	48,99	4.303,28
1.6.	Passeio Público Rua Aparício Rolim de Moura				71.796,51
1.6.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	922,30	0,50	461,15
1.6.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	922,30	1,38	1.272,77
1.6.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	922,30	0,31	285,91

1.6.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	651,71	57,79	37.662,32
1.6.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	182,06	72,86	13.264,89
1.6.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.6.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	477,95	23,87	11.408,67
1.6.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	2,52	339,17	854,71
1.6.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	123,91	7,54	934,28
1.6.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	67,16	48,99	3.290,17
1.7.	Passeio Público Rua Criciúma				66.870,23
1.7.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	759,33	0,50	379,67
1.7.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	759,33	1,38	1.047,88
1.7.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	759,33	0,31	235,39

1.7.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	443,65	57,79	25.638,53
1.7.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	178,94	72,86	13.037,57
1.7.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	10,00	590,41	5.904,10
1.7.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	516,05	23,87	12.318,11
1.7.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	4,12	339,17	1.397,38
1.7.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	202,73	7,54	1.528,58
1.7.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	109,88	48,99	5.383,02
1.8.	Passeio Público Rua Pedro Guilherme Simon				58.114,94
1.8.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	741,00	0,50	370,50
1.8.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	741,00	1,38	1.022,58
1.8.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	741,00	0,31	229,71

1.8.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	467,25	57,79	27.002,38
1.8.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	124,60	72,86	9.078,36
1.8.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	10,00	590,41	5.904,10
1.8.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	370,50	23,87	8.843,84
1.8.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	0,87	339,17	295,08
1.8.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	42,80	7,54	322,71
1.8.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	23,20	48,99	1.136,57
1.8.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	94,50	22,61	2.136,65
1.8.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	14,50	22,61	327,85
1.8.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	314,05	942,15

1.8.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.9.	Passeio Público Rua Professor Paulino Lucca				56.454,99
1.9.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	759,00	0,50	379,50
1.9.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	759,00	1,38	1.047,42
1.9.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	759,00	0,31	235,29
1.9.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	489,60	57,79	28.293,98
1.9.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	131,20	72,86	9.559,23
1.9.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	9,00	590,41	5.313,69
1.9.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	381,50	23,87	9.106,41
1.9.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	0,44	339,17	149,23
1.9.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	21,62	7,54	163,01
1.9.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA				

	BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	11,72	48,99	574,16
1.9.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	314,05	628,10
1.9.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	4,00	251,24	1.004,96
1.10.	Passeio Público Travessa Rosina Scheffer Hermes				28.396,62
1.10.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	348,60	0,50	174,30
1.10.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	348,60	1,38	481,07
1.10.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	348,60	0,31	108,07
1.10.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	226,05	57,79	13.063,43
1.10.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	65,08	72,86	4.741,73
1.10.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.10.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	186,30	23,87	4.446,98
1.10.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	0,94	339,17	318,82

1.10.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	46,05	7,54	347,22
1.10.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	24,96	48,99	1.222,79
1.10.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	314,05	628,10
1.10.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.11.	Passeio Público Travessa Silvino Igino Zeni				27.884,16
1.11.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	357,00	0,50	178,50
1.11.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	357,00	1,38	492,66
1.11.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	357,00	0,31	110,67
1.11.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	232,35	57,79	13.427,51
1.11.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	61,96	72,86	4.514,41
1.11.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.11.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE		178,50	23,87	4.260,80

	INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M			
1.11.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	0,70	339,17	237,42
1.11.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	34,32	7,54	258,77
1.11.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	18,60	48,99	911,21
1.11.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	314,05	628,10
1.11.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.12.	Passeio Público Rua João Loureiro Cony				107.817,13
1.12.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	1.423,80	0,50	711,90
1.12.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	1.423,80	1,38	1.964,84
1.12.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	1.423,80	0,31	441,38
1.12.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	908,55	57,79	52.505,10
1.12.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	249,96	72,86	18.212,09

1.12.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	18,00	590,41	10.627,38
1.12.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	739,90	23,87	17.661,41
1.12.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	2,39	339,17	810,62
1.12.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	117,42	7,54	885,35
1.12.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	63,64	48,99	3.117,72
1.12.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	314,05	628,10
1.12.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	251,24	251,24
1.13.	Passeio Público Rua Benedito Paulo do Nascimento				73.154,89
1.13.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	952,80	0,50	476,40
1.13.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	952,80	1,38	1.314,86
1.13.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	952,80	0,31	295,37
1.13.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO	M2	617,25	57,79	35.670,88

	DE PEDRA				
1.13.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	167,80	72,86	12.225,91
1.13.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	11,00	590,41	6.494,51
1.13.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	486,40	23,87	11.610,37
1.13.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	1,95	339,17	661,38
1.13.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	96,05	7,54	724,22
1.13.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	52,06	48,99	2.550,42
1.13.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	314,05	628,10
1.13.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.14.	Passeio Público Rua Blumenau - Trecho 01 e 02				215.675,57
1.14.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	2.790,66	0,50	1.395,33

1.14.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	2.790,66	1,38	3.851,11
1.14.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	2.790,66	0,31	865,10
1.14.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	2.018,83	57,79	116.668,19
1.14.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	418,34	72,86	30.480,25
1.14.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	18,00	590,41	10.627,38
1.14.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	1.156,00	23,87	27.593,72
1.14.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	6,99	339,17	2.370,80
1.14.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	344,28	7,54	2.595,87
1.14.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	186,60	48,99	9.141,53
1.14.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	321,88	22,61	7.277,71
1.14.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	45,88	22,61	1.037,35

1.14.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	339,17	1.017,51
1.14.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	251,24	753,72
1.15.	Passeio Público Rua Blumenau - Trecho 03				277.839,36
1.15.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	3.563,00	0,50	1.781,50
1.15.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	3.563,00	1,38	4.916,94
1.15.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	3.563,00	0,31	1.104,53
1.15.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	2.959,45	57,79	171.026,62
1.15.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	494,04	72,86	35.995,75
1.15.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	22,00	590,41	12.989,02
1.15.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	1.270,60	23,87	30.329,22
1.15.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	6,14	339,17	2.082,50

1.15.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	301,92	7,54	2.276,48
1.15.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	163,64	48,99	8.016,72
1.15.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	239,94	22,61	5.425,04
1.15.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	47,70	22,61	1.078,50
1.15.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	314,05	314,05
1.15.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.16.	Passeio Público Rua Porto União - Trecho 01 e 02				257.195,91
1.16.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	3.357,76	0,50	1.678,88
1.16.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	3.357,76	1,38	4.633,71
1.16.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	3.357,76	0,31	1.040,91
1.16.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	2.379,40	57,79	137.505,53
1.16.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	493,80	72,86	35.978,27

1.16.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	26,00	590,41	15.350,66
1.16.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	1.428,10	23,87	34.088,75
1.16.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	7,60	339,17	2.577,69
1.16.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	373,80	7,54	2.818,45
1.16.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	202,60	48,99	9.925,37
1.16.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	370,87	22,61	8.385,37
1.16.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	67,07	22,61	1.516,45
1.16.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	314,05	942,15
1.16.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	251,24	753,72
1.17.	Passeio Público Rua Videira				72.242,30
1.17.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	846,68	0,50	423,34
1.17.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	846,68	1,38	1.168,42

1.17.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	846,68	0,31	262,47
1.17.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	517,25	57,79	29.891,88
1.17.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	206,90	72,86	15.074,73
1.17.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	8,00	590,41	4.723,28
1.17.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	565,95	23,87	13.509,23
1.17.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	1,44	339,17	488,40
1.17.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	70,92	7,54	534,74
1.17.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	38,44	48,99	1.883,18
1.17.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	102,76	22,61	2.323,40
1.17.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	22,76	22,61	514,60
1.17.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA =				

	3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	3,00	314,05	942,15
1.17.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.18.	Passeio Público Rua Campos Novos				32.090,05
1.18.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	432,60	0,50	216,30
1.18.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	432,60	1,38	596,99
1.18.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	432,60	0,31	134,11
1.18.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	289,05	57,79	16.704,20
1.18.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	77,08	72,86	5.616,05
1.18.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.18.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	220,30	23,87	5.258,56
1.18.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	0,32	339,17	108,53
1.18.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE				

	MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	15,50	7,54	116,87
1.18.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	8,40	48,99	411,52
1.18.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	314,05	314,05
1.18.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	251,24	251,24
1.19.	Passeio Público Rua Bom Retiro				54.672,94
1.19.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	754,88	0,50	377,44
1.19.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	754,88	1,38	1.041,73
1.19.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	754,88	0,31	234,01
1.19.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	556,70	57,79	32.171,69
1.19.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	111,34	72,86	8.112,23
1.19.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.19.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA),				

	PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	301,95	23,87	7.207,55
1.19.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	1,29	339,17	437,53
1.19.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	63,47	7,54	478,56
1.19.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	34,40	48,99	1.685,26
1.19.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	314,05	314,05
1.19.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	251,24	251,24
1.20.	Passeio Público Rua das Veranistas				38.381,76
1.20.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	434,03	0,50	217,02
1.20.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	434,03	1,38	598,96
1.20.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	434,03	0,31	134,55
1.20.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	242,15	57,79	13.993,85
1.20.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	96,86	72,86	7.057,22

1.20.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	8,00	590,41	4.723,28
1.20.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	292,35	23,87	6.978,39
1.20.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	1,45	339,17	491,80
1.20.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	71,22	7,54	537,00
1.20.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	38,60	48,99	1.891,01
1.20.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	4,00	314,05	1.256,20
1.20.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.21.	Passeio Público Rua Araranguá				46.660,40
1.21.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	582,30	0,50	291,15
1.21.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	582,30	1,38	803,57
1.21.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	582,30	0,31	180,51
1.21.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO	M2	365,93	57,79	21.147,09

	DE PEDRA				
1.21.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	97,58	72,86	7.109,68
1.21.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	8,00	590,41	4.723,28
1.21.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	295,15	23,87	7.045,23
1.21.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	1,79	339,17	607,11
1.21.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	87,82	7,54	662,16
1.21.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	47,60	48,99	2.331,92
1.21.11.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	4,00	314,05	1.256,20
1.21.12.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	2,00	251,24	502,48
1.22.	Passeio Público Rua Rio do Sul				57.814,94
1.22.1.	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	803,00	0,50	401,50

1.22.2.	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	803,00	1,38	1.108,14
1.22.3.	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	803,00	0,31	248,93
1.22.4.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM COR NATURAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	595,20	57,79	34.396,61
1.22.5.	EXECUCAO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM ALERTA E DIRECIONAL, ESPESSURA 6 CM, COM COLCHAO DE PO DE PEDRA ESPESSURA 5 CM E REJUNTE DE PO DE PEDRA	M2	119,04	72,86	8.673,25
1.22.6.	RAMPA DE ACESSIBILIDADE, FIGURA 96 DA NORMA, PARA PASSEIO COM MEIO-FIO H = 15 CM E LARGURA 2,00 M, DE PISO DE CONCRETO E = 5 CM, INCLUSIVE FAIXAS DE 40 CM DE PISO PODOTATIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL E COLCHAO DE PO DE PEDRA E = 5 CM, AREA TOTAL = 11,80 M2 (NBR 9050/2015)	UN	4,00	590,41	2.361,64
1.22.7.	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X12X10X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	328,70	23,87	7.846,07
1.22.8.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 07/2016	M3	0,27	339,17	91,58
1.22.9.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 12/2015	KG	13,28	7,54	100,13
1.22.10.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	7,20	48,99	352,73
1.22.11.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - BRANCA	M2	61,11	22,61	1.381,70
1.22.12.	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO - AMARELA	M2	12,71	22,61	287,37

1.22.13.	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA OCTOGONAL L = 25 CM, COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	314,05	314,05
1.22.14.	PLACA DE IDENTIFICACAO DE RUA (1 PLACA 45 CM X 20 CM), COM SUPORTE DE ACO GALVANIZADO D = 50 MM E ALTURA = 3 M, INCLUSIVE BASE DE CONCRETO NAO ESTRUTURAL	UN	1,00	251,24	251,24

3. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

3.1 Relativamente a Rua Pedro Guilherme Simon, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 58.114,96, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ R\$ 29.057,48 (vinte nove mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

3.2 Relativamente a Rua Professor Paulino Lucas, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 56.454,98, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 28.227,49 (vinte e oito mil e duzentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos).

3.3 Relativamente a Travessa Rosina Scheffer Hermes, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 28.396,63, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 14.198,32 (quatorze mil e cento e noventa e oito reais e trinta e dois centavos).

3.4 Relativamente a Travessa Silvino Igino Zeni, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 27.884,17, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 13.942,09 (treze mil e novecentos e quarenta e dois reais e nove centavos).

3.5 Relativamente a Rua João Loureiro Cony, a Contribuição de Melhoria será cobrada

proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 107.817,13, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 53.908,56 (cinquenta e três mil e novecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

3.6 Relativamente a Rua Benedito Paulo do Nascimento (trecho compreendido da Avenida Joinville até em frente à Creche Municipal), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 73.154,90, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 36.577,45 (trinta e seis mil e quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

3.7 Relativamente a Rua Blumenau – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rua Aurora até a Avenida Joinville), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 215.675,57, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 107.837,78 (cento e sete mil e oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).

3.8 Relativamente a Rua Blumenau – Trecho 03 (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Canoinhas – Bairro Novo Horizonte), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 277.839,35, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 138.919,67 (cento e trinta e oito mil novecentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos).

3.9 Relativamente a Rua Porto União – Trecho 01 e 02 (trecho compreendido entre a Rodovia SC 283 até a Prefeitura Municipal), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 257.195,91, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 128.597,95 (cento e vinte e oito mil e quinhentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos).

3.10 Relativamente a Rua Videira, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 72.242,30, na razão de 50%

Página 32 de 39

(cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 36.121,15 (trinta e seis mil e cento e vinte e um reais e quinze centavos).

3.11Relativamente a Rua Campos Novos (trecho compreendido entre a Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Joaçaba), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 32.090,06, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 16.045,03 (dezesesseis mil e quarenta e cinco reais e três centavos).

3.12Relativamente a Rua Bom Retiro, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 54.672,93, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 27.336,46 (vinte e sete mil e trezentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos).

3.13Relativamente a Rua dos Veranistas (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 38.381,76, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 19.190,88 (dezenove mil e cento e noventa reais e oitenta e oito centavos).

3.14Relativamente a Rua Araranguá (trecho compreendido da Rua Porto União até o entroncamento com a Rua Joaçaba), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 46.660,38, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 23.330,19 (vinte e três mil e trezentos e trinta reais e dezenove centavos).

3.15Relativamente a Rua Rio do Sul (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Joaçaba), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 57.814,94, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 28.907,47 (vinte e oito mil e novecentos e sete reais e quarenta e sete centavos).

3.16Relativamente a Avenida Joinville (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento da Rua Canoinhas), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 259.816,97, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 129.908,48 (cento e vinte e nove reais e novecentos e oito reais e quarenta e oito centavos).

3.17Relativamente a Rua São Miguel (trecho compreendido da Rodovia SC 283 até o entroncamento com a Rua São Domingos), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 51.984,03, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 25.992,02 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa e dois reais e dois centavos).

3.18Relativamente a Rua São Domingos (trecho compreendido da Rua Aparício Rolim de Moura até o entroncamento com a Rua São Miguel), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 40.779,54, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 20.389,77 (vinte mil e trezentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos).

3.19Relativamente a Rua Aparício Rolim de Moura, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 71.796,51, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 35.898,26 (trinta e cinco mil e oitocentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos).

3.20Relativamente a Rua Criciúma (trecho compreendido da Avenida Joinville até o entroncamento com a Rua Aparício Rolim de Moura), a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 66.870,23, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 33.435,12 (trinta e três mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e doze centavos).

3.21Relativamente a Travessa Vítório Rossetto, a Contribuição de Melhoria será cobrada proporcionalmente ao custo total da obra, valorada em R\$ 49.728,85, na razão de 50% (cinquenta por cento), totalizando a quantia de R\$ 24.864,43 (vinte e quatro mil e

oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

4. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida pelo *quantum* de valorização experimentada pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro, elaborado antes do início dos trabalhos e cujos valores estão neste edital publicados, e o segundo, ao seu término, cuja emissão não excederá 45 (quarenta e cinco) dias da conclusão das obras, e será publicado por Decreto. Após publicação do parecer do segundo laudo de avaliação, o Poder Executivo publicará o Quadro Demonstrativo de Valorização e Rateio do custo da obra devido por lote.

Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, através do departamento de engenharia, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constarão os imóveis atingidos diretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, conforme cadastro imobiliário municipal, bem como fixará o valor venal do imóvel, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - após a conclusão da obra o município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela obra/valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor do imóvel em momento anterior a obra e o valor do imóvel em momento posterior a realização da obra.

IV – os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V – o órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações dos imóveis balizará proporcionalmente cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

O valor da contribuição de melhoria fica limitado ao custo individual da obra que teria o proprietário lindeiro, se não tivesse sido despendida pela municipalidade.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

5. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com as vias públicas e respectivos trechos definidos no item “1” do presente Edital. Os imóveis diretamente beneficiados com as obras são os constantes do item “6” deste Edital, juntamente com as respectivas avaliações destes antes da realização da obra pública de pavimentação dos passeios, conforme avaliação realizada e homologada por Decreto municipal.

6. LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Laudo de avaliação dos imóveis diretamente contemplados, anterior a realização da obra pública: **ANEXO II** do presente Edital.

7. IMPUGNAÇÃO AS AVALIAÇÕES E AOS TERMOS DESTES EDITAL

Comprovado o legítimo interesse (proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título), poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital, inclusive o laudo de avaliação dos imóveis antes da obra constante do item “6”, dentro

Página 36 de 39

do prazo de 31 (trinta e um) dias, contados da publicação deste Edital.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal (Secretário de Administração e Finanças), por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e valor dos imóveis.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento e a notificação do contribuinte, este poderá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do lançamento não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, observadas as seguintes condições:

- a) pagamento em cota única, com desconto de 20% (vinte por cento);
- b) pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas.

No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para pessoas físicas, e para pessoas jurídicas o valor mínimo a ser observado é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Na eventualidade das parcelas ultrapassarem o ano em exercício, haverá a incidência de correção monetária sobre as parcelas.

- c) Termo de Opção de Pagamento na forma do Anexo I.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

A Contribuição de Melhoria objeto do presente Edital vem disposta na Lei Municipal nº 1.986/2019.

Faz parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I – Proposta / Opção de Pagamento.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação do município de Águas de Chapecó/SC.

Águas de Chapecó/SC, 02 de janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO:

DECLARO, para os devidos fins, que decidi pela opção _____, para pagamento/recolhimento da Contribuição de Melhoria objeto desta proposta, em _____ parcelas.

CONCORDO que no pagamento parcelado, irá ter acréscimos de juros e correções nas parcelas, na forma da legislação vigente.

Águas de Chapecó/SC, ____ de _____ de _____.

Contribuinte/Responsável

EDITAL DE NOTIF. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001-2020 - ANEXO I

Publicação Nº 2298009

ANEXO I

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2020
 PROPOSTA / OPÇÃO DE PAGAMENTO
 OBRAS CIVIS DE INSTALAÇÃO DE CALÇADAS PÚBLICA

CONTRIBUINTE: _____

ENDEREÇO: _____

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

LOTE URBANO Nº/QUADRA Nº: (atualizado) ____/____.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DEVIDA: R\$ _____

OPÇÃO DE PAGAMENTO

Opção 1 – À Vista.	R\$ _____ = Total de R\$ _____
Opção 2 – Parcelado em ____ pagamentos.	R\$ _____ = Total de R\$ _____

Data do Pagamento da 1ª Parcela, dia ____ de ____ de ____.

EDITAL DE NOTIF. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001-2020 - ANEXO II

Publicação Nº 2298011

ANEXO II

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 001-2020

Quadra	Lote	Matrícula	Proprietário	Testada do Lote (m)	Área do Lote (m²)	Valor do Imóvel (R\$)
QD. 01	01	4.953	JOSÉ ERNANI FEIL	22,00	633,03	140.000,00
	01A	8.109	CRISTIANO STEINMETZ	22,00	633,03	140.000,00
	01C	SEM	ILCE GIONGO GURGEL	20,00	1.000,00	170.000,00
	02	5.938	LIZETE STEINMETZ	23,68	803,80	160.000,00
	15	SEM	IRINEU LUNELLI	49,06	622,41	140.000,00
QD 02	01	3.812	ALEXANDRE NEUBAUER (GERSON RUBEN MOHR)	12,48	702,70	175.000,00
	01A	5.045	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	30,96	601,47	160.000,00
QD. 08	08	3.610	JULIANO PESCADOR	16,33	579,03	160.000,00
	08B	11.968	SILVESTRE HOSS	14,00	579,97	130.000,00
	09A	11.995	CARMELINDA DANIELI	30,33	1.159,43	180.000,00
	10	SEM	JOÃO GILMAR MAI	21,92	438,34	150.000,00

QUADRA 09	01	671	GIACOMINA ANGELA SARETTA DEBONA	73,43	797,00	220.000,00
	02	11.055	ARI ANTÔNIO DEBONA	43,06	960,00	250.000,00
	03	6.622	ÁLVARO HENRIQUE SOLDATELLI	17,72	499,00	150.000,00
	P/4	10.477	OSCAR BARELLA	20,70	579,30	170.000,00
	04A	10.386	DEBORA HERMES	17,00	374,00	130.000,00
	04B	10.385	ROSELI ROHRIG VEIVERBERG	17,00	374,00	130.000,00
	05	10.388	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	40,97	1.499,52	200.000,00
	06	10.389	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	51,35	1.006,80	230.000,00
	07	10.390	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	23,45	1.660,09	190.000,00
	09	10.391	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	20,54	1.324,54	190.000,00
	10	10.384	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	16,00	425,46	160.000,00
	11	11.603	LIDIA ZANELLA MARCHIORO	20,54	1.186,83	190.000,00
	12	672	BANCO DO BRASIL	21,09	1.041,00	210.000,00
	13	11.808	CLEDI DREVS	16,54	622,79	140.000,00
	14	8.330	ARLINDO HENTGES	21,09	843,40	200.000,00
	15	1.277	RODOLFO GERMANO PUTTLITZ	20,54	1.092,76	175.000,00
	16	6.593	ZENINHO ZANELLA	20,46	818,55	200.000,00
	17	5.263	ROMANA OLGA DUPONT DOS SANTOS	71,17	1.045,73	250.000,00
	18	5.257	ALEXANDRE NEUBAUER	62,86	843,40	220.000,00
	20	11.604	JÚLIO ALBERTO MARCHIORO	4,00	619,35	120.000,00
	27	11.807	FÁBIO HOFF FEIL	4,00	517,00	120.000,00
QUADRA 10	02	4.923	MILTON ZENI	35,00	1.090,00	180.000,00
	02A	7.235	JOÃO GILMAR MAI	69,15	870,00	185.000,00
	03	10.105	NORBERTO C. CAPEZZO	62,80	389,90	140.000,00
	03A	7.785	VILMA BORTOLANZA	15,80	610,10	150.000,00
	04	4.925	ROSEMERI APARECIDA ZEN ZENI	29,50	1.003,00	185.000,00
	05	9.234	JANIR CEMIM	30,00	663,80	160.000,00
	05A	1.474	BRASIL TELECOM S/A	26,00	670,00	160.000,00
	06	12.017	VALDIR LUDWIG E JONAS WILLIAN SPIES	18,96	301,00	135.000,00
	06A	4.926	JOSÉ ARLINDO BACKES	26,00	449,60	170.000,00
	14	12.018	GILMAR PACHECO DOS SANTOS	56,56	314,50	150.000,00

QUADRA 11	01	9.836	EVERTON HOFF FEIL	19,95	571,56	150.000,00
	01A/02	13.151	CARLOS ADALBERTO TIRINDELLI	32,20	1.830,91	250.000,00
	01A/02	13.151	CARLOS ADALBERTO TIRINDELLI	21,42	1.168,50	170.000,00
	03	9.616	ADMIR DITADI / LUCILDO CANEPPELE	16,01	1.051,87	150.000,00
	04	12.896	INDUSTRIAL AURORA	18,55	537,01	100.000,00
	04A	12.895	LUCIANO TAGLIAN	14,00	768,90	140.000,00
	05	9.612	SILVENIO CANEPPELE	21,42	1.189,29	240.000,00
	06	12.329	ANDRÉ DULIUS	28,75	438,28	130.000,00
	06A	12.330	MÔNICA LICKS	46,08	454,84	200.000,00
	07	6.955	JAIME PACHECO DOS SANTOS	45,45	449,44	200.000,00
	07A	6.825	IVAN ZENI	29,37	449,44	130.000,00
	08	13.975	VANDERLEI PAULO GHISI	22,39	1.258,17	180.000,00
	09	4.007	TEODORICO GUGEL	20,79	1.168,00	180.000,00
	10	3.324	ALVARO LUIZ TIRONDELLI	20,79	1.168,00	180.000,00
	11	3.156	ARNO KLAUCK	21,32	892,06	150.000,00
	12/13/14	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	20,49	857,50	150.000,00
	12/13/14	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	20,49	857,50	150.000,00
	14/13/12	5.403	ELIANE ZANELLA CASARIN	54,88	826,40	180.000,00
	15	3.325	TEREZINHA HENZEL PESCADOR	15,00	1.003,00	120.000,00
	20	9.835	VALDECIR TESSARO	52,05	601,44	170.000,00
QUADRA 12	01	12.820	BATISTA ALBERTO PEROSSO	45,42	365,48	200.000,00
	01A	7.244	MONICA LICKS	27,50	547,00	240.000,00
	02	4.222	BATISTA ALBERTO PEROSSO	33,35	512,90	190.000,00
	02A	7.873	MONICA LICKS	21,57	627,20	190.000,00
	03	10.219	DIRCEU LUIZ POLETTO	28,00	740,74	210.000,00
	04	10.638	CESAR JOSÉ POLETTO	71,50	783,34	250.000,00
	05	10.221	JANDIRA ZENI MEZZOMO	18,00	633,50	240.000,00
	06	10.222	JOSÉ WANDERLEY FERST E OUTROS	35,00	949,03	260.000,00
	07	Diversos	CONDOMINIO GABRIELA	60,84	623,24	290.000,00

QUADRA 13	01	4.639	ELOI JOSÉ SEIDEL	59,89	432,65	170.000,00
	02	3.863	LIRIO PACHECO DOS SANTOS	20,74	376,40	135.000,00
	03	11.377	SANDRA CONSOLADORA BOGONI BORBA	17,40	470,76	130.000,00
	03A	7.125	IND. DE MÓVEIS PACAL LTDA E VILMAR JOSÉ SEHN	19,00	753,07	126.500,00
	03B	7.125	MAICON DIOGO CASANOVA	5,00	392,18	90.000,00
	04	3.436	LIRIO PACHECO DOS SANTOS	15,62	774,02	150.000,00
	05	89	MARCIA HILLESHEIN	19,85	999,98	150.000,00
	06	13.418	MARCOS PAULO DA SILVA	19,49	999,99	150.000,00
	07	13.418	MARCOS PAULO DA SILVA	19,15	999,98	150.000,00
	08	2.300	LEVINO GALLI	19,98	365,33	120.000,00
	09	51	NOEMIA FATIMA BALZAN	22,61	704,33	140.000,00
QUADRA 14	01	3.804	SILVENIO CANEPELE	43,00	1.089,15	180.000,00
	02	13.346	FERNANDA ZENI	40,10	420,81	120.000,00
	02A	13.282	ADILSON ZENI	25,41	440,39	100.000,00
	08	6.610	ASTOR PEDRO STEIERNAGEL	28,36	633,89	110.000,00
	09	2.332	JAIR VIEIRA	18,65	447,43	100.000,00
	10	8.372	ARMIN JOSÉ EICHELBERGER	18,65	857,64	120.000,00
	11	9.222	ALTINO JOSUÉ GONÇALVES	22,17	532,09	120.000,00
QUADRA 15	03	9.935	MARIA BUTTNER (IRÃ LUIS GIACOMELLI)	14,00	463,34	140.000,00
	03A	SEM	SUPERMERCADO DIPOL LTDA	49,12	693,35	250.000,00
	04	9.950	AMARILDO DITADI	52,68	679,50	150.000,00
	05	4.205	EMILIO BREIER	19,42	553,61	160.000,00
	06	4.325	EMILIO BREIER	15,06	429,21	110.000,00
	07	6.741	ELIO SEIDEL	19,84	385,64	130.000,00
	08	3.658	AMARILDO DITADI	15,07	384,29	110.000,00
	09	9.217	ODACIR PAULO BARON E ROSELI ROHRIG VEIVERBERG	32,43	541,03	160.000,00
	10	5.134	MARLENE FERREIRA	54,55	393,38	130.000,00

QUADRA 16	01	3.619	CLAUDINO ANTONINHO ROMAN	83,31	1.079,64	250.000,00
	02	7.056	ESPÓLIO ESMAR A. WIRTTI	34,35	1.050,67	160.000,00
	03	11.351	TANARA B. MAURER	33,42	1.023,80	160.000,00
	04	7.720	CLAUDIO CASARIN	49,76	1.126,86	175.000,00
	06	13.891	GELSON GUIDONI - CONDOMINIO	35,00	1.097,41	165.000,00
	07	12.078	ANA MARIA BASSI	13,70	483,70	120.000,00
	11	12.080	MARA TEREZINHA TAGLIAN	13,70	441,39	120.000,00
	12	12.079	ROCCO GAZOLLA	15,17	382,23	120.000,00
QUADRA 17	01	5.664	ADILSON ZENI E IVAN ZENI	76,49	1.000,00	250.000,00
	02	5.664	ADILSON ZENI E IVAN ZENI	18,00	609,08	170.000,00
	03	12.890	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	80,41	2.527,76	380.000,00
	04	7.715	TATIANE HIRSCH WERLE	24,81	653,54	145.000,00
	05	12.219	NELSON DE OLIVEIRA JESUS	23,50	850,33	175.000,00
	10	3.066	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	25,35	850,62	180.000,00
	11	11.648	IRMA ARMILIATO SOLDATELLE E OUTROS	85,59	1.579,69	380.000,00
	12	11.647	IRMA ARMILIATO SOLDATELLE E OUTROS	20,00	991,29	130.000,00
QD 18	07	9.398	ASTOR PEDRO STEIERNAGEL	24,87	1.281,35	160.000,00
QUADRA 19	01	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	11,37	283,58	65.000,00
	01A	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	18,23	214,84	65.000,00
	02	1.132	IRINEU FRANCISCO FUHR	11,37	284,25	65.000,00
	03	1.131	JACKSON LEANDRO TOMELIN DE OLIVEIRA	11,37	284,25	65.000,00
	04	1.131	JACKSON LEANDRO TOMELIN DE OLIVEIRA	11,37	284,25	65.000,00
	05	1.130	ADRIANO LUIZ SEHN KONZEN E VIVIANE LOTTERMANN	11,37	284,25	65.000,00
	06	1.130	ADRIANO LUIZ SEHN KONZEN E VIVIANE LOTTERMANN	11,37	284,25	65.000,00
	07	1.315	SADI COMEL	16,00	285,86	70.000,00

QUADRA 21	39	1.125	SÉRGIO PATEL	31,49	264,38	60.000,00
	56	1.133	MARIA HANZEN E LUIZ PEGORARO	31,50	378,63	68.000,00
	74	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	31,50	239,63	60.000,00
	94	10.380	PAULO SGNAULIN	35,00	327,13	68.000,00
	95	9.158	JOSÉ CARLOS MENEZES COUTINHO	11,37	284,25	60.000,00
	96	8.137	MARINES PEREIRA DUARTE	11,37	284,25	60.000,00
	97	8.893	NAIR ROSSATTO	11,37	284,25	60.000,00
	98	9.747	RICARDO ARNOLDO MANSKE	11,37	284,25	60.000,00
	100	13.159	MIQUELINY CAVALLI	16,68	417,00	70.000,00
	100A	13.157	SIDNEI MARTIN	14,40	360,00	70.000,00
	100B	13.158	SIRLEI MARTINS	14,40	360,00	70.000,00
	103	4.374	ANDERSON MINUZZI	11,37	284,25	60.000,00
	104	4.374	ANDERSON MINUZZI	11,37	284,25	60.000,00
	105	5.740	GABRIEL DA MAIA PAVÃO	11,37	284,25	60.000,00
	106	5.486	IZAMARA ROLIM	11,37	284,25	60.000,00
	107	6.211	LEONORA ASSUMTA MARIANI	11,37	284,25	60.000,00
	108	6.211	LEONORA ASSUMTA MARIANI	11,37	284,25	60.000,00
	109	6.210	JOSIAS BOITA	11,37	284,25	60.000,00
	110	4.239	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
	111	1.108	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
	112	1.108	DARCI PINHEIRO DE OLIVEIRA	11,37	284,25	60.000,00
QUADRA 23	113	1.347	JUCIMAR FRANCISCO PIGATTO	11,37	273,95	60.000,00
	114	1.347	EVANDRO DAMO	26,64	289,81	68.000,00
	08	13.211	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	20,00	1.220,00	147.000,00
	08A	13.203	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	1.050,00	120.000,00
	08B	13.204	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	950,00	120.000,00
	08C	13.205	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	13,00	856,00	115.000,00
	08D	13.206	ELIANE APARECIDA WALTER	13,00	759,00	110.000,00
	08E	13.207	VANDERLEI DA CRUZ AVILA	28,00	1.435,00	140.000,00
	08F	13.208	CARMEN EUNEIDA CANEPPELE	20,00	1.060,00	120.000,00
	08G	13.209	MARCIO DE OLIVEIRA	14,00	885,00	110.000,00
	08H	13.210	LEANI DE OLIVEIRA PEROSSO	14,00	860,00	96.000,00

QUADRA 24	01	11.805	CARLOS J. BODHIGAIMER	28,00	1.246,00	120.000,00
	02	5.456	ARIOVALDO PINHEIRO	23,00	920,00	100.000,00
	03	667	JOÃO ZEFERINO CORREA NETO	20,00	1.010,00	100.000,00
	04	8.073	ALVARO HENRIQUE SOLDATELLI FILHO	20,00	920,00	100.000,00
	05	1.740	PEDRO MARSOLIN E OUTROS	20,00	1.010,00	100.000,00
QD 28	04	1.410	FERNANDA PRATES	25,00	375,00	90.000,00
	05	4.351	ROMILDA SANTIN	25,00	375,00	70.000,00
QUADRA 28 A	01	14.006	MARINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	100,00	5.000,00	350.000,00
	04	11.494	ANSCAR SCHAFFER	28,57	1.428,58	100.000,00
	05	11.495	NORBERT SCHAFFER	28,56	1.428,40	100.000,00
	06A	11.694	LENIRA DE OLIVEIRA	16,66	477,80	60.000,00
	06B	11.695	VALDOMIRO MENDES	45,33	477,80	65.000,00
	06C	11.696	JARBAS GESKE	14,19	472,95	58.000,00
	07	11.497	ALINI KUNZ E OUTROS	33,33	1.428,55	85.000,00
	08	11.498	RAQUEL CAMPOS E ALEXANDRE	33,34	1.428,95	120.000,00
	09	11.499	AUGUSTO FCO APPEL	28,57	1.428,58	90.000,00
	10	11.500	MARIA JOÃO JORGE SCHAFFER	28,56	1.428,40	90.000,00

QUADRA 29	12	SEM	ISSIS DE ALBUQUERQUE RAUEN	20,68	941,64	130.000,00
	13	SEM	CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE RAUEN	50,42	646,16	80.000,00
	14	SEM	DARCI KUHN	111,40	1.289,88	75.000,00
	15	SEM	CESAR LUIZ EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	16	SEM	LADIMIR PAULO PILATTI - CAMPOS	17,93	971,64	68.000,00
	17	SEM	CECILIA AP. CARVALHO SANTOS	17,93	971,64	68.000,00
	18	925	DANIEL TREVISAN	17,93	971,64	68.000,00
	19	9.604	SETEMBRINO WAWRZYNIAK	17,93	973,77	68.000,00
	20	12.066	CLAUCIA RAQUEL RIESE	17,93	987,00	68.000,00
	21	7.994	ORIQUES BOITA	17,93	971,64	68.000,00
	22	SEM	LUIS EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	23	SEM	LUIS EICHELBERGER	17,93	971,64	68.000,00
	24	10.713	MAURISETE ECKHARDT	17,93	971,64	68.000,00
	25	SEM	CLADIS INÊS DALLA ROSA	22,50	609,64	62.000,00
	26	10.292	SETEMBRINO WAWRZYNIAK	18,46	1.083,59	70.000,00
	27	6.069	SANDRO LAUSCHNER	18,46	1.083,59	70.000,00
	28	6.074	RITA KRINDGES	18,46	1.083,59	70.000,00
	29	4.594	OSVINO SCHONBERGER	19,00	1.152,29	70.000,00
	30	SEM	ARLINDO TREVISAN	19,00	1.152,29	75.000,00
QUADRA 30	01	11.338	OSMIR FISTAROL	65,00	1.217,53	80.000,00
	03	10.204	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	18,00	417,41	50.000,00
	05	8.733	LAIR SCARPARO	46,08	1.560,00	80.000,00
	07	12.232	NELSON JOSÉ ZANELA	65,00	1.215,00	95.000,00
	08	10.205	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	14,41	412,64	50.000,00
	09	10.206	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	14,41	482,42	50.000,00
QUADRA 32	01	6.830	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	02	10.644	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	03	9.386	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	04	9.386	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	20,00	1.000,05	55.000,00
	08	CHAPECO	ARNOLDO HERMES	18,00	1.543,92	65.000,00
	10	CHAPECO	ARNOLDO HERMES	35,98	3.043,48	85.000,00

QUADRA 33	05/06	3.690	ERICSON SCHONBERGER	26,00	1.603,00	70.000,00
	06A	5.350	MAURI RODRIGO DEBONA	14,00	821,80	50.000,00
	07	10.072	ROMALDO SCHLEICHER E ARNILDO GRUTZ-MANN	20,00	1.173,99	55.000,00
	08	9.390	RITA KRINDGES	20,00	1.173,99	55.000,00
	10A	11.044	LUCILENE ENGELMAN	46,47	1.196,02	70.000,00
QD. 37	09	1.063	MOACIR DALLA ROSA	23,69	648,39	220.000,00
	10	5.586	MOACIR DALLA ROSA	22,01	612,77	160.000,00
	12	9.117	JAISON FERNANDES ZENI	20,95	781,00	150.000,00
	13	8.523	ANNIBAL KOTHE	21,00	868,03	150.000,00
QUADRA 38	01	9.691	LAURY JOSÉ GUIDONI	52,11	696,07	150.000,00
	02	9.602	EDSON LUIZ STAUDT	23,09	361,95	150.000,00
	04	7.681	SILVIA JAROSZESKI	14,40	364,06	120.000,00
	04A	7.787	HARRY FRANCISCO BRUTSCHER	14,25	373,67	120.000,00
	05	7.515	MARCOS ANTONIO FEDRIGO	33,78	575,29	180.000,00
	06	10.506	BOTTINI COMÉRCIO DE BEBIDAS	50,48	573,86	200.000,00
	07	5.294	LUCIANO TADEU HEINEN (ALCIDES DE VILLA)	56,09	782,09	250.000,00
	08	6.735	CELSON LUIZ HERMES	63,67	880,42	260.000,00
	09	SEM	MIRIAM ZENI	29,10	790,45	130.000,00
	10	5.294	LUCIANO TADEU HEINEN (ALCIDES DE VILLA)	28,65	805,06	130.000,00
	11	1.349	RODOLFO GERMANO PUTILITZ	52,56	727,79	150.000,00
	12	5.604	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	53,10	722,69	150.000,00
QUADRA 39	01	9.663	SILVERIO SCHLEICHER	44,73	417,70	160.000,00
	01A	9.663	SILVERIO SCHLEICHER	16,00	409,83	140.000,00
	02	1.262	RAFAEL SCHLEICHER / SILVERIO SCHLEICHER	26,60	654,73	240.000,00
	04	4.236	NILSON VICENTE TRENTA	17,87	454,10	150.000,00
	04A	3.693	CLODOALDO BORBA	18,56	498,19	130.000,00
	05	7.137	ERENITA FILIPPSEN E ENRI NICOLAU FILIPPSEN	35,23	867,55	170.000,00
	07A	14.238	IGREJA MANANCIAL	22,00	1.055,03	200.000,00
	07B	14.239	LUIZ ALBERTO STEINMETZ	19,00	911,16	160.000,00
	07C	14.240	IGREJA MANANCIAL	63,76	742,93	200.000,00
	10	9.736	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,66	474,56	130.000,00
	11	9.736	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	41,42	464,18	150.000,00

QD 41	02	SEM	MUN. DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - ESTÁDIO MUNICIPAL	90,00	9.000,00	200.000,00
QD 42	02	10.037	LUCIMAR FUMAGALLI	38,00	570,00	75.000,00
	11	5.518	EVERALDO, LARI E ROSANE	38,00	570,00	75.000,00
QUADRA 53	01	SEM	LEVINO GALLI	45,11	449,52	78.000,00
	02	SEM	LEVINO GALLI	14,86	449,52	72.000,00
	03	SEM	DECIO FUMAGALLI	14,86	668,70	75.000,00
	04	SEM	ARNO KISTEMACHER	14,86	668,70	75.000,00
	05	SEM	GILBERTO SEHN	14,86	668,70	75.000,00
	06	SEM	ASSUNTA GAZOLLA	14,85	449,21	70.000,00
	07	SEM	JOSÉ AILTO CAMARGO GONÇALVES	45,10	449,52	75.000,00
	08	SEM	NEUSI MARIA GIONGO COMEL	14,75	438,37	72.000,00
	09	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,75	438,37	70.000,00
	10	SEM	ERNESTO LINHARES LONGHINOTTI	14,75	438,37	70.000,00
	11	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	44,47	438,37	72.000,00
	12	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,86	657,56	70.000,00
	13	SEM	JOSÉ TIRANDELLI	14,86	657,56	70.000,00
	14	SEM	JUCELI CATARINA DE LEMES	14,86	657,56	70.000,00
	15	SEM	HENRIQUE TEIXEIRA DA ROSA	14,75	438,08	68.000,00
	16	SEM	ARACI LOURDES LAMB	14,75	438,08	68.000,00
	17	SEM	ANDRÉ MOHR	14,75	438,08	68.000,00
	18	SEM	VALE DAS ÁGUAS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	44,45	438,08	72.000,00

QUADRA 54	01	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	45,00	450,00	72.000,00
	02	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	15,00	450,00	68.000,00
	03	SEM	EDELAR HULLESHAIM	14,81	740,50	72.000,00
	04	SEM	INÁCIO IVO TERNUS	14,81	444,30	67.000,00
	05	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	14,81	444,30	67.000,00
	06	SEM	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ MARANATHA	44,82	444,30	73.000,00
	07	SEM	MARSIL COM. MÓVEIS E ESTOF. LTDA	20,00	600,00	63.000,00
	08	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	20,00	896,20	68.000,00
	09	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	15,00	672,15	65.000,00
	10	SEM	CÉLIA MARIA MASSING	16,02	744,07	68.000,00
	11	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	20,00	888,88	68.000,00
	12	SEM	IGREJA BATISTA MARANATA	20,00	888,88	68.000,00
	13	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	15,00	666,60	60.000,00
	14	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	18,33	789,69	60.000,00
QD 55	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - RO-DOVIÁRIA	167,90	2741,35	500.000,00
	02	SEM	ARNALDO GELKE	27,48	543,02	160.000,00
	03	SEM	FRANCISCO BOCH	23,49	587,21	120.000,00
	04	13.309	ARI CAMPANHOLO	90,90	999,49	200.000,00
QUADRA 56	01	7.103	TIARA POLETTI	41,43	380,04	95.000,00
	02	11.317	LUIZ ALBERTO STEINMETZ	41,43	380,04	100.000,00
	03	8.981	ALBINO MARCOS AUMONDI	13,71	380,04	88.000,00
	04	8.378	GERMANO GEAN VIEIRA	13,71	380,04	90.000,00
	05	7.042	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ (JATIR RAUL PILATTI)	13,71	380,04	88.000,00
	06	7.116	MARIA PEREIRA	13,71	380,04	90.000,00
	07	7.128	ARNO KLAUCK	13,71	380,04	88.000,00
	08	SEM	ANILDO GONÇALVES DA ROSA	13,71	380,04	88.000,00
	09	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,71	380,04	88.000,00
	10	SEM	NILSON MARIO SCHWERTZ	13,71	380,04	88.000,00
	11	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	13,71	380,04	88.000,00
	12	SEM	COM. DE ROUPAS RELIMAR LTDA ME	13,71	380,04	88.000,00
	13	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	41,46	380,87	90.000,00
	14	SEM	COM. DE ROUPAS RELIMAR LTDA ME	41,46	380,87	95.000,00

QD 57	01	3.625	COLÉGIO IRINEU BORNHAUSEN	386,54	9.282,35	750.000,00
QUADRA 58	01	7.040	LARI JOSÉ BAIERLE	47,25	500,00	80.000,00
	02	CHAPECO	DALETE ANA STAUFER	16,00	500,00	72.000,00
	03	9.767	CLADIS INÊS DALLA ROSA	16,00	500,00	72.000,00
	04	8.364	ADILCE FERREIRA BRUSTOLIN	16,00	500,00	72.000,00
	05	11.390	NELVO KISTEMACHER	16,00	500,00	72.000,00
	06	7.039	ELOIR ANTONIO ROSSATTO	16,00	500,00	78.000,00
	07	11.332	ADEMARIO DE SOUZA SILVA	20,83	999,98	93.000,00
	08	SEM	PEDRO JOSÉ DEBONA	14,12	451,84	68.000,00
	09	SEM	LUIZ ANTÔNIO BASSI	14,12	451,84	68.000,00
	10	SEM	LUIZ ANTÔNIO BASSI	14,13	482,68	72.000,00
	13	10.518	VITÓRIA MARIA WAGNER	20,83	1.000,00	93.000,00
	14	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,00	512,00	68.000,00
	15	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,00	512,00	68.000,00
	16	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	16,10	484,59	70.000,00
QD 59	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/CA-MARA	125,00	8.000,00	500.000,00
QUADRA 60	24	SEM	HAMILTON TADEU LUCCA	20,06	1.000,01	150.000,00
	25	SEM	HAMILTON TADEU LUCCA	17,50	700,00	75.000,00
	26	SEM	SILVESTRE GASPAR MOHR	15,00	600,00	72.000,00
	28	SEM	LENOIR FERREIRA	15,00	600,00	72.000,00
	29	SEM	JATIR DALMAGRO	20,00	800,00	80.000,00
	30	SEM	JATIR DALMAGRO	20,00	800,00	80.000,00
	31	SEM	MOACIR DALMAGRO	13,81	552,56	70.000,00
	32	SEM	CLAUDIO STOFFEL	21,52	857,68	80.000,00
	34	11.038	RODRIGO CAMPOS	20,00	800,00	80.000,00
	35	SEM	EDITE TICZ	13,81	552,56	68.000,00
	36	SEM	EVA TEREZINHA PIRES	13,81	552,56	68.000,00
	37	USUCAPIÃO	PASCHOAL ANTÔNIO PATUSSI	13,81	552,56	68.000,00
	38	USUCAPIÃO	PASCHOAL ANTÔNIO PATUSSI	13,81	552,56	75.000,00
	47	SEM	EUCLIDES EGON BECKER	58,30	1.374,50	200.000,00
	47A	SEM	NERI BERTOLDI	35,09	1.000,00	160.000,00
	47B	SEM	JATIR DALMAGRO	25,52	625,50	85.000,00

QD 62	01	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - ASSERMAC	179,90	4.045,05	500.000,00
	02	SEM	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - CASA MORTUÁRIA	89,50	1.276,70	150.000,00
	03	SEM	MUNICÍPIO - GRUPO DE ESCOTEIROS ABILIO GIONGO	107,12	2.791,06	300.000,00
QUADRA 63	08	1.614	NILO THOMÉ	22,52	870,00	100.000,00
	09	MAT CHAPECO	CEZAR AUGUSTO BELLEI	25,89	1.000,00	85.000,00
	10	MAT CHAPECÓ	CARLOS ALBERTO BELLEI	25,89	1.000,00	85.000,00
	11	SEM	SEVERA MARIA KUHN	19,81	400,00	60.000,00
	15	SEM	ARMELINDA G. M. NEGRÃO	12,94	500,00	60.000,00
	16	SEM	THEREZINHA DRABACH	12,94	500,00	60.000,00
QUADRA 72	01	6.122	SILVENIO CANEPELE	14,00	1.000,00	88.000,00
	02	6.122	SILVENIO CANEPELE	14,00	560,00	80.000,00
	03	6.123	DIRCEU FRANCISCON	14,00	560,00	80.000,00
	04	6.525	CLAUDIO BOETTCHER	14,00	560,00	80.000,00
	05	8.434	VALDIR INACIO SCHABARUM	14,00	560,00	80.000,00
	06	8.058	IDA STAUFFER	14,00	560,00	80.000,00
	07	6.641	JAIR DAMO	14,00	560,00	80.000,00
	08	6.123	DIRCEU FRANCESCON	14,00	560,00	80.000,00
	09	6.123	DIRCEU FRANCISCON	14,00	560,00	80.000,00
	10	12.491	DARCI COMEL	13,00	492,12	78.000,00
	13B	11.991	RUDI FCO GERHARDH	33,00	937,10	95.000,00
	13C	11.992	RUDI FCO GERHARDH	23,00	942,00	95.000,00
	13D	11.993	MARNI GIONGO	13,00	478,30	80.000,00
QUADRA 78	01	10.320	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO BACKES LTDA ME (LUIZ DALMAGRO)	15,00	450,00	75.000,00
	02	10.321	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO BACKES	12,33	369,90	75.000,00
	03	10.322	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
	04	10.323	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
	05	10.324	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	15,00	450,00	75.000,00
	06	10.325	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	14,50	435,00	75.000,00
	07	10.326	HIDROESTE - CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE	14,50	435,00	75.000,00
	08	13.318	CRECHE DO MUNICÍPIO	15,00	450,00	75.000,00

EDITAL DE NOTIF. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001-2020 - EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2298053

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
Nº 001/2020**

O Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e por intermédio do presente edital, que vai publicado no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no sítio eletrônico oficial www.aguasdechapeco.sc.gov.br, além da imprensa local e oficial, leva ao conhecimento público e faz saber a quem interessar possa, que o município de Águas de Chapecó irá executar obras de melhoria, razão pela qual lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA e AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS ATINGIDOS, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de instalação de passeios públicos, nas vias públicas da cidade, conforme descrições do mencionado Edital.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 02 de janeiro de 2020.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

PORTARIA Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298670

PORTARIA Nº 002/2020
De 03 de Janeiro de 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso IX, do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, Lei do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, em 03 de Janeiro de 2020, a pedido da própria servidora efetiva ANA CLARA MEES, do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 03 de Janeiro de 2020.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298100

PORTARIA Nº 001/2020
De 02 de Janeiro de 2020

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CON-
FIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 030/2011, Lei Complementar Municipal nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Pública Municipal Efetiva JANAINÉ RAIANE CHAGAS DE MELO, ocupante do cargo de Médica, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a Função de Confiança de Encarregado de Serviço – Nível III, firmando Termo de Responsabilidade Técnica na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta portaria serão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Janeiro de 2020.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 019/2019**

Publicação Nº 2297473

PORTARIA nº. 019/2019

De 05 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.460/2017.

Juraci Almeida da Silva, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial as contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó e na Portaria n. 017/2019, de 05 de julho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. - A cada um ano, sempre no mês de novembro, será realizada pesquisa de satisfação para avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - Satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Art. 2º. - O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade no mês de dezembro de cada ano, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poder Legislativo de Águas de Chapecó,

Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

JURACI ALMEIDA DA SILVA

Presidente

Publicado e registrado em local de costume.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 04/2020

Publicação Nº 2298669

DECRETO Nº 4/2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.273/2019 de 10/12/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias nº 1.273/2019, no valor de R\$ 602.608,87 (seiscentos e dois mil, seiscentos e oito reais e oitenta e sete centavos), no Órgão e Unidade Orçamentária, conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento

Programa: 03 – Águas Frias Bem Mais Administração

Projeto/Atividade: 1.005 – Construção/Reforma e Ampliação do Prédio do Centro Adm. Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 602.608,87 DR 0.1.83

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme Contrato de Empréstimo nº 2018013602, que entre si Celebram a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e o Município de Águas Frias, e conforme Art. 5º da Lei nº 1.273/2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 05/2020

Publicação Nº 2298672

DECRETO Nº 5/2020

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS, ORIUNDOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, usando da sua competência privativa que lhe confere o inciso II do art. 12 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Legislação Vigente.

DECRETA:

Art. 1º - A composição do Superávit Financeiro apurado no Balanço Anual Consolidado de 2019 do Município de Águas Frias – SC, obedecerá aos valores de acordo com as destinações de recursos conforme relacionado abaixo, e contas bancária constantes no anexo I:

UNIDADE GESTORA – Município de Águas Frias

Destinação de Recursos para 2020	Valores em RS
Fonte 0.3.00 – Recursos Ordinários	221.220,15
Fonte 0.3.10 – Convênio Trânsito – Militar	961,08
Fonte 0.3.11 – Convênio Trânsito - Civil	3.785,03
Fonte 0.3.12 – Convênio Trânsito - Prefeitura	678,11
Fonte 0.3.18 – Transferências do FUNDEB	36.805,28
Fonte 0.3.34 – Contrato de Repasse nº 881944/2018/MAPA/Caixa 647192-3	20.003,90
Fonte 0.3.35 – Transf. do Sistema Único de Assist. Social – SUAS/União	152.535,17
Fonte 0.3.50 – Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal	387.711,71

Fonte 0.3.64 – Convênio 2019TR1234	190.000,00
Fonte 0.3.65 – Transf. do Sistema Único de Assist. Social – SUAS/Estado	26.126,26
Fonte 0.3.89 – Alienação de Bens	52.522,85
TOTAL GERAL	1.092.349,54

UNIDADE GESTORA – Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias

Destinação de Recursos para 2020	Valores em R\$
Fonte 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	53.637,73
Fonte 0.3.67 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	27.203,43
Fonte 0.3.76 – Transferências SUS/União – Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 86/2015)	300.000,00
TOTAL GERAL	380.841,16

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de janeiro de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 06/2020

Publicação Nº 2298676

DECRETO Nº 6/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.273/2019 de 10/12/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias nº 1.273/2019, no valor de R\$ 36.805,28 (trinta e seis mil, oitocentos e cinco reais e vinte e oito centavos), no Órgão e Unidade Orçamentária, conforme segue:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação

Programa: 4 – Águas Frias Bem Mais Educação

Projeto/Atividade: 2.006 – Manut. do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEB

Natureza da Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 36.805,28 DR 0.3.18

Art. 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do superávit financeiro apurado em balanço geral no exercício base de 2019, conforme Art. 5º da Lei nº 1.273/2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL Nº1/2020

Publicação Nº 2294964

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 1/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : CINTHIA THOMAS

Objeto : Contratação de Serviços Profissionais de um Médico Clínico Geral, para atendimento na Unidade de Saúde do Município de Águas Frias.

Valor : R\$ 14.189,88 (quatorze mil cento e oitante e nove reais e oitenta e oito centavos)

Vigência : Início :02/01/2020 Término : 31/01/2020

Licitação : Dispensa por Justificativa Nº.: 1/2020

Processo : 1/2020

Águas Frias – SC, 02 de janeiro de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2929 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297857

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a Servidora Pública Municipal, Sra. JULIA GARCIA, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matrícula 911.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 26 de dezembro de 2019, revogando os efeitos do Decreto de nº 2.848 de 12 de agosto de 2019.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2930 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297856

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida férias regulamentares ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
879	ADRIANA CARVALHO DUARTE SIDRÁ	06/06/2018	05/06/2019	23/12/2019	06/01/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 23 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas publicações

DECRETO 2931 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297855

EXONERA SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados a partir de 30 de dezembro de 2019.

Matricula	Nome
887	ELIZABETH ROSANE BREUNIG KUSTER
895	RAÍSSA MAIRA KUNZ
896	MARCIANO LAZZAROTTI
900	FABIANE LOHMANN PEINHOPF
902	SINTIA SCHNEIDER SCHONELL
915	MARISTELA BEAL DA ROSA

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor em 30 de dezembro de 2019, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 27 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2932 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298432

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "B", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.877,11 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais, onze centavos), na seguinte ação orçamentária:

90000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
90001	Encargos Gerais do Município
28	ENCARGOS ESPECIAIS
846	Outros Encargos Especiais
0	Operações Especiais
0.1	Cump. Das Obrigações Contrib. E Tributárias - PASEP
3	DESPESA CORRENTES
3.3	Outros Serviços e Encargos
3.3.90.00.00.050	Aplicações Diretas
	R\$ 3.877,11

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Excesso de Arrecadação, no vínculo abaixo:

a) "0.1.050" - Recurso - Pré-Sal

- R\$ 3.877,11 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais, onze centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 27 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

DECRETO 2933 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298469

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a Servidora Pública Municipal, Sra. GISELE CRISTINA PEDRUSSI no cargo de COORDENADOR OPERACIONAL DE SAÚDE, matrícula 906.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto de nº 2.830 de 15 de junho de 2019.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298463

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
8	DEISE OHLWEILER MATTES	16/01/2019	15/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
24	VANIA MARILDE LAUTERT	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
28	IVANDRO SCHONELL	13/10/2018	12/10/2019	02/01/2020	16/01/2020
30	VANDA MARISE LAUTERT	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
34	ILIZANDRA BRITO DAHMER	05/01/2019	04/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
42	JAIR LUIZ BIASIO	01/01/2019	30/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
48	MAIRA DIONETE ZAHLER	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
107	NASSER KARTABIL	05/03/2018 05/03/2019	04/03/2019 04/03/2020	02/01/2020 17/01/2020	16/01/2020 31/01/2020
115	ARNALDO ARNILDO KRUG	21/01/2018	20/01/2019	02/01/2020	31/01/2020
119	ADELAIDE ERCI MULLER	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
121	CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
134	DANIVAL RAMIRO RIBEIRO	01/04/2018 01/04/2019	31/03/2019 31/03/2020	06/01/2020 21/01/2020	20/01/2020 04/02/2020
190	ELENA ENGE RAUBER	05/01/2019	04/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
197	ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	09/04/2019	08/04/2020	02/01/2020	31/01/2020
222	ELTON RECH	01/12/2018	30/11/2019	02/01/2020	31/01/2020

278	APARECIDA ROSE COSTA PEREIRA	14/02/2019	13/02/2020	02/01/2020	31/01/2020
284	PAULO CESAR BRITO	10/11/2018	09/11/2019	02/01/2020	31/01/2020
289	LISNEIA RAQUEL PALLAS	06/02/2019	05/02/2020	06/01/2020	04/02/2020
333	DANIELI GOSSENHEIMER GONCALVES	07/02/2018	06/02/2019	02/01/2020	31/01/2020
334	ELISANE DA COSTA ALVES	13/01/2019	12/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
340	ROSELI BOURCKHARDT HOFFMANN	15/02/2018 15/02/2019	14/02/2019 14/02/2020	02/01/2020 17/01/2020	16/01/2020 31/01/2020
344	VANIA MARILDE LAUTERT	05/01/2019	04/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
345	JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
377	GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO	10/01/2019	09/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
473	IVONE APARECIDA GUILHERME HORN	05/04/2018	04/04/2019	06/01/2020	04/02/2020
474	ELICE MULLER	05/04/2018 05/04/2019	04/04/2019 04/04/2020	02/01/2020 17/01/2020	16/01/2020 31/01/2020
475	ANA PAULA GONÇALVES DA SILVA	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
477	GILIARD LINK	20/04/2018	19/04/2019	02/01/2020	31/01/2020
481	VANDA MARISE LAUTERT	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
494	NADIA ELIANI FISCHER RECH	08/10/2016	14/04/2019	02/01/2020	31/01/2020
498	LILIAN KRUG JUNG GASTMANN	01/07/2018	30/06/2019	02/01/2020	31/01/2020
499	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	02/08/2018	01/08/2019	02/01/2020	31/01/2020
526	MARCIA PAULINA FREISLEBEN BURGET	15/06/2018	14/06/2019	02/01/2020	31/01/2020
569	MARCIANO LAZZAROTTI	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
574	FLAVIO OHLWEILER	05/03/2019	04/03/2020	02/01/2020	31/01/2020
581	ALESSANDRA MANFÉ	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
605	GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO	27/12/2018	26/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
606	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	04/01/2019	03/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
607	JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
614	ILIZANDRA BRITO DAHMER	22/12/2018	21/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
647	ANDRE SCHNEIDER	14/10/2018	13/10/2019	02/01/2020	31/01/2020
660	CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT	18/12/2018	17/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
732	MARLENE APARECIDA DA COSTA	04/01/2019	03/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
736	MARCOS ROGERIO BURGET	01/06/2018	31/05/2019	06/01/2020	04/02/2020
743	VOLMAR DETONI	01/06/2018	31/05/2019	06/01/2020	04/02/2020
749	EDUARDA JÚLIA NICOLLI MIOTTO	15/06/2018	14/06/2019	06/01/2020	20/01/2020
753	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	04/01/2019	03/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
774	JOICE COSTENARO FRANZEN	22/02/2018	07/04/2019	02/01/2020	31/01/2020
780	GREI SIMARA BERNO SCHWINGEL	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 02 de janeiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

PORTARIA 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298466

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidores Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
11	ADILSON SCHWINGEL	23/08/2010 a 22/08/2015	02/01/2020 a 31/01/2020
25	JOSE LUIZ RETTORE	23/08/2010 a 22/08/2015	02/01/2020 a 31/01/2020
220	TANIA CATARINA NILSON	23/08/2010 a 22/08/2015	02/01/2020 a 31/01/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

PORTARIA 257 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297677

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
470	LOIRACI CARMEN MAROLI	01/03/2019 a 29/02/2020	23/12/2019 a 21/01/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

PORTARIA 258 DE 27 DE DEZEMBRO 2019

Publicação Nº 2297675

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
913	ALICE MÜLLER	02 dias	19/12/2019 e 20/12/2019
833	RAFAEL CASTILHO	1/2 dia (tarde)	20/12/2019
335	LAURI FISCHER	1/2 dia (tarde)	20/12/2019
135	JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT	1/2 dia (manhã)	20/12/2019
113	JOSI VITORIA LERMEN FINGER	01 dia	23/12/2019
220	TANIA CATARINA NILSON	1/2 dia (tarde)	26/12/2019
884	VANUSA PROVIN	1/2 dia (tarde)	26/12/2019
757	IDENE WEBER GOSENHEIMER	01 dia	27/12/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 27 de dezembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável Pelas Publicações

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2298277

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA/SC

ROSICLER TEREZINHA POTRICH BENINCÁ, Presidente do Legislativo Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar nº 22/09 e art. 53, inciso VII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear NAHIM DIEGO MEZACASA DE MATTOS, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 3.614.818 SSP/SC e CPF 006.614.249-01, residente na Rua Padre Franciscanos, nº800, Bairro Nossa Senhora Salete, Concórdia/SC, para a função de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista/SC, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Fixa a remuneração conforme anexo II – da Lei Complementar n.44 de 18 de julho de 2011 e alterações posteriores.

Art. 3º. A despesa decorrente deste ato ocorrerá à conta de dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2020.

ROSICLER TEREZINHA POTRICH BENINCÁ

Presidente

Anchieta

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2020 - PMA

Publicação Nº 2297661

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

CHAMADA PÚBLICA – Nº 001/2020

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados em prestar serviços para assessorar a formação continuada com professores da Rede Municipal de Ensino de Anchieta.

A referida prestação de serviços para formação deverá ser nas seguintes datas e horários:

No dia 05/02, período matutino das 7:30 às 11:30 horas, duração de 04 horas, formação com professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais sobre tecnologia, com o tema: A escola em tempos de mudança acelerada - necessidades e desafios do uso da tecnologia em sala de aula.

Formação mínima do profissional a ser contratado:

Graduação em licenciatura ou sistemas de informação.

Mestrado com estudo voltado ao uso de novas tecnologias em sala de aula.

Experiência profissional na formação de professores.

No dia 07/02, dia todo das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, duração de 08 horas, formação com professores da Educação infantil, com o tema: A importância de brincadeiras com ritmo, histórias e brincadeiras com regras para crianças até 06 anos.

Formação mínima do profissional a ser contratado:

Graduação Licenciatura em Pedagogia.

Pós Graduação na área de Educação Infantil.

Experiência profissional na Educação Infantil e em formação de professores.

Para procederem a inscrição até o dia 10/01/2020, no departamento de licitações, na Avenida Anchieta, 838, Centro, dúvidas entrar em contato pelo telefone. (49)3653-3200.

Critério de Julgamento das Propostas, será o "Menor Preço".

Apresentar também as seguintes documentações: N. FEDERAL, N. ESTADUAL, N. MUNICIPAL, N. CNDT-TRABALHISTA, CPF/IDENTIDADE.

Obs: Enviar a Proposta e as Documentações Preferencialmente em Envelope Fechado ou pelo e-mail: licitacoes@anchieta.sc.gov.br, até 10/01/2020.

Anchieta, 02 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Em Exercício.

CONTRATO 046/2019-PM

Publicação Nº 2297667

CONTRATO 046/2019

Execução de Obra Pavimentação Asfáltica

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q, SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA (CALÇAMENTO EXISTENTE), COM ÁREA TOTAL DE 1.917,10M² NA RUA NERI PAGLIOSA, NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, com sede a Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente na Linha São Marcos, Interior desse município, inscrito no CPF nº 625.835.909-44, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, com sede na Rua 15 de Novembro, 110 - Sala 01, Centro, CEP: 89900-000, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.588.912/0001-38, neste ato representada pelo Responsável Legal/Procurador Sr: JONATAS LIMA DA LUZ, brasileiro, casado, residente na cidade de São Miguel do Oeste/SC, inscrito (a) no CPF sob o nº 010.126.529-80, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 093/2019, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 008/2019 de 20 de Dezembro de 2019.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 8666/93, e suas diversas alterações legais, em especial a Lei Federal nº. 8883/94, tanto quanto pelas cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 093/2019, Tomada de Preços nº 008/2019, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, para Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q, sobre pavimentação poliédrica (calçamento existente), com área total de 1.917,10m² na Rua Neri Pagliosa, no município de Anchieta/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, CONTRA PARTIDA.

2.1. A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada por Preço Global em conformidade com o projeto básico constante no Anexo "VII" do Edital para Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q, sobre pavimentação poliédrica (calçamento existente), com área total de 1.917,10m² na Rua Neri Pagliosa, no município de Anchieta/SC.

2.1.2. Os serviços de que tratam o presente contrato deverão ser dirigidos por engenheiro civil, com registro no CREA, presente diariamente no local da obra.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto deste Contrato, completamente concluída, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Início da Obra, podendo este prazo ser prorrogado nos casos em que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.1. A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato e emissão da Autorização de Início, sob pena de notificação.

2.3. Deverá ser apresentada, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra (recolhida sobre o valor do contrato e assinada pelo mesmo profissional que forneceu os acervos técnicos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência de 6 (seis) meses contados da data de sua assinatura, podendo este prazo ser revistos nos casos previstos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DE SEU REAJUSTE

4.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 111.361,50 (Cento e Onze Mil, Trezentos e Sessenta e Um Reais e Cinquenta Centavos), constante da proposta vencedora do Processo Licitatório Nº 093/2019 – Tomada de Preços Nº 008/2019, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.3. O preço pelo qual será contratado o objeto do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MEDIÇÕES DAS ETAPAS DA OBRA

5.1. As medições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro mediante requerimento da contratada, que deverá entregar juntamente com este, a Planilha Orçamentária, referente à etapa concluída.

5.2. As etapas da obra serão consideradas executadas mediante a emissão de relatórios de medição, relativos à sua execução, pelo Setor de Engenharia, os quais serão emitidos em até 10 (dez) dias úteis após solicitação da empresa vencedora, para o fim estabelecido na Clausula Sexta do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Expedido os relatórios de medição a que se refere a Clausula Quinta do presente contrato, os mesmos serão encaminhados ao agente financeiro, que atestará a execução física das etapas correspondentes e, se for o caso, autorizará a liberação da(s) parcela(s) dos recursos financeiros vinculados à execução do objeto deste contrato para pagamento à empresa contratada, a qual deverá apresentar à Prefeitura de Anchieta, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do(s) relatório(s) de medição aprovado(s) pelo agente financeiro, a(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (is), constando de seu(s) corpo(s) o número do Convênio citado na Clausula Primeira, item 1.2, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame licitatório.

6.2. O pagamento será desembolsado em parcelas conforme cronograma financeiro, após o recebimento das notas fiscais, obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade, se cumprido o disposto na Clausula Quinta, item 6.1 da presente cláusula e aos seguintes requisitos:

6.2.1. 1ª Parcela:

a) Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);

b) Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);

c) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);

d) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP);

e) Guia de Recolhimento do ISS;

f) Declaração da empresa, de que está com a escrituração contábil atualizada, assinada pelo contabilista e administrador responsável, bem como os demonstrativos do último exercício social da empresa.

6.2.2. A liberação das demais parcelas fica condicionada à apresentação dos documentos mencionados nas letras: c, d, e, f do item 6.2.1 desta Cláusula.

6.2.3. A última parcela fica condicionada à apresentação dos documentos elencados nas letras c, d, e, f, item 6.2.1 desta Cláusula, Certidão Negativa de Débito INSS referente obra executada e ao recebimento provisório da obra.

6.2.4. Todos os documentos deverão ser autenticados ou conferidos com os originais.

6.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8666/93.

6.4. A contratada deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº 8666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 8212/91.

6.5. Na eventual hipótese de problemas orçamentários e ou financeiros por parte do Município de Anchieta - SC, a entrega dos produtos/ serviços poderá vir a ser suspensa até a devida adequação, ou mesmo cancelada, sem que isso represente quebra de contrato a ensejar rompimento de avença e ou justificar pagamento de multa.

6.6 - A contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, a contratante o número da Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 - Dos Recursos Orçamentários

7.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado são os seguintes:

Despesa: 125 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 279 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo-FEP

Despesa: 224 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 74 - Conv. Sec. Estado Infraestrutura Programa 20190085

7.2 - Dos Recursos Financeiros:

7.2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto licitado serão pagos com Recursos da Proposta de Transferência nº 22565 e Contrapartida FEP.

, conforme exigências deste ato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

8.1.2. Fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.

8.1.3. Fica responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.4. Caberá a contratada cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão-de-obra contratada de terceiros.

8.1.5. A contratada deverá manter permanentemente na obra um engenheiro civil, durante todo o período de execução, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

8.1.6. Caberá ainda a contratada treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente Contrato.

8.1.7. Sempre que necessário, a contratada poderá reforçar a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.

8.1.8. Ao final da obra, deverá a contratada proceder à recomposição do local da obra, demolindo as construções do canteiro, promovendo a limpeza e a remoção de todo o material indesejável.

8.1.9. Terá a contratada que reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.

8.1.10. Se necessário, a contratada praticará a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.

8.1.11. Somente após o término da utilização dos equipamentos em face do plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município, poderá a contratada retirá-los do canteiro de obras.

8.1.12. A contratada deverá executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.

8.1.13. A contratada obriga-se a impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em terras de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.

8.1.14. A contratada deverá submeter à aprovação do Município, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.

8.1.15. Correrão por conta e risco da contratada todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.16. A contratada deverá apresentar, antes do recebimento pelos serviços prestados, os holerites, guias de FGTS (GFIP) e INSS (GPS) de todos os empregados que efetivamente tenham prestado o serviço objeto do presente contrato durante os meses a que se refere à respectiva medição a ser efetuada;

8.1.16.1. A não apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores ensejará a retenção do pagamento devido até que os mesmos sejam regularmente apresentados, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato anexo e na Lei Federal nº. 8666/93.

8.1.16.2. Se a contratada omitir-se e não apresentar os respectivos documentos no prazo de 30(trinta) dias depois de intimada pela Administração Municipal ficará sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78, I, c/c o art. 79 da Lei Federal nº. 8666/93, sem prejuízo das sanções contratuais e legais pertinentes e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para providências pertinentes.

8.1.17. Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no início da execução da obra

objeto deste Contrato.

8.1.18. Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma.

8.1.19. Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

8.1.20. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra e sobre o valor total da mesma.

8.1.21. Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.22. Confeccionar e colocar placa de identificação da obra e do valor deste Contrato, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.

8.1.23. Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 6.2, cumprido o disposto no item 6.1 da Cláusula Sexta.

8.2.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

8.2.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

8.2.5. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

8.2.6. Fiscalizar-lhes a execução.

8.2.7. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2.8. Fornecer as máquinas, veículos e funcionários de acordo com o disposto no item 2.4.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município de Anchieta – SC exercerá a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto contratado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, designando para tanto engenheiro civil e/ou prepostos, devidamente credenciados, aos quais caberá fiscalizar em todos os seus aspectos a execução dos mencionados trabalhos.

9.2. A fiscalização terá acesso a todas as etapas e dependências referentes às operações de execução do objeto licitado, cabendo-lhe, ainda:

I - Agir e decidir soberanamente perante a contratada acerca da execução do objeto contratado, inclusive rejeitando os trabalhos que estiverem em desacordo com os projetos básicos e executivos e proposta vencedora, com as normas de especificações ou com a melhor técnica consagrada pelo uso;

II - Ordenar a imediata retirada do local, do empregado, do equipamento e no máximo em 48 (quarenta e oito) horas do material rejeitado, por dificultar a realização dos trabalhos referentes ao objeto contratado ou à fiscalização feita;

III - Notificar por escrito a contratada e comunicar seus superiores acerca de todas as ocorrências especificadas nos itens anteriores.

IV – A contratada manterá, no local da obra, o diário de obra ou diário de ocorrência, com todas as folhas devidamente rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, onde serão registrados:

a) Pela Contratada:

I - As condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

II - As consultas à fiscalização;

III - As datas de conclusão das etapas no cronograma aprovado;

IV - Os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;

V - Números de empregados presentes;

VI - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

b) Pela Fiscalização:

I - Atestação da veracidade dos apontamentos efetuados pela contratada;

II - Soluções às consultas formuladas ou providências solicitadas;

III - Juízos ou restrições a respeito do andamento da obra;

IV - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

9.3 - A contratada é obrigada a permitir a fiscalização dos materiais, da execução das obras e serviços, além de facultar o acesso a todas as partes das obras contratadas.

9.4. É assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviços executados ou em material posto na obra.

9.5. A contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 - Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:

11.1.1 - A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

11.1.2 - Após a entrega da última medição será dado prazo de 90 (noventa) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente através do Departamento de Engenharia, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

11.1.3 - A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

11.1.4 - Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a CONTRATADA deverá atender todas as exigências da fiscalização do CONTRATANTE, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

11.1.5 - A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

13.2.1 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

13.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1 - advertência

13.3.2 - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3.3 - multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

13.3.4 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.3.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.3.4.

13.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 será o valor inicial do Contrato.

13.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura de Anchieta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos, enumerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. O presente contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preço nº 008/2019, de acordo com o Art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8666/93 e a proposta da contratada.

16.2. A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

16.3. A Prefeitura Municipal de Anchieta reserva-se o direito de deixar de executar o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o contratado, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

16.4. Não será permitida terceirização e a sub-empregada da obra, no todo ou em parte, sem a expressa anuência do Município.

16.5. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município;

16.6. Caso a contratada seja de estado diverso do Estado de Santa Catarina, deverá a mesma comprovar, para fins de assinatura do presente contrato, o visto ou registro no CREA/SC demonstrando que tem condição legal de atuar neste Estado, nos termos da Resolução nº 336/89 do CONFEA.

16.7. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e

legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Anchieta – SC na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Anchieta – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram.

Anchieta, SC, 31 de Dezembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JONATAS LIMA DA LUZ

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA

CPF: 034.116.669-35

NERWILBRANTZ

CPF: 853.985.199-72

CONTRATO 047/2019-PM

Publicação Nº 2297668

CONTRATO 047/2019

Execução de Obra - Energia Fotovoltaica

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 085/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE 03 (TRÊS) GERADORES FOTOVOLTAICOS COM POTÊNCIA NOMINAL MÍNIMA TOTAL DE 150 KW E POTÊNCIA DE PICO TOTAL MÍNIMA DE 166,50 KWP, A SEREM INSTALADOS EM: (A) GARAGEM MUNICIPAL; (B) CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E (C) HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE. CONFORME PROJETOS, PLANILHAS, CRONOGRAMA E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO, FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, com sede a Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente na Linha São Marcos, Interior desse município, inscrito no CPF nº 625.835.909-44, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa O. J. GHEDINI EIRELI - ME, com sede na Av. Brasil, 1570 - SALA 02, Bairro Perpétuo Socorro, 89990-000, São Lourenço do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.092.769/0001-82, neste ato representada pelo seu Responsável Legal da Empresa o Sr. OLAVO JOSÉ GHEDINI, inscrito (a) no CPF sob o nº 001.020.789-98, RG: 3.501.310 SSP/SC, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação nº 085/2019, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 006/2019 de 22 de Novembro de 2019.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 8666/93, e suas diversas alterações legais, em especial a Lei Federal nº. 8883/94, tanto quanto pelas cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 085/2019, Tomada de Preços nº 006/2019, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para implementação com fornecimento de materiais, mão de obra e adequação de instalações de 03 (três) geradores fotovoltaicos com potência nominal mínima total de 150 kW e potência de pico total mínima de 166,50 kWp, a serem instalados em: (a) Garagem Municipal; (b) Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental e (c) Hospital Municipal Anchietaense.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, CONTRA PARTIDA.

2.1. A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada por Preço Global em conformidade com o projeto básico constante no Anexo "IX" do Edital para implementação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica, englobando o consumo das unidades consumidoras de titularidade do município de Anchieta, Santa Catarina.

2.1.2. Os serviços de que tratam o presente contrato deverão ser dirigidos por engenheiro responsável, com registro no órgão competente, presente diariamente no local da obra.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto deste Contrato, completamente concluída, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Início da Obra, podendo este prazo ser prorrogado nos casos em que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.1. A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato e emissão da Autorização de Início, sob pena de notificação.

2.3. Deverá ser apresentada, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra (recolhida sobre o valor do contrato e assinada pelo mesmo profissional que forneceu os acervos técnicos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias contados da data de sua assinatura, podendo este prazo ser revistos nos casos previstos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DE SEU REAJUSTE

4.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 456.861,34 (Quatrocentos e Cinquenta e Seis Mil, Oitocentos e Sessenta e Um Reais e Trinta e Quatro Centavos), constante da proposta vencedora do Processo Licitatório Nº 085/2019 – Tomada de Preços Nº 006/2019, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.3. O preço pelo qual será contratado o objeto do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MEDIÇÕES DAS ETAPAS DA OBRA

5.1. As medições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro mediante requerimento da contratada, que deverá entregar juntamente com este, a Planilha Orçamentária, referente à etapa concluída.

5.2. As etapas da obra serão consideradas executadas mediante a emissão de relatórios de medição, relativos à sua execução, pelo Setor de Engenharia, os quais serão emitidos em até 10 (dez) dias úteis após solicitação da empresa vencedora, para o fim estabelecido na Clausula Sexta do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Expedido os relatórios de medição a que se refere a Clausula Quinta do presente contrato, os mesmos serão encaminhados ao agente financeiro, que atestará a execução física das etapas correspondentes e, se for o caso, autorizará a liberação da(s) parcela(s) dos recursos financeiros vinculados à execução do objeto deste contrato para pagamento à empresa contratada, a qual deverá apresentar à Prefeitura de Anchieta, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do(s) relatório(s) de medição aprovado(s) pelo agente financeiro, a(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (is), constando de seu(s) corpo(s) o número do Convênio citado na Clausula Primeira, item 1.2, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame licitatório.

6.2. O pagamento será desembolsado em parcelas conforme cronograma financeiro, após o recebimento das notas fiscais, obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade, se cumprido o disposto na Clausula Quinta, item 6.1 da presente cláusula e aos seguintes requisitos:

6.2.1. 1ª Parcela:

- a) Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);
- b) Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);
- c) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);
- d) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP);
- e) Guia de Recolhimento do ISS;

f) Declaração da empresa, de que está com a escrituração contábil atualizada, assinada pelo contabilista e administrador responsável, bem como os demonstrativos do último exercício social da empresa.

6.2.2. A liberação das demais parcelas fica condicionada à apresentação dos documentos mencionados nas letras: c, d, e, f do item 6.2.1 desta Cláusula.

6.2.3. A última parcela fica condicionada à apresentação dos documentos elencados nas letras c, d, e, f, item 6.2.1 desta Cláusula, Certidão Negativa de Débito INSS referente obra executada e ao recebimento provisório da obra.

6.2.4. Todos os documentos deverão ser autenticados ou conferidos com os originais.

6.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8666/93.

6.4. A contratada deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº 8666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 8212/91.

6.5. Na eventual hipótese de problemas orçamentários e ou financeiros por parte do Município de Anchieta - SC, a entrega dos produtos/ serviços poderá vir a ser suspensa até a devida adequação, ou mesmo cancelada, sem que isso represente quebra de contrato a ensejar rompimento de avença e ou justificar pagamento de multa.

6.6 - A contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, a contratante o número da Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 - Dos Recursos Orçamentários

7.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado são os seguintes:

Despesa: 202 - INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

Órgão: 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Unidade: 1 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 28 - ENERGIA FOTOVOLTAICA

Projeto/Atividade: 1.035 - INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

Elemento: 44.90.51.99.000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 47 - RECURSOS OUTRAS FONTES - OPERAÇÃO CRÉDITO INTERNA R\$: 456.861,34 7.2 - Dos Recursos Financeiros:

7.2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto licitado serão Pagos com Recursos de Financiamento, Contrato Nº 2623.0527382-85/2019, entre Caixa Econômica Federal/Município de Anchieta/SC.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 8.1.1. Nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.
- 8.1.2. Fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.
- 8.1.3. Fica responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- 8.1.4. Caberá a contratada cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão-de-obra contratada de terceiros.
- 8.1.5. A contratada deverá manter permanentemente na obra um engenheiro responsável, durante todo o período de execução, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.
- 8.1.6. Caberá ainda a contratada treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente Contrato.
- 8.1.7. Sempre que necessário, a contratada poderá reforçar a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.
- 8.1.8. Ao final da obra, deverá a contratada proceder à recomposição do local da obra, promovendo a limpeza e a remoção de todo o material indesejável.
- 8.1.9. Terá a contratada que reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.
- 8.1.10. Se necessário, a contratada praticará a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.
- 8.1.11. Somente após o término da utilização dos equipamentos em face do plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município, poderá a contratada retirá-los do canteiro de obras.
- 8.1.12. A contratada deverá executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.
- 8.1.13. A contratada obriga-se a impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em áreas de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.
- 8.1.14. A contratada deverá submeter à aprovação do Município, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.
- 8.1.15. Correrão por conta e risco da contratada todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.1.16. A contratada deverá apresentar, antes do recebimento pelos serviços prestados, os holerites, guias de FGTS (GFIP) e INSS (GPS) de todos os empregados que efetivamente tenham prestado o serviço objeto do presente contrato durante os meses a que se refere à respectiva medição a ser efetuada;
- 8.1.16.1. A não apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores ensejará a retenção do pagamento devido até que os mesmos sejam regularmente apresentados, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato anexo e na Lei Federal nº. 8666/93.
- 8.1.16.2. Se a contratada omitir-se e não apresentar os respectivos documentos no prazo de 30(trinta) dias depois de intimada pela Administração Municipal ficará sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78, I, c/c o art. 79 da Lei Federal nº. 8666/93, sem prejuízo das sanções contratuais e legais pertinentes e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para providências pertinentes.
- 8.1.17. Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no início da execução da obra objeto deste Contrato.
- 8.1.18. Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma.
- 8.1.19. Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.
- 8.1.20. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra e sobre o valor total da mesma.
- 8.1.21. Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto deste Contrato.
- 8.1.22. Confeccionar e colocar placa de identificação da obra e do valor deste Contrato, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.
- 8.1.23. Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.
- 8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 6.2, cumprido o disposto no item 6.1 da Cláusula Sexta.
- 8.2.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- 8.2.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- 8.2.5. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
- 8.2.6. Fiscalizar-lhes a execução.
- 8.2.7. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- 8.2.8. Fornecer as máquinas, veículos e funcionários de acordo com o disposto no item 2.4.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município de Anchieta – SC exercerá a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto contratado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, designando para tanto engenheiro civil e/ou prepostos, devidamente credenciados, aos quais caberá fiscalizar em todos os seus aspectos a execução dos mencionados trabalhos.

9.2. A fiscalização terá acesso a todas as etapas e dependências referentes às operações de execução do objeto licitado, cabendo-lhe, ainda:

I - Agir e decidir soberanamente perante a contratada acerca da execução do objeto contratado, inclusive rejeitando os trabalhos que estiverem em desacordo com os projetos básicos e executivos e proposta vencedora, com as normas de especificações ou com a melhor técnica consagrada pelo uso;

II - Ordenar a imediata retirada do local, do empregado, do equipamento e no máximo em 48 (quarenta e oito) horas do material rejeitado, por dificultar a realização dos trabalhos referentes ao objeto contratado ou à fiscalização feita;

III - Notificar por escrito a contratada e comunicar seus superiores acerca de todas as ocorrências especificadas nos itens anteriores.

IV – A contratada manterá, no local da obra, o diário de obra ou diário de ocorrência, com todas as folhas devidamente rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, onde serão registrados:

a) Pela Contratada:

I - As condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

II - As consultas à fiscalização;

III - As datas de conclusão das etapas no cronograma aprovado;

IV - Os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;

V - Números de empregados presentes;

VI - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

b) Pela Fiscalização:

I - Atestação da veracidade dos apontamentos efetuados pela contratada;

II - Soluções às consultas formuladas ou providências solicitadas;

III - Juízos ou restrições a respeito do andamento da obra;

IV - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

9.3 - A contratada é obrigada a permitir a fiscalização dos materiais, da execução das obras e serviços, além de facultar o acesso a todas as partes das obras contratadas.

9.4. É assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviços executados ou em material posto na obra.

9.5. A contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 - Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:

11.1.1 - A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

11.1.2 - Após a entrega da última medição será dado prazo de 90 (noventa) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente através do Departamento de Engenharia, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

11.1.3 - A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

11.1.4 - Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a CONTRATADA deverá atender todas as exigências da fiscalização do CONTRATANTE, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

11.1.5 - A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

13.2.1 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

13.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1 – advertência

13.3.2 – multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3.3 – multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

13.3.4 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.3.5 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.3.4.

13.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 será o valor inicial do Contrato.

13.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura de Anchieta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos, enumerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. O presente contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preço nº 006/2019, de acordo com o Art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8666/93 e a proposta da contratada.

16.2. A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

16.3. A Prefeitura Municipal de Anchieta reserva-se o direito de deixar de executar o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o contratado, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

16.4. Não será permitida terceirização e a sub-empregada da obra, no todo ou em parte, sem a expressa anuência do Município.

16.5. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município;

16.6. Caso a contratada seja de estado diverso do Estado de Santa Catarina, deverá a mesma comprovar, para fins de assinatura do presente contrato, o visto ou registro no CREA/SC demonstrando que tem condição legal de atuar neste Estado, nos termos da Resolução nº 336/89 do CONFEA.

16.7. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Anchieta – SC na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Anchieta – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram.

Anchieta, SC, 31 de Dezembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

OLAVO JOSÉ GHEDINI

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA

CPF: 034.116.669-35

NERWILBRANTZ

CPF: 853.985.199-72

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2298207

DECRETO Nº. 002/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 628.662,45 (SEISCENTOS E VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I**CAPÍTULO I**
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 628.662,45 (seiscientos e vinte e oito mil, seiscientos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 628.662,45 (seiscientos e vinte e oito mil, seiscientos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0023.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(55) 3.3.90.00.00.00.00.00.1108 -Aplicações Diretas R\$ 5.600,00

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.2275 -Aplicações Diretas R\$ 50.547,93

(57) 3.3.90.00.00.00.00.00.2295 -Aplicações Diretas R\$ 22.286,94

(60) 3.3.90.00.00.00.00.00.2060 -Aplicações Diretas R\$ 185.000,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0023.2.102 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Farmácia Básica

(58) 3.3.90.00.00.00.00.00.2003 -Aplicações Diretas R\$ 9.248,03

(59) 3.3.90.00.00.00.00.00.2060 -Aplicações Diretas R\$ 73.050,48

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0024.2.104 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade

(61) 3.3.90.00.00.00.00.00.2737 -Aplicações Diretas R\$ 121.993,10

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00.2748 -Aplicações Diretas R\$ 40.438,30

(63) 3.3.90.00.00.00.00.00.2046 -Aplicações Diretas R\$ 120.497,67

Total R\$ 628.662,45

Art. 3º Para atendimento da abertura dos Créditos constantes deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 628.662,45 (seiscientos e vinte e oito mil, seiscientos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B.BRASIL - PROG.PISO ATENÇÃO BAS-PAB/FIXO- C/C 12.053-7 COD. REDUZIDO 57976	108/1108	R\$ 5.600,00
B.BRASIL - PISO ATENÇÃO BASICA - SUS -C/C 11.124-4 COD.REDUZIDO 57967	275/2275	R\$ 50.547,93
B.BRASIL - FDO MUNIC. DA SAUDE DE ANCHIETA/PMAQ – C/C 13.522-4 COD. REDUZIDO 61349	295/2295	R\$ 22.286,94
B.BRASIL - FMS AHT/ Incremento PAB Proposta 36000.252410/2019 - C/C 14.049-X COD. REDUZIDO 63932	03/2003	R\$ 9.248,03

B.BRASIL - FMS AHT/ Incremento PAB Proposta 36000.264167/2019 - C/C 14.071-6 COD. REDUZIDO 63971	60/2060	R\$ 258.050,48
B.BRASIL - FDO MUNIC. SAUDE DE AHT/MAC HOSPITALAR - C/C 13.525-9 COD. REDUZIDO 61350	737/2737	R\$ 121.993,10
B.BRASIL - FDO SAUDE/Prog. Prótese Dent. Estado – C/C 13.152-0 COD. REDUZIDO 59876	748/2748	R\$ 40.438,30
B.BRASIL - FMS AHT/ Incremento MAC Proposta 36000.264849/2019 C/C 14.060-0 COD. REDUZIDO 63953	46/2046	R\$ 120.497,67
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 628.662,45

Parágrafo Único. Ficam instituídos para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, em conformidade com o disposto deste ato, as fontes de recursos sob os números:

- 2003 (00.03.0003) Incremento PAB Emenda Individual Proposta 36000.25241/2019-00 - Superávit;
- 60 (00.03.0060) Incremento PAB Proposta Coletiva nº 36000.264167/2019-00 - Superávit,
- 2046 (00.03.0046) Incremento MAC Proposta Coletiva nº 36000.264849/2019-00 - Superávit

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta (SC), 02 de janeiro 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito Municipal Em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2298310

PORTARIA nº. 01/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Nubia Edivania Sperotto da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 1335, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 02/2020

Publicação Nº 2298312

PORTARIA nº. 02/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Daiana Ortolan, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2400, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 03/2020

Publicação Nº 2298313

PORTARIA nº. 03/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Jovilde Prior, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1263, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 04/2020

Publicação Nº 2298315

PORTARIA nº. 04/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Clarisse Ana Foschiera, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2357, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 05/2020

Publicação Nº 2298318

PORTARIA nº. 05/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Sirlei de Oliveira Tabaldi, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2149, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 06/2020

Publicação Nº 2298321

PORTARIA nº. 06/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Dulce Stobbe Wolf Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2165, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 07/2020

Publicação Nº 2298322

PORTARIA nº. 07/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Kaline Carla Marcon, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula 2586, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 06/01/2020 a 23/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 08/2020

Publicação Nº 2298324

PORTARIA nº. 08/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal João Aldo Kaminski, ocupante do cargo de Odontóloga, matrícula 1917, lotado na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 11/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 09/2020

Publicação Nº 2298326

PORTARIA nº. 09/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Kyndia Pasqualon, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula 1263, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 19/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 10/2020

Publicação Nº 2298335

PORTARIA nº. 10/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Leonardo Scholtze, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 2158, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 11/2020

Publicação Nº 2298329

PORTARIA nº. 11/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Osmar Alves Siabra, ocupante do cargo de Motorista da Saúde Pública, matrícula 2482, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 12/2020

Publicação Nº 2298331

PORTARIA nº. 12/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Aline de Giacometti, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula 2129, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 22/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 13/2020

Publicação Nº 2298337

PORTARIA nº. 13/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias e converter 10 (dez) dias em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Carlos Augusto Antonietti, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, matrícula 267, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 06/01/2020 a 25/01/2020, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 14/2020

Publicação Nº 2298340

PORTARIA nº. 14/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Guilherme Tiago Flach, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, matrícula 2265, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 06/01/2020 a 25/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 15/2020

Publicação Nº 2298344

PORTARIA nº. 15/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Marcelo Eiji Koyashiki, ocupante do cargo de Médico, matrícula 2605, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2019/2020, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 13/01/2020 a 11/02/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 16/2020

Publicação Nº 2298346

PORTARIA nº. 16/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para o servidor Público Municipal senhor Leandro da Rosa, ocupante do cargo de Vigia, matrícula 2429, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 02/01/2020 à 31/01/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 17/2020

Publicação Nº 2298350

PORTARIA nº. 17/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adacir Luiz Canalle, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 1959, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 19/2020

Publicação Nº 2298355

PORTARIA nº. 19/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Luiza Bortolotto Bággio, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula 717, lotada na Secretaria Municipal da Administração, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 20/2020

Publicação Nº 2298359

PORTARIA nº. 20/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Leonita de Souza, ocupante do cargo de Técnica em Planejamento Educacional, matrícula 699, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 21/2020

Publicação Nº 2298396

PORTARIA nº. 21/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Claudete Teresinha Junges, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, matrícula 2114, lotada na Secretaria Municipal da educação, cultura e Esportes, relativas ao período de 2018/2019 com vencimentos e vantagens garantidas em lei, para serem gozadas no período de 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 22/2020

Publicação Nº 2298398

PORTARIA nº. 22/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares aos Servidores ocupantes dos cargos de: Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais e Anos Finais, Professor Educação Infantil e Professor de Creche, lotados na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020, sendo: Abimael de Oliveira de Jesus, Alexandre Eckert, Carmem Justina Gorczveski, Cerlei maria Prevedello, Claudete prior Watte, Cleidiana Watte, Dario Edson Signor, Elisangela Contini, Ivete Teresinha Junges Schú, Ivone Maria Rizzotto Kraemer, Lenir Marilene Lucas, Liliana Maria Martini Lenhardt, Liliane Muller Schaeffer, Luciana do Amaral Crestani, Maira Kossmann, Marcia Aparecida Câmara, Marcia Back, Marcia Parmezani, Maria Roseli Lucas, Matilia Mattana, Neli da Costa Thums, Patrick Juliano Guardini, Rafael Schenkel, Rosane Grabin Caumo, Rosangela Stefanello, Sandra Giuliani Canci, Sheila Fernanda Dornelles, Taise Vanessa Sampaio, Vera Lúcia Suffredini da Costa, Adriana Vieira Braga, Andreia Milani de Souza, Andreia Paula Fernandes, Arieli Pulga, Cladi Perin Baggio, Claudete Prior Watte, Dalila Aparecida Izoton, Idianara Cavagnoli, Ivete Snigura Fabonatto, Janete Sobieski Barth, Lucia anita Foresti Cocco, Luciana Presotto, Marisane dos Santos, Noeli Lurdes Stefanello Signor, Sheila Fernanda Dornelles, Ana Paula Milan, Andrea Ana Assolini, Celeste Piccoli Rostirolla, Celia Terezinha Hubert Stanga, Gilvana Maria Guerini, Ioná Polese Piccoli, Maira Kossmann, Marinice Machado da Silva e Simone Fátima da Silva.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 23/2020

Publicação Nº 2298399

PORTARIA nº. 23/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares aos Servidores ocupantes do cargo de Motorista – Transporte Escolar, lotados na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020, sendo: Ademir João Lago, Alcimar Ceolin, Eduardo Schatz, Joseandro Dala Rosa, Maico Jone Machado de Souza, Ronaldo da Rosa, Vladimir Juliano Cervinski e Vilson Bággio.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 24/2020

Publicação Nº 2298401

PORTARIA nº. 24/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Silvania Terezinha Graff, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula 757, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 25/2020

Publicação Nº 2298402

PORTARIA nº. 25/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares às Servidoras ocupantes do cargo de Monitora de Creche, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020, sendo: Ana Paula Sikorski, Fernanda Kinsel Wanzing, Ivanete Maria Gubert, Ivania Vaz Pinheiro, Silvane de Gois Snigura e Vera Lucia dos Santos Moraes de Bortoli.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 26/2020

Publicação Nº 2298406

PORTARIA nº. 26/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares às Servidoras ocupantes do cargo de Monitora Social, lotadas na Secretaria Municipal da Assistência Social, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020, sendo: Ana Paula Bagnara Crestani, Luciane Paula Gavineski Scopel e Tiane Dalmoro.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 27/2020

Publicação Nº 2298407

PORTARIA nº. 27/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares às Servidoras ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020, sendo: Cidiane do Amaral Dias Teles, Geovane Negri, Margarete Wibrantz, Marivete dos Santos Dalmoro, Marizete dos Santos, Daniane do Amaral dos Santos de Lara, Dione Ana Prevedello, Neilimara Brustolin, Rosa Maria Camargo, Vanessa Luciana Marques da Silva Foschiera, Ercilda Maria Signori, Gessi Alves da Silva Teles, Katiane Wanzing Lima, Luciana Aparecida Snigur Didomênico e Solange de Abreu Canalle.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 28/2020

Publicação Nº 2298410

PORTARIA nº. 28/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Elenir Schio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2475, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, relativas ao período de 2019/2020, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 29/2020

Publicação Nº 2298411

PORTARIA nº. 29/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e e em conformidade com a Lei Complementar nº 032/2011,

RESOLVE
Alterar Portaria nº 346/2019,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº. 346/2019 de 02/08/2019 a qual nomeava o servidor público municipal, senhor Marcelo Kunrath para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Local, para a partir desta data exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Meio Ambiente e Saneamento Básico, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Local, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 30/2020

Publicação Nº 2298413

PORTARIA nº. 30/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Eliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, matrícula 1945, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2020 a 31/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº18/2020

Publicação Nº 2298352

PORTARIA nº. 18/2020
De, 02 de Janeiro de 2020.

O Prefeito em exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 949/94,

RESOLVE:

Conceder Vantagem Horizontal,

Art. 1º - Fica concedida Vantagem Horizontal de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento base, em caráter circunstancial, para o servidor público efetivo senhor Huberto Mathias Timm, ocupante do cargo de Advogado, lotado no Gabinete do Prefeito, prestando outros serviços/tarefas além das atividades e atribuições que lhe são conferidas pelo cargo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PREGÃO PRESENCIAL N 001/2020-PM

Publicação Nº 2298008

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2020

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preços para futura aquisição de conjuntos de carteiras e cadeiras, para serem utilizados nas escolas municipais de Ensino Fundamental, para o período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 13:30 horas do dia 16/01/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira. Anchieta, 02 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito Em Exercício.

PREGÃO PRESENCIAL N 002/2020 - PM

Publicação Nº 2298070

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 002/2020

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Registro de Preço visando a contratação de empresa para fornecimento de marmita para alimentação dos funcionários do Setor de Obras e Serviços Rodoviários, que realizam trabalhos no interior do município, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 17/01/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira. Anchieta, 02 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito Em Exercício.

PREGÃO PRESENCIAL N 003/2020 - PM

Publicação Nº 2298559

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2020

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Registro de Preço visando a Contratação de Empresa Especializada para realizar Serviços de Tapa Buracos, para manutenção e conservação de ruas e avenidas do município em calçamento, com fornecimento de mão de obra e material necessário, por um período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 13:30 horas do dia 17/01/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 02 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Em Exercício.

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2298204

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DECRETO Nº. 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020**

DISPÕE SOBRE A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA RECEITA E A EXECUÇÃO DA DESPESA, SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no caput dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 e demais vigentes constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º A movimentação orçamentária do exercício financeiro de 2020, do Orçamento Geral do Município, dar-se-á através do ingresso das receitas e pelo empenhamento das despesas constantes das dotações Orçamentárias, relativamente aos seus Órgãos, Fundos e Autarquia, constantes da Lei Municipal nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, ficando limitados em conformidade com o disposto nos Anexos I, II, III e IV integrantes deste Ato.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as dotações;

I - Relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- e) amortização da dívida.

II - À conta de recursos de doações consignadas no orçamento com saldo suficiente ao cumprimento deste ato;

§ 2º O empenhamento e pagamento de despesas à conta das fontes de recursos constantes dos Anexos deste Ato, somente poderão ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes no presente exercício.

§ 3º No processo regular de empenhamento de despesas por estimativa e global, considera-se para efeitos deste artigo, as despesas propriamente liquidadas dentro dos respectivos períodos.

Art. 2º Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as nos casos previstos no art. 1º deste Decreto, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem o limite de pagamento estabelecido neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso de pagamentos, em obediência ao prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Art. 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a serem abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 4º A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Município no exercício de 2020, obedecerá, em cada mês, ao cronograma estabelecido nos respectivos Anexos integrantes deste Ato.

§ 1º Somente será admitida à realização de despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha normal com seus respectivos encargos.

§ 2º As demais despesas com pessoal somente poderão ser realizadas, em cada mês, depois de assegurado o pagamento das despesas previstas no § 1º.

§ 3º Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo - terceiro salário e férias e demais na modalidade do grupo de despesa 3.1. das Portarias nº 42, 163, Portaria Conjunta nº 01 e demais legislações posteriores vigentes.

§ 4º A ocorrência da situação prevista no § 1º deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto à Secretaria Municipal da Fazenda, quando do encaminhamento das informações sobre a execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art. 5º Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, dos Poderes deste Ente Federado, inclusive, créditos recebidos mediante descentralização, serão entregues até o último dia de cada mês.

Art. 6º Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta
(SC), 02 de janeiro 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	3.999.999,50	24.000.000,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	3.988.333,42	3.988.333,42	3.988.333,42	3.988.333,42	3.988.333,42	3.988.332,90	23.930.000,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor	343.877,72	343.877,72	343.877,72	343.877,72	343.877,72	343.877,24	2.063.265,84
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos	273.227,70	273.227,70	273.227,70	273.227,70	273.227,70	273.227,34	1.639.365,84
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,60	478.600,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fon	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,68	79.766,60	478.600,00
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fc	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	468.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	468.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fc	46.800,00	46.800,00	46.800,00	46.800,00	46.800,00	46.800,00	280.800,00
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na F	19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00	117.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fc	11.700,00	11.700,00	11.700,00	11.700,00	11.700,00	11.700,00	70.200,00
4.1.1.1.3.03.4.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fc	1.766,68	1.766,68	1.766,68	1.766,68	1.766,68	1.766,60	10.600,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na F	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na F	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na F	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.1.1.3.03.4.2.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.3.03.4.2.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na F	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.3.03.4.2.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na F	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.1.1.3.03.4.2.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na F	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.3.03.4.3.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.3.03.4.3.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na F	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.3.03.4.3.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na F	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.1.1.3.03.4.3.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na F	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na F	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.02	Imposto sobre a Renda - Retido na F	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.03	Imposto sobre a Renda - Retido na F	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na F	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.3.03.4.4.0.0.0.01	Imposto sobre a Renda - Retido na F	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.03	Imposto sobre a Propriedade Pre	4.675,00	4.675,00	4.675,00	4.675,00	4.675,00	4.675,00	28.050,00
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.03	(R)Imposto sobre a Propriedade	-811,60	-811,60	-811,60	-811,60	-811,60	-811,62	-4.869,62
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.01	(R)Imposto sobre a Propriedade	-3.246,42	-3.246,42	-3.246,42	-3.246,42	-3.246,42	-3.246,40	-19.478,50
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	900,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.01	Multas e Juro de Mora sobre o IF	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	540,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.02	Multas e Juro de Mora sobre o IF	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	225,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.03	Multas e Juro de Mora sobre o IF	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50	135,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.01	Receita de Dívida Ativa do IPTU	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.02	Receita de Dívida Ativa do IPTU	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	3.750,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.03	Receita de Dívida Ativa do IPTU	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	2.250,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,30	6.200,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.01	Multa e Juros de Mora da Dívida	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	3.720,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.02	Multa e Juros de Mora da Dívida	258,34	258,34	258,34	258,34	258,34	258,30	1.550,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.03	Multa e Juros de Morada Dívida /	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	155,00	930,00
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	55.566,68	55.566,68	55.566,68	55.566,68	55.566,68	55.566,60	333.400,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	55.333,34	55.333,34	55.333,34	55.333,34	55.333,34	55.333,30	332.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.01	ITBI e de Direitos Reais sobre Ir	33.200,00	33.200,00	33.200,00	33.200,00	33.200,00	33.200,00	199.200,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.02	ITBI e de Direitos Reais sobre Ir	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,30	83.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.03	ITBI e de Direitos Reais sobre Ir	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	49.800,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.01	Multa e Juros de Mora sobre o IT	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.02	Multa e Juros de Mora sobre o IT	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,70	250,00
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.03	Multa e Juros de Mora sobre o IT	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	150,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.01	Receita Dívida Ativa ITBI	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.02	Receita Dívida Ativa ITBI - 60%	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.03	Receita Dívida Ativa ITBI - 25%	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.00	Receita Dívida Ativa - ITBI - 15%	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.02	Imposto s/Transm. "Inter Vivos" ITI	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.03	Imposto s/Transm. "Inter Vivos" ITI	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	120,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.01	Imposto s/Transm. "Inter Vivos" ITI	8,34	8,34	8,34	8,34	8,34	8,30	50,00
4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.02	Imposto s/Transm. "Inter Vivos" ITI	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação	105.455,02	105.455,02	105.455,02	105.455,02	105.455,02	105.454,90	632.730,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	105,455,02	105,455,02	105,455,02	105,455,02	105,455,02	105,454,90	632.730,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	103.333,34	103.333,34	103.333,34	103.333,34	103.333,34	103.333,30	620.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualc	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	372.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualc	25.833,34	25.833,34	25.833,34	25.833,34	25.833,34	25.833,30	155.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualc	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	93.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	138,34	138,34	138,34	138,34	138,34	138,30	830,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualc	83,00	83,00	83,00	83,00	83,00	83,00	498,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualc	34,58	34,58	34,58	34,58	34,58	34,60	207,50
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualc	20,76	20,76	20,76	20,76	20,76	20,70	124,50
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.01	Receita de Dívida Ativa do ISS 6	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	5.400,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.02	Receita de Dívida Ativa do ISS 2	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	2.250,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.03	Receita de Dívida Ativa do ISS 1	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	1.350,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	483,34	483,34	483,34	483,34	483,34	483,30	2.900,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.01	Multa e Juros de Mora da Dívida	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	1.740,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.02	Multa e Juros de Mora da Dívida	120,84	120,84	120,84	120,84	120,84	120,80	725,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.03	Multa e Juros de Mora da Dívida	72,50	72,50	72,50	72,50	72,50	72,50	435,00
4.1.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outros Impostos	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	2.999,90	18.000,00
4.1.1.1.9.01.0.0.00.00.00	Outros Impostos	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	2.999,90	18.000,00
4.1.1.1.9.01.1.0.00.00.00	Outros Impostos	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	3.000,02	2.999,90	18.000,00
4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.00	Outros Impostos - Principal	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.01	Outros Impostos - 60%	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.02	Outros Impostos - 25%	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.03	Outros Impostos - 15%	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.01	Outros Impostos - Multas e Juros	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.02	Outros Impostos - Multas e Juros	20,84	20,84	20,84	20,84	20,84	20,80	125,00
4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.03	Outros Impostos - Multas e Juros	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	75,00
4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.01	Outros Impostos - Dívida Ativa 6	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.02	Outros Impostos - Dívida Ativa 2	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	3.750,00
4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.03	Outros Impostos - Dívida Ativa 1	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	2.250,00
4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Mult	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.01	Outros Impostos - Dívida Ativa - I	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.02	Outros Impostos - Dívida Ativa - I	20,84	20,84	20,84	20,84	20,84	20,80	125,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.03	Outros Impostos - Dívida Ativa - I	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	75,00
4.1.1.2.0.00.0.00.00.00	Taxas	70.650,02	70.650,02	70.650,02	70.650,02	70.650,02	70.649,90	423.900,00
4.1.1.2.2.00.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,70	337.300,00
4.1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,70	337.300,00
4.1.1.2.2.01.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,70	337.300,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - F	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,66	56.216,70	337.300,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.01	Taxa de Combate, Prevenção, Si	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.02	Taxa de Coleta de Lixo	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,70	130.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.99	Outras Taxas pela Prestação de	383,34	383,34	383,34	383,34	383,34	383,30	2.300,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.01.00	Taxas pela Prestação de Serviços -	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.01.01	Taxas pela Prestação de Serviços	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.1.2.8.00.0.00.00.00	Taxas - Específicas de Estados, DF e M	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,20	86.600,00
4.1.1.2.8.01.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscaliz	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,36	14.433,20	86.600,00
4.1.1.2.8.01.1.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sai	4.266,68	4.266,68	4.266,68	4.266,68	4.266,68	4.266,60	25.600,00
4.1.1.2.8.01.1.1.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Si	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.1.2.8.01.1.1.00.00.01	Taxa de Fiscalização de Vigilânci	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.1.2.8.01.1.2.00.00.00	Taxa de Fiscalização Vigilância Sanit	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.2.8.01.1.2.00.00.01	Taxa de Fiscalização Vigilância S	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.2.8.01.1.3.00.00.00	Taxa de Fiscalização Vigilância Sanit	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.2.8.01.1.3.00.00.01	Taxa de Fiscalização Vigilância S	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.2.8.01.1.4.00.00.00	Taxa de Fiscalização Vigilância S	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.1.2.8.01.9.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscaliz	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,60	61.000,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscal	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,68	10.166,60	61.000,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.01	Taxa de Func. Estabel. Coml/Ind.	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	48.000,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.02	Taxa de licença para execução d	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,30	8.000,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.03	Outras Taxas pelo Exercício Podi	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.2.0.0.00.0.00.00.00	Contribuições	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
4.1.2.4.0.00.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviç	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Servi	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.01	Contribuição para o Custeio do S	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
4.1.3.0.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial	17.226,78	17.226,78	17.226,78	17.226,78	17.226,78	17.226,10	103.360,00
4.1.3.1.0.00.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do E	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.1.0.01.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudê	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.01	Receita de Aluguéis	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.392,80	98.360,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.392,80	98.360,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.392,80	98.360,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.393,44	16.392,80	98.360,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.01	Remuneração Depósitos Bancários	11.693,44	11.693,44	11.693,44	11.693,44	11.693,44	11.692,80	70.160,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.02	Remuneração Depósitos Bancários	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,30	11.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.03	Remuneração Depósitos Bancários	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,30	11.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.04	Remuneração Depósitos Bancários	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,30	11.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.06	Remuneração Depósitos Bancários	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,34	1.833,30	11.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.07	Remuneração Depósitos Bancários	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	3.300,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.08	Remuneração Depósitos Bancários	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.09	Remuneração Depósitos Bancários	36,66	36,66	36,66	36,66	36,66	36,70	220,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.10	Remuneração Depósitos Bancários	73,34	73,34	73,34	73,34	73,34	73,30	440,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.11	Remuneração Depósitos Bancários	91,66	91,66	91,66	91,66	91,66	91,70	550,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.12	Remuneração Depósitos Bancários	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.13	Remuneração Depósitos Bancários	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.14	Remuneração Depósitos Bancários	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.15	Remuneração Depósitos Bancários	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.17	Remuneração Depósitos Bancários	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.18	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.19	Remuneração Depósitos Bancários	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.20	Remuneração Depósitos Bancários	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.21	Remuneração Depósitos Bancários	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.22	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.23	Remuneração Depósitos Bancários	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.24	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.25	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.26	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.27	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.28	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.29	Remuneração Depósitos Bancários	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.30	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.31	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.32	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.33	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.34	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.35	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.36	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.38	Remuneração Depósitos Bancários	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.39	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.40	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.41	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.42	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.43	Remuneração Depósitos Bancários	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.45	Remuneração Depósitos Bancários	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.47	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.71	Remuneração Depósitos Bancários	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00	28.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.01	Remuneração Depósitos Bancários	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.02	Remuneração Depósitos Bancários	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.03	Remuneração Depósitos Bancários	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.04	Remuneração Depósitos Bancários	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.05	Remuneração Depósitos Bancários	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.6.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	69.000,00
4.1.6.1.0.0.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,34	11.333,30	68.000,00
4.1.6.1.0.0.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,60	37.000,00
4.1.6.1.0.0.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,60	37.000,00
4.1.6.1.0.0.1.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,60	37.000,00
4.1.6.1.0.0.1.1.1.00.01.00	Serviços Agropecuários	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,68	6.166,60	37.000,00
4.1.6.1.0.0.1.1.1.00.01.01	Horas Máquinas	5.333,34	5.333,34	5.333,34	5.333,34	5.333,34	5.333,30	32.000,00
4.1.6.1.0.0.1.1.1.00.01.02	Inseminação Artificial	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.6.1.0.0.2.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,70	31.000,00
4.1.6.1.0.0.2.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,70	31.000,00
4.1.6.1.0.0.2.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,70	31.000,00
4.1.6.1.0.0.2.1.1.00.00.01	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,66	5.166,70	31.000,00
4.1.6.9.0.0.0.0.00.00.00	Outros Serviços	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.6.9.0.99.0.0.0.0.0.0.00	Outros Serviços	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.6.9.0.99.1.0.0.0.0.0.00	Outros Serviços	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.0.0.0.0.00	Outros Serviços - Principal	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.0.0.0.0.01	Outros Serviços - Diversos	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências Correntes	3.545.965,60	3.545.965,60	3.545.965,60	3.545.965,60	3.545.965,60	3.545.966,12	21.275.794,12
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entida	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,60	11.206.525,00
4.1.7.1.8.00.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União - Específica E/L	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,08	1.867.754,60	11.206.525,00
4.1.7.1.8.01.0.0.0.0.0.0.00	Participação na Receita da União	1.436.266,64	1.436.266,64	1.436.266,64	1.436.266,64	1.436.266,64	1.436.266,80	8.617.600,00
4.1.7.1.8.01.2.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	6.792.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participaçã	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	1.132.000,00	6.792.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.01	Cota-Parte do Fundo de Particip:	849.200,00	849.200,00	849.200,00	849.200,00	849.200,00	849.200,00	5.095.200,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.02	Cota-Parte do Fundo de Particip:	353.833,34	353.833,34	353.833,34	353.833,34	353.833,34	353.833,30	2.123.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.02	Dedução do FPM para formação	-70.833,34	-70.833,34	-70.833,34	-70.833,34	-70.833,34	-70.833,30	-425.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.03	Cota-Parte do Fundo de Particip:	212.300,00	212.300,00	212.300,00	212.300,00	212.300,00	212.300,00	1.273.800,00
9.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.03	Dedução do FPM para formação	-42.500,00	-42.500,00	-42.500,00	-42.500,00	-42.500,00	-42.500,00	-255.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.01	Dedução do FPM para formação	-170.000,00	-170.000,00	-170.000,00	-170.000,00	-170.000,00	-170.000,00	-1.020.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,70	910.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participaçã	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,70	910.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,70	910.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participaçã	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,66	151.666,70	910.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propri	933,32	933,32	933,32	933,32	933,32	933,40	5.600,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Prop	933,32	933,32	933,32	933,32	933,32	933,40	5.600,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a F	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	4.200,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.02	Cota-Parte do Imposto Sobre a F	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,70	1.750,00
9.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.02	Dedução da Cota-Parte ITR para	-58,34	-58,34	-58,34	-58,34	-58,34	-58,30	-350,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.03	Cota-Parte do Imposto Sobre a F	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	175,00	1.050,00
9.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.03	Dedução da Cota-Parte ITR para	-35,00	-35,00	-35,00	-35,00	-35,00	-35,00	-210,00
9.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.01	Dedução da Cota-Parte ITR para	-140,00	-140,00	-140,00	-140,00	-140,00	-140,00	-840,00
4.1.7.1.8.02.0.0.0.0.0.0.00	Transferência da Compensação Financ	26.416,66	26.416,66	26.416,66	26.416,66	26.416,66	26.416,70	158.500,00
4.1.7.1.8.02.2.0.0.0.0.0.00	Cota-parte da Compensação Financel	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.7.1.8.02.2.1.0.0.0.0.00	Cota-parte da Compensação Financi	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.7.1.8.02.6.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Patr	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	156.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Pe	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	156.000,00
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema	272.249,96	272.249,96	272.249,96	272.249,96	272.249,96	272.250,20	1.633.500,00
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistem:	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	1.015.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sisten	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	169.250,00	1.015.500,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.01	Transf. Recursos SUS ESF	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.02	Transf. Recursos SUS ACS	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	192.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.03	Transf. Recursos SUS SAÚDE B	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.04	Transf. Recursos SUS PAB	29.333,34	29.333,34	29.333,34	29.333,34	29.333,34	29.333,30	176.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.09	Transf. Recursos SUS PMAQ	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,30	140.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.10	Transf. Recursos SUS NASF	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	105.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.18	Transf. Sist.Unico Saude-SUS- M	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS -	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.500,10	417.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS -	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.499,98	69.500,10	417.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.01	Transf. Recursos SUS/Protese D	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.02	Transf. Recursos FNS/SUS - MA	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.03	Transf. Recursos FNS/SUS MAC	36.166,66	36.166,66	36.166,66	36.166,66	36.166,66	36.166,70	217.000,00
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS -	14.333,32	14.333,32	14.333,32	14.333,32	14.333,32	14.333,40	86.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.01	Transf. Recursos SUS/Vigilância	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.02	Transf. Recursos SUS/ECD - EP	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.03	Transf. Recursos FNS/MS Vigil. I	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,70	22.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.04	Transf. Recursos SUS/Compl.Ag	6.333,34	6.333,34	6.333,34	6.333,34	6.333,34	6.333,30	38.000,00
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS -	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,70	115.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS -	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,70	115.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.01	Transf. Recursos SUS/Farmácia	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,70	115.000,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo I	97.320,80	97.320,80	97.320,80	97.320,80	97.320,80	97.321,00	583.925,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refe	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,20	93.625,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refe	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,16	15.604,20	93.625,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.01	Progr.Nacional Aliment.Esc.PNAI	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.02	Progr.Nacional Aliment.Esc.PNAI	6.040,84	6.040,84	6.040,84	6.040,84	6.040,84	6.040,80	36.245,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.03	Progr.Nacional Aliment.Escolar -	116,66	116,66	116,66	116,66	116,66	116,70	700,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.04	Progr.Nacional Aliment.Esc./PNA	2.966,66	2.966,66	2.966,66	2.966,66	2.966,66	2.966,70	17.800,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.05	Progr.Nacional Aliment.Esc./PNA	480,00	480,00	480,00	480,00	480,00	480,00	2.880,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.050,10	66.300,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refe	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.049,98	11.050,10	66.300,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.01	Progr.Nac.Apoio Transp.Esc/PNJ/	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,70	49.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.02	Progr.Nac.Apoio Transp.Esc/PNJ/	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,70	8.500,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.03	Progr.Nac.Apoio Transp.Esc/PNJ/	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,70	8.800,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - De	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - D	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS -	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.01	Transferência Financeira do ICM	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.02	Transferência Financeira do ICM	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	7.500,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.02	Dedução ICMS Desoneração L.	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-1.500,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.03	Transferência Financeira do ICM	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	4.500,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.03	Dedução ICMS Desoneração L.	-150,00	-150,00	-150,00	-150,00	-150,00	-150,00	-900,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.01	Dedução ICMS Desoneração L.	-600,00	-600,00	-600,00	-600,00	-600,00	-600,00	-3.600,00
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo I	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,20	179.000,00
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,20	179.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fund	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,36	29.833,20	179.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.02	FNAS/CRAS	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.03	FNAS/IGD/PBF	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.04	FNAS/IGD/SUAS	1.083,34	1.083,34	1.083,34	1.083,34	1.083,34	1.083,30	6.500,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.05	FNAS/SCFV	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	66.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.07	FNAS/BPC	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.08	FNAS/Proteção Social Especial -	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Pri	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.02.00	Outras Transferências da União - /	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito f	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,12	6.358.819,12
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,20	1.059.803,12	6.358.819,12
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	946.833,34	946.833,34	946.833,34	946.833,34	946.833,34	946.833,30	5.681.000,00
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	5.160.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00	5.160.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.01	Cota-Parte do ICMS - 60%	645.000,00	645.000,00	645.000,00	645.000,00	645.000,00	645.000,00	3.870.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.02	Cota-Parte do ICMS - 25%	268.750,00	268.750,00	268.750,00	268.750,00	268.750,00	268.750,00	1.612.500,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.02	Dedução da Cota-Parte do ICMS	-53.750,00	-53.750,00	-53.750,00	-53.750,00	-53.750,00	-53.750,00	-322.500,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.03	Cota-Parte do ICMS - 15%	161.250,00	161.250,00	161.250,00	161.250,00	161.250,00	161.250,00	967.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2020

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.03	Dedução da Cota-Parte do ICMS	-32.250,00	-32.250,00	-32.250,00	-32.250,00	-32.250,00	-32.250,00	-193.500,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.01	Dedução da Cota-Parte do ICMS	-129.000,00	-129.000,00	-129.000,00	-129.000,00	-129.000,00	-129.000,00	-774.000,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	432.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	432.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.01	Cota-Parte do IPVA - 60%	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	324.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.02	Cota-Parte do IPVA - 25%	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	135.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.02	Dedução da Cota-Parte do IPVA	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-27.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.03	Cota-Parte do IPVA - 15%	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	81.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.03	Dedução da Cota-Parte do IPVA	-2.700,00	-2.700,00	-2.700,00	-2.700,00	-2.700,00	-2.700,00	-16.200,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.01	Dedução da Cota-Parte do IPVA	-10.800,00	-10.800,00	-10.800,00	-10.800,00	-10.800,00	-10.800,00	-64.800,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	64.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Princ	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	10.666,68	64.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.01	Cota-Parte do IPI - Municípios - 6	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	48.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.02	Cota-Parte do IPI - Municípios - 2	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	20.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.02	Dedução da Cota-Parte do IPI pe	-666,66	-666,66	-666,66	-666,66	-666,66	-666,66	-4.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.03	Cota-Parte do IPI - Municípios - 7	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.03	Dedução da Cota-Parte do IPI pe	-400,00	-400,00	-400,00	-400,00	-400,00	-400,00	-2.400,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.01	Dedução da Cota-Parte do IPI pe	-1.600,00	-1.600,00	-1.600,00	-1.600,00	-1.600,00	-1.600,00	-9.600,00
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Interv	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Interv	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.01	Cota-Parte da Contribuição de In	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	277.000,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	277.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estad	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	46.166,68	277.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.01	Transf. Recursos Estado -FARW	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.02	Transf. Recursos Estado Co-Fin	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.03	Transf. Recursos Estado NASF	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	29.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.04	Transf. Recursos Estado MAC C	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.05	Transf. Recursos Estado MAC C	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.06	Transf. Rec. ESTADO-Incent.Labr	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	4.833,34	29.000,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,22	400.819,12
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,22	400.819,12
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados -	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,18	66.803,22	400.819,12
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.01	Transf. Recursos FEAS/PROTE	4.803,18	4.803,18	4.803,18	4.803,18	4.803,18	4.803,22	28.819,12
4.1.7.2.8.99.1.1.00.01.00	Transf. Recursos Estado - TRANS	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	372.000,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.8.99.1.1.00.01.01	Transporte Escolar Estado - ENS	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.01.02	Transporte Escolar Estado - ENS	28.666,66	28.666,66	28.666,66	28.666,66	28.666,66	28.666,70	172.000,00
4.1.7.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Pub	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,70	3.700.000,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Pú	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,70	3.700.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo C	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,70	3.700.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,70	3.700.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fund	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,66	616.666,70	3.700.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos FUN	370.000,00	370.000,00	370.000,00	370.000,00	370.000,00	370.000,00	2.220.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos FUN	246.666,66	246.666,66	246.666,66	246.666,66	246.666,66	246.666,70	1.480.000,00
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,70	10.450,00
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,70	10.450,00
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas -	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,70	10.450,00
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.01	Transf. de Pessoas Físicas e Jur	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,70	10.450,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	24.263,32	24.263,32	24.263,32	24.263,32	24.263,32	24.263,44	145.580,04
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judi	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Especi	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Esper	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Espr	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas na Legislação d	4.083,34	4.083,34	4.083,34	4.083,34	4.083,34	4.083,30	24.500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.02	Multas Previstas na Legislação d	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,70	22.750,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.03	Multas Previstas na Legislação d	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,66	3.791,70	22.750,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcime	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	113.106,48
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	113.106,48
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	113.106,48
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições - Principal	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	113.106,48
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	18.851,08	113.106,48
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.01	Demais Receitas Correntes	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,34	-37.526,44
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,34	-37.526,44
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,42	-6.254,34	-37.526,44
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Princip	-10.604,40	-10.604,40	-10.604,40	-10.604,40	-10.604,40	-10.604,44	-63.626,44
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.01	Outras Receitas Eventuais/Rec.C	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
9.1.9.9.0.99.1.1.00.00.01	Dedução da Taxa de Func. Estat	-11.454,40	-11.454,40	-11.454,40	-11.454,40	-11.454,40	-11.454,44	-68.726,44
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.03	Outras Receitas - Serviços de C	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.01	Outras Multas e Juro de Mora - N	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	60,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.02	Outras Multas e Juro de Mora - N	4,16	4,16	4,16	4,16	4,16	4,20	25,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.03	Outras Multas e Juro de Mora - N	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	15,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida.	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,40	11.000,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.01.00	Outras Receitas da Dívida Ativa	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.01.01	Outras Receitas da Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.01.02	Outras Receitas da Dívida Ativa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.01.03	Outras Receitas da Dívida Ativa	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.02.00	Outras Multas e Juros de Mora da	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.02.01	Outras Multas e Juros de Mora d	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.02.02	Outras Multas e Juros de Mora d	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,70	250,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.02.03	Outras Multas e Juros de Mora d	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	150,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida.	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.01	Outras Receitas - Dívida Ativa -	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.02	Outras Receitas - Dívida Ativa -	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	3.750,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.03	Outras Receitas - Dívida Ativa -	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	2.250,00
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	11.666,68	11.666,68	11.666,68	11.666,68	11.666,68	11.666,60	70.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.01	Receita de Alienação de Bens M	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entida	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistern:	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sisten	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Siste	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: ANCHIETA

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.2.4.1.8.04.1.1.00.00.01	Transf. Recurso SUS/Estruturaçã	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	4.000.000,10	3.999.999,50	24.000.000,00

ANCHIETA, 02/01/2020

VILMAR PAULO PIOVEZANI
 Prefeito Municipal em Exercício

ELIZA DIESEL
 Contadora CRC/SC Nº 041960/O-4

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.824.022,06		3.824.022,06		3.824.022,06		3.824.022,06		3.824.022,06		3.824.030,58		22.944.140,88	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.248.501,36		2.248.501,36		2.248.501,36		2.248.501,36		2.248.501,36		2.248.503,66		13.491.010,46	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	34.485,04		34.485,04		34.485,04		34.485,04		34.485,04		34.485,04		206.910,46	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.214.016,32		2.214.016,32		2.214.016,32		2.214.016,32		2.214.016,32		2.214.018,40		13.284.100,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,40		35.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,32		5.833,40		35.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.569.687,38		1.569.687,38		1.569.687,38		1.569.687,38		1.569.687,38		1.569.693,52		9.418.130,42	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	30.749,94		30.749,94		30.749,94		30.749,94		30.749,94		30.750,30		184.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	16.265,66		16.265,66		16.265,66		16.265,66		16.265,66		16.265,97		97.594,27	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.486.338,46		1.486.338,46		1.486.338,46		1.486.338,46		1.486.338,46		1.486.343,85		8.918.036,15	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	36.333,32		36.333,32		36.333,32		36.333,32		36.333,32		36.333,40		218.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	165.976,18		165.976,18		165.976,18		165.976,18		165.976,18		165.978,22		995.859,12	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	158.476,18		158.476,18		158.476,18		158.476,18		158.476,18		158.478,22		950.859,12	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.353,30		1.353,30		1.353,30		1.353,30		1.353,30		1.353,50		8.120,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	157.122,88		157.122,88		157.122,88		157.122,88		157.122,88		157.124,72		942.739,12	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		45.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		45.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		60.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		60.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		60.000,00	
Total Geral		3.999.998,24		3.999.998,24		3.999.998,24		3.999.998,24		3.999.998,24		4.000.008,80		24.000.000,00	

ANCHIETA, 02/01/2020

VILMAR PAULO PIOVEZANI
 Prefeito Municipal em Exercício

ELIZA DIESEL
 Contadora CRC/SC Nº 041960/O-4

Anitápolis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020

Publicação Nº 2297572

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS - SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS. CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM/SUL. Valor: R\$ 12.826,44. OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos públicos da contratante para ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os ENTES CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do consórcio, para fins de execução de seus objetivos e finalidades no tocante ao modelo de governança regional para oferta de apoio ao saneamento ambiental, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado: I – Apoio em análises semanais, mensais e semestrais para acompanhamento da qualidade da água e esgoto dos entes consorciados; II - Apoio, treinamento e/ou supervisão no controle da qualidade da água; III – Apoio em processos licitatórios de acordo com a demanda estipulada pelos entes consorciados; IV – Elaboração de processos de licitações compartilhadas visando a busca do melhor preço aos entes consorciados; V - Realização e apoio em palestras e reuniões sobre saneamento ambiental e outros de interesse dos consorciados; VI – Manutenção e operação das atividades do Consórcio; VII – Assistência e orientação Administrativa, Contábil e Jurídica; VIII – Apoio no desenvolvimento de planos e programas destinados ao saneamento básico; IX – Promoção de capacitações, cursos, seminários e outros correlatos. Data da Assinatura: 02/01/2020. Prazo de vigência: 31/12/2020. Anitápolis, 02/01/2020. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019 - IPREAPOLIS

Publicação Nº 2297719

1º. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº001/2019.

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO DE Nº 01/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS - IPREAPOLIS E A EMPRESA SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis, inscrito no CNPJ sob o nº 03.686.296/0001-34 neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Christian Loch Teodoro, e de outro lado a empresa SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.882.190/0001-34, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 01/2019 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/02/2020.

Cláusula Segunda – DO VALOR E DOS RECURSOS

As despesas ocorrerão por conta dos recursos vigentes a partir do exercício de 2020 e 2021.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Anitápolis, 20 de dezembro de 2019.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS Contratante	SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF nº. CPF nº.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2020 - TOMADA DE PREÇOS 001/2020

Publicação Nº 2297721

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 001/2020; Tomada de Preços nº 001/2020; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: A presente licitação tem por objeto a construção do centro de convivência do Município de Antônio Carlos, com recursos do contrato de repasse OGU Ministério da Cidadania 873974/2018 - Operação 1060650-73, conforme memorial descritivo, projetos, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 23 de janeiro de 2020, às 09h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 02 de janeiro de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 001/2020

Publicação Nº 2298464

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 002/2020; Pregão Presencial nº 001/2020; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: A presente licitação tem como registro de preços para aquisição de meio fio concreto (100X30X15 cm) para manutenção das ruas do Município pela Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 16 de janeiro de 2020, às 09h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 02 de janeiro de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 002/2020

Publicação Nº 2298465

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 003/2020; Pregão Presencial nº 002/2020; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de alimentos para "coffee break" para eventos especiais, de ocorrência esporádica, realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 17 de janeiro de 2020, às 09h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 02 de janeiro de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2020

Publicação Nº 2298468

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 004/2020; Pregão Presencial nº 003/2020; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de livros didáticos da disciplina de inglês para uso dos alunos do Ensino Fundamental das escolas da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 20 de janeiro de 2020, às 09h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 02 de janeiro de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 01/2020

Publicação Nº 2298050

DECRETO N.O 1/2020

Homologa resultado final Do processo seletivo, edital n. 01/2019, realizado pelo município de Antônio Carlos/SC e da outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade, e;

CONSIDERANDO o resultado definitivo do Processo Seletivo (Edital 01/2019) realizado pelo município de Antônio Carlos/SC.

DECRETA:

Art. 1º – Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, concernente ao Edital 01/2019, à vista da classificação final apresentada pela empresa que realizou o certame, consagrando-se como exato e definitivo o resultado da listagem da classificação Final).

Art. 2º - O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 2 de janeiro de 2020.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

DECRETO N. 02/2020

Publicação Nº 2298055

DECRETO Nº 2/2020

Atualiza os valores constantes do Anexo XVII, da Lei (Municipal) nº 1356/2011 que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração dos servidores/profissionais do magistério do Município de Antônio Carlos.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 37 e 59, da Lei (Municipal) nº. 1356/2011,

Considerando, que o Governo Federal, com base na Lei Federal nº. 11.738/2008, fixou o piso nacional dos professores em R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quinze centavos) a partir do mês de janeiro de 2020;

Considerando, que o Município, por força do disposto no §1º, do artigo 2º, da referida lei deverá observar este valor para efeito como remuneração inicial dos profissionais do magistério;

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento inicial dos servidores/profissionais do magistério do Município de Antônio Carlos passa a ser o valor de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quinze centavos) a partir do mês de janeiro de 2020.

Art. 2º - Estes novos valores passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 2 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 03/2020

Publicação Nº 2298205

DECRETO Nº 03/2020

Aplica o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, de acordo com a Lei Federal n. 13.708, de 14 de agosto de 2018.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica, Considerando, que o Governo Federal, com base na Lei Federal nº. 13.708/2018, fixou o piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, para o ano de 2020, em R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) a partir do mês de janeiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento inicial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Antônio Carlos passa a ser o valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) a partir do mês de janeiro de 2020;

Art. 2º - Estes novos valores passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 2 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

LOCAL DE PROVA - PROCESSO SELETIVO 02/2019

Publicação Nº 2297760

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA do Edital de Processo seletivo nº 02/2019, conforme segue:

LOCAL E HORÁRIO PROVA OBJETIVA

POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCAM-SE TODOS OS CANDIDATOS DEFERIDOS PARA REALIZAR A PROVA OBJETIVA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2020, É RECOMENDADO AO CANDIDATO QUE COMPAREÇA AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30min, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA AZUL OU PRETA, COM TUBO TRANSPARENTE;

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	08h00
Fechamento dos portões	08h50
Início da prova Objetiva.	09h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	09h30
Término Prova Objetiva	11h00

NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTRADA DE CANDIDATOS QUE SE APRESENTAREM APÓS AS 08h50min. SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.

A PROVA SERÁ REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL DOM AFONSO NIEHUES, LOCALIZADA A RUA SÃO FRANCISCO, 700 - CENTRO, ANTÔNIO CARLOS – SC.

Município de Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 001/2020

Publicação Nº 2297781

PORTARIA Nº 001/2020

Concede licença maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 180 dias a servidora MARIELI KOERICH, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 18 de dezembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/12/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 02 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 03 de janeiro de 2020.

PORTARIA N 002/2020

Publicação Nº 2297782

PORTARIA Nº 002/2020

Exonera servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido FLÁVIA DANÚBIA JUNKES PETRY, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 02 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 03 de janeiro de 2020.

PORTARIA N 003/2020

Publicação Nº 2297784

PORTARIA Nº 003/2020

Concede adicional a servidores efetivos.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores ocupantes de cargos efetivos a partir do mês de janeiro de 2020, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
ADRIANO HAMMES	532	07	36%
EDILANE NEIS GELSLEICHTER	538	07	36%
KATIA COELHO	1936	07	36%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 02 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de janeiro de 2020.

PORTARIA N 004/2020

Publicação Nº 2298056

PORTARIA Nº 004/2020

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM 02º LUGAR NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal, Geraldo Pauli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2018, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição Nº 2729 de 15 de janeiro de 2019, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
222	NATÁLIA FERREIRA	2º	TÉCNICO SAÚDE BUCAL

Art. 2º - O(a) candidato(a) nomeado(a), na forma do artigo 1º, fica desde já convocado(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerado apto no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 9 do Edital nº 01/2018, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;

III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;

IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;

V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;

VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

VIII. Comprovante de endereço;

IX. Declaração de bens;

X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;

XI. Foto 3x4.

Art. 3º - O não comparecimento do(a) candidato(a) nomeado(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - O candidato nomeado e empossado submeter-se-á ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e

vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos – SC, 02 de janeiro de 2020.

Geraldo Pauli

Publicado no DOM em: 03 de janeiro de 2020.

PORTARIA N 005/2020

Publicação Nº 2298057

PORTARIA Nº 005/2020

Revoga nomeação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/92 e,

Considerando que o Sr. Douglas Vidal Dias, nomeado para o cargo de Mecânico em 03 de dezembro de 2019, manifestou sua desistência de tomar posse, assinando o respectivo termo de desistência de posse.

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a nomeação do Sr. Douglas Vidal Dias, aprovado no Concurso Público do Município de Antônio Carlos, realizado de acordo com o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 41/2019, nomeado para o cargo de Mecânico pela Portaria 569/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 02 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de janeiro de 2020.

RESULTADO DE RECURSOS - PROCESSO SELETIVO N. 01/2019

Publicação Nº 2297749

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A NOTA DA PROVA OBJETIVA, PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA, do Edital de Processo seletivo nº 01/2019, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Município de Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO 01/2019

Publicação Nº 2297746



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Edital de Processo seletivo nº 01/2019, conforme segue:

RESULTADO FINAL

AGENTE DE COMBATES AS ENDEMIAS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0777	BENILDA MANGRICH GRASSI	2,50	2,00	0,00	4,50	4,50	APROVADO(A)	1º	22/04/1969	
0293	FABIANO MARQUES DOS SANTOS	1,50	1,50	0,50	3,50	3,50	APROVADO(A)	2º	31/10/1991	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0808	DALILA FERCH VAN HAANDEL	3,00	2,50	1,50	7,00	7,00	APROVADO(A)	1º	12/09/1994	
0487	LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER	3,00	2,00	1,50	6,50	6,50	APROVADO(A)	2º	03/08/1954	
0711	ILENE GUMS MAYER	3,00	2,00	1,50	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	01/01/1963	
0225	ANDRÉIA TEREZINHA JUNKES DE OLIVEIRA	3,00	2,50	1,00	6,50	6,50	APROVADO(A)	4º	20/07/1986	
0828	ELIZANDRA CARDOSO	3,50	2,00	0,50	6,00	6,00	APROVADO(A)	5º	30/07/1978	
0092	GASPARINA DA FONSECA SANTOS	3,00	2,50	0,50	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º	25/08/1981	
0054	CRISTIANO REGIS	2,00	1,50	1,00	4,50	4,50	APROVADO(A)	7º	15/03/1974	
0450	KAYLANY CARDOSO HILARIO	2,00	1,50	1,00	4,50	4,50	APROVADO(A)	8º	26/12/2002	
0262	TAYS COSTA PEREIRA	1,50	1,50	0,00	3,00	3,00	APROVADO(A)	9º	05/02/1989	
ASSISTENTE SOCIAL										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Data Nasc.	
0139	MARIANE SANTOS FACCIN	1,50	1,50	3,30	1,65	7,95	7,95	APROVADO(A)	1º	14/07/1988
0745	IRACEMA WOLAN	2,10	1,20	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	2º	24/06/1970
0840	ANA CAROLINA PETRI	1,20	1,50	2,75	1,65	7,10	7,10	APROVADO(A)	3º	11/03/1995
0916	DANILO RODRIGUES	0,90	1,50	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	4º	22/05/1982
0327	ELISSAMA ESTHER DE QUEIRÓZ NAZARIO	1,80	1,50	1,65	1,10	6,05	6,05	APROVADO(A)	5º	19/12/1990
0019	ROSIVANE SOUSA DOS PASSO	1,20	0,90	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	6º	30/07/1989
0292	ANDRESSA PASINATTO CLEIN BURIN	1,20	1,20	3,30	0,00	5,70	5,70	APROVADO(A)	7º	29/02/1988
1015	JULIANA LEIA MORAES MARQUES	1,50	0,90	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	8º	15/08/1981
0542	PATRICIA LÚCIA DA SILVA ABREU	2,10	0,60	1,65	1,10	5,45	5,45	APROVADO(A)	9º	23/10/1982

1





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0371	PATRÍCIA FELICIDADE CATARINA BARON	0,90	1,20	2,20	1,10	5,40		5,40	APROVADO(A)	10º	14/12/1981
0109	ANNE ELIZA VIEIRA CHEREM	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20		5,20	APROVADO(A)	11º	16/11/1977
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.		
0538	VINICIUS PETRY	4,50	2,50	2,00	9,00	9,00	APROVADO(A)	1º	01/04/2001		
0900	CLÁUDIO REIS	5,00	2,50	1,00	8,50	8,50	APROVADO(A)	2º	14/01/1965		
0492	MIRIANE DICHETI GUARISE RAMIRES	5,00	2,50	1,00	8,50	8,50	APROVADO(A)	3º	18/03/1979		
1009	MONICA HETZLER MANICA TISCHER	4,00	2,50	2,00	8,50	8,50	APROVADO(A)	4º	30/09/1987		
0461	WILLIAN CARLOS MACHADO	4,00	2,50	2,00	8,50	8,50	APROVADO(A)	5º	26/05/1991		
0073	ISABELA HACK	4,50	2,00	1,50	8,00	8,00	APROVADO(A)	6º	20/05/2000		
0333	MANOEL LOFY	4,50	2,50	1,00	8,00	8,00	APROVADO(A)	7º	28/08/1994		
0176	VITÓRIA VEBER	4,50	2,50	1,00	8,00	8,00	APROVADO(A)	8º	28/07/2001		
0914	MIRELLE DIAS WEBER	4,00	2,50	1,50	8,00	8,00	APROVADO(A)	9º	25/05/1998		
0955	SONIA MARIA DOS SANTOS DE ARAUJO	4,50	2,50	0,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	10º	09/07/1969		
0215	ALISON RODRIGO MORAIS	4,50	2,50	0,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	11º	18/04/1984		
0587	DOUGLAS FABIANE DE OLIVEIRA CORRÊA	4,00	2,50	1,00	7,50	7,50	APROVADO(A)	12º	14/03/1980		
0087	SIMONE CRISTINA VIEIRA DE SOUZA DOS SANTOS	3,50	2,50	1,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	13º	06/02/1982		
0276	JOSÉLIA OLIVEIRA DA SILVA	3,50	1,50	2,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	14º	08/08/1988		
0765	ARNOLDO HENRIQUE WERLANG	3,50	2,00	1,50	7,00	7,00	APROVADO(A)	15º	26/09/1984		
0977	MARIA APARECIDA DE PAULA	3,00	2,50	1,50	7,00	7,00	APROVADO(A)	16º	05/08/1963		
0800	POLYANA TAYRINE BRAMBILA	4,00	1,50	1,00	6,50	6,50	APROVADO(A)	17º	03/05/1991		
0760	DELY ANNE KATRIELLE SILVA BORGES	3,00	1,50	1,50	6,00	6,00	APROVADO(A)	18º	19/06/1997		
0975	MELYNIA MINSOAO SANCHES	2,00	2,50	1,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	19º	20/02/1984		
1014	KARINE ROGENBAU CZYRIK	2,00	2,00	0,50	4,50	4,50	APROVADO(A)	20º	21/04/1984		
0230	ELISANDRA AP DALPOSSO TIZATTO	1,50	1,00	1,50	4,00	4,00	APROVADO(A)	21º	21/07/1983		
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0695	ANA PAULA JUNKES	1,80	1,20	3,85	1,65	8,50	8,50	APROVADO(A)	1º	28/12/2000	
0953	FABIANA LETÍCIA CONSTANCE TZELIKIS	2,10	1,50	3,85	0,55	8,00	8,00	APROVADO(A)	2º	18/11/1982	
0783	TATIANE MACEDO VELHO	1,50	1,50	3,85	1,10	7,95	7,95	APROVADO(A)	3º	18/05/1981	
0642	JULIA ANDRIANI SOARES	1,50	1,50	3,85	1,10	7,95	7,95	APROVADO(A)	4º	01/04/2000	
0908	EDUARDA PAULINA EGERT	1,20	1,50	3,85	1,10	7,65	7,65	APROVADO(A)	5º	29/07/2001	
0133	KÁTIA DE MELO	1,20	1,50	3,85	1,10	7,65	7,65	APROVADO(A)	6º	24/09/2001	
0378	TATIANE CARVALHO MACHADO	2,10	0,90	3,85	0,55	7,40	7,40	APROVADO(A)	7º	08/11/1984	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0944	SIMONE SANTOS	1,50	1,50	3,85	0,55	7,40	7,40	APROVADO(A)	8º	22/07/1986
0173	VITÓRIA VEBER	1,50	1,50	3,85	0,55	7,40	7,40	APROVADO(A)	9º	28/07/2001
0923	IVANA DE SOUZA SIFUENTES BARBOSA	0,90	1,50	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	10º	29/01/1958
0305	MILEINE LUIZA COELHO	1,50	0,90	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	11º	20/07/1988
0865	JÉSSICA KETHRYNE LUSTOSA DE SOUSA GONDIM	1,20	1,20	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	12º	25/02/1994
0130	ELOISA SCHUCH	0,90	1,50	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	13º	22/09/2001
1020	FRANCIELI RICHARTZ GUESSER	1,50	1,20	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	14º	29/11/1981
0740	JESSICA FELIPPE	1,50	1,20	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	15º	14/12/1991
0912	ANA FLÁVIA MENDES	1,20	1,50	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	16º	31/12/1978
1046	FRANCIELY CRISTIANY HANSEN DE SOUZA	1,20	1,50	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	17º	10/10/1984
0869	VERÔNICA BRAGA BRITES	1,80	0,90	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	18º	29/10/1992
0647	JAQUELINE MARIA FERREIRA	1,50	0,60	3,85	1,10	7,05	7,05	APROVADO(A)	19º	06/04/1992
0887	ELAINE APARECIDA LOHN	1,50	1,50	3,30	0,55	6,85	6,85	APROVADO(A)	20º	30/09/2000
0204	JUCIMAR SOARES DE LIMA	1,20	1,20	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	21º	08/07/1982
0819	BRUNO ANTUNES WALTER	1,20	1,20	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	22º	30/10/2001
0989	KETILYN HOFFMANN PRATES	0,90	1,50	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	23º	16/03/1999
0796	LETICIA DE OLIVEIRA LOPES	0,60	1,20	3,85	1,10	6,75	6,75	APROVADO(A)	24º	02/08/1979
0748	SARA FRITZEN	0,60	1,20	3,85	1,10	6,75	6,75	APROVADO(A)	25º	13/12/1996
0737	JÚLIA BACK SCHMITT	0,60	1,20	3,30	1,65	6,75	6,75	APROVADO(A)	26º	11/06/2000
0660	ISABELA KAVIQUIONI DA SILVA	1,50	1,20	3,85	0,00	6,55	6,55	APROVADO(A)	27º	21/05/1990
0060	EVILIN JAILDE QUINTINO DIAS	1,20	1,50	3,85	0,00	6,55	6,55	APROVADO(A)	28º	10/09/1982
0830	JOANA BERNADETE KRETZER SCHMITT	1,20	1,50	3,85	0,00	6,55	6,55	APROVADO(A)	29º	24/06/1985
0696	CLEUSA MARIA PITZ JUNKES	1,20	0,90	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	30º	16/08/1980
0146	ELISMARA GRASIELE SCHMITZ	1,20	0,90	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	31º	11/02/1997
0787	ROSANE GODINHO	0,90	1,20	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	32º	21/03/1984
0838	ARLEIDE SCHMITT	0,60	1,50	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	33º	06/01/1992
0142	VANDELI FÁTIMA DA SILVA MARTINS	0,90	1,20	3,30	1,10	6,50	6,50	APROVADO(A)	34º	23/07/1972
0065	SABRINA GUESSER	0,90	0,60	3,85	1,10	6,45	6,45	APROVADO(A)	35º	15/11/2000
0072	LUCÉLIA SCHVAMBACH	2,10	0,90	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	36º	05/08/2000
0201	ROSANE SCHERER MÜNICH	1,20	1,20	3,85	0,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	37º	21/03/1994
0515	ALINE MÜLLER	0,90	1,50	3,85	0,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	38º	14/10/2000
0966	SIMONI REBEQUI ASTOFF	1,50	0,90	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	39º	26/11/1971
0993	PATRICIA FABRO ALESSIO	1,50	0,90	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	40º	24/05/2000
0807	LUCIANA SCHMITT RAITZ	1,20	1,20	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	41º	21/03/1971
0025	GABRIELA DE SOUZA MARTINS PAULI	0,30	1,50	3,85	0,55	6,20	6,20	APROVADO(A)	42º	28/11/1985
0976	MARIA APARECIDA DE PAULA	1,20	0,60	3,30	1,10	6,20	6,20	APROVADO(A)	43º	05/08/1963

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0731	MARCIA DENISE DA SILVA	0,90	0,30	3,85	1,10	6,15	6,15	APROVADO(A)	44º	05/08/1979
0242	SABRINA NAU SCHUTZ	1,50	0,60	3,30	0,55	5,95	5,95	APROVADO(A)	45º	08/04/1996
0849	DANIELA BARBOSA VIDAL	1,20	0,90	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	46º	14/05/1993
0924	TAISY DE LIMA ALVES MOTTA	0,90	0,60	3,85	0,55	5,90	5,90	APROVADO(A)	47º	21/09/1987
0982	GABRIELA REGINA FARIA	0,60	0,90	3,85	0,55	5,90	5,90	APROVADO(A)	48º	29/04/1997
0245	LEILA FERREIRA DE FREITAS SANTOS	0,30	1,20	3,85	0,55	5,90	5,90	APROVADO(A)	49º	17/10/1970
0448	DANIELLE FELTES	0,00	0,90	3,85	1,10	5,85	5,85	APROVADO(A)	50º	22/09/2000
0880	ELISABETE LEMOS DA SILVA LOPES	1,50	0,90	3,30	0,00	5,70	5,70	APROVADO(A)	51º	17/11/1981
0043	NAIARA PATRÍCIA PACHECO LUTZ PITZ	1,20	1,20	3,30	0,00	5,70	5,70	APROVADO(A)	52º	31/05/1994
0161	LUCAS JOSÉ DE BORBA	1,20	1,20	2,75	0,55	5,70	5,70	APROVADO(A)	53º	30/10/1999
0706	LILIANE SCHWEITZER	0,60	1,20	3,85	0,00	5,65	5,65	APROVADO(A)	54º	24/04/1982
0971	GRASELI JUNKES DA CUNHA	0,30	1,50	3,85	0,00	5,65	5,65	APROVADO(A)	55º	06/12/1989
0367	JANINE PAULA MACHADO	1,20	0,60	3,30	0,55	5,65	5,65	APROVADO(A)	56º	13/03/1996
0433	LUÍSA MATOS LOBO	0,90	0,90	3,30	0,55	5,65	5,65	APROVADO(A)	57º	29/03/1980
0616	ANA MARGARETE PEPPER BESEN	1,50	0,30	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	58º	23/10/1979
0676	LUDMYLLA DE SOUZA E SILVA	0,60	1,20	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	59º	17/11/1988
0537	EMELLE RIBEIRO RODRIGUES	0,90	0,30	3,85	0,55	5,60	5,60	APROVADO(A)	60º	07/02/1995
1025	GIOVANA MARIA HOFFMANN	1,20	0,90	3,30	0,00	5,40	5,40	APROVADO(A)	61º	09/06/2002
0713	ILENE GUMS MAYER	1,50	0,60	2,75	0,55	5,40	5,40	APROVADO(A)	62º	01/01/1963
0067	SHEILA LOPES DA SILVA	1,50	0,60	2,75	0,55	5,40	5,40	APROVADO(A)	63º	24/09/1978
0266	SAMANTA FATIMA DA SILVA	0,90	0,60	3,85	0,00	5,35	5,35	APROVADO(A)	64º	26/08/1988
0657	MARIA DOLORES FRAGOZO MORAIS	1,20	0,60	3,30	0,00	5,10	5,10	APROVADO(A)	65º	16/03/1955
0729	SONIA APARECIDA KREICH PRIM	1,20	0,60	3,30	0,00	5,10	5,10	APROVADO(A)	66º	13/10/1979
0741	LOURDES TEREZINHA DOS SANTOS VITNISKI	0,60	0,60	2,75	1,10	5,05	5,05	APROVADO(A)	67º	07/10/1981
ENFERMEIRO 20 HORAS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0403	TAINÁ PAULI	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	1º	31/03/1996
0027	ETHIELLY MENDES	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	2º	08/05/1997
0596	CAMILA WRABEL RENNA	0,90	1,20	2,75	1,65	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	27/03/1990
0766	THALUANA SELVERO DE SOUZA	1,50	1,50	2,75	0,00	5,75	5,75	APROVADO(A)	4º	09/10/1995
0829	FILIPPE KOERICH	0,90	1,50	1,65	1,65	5,70	5,70	APROVADO(A)	5º	28/08/1990
ENFERMEIRO 40 HORAS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0404	TAINÁ PAULI	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	1º	31/03/1996



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0363	DIONATAN CESAR CORREA	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	2º	05/04/1984
0028	ETHIELLY MENDES	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	3º	08/05/1997
0144	JULIETE VITÓRIA KNOPIK ROSENBACH	1,50	1,50	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	4º	26/05/1991
0561	THAILA ANTUNES PLOÊNCIO	1,80	1,50	2,75	0,55	6,60	6,60	APROVADO(A)	5º	30/08/1993
0372	MICHELE ARIANA DA SILVA	2,10	1,50	2,20	0,55	6,35	6,35	APROVADO(A)	6º	11/03/1989
0365	LEANDRO FRANCO SANTANA	0,90	0,90	2,75	1,65	6,20	6,20	APROVADO(A)	7º	25/08/1986
0505	GESELLE CHRISTINE BARTOSIAK	1,80	1,50	2,20	0,55	6,05	6,05	APROVADO(A)	8º	17/04/1981
0253	AMANDA DE SOUZA VIEIRA	1,50	1,50	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	9º	10/02/1994
0927	JONILRA HOLANDA SANTANA	1,80	0,60	2,75	0,55	5,70	5,70	APROVADO(A)	10º	18/01/1975
0641	VITÓRIA CORRÊA DEL MONEGO	0,90	1,50	2,75	0,55	5,70	5,70	APROVADO(A)	11º	15/09/1998
0726	EMILY SMITH RUFINO	1,50	1,50	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	12º	30/04/1994
0071	VITORIA CAROLINE DE LIMA HAVENSTRIN	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	13º	09/11/1996
ENGENHEIRO AGRÔNOMO										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0931	SAULO FERIGOLO VENTURINI	1,50	1,50	3,30	1,65	7,95	7,95	APROVADO(A)	1º	12/09/1978
0795	IVO EUGENIO MEYER	2,40	1,50	2,75	1,10	7,75	7,75	APROVADO(A)	2º	17/06/1971
0918	LUCIANO SAIFERT	2,10	1,50	2,75	0,55	6,90	6,90	APROVADO(A)	3º	05/04/1983
0460	ANA CLAUDIA VELOSO DE SOUZA	1,80	1,50	2,20	1,10	6,60	6,60	APROVADO(A)	4º	27/09/1989
0458	SARA JORGE DE QUEIROZ	2,10	1,50	1,65	1,10	6,35	6,35	APROVADO(A)	5º	06/06/1984
0530	ATHENA CORREA DA SILVA MEINCKE	2,10	1,50	1,65	1,10	6,35	6,35	APROVADO(A)	6º	09/01/1995
0990	CAIO BUSTANI ANDRADE	1,50	1,50	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	7º	16/02/1987
0423	VICTOR HUGO BUZZI	1,50	1,50	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	8º	03/08/1985
0574	RODRIGO FEIJÓ SEGALLA	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	9º	27/09/1990
1017	RENAN SILVA NEUBERN	1,80	1,20	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	10º	22/02/1988
0420	EDSON BLATTMANN	1,20	1,50	2,20	0,55	5,45	5,45	APROVADO(A)	11º	16/06/1991
ENGENHEIRO CIVIL										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0061	CHRISTIANNE PAIVA DE MENEZES	2,40	1,50	3,30	1,65	8,85	8,85	APROVADO(A)	1º	21/03/1982
0584	PRISCILA LOPES	2,40	1,50	3,30	1,65	8,85	8,85	APROVADO(A)	2º	31/03/1992
0203	JONATHAN DE SOUZA NUNES	2,10	1,50	3,85	1,10	8,55	8,55	APROVADO(A)	3º	09/01/1995
0965	LÍDIA CAROLINA DA LUZ	2,40	1,50	3,30	0,55	7,75	7,75	APROVADO(A)	4º	06/09/1992
0385	CLEITON GASPERIN	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	5º	15/03/1994
0213	DOUGLAS ANCELMO FREITAS	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	6º	24/04/1994
0116	PEDRO ANTONIO STOTZ DA SILVA	2,10	1,50	3,30	0,55	7,45	7,45	APROVADO(A)	7º	16/04/1987



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0957	JOAO ARTHUR PITHAN GELESKI	2,40	1,50	2,20	1,10	7,20	7,20	APROVADO(A)	8º	06/12/1995
0485	GUILHERME NUERNBERG DE FREITAS	2,10	1,20	3,30	0,55	7,15	7,15	APROVADO(A)	9º	24/05/1992
0892	YURI MELLO MÜLLER DE OLIVEIRA	1,80	1,50	3,30	0,55	7,15	7,15	APROVADO(A)	10º	25/12/1992
0983	WILLIAN FRAGA	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	11º	01/01/1987
0340	VINICIUS MENDES DE SOUZA	2,70	1,50	2,20	0,55	6,95	6,95	APROVADO(A)	12º	14/11/1993
0128	ISABELA DE CAMPOS SILVA	1,50	1,50	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	13º	11/02/1996
0171	CLAUDINEI ADUCIO PEREIRA	0,60	1,50	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	14º	12/08/1978
0833	MARCONDES MENDES DA SILVA JUNIOR	2,10	1,50	2,75	0,00	6,35	6,35	APROVADO(A)	15º	13/01/1983
1018	SANDRO RADDATZ	2,10	1,50	2,20	0,55	6,35	6,35	APROVADO(A)	16º	27/08/1985
0056	KAMILLA BRAZ HENRIQUE GONÇALVES	2,10	1,50	1,65	1,10	6,35	6,35	APROVADO(A)	17º	05/06/1990
0444	DIEGO ANTONIO KREICH	1,50	1,50	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	18º	28/07/1991
0804	LUCAS EDUARDO TAVARES KOPROWSKI	1,80	1,50	2,20	0,55	6,05	6,05	APROVADO(A)	19º	25/05/1996
0536	JULIA BILIBIO DA ROCHA	1,80	1,50	1,65	1,10	6,05	6,05	APROVADO(A)	20º	06/04/1988
0921	HAIDI RAUBER MARTENDAL	1,20	1,50	3,30	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	21º	01/11/1984
0401	CAMILA FERREIRA DA SILVA	1,20	1,50	2,75	0,55	6,00	6,00	APROVADO(A)	22º	01/04/1990
0231	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	1,20	1,50	2,75	0,55	6,00	6,00	APROVADO(A)	23º	27/04/1992
0960	GABRIEL KOERICH	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	24º	24/07/1990
0901	IVAN DA CUNHA	0,90	1,20	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	25º	07/08/1994
0319	ADRIANO CORRÊA DE SOUZA	1,50	1,50	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	26º	26/10/1994
0860	RENATO CURVO SOBRINHO	1,80	1,50	2,20	0,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	27º	24/07/1963
0725	BEATRIZ KOCH GUESSER	1,20	1,50	2,75	0,00	5,45	5,45	APROVADO(A)	28º	16/03/1994
0527	GUSTAVO DE MELO GEVAERD	1,20	1,50	1,65	1,10	5,45	5,45	APROVADO(A)	29º	17/07/1983
0935	ELISANDRA GUESSER	0,60	1,50	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	30º	03/08/1997
0186	TIAGO IZAIAS ALBINO	1,50	1,50	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	31º	07/03/1995
0415	JONATHAN FARIAS ZAGESKI	1,50	1,50	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	32º	28/01/1996
0082	ALESSANDRA NATIELE MATIAS	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	33º	16/09/1991
0950	EUCLIDES MACHADO NETO	0,90	1,50	2,75	0,00	5,15	5,15	APROVADO(A)	34º	04/01/1994
0871	MARIANNA MONTEIRO DE OLIVEIRA	2,40	1,50	1,10	0,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	35º	16/12/1992

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0958	JOAO JORGE GELESKI	1,80	1,50	2,75	1,65	7,70	7,70	APROVADO(A)	1º	05/01/1964
0472	ANA KARLA BITTENCOURT MENDES	2,10	1,50	2,75	0,55	6,90	6,90	APROVADO(A)	2º	29/12/1986
0617	TAYNARA SILVEIRA	1,50	1,50	3,30	0,00	6,30	6,30	APROVADO(A)	3º	19/10/1992
0636	LEANDRO PETRY	1,50	1,20	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	4º	19/04/1986
0817	ARTUR RAMOS LIMA	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	5º	24/05/1994



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0680	EDSON FERREIRA ROSA	0,90	1,50	2,75	0,55	5,70		5,70	APROVADO(A)	6º	01/06/1986
0508	SÔNIA GIACOMINI	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20		5,20	APROVADO(A)	7º	25/02/1986
0962	MAYKE ISABEL ROSA	0,90	1,50	2,75	0,00	5,15		5,15	APROVADO(A)	8º	29/12/1964
0310	ROSIMERI POYER HARTMANN	0,90	1,50	1,65	1,10	5,15		5,15	APROVADO(A)	9º	17/09/1963
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0267	GUILHERME REBEQUI ASTOFF	2,10	1,50	2,20	1,65	7,45	7,45	APROVADO(A)	1º	28/07/2000	
0897	JORGE LUIZ TEIXEIRA	1,50	1,50	1,65	1,65	6,30	6,30	APROVADO(A)	2º	11/07/1983	
FISCAL DE TRIBUTOS											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0111	MÁRCIA DE OLIVEIRA DIAS CARNEIRO	2,40	1,50	3,85	0,55	8,30	8,30	APROVADO(A)	1º	05/11/1992	
0373	MARLUCI CORREIA	2,40	1,50	3,30	1,10	8,30	8,30	APROVADO(A)	2º	04/07/1988	
0557	FRANCIELI TEDESCO	1,80	1,50	2,75	1,65	7,70	7,70	APROVADO(A)	3º	15/12/1993	
0491	MIRIANE DICHETI GUARISE RAMIRES	2,10	1,50	3,30	0,55	7,45	7,45	APROVADO(A)	4º	18/03/1979	
0775	DÉBORA LINHARES SALVARO	1,50	1,50	3,30	1,10	7,40	7,40	APROVADO(A)	5º	15/02/1996	
0257	ROBER SANDRO CORDEIRO	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	6º	26/01/1977	
0008	LUIZ FERNANDO LUDVIG	0,90	1,50	2,75	1,65	6,80	6,80	APROVADO(A)	7º	12/06/1965	
0870	RAFAEL SANTOS AGAPITO	2,40	1,50	2,75	0,00	6,65	6,65	APROVADO(A)	8º	02/06/1981	
0913	MARIANE SILVA DE SOUZA	1,80	1,20	3,30	0,00	6,30	6,30	APROVADO(A)	9º	11/08/1988	
0956	SONIA MARIA DOS SANTOS DE ARAUJO	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	10º	09/07/1969	
0091	GILSON JEAN AMARAL DE MELO	0,90	1,20	2,20	1,65	5,95	5,95	APROVADO(A)	11º	30/05/1991	
0427	TALITA PAULI	1,50	1,50	1,10	1,65	5,75	5,75	APROVADO(A)	12º	11/04/1992	
0805	ANDERSON LOURENÇO	0,90	0,90	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	13º	07/05/1999	
1019	PATRICIA SIMON	1,50	1,20	2,75	0,00	5,45	5,45	APROVADO(A)	14º	14/08/1986	
0854	EDUARDO PETRY	1,20	1,50	1,65	1,10	5,45	5,45	APROVADO(A)	15º	26/07/1993	
0899	CLÁUDIO REIS	1,50	1,50	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	16º	14/01/1965	
0974	MELYNIA MINSÃO SANCHES	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	17º	20/02/1984	
0947	JUAN LOURENÇO	0,60	1,20	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	18º	30/07/1996	
FONOAUDIÓLOGO											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0832	ALINA LETÍCIA MEZACASA	1,80	1,20	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	1º	03/06/1998	
MECÂNICO											



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	PO	PP	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0666	ILVO BAVARESCO	4,50	2,50	1,00	8,00	8,75	8,38	APROVADO(A)	1º	27/05/1969
0902	REGINALDO CORRÊA ALVES	2,00	0,50	1,50	4,00	9,50	6,75	APROVADO(A)	2º	31/12/1975
MÉDICO 20 HORAS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0782	LUCIAN DIEGO DELLA FLORA	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	1º	02/09/1991
0074	ALINE STELA TINOCO	1,80	1,50	2,75	1,65	7,70	7,70	APROVADO(A)	2º	04/09/1993
MÉDICO 40 HORAS										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0075	ALINE STELA TINOCO	1,80	1,50	2,75	1,65	7,70	7,70	APROVADO(A)	1º	04/09/1993
MÉDICO GINECOLOGISTA										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0698	CORACY DE OLIVEIRA GOULART	1,80	1,50	2,20	1,65	7,15	7,15	APROVADO(A)	1º	12/05/1950
MÉDICO PEDIATRA										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0438	KARINA FRITEGOTTO GUAITA HERNANDES	2,10	1,50	2,75	1,10	7,45	7,45	APROVADO(A)	1º	25/01/1986
0733	LIVIA HELENA FREITAS DA SILVA CASCAES	1,20	1,50	3,30	1,10	7,10	7,10	APROVADO(A)	2º	13/01/1986
MÉDICO PSIQUIATRA										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0988	FELIPE DE LUCA MEDEIROS	2,70	1,50	2,75	0,00	6,95	6,95	APROVADO(A)	1º	18/02/1983
0776	TALITA DANDARA PEGORARO	2,10	1,20	1,65	0,55	5,50	5,50	APROVADO(A)	2º	11/09/1989
0904	MARISABEL DA SILVA MOROCINI	1,80	1,20	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	3º	13/12/1969
MÉDICO VETERINÁRIO										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0554	PATRÍCIA NUNES MACHADO	1,20	1,50	2,75	1,10	6,55	6,55	APROVADO(A)	1º	29/03/1993
0440	LOIRANA LEHMKUHL DA ROSA	1,20	1,50	2,75	0,55	6,00	6,00	APROVADO(A)	2º	17/11/1994
0051	JULIANA QUERINO GOULART	1,50	1,50	2,75	0,00	5,75	5,75	APROVADO(A)	3º	11/06/1981
MOTORISTA										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0210	CLEBISON PEREIRA DE JESUS	2,50	2,00	1,00		5,50		5,50	APROVADO(A)	1º	02/03/1980
0352	JOYCE APARECIDA COELHO	2,00	2,50	0,50		5,00		5,00	APROVADO(A)	2º	07/05/1979
NUTRICIONISTA											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0930	LUIZA DOS SANTOS FIGUEIREDO	2,40	1,50	1,65	1,10	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	03/10/1995
0049	JOY BERGMANN SOARES	2,10	1,20	2,75	0,00	6,05		6,05	APROVADO(A)	2º	09/09/1987
0421	CAMILA VIEIRA TIECHER	0,90	1,20	2,20	1,65	5,95		5,95	APROVADO(A)	3º	28/08/1986
1032	KARINE KAHL	2,10	1,50	1,65	0,55	5,80		5,80	APROVADO(A)	4º	14/09/1995
0436	JENNYFER DE CARVALHO ANDRADE	1,50	1,50	2,20	0,55	5,75		5,75	APROVADO(A)	5º	07/05/1991
ODONTÓLOGO											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0868	ANDERSON PALUDO	2,10	1,50	3,85	1,65	9,10		9,10	APROVADO(A)	1º	18/10/1988
0315	THAÍSE GOMES E NOBREGA	2,10	1,20	3,30	1,65	8,25		8,25	APROVADO(A)	2º	10/12/1980
0556	FILÍPE ROCHA BARRIONI	1,50	1,50	3,85	1,10	7,95		7,95	APROVADO(A)	3º	29/09/1983
0987	ANALU SPARENBERGER MANEA	2,40	1,50	3,30	0,55	7,75		7,75	APROVADO(A)	4º	01/11/1984
0598	ANA CAROLINA OLIVEIRA PERES	1,80	1,50	3,85	0,55	7,70		7,70	APROVADO(A)	5º	24/01/1987
0303	JÚLIA FERMINO	1,80	1,50	2,75	1,65	7,70		7,70	APROVADO(A)	6º	16/08/1996
0102	GABRIELA WALTER DA LUZ	1,20	1,50	3,85	1,10	7,65		7,65	APROVADO(A)	7º	17/10/1987
0546	DALVA ISABEL DE ARAÚJO PACHECO	2,10	1,50	3,85	0,00	7,45		7,45	APROVADO(A)	8º	17/06/1967
0247	CAMILA RODRIGUES DE SOUZA	2,10	1,50	3,85	0,00	7,45		7,45	APROVADO(A)	9º	24/06/1990
0417	JENNIFER MATOS MENDES	2,10	1,50	3,85	0,00	7,45		7,45	APROVADO(A)	10º	20/11/1992
1004	HELOÍSE DIENE DE PAULA	2,10	1,50	3,30	0,55	7,45		7,45	APROVADO(A)	11º	01/04/1996
0455	MARINA PEREIRA HÜPPI	2,10	1,50	2,75	1,10	7,45		7,45	APROVADO(A)	12º	10/12/1993
0466	FABIANE SMIDERLE	2,10	1,50	2,75	1,10	7,45		7,45	APROVADO(A)	13º	14/02/1997
0096	GIULIA ORTIGARA BORTOLINI	1,80	1,50	3,30	0,55	7,15		7,15	APROVADO(A)	14º	19/02/1992
0301	CAROLINA FLORES SILVANO	1,50	1,20	3,30	1,10	7,10		7,10	APROVADO(A)	15º	29/06/1984
0098	JANICIELLI PRESTES DA SILVA ONUKA	1,50	1,20	3,30	1,10	7,10		7,10	APROVADO(A)	16º	11/04/1987
0197	LUIZA PIAZZON TRIDAPALLI	1,50	1,20	3,30	1,10	7,10		7,10	APROVADO(A)	17º	21/06/1996
0986	MIRIAN SUEMI TANABE	1,80	1,20	3,30	0,55	6,85		6,85	APROVADO(A)	18º	10/04/1988
0211	BRUNNA TAFFAREL DE CESAR	1,50	1,50	3,30	0,55	6,85		6,85	APROVADO(A)	19º	06/09/1992
0053	JOÃO PAULO STEFFEN RONCADA	1,80	1,50	2,75	0,55	6,60		6,60	APROVADO(A)	20º	24/05/1991
0121	LIS REINERT VARGAS	1,50	1,20	3,30	0,55	6,55		6,55	APROVADO(A)	21º	07/06/1992
1000	ANDRESSA CAROLINE MAIOCHI	1,20	1,50	2,75	1,10	6,55		6,55	APROVADO(A)	22º	06/01/1987
0154	EVALDO MONTEIRO	1,50	1,20	2,20	1,65	6,55		6,55	APROVADO(A)	23º	19/11/1960



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0020	DIEGO LEONARDO DE SOUZA	1,50	1,50	3,30	0,00	6,30	6,30	APROVADO(A)	24º	17/07/1994
1026	ANA KAROLLINY AMADI	1,50	1,50	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	25º	15/01/1991
0630	CIBELE SAMULEWSKI BAGATOLI	1,80	1,20	2,20	1,10	6,30	6,30	APROVADO(A)	26º	02/11/1989
0599	DAYARA KELLYN SEIDLER	1,50	0,90	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	27º	29/12/1996
0793	LUANA NAIZ	1,50	0,90	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	28º	06/08/1997
0150	ZILDA CARMEN CORTELINI	0,90	1,50	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	29º	21/01/1971
0888	CAROLINA ROSA	0,90	1,50	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	30º	14/01/1995
0560	ANA JULIA KURIKI LOPES DE CASTRO BALAN	0,90	1,50	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	31º	21/01/1995
0086	AMANDA FERREIRA CHAVES	1,80	1,50	2,75	0,00	6,05	6,05	APROVADO(A)	32º	01/08/1994
0232	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	1,20	1,50	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	33º	01/03/1988
0742	GABRIELE RIBEIRO DOS SANTOS	1,50	1,50	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	34º	06/12/1985
0377	GABRIELLA REGINA DUARTE	0,90	1,50	3,30	0,00	5,70	5,70	APROVADO(A)	35º	15/12/1997
1022	HELOÍSA EVANGELISTA FERREIRA	0,60	1,20	3,30	0,55	5,65	5,65	APROVADO(A)	36º	15/06/1994
0405	CATARINI SCHWEITZER DE SOUZA	1,20	1,50	2,75	0,00	5,45	5,45	APROVADO(A)	37º	13/08/1997
0311	MAYRA SCHWEITZER	0,60	1,50	3,30	0,00	5,40	5,40	APROVADO(A)	38º	02/10/1994
0701	LUCAS THOMAZELLI ARENT	0,60	1,50	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	39º	12/10/1995
0785	LOREANE JANAINA LOPES	1,80	1,20	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	40º	27/01/1994
1021	EDUARDA COELHO GUCKERT	0,90	1,50	2,75	0,00	5,15	5,15	APROVADO(A)	41º	12/10/1996
0545	CAROLINA VAQUEIRO FERNANDES	0,90	1,50	2,20	0,55	5,15	5,15	APROVADO(A)	42º	08/02/1997

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0939	JAQUELINE GRAZIELI DIAS	1,80	1,50	2,75	0,55	6,60	6,60	APROVADO(A)	1º	29/08/1997
0517	LEONARDO HOFFMANN	1,20	1,50	3,30	0,55	6,55	6,55	APROVADO(A)	2º	07/10/1993
0718	ANDREI SILVEIRA	0,60	1,50	2,75	1,65	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	11/12/1985
0038	GRASIELE DEMARCHE	0,30	1,50	2,75	1,65	6,20	6,20	APROVADO(A)	4º	02/01/1982
0252	DOGLAS MANOEL MARTINS	0,30	1,50	2,75	1,65	6,20	6,20	APROVADO(A)	5º	22/07/1992
1033	JULIANO JOSÉ KOERICH	1,20	1,50	2,75	0,55	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º	30/07/1997
0684	ROSANE GODINHO	0,90	1,20	3,30	0,55	5,95	5,95	APROVADO(A)	7º	21/03/1984
0033	JOEL PEDRO NOGUEIRA JUNIOR	0,90	1,50	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	8º	03/04/1986

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0498	MARCEL AGUIAR RODRIGUES	1,20	1,20	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	1º	09/11/1982
0426	BRUNA CRISTINA BACK	2,10	1,50	1,10	0,55	5,25	5,25	APROVADO(A)	2º	04/01/1994



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO									
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.
0650	CAMILA CRISTINA DE ASSUNÇÃO ROSA	1,50	0,90	2,75	1,65	6,80	6,80	APROVADO(A)	1º
									23/08/1995
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20 HORAS - HABILITADO									
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.
0105	CAMILA BESEN KOCH	2,40	1,50	3,30	1,10	8,30	8,30	APROVADO(A)	1º
0424	CAMILA FELIPPE KUHN	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70	7,70	APROVADO(A)	2º
0846	LETÍCIA JUNKES	1,80	1,50	2,75	1,10	7,15	7,15	APROVADO(A)	3º
0525	MARIA ISABEL SCHVAMBACH	1,50	1,50	2,20	1,65	6,85	6,85	APROVADO(A)	4º
0055	RAFAELA PAULA FREITAS	1,50	1,20	3,30	0,55	6,55	6,55	APROVADO(A)	5º
0089	ANA PAULA LAUREANO RICARDO	0,90	1,20	3,85	0,55	6,50	6,50	APROVADO(A)	6º
0442	AMANDA GONÇALVES CAMPOS SILVEIRA	1,80	1,20	2,75	0,55	6,30	6,30	APROVADO(A)	7º
0943	CLARICE MARTENDAL FUCH	1,80	1,50	2,75	0,00	6,05	6,05	APROVADO(A)	8º
0005	BEATRIZ RICHARTZ	1,80	1,50	2,75	0,00	6,05	6,05	APROVADO(A)	9º
0095	DJEINIFER KOERICH PAULI PITZ	1,20	1,50	2,75	0,55	6,00	6,00	APROVADO(A)	10º
0068	LIDIANE SOARES ESPEZIM	1,50	1,20	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	11º
0601	DARLEM MOURA NASCIMENTO SCHMITZ	1,50	0,90	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	12º
0299	SEZIANE TURATTO GUESSER	1,20	1,20	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	13º
0856	FLÁVIA MARGARETE PETRY	0,90	1,50	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	14º
0728	JOICE APARECIDA PRIM	1,20	1,20	1,65	1,65	5,70	5,70	APROVADO(A)	15º
0564	FABIANA HAMES	0,60	1,20	3,85	0,00	5,65	5,65	APROVADO(A)	16º
0823	AMANDA KOERICH JUNKES	1,20	1,50	2,20	0,55	5,45	5,45	APROVADO(A)	17º
0594	DANIELLE COSTA	0,60	1,50	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	18º
0325	EDNA CRISTOFOLINI RODE	2,10	1,50	1,65	0,00	5,25	5,25	APROVADO(A)	19º
0946	SIMONE SANTOS	1,50	1,50	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	20º
0288	CRISTIANY DECKER	1,20	1,20	2,75	0,00	5,15	5,15	APROVADO(A)	21º
0271	CLAUDIA REGINA FARIA SOARES	0,90	1,50	2,20	0,55	5,15	5,15	APROVADO(A)	22º
0347	ÉRIKA MATOS BARANOVSKI	0,90	0,90	3,30	0,00	5,10	5,10	APROVADO(A)	23º
0200	IZABELLE CRISTINE DA SILVA OLIVEIRA MAURICIO	0,90	0,90	2,75	0,55	5,10	5,10	APROVADO(A)	24º
0847	CAROLINE ANDRADE SCHMITT	0,60	1,20	2,75	0,55	5,10	5,10	APROVADO(A)	25º
0613	ANA MARGARETE PEPPER BESEN	1,20	0,60	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	26º
0390	LEIDIANE DA CUNHA	0,30	1,50	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	27º
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20 HORAS - NÃO HABILITADO									
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.



0640	SANDRA GUESSER	2,10	1,50	3,30	0,00	6,90		6,90	APROVADO(A)	1º	26/08/2000
0443	AMANDA GONÇALVES CAMPOS SILVEIRA	1,80	1,20	2,75	0,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	02/07/1992
0707	KEYTH MARRYLE MEURER	0,90	1,50	3,30	0,55	6,25		6,25	APROVADO(A)	3º	23/08/1997
0026	GABRIELA DE SOUZA MARTINS PAULI	0,60	1,50	3,30	0,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	4º	28/11/1985
1038	ANA CAROLINA KOERICH	0,90	1,50	2,20	0,55	5,15		5,15	APROVADO(A)	5º	17/08/1999
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 30 HORAS - HABILITADO											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0425	CAMILA FELIPPE KUHN	1,80	1,50	3,30	1,10	7,70		7,70	APROVADO(A)	1º	01/07/1997
0052	RAFAELA PAULA FREITAS	1,50	1,20	3,30	0,55	6,55		6,55	APROVADO(A)	2º	30/06/1980
0898	ROSEMAR HOFFMANN CONRADI	2,10	1,50	2,75	0,00	6,35		6,35	APROVADO(A)	3º	22/11/1979
0572	FABIANA LOHN	1,50	1,50	2,75	0,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	4º	14/11/1985
0945	CLARICE MARTENDAL FUCH	1,80	1,50	2,75	0,00	6,05		6,05	APROVADO(A)	5º	13/11/1983
0478	BEATRIZ RICHARTZ	1,80	1,50	2,75	0,00	6,05		6,05	APROVADO(A)	6º	11/10/1997
0761	EDINEIDE JACI SAGÁS SABINO	1,80	1,50	2,20	0,55	6,05		6,05	APROVADO(A)	7º	06/10/1979
0016	LUCILENE SOARES ESPEZIM	0,90	1,20	3,85	0,00	5,95		5,95	APROVADO(A)	8º	08/09/1980
0772	JOSIANI FERREIRA LINO	0,90	1,20	2,75	1,10	5,95		5,95	APROVADO(A)	9º	22/11/1973
0312	FLÁVIA MARGARETE PETRY	0,90	1,50	2,20	1,10	5,70		5,70	APROVADO(A)	10º	17/03/1984
0864	JANAÍNA MARIA KAMMER	0,90	1,50	2,20	1,10	5,70		5,70	APROVADO(A)	11º	28/04/1995
0562	FABIANA HAMES	0,60	1,20	3,85	0,00	5,65		5,65	APROVADO(A)	12º	25/01/1982
0609	LAIS DA SILVA ANTUNES DE OLIVEIRA NOVAIS	0,30	0,90	2,75	1,10	5,05		5,05	APROVADO(A)	13º	29/05/1990
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 30 HORAS - NÃO HABILITADO											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0722	SABRINA MULLER MOREIRA	1,20	1,20	3,30	1,65	7,35		7,35	APROVADO(A)	1º	14/05/1997
0739	JÚLIA BACK SCHMITT	1,20	1,20	2,75	1,10	6,25		6,25	APROVADO(A)	2º	11/06/2000
0697	ANA PAULA JUNKES	1,80	1,20	1,10	1,65	5,75		5,75	APROVADO(A)	3º	28/12/2000
0304	MILEINE LUIZA COELHO	1,50	0,90	2,20	1,10	5,70		5,70	APROVADO(A)	4º	20/07/1988
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 40 HORAS - HABILITADO											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0845	LETÍCIA JUNKES	1,50	1,50	2,75	1,10	6,85		6,85	APROVADO(A)	1º	12/10/1996
0522	MARIA ISABEL SCHVAMBACH	1,50	1,50	2,20	1,65	6,85		6,85	APROVADO(A)	2º	17/02/1997
0357	BIANCA APARECIDA MARCOS RITA	1,50	1,20	2,75	1,10	6,55		6,55	APROVADO(A)	3º	20/08/1981
0090	ANA PAULA LAUREANO RICARDO	0,90	1,20	3,85	0,55	6,50		6,50	APROVADO(A)	4º	22/07/1980
0942	EMILENE BALBINO BARBOSA	1,50	0,60	3,30	0,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	5º	20/08/1982



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0612	ALDA MARIA AGUIAR ALVES	0,90	1,20	3,30	0,55	5,95	5,95	APROVADO(A)	6º	27/08/1981
0143	VANDELÍ FÁTIMA DA SILVA MARTINS	0,90	1,20	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	7º	23/07/1972
0767	FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN	0,90	0,60	2,75	1,65	5,90	5,90	APROVADO(A)	8º	07/05/1979
0298	SEZIANE TURATTO GUESSER	1,20	1,20	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	9º	16/11/1979
0866	JANAÍNA MARIA KAMMER	0,90	1,50	2,20	1,10	5,70	5,70	APROVADO(A)	10º	28/04/1995
0500	PAMELA SILVEIRA	1,80	0,90	2,20	0,55	5,45	5,45	APROVADO(A)	11º	11/04/1991
0825	AMANDA KOERICH JUNKES	1,20	1,50	2,20	0,55	5,45	5,45	APROVADO(A)	12º	05/06/1994
0459	ISABEL BALDUINO DE SOUZA	0,60	1,50	2,75	0,55	5,40	5,40	APROVADO(A)	13º	26/08/1970
0659	SILVIA MANOELA SOUZA	1,20	0,90	2,20	1,10	5,40	5,40	APROVADO(A)	14º	15/02/1985
0610	LAIS DA SILVA ANTUNES DE OLIVEIRA NOVAIS	0,90	0,60	2,75	1,10	5,35	5,35	APROVADO(A)	15º	29/05/1990
0332	RITA DE CÁSSIA MÜLLER	1,80	1,20	1,65	0,55	5,20	5,20	APROVADO(A)	16º	04/02/1986
0602	DARLEM MOURA NASCIMENTO SCHMITZ	1,20	1,20	2,20	0,55	5,15	5,15	APROVADO(A)	17º	21/02/1975
0199	IZABELLE CRISTINE DA SILVA OLIVEIRA MAURICIO	0,90	0,90	2,75	0,55	5,10	5,10	APROVADO(A)	18º	28/02/1990
0391	LEIDIANE DA CUNHA	0,30	1,50	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	19º	24/02/1995
PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 40 HORAS - NÃO HABILITADO										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0643	TALITA DE MELO RODRIGUES	0,90	1,20	2,75	1,10	5,95	5,95	APROVADO(A)	1º	19/12/1978
0456	BRUNA JOCHEM	0,90	1,20	2,75	0,55	5,40	5,40	APROVADO(A)	2º	17/07/1996
0933	GABRIELA FERREIRA	0,60	1,20	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	3º	29/01/1999
PSICÓLOGO										
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0881	PATRICIA SIMÕES DE ALMEIDA JUSTO DA SILVA WERNER	2,10	1,50	3,85	1,65	9,10	9,10	APROVADO(A)	1º	13/02/1986
0997	MARLENE BUZZI MAIOCHI	1,80	1,50	2,20	1,65	7,15	7,15	APROVADO(A)	2º	23/01/1959
0255	FERNANDA CRISTINE VIEIRA	1,80	1,50	3,85	0,00	7,15	7,15	APROVADO(A)	3º	09/06/1977
0155	MANOELA ZIEGLER HUBER	1,20	1,50	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	4º	21/11/1985
0079	THAIS FURTADO CARDOSO	1,50	1,50	3,30	0,55	6,85	6,85	APROVADO(A)	5º	24/06/1996
0970	PATRICIA TOLENTINO DE ARAÚJO	1,20	1,20	3,30	1,10	6,80	6,80	APROVADO(A)	6º	28/04/1995
0991	MARCOS BENEDET ZILLI	2,40	1,20	2,75	0,00	6,35	6,35	APROVADO(A)	7º	22/06/1992
0083	NATALIA ROCHA SOARES	0,90	1,50	3,30	0,55	6,25	6,25	APROVADO(A)	8º	20/02/1991
0875	JANAÍNA BOGADO DE OLIVEIRA LANG	2,10	1,20	2,75	0,00	6,05	6,05	APROVADO(A)	9º	08/08/1977
0057	GRASIANI DE OLIVEIRA	1,50	1,20	3,30	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	10º	21/12/1982
0502	JÉSSICA PACHECO SANTOS DE SOUZA	0,60	0,90	3,85	0,55	5,90	5,90	APROVADO(A)	11º	04/02/1992
0077	THAIS DUTRA ALVES FENNER	1,50	1,50	2,20	0,55	5,75	5,75	APROVADO(A)	12º	17/09/1979
0972	CAROLINE BACK	1,80	0,60	2,75	0,55	5,70	5,70	APROVADO(A)	13º	13/02/1998



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

0895	ALESSANDRA FERNANDES SIMEK DE MELO	1,80	1,20	2,20	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	14º	24/04/1982
0861	CAROLINA PAGLIANI ANÇA	0,60	1,20	2,75	0,55	5,10	5,10	APROVADO(A)	15º	13/05/1980

Entenda-se:

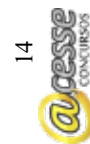
PO = Nota da prova objetiva

PP = Nota da prova prática

NF = Nota final

Município de Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2019.

GERALDO PAULI
 Prefeito Municipal



ROL DE INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO N. 02/2019

Publicação Nº 2297757

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição



Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o ROL DE INSCRITOS, INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS do Edital de Processo seletivo nº 02/2019, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

MONITOR ESCOLAR

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000064	AMANDA RODRIGUES AMORIM	mg20482398
000057	ANDREI ADERBAL DA ROSA	3971461
000036	ANDRESSA BESEN	6.868.664
000079	ARLEIDE SCHMITT	5736167
000014	CARLOS EDUARDO SAGAS PEREIRA	7674465
000089	CIRO RIBEIRO GARCIA	6637367
000025	CLAUDIA REJANE DA COSTA DIAS	4067484867
000027	CLAUDIANE PHILIPPE	7097735
000080	DIEGO RODRIGO DA SILVA	4.138.393-1
000003	DOUGLAS FABIANE DE OLIVEIRA CORRÊA	393655006
000045	EVELLYN NASCIMENTO DA SILVA	5734646
000021	FRANCIELLE MARINHO GONÇALVES	86317125
000076	FRANCIELY CRISTIANY HANSEN DE SOUZA	90146076
000039	GABRIELA DE SOUZA MARTINS PAULI	4816104
000023	GUILHERME JAIR DA SILVA	4617845
000029	IVANA DE SOUZA SIFUENTES BARBOSA	7420233
000084	JANINE PAULA MACHADO	5.915.887
000060	JAQUELINE GRAZIELI DIAS	5.643.165
000046	JOEL PEDRO NOGUEIRA JUNIOR	4966279
000056	JOSÉ EDUARDO RODRIGUES	48958808
000086	JUCELIA LOPES	5507567
000088	JÚLIA BACK SCHMITT	6156228
000040	JULIANA REBEQUI ASTOFF	6.790.445
000083	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS GRANZOTO	26062070
000061	MAICON LINCON SOARES	3900689
000063	MARA CRISTINA DE ASSIS SOARES	4786331
000081	MARCELO ALVES DO AMARAL	3595405
000072	MARCIA DENISE DA SILVA	3540768
000066	MARIA ELIETE DA SILVA ENDER	2786058
000048	MOACIR GILBERTO FERREIRA FILHO	12233074
000053	NICOLAS WEBER MADEIRA	6906271
000082	PEDRO HENRIQUE KAUFMANN MARSSARO	108791985
000044	RODRIGO RICHARTZ	4976346
000055	ROSANE GODINHO	4733340
000059	SIMONE APARECIDA FABRO ALESSIO	128272283
000042	SIMONI REBEQUI ASTOFF	248642637
000047	TALITA DE MELO RODRIGUES	05723817551
000043	VALERIA APQRECIDA DA ROSA SCHMITZ	7.268.658-99
000019	VANESSA TATIANA DOS SANTOS	389416
000031	VITOR ROSA ROTHSTEIN	6726199
000071	WILLIAN CARLOS MACHADO	5643895

TOTAL DE CANDIDATOS: 41 INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

MONITOR ESCOLAR

Inscrição	Candidato
000087	ALEXANDRE LUIZ SIQUEIRA
000030	ANA CAROLINA DA SILVA MARIA
000058	ANDREZA GARCIA
000008	ARLINDO CORRÊA NETO
000070	ARNOLDO HENRIQUE WERLANG
000062	CAMILA DAMINELLI SCHISSI
000034	CAMILA MACHADO DOS SANTOS
000028	CAROLINE HOFFMANN SCHMITZ
000069	DAIANA CRISTINA VEBER

000026	DANIELE CRISTINE MORAIS SCHELL
000015	EDUARDO PETRY
000090	ELAINE APARECIDA LOHN
000016	ELAINE SILVA DE JESUS
000022	ENI JOSEANE LOHN DE SOUZA
000051	ERLANDIA CAMARA VASCONCELOS DOURADO
000074	FABRÍCIO OLIVEIRA SOUZA
000075	FERNANDA GABRIELA PEREIRA VASCONCELOS
000020	FILIPPE KREICH
000012	GISLAINE WRUBLESKI
000073	GRACIETE CARDOZO DOS SANTOS
000006	ISADORA MEDEIROS DA COSTA PEREIRA
000067	JACKSON ANDREY VIEIRA DRAGER
000005	JADNA DE OLIVEIRA CORRÊA
000013	JENIFFER GARCIA
000078	JENNIFER LILIAN FERNANDES
000054	JOÃO CIDERLEI JUNGLES
000041	JOICE AZEVEDO DANDOLINI
000004	JORGE HILÁRIO SERAFIM
000032	JULIANE HACK NEIS
000035	KARINA BRUCHEZZA BORBA
000085	LEANDRO HERCÍLIO DA SILVA
000010	LILIANE DJAMILA CARNEIRO DOS SANTOS
000002	LUCAS JOSÉ DE BORBA
000009	LUCIANA PEREIRA ALVES MONTENEGRO
000001	LUZIA GERUZA FERREIRA
000011	MARCILÉIA FORSTER
000065	MARIA APARECIDA DE PAULA
000018	MARISA BERNADETE GUESSER JUNKES
000033	MARSEL HOFFMANN
000050	MILLIANE DA SILVA NEVES SOARES
000024	RACKEL SARAIVA CARDOSO
000037	RICHARD EZEQUIEL CAMINHA MATTOS
000038	ROSINEIDE ALVES DOS SANTOS SOUZA
000017	SABRINA DE SOUZA MARTINS
000052	TAINARA VELHO DA SILVA
000007	TATIANE CARVALHO MACHADO
000068	THAINÁ CAROLINA GRACIANO
000049	VINÍCIUS SILVA PIRES
000077	VITÓRIA TORRES CAVALCANTE

TOTAL DE CANDIDATOS: 49 Município de Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 001/2020

Publicação Nº 2297570

PORTARIA Nº 001/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor DÊNIS LEONARDO RACKI NOSCHANG inscrito no CPF sob nº. 022.612.320-04, ocupante do cargo de Instrutor de Música, férias referentes ao período aquisitivo de 12 de junho de 2018 a 11 de junho de 2019, suspensas pela portaria nº 216/2019 de 25 de julho de 2019, para serem gozadas no período de 02 a 16 de janeiro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Jaíne Wallmann da Silva
Responsável pela publicação.

PORTARIA 002/2020

Publicação Nº 2298744

PORTARIA Nº 002/2020
SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a partir do dia 02 de janeiro de 2020, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 300/2019, de 12 de dezembro de 2019, do servidor FRANCLY JUNIOR CUPRINSKI, inscrito no CPF sob nº. 067.347.929-35, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, sendo que os dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Jaíne Wallmann da Silva
Responsável pela publicação.

PORTARIA 360/2019 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2298262

PORTARIA Nº 360/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor JACKSON LUIZ SPELLMEIER, inscrito no CPF sob nº. 732.385.119-04, ocupante do cargo de Consultor

Jurídico, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2019 a 01 de janeiro de 2020, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de dezembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Jaíne Wallmann da Silva

Responsável pela publicação.

PORTARIA 361/2019 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2297541

PORTARIA Nº 361/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SILVIA PETRY KLAUS, inscrita no CPF sob nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Serviço Social, férias referentes ao período aquisitivo de 09 de junho de 2018 a 08 de junho de 2019, para serem gozadas no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de dezembro de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Jaíne Wallmann da Silva

Responsável pela publicação.

SEGUNDA ATA TP 04/2019

Publicação Nº 2297638

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE MUNICIPAL.

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2476/2019, sob a presidência do Senhorita Claudia Rafaela Weimer, membros a Senhorita Emanuele Arend e o Senhor Raí Alan Lamb, com a finalidade de efetuar a abertura dos envelopes nº 02 - Proposta de Preço, das licitante habilitadas neste certame: SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, FORMATTO ENGENHARIA LTDA, ENGE W CONSTRUÇÕES EIRELI, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI e NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA. Foi aberta a sessão pública pela presidente da Comissão e os envelopes, contendo as propostas de preços das licitantes habilitadas, foram minuciosamente examinados pelos membros da comissão, os quais constataram que os mesmos estavam intactos. Assim procedeu-se a abertura dos mesmos, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pela Presidente e pelos membros da comissão de licitação, constatando-se que as mesmas atenderam os requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte, foi apurada a seguinte classificação: a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 285.211,12 (duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e onze reais e doze centavos), a licitante NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 309.872,14 (trezentos e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatorze centavos), a licitante SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 311.274,95 (trezentos e onze mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), a licitante ENGE W CONSTRUÇÕES EIRELI, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 325.751,63 (trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos) e por fim, a licitante FORMATTO ENGENHARIA LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 325.800,00 (trezentos e vinte e cinco mil e oitocentos reais). Ressalta-se que o preço global cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Fase a ausência dos representantes legais das licitantes, o resumo do julgamento da fase classificatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “b”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

CLAUDIA RAFAELA WEIMER
Presidente da CPL

EMANUELE AREND
Membro da CPL

RAÍ ALAN LAMB
Membro da CPL

Arroio Trinta

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 0061/2019

Publicação Nº 2298094

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
RUA XV DE NOVENBRO, 26 - CENTRO
CEP: 89.590-000 - ARROIO TRINTA - SC

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0061/2019

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Sr. Claudio Spricigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Fica alterada a data de abertura do Pregão Presencial nº 0061/2019, para o dia 16/01/2020, sendo que o credenciamento deverá ser realizado até as 09:00 hrs. A abertura da sessão será realizada às 09:30 hrs do mesmo dia. A alteração é necessária em virtude de readequação da agenda de Pregões.

As demais condições do edital permanecem inalteradas.

Arroio Trinta, 02 de janeiro de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal.

1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 0062/2019

Publicação Nº 2298096

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
RUA XV DE NOVENBRO, 26 - CENTRO
CEP: 89.590-000 - ARROIO TRINTA - SC

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0062/2019

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Sr. Claudio Spricigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Fica alterada a data de abertura do Pregão Presencial nº 0062/2019, para o dia 16/01/2020, sendo que o credenciamento deverá ser realizado até as 14:00 hrs. A abertura da sessão será realizada às 14:30 hrs do mesmo dia. A alteração é necessária em virtude de readequação da agenda de Pregões.

As demais condições do edital permanecem inalteradas.

Arroio Trinta, 02 de janeiro de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 0001/2020

Publicação Nº 2298222

TERMO DE CONTRATO 0001/2020 - DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0205/2019 E INEXIGIBILIDADE Nº 022/2019 E COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, com sede à Rua XV de Novembro, CEP: 89590-000, Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por seu prefeito municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo Art. 112 da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, neste ato representada por JONATAN GALIO, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 – SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço à Rua João Zardo, 1660, CEP 89560-000 - Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com o Processo Administrativo nº 0205/2019 e Inexigibilidade nº 0022/2019 e a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

32- 1.2003.20.606.20.606.20.2.41.1.339000 – Aplicações Diretas

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**I – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT);
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de Trabalho (PAT), nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT);
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de Trabalho (PAT) no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano Anual de Trabalho (PAT);
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição na esfera Municipal;
9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

- 6 Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento,
- 7 Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
- 8 Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
- 9 Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
- 10 Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, terá início em 01/01/2020 até 31/12/2020, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de

R\$34.414,36 (TRINTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E CATORZE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), e o pagamento será efetuado através de depósito, transferência ou boleto bancário, em até 30 dias úteis após a emissão da nota fiscal.

§ 1º. Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação federal e municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

§ 2º. O reajuste dos preços dos serviços prestados e ora contratados se dará após 12 (doze) meses de vigência do contrato, em conformidade com o artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.192/2001, e será medido pela variação anual do INPC (IBGE) ou de acordo com outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo Município CONTRATANTE para a CONTRATADA, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

§ 1º. A nota fiscal deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil de cada mês da prestação do serviço, com vencimento no último dia do mês.

§ 2º. Os valores pagos com atraso serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme índice previsto na legislação federal e municipal vigente, com a incidência de juros de mora, de acordo com os artigos 54, caput e 55, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigos 394, 395 e 397 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consultantes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo único. A CONTRATADA se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes, caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis/SC, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

Parágrafo único. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Arroio Trinta – SC 02 de janeiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

JONATAN GALIO
GERENTE REGIONAL DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

TESTEMUNHAS:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0205/2019

INEXIGIBILIDADE Nº 0022/2019

OBJETO: CONTRATO SERVIÇOS TÉCNICOS EPAGRI

CONTRATADA: EPAGRI

VALOR ANUAL: R\$34.414,36

CONTRATO Nº 0002/2020

Publicação Nº 2298300

CONTRATO Nº 0002/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00202/2019, CHAMADA PÚBLICA 0003/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA.

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, **COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Otília B. Zardo, 110, no bairro Centro, na cidade de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, neste ato representada pela Senhorita **IRACEMA CORREA SONALIO**, Brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na Linha Aparecida Interior do Município de Arroio Trinta Portadora do CPF sob nº 020.140.229-76 e CI sob nº 789.475, doravante denominada CONTRATADA, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0202/2019, Chamada PÚBLICA 0003/2019, doravante denominado o processo, ajustam e contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: É objeto desta contratação a aquisição de a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ARTIGO 14 DA LEI 11.947/09 PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO PARA O ANO DE 2020, CONFORME CRONOGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2020,

descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º0003/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total **de R\$25.594,40(VINTE E CINCO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).**

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
3	32428 - Agnoline. Para sopa, feito com massa caseira, com recheio de frango. Embalado em embalagens de 500g.	KG	90	23,05	2.074,50
9	31897 - Bolacha Caseira de Açúcar Mascavo Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais.	KG	50	21,45	1.072,50

	Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.				
10	29571 - Bolacha caseira de laranja. Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	60	21,18	1.270,80
11	29572 - Bolacha caseira de milho. Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	70	21,13	1.479,10
12	32438 - Bolo de Baunilha Sem Glúten. Bolo caseiro sem glúten, sem lactose, sem leite, sem conservantes, corantes, gordura hidrogenada. Unidades de 400 g.	Un	8	15,65	125,20
13	32439 - Brócolis fresco. Preferencialmente orgânico. Características: boa qualidade, cor verde-escuro, isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente.	KG	110	6,41	705,10

18	26177 - Cuca com Farofa. A cuca não deve estar embatumada, seca ou queimada. Deve ser fresca, doce, leve, com coloração clara e uniforme e conter bastante farofa na cobertura.	KG	230	12,20	2.806,00
19	29579 - Doce de frutas. Sabores: uva, maçã, pêra, pêssego contendo polpa de fruta, consistência gelatinosa, em vidro de aproximadamente 600 gramas. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data da entrega.	Un	100	9,16	916,00
20	29580 - Espinafre. Preferencialmente orgânico. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcho, íntegro, adequado para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificado por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico.	KG	15	7,62	114,30
23	29583 - Grostoli macio. Elaborado de forma artesanal. Deve ser macio e fresco, apresentar cor e cheiro próprios, não serão aceitos queimados, secos ou duros. Embalagem em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	50	16,69	834,50
26	29586 - Macarrão caseiro furado grosso. Elaborado de forma artesanal furado grosso. Deve apresentar cor e cheiro próprios. Congelado a -12°C ou menos. Embalagem de 500g em polietileno	KG	120	12,28	1.473,60

	contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 2 meses.				
27	29588 - Melancia. Preferencialmente orgânica. Características Gerais: fruta de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Deve estar madura com peso médio de 10 kg.	KG	550	2,24	1.232,00
28	29589 - Mel de abelha. Natural, puro, sem conservantes e aditivos, em embalagem na forma de sachê contendo 8g cada, rotulado com data de validade e informações nutricionais.	KG	15	47,47	712,05
30	32444 - Morango. Preferencialmente orgânico. Características Técnicas: deve apresentar as características de qualidade, bem definidas, bem formadas, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e sujidades. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: o produto deve estar embalado em sacos resistentes.	KG	55	25,01	1.375,55
31	31898 - Pão Caseiro Integral de Forma Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado, preparado com farinha de trigo, no mínimo, 20% integral. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de	Un	255	9,45	2.409,75

	gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.				
32	31899 - Pão Caseiro de Milho Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.	Un	80	9,72	777,60
34	29590 - Pêssego. Preferencialmente orgânico. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	300	5,00	1.500,00
36	29592 - Poncã. Preferencialmente orgânica. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	420	5,42	2.276,40
39	29595 - Suco de uva tinto integral. Bebida não fermentada, não alcoólica, não diluída e não adoçada, obtida da parte comestível da uva (<i>Vitis ssp.</i>), através de processo tecnológico adequado. Ausência de material microscópico ou macroscópico prejudicial à saúde humana. Ausência de corantes e aromas artificiais. A embalagem do produto deverá ser composta por garrafas de vidro com capacidade de 1,5 litros. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. O prazo de	Un	75	16,79	1.259,25

	validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de fabricação, somente será recebido o produto que tenha data de fabricação de até 30 (trinta) dias do momento da entrega. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente.				
40	29596 - Tortéi de abóbora pastel. Massa composta de farinha de trigo, ovos e sal, com recheio de abóbora cabotiá cozida, queijo parmesão, farinha de rosca, noz-moscada e canela. No formato de pastel pequeno.	KG	70	16,86	1.180,20
Total Geral (R\$)					25.594,40

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

20 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA: O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA: É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Nutricionista Sra Andréia Giacomini, juntamente com a Secretária Municipal de Educação Sra. Claudete Manenti Magro, sendo responsáveis pelo recebimento da mercadoria, conferência dos alimentos, e se necessário a devolução dos mesmos, cabendo às proponentes vencedoras fazer a troca dos alimentos, sem custos adicionais à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 0003/2019, pela Resolução CD/FNDE E, pela Lei n.º 8.666/1993 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2020.

- a) - O objeto da Presente Chamada Pública poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.
- b) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 02 de janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

IRACEMA CORREA SONÁLIO

CPF nº 020.140.229-76

CONTRATADA

Testemunhas:

MARILIA BORGHA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº: 0002/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 00202/2019

CHAMADA PÚBLICA: Nº 0003/2019

CONTRATADA: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA.

VALOR: R\$25.594,40

CONTRATO Nº 0003/2020

Publicação Nº 2298307

CONTRATO Nº 0003/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00202/2019, CHAMADA PÚBLICA 0003/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E ARIEL BONADIMAN.

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, **ARIEL BONADIMAN**, pessoa física, Brasileiro, agricultor, Portador do CPF sob nº 048.153.799-63, residente e domiciliado no Assentamento União da Vitória, Município de Fraiburgo – SC, doravante denominada CONTRATADA, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0202/2019, Chamada Pública Nº 0003/2019, doravante denominado o processo, ajustam e contratam o fornecimento dos produtos abaixo descritos, que se regerá pelo disposto neste contrato, na resolução 38 de 16/07/2009 e Leis 11.947/2009, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: É objeto desta contratação a aquisição de a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ARTIGO 14 DA LEI 11.947/09 PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO PARA O ANO DE 2020, CONFORME CRONOGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada

pública n.º0003/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total **de R\$11.544,10(ONZE MIL QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS).**

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	26587 - Abóbora cabotiá. [Preferencialmente orgânica. Características: de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme.	KG	70	3,15	220,50
2	26588 - Abobrinha italiana. Preferencialmente orgânica. Produto limpos e de boa qualidade, sem defeitos, com aspecto, aroma e	KG	30	2,76	82,80

	sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidos rachaduras, perfurações e cortes.				
4	32434 - Aipim/Mandioca. Preferencialmente orgânica. Características: mandioca in natura, de primeira qualidade, descascada, picada, limpa, congelada e embalada em embalagem de polietileno, contendo 1 kg e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	KG	85	6,39	543,15
5	26590 - Alface crespa ou americana. Preferencialmente orgânica. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	140	6,43	900,20
6	32437 - Batata doce. Preferencialmente orgânica. Lavada, de 1ª qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Pode apresentar-se com a pele rosada ou roxa, com tamanho grande ou médio.	KG	160	4,28	684,80
7	26592 - Batata salsa. Preferencialmente orgânica. Lavada, de 1ª qualidade, estarem suficientemente desenvolvidas, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de tamanho médio.	KG	50	8,44	422,00
8	31896 – Beterraba Preferencialmente orgânica. Sem folhas, de primeira qualidade, firme, tenra, razoavelmente macia, de cor vermelho-vivo e com pele lisa.	KG	180	3,99	718,20
14	29574 - Caqui. Preferencialmente orgânico. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a	KG	300	4,39	1.317,00

	manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.				
15	32441 - Cenoura. Preferencialmente orgânica. Sem folhas. Características Técnicas: deve apresentar as características de qualidade, bem definidas, bem formadas, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e sujidades. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	200	4,53	906,00
16	26598 - Chicória. Preferencialmente orgânica. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequada para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificada por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	130	6,05	786,50
17	32442 - Chuchu. Preferencialmente orgânico. Características: íntegro, livre de doenças e sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos, de primeira qualidade.	KG	40	3,65	146,00
21	29581 - Feijão carioca. Preferencialmente orgânico. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	50	7,55	377,50
22	23984 - Feijão Preto. Preferencialmente orgânico. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem:	KG	310	6,89	2.135,90

	deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.				
24	29584 - Laranja. Preferencialmente orgânica. Características: fruto de tamanho médio, íntegros e de primeira qualidade, fresco, limpo, coloração alaranjada uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Odor agradável e sabor doce. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	240	4,40	1.056,00
25	29585 - Limão. Preferencialmente orgânica. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	15	3,97	59,55
29	31314 - Milho Verde em Espiga. Preferencialmente orgânico. Características Técnicas: deve apresentar as características de qualidade, bem definidas, bem formadas, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e sujidades. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	30	5,50	165,00
33	32445 - Pepino. Preferencialmente orgânico. Características Técnicas: deve apresentar as características de qualidade, bem definidas, bem formadas, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e sujidades. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	20	3,98	79,60
35	31900 – Pinhão Preferencialmente orgânico. Fresco, in natura, não brotados, sem sujidades ou parasitas.	KG	20	10,76	215,20
37	31772 - Repolho Branco. Preferencialmente orgânico. Hortaliça de tamanho grande, com características íntegras e de primeira	KG	170	3,01	511,70

	qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física ou biológica.				
38	29594 - Rúcula. Preferencialmente orgânica. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	25	8,66	216,50
Total Geral (R\$)					11.544,10

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

20 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA: O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA: É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Nutricionista Sra Andréia Giacomini, juntamente com a Secretária Municipal de Educação Sra. Claudete Manenti Magro, sendo responsáveis pelo recebimento da mercadoria, conferência dos alimentos, e se necessário a devolução dos mesmos, cabendo às proponentes vencedoras fazer a troca dos alimentos, sem custos adicionais à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 0003/2019, pela Resolução CD/FNDE E, pela Lei n.º 8.666/1993 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 2020.

a) - O objeto da Presente Chamada Pública poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

b) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 02 de janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ARIEL BONADIMAN

CPF nº 048.153.799-63

CONTRATADA

Testemunhas:

MARILIA BORGHA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº: 0003/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 00202/2019
CHAMADA PÚBLICA: Nº 0003/2019
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
CONTRATADA: ARIEL BONADIMAN
VALOR: R\$11.544,10

CONTRATO Nº 0104/2019

Publicação Nº 2297538

CONTRATO Nº 00104/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00201/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2019, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor **TARCÍSIO LIDANI**, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas **CONTRATANTES** e a Empresa, **POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede a Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo senhor **OLIVO NAVA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97, e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Delvinio Manenti, em Arroio Trinta – SC, doravante denominada **CONTRATADA** e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no **Processo Licitatório nº 0201/2019, PREGÃO PRESENCIAL 0057/2019**, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer combustíveis para as máquinas, veículos e equipamentos da contratante, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0057/2019, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

161 - ANSILIERO & NAVA LTDA EPP (81.777.492/0001-28)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	27536 - Gasolina	L	Potencial	33.833	4,21156	142.489,71
Total (R\$):						142.489,71

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria.

O prazo para o fornecimento do combustível, será imediato, retirado na sede da licitante vencedora, que deverá estar situada no perímetro urbano do Município de Arroio Trinta, - SC.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 00201/2019 - PR, Pregão Presencial nº 0057/2019 - PR

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
97 - 1 . 2012 . 8 . 242 . 5 . 2.11 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
3 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.52 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será realizado quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

- 6.1.2.** Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 6.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6.** Não manter a proposta;
- 6.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- 6.3.1.** Advertência;
- 6.3.2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.
- 6.3.3.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.
- 6.3.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas,

emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 27 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

TARCÍSIO LIDANI

CPF nº 613.139.809-78

POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA

CNPJ nº 81.777.492/0001-28

OLIVO NAVA

Procurador - Contratada

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF Nº 027.783.989-02

CONTRATO Nº 00104/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0201/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2019

**OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,**

CONTRATADA: ANSILIERO E NAVA LTDA

VALOR: R\$142.489,71

CONTRATO Nº 0105/2019

Publicação Nº 2297966

CONTRATO Nº 0105/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00201/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2019, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO SERIBA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor **TARCÍSIO LIDANI**, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas **CONTRATANTES** e a empresa **POSTO SERIBA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.400.242/0001-08, com inscrição estadual nº 250.490.340, com sede á Rua XV de novembro, 349, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo procurador, Senhor **SIDNEI SERIGUELI**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.611.889-72, residente e domiciliado à Rua Pasqual Nava, nº 192 em Arroio Trinta – SC, doravante denominada **CONTRATADA** e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no **Processo Licitatório nº 00201/2019, PREGÃO PRESENCIAL 0057/2019**, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer combustíveis para as máquinas, veículos e equipamentos da contratante, conforme **PREGÃO PRESENCIAL nº 0057/2019**, que, com seus anexos, integra este termo,

independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	28098 - Gás de cozinha, acondicionado em botijões de 13 kg (somente a carga).	Botijão	Liquigás	115	75,44115	8.675,73
2	27534 - Óleo Diesel S-10	L	Ipiranga	148.878,5	3,71488	553.065,76
4	27533 - Óleo Diesel S-500	L	Ipiranga	79.120	3,61608	286.104,25
5	27535 - Arla 32	L	Siga	2.530	2,56255	6.483,25
Total (R\$):						854.328,99

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria. O gás de cozinha deverá ser entregue nas diversas repartições públicas do Município de Arroio Trinta.

1.3. O gás de cozinha deverá ser entregue nas diversas repartições da Administração Municipal, em horário de expediente, no prazo máximo de 1 (uma) hora após o envio, por e-mail, da autorização de fornecimento. O prazo para o fornecimento do combustível, será imediato, retirado na sede da licitante vencedora, que deverá estar situada no perímetro urbano do Município de Arroio Trinta, - SC.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **00201/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0057/2019 – PR**

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2020**, conforme segue:

8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
97 - 1 . 2012 . 8 . 242 . 5 . 2.11 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
3 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.52 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será realizado quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento)

sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 27 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCÍSIO LIDANI
CPF nº 613.139.809-78

POSTO SERIBA LTDA
CNPJ 83.400.242/0001-08
SIDNEI SERIGUELI
Procurador - Contratada

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 00105/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0201/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,

CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA

VALOR: R\$854.328,99

IN Nº 001/2020

Publicação Nº 2297863

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2020

A Administração Tributária Municipal, no uso de suas atribuições especialmente o art. 191 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 1.854/2018 e §2º do art. 97 do Código Tributário Nacional, Lei 5.172/1966.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado, para o ano de 2020, o Valor de Referência Fiscal – VRF, para R\$ 46,51 (quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos), sendo aplicado o índice nacional de preços ao consumidor – INPC considerando a variação positiva acumulada entre 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2019 o reajuste de 3,37% (três vírgula trinta e sete por cento).

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2020, conforme inciso I art. 103 do Código Tributário Nacional.

Arroio Trinta - SC, 02 de janeiro de 2020.

Fabricio Gonzatti
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 803

IN Nº 002/2020

Publicação Nº 2297864

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020

A Administração Tributária Municipal, no uso de suas atribuições especialmente o parágrafo único do art. 39 do Decreto Municipal nº 1.894/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Na base de cálculo do ISSQN antecipado na construção civil, para o ano de 2020, o Valor do CUB/m² – Custo Unitário Básico por metro quadrado, será de R\$ 1930,32 (mil novecentos e trinta reais com trinta e dois centavos), conforme índice divulgado para o mês de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2020, conforme inciso I art. 103 do Código Tributário Nacional.

Arroio Trinta - SC, 02 de janeiro de 2020.

Fabricio Gonzatti
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 803

Arvoredo

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2298718

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020.

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 001/2020

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos fornecedores da Administração Pública do Município, sendo necessária à apresentação da seguinte documentação, em atendimento ao Artigo 35 da referida Lei:

1 - Habilitação Jurídica – Em atendimento ao Inciso I do Artigo 27 e nos termos do Artigo 28:

- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa (Inciso I, art. 28);
- b) Registro comercial, no caso de firma individual (Inciso II, art. 28);
- c) Contrato Social e última alteração, no caso de sociedade por cotas de responsabilidade limitada (Inciso III, art. 28);
- d) Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (Inciso III, art. 28);
- e) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.
- f) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal em atendimento ao Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- g) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público, membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal, ou parlamentar de qualquer esfera da administração.

2- Regularidade Fiscal - Em atendimento ao Inciso IV do Artigo 27 e nos termos do Artigo 29:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ (Inciso I, art. 29);
- b) Prova De Inscrição No Cadastro De Contribuintes Da Fazenda Estadual - Fac (Inciso II, art. 29);
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Municipal – Alvará de Licença – relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao seu ramo de atividade (Inciso II, art. 29);
- d) Certidão unificada de regularidade de débito previdenciário, com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional; (Inciso III, art. 29);
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Inciso III, art. 29);
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa (Inciso III, art. 29);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3 – Regularidade Social Em atendimento ao Inciso IV do Artigo 27 e nos termos do Artigo 29:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)- (Inciso IV, art. 29);

Parágrafo Primeiro – Todos os documentos enumerados nos itens 1 a 3 deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, conforme preceituado no Artigo 32 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Atendida a documentação enumerada nos itens 1 a 3, será expedido pelo setor competente da administração o Certificado de Registro Cadastral que terá validade de 01 (um) ano.

I. A validade do Certificado de Registro Cadastral não eximirá a empresa da obrigatoriedade de atualização, no referido cadastro, das certidões expedidas por outros órgãos e cujo vencimento é determinado por estes, quando da vigência de contratos com o município.

II. Facultar-se-á a Comissão de licitações, para a habilitação em Certames Licitatórios, a aceitação do Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos enumerados nos artigos 28 a 31, nos termos do § 2º, Art. 32, apenas para os documentos que fazem parte do presente certificado e desde que:

- a) Seja previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 8.666/93. (§ 3º, Art. 32);
- b) O vencimento dos documentos e certidões enumerados nos itens 1 a 3 do presente edital deverá estar em conformidade com a data de apresentação da documentação para habilitação definida no respectivo edital de licitação;

c) Apenas nas modalidades previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências ao Art. 27 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 37 desta.

Os documentos deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada no Setor de Licitações do Município de Arvoredo sito a Rua do Comercio nº 183 centro, cidade e Município de Arvoredo em dias úteis no horário compreendido entre as 8:00 horas as 11:30 horas da manhã e das 13:30 as 17:00 horas da tarde.

Arvoredo, 02 de janeiro de 2020

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

LICITAÇÃO 054/2019 1 ADENDO

Publicação Nº 2298709

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2019
MODALIDADE: PREGÃO Nº 036/2019

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo(SC), torna público, aos interessados que a Licitação na modalidade Pregão nº 054/2019, modalidade Pregão nº 036/2019, retifica o ANEXO 02 do edital, mantendo inalteradas e em pleno vigor todos os demais itens e subitens que não contrariarem os dispositivos alterados. Cópias na íntegra do presente Edital e demais Anexos bem como esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão, e no site www.arvoredo.sc.gov.br.

Arvoredo, 03 de janeiro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN,
Prefeita Municipal.

LICITAÇÃO 056/2019

Publicação Nº 2297574

MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 056/2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 010/2019

O Município de Arvoredo (SC), torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, para a contratação de empresa para execução de obras de ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente. Os envelopes dos documentos de habilitação e das propostas, deverão serem entregues junto a Comissão de Licitações localizada na sala do prédio da Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, 183, centro de Arvoredo SC até as 08h30min do dia 21 de janeiro de 2020. Na mesma data e local a Comissão Permanente de Licitações promoverá a sessão pública de abertura e julgamento da habilitação e das propostas. Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal ou pelo site www.arvoredo.sc.gov.br. Arvoredo(SC) 26 de dezembro de 2019. Janete Paravizi Bianchin - Prefeita Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2019

Publicação Nº 2297923

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Balneário Arroio do Silva

CONTRATANTE: Município de Balneário Arroio do Silva

CNPJ: 01.605.479/0001-52

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 03/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2019

Publicação Nº 2297926

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Balneário Arroio do Silva

CONTRATANTE: Município de Balneário Arroio do Silva

CNPJ: 01.605.479/0001-52

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 02/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 111 A 115/2019.

Publicação Nº 2297922

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE

BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2019 – PROCESSO Nº 110/2019 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: GRUPO MUSICAL TCHE GURI LTDA. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa GRUPO MUSICAL TCHE GURI LTDA, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos do "Tchê Guri", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Estadual, com duração mínima de 02h:00min, que abrigará o tradicional Aniversário do Município em 2019, que será realizado no dia 29 de dezembro de 2019, neste Município. A

referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.949.886/0001-04, com sede e foro na Rua Albino Paul, nº 274, Jardim America, São Leopoldo, representada neste ato pelo Sr. Alecsandro Vargas da Silva, brasileiro, divorciado, inscrito no RG sob o nº 5065910969 SSP/RS e no CPF/MF sob o nº 560.021.490-15, residente e domiciliado à Rua Albino Paul, 274, Jardim America, São Leopoldo/RS. VALOR DO CONTRATO: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 28/02/2020.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019 – PROCESSO Nº 111/2019 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: CASSIO ROGER SCHERER 02042760048. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa CASSIO ROGER SCHERER 02042760048, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos de "Mari e Rafa", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Estadual, com duração mínima de 02h:00min, que abrillhantará o tradicional Temporada de Verão, que será realizado no dia 31 de dezembro de 2019, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.838.455/0001-22, com sede e foro na Avenida Henrique Bier, nº 2773, Campina, São Leopoldo/RS, representada neste ato pelo Sr. Cassio Roger Scherer, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 1099205302 SJS/II RS e no CPF/MF sob o nº 020.427.600-48, residente e domiciliado à Avenida Henrique Bier, nº 2773, Campina, São Leopoldo/RS. VALOR DO CONTRATO: 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: 28/02/2020.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2019 – PROCESSO Nº 112/2019 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: DIEGO ESTEVAO COSTA 00753243938. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa DIEGO ESTEVAO COSTA 00753243938, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos da banda "Flor de Lótus", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito regional, com duração mínima de 02h00min, que abrillhantará o tradicional Temporada de Verão, que será realizado no dia 1º de janeiro de 2019, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.623.681/0001-66, com sede e foro na Rua das Crianças, 401, Praia da Meta, Balneário Arroio do Silva/SC, representada neste ato pelo Sr. Diego Estevão Costa, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 4.161.473 SSP/SC e no CPF/MF sob o nº 007.532.439-38, residente e domiciliado Rua das Crianças, 401, Praia da Meta, Balneário Arroio do Silva/SC. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 28/02/2020.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2019 – PROCESSO Nº 113/2019 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: LÚCIO MANOEL ZILI. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação do show artístico Lúcio Zilli, reconhecido e consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02h:00min, que será realizado no dia 1º de janeiro de 2019, neste Município. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: 28/02/2020.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2019 – PROCESSO Nº 114/2019 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: DIHEK ZENKE. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação do show artístico DJ Jack, reconhecido e consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02h:00min, que será realizado no dia 31 de dezembro de 2019, neste Município. VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: 28/02/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020

Publicação Nº 2298392

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Município de Balneário Arroio do Silva/SC torna público que, o Prefeito Municipal, no uso do poder que lhe é conferido, tendo em vista a inviabilidade de competição para contratação de profissionais do setor artísticos solicitados pelo Departamento de Turismo, Eventos e Lazer, resolve: "Inexigir" a Licitação, para: Contratação do fornecedor NELSON DA SILVA VIANA JUNIOR, inscrita no CPF sob o nº 041.583.709-06 inscrito no RG sob o 4913913 SSP/SC, residente e domiciliado no município de Balneário Arroio do Silva/SC, detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos "Samba Mil", com duração mínima de 02h00min, que abrillhantará o tradicional Temporada de Verão, que será realizada no dia 4 de janeiro de 2020, neste Município. Valor global: 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais). AMPARO LEGAL – A presente Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal 8.666/93, que reza: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. OBJETIVOS: Apresentar artistas reconhecidamente de prestígio e que satisfaçam os anseios dos munícipes, veranistas e turistas; Manter viva a tradição de realizar as Festividades da Temporada de Verão, neste Município; Proporcionar momentos de diversão e lazer aos munícipes arroiosilvenses e demais visitantes; Também tem por finalidade proporcionar uma atividade diferente a quem não tem a oportunidade de participar de eventos fechados ou viajar. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: CÓDIGO REDUZIDO: 76 - 33.90.36.99.00.00.00. JUSTIFICATIVA: A presente Inexigibilidade de Licitação justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região. DISPOSIÇÕES FINAIS: Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou do Contrato Social da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, provando que a mesma pode fornecer os serviços a ser contratado; b) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros); d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria

da Fazenda Estadual); e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente, no máximo há 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão; f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT). h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica. Este processo de Inexigibilidade de Licitação será remetido de imediato à Assessoria Jurídica Municipal para que dele emita o seu parecer, após será remetido à autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020

Publicação Nº 2297883

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020
EXCLUSIVO ME E EPP'S

OBJETO: Seleção e contratação de empresa para prestação de Serviços de Assessoria Técnica para Elaboração de Projetos Técnicos de Engenharia para pavimentação da Avenida Getúlio Vargas, trecho compreendido entre a Avenida Barriga Verde e Avenida Florianópolis no Município de Balneário Arroio do Silva.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h00min, do dia 15 de janeiro de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298394

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

O Município de Balneário Arroio do Silva/SC torna público que, o Prefeito Municipal, no uso do poder que lhe é conferido, tendo em vista a inviabilidade de competição para contratação de profissionais do setor artísticos solicitados pelo Departamento de Turismo, Eventos e Lazer, resolve: "Inexigir" a Licitação, para: Contratação do fornecedor NELSON DA SILVA VIANA JUNIOR, inscrita no CPF sob o nº 041.583.709-06 inscrito no RG sob o 4913913 SSP/SC, residente e domiciliado no município de Balneário Arroio do Silva/SC, detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos "Banda Seguindo a Linha", com duração mínima de 02h00min, que abrilhantará o tradicional Temporada de Verão, que será realizada no dia 5 de janeiro de 2020, neste Município. Valor global: 1.000,00 (Hum mil reais). AMPARO LEGAL – A presente Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal 8.666/93, que reza: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. OBJETIVOS: Apresentar artistas reconhecidamente de prestígio e que satisfaçam os anseios dos munícipes, veranistas e turistas; Manter viva a tradição de realizar as Festividades da Temporada de Verão, neste Município; Proporcionar momentos de diversão e lazer aos munícipes arroiosilvenses e demais visitantes; Também tem por finalidade proporcionar uma atividade diferente a quem não tem a oportunidade de participar de eventos fechados ou viajar. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: CÓDIGO REDUZIDO: 76 - 33.90.36.99.00.00.00. JUSTIFICATIVA: A presente Inexigibilidade de Licitação justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região. DISPOSIÇÕES FINAIS: Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto

ou do Contrato Social da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, provando que a mesma pode fornecer os serviços a ser contratado; b) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros); d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual); e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente, no máximo há 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão; f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT). h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica. Este processo de Inexigibilidade de Licitação será remetido de imediato à Assessoria Jurídica Municipal para que dele emita o seu parecer, após será remetido à autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020

Publicação Nº 2298539

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

O Município de Balneário Arroio do Silva/SC torna público que, o Prefeito Municipal, no uso do poder que lhe é conferido, tendo em vista a inviabilidade de competição para contratação de profissionais do setor artísticos solicitados pelo Departamento de Turismo, Eventos e Lazer, resolve: "Inexigir" a Licitação, para: Contratação do fornecedor FRANCISCO RENATO CARDOSO, inscrita no CPF sob o nº 480.788.249-04 inscrito no RG sob o 1.212.774 SSP/SC, residente e domiciliado no município de Balneário Arroio do Silva/SC, detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos "Renato Cardoso Acústico", com duração mínima de 02h00min, que abrillhantará o tradicional Temporada de Verão, que será realizada no dia 5 de janeiro de 2020, neste Município. Valor global: 350,00 (Trezentos e cinquenta reais). AMPARO LEGAL – A presente Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal 8.666/93, que reza: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. OBJETIVOS: Apresentar artistas reconhecidamente de prestígio e que satisfaçam os anseios dos munícipes, veranistas e turistas; Manter viva a tradição de realizar as Festividades da Temporada de Verão, neste Município; Proporcionar momentos de diversão e lazer aos munícipes arroiosilvenses e demais visitantes; Também tem por finalidade proporcionar uma atividade diferente a quem não tem a oportunidade de participar de eventos fechados ou viajar. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: CÓDIGO REDUZIDO: 76 - 33.90.36.99.00.00.00. JUSTIFICATIVA: A presente Inexigibilidade de Licitação justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região. DISPOSIÇÕES FINAIS: Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou do Contrato Social da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, provando que a mesma pode fornecer os serviços a ser contratado; b) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros); d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual); e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente, no máximo há 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão; f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT). h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica. Este processo de Inexigibilidade de Licitação será remetido de imediato à Assessoria Jurídica Municipal para que dele emita o seu parecer, após será remetido à autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2019

Publicação Nº 2297612

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2019

CREDOR: MARIA DAUTINA PERES GOMES

CPF: 463.157.130-68

OBJETO: A presente dispensa tem por de licitação tem por objeto a locação uma casa de alvenaria de 126.87 m² aproximadamente, localizada no lote 20 da quadra "C", Bairro Santa Rita de Cassia, neste Município, devidamente registrado sob o nº 4.687, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio – SC, tendo como proprietários Juarez Polmann Gomes e Maria Dautina Peres Gomes. O qual servirá para a instalação do Conselho Tutelar Municipal.

VALOR GLOBAL: VALOR: R\$ 12.456,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais).

BASE LEGAL: inciso x do artigo 24 da lei 8.666/93, e alterações posteriores.

Balneário Gaivota, 24 de Dezembro de 2019.

PORTARIA 217/2019

Publicação Nº 2298430

PORTARIA N. 217, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 045/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidores abaixo relacionados, com pagamento de 1/3 a mais do que a remuneração normal, a saber:

Matricula	Nome	Período aquisitivo	Período de Gozo
3208	Antonio Igor da Costa da Cunha	22/08/2018 a 21/08/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2967	Cassia Mayume Barcelos da Silva	20/06/2018 a 19/06/2019	16/12/2020 a 14/01/2020
2536	Cassio Ferreira Ramos	13/07/2018 a 12/07/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1789	Catrine Fernandes Carvalho	10/08/2018 a 09/08/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2600	Cristian Silva Batista	02/09/2018 a 01/09/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1280	Daniel de Bitencourt Ayres	06/05/2018 a 05/05/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1918	Daniela Panato	13/08/2018 a 12/08/2019	06/01/2020 a 04/02/2020
1866	Diogo Gonçalves Mota	01/03/2018 a 28/02/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2652	Edson Cachoeira	01/02/2018 a 31/01/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2474	Enedir Alexandre Honório	13/04/2018 a 12/04/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1877	Fabiano Teixeira	19/03/2018 a 18/03/2019	08/01/2020 a 06/02/2020
1869	Gedriana Schmidt Ramos	01/03/2018 a 28/02/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
0879	Jaci da Silva	04/05/2018 a 03/05/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2997	Josane Américo Raupp de Freitas	17/07/2018 a 16/07/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1773	Jose Nivaldo Gonçalves	05/08/2018 a 04/08/2019	16/12/2019 a 14/01/2020
3214	Lislaine Fermiano Scheffer	01/10/2018 a 30/09/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1870	Luiz Telmo Coelho	01/03/2018 a 28/02/2019	06/01/2020 a 04/02/2020
0592	Maria Zilda Santos dos Santos	20/08/2018 a 19/08/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1831	Marcus Vinicius da Cunha	16/12/2018 a 15/12/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
1769	Natalia Sebastião Silveira	02/01/2019 a 01/01/2020	23/12/2019 a 21/01/2020
2512	Noeci Hahn	06/07/2018 a 05/07/2019	06/01/2020 a 04/02/2020
2606	Paula Sparremberger dos Santos	07/10/2018 a 06/10/2019	16/12/2019 a 04/01/2020
1916	Pricila Pessoa Damiani	03/08/2018 a 02/08/2019	14/01/2020 a 12/02/2020
2758	Rafael da Silva Santos	23/05/2018 a 22/05/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2472	Renata Marinho Scandolara	20/04/2018 a 19/04/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2989	Rosa Maria dos Santos	14/07/2018 a 13/07/2019	02/01/2020 a 31/01/2020
2528	Rosana Porto Matias Mateus	01/07/2018 a 30/06/2019	02/01/2020 a 31/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Gaivota, 31 de Dezembro de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DEZEMBRO - FMS

Publicação Nº 2298015

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 001/FMS/2018. STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 001/FMS/2018, que prevê o termino em 02/01/2020, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/01/2020 até 02/01/2021, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 03/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fabiano Busnardo

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 012/FMS/2017. SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 012/FMS/2017, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93.. ASSINATURA: 04/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Sergio José Zancanaro

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 002/FMS/2017. CELK SISTEMAS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 002/FMS/2019, que prevê o termino em 02/12/2020, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/12/2020 até 02/12/2021, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 03/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Lauro Alexandre Klein

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato 023/FMS/2017. CELSO TADEU MENEZES. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 023/FMS/2017, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 13/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Celso Tadeu Menezes

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DEZEMBRO - PMBR

Publicação Nº 2298014

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato 081/PMBR/2016. ASSOCIAÇÃO SAÚDE SÃO JOSÉ. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 081/PMBR/2016, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Maria Felicia Henz

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato 117/PMBR/2015. INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 117/PMBR/2015, que prevê o termino em 07/01/2020, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 07/01/2020 até 07/07/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Diego Bernardo Netto

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 050/PMBR/2015. SOCIEDADE RECREATIVA MAMPITUBA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 050/PMBR/2019, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Edezio Luiz Carminatti

TERMO ADITIVO Nº. 10 ao Contrato 051/PMBR/2013. JOSÉ SCUSSEL. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 051/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Scussel

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 039/PMBR/2018. STRATEGIC LINE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 039/PMBR/2018, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Ari Tetzlaff

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 014/PMBR/2017. ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PUBLICA LTDA - ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 014/PMBR/2017, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela

empresa o Sr. Guido Vanderlinde Junior

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 075/PMBR/2017. CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA. OBJETO: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo Nº. 75/PMBR/2017, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilsoni Lunardi Albino

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 003/PMBR/2017. LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 003/PMBR/2019, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 ate 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Carlito Mello De Liz

TERMO ADITIVO Nº. 11 ao Contrato 069/PMBR/2013. ALAIR ROCHA CARDOSO. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 069/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Alair Rocha Cardoso

TERMO ADITIVO Nº. 10 ao Contrato 050/PMBR/2013. FATIMA BIFF BRIGIDO. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 050/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fatima Biff Brigido

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato 082/PMBR/2016. BENJAMIN DA ROSA LEMOS. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 082/PMBR/2016, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Benjamin Da Rosa Lemos

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 002/PMBR/2018. STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 002/PMBR/2018, que prevê o termino em 02/01/2020, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/01/2020 ate 02/01/2021, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 03/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fabiano Busnardo

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 038/PMBR/2019. PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 038/PMBR/2019, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 ate 31/12/2020, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 04/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Camila Tomazzi Zanette

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 055/PMBR/2019. ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, paragrafo 2º. da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 23/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Daniel Vieira Patrício

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 055/PMBR/2019. ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, paragrafo 2º. da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 23/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Daniel Vieira Patrício

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 035/PMBR/2019. TIAGO DIEHL DE SOUZA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERIODO DE VIGENCIA, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 30/06/2020, do Contrato Nº. 035/PMBR/2019, que tem como objeto a elaboração do Laudo Técnico de Inspeção da Plataforma Sul do Município de Balneário Rincão/SC, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 30/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Tiago Diehl de Souza

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 035/PMBR/2019. SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERIODO DE VIGENCIA, que prevê o término em 17/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 17/12/2019 até 17/12/2020, do Contrato Nº. 072/PMBR/2018, que tem como objeto a execução contratação de empresa do ramo pertinente para sinalização horizontal de forma parcelada em diversas ruas, avenidas e logradouros públicos, localizados dentro do Município de Balneário Rincão/SC, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 085/PMBR/2018, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 16/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Henrique Rocha da Silva

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 054/PMBR/2019. JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERIODO DE VIGENCIA, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 30/05/2020, do Contrato Nº. 054/PMBR/2019, que tem como objeto a execução das "Obras de Pavimentação Asfáltica,

compreendendo: Terraplenagem, drenagem, passeios públicos, com acessibilidade, capa asfáltica e sinalização vertical e horizontal, em um trecho da Rua Antonio Sebastião Lemos, localizada no Bairro Barra Velha no Município de Balneário Rincão/SC”, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria que fazer parte integrante do edital, de acordo com o Contrato de Repasse Nº. 868543/2018/MCIDADES/CAIXA, firmado com o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal e o Município de Balneário Rincão, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 066/PMBR/2019, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 16/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Tiago Aguiar Marcolino

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 056/PMBR/2019. MILLENIUM – CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº 056/PMBR/2019 que tem como objeto a execução das “Obras de instalação elétrica para Iluminação Pública na urbanização da Avenida Waldemar Carlos Petrini, no trecho compreendido entre a Rua Rio de Janeiro e a Rodovia SC-445, dentro dos limites e na forma do artigo 57, parágrafo 1º., inciso I da Lei Nº. 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 18/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Júlio Cesar de Luca

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 058/PMBR/2019. BEIRA MAR MONITORAMENTO LTDA - ME. OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DOS SERVIÇOS de Monitoramento Eletrônico (Alarme Monitorado e Atendente de Alarme 24 (vinte e quatro) horas, através de Botão de Pânico), Visita/Vistoria aos chamados de disparo/detecção de alarmes, compreendendo Monitoramento de alarmes, instalação e manutenção com fornecimento de equipamentos em comodato para atender a Prefeitura do Município de Balneário Rincão/SC, pertinentes ao Contrato Nº. 058/PMBR/2019 objeto do Edital de Pregão Presencial Nº. 068/PMBR/2018, homologado pela decisão do dia 25/09/19, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 20/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Itair Norbak Joris

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 070/PMBR/2019. SETUP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 070/PMBR/2018, que tem como objeto a execução dos serviços elétricos e luminotécnicos, no Museu Nossa Senhora dos Navegantes, localizado no Centro do Município de Balneário Rincão – SC, objeto do Processo de Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 087/PMBR/2018, Homologado em 07/12/2018, que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 30/06/2020, em face do interesse publico, e Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 06/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Filipe Frassetto Machado

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato 024/PMBR/2018. RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, o PRAZO DE EXECUÇÃO, que prevê o término em 28/11/2019, por mais 03 (três) meses, ou seja, de 28/11/2019 até 28/02/2020, e o PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 30/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30/12/2019 até 31/12/2020, face ao interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 25/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

TERMO ADITIVO Nº. 06 ao Contrato 004/PMBR/2018. RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 30/06/2020, do Contrato Nº. 004/PMBR/2018, que tem como objeto a execução das “Obras de Pavimentação a Base de Lajotas de Concreto, com extensão de 050KM na Rua Urussanga Velha, no Bairro Urussanga Velha, objeto de Contrato de Repasse Nº. 829755/2016 – Processo 1029720-60/2016 – firmado entre o Município de Balneário Rincão e a União Federal por intermédio do Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal – (Lote 02)”, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 091/PMBR/2017, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 063/PMBR/2018. JUVENAL PEDRO SANGALETTI EIRELI. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº 063/PMBR/2019 que tem como objeto a execução das “Obras de Conclusão da Ampliação da Escola Municipal José Réus, com uma área de 415,33m², localizado no Bairro Lagoa dos Freitas, no município de Balneário Rincão/SC”, dentro dos limites e na forma do artigo 57, parágrafo 1º., inciso I da Lei Nº. 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 06/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Juvenal Pedro Sangaletti

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato 076/PMBR/2018. RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 30/06/2020, do Contrato Nº. 076/PMBR/2018, que tem como objeto a execução das Obras de Construção do Berçário e Ampliação do CEI Peixinho Dourado, com área total de 410,64m², localizado na Rua Urubici, Centro no Município de Balneário Rincão/SC, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 092/PMBR/2018, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 20/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DEZEMBRO - SAMAE

Publicação Nº 2298016

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 012/SAMAE/2017. ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 012/SAMAE/2017, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Diretoria do Samae de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Guido Vanderlinde Junior

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 039/SAMAE/2017. GILBERTO DE MELO. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 039/SAMAE/2017, que prevê o término em 06/01/2020, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, de 06/01/2020 até 06/01/2021, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pelo SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilberto De Melo

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 023/SAMAE/2018. RAC – SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 023/SAMAE/2018, que prevê o término em 20/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 20/12/2019 até 20/12/2020, em face do interesse público, devidamente justificado e Parecer Jurídico favorável, com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Rodolfo Back Loch

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 002/SAMAE/2018. STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 002/SAMAE/2018, que prevê o término em 02/01/2020, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/01/2020 até 02/01/2021, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fabiano Busnardo

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 005/SAMAE/2019. CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DOS SERVIÇOS, das Obras de "Substituição, reforma e ampliação do guardacorpo de proteção das dunas, estrutura de pergolado com deque e iluminação, na Avenida Waldemar Carlos Petrini no município de Balneário Rincão/SC, através do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão", necessários e imprescindíveis para a conclusão dos serviços pertinentes ao Contrato Nº. 005/SAMAE/2019, objeto do Edital de Convite Nº. 010/SAMAE/2019, homologado pela decisão do dia 05/07/19, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável, conforme discriminações e quantitativos na planilha em anexo. ASSINATURA: 16/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato 009/SAMAE/2019. CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, a execução que prevê o término em 01/01/2020, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 01/01/2020 até 01/03/2020, e a vigência que prevê o término em 31/12/2019, por mais 06 (doze) meses ou seja de 31/12/2019 até 30/06/2020, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 16/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato 011/SAMAE/2018. CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, a execução que prevê o término em 16/12/2019, por mais 03 (três) meses, ou seja, de 16/12/2019 até 16/03/2020, e a vigência que prevê o término em 30/12/2019, por mais 12 (doze) meses ou seja de 30/12/2019 até 30/12/2020, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 002/SAMAE/2019. CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, o PRAZO DE EXECUÇÃO, que prevê o término em 12/12/2019, por mais 03 (três) meses, ou seja, de 12/12/2019 até 12/03/2020, e o PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, face ao interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/12/2019. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1181/2019

Publicação Nº 2297858

DECRETO Nº.1181/2019

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, combinado com o inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações e apoio ao Pregoeiro e Leiloeiro, composta dos seguintes membros e suplentes;

Jessica Bergmann – Presidente

Rejane Sotilli – Membro

Leliandra Luciana Villanova – Membro

Roberto Francisco Giongo – Suplente

Fabiana Michelle Schauble Maciel – Suplente

Artigo 2º. O exercício do mandato será até 31 de dezembro de 2020.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita em 2 de janeiro de 2020.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298409

PORTARIA Nº 001, de 02 de janeiro de 2020

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Tafarel Boss ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (Duzentos reais) , conforme memorando nº01/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 02 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298412

PORTARIA Nº 002, de 02 de janeiro de 2020.

"Nomeia servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2019, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, a senhora CAROLINE KUHN portadora do CPF nº069.126.249-79, para ocupar o Cargo de NUTRICIONISTA, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298414

PORTARIA N.º003, de 02 de janeiro de 2020.

“Demite servidora temporário e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Demitir a pedido, a servidora Jaqueline Fabbi, matrícula nº429101, ocupante do cargo de Orientador Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298415

PORTARIA Nº 004, de 02 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre retorno de Servidora licenciada e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Art. 126º da Lei Complementar nº.037/2011 de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art.1º- Fica autorizado retorno as suas funções a servidora, Luciane Zangalli Balensiefer, matrícula nº 1102.9-07 ocupante do cargo de Professora, grupo I, nível III, do quadro Pessoal do Magistério, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com jornada de trabalho de 10 horas semanais, que estava em licença para assumir cargo comissionado na esfera estadual, sob regime estatutário, com vencimentos previstos em Lei, a partir desta data

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita em 02 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na forma da Lei.

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298416

PORTARIA Nº 005, de 02 de janeiro de 2020.

Concede Licença-Prêmio a servidora e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.nº108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder Conversão em Pecúnia em 50%(cinquenta por cento) da Licença-Prêmio a servidora Ionara Dorigon, ocupante do cargo de Farmacêutica, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, indenizando o mês de fevereiro de 2020, usufruindo o restante da licença premio no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Biguaçu

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO - EDITAL 004/2019

Publicação Nº 2297989

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC, torna pública a Homologação do Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO dos Candidatos inscritos e classificados, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, objeto do Edital 004/2019 de 30 de setembro de 2019 e realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPEUSUL.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Biguaçu – SC, 02 de janeiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: ALMOXARIFE - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 166700 ROGERIO DIAS TEIXEIRA
002 167695 ANDRE LUIS LUFT

Cargo: FISIOTERAPEUTA 30H - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 178022 CAMILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Cargo: MEDICO ESPECIALISTA XI - PSIQUIATRA - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 178214 DANIEL MERLIN PALHARES

Cargo: ODONTOLOGO ESPECIALISTA I - ENDODONTIA - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 175939 FERNANDA MARIA DOS SANTOS

Cargo: ALMOXARIFE
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 178746 VINICIUS RAMOS DE PAULA
002 175901 BRUNO ALECIO DE SOUZA FILHO
003 173078 LEANDRO HILARIO
004 166816 MATHEUS VINICIUS DA ROSA
005 166700 ROGERIO DIAS TEIXEIRA
006 167890 MIRIANE DICHETI GUARISE RAMIRES
007 173087 MARIA EDUARDA DE JESUS DA SILVA
008 167695 ANDRE LUIS LUFT
009 166875 ISABELA DE OLIVEIRA
010 177320 CLEONICE MARTINS BREYNNNE
011 167424 JOAO ROBERTO LOCATELI
012 168141 EMANNUELLA AVILA LOPES
013 167274 CHARLES MOSES TAVARES CORREA
014 178832 FABIO MATIAS MACHADO
015 173634 JOSE DAVID RIBEIRO
016 172300 DAIANE SOARES MACHADO
017 167784 THIAGO CARVALHO RODRIGUES
018 174685 WILSON PINOTTI JUNIOR
019 178196 IVAN REINEHR
020 166645 ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA
021 176175 FERNANDA DE SOUZA
022 175519 JANAINA RODRIGUES DE MORAES
023 167105 JORGE DE SOUZA DUARTE JUNIOR
024 173679 THIAGO FARIAS LUIS

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 169597 PATRICIA LUCIA DA SILVA ABREU
002 166643 NATHALIE BAREA SILVEIRA
003 171133 SILVANA ANTONIOLLI RAMOS
004 166428 AMANDA ELLEN MACEDO
005 167257 ALINE ALANO DE CARVALHO SCAPINI DEL PINO
006 166708 REGINA HOFFMANN
007 166739 ANNE ELIZA VIEIRA CHEREM
008 171519 MARISA ELISABETE BRUGNERA
009 166533 DANUZA MARA FAVERSANI
010 171880 CARMEL CAPITANI GIONGO
011 171451 MARIANE SANTOS FACCIN
012 166748 ELAINE CRISTINA MINA
013 176070 IRACEMA WOLAN
014 176132 CARLA CRISTIANE FREIRE CORREA
015 170118 JAQUELINE DIAS BARREIRA MARISCAL
016 166408 ISABEL SILVEIRA KROEFF

Cargo: AUXILIAR DE CIRURGIAO DENTISTA DA FAMILIA 40H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 168292 LUCIA HELENA HAUPTLI
002 166940 MARCIA GALLIANI PEREIRA
003 166471 SAMANTA GODOY PIRES
004 170887 CLAUDIA GONCALVES
005 168554 VANESSA SUELI SODRE
006 174362 ANDRESSA DOS SANTOS BRASIL
007 168881 DAIANE STEFANO
008 166932 ROBERTA MELLO SOARES
009 168257 CARMEN LUCIA ALVES
010 167122 LUCIENY ROSANGELA MENDES ANACLETO
011 171543 SHENIA MARA RAMOS GAZANIGA

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO 30H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 167372 CELIA REGINA GARBIN
002 172915 ADRIANE MARIA DA SILVA PERES

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENCAO E CONSERVACAO - OPERARIO BRACAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 171223 MAURICIO BAUER ZYTKUEWISZ

Cargo: AUXILIAR DE SAUDE II

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 171333 PRISCILA DA SILVA FREITAS
002 167436 ALINE SANTOS DUARTE
003 168747 ALESSANDRA WITZEL TAPADA CACILHAS
004 167142 LUIZA FERREIRA
005 177881 CRISTIANO ADINEI ALVES
006 167387 JAFE FERREIRA DE SOUZA
007 173453 JAKELLINE HACK LUIZ
008 166366 MARISTELA XAVIER
009 177345 JAQUELINE PACHECO
010 173088 LUIS EDUARDO SILVA CARVALHO
011 169799 ALISSON ESTELIO SANTOS FERREIRA
012 172962 JESSICA PREIS RIBEIRO

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS II - SERVENTE

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174340 LUCIANO DA COSTA
002 178383 TATIANA ZIMMERMANN DA CUNHA
003 167301 JULIANA HEINZ QUILIN DE LIMA
004 175882 GRAZIELE DE OLIVEIRA NUNES
005 169427 ROSANGELA CARDOSO BITTENCOURT
006 169670 PATRICIA WITZEL TAPADA
007 167292 JUSTA CARDOSO DE AGUIAR ROZAR
008 172151 ERENI SILVA DA LUZ
009 176281 HELOISE SANTOS SIMOES DA MOTA
010 169647 CRISTIANE LEAL DOS SANTOS
011 175726 SABRINA DE JESUS HIPOLITO

012 172577 ERICA SABINO
013 173737 SCHIRLENE LUIZ
014 166395 BARBARA ORQUIZ MIRANDA

Cargo: AUXILIAR DE VETERINARIO I
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 168022 JESSICA BRUGEMANN DOS SANTOS
002 167314 FABIULAVILMA AGOSTINETTO
003 174355 NATALIA MACHADO MENDES
004 171581 JHULIA SOTERO DE SOUZA
005 175955 JEFERSON DOS PASSOS AVILA

Cargo: ELETRICISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 175911 AUGUSTO GUARNIERI NETO
002 172750 JEFERSON CARLOS DE SOUZA
003 170725 LUCAS RAFAEL DE SOUZA HAACK
004 167128 JOSE JORGE DA ROSA
005 173956 FREDERICO FOKAMA GONDO

Cargo: ENFERMEIRO I
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 167210 FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS
002 172614 PAOLA REIS PACHECO ZWIRTES
003 176234 WINNIE DE CARVALHO ANDRADE
004 168181 LEONELA CECILIA DE SOUZA DOS SANTOS
005 166361 PATRICIA BARBOSA CAZAROTTO
006 167761 JULIA ANDREZA SEABRA
007 166832 FRANCINY DA SILVA
008 167932 VALDECI MARIA MARTINS
009 167140 DAIANA COSTA DE SOUZA
010 174278 JANICE CARMEM FERREIRA STEIMBACH
011 172808 SUELEN CONFORTO
012 167995 SILVIA AZIR FLORENCIO DA SILVA

Cargo: ENFERMEIRO II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 174903 ANANDA AZEVEDO PERES
002 167560 MARIA LUIZA DUTRA DE OLIVEIRA
003 166969 ALINE DA SILVA DAMASIO
004 178537 LARYSSA WIESE DA SILVEIRA
005 167931 JESSICA MEURER FERREIRA
006 177798 THIAGO MARZANO AMADO ARAUJO
007 176010 EMILY SMITH RUFINO
008 170900 ALEXANDRA TEREZINHA SCHREINER
009 174130 JANDIRA ALVES DAINHAIA DEBONA
010 166344 LEANDRO FRANCO SANTANA
011 176963 HELENA CABRAL MENDES
012 166710 MARIA EDUARDA FERREIRA GOULART RAULINO

Cargo: ESCRITURARIO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 172325 TIAGO HENRIQUE BRITO MORENO
002 168356 BRUNO VINICIUS BEDRECHUK
003 172405 JULIANA DE SOUZA
004 178791 AMANDA DE MELO TROIAN
005 167903 MAURI DONIZETE GREGORIO
006 174107 EDIANE TELES DE MATTOS
007 172110 FRANCIELI GODINHO FAUSTINO
008 170763 JOAO HENRIQUE DE MOURA GONCALVES
009 173537 DAYANE RAMOS SILVA
010 173359 GISELE RODRIGUES
011 173076 CALINE FATIMA SARTORI
012 176127 VINICIUS DOS REIS
013 171588 JESSIKA SOTERO DE SOUZA
014 171956 MARINA TRINDADE BITENCOURT TEIXEIRA
015 176021 BEATRIZ MARTIM TAVARES
016 166798 JULIO CESAR GARCIA DOS SANTOS
017 166949 LUZIA JANE SILVA DA SILVA FILHA

018 170191 ALINY CRISTINA DE OLIVEIRA DE LIMA
019 171525 PRISCILA LICHTENFELS FERREIRA
020 178869 JUAN PABLO BERNY KRAS BORGES
021 166376 IAN JULIO DA COSTA
022 174378 PATRICIA TORTORA
023 169172 ALYSSON JULIO RISSO DA SILVA
024 167091 VANESSA CHIARELLI RIVERO
025 166883 GUILHERME DE CASTILHOS NUNES
026 167156 ANDREZA SOUZA SILVA
027 173604 JEFTER TRENTA DE MOURA
028 174872 ANNA PAULA WEINGARTNER
029 178868 SILVIA BARBOSA LOPES
030 167012 ALEXANDRE DUARTE SILVEIRA
031 169258 FREIDIVAN DE OLIVEIRA FREITAS
032 169380 GUILHERME JAIR DA SILVA
033 166457 RENAN HACKBARTH DE SOUZA NEVES
034 170701 MIRACILDO MIRANDA DA SILVA
035 167740 PATRICIA SALM HORN
036 176275 CLAUDIA TOMAZI DE TOLEDO
037 166651 JOHNNY FREDERICO BELAN
038 172969 TAUANA WEISHAUP
039 170722 CRISTIANE MARIZA TRES
040 174060 LUCIANO JOSE CLEMENTE ALVES
041 173594 MELISSA CORTES BRAVO
042 168644 MARCIELI ZUCCHI
043 178931 SAMUEL SCHMITT
044 168191 MARCUS VINICIUS DA SILVA
045 167137 LEANDRO ALVES DE SOUZA CAVALHEIRO
046 172085 FERNANDA REGINA MAFRA
047 176880 JULIE SCHUCH
048 171462 ANTONIO MARCELINO PEDROSO ROSA MARCELINO
049 169392 NARRIMAM CONTE CRUZ
050 166967 ANA CLARA DE AQUINO
051 167937 JOAO VITOR TORRES SILVEIRA
052 173757 GABRIELLA AMADOR DOS SANTOS FERNANDES
053 172100 DANIEL OSVALDO NONATO
054 169532 JOSIARA FREITAS ZEPPENFELD
055 166579 LETICIA FARIA DA SILVA
056 167835 UTALIZ FABIANI LOPES CHAVES
057 167295 JULIO CESAR XAVIER
058 166634 RAQUEL WELLEN BARROS PANTOJA DA COSTA
059 166887 CARINA CARLA TRES
060 173509 VINICIUS DE BRITO ZAMBIAZZI
061 175790 JOANA ALVES
062 167708 FRANCIELLE RIBEIRO
063 174166 NILDO MANOEL DA ROSA JUNIOR
064 178238 JOICE FERREIRA DOS SANTOS
065 174291 ROGELE FATIMA FRESCHI
066 167067 MURILO SOARES ALVES
067 167759 THIAGO CORREA SILVANO
068 167138 KAMILA CARDOSO GUIMARAES
069 171782 LARA BERTAZZO RICHTER
070 174067 FERNANDO JUVENAL DA SILVA
071 172570 EVELYN SINDEL GARCIA
072 167704 ANA FLAVIA ESPINDOLA BRITO
073 174204 MARIA LUIZA ULIANA CAMPOS
074 173513 HUMBERTO DE SOUZA CARDOSO

Cargo: FARMACEUTICO 30H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 170498 ALINE MOTA RODRIGUES BRUM MIGLIAVASCA
002 178594 TERESINHA CARDOSO
003 168637 JOSEANE MARINA NASCIMENTO DE AMORIM
004 170901 DAINARA MARQUES DA SILVEIRA

Cargo: FARMACEUTICO 40H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 171996 MARIA TOMAZIA DA LUZ VERISSIMO
002 176284 EDUARDA OREANO

003 173482 MARION MENEZES BATISTA
004 174456 PRISCILA SANTOS
005 170526 JESSICA DE ASSIS GOULARTE
006 175808 EDSON FERREIRA ROSA
007 177373 RAQUEL LAUTENCHLEGER

Cargo: FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 168952 LUISA VANI AGOSTINI
002 177631 GISLAINE MICHELINE PSCEVOZNIKI
003 172204 JULIANA MARA VIEIRA DAS NEVES
004 167606 DAIANY CRISTINA VELOSO
005 166434 JULIANA SCHMITT DE ABREU
006 171959 KARINA DE AQUINO
007 167060 GABRIEL MARINHO ALVES
008 167725 JULIO MACHADO MULLER
009 171194 JULIANA TAIS ANDREGHETTO DE SOUZA
010 173841 THAIS MACIEL MOURA
011 169829 WANUSSA BAJORINAS
012 172506 ANA LUCIA DOS SANTOS PEREIRA
013 171491 MARCELO FRANCA DE CARVALHO
014 174010 VANIO CUNHA MARCOS
015 167110 BRUNA LOPES DA ROSA LORUZ RODRIGUES

Cargo: FISIOTERAPEUTA 30H
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 166890 ANA FLAVIA GESSER
002 166731 SABRYNA BACK WEISS
003 173129 LARISSA INDIANA SCHEIDT
004 173246 JULIANA ARAUJO
005 170470 DENISE COELHO
006 171591 FATIMA MATTJIE MARCOMINI
007 178794 FERNANDA APARECIDA ROCHA
008 166938 TADEU CANDIDO DA SILVA
009 168686 RAFAELA MARIA PORTO
010 172042 MARCIA GUIMARAES DE SOUZA FERREIRA
011 178022 CAMILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
012 178584 BRUNA BORGES VIEIRA
013 170937 RENATA GIURIATTI LAMBERTY
014 166699 LETICIA MARTINS CANDIDO
015 167052 JULIA GABRIELA DA SILVA FERREIRA
016 173919 JULIANA MARTINS SOUZA
017 172666 LILIANE OVELAR FERREIRA
018 167522 PAULA NASCIMENTO
019 178031 ALINE EDI ROGERIO

Cargo: FONOAUDIOLOGO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 166573 LEIA GONCALVES GURGEL
002 169957 INGRID DANTAS IZOLAN
003 167155 MARCELA AUGUSTA DE OLIVEIRA MORAIS

Cargo: MEDICO ESPECIALISTA II - GINECOLOGISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 168534 ANDRESSA CAROLINE CARDOSO DE CAMPOS
002 173742 SCHAIANE NEOTTI CITADIN

Cargo: MEDICO ESPECIALISTA II - OFTALMOLOGISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 178773 MAYARA PRIM PAULI
002 172443 VALESKA APARECIDA RIGUETTE COSTA
003 166861 TATIANA BERTHOLDO SZARESKI
004 175084 MARA BARRETO THEISS
005 169526 FERNANDA EYMAEL KOCHÉ

Cargo: MEDICO ESPECIALISTA III - ORTOPEDISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 169885 ANDREA FERNANDES MAGALHAES

Cargo: MEDICO ESPECIALISTA V - DERMATOLOGISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 168109 FERNANDA POY DONDONIS
002 170641 ANGELICA SEIDEL
003 171209 LARA SILVEIRA ABDO AGUIAR
004 171914 ANA PAULA FACCIN ARAUJO DE SOUZA
005 166668 ALINE ALMEIDA PRATA
006 174227 CAMILA HELENA DE OLIVEIRA
007 173803 CAMILA OHANA AZZINI BITTENCOURT

Cargo: MEDICO VETERINARIO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 166829 JHENIFER CINTIA BENETI
002 166623 GIOVANNA VINCI ROBERTO
003 170712 JULIANA MARIA VIANA DO NASCIMENTO

Cargo: MOTORISTA III - CARTEIRA D - ONIBUS, UTILITARIOS E AMBULANCIA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 175508 GABRIEL DE SOUZA ARAUJO
002 177513 ALIKAN DE JESUS RAMOS
003 170037 JUVIANO RAMOS
004 169787 GABRIEL DARDE HUBER
005 166499 IDMILSON DE OLIVEIRA
006 171288 NICOLAS GONCALVES FONSECA
007 170475 ROGER ELOY SCHMITZ
008 171003 OSTER HINKEL LUCKNER DE SOUZA
009 172659 DANILO FERREIRA PIRES
010 173397 CRISTHIAN HALLEY DE PAULA
011 174549 EVANDRO ZANATTO LITTKKE
012 173234 CLEDSON JOSE VIEIRA AZEVEDO JUNIOR
013 166624 ZENECIR SIMONETTO
014 171469 LUIS CARLOS DUARTE
015 173514 MARCIO RODRIGO BOEIRA DA SILVA
016 166799 JOSE CLAUDIO SCHITKOSKI JUNIOR
017 166873 VAMBERTO MARCILIO VENANCIO
018 166405 CLEUSON NELZI VENANCIO

Cargo: NUTRICIONISTA II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 166958 HELENA SANDRIN BORGES
002 173849 JENNYFER DE CARVALHO ANDRADE
003 176670 KELLY DA SILVA PAZZINATTO
004 169156 LARISSA ANDRIELLY FERNANDES
005 166830 DAIANA MADEIRA ESPINDOLA
006 173879 SIMONE MOISES
007 175975 LUIZA DOS SANTOS FIGUEIREDO
008 176002 JESSICA HUNTEMANN
009 169240 KARINE KAHL
010 167259 TATIANE GOETZ MALIKOSKI
011 174945 NATASHA KRUGER MALINOSKI
012 169944 SARA CAVALCANTI MENDES VAZ
013 176580 LUANA PETRY
014 170653 LEANDRA EULALIA DE CASTRO
015 174805 FERNANDA PEREIRA DA SILVA
016 177711 CRISTIANE PEREIRA DA SILVA

Cargo: ODONTOLOGO ESPECIALISTA I - ENDODONTIA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 168196 THAISE GOMES E NOBREGA
002 167287 FLAVIA FERREIRA ZANONI HACKRADT
003 175939 FERNANDA MARIA DOS SANTOS
004 166802 ANA LUISA BRITO DE AMORIM

Cargo: ODONTOLOGO ESPECIALISTA II - ODONTOPEDIATRA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 173421 SIMONE MOLLER SALUM
002 167135 LUCIANA TEIXEIRA WALTRICK

Cargo: ODONTOLOGO ESPECIALISTA III - CIRURGIA BUCOMAXILO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 166369 ALEXANDRE BION ZATTAR

002 173436 ANDRE PEDROSO

Cargo: ODONTOLOGO ESPECIALISTA IV - PERIODONTIA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174450 DIOGO LENZI CAPELLA

002 173822 CAROLINA MELLO SALLES DA ROSA

003 169943 EVALDO MONTEIRO

004 175721 VIVIANE CRESTANI DA SILVA

Cargo: PEDAGOGO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 171616 SANDRA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA

002 173424 FERNANDA DA SILVA FILADELFO DOS SANTOS

003 168464 IVANETE DE PRUENCIA

004 176530 KARINE DA LUZ

Cargo: PROFISSIONAL DE EDUCACAO FISICA DO PSF

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 169180 KARLA CRISTINA SOUZA DA SILVA

002 175734 MARCIO DE OLIVEIRA NUNES

003 166528 JULIANA ROSSI

004 174220 INGRID RIBEIRO DE TOLEDO PINTO

005 171635 JAYANI SAGAZ HIANSDT

006 173204 TAIS DO NASCIMENTO

007 171725 ARIANE VIEIRA ROVER

008 167025 ELIANA BARBARA CONTI

009 174040 KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO

Cargo: PSICOLOGO 30H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 169657 ANA PAULA SCHMITT MALUF

002 167336 BRUNA VALERIA DALL ACQUA

003 173099 GUILHERME ARTHUR POSSAGNOLI FREITAS

004 167161 JESSICA JANINE BERNHARDT FUCHS

005 167570 ALINE CRISTINA MARQUIS

006 172341 MARIELI JESSICA ROS

007 178518 DIEGO BUSATO PIMENTEL

008 167586 VITOR AUGUSTO WERNER DOS REIS

009 178976 BRUNO BITTENCOURT RODRIGUES

010 167272 PAULA ADRIANE LOMBARDI DALL AGNOL

011 166972 MANOELA ZIEGLER HUBER

012 167256 BERNADETE CARDOUZO

013 174200 JAQUELINE MOISES

014 166845 EDUARDO TRENTO TURRA

015 166835 FLAVIA DIAS CANER

016 170909 MARIANA VOGT MICHAELSEN

017 167109 MANOELA LUCIANO DE AMORIM

018 178873 JULIANE NITTA GARCIA

019 176861 FERNANDA SANTOS BARRETO

020 168874 MARIELE MACIEL DA SILVA

021 168535 RITA DE CASSIA GUIMARAES DA SILVA

Cargo: PSICOLOGO 40H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 166923 BIA BORGES FERRARO

002 175945 WAGNER KRUGER MALINOSKI

003 169390 PATRICIA SIMOES DE ALMEIDA JUSTO DA SILVA WERNER

004 168687 VANESSA MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA TRINDADE

005 171520 ROGERIO FARIAS OLDANI

006 166362 JANAINA BOGADO DE OLIVEIRA LANG

007 170096 GRASIANI OLIVEIRA

008 166438 PAMELA DA SILVEIRA

009 169283 THAIS HELENA BARBI PEREGO

010 177838 EVANDRO XAVIER DOS SANTOS

011 173128 RAFAEL LEONARDO CERAVOLO

012 169556 OSNEI CESAR MARQUES JUNIOR

013 171144 MAIRA LOURDES SALDANHA DESTRI

014 176103 CAROLINA ORTIZ

015 177421 RAQUEL MORSOLETO DE OLIVEIRA

016 166563 LUCAS AZAMBUJA

Cargo: RECEPCIONISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 173343 CATIA ZANATTA
002 167872 TATIANE CARVALHO MACHADO
003 178657 DANIELLE SOUZA
004 174441 MICHELI SOUZA PEREIRA
005 166416 ANDRE ALEXANDRE PINHEIRO BRITO
006 176259 FRANCIELI DE SOUZA FUZARI
007 170356 BRUNA CAROLINE DE BRITO
008 172538 BEATRIZ APARECIDA ROSA DA SILVA
009 167852 ANA CLAUDIA DA ROSA
010 174289 BRUNA DE LARA GALVAO VILVERT
011 166695 ELOISA VANDRESSA DE SOUZA
012 166313 CLEIDIANE DOS SANTOS
013 167291 MARIANE DE OLIVEIRA DE MELO
014 166467 GABRIELA SCHMIDT MONGUILHOTT
015 173962 GABRIELA CRISTINA COELHO DA CUNHA
016 172095 NAUANY CRISTINA DE SOUSA
017 172759 MARIZA MARIA DA SILVEIRA BENTO
018 167300 DANIELLE DA SILVA MORAES
019 178343 VANESSA LUCIANA DE SOUSA BASTOS
020 178593 ANDERSON MACHADO CUNHA
021 178245 PRISCILA DA ROSA
022 169190 VANESSA DA SILVA
023 169668 THAIUME CHRISTIANE CORDEIRO
024 166876 MARIANA CRISTINA DOS SANTOS
025 176205 BEATRIZ REGINA DE ANDRADE
026 166908 MONIQUE VIDAL SANTOS SERPA NEVILLE
027 175752 ANA CRISTINA ROSA MACHADO
028 170218 MICHELLE KATIUSKA RIBEIRO
029 176106 INDRA MAYNARA PEREIRA MIRANDA
030 170729 DANIELA RAMIRES MARTINS
031 174071 CLAUDIA SAMUDIO CASADO PANTALEAO
032 169316 MARGARETE BRANDO
033 167181 ANGELITA MACIEL WILL

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM 30H

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 166942 JESSICA WINCKLER DA SILVA
002 166795 LUCIA GRAF
003 166332 ALEX JANUARIO FERREIRA
004 166517 ANA PAULA LEDUR
005 175452 ADRIANA VALGAS
006 166686 LEONEL BRAZ BROCKVELD
007 176531 ADRIANE JESINSKI
008 172730 GISELLY DE MELLO MARTINS
009 166472 ANA CLAUDIA MACHADO
010 167634 RONIO JOSE CAMPOS
011 169226 DAIANA POLICENA MARTINS RODRIGUES COELHO
012 172063 LEILA DE JESUS INACIO
013 173763 STEFANI RAIANE PEREIRA DA SILVA
014 167273 JANAINA VELHO TAVARES
015 168624 PATRICIA STEFANI
016 170035 GISELLE GERHARDT
017 168008 EMANOEL PEREIRA DA SILVA
018 167254 RAQUEL GUESSER
019 167408 STEFANY MARTINS DE SOUZA
020 166797 CIRAJANE CRISTINA CAMPOS
021 171619 MICHELI MARILU DE SOUZA SCHMITZ
022 171379 ANDERSON FERREIRA PONCIANO
023 166824 LUISA SARMENTO LIMA PEREIRA
024 171774 LETICIA HERONDINA VARELA DE SOUZA
025 173603 CRISTIANO TEIXEIRA MANCEIROS AGUILLAR
026 167020 PATRICIA CRISTINE MACHADO
027 172453 LARISSA DA SILVA PEREIRA
028 166597 PALOMA NATASHA MENEZES

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM 40H
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 167526 ARIANA AZENTE MARTINS FERMIANO
002 168371 ISMAEL ALMEIDA SANTOS
003 167686 BRUNA RIBEIRO
004 167224 BRUNA DA SILVA KUHN
005 166512 VERA LUCIA KUHNEN
006 175878 KAROLINE APARECIDA ADRIANO NAU
007 167184 CAROLINE NIETSCHÉ
008 172136 RAFAELY DE CAMPOS SILVA
009 166337 JULIANA FEIBER PEREIRA
010 168843 ELISIANE DOS ANJOS MARTINS
011 167510 ANA CLAUDIA LIMA DA SILVA ROCHA
012 167749 LUANA MEDEIROS DE OLIVEIRA PINTO
013 166805 JOANA ALVES LINO DOS SANTOS
014 173886 JUCELIA CATIA TEIXEIRA
015 168020 EDUARDO CORDEIRO DE MACEDO
016 173667 VALDIRENE DUARTE DA SILVA
017 166637 ANA NERI CORREA NUNES
018 166365 ABNEIDE DE JESUS TAVARES MEDEIROS
019 167459 SONIA MARILENE FERREIRA ANGELO
020 166978 SCHEILA PEREIRA SCHU
021 175594 MARIA CLARA PATRICIO JOENCK
022 172278 EDUARDA SETUBAL PINTO
023 167251 NELIDA BEATRIZ MIOTTO
024 166350 CLAUDIA REGINA XAVIER GARCIA
025 170252 LOURDES LECARDELI GABRIELLI
026 170589 ELENICE PEREIRA
027 167647 ELISANGELA ROMANCINI FORTKAMP
028 174889 SIRLENE SANTOS DE SOUZA AZEVEDO
029 168365 GISELE DAMASIO
030 166420 ANA LUCIA DE SOUZA SCHMITZ
031 169616 PALOMA BIANCA PEREIRA CAMPOLINA
032 171548 JULIA DE MORAIS SIQUEIRA
033 169216 AMANDA KLAUSEN OCKER
034 166323 ROSA ELIZABETH SAVEDRA PERES

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 167511 ALESSANDRO PREDEBON FRANCO
002 166382 ALINNY CRISTIANE DE SOUZA MARTINS DA SILVA
003 166874 NOEZI PEREIRA
004 175155 MARIA HELENA VOLTOLINI MELLO
005 173857 ALEXANDRE NERIS DOS SANTOS
006 174366 DIORGINYS FERNANDO SARDA
007 167967 SAULO CELSO SILVEIRA JUNIOR

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO - EDITAL 005/2019

Publicação Nº 2297992

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC, torna pública a Homologação do Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO dos Candidatos inscritos e classificados, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, objeto do Edital 005/2019 – EDUCAÇÃO de 10 de outubro de 2019 e realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Biguaçu – SC, 02 de janeiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: AUXILIAR DE ENSINO - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 169124 DALVA ANJOS DOS SANTOS

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SERVENTE - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 173979 ADRIANO LUCIANO PERES

Cargo: PROFESSOR DE LIBRAS - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 170305 FELIPE FERNANDES
002 176194 RUI ALESSANDRO ZUZA PEREIRA
003 178227 DANIEL DE CARVALHO MOREIRA

Cargo: PROFESSOR II - EDUCACAO INFANTIL - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 178679 SILVIA RODRIGUES DOS SANTOS
002 173751 MARCELANE SANTOS PRADO
003 172652 EGIDIANE ADRIANO

Cargo: PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 176524 JOSE DA SILVA THIESEN
002 174349 MAGDA LEMOS DA SILVA
003 172654 ROSILENE DILMA DOS REIS

Cargo: PROFESSOR III - EDUCACAO FISICA - PCD
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 175966 LUCAS RENAN DE REZENDE

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - MERENDEIRA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 168979 TEREZINHA CAMUZZATO
002 173184 DEBORA BIF
003 169825 KAMYLLA QUEIROZ DE SOUZA ALMEIDA
004 177324 ELENICE QUEIROZ DE SOUZA
005 176025 MARLI RAISER
006 174282 ELAINE ESPINDOLA
007 171590 ROSALIA TELES DE OLIVEIRA MENDES
008 174016 FLAVIANE CORREIA CORDOVA GALIAN
009 168967 CECILIA MOTA FERNANDES
010 169050 GASPARINA DA FONSECA SANTOS
011 169341 FRANCINE ROSA DOS SANTOS DE OLIEVIRA
012 178817 AMANDA DELGADO DOS SANTOS
013 173051 ADULCIARA VALERIO FERNANDES DA SILVA
014 174172 GERALDINA APARECIDA RIBEIRO
015 173199 JULIANA BUFFETT DA SILVA
016 169018 LUCIANE ROLDAO SANTOS
017 173739 ALLYNE MORAES BARROSO
018 169364 ROSANA DE LOURDES MACHADO
019 177890 PAMELLA VALQUIRIA FERREIRA
020 178609 MARIA CELIA GRANGEIRO FERREIRA LOPES
021 169094 MARTA RIBEIRO
022 178619 JULIANA MARIA MIGUEL ALVES
023 173155 MIRTA BEATRIZ SILVA DA SILVA
024 172072 AMANDA MORAIS BARROSO DA SILVA
025 168949 ELENITE PEIXOTO
026 171629 VALDEREZ BLAUTH MACHADO
027 169827 ANA MARIA TORRES
028 178361 GLORIA SANTINA ROCHA
029 169714 CINTIA DOS SANTOS SAGAS
030 173177 ALICIANE DE SOUZA
031 177407 ALTANIR TEREZINHA KRETZER SCHMITT
032 176507 MARIA JOSE TAVARES
033 168802 JUSSAINE APARECIDA SILVA DA LUZ
034 169996 JOYCE ANDRADE ALVES
035 173996 LETICIA DE ALMEIDA JARDIM MARIA
036 169629 SANDRA MARA RODRIGUES SCHUCH
037 176136 ELIANE ZULMA CARDOSO
038 170011 MARIANE CRISTINE WESTARB
039 171473 JUCELIA DIAS TEIXEIRA

040 174133 VALMILENE MAIA DE OLIVEIRA
041 174046 SANDRA MARA ANSELMO
042 169019 LUCIANA DA SILVA COSTA TRENTTO
043 169221 CLAUDIA VALQUIRIA FERREIRA
044 169234 MARIANA DA SILVEIRA
045 178497 ADRIANA CALIXTO RUBIEL
046 168945 VANESSA DA SILVA DE OLIVEIRA
047 170021 ELIANE RAFAELA BORGES DOS SANTOS DIAS
048 174502 ALICE REGIS DE OLIVEIRA
049 169669 ALINE ALENCAR DO NASCIMENTO
050 172473 VERA LUCIA COELHO RACHADEL
051 173736 JANETE LUIZ
052 169426 RENILDA MARTINS
053 178932 MATHEUS CORSO CURY
054 171541 BRUNA GRAZIELA GUERREIRO
055 178475 MARISA RITA ANDREOLLA SCHMITT
056 171659 MICHELI INFELD
057 172532 LETICIA DA SILVA HACK
058 173971 CHAYENE DOS SANTOS LAURINDO
059 174182 IVETE FATIMA DE OLIVEIRA
060 176012 ILENE GUMS MAYER
061 172000 RAQUEL MARTINS DA SILVA
062 175976 REGINA STELA RODRIGUES BATISTA DE CAMPOS
063 173386 CHEILA DOS SANTOS LAURINDO
064 173741 JOSIELY CORREA INACIO LITCKE
065 170069 TAMIRIES DA SILVA DA ROSA
066 176615 MARIA DE NAZARE SILVA FURTADO
067 177604 IOLANDA BARBOSA
068 175880 LEOTILDA SOARES DOS ANJOS

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SERVENTE

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 175387 PIERRE PATRICK MEDEIROS
002 171425 VALDETE VERONICA WEBER TEIXEIRA
003 173617 DAIANE DEISE DE SOUZA
004 178268 GILMARA TEIXEIRA DA SILVA
005 169146 TAMARA ROSA
006 176362 HERVAL PEREIRA DE ARAUJO SOARES
007 174186 ELTON JESUS OLIVEIRA
008 171398 RITA DE CASSIA CARREIRA DA SILVA
009 170357 ISMAEL NUNES CAVALCANTE
010 175871 CLEUSA DOS SANTOS PACHECO TRAMONTINA
011 173395 ANAIDE MARINHO SANTANA
012 172791 FABIANA REGINA DE OLIVEIRA
013 174034 ELANE CRISTINA DE SOUZA
014 172069 ABELARDO ALVES DA SILVA JUNIOR
015 169694 MARISE MARIA CARDOSO
016 172965 MICHELLE HACK SCHLEMPER DE SOUZA
017 172307 SOILA CUNHA DOS SANTOS
018 172225 JESYKA STEFFANY DA SILVEIRA
019 170353 MARIA LUCILIA NUNES CAVALCANTE
020 169866 ADRIANO VIEIRA DE SOUZA
021 178650 DJALMO FERNANDES
022 178597 SONIA TERESINHA DE MELO FIRMO
023 169111 FRANCINI ELIZA PORTO DOS SANTOS
024 169640 ARIADENE QUEIROZ MAGALHAES
025 173863 MICHAEL JHEYMERTON DE OLIVEIRA RODRIGUES
026 176009 KANAN AGUIAR BUSNELLO
027 168880 LEOGENI CRISTINA CRUZ FORTES PINTO DA LUZ
028 173619 IMACULADA CONCEICAO SOUZA FRAGA
029 178899 REJANE CHAVES
030 175039 FERNANDA SODRE ANTONIO DA SILVA
031 172581 ELIANE FAGUNDES
032 168968 RAFALE MOTA FERNANDES
033 174081 ALESSANDRA VELHO DOS SANTOS FRAGA
034 171895 JOSMARA PEREIRA COSTA
035 175020 IVONETE SALVADORA LEMOS GOMES
036 177201 SAMARA COELHO RAFAEL
037 178240 SULAMITA DA SILVA BRAGA DE SOUZA

038 173713 ELEDIANE ELIM BITTENCOURT
039 174575 ANA CECI DA LUZ HERNANDES
040 168845 ANA CAROLINE SOARES
041 170331 LAUDELICE COSTA SILVA DE SOUZA
042 176008 ADRIANA CASTILHO PERES BUSNELLO
043 169369 RITA APARECIDA DE FREITAS DA SILVA
044 174602 FERNANDA MARINA DA LUZ
045 173457 JACIARA DOS SANTOS
046 172582 MONICA VIEIRA DAS NEVES
047 173430 JANETE DE SOUZA SILVY
048 176628 ALEXSANDRO RAFAEL CRISTOVAO
049 174174 DANIELE VIEIRA DOS SANTOS
050 174669 IRACEMA DE OLIVEIRA
051 178948 KATUCIA GREYCE FRAGA
052 174452 LUCELINA ALVES CAMARGO
053 178735 GEOVANA BARBOSA
054 168864 MARIVANIA NUNES
055 169606 FABIOLA GUILERMANO LUCAS
056 173901 EDINELMA DA SILVA SANCHES
057 174080 ROSANGELA GONCALVES.
058 176006 ROSA MARIA RIBEIRO DA CRUZ
059 178848 EMERSON RICARDO DA CRUZ
060 174683 ZENAIR BRANDAO SOARES
061 169495 RODRIGO JOEL BARBOSA
062 173322 MARILU PEREIRA
063 175979 SCHERON TAINA PEREIRA SCHU
064 173367 MARIA DE FATIMA SILVA DA CUNHA
065 169681 ISADORA DIAS BENTO
066 173979 ADRIANO LUCIANO PERES

Cargo: AUXILIAR DE ENSINO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 175203 SAMILA FERREIRA CORREIA
002 177263 TAMYRIS NUNES PEREIRA
003 173506 SARA DIAS NASCIMENTO
004 178067 LUCIMARI TEREZINHA DA SILVA ALVES
005 174536 LUANA CLAMER MIORANDO
006 169124 DALVA ANJOS DOS SANTOS
007 178839 SIMONE LUDVIG
008 178833 LIANE COSTA
009 173633 DANIELI REGINA LIMA
010 173012 LORIE NE LIMA SIRQUEIRA
011 173722 ISABEL BALDUINO DE SOUZA
012 178087 MARIZA MARIA CHAVES
013 169934 FLAVIA CAROLINA TAVARES
014 176248 ALEXANDRA VILMA DA ROSA CORREA
015 173760 ANA CLARA WESTARB
016 169727 RITA DE CASSIA DO VALE
017 178282 ANA PAULA VALDIRA FERNANDES
018 177458 AMANDA KAVIQUIONI
019 169257 ELIZETE SCHMIDT DOS SANTOS
020 169815 ANA MARIA LOFY
021 170066 EDENILZE APARECIDA DOS SANTOS

Cargo: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174865 JANICE ZAWASKI PAZETTO DAMASIO
002 168850 KATIA CARDOSO CAMPOS SIMONETTO
003 171443 DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA
004 168965 ELAINE DE PAULA
005 174301 LEA LOPES SAVI MONDO
006 173566 ROBERTA ROQUE DA SILVA
007 175400 ANDREA REGINA BRASIL
008 178177 CLAUDIA DA COSTA BECHARA GOMES
009 169701 ALCIDES GARCIA NETO
010 178659 MIRIAN GESSICA GIMENEZ FALCAO
011 172028 LOURDES BENTO DE OLIVEIRA GRESPI
012 171191 HEVILYN IZADORA FRANCISCO
013 168776 TEREZINHA DA SILVA MORAIS

014 176138 ANA CRISTINA ESPINDOLA
015 168839 SIMONE HAMES DO NASCIMENTO
016 171366 JOAO FERNANDO LEAL MOTA
017 170137 MAYANE DA ROCHA
018 178006 MARCIA SILVIA CARDONE SILVEIRA
019 177301 JEANE ERCHMANN

Cargo: FONOAUDIOLOGO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 171947 GABRIEL DE LIMA QUEIROZ

Cargo: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 171633 EDIO JOSE DA SILVA JUNIOR
002 175843 GREICY KELLY PEREIRA
003 178779 VICTOR VINICIUS BAROSS
004 168860 FERNANDA WEBER
005 169721 LUCAS DOS SANTOS COUTO
006 175665 MARIANA DOS SANTOS CORREA
007 172125 ROBSON BUENO DOS REIS
008 178538 JASIELI MEDEIROS BITENCOURT
009 173967 NATHALIE MORAES DE SOUZA
010 178890 VITORYA NASCIMENTO
011 173334 ISABELLE AMBONI DOS REIS RIBEIRO
012 176815 GABRIELA MARCELINO
013 168769 EUGENIO PEREIRA DE ALMEIDA
014 172124 PRISCILLA PALADINI SANTIAGO DA SILVA
015 177330 SABRINA APARECIDA FERREIRA MEGGIOLARO
016 170344 KEYNA HELENA DE OLIVEIRA
017 174473 REBECA VARGAS CHAGAS
018 175489 ANA LUCIA HENRIQUE DE ALMEIDA
019 168833 JESSICA RODRIGUES ALVES
020 171087 JAQUELINE DE SIMAS TESTA
021 171441 TALITA DE MELO RODRIGUES
022 177205 ALICE DA SILVA COELHO
023 178954 EDUARDA DA SILVA CORREIA
024 169039 VIRGINIA FERREIRA
025 175856 ERINEIA DE AGUSTINHO

Cargo: PROFESSOR II - EDUCACAO INFANTIL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 176128 ROSELI DE SOUZA
002 171146 VANESSA LANGE LIMA
003 170036 SANDRA REGINA COELHO DE SOUZA
004 174816 JANICE MARIA DUARTE DE SOUZA
005 169755 JOVELINA ELIETE DA COSTA BITTENCOURT
006 173136 THAIANE BORGES
007 173332 RAFAEL MELLO GOMES
008 176904 RAIANE MENDES VICENTE
009 172023 JULIANA DE CARVALHO
010 176890 HELOISA NIETSCHE GERATTI
011 175640 RENATA CRISTINA ALVES DE SOUSA
012 169976 AMANDA DA SILVA LUTZ
013 173031 ELIANE TEREZINHA COELHO
014 176027 MARCIA APARECIDA BATISTA
015 176484 IRENE DE SOUZA AUGUSTO
016 175481 MARCELI CONRADO SOUZA
017 176575 CLEUZA CRISTINA CARDOSO DA SILVA
018 176423 LILIANE VIEIRA SIMOES
019 175321 JACIARA MULLER SIMOES
020 173884 GRAZIELA NUNES
021 177116 PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO
022 173067 EDNA APARECIDA MARTINS CARDOSO
023 176766 DENISE ZANCANARIO DE SOUZA
024 177842 CYNTIA DE ANDRADE
025 177854 NOEMI ALVES
026 178881 IZABEL OLIMPIA RODRIGUES PEREIRA
027 178516 DAIANA ZAMBIASI
028 177746 KAMILA PAES PEREIRA DA SILVA

029 172991 CRISTY APARECIDA NIKIFORCK
030 177257 TANIA MARIA RIBEIRO DA SILVA
031 177111 KARLA MIRELLA GONCALVES
032 178225 TANIA TEREZINHA JORGE
033 175509 SILVIA ALBERTINA VENANCIO
034 175388 SUZANA PEREIRA DE JESUS
035 169754 ANDREZA DE OLIVEIRA
036 171612 JESSIKA DE AMORIM
037 175209 RAFAELA MARIA TEIXEIRA OCKER
038 169439 MARIA CLECIA DOS SANTOS SILVA
039 174214 EMILIANA HILLESHEIM PATRICIO
040 175771 JUCIANI BINHOTI MARTINS
041 172013 SIMONE FERNANDES FRAGA
042 178679 SILVIA RODRIGUES DOS SANTOS
043 178202 KAREN MUNARETTI
044 175950 FRANCIELY GOULART RICHARTZ
045 169070 BEATRIZ RICHARTZ
046 170685 GABRIELA BERNARDI DE SOUZA
047 176066 KARINE GALINDO DE ALENCAR
048 173785 CAMILA FELIPPE KUHN
049 176113 ANDREIA STEINER SILVA
050 175577 GISELLE ANTUNES DA SILVA
051 170056 CAROLINA DOS REIS MADEIRA DA PURIFICACAO
052 169460 ROSIMAR DE SOUZA SEGALA
053 173924 GRASIANE ALDEMIRA DOS SANTOS WOLLINGER
054 176300 THUANY BASTOS MESCHKE KONS
055 176745 JESSICA FELIPPE SOARES
056 169789 ACIONE IRACI VIEIRA
057 170098 MARIVANE APARECIDA MACHADO
058 175010 SABRINATEODORO SODRE
059 176344 SONIA MARIA DOS SANTOS LIMA
060 175169 JANAINA MARIA KAMMER
061 169178 LETICIA VALCILENE SAGAS MARTINS
062 171501 GESICA ELIANE MARTINS
063 175124 BEATRIZ GUEDES FAGUNDES
064 170351 SANDRA APARECIDA CHALCOWSKI CUNHA
065 174084 ALINY BORGES PEIXOTO
066 178819 NARA BEATRIZ GOMES OCANA
067 177105 ROSEMAR HOFFMANN CONRADI
068 170298 RAFAELA APARECIDA MULLER
069 177358 ALEXANDRA VITORINO DA SILVA
070 178169 LETICIA JUNKES
071 172698 SEZIANE TURATTO GUESSER
072 169391 VALMIRLENY DE SOUZA OLIVEIRA
073 168794 ANA LUCIA ZIMMERMANN DOS SANTOS
074 169402 TANIA MARA NICOLEIT
075 178507 TANIA CRISTINA DE SOUZA
076 172679 ADRIANA BELO DE OLIVEIRA
077 178271 RAQUEL MARIA RODRIGUES CONSTANCIO
078 176216 FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN
079 175177 IZABEL MACHADO
080 168837 FABIANA MARTINS CORREIA
081 175477 JILIANA MULLER MACHADO DOS SANTOS
082 170040 PIERRE COSTA DE ANDRADE
083 168846 KELLY CORREA
084 178164 QUIRIA BORBA
085 169554 ALBERTINA FLORIANO
086 173121 KESIA VIEIRA
087 169396 ANA CRISTINA MARIA DA SILVA
088 174179 LUCIANA BATISTA CORREA
089 173998 JULIANA DE FREITAS FINGER
090 177391 FRANCIELI GUESSER GUILHERME
091 171173 DAGMAR PEREIRA
092 176803 PATRICIA TOMAZIA GOES
093 178557 SELMA SOARES DE SOUZA FRANCA
094 178036 JANICE DE OLIVEIRA GOULART
095 178110 MARIKLEI HERONILDA RAMOS
096 170130 TATIANA BORDULIS
097 174561 JUCELAINE MACHADO

098 175324 ALDA MARIA AGUIAR ALVES
099 175259 MAYARA ITALIA SCHEMBERGER ZAGO FERREIRA
100 170061 BRUNA VIEIRA KRUG
101 173240 ALESSANDRA OURIQUES NARDI
102 175288 MARIA APARECIDA FAVARIN RODRIGUES RITA
103 175749 MARIA APARECIDA M. DA SILVA
104 177019 CRISTIANY DE MELO
105 178712 PRISCILA FREITAS CARPES
106 178269 ELK APARECIDA DA SILVA BASTISTOTI
107 173570 MARIAH CRISPIM CRUZ
108 170260 CRISTINA DE FATIMA WALTRICH
109 170018 JOSIANI FERREIRA LINO
110 175255 DENAIR PEREIRA SOTERO
111 169911 DIANA LOPES PACHECO
112 173751 MARCELANE SANTOS PRADO
113 169437 ADRIANA GONCALVES CIPRIANO
114 175645 MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO
115 172534 MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS
116 172392 GISELY KARINA CAPESTRANO SILVEIRA
117 177172 CRISTINES REGINA SILVEIRA COLLARES
118 172011 PATRICIA KREICH KOCH
119 171847 BRUNA FRANCIELE ANGELO HEPFNER
120 175753 MIRIA GAMA
121 175533 SAMARA RODRIGUES EVANGELISTA
122 168931 SILMARA GUEDES DE OLIVEIRA RAMALHO
123 170755 VANESSA DE JESUS GONCALVES
124 176836 ANDRESA DA ROSA
125 178936 VALERIA SANTANA BORGES MENDES
126 169206 ALINI RAMOS LUZ
127 178441 ELAINE MARIA MARTINS
128 174922 DANIELA RODRIGUES PANTOJA
129 172941 RAFAELA GOULART KUHN
130 173057 JOSIANE MARIA DA SILVA
131 168789 MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI
132 169489 THAMYRES ESPINDOLA CARVALHO
133 177569 JULIANA TEREZA DA ROSA
134 178578 JANETE DE SOUZA SILVA
135 175801 MARCILEIA MARTA NAZARIO
136 178384 ALESSANDRA ETELVINA ESTANISLAU MARQUES
137 178522 GESSI ANA VAZ DA SILVA
138 171794 CLEONICE APARECIDA FERREIRA TERRES
139 174632 LUIZA FERNANDA GARCIA DANIEL SAGAS
140 170113 VIVIANE ROSA
141 176260 JESSIA RAQUEL DE OLIVEIRA
142 173539 MERI NATALINA MACIEL BAGESTON
143 170385 GILDA MARTINS
144 178197 IONARA MARIA MOURA LIMA CALDAS
145 173567 ALINE MACHADO
146 178255 ALINE DE SOUZA ALVES
147 174798 DANIELLE COSTA
148 175700 LUCEIR MARIA ORSI DEHLANO
149 172683 IDAYANE SALETE CORDOVA
150 174672 JOSIANE FRAGA GOMES
151 176645 DAIANA SIMONE LOPES
152 174775 LISSA SILVA CARVALHO
153 176327 MARCIA PIRES DE OLIVEIRA BORGES
154 178096 RITCHELLY MORAES COELHO
155 178695 CAMILA MACHADO RIBEIRO DA SILVA
156 173820 LEA FERNANDES DE LIRA REIS
157 177700 NATALICIA MARGARIDA DE MEDEIROS LINHARES
158 178344 ELAINE DA SILVA ZEFERINO
159 176080 NATALIA DE BORBA BINHOTI
160 174753 SAMANTHA HILLESHEIN
161 175679 MARIA ANGELICA PRIM HOFFMANN
162 175925 MAIARA KAROLINE DA SILVA ROHLING
163 178664 ALESSANDRA MARA FERNANDES
164 173812 RUBIA MARA LEMONIE JOSE
165 170644 MARCIA MARIA DUTRA
166 172768 DANIELA NEVES PEREIRAS

167 169942 CARINA DAROCESKI MEDEIROS
168 172192 TAIS FROESE
169 172257 JESSICA HELLEN ECKSTEIN
170 172587 ANGELA MARTA LAPA
171 173209 SARAH CLEMENTINO PEREIRA LOPES
172 168768 JUCIMARA CATAFESTA DE SOUZA
173 169702 GLAUCIA GOMES
174 169888 RENATA NUNES
175 171434 MARIA JACQUELINE ROSA
176 173009 BRUNA CORREA FERREIRA
177 171786 BRUNA SCHMITZ DA SILVA
178 176140 ELISA JERONIMO
179 178308 JANETI TEREZINHA DE FARIA
180 173595 LENIR TORQUATO JUSTEN
181 173550 SONIA MARIA DOS SANTOS SOARES
182 175744 MARCIA GARCIA TEIXEIRA
183 169588 GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA
184 176345 JOICE SALTON
185 177338 NATIELE ILTA DA ROSA
186 178098 JOSEANE TEREZINHA DE LIMA FLORES
187 177959 PATRICIA MARIA DA CUNHA GUEDES
188 175840 JAMILA SANDRA DOS SANTOS
189 173638 FABIANA BEPPLER PENAFORT
190 172660 CARLA REJANE SILVA DE SOUZA
191 174415 ADRIANNE ARANDAS VERISSIMO DE SOUZA
192 168896 TAYSE PAULINO DOS PASSOS
193 177438 CHAIANE MAZZUCHETTI
194 172200 SUELLEN DE AZEVEDO
195 174653 MARIA EDUARDA VEIGA
196 169658 FLAVIA MARGARETE PETRY
197 178845 CALINE DALVA MENDES
198 175834 GISELE CRISTINA CORREA
199 175948 PRISCILA DA SILVA MARTINHO
200 175431 JAQUELINE CRUZ VENTURA GORGES
201 176517 GISLAINE MARA DE PAULA
202 178207 TAYNA FERNANDES DOS SANTOS
203 175874 ANDREA ADRIANO BUCHELE
204 175166 KARINE SCHAPPO KRETZER
205 176941 ELAINE DE MORAES
206 169555 JULIANA MATILDE VIEIRA CARMINATTI
207 173777 AMANDA DE ANDRADE OLIVEIRA
208 172615 NARA ROZELAINE SILVEIRA HERMANN
209 171871 DAIANE JULIA MIRANDA VITAL
210 170572 ANDREIA WESSLING
211 168844 ALANA CRESTINE KRUGER DE FREITAS
212 175216 BRENDA PADILHA URBANTZKY
213 174323 ANA CRISTINA BATISTA
214 174459 DANIELLA VERA DE AZEVEDO
215 171307 CLENUBIA OURIVES SOUZA
216 171599 PATRICIA LOFFI
217 168886 INGRIDY FERMIANO FERREIRA
218 178728 ALESSANDRA APARECIDA GONCALVES
219 178977 BRUNA BRAULINA RODRIGUES DO AMARAL DA SILVA
220 173142 CLEONICE CLARICE DA SILVA
221 174554 VANESSA MARLETE MARCOS LACERDA
222 178535 CRISTIANE SILVA DE MOURA VALDEVINO
223 178187 KARINE LUCIA EIAS
224 172444 CAMILA MARTINS
225 171052 IZABELA JULIANA DOS SANTOS
226 175002 ESLANDIA GUEGEL DE LIMA SILVA
227 169227 MONICKE DA SILVA CUNHA
228 171167 JESSICA MARIA MARTINS PEREIRA
229 178107 VANDERLEIA ADRIANA SCHMITT KREICH
230 178350 MONICA DE ABREU DOS SANTOS
231 170709 ANDREIA RODRIGUES MIRANDA
232 169062 LILIANE DA SILVA NUNES
233 172652 EGIDIANE ADRIANO
234 173686 ARLETE DA ROSA DA SILVA
235 172193 JOSETE VILMA ANDRADE DE ABREU

236 174062 ERINESIA PEREIRA
237 173466 SANDRA TRINDADE CAMARGO SCHAPPO
238 175012 ALBERTINA DE SOUZA
239 170673 ELIANE PERIN HENRIQUE FERNANDES
240 175913 SARA ELIZA ROSA
241 178634 KARLA BERENICE CAETANO XAVIER
242 173050 YANKA FERNANDES SOARES
243 174956 VALDIRENE ALVES DA SILVA
244 178684 GISELY ROSANY WOLLINGER
Cargo: PROFESSOR II - EJA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 173289 EDUARDO DA LUZ ROCHA
002 170312 WANESSA MATOS VIEIRA
003 169140 MARGARETH DE OLIVEIRA
004 169430 CLAUDIA KOERICH
005 169298 ANDREISA ALVES DA CONCEICAO
006 175703 KARINA GREYCE CONRAT
007 168795 CARLOS AUGUSTO DA SILVA
008 176291 ADRIANA ROLDAO DE FREITAS RAIMUNDO
009 178950 ARNALDO GOES

Cargo: PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 173213 GISLAINE DE QUADROS LEAO
002 169135 TAISE DA SILVA SANTOS
003 173253 BIANCA APARECIDA MARCOS RITA
004 172174 CRISTIANE FELISBERTO DE AZEVEDO
005 177470 JOSE LUIZ ALVES
006 171916 MAYKON HINCKEL
007 178897 SILVANA REGINA MABA MACANEIRO
008 176534 LETICIA TEIXEIRA CAMARA DE ALMEIDA
009 178923 FABIANE DE SENNE
010 174988 IVONETE LIDARCI DA SILVEIRA FURTADO
011 169037 LIA RIBEIRO MOTTER
012 172644 JEANE CARLA RODRIGUES DE SOUSA
013 171219 IEDA MARIA TOMAZ CHAVES
014 178647 ELIZA SANTOS RODRIGUES
015 169021 ANA LILA DE CAMPOS
016 175862 REGINA NELLY RAFAEL ZEFERINO
017 178266 EMILENE BALBINO BARBOSA
018 172213 ANDERSON TOMAZ
019 173543 APARECIDA DO ROCIO BUENO
020 177768 ANA PAULA BECKER
021 173563 JAQUELINE ZUCCO
022 172667 ELIETE VIEIRA DIAS
023 168948 GRACIARA TEREZINHA ROSA LUZ
024 172216 JADAIR HERCILIA CARDOSO SILVA GOMES
025 173013 TAIZE GASPERI
026 169065 DEBORAH DA SILVA SILVESTRE
027 173625 ELISANGELA ANTUNES DE ROSSI
028 174904 DANIELA PEREIRA AVANCINI
029 178718 ANA CLEIA MOREIRA RAMIRES
030 169362 GISELE CRISTINA DE ABREU
031 172293 ANDREA MARISTELA DA SILVA OLIVEIRA
032 178835 VIVIANE PAULINO NUNES
033 172834 TATIANE KEMPF KLATTE DUTRA
034 172633 MARILENE FURTADO
035 175588 ALBANEISSA DE SOUZA MATIAS
036 174019 ALESSANDRA MINA DOS SANTOS
037 169057 SIMONE MARCUZZO
038 176110 AMABILE INES DE AMORIM PEDROSO
039 170918 IVAN DOS SANTOS
040 172731 GEEDISON LUIZ PEREIRA
041 174584 JULIANA FREITAS MARTINS
042 175828 LUIZ FERNANDES
043 174774 LAURIANE DA SILVA DO ROSARIO
044 171312 CARMEM LUCIA FLORES ZANOTTA
045 177868 SILVIA RAQUEL MUNDO CRIVELLI
046 169835 TALITA BEATRIZ ZANZI

047 173081 CARMEM LUCIA ZIZA QUINTINO
048 175942 MAYQUE NUNES SAGAS
049 172044 GORETI TEIXEIRA DA COSTA AMORIM
050 176407 ALINE AMARAL
051 176524 JOSE DA SILVA THIESEN
052 177411 ALEXANDRA DA SILVA MACHADO
053 174150 MARIA ROSELI QUIRINO MOREIRA
054 168970 RAFAELA PAULA FREITAS
055 170848 IZETE MARIA MARQUES CEA
056 175958 MARILEIDE DA SILVA RAMOS
057 171560 MILMA CELIA SILVA SOBRAL BUCCO
058 174573 RAFAELEN CLAVIJO ESTEVES
059 168863 ANA PAULA LOHN
060 168926 ADRIANA SHEILA MACEDO DE MORAIS
061 173856 GILMAR FELICIANO
062 175423 RAPHAELA DOS SANTOS VIEIRA
063 175842 SONIA TEREZINHA SPERANDIO KLEIN
064 175746 SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE
065 178309 DEISE APARECIDA VARGAS
066 172677 SILVIA DE CASTRO RIBEIRO
067 178313 GRAZIELLA VIEIRA DA SILVA
068 171492 ELISANEGELA VITORIA ZEPECHOUKA
069 178509 MILENA DA COSTA ANDERSON BOIN
070 175554 DAIANA DE SOUZA VIEIRA
071 174008 CAMILA HAMMES
072 174349 MAGDA LEMOS DA SILVA
073 178415 MARILUSA PEREIRA DA SILVA
074 178581 ENICE SOARES DA SILVA MARIANO
075 178374 CARMEN FATIMA DE PRA KOLLN
076 169851 CAROLINE SCHLINDWEIN DA COSTA
077 175698 NARA ROSANE FONSECA AMARAL
078 174230 VALQUIRIA COTA DA SILVA
079 171976 JANETE DE FARIA MARIA
080 173211 FRANK JOAO DEMETRIO
081 171831 KAROLINY DE SOUZA
082 175785 GISELE MARTINS DE SOUZA
083 175234 VIVIANE ANGELO FLORINDO
084 172803 JESSICA DE ANDRADE PEREIRA
085 169054 CELIA MARIA ANTONIO DA SILVA
086 170503 SANDRA MARGARETE COSTA VALTER
087 172654 ROSILENE DILMA DOS REIS
088 169845 RENATA PEREIRA MARAFICO
089 172882 OSEIAS CAETANO
090 175994 GABRIELI SOARES SANTANA
091 176026 LETICIA LAYLA DE SOUZA SCHUTZ
092 177216 ROSILENE REGINA PIERIN

Cargo: PROFESSOR III - ARTES

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174486 JOSE SIZENANDO DE MORAES NETO
002 173995 VIVIANE BASCHIROTTTO
003 174223 WENDIE DE OLIVEIRA SERRALHEIRO
004 169956 JOAO PAULO FERREIRA SILVA
005 168779 LISETTE ADELAIDE BERGER ZAMBRANO
006 169357 GABRIELA TODESCHINI LUCAS
007 175742 ALEXSANDRO MAQUEL LOPES
008 178178 DANIELA MONTEIRO LEBARBENCHON
009 174326 JESSICA NATANA AGOSTINHO
010 175199 LOURDES BAUMGARTNER DOAMARAL
011 174272 GISELE APARECIDA KNUTEZ
012 177766 RONILCE ATTIE
013 175228 FERNANDO AUGUSTO DO NASCIMENTO
014 169016 JUCEMAR DA ROSA FAJARDO
015 176159 PEDRO AUGUSTO BELO BIZZON
016 169425 PAMELA YEMANJA SANTIAGO DE ABREU
017 172309 CAROLINA PINHEIRO ZANONI
018 173949 SILVANA OLIVEIRA DOS SANTOS
019 174587 FABRICIA ROBERTA SILVA
020 175860 MARCOS VINICIUS BARROS E SILVA

021 177996 JOEL CRISTIANO COELHO

Cargo: PROFESSOR III - CIENCIAS

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174155 GIZELE LIMA DE SA

002 178760 CAROLINA CAVALCANTI DO NASCIMENTO

003 174606 HELOISA HELENA KREIBICH

004 169578 GISELE FRANCIOLI SIMIONI

005 171875 CAMILA FERNANDA DA SILVA

006 175534 GEAN CARLO VELOSO ARCEIO

007 172664 GABRIELA PINTO GUIMARAES

008 171136 EDUARDO LUIZ PEREIRA

009 174315 LUANA COSTA

010 171585 ADRIANA LIMA DA SILVA

011 177138 DEISE VIDAL SARMENTO

012 172170 MAIELE VITORIA SOUZA

013 178671 MAIRIAN MIRIAN DE BARCELOS

014 169497 NIVALDO DO AMARAL

015 178512 LUCIANA INGRID FARIAS

016 178118 CHEIENE MARTKA BRUM

017 171070 ROSILENE DOS SANTOS AVILA DE MATOS

018 173302 EMERSON FELIX FERNANDES

019 174605 ADRIANA APARECIDA CORONA NUNES

020 168992 ANA MARIA ARAUJO

Cargo: PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 176482 GUILHERME MULLER MARIA

002 169052 ANELISE ATKINSON DA CUNHA

003 174551 LEONARDO HOFFMANN

004 169060 FERNANDA NILMA DOS SANTOS

005 172943 MURILO LUIZ ANSELMO

006 170086 LUCIANA PEREIRA ALVES MONTENEGRO

007 177410 THAMIREZ DA SILVA LINHARES

008 170660 YURI PIATKOWSKI MACHINSKY

009 173366 RODRIGO DA ROSA MADEIRA

010 178711 DARLENE DE OLIVEIRA PEREIRA

011 168981 GRASIELE DEMARCHE

012 169653 FERNANDO TEIXEIRA

013 175817 JULIO CESAR DE SOUZA PEREIRA TOMASCHITZ

014 170495 LETICIA MACHADO

015 169635 SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA

016 172747 GABRIEL ZIEL BOLDORI

017 175966 LUCAS RENAN DE REZENDE

018 176102 JOMAR WILLIAM ADAMI

019 169860 PRISCILLA CLEMENTE

020 176158 MICHELE REGINA DE MORAES

021 173131 ALEXANDRE NASCIMENTO

022 174105 DIOGO TAVARES GOMES

023 169880 EDUARDO DA SILVA CHAVES

024 175176 JULIANA MACHADO DE CAMPOS

025 173885 INGRID GONZAGA PIO

026 168777 CLAUDIO BELTRAME VASCONCELOS

027 175954 ANDREI SILVEIRA

028 169617 BRUNNA HARYEL ROSA MARTINS HONORATO

029 178973 THIAGO MICHELUSZI

030 169264 LINCON SEBASTIAO DA CRUZ

031 178504 GRAZIELLA DA SILVA CRESCENCIO

032 177427 JEDIEL SOTERO TRUPEL

033 173831 RAFAELLA DE MIRANDA SIMAS

034 176032 SAIONARA MACHADO

035 175374 RITA BAYS

036 175575 SARAH JORDAO SALOME

037 173030 LUCAS DANNENHAUER

038 178523 HENRIQUE LESSA DOMINGUES PINHO DE OLIVEIRA

039 178765 DANIELE JEREMIAS

040 174108 JUANA BASTOS BORGES

041 176163 MARCEL ANDRE LUPATINI

042 173010 CIRO MANFRAO ANTUNES

043 169001 MARIA DE LOURDES ARAUJO MIRANDA
044 175551 TIAGO JOAO DA SILVA
045 175521 PATRICIA DE SOUZA MELO
046 170801 LUCAS FAQUETI
047 168985 SHAUANY FREITAS HAUPTLI
048 172981 GABRIEL SCHMITT DA SILVA
049 177519 GESIANE ROMILDES MACANEIRO
050 177771 LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA
051 170531 CARLOS EDUARDO MENDES
052 171568 MICHELE APARECIDA DA SILVA PRESTES
053 171308 TABATA CRISTINA DE OLIVEIRA
054 173382 NATALIA DIAS
055 172727 GUILHERME DA COSTA
056 177202 JAQUELINE FELICIANO RIBAS
057 172609 VANESSA JULIANA SOUZA
058 175668 ROSANE GODINHO
059 176212 CRISTIANE DONEDA RUZZA
060 172381 CINTIA HARTMANN
061 169443 ALESSANDRA SCHNECKEMBERG
062 175870 LIZANDRA CRISTINA TONELLI

Cargo: PROFESSOR III - ENSINO RELIGIOSO / FILOSOFIA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 178316 DANILO CAMARA CARETTA
002 171957 LUCAS TOM CAPRA
003 169241 LUANA FRANCINE NYLAND
004 172517 ELISA CANAL
005 175820 LAIS FERREIRA MANSO SILVA
006 178917 KELLY CRISTINA SCHERER
007 177226 JOAO CARLOS BRITO FREITAS
008 169002 MARCO ANTONIO COUTINHO

Cargo: PROFESSOR III - GEOGRAFIA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 173876 CAROLINE TAPIA BUENO
002 172367 RAPHAEL MEIRA KNABBEN
003 173960 ALEDSON ANANIAS MARTINS
004 178327 ROBERTO CORDEIRO VIEIRA FILHO
005 171472 JOAO TIGE GUERRA DUARTE
006 170055 PATRICIA MARIA DOS ANJOS VIRISSIMO
007 175197 LARISSA ANA DOS SANTOS
008 178789 ISABEL NIN FERREIRA WANDELLI
009 178490 OSVALDO RICARDO DA SILVA
010 168818 ALINE CANDIDA MOISYN JAHN
011 178253 ROBSON ALVES
012 170112 AURELIO AFFONSO MARISCAL
013 178089 MORIEL DOUGLA CABRAL
014 176585 NAYANA FLORES DE AZEVEDO
015 169833 VINICIUS FAGUNDES SENNA BORGES
016 173624 BRUNA COSTA DA CUNHA
017 178388 RODRIGO BARBOZA LOPES
018 174007 BRAYAN EIFLER RIFFEL
019 178396 ANTONIO FERNANDES DE FRANCA VASCONCELOS
020 176177 EMERSON LUIZ DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR III - HISTORIA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174618 JOAO FERNANDO SILVA DE SOUZA
002 175139 RICARDO DUWE
003 172361 FLAVIA DE FREITAS SOUZA
004 175257 PRISCILA DE ANDRADE RODRIGUES DUWE
005 178019 DANDARA DE OLIVEIRA
006 176601 LUCAS KAMMER ORSI
007 177303 SUELEM GARCIA DOVIGI
008 169377 CLEMENTE GENTIL PENNA
009 174407 NILTON JOSE COELHO NETO
010 178970 GABRIEL DA ROSA DALAPRIA
011 169112 JEAN ALBINO LUCIANO RECH
012 171401 EDERBAL DE SOUZA BEZERRA

013 175636 CARLOS ALBERTO VIEIRA JUNIOR
014 173220 RAISA ADRIANNE GOMES
015 177189 JOSIELY KOERICH
016 175929 FABIANA PIRES
017 178834 MATHEUS FERREIRA MACHADO
018 173291 BEATRIZ RENGEL
019 177904 JULIANO RUBIN PALEVODA
020 175956 TAIANE CUNHA DA SILVA
021 169770 LIGIA MARIA OCKER FAGUNDES
022 176417 MAYARA VAQUEIRO FERNANDES
023 175571 ANTONIO SADI VILLANOVA
024 169920 LUCIMARI DE OLIVEIRA SIQUEIRA

Cargo: PROFESSOR III - INGLES

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 175802 ARTHUR VINICIUS ANOROZO NUNES
002 176072 ODAIR JOSE EPPING
003 173363 MELISSA OLIVEIRA DA COSTA
004 169524 VINICIUS DE SOUZA MACHADO
005 168909 ARIEL DOS SANTOS FLORIANO
006 169863 ROBERTA CARDOSO CARVALHO
007 173691 HELOISE FERNANDA MACHADO KUNTZER
008 176896 FABIANA CURY AMORIM
009 173590 FLORENCE SILVA DOS SANTOS CANDIDO
010 174910 ADRIANO GASPAR
011 173622 EDILAINE SIEBEN
012 171934 BIANCA DOS SANTOS MONJELO
013 175763 JUCIANE DE ASSUNCAO
014 175314 JACINEY VIEGAS DA SILVA JUNIOR
015 176314 MARCIO DE SOUSA SANTOS
016 176848 VALDECIR ROBERTO DE OLIVEIRA
017 171933 ARIANNA PALADINI DA SILVA
018 176125 CRISTIAN PORTES MACHADO

Cargo: PROFESSOR III - LINGUA PORTUGUESA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174228 LIVIA NOGUEIRA FERRE
002 172353 MARCELA FARIAS MARTINS
003 170075 JULIANA GONCALVES DA SILVA
004 169821 DANIELA DE MELLO PEREIRA DE ARAUJO
005 176069 MISRAELY SALETTE WOLFART
006 169980 LAURA MAZZITELLI VARGAS
007 175708 LUIS RICARDO MIRANDA LACERDA
008 173308 MARIA ODINEA PAIVA DE OLIVEIRA
009 169436 SCHYPRIANN VIEIRA MENDES OURIQUES
010 177297 LETICIA ZAMPERETTI COPETTI
011 178858 MARIO NORTON SIEBINGER
012 173250 LIEGE GONCALVES DLMASO
013 171796 MARIA DAS GRACAS CAMARA
014 172780 JOICELY OLIVEIRA DA SILVA
015 171115 ARIANES SCHMITT DESESSARDS
016 169732 DEBORAH SOUZA DE JESUS
017 178375 JONAS VALENTE SANFELICE
018 171357 MARINA GOEDERT DA SILVA
019 171660 NEUSA BORGES CARLITO
020 176304 PENELOPE MAS
021 175900 ELENITA THEREZINHA DE SOUZA
022 174801 CRYSTIANE DA CRUZ MARTINEZ
023 173530 OZIANE DE VASCONCELOS BARROS

Cargo: PROFESSOR III - MATEMATICA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 172634 PAULO ANDRE MULLER
002 178855 BEATRIZ SILVA APARICIO GIORDANI
003 169128 GABRIELA RODRIGUES CORTIAL CHAGAS
004 169272 PEDRO RODOLFO OCAMPOS PALERMO
005 169800 WAGNER ROSSI DE OLIVEIRA FILHO
006 172866 RUDIMAR VERONA
007 176089 ELISANGELA REIS CALCADOS BULGARI

008 168990 MARIA EMILIA MOURA DA FONSECA
009 170740 TAIANA FARIAS DE LIMA
010 174792 PRISCILLA DA SILVA MONTEIRO
011 178455 RAFAEL DE MELLO ARRUSSUL
012 170716 RODRIGO DE SOUZA BATISTA

Cargo: PROFESSOR III - ESPANHOL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 174430 POLIANY SOLEDAD VELEZ BERNAL
002 176185 ADRIANA PEDROSO NUNES
003 173384 MAIKON MARLLON GONCALVES DOS SANTOS
004 174156 ANDRE SCHLICHTING
005 176221 CARLOS ANTONIO DA SILVA CAMARGO

Cargo: SEGUNDO PROFESSOR
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 173668 MARILEIA FERMINA DA SILVA HAMMES
002 170079 IVANI ATAIDE ANTUNES VALADARES
003 178520 SALETE VIEIRA PADILHA
004 173731 SUZANA ELZITA SAGAS STAHELIN
005 175351 GEOVANA DA ROCHA SILVEIRA
006 178560 ELIZABETH NOCETI PEREIRA
007 170687 VANIA CRISTINA SILVA DE SOUZA
008 170043 BEATRIZ BORGES
009 173725 FABIANA SILVA ROSA MARTINS
010 177585 LIVIANE ALINE SOARES DE OLIVEIRA UCHOA
011 169223 RITA DE CASSIA MULLER
012 176083 MICHELINE DA SILVA FRAGA
013 168973 TAMARA THAIS MACHADO
014 170459 MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES
015 169805 ADRIANA HEREDIA DOS SANTOS
016 174563 VALERIA ROMANCINI PACHECO
017 173727 IZABEL RUDIGER SCHMITZ
018 176133 TANIA MARA RAULINO GODINHO
019 174647 MARILETE DE MELO
020 171249 GLAUCIA FARIAS DE MELO
021 169328 LETICIA EVANILDE GRAPE ANDRADE
022 176130 EDINEIDE JACI SAGAS SABINO
023 178804 THUANA COSTA
024 173938 MARIVONE SA DOS SANTOS
025 177509 KATIA JUDITE PAULI
026 169305 WANESSA MARILDA DOS SANTOS GASPERI
027 172623 LUDMILA ALVES DE SOUSA
028 175570 CAMILA MIRANDA OLIVEIRA MARTINS
029 175380 AMANDA ARLENE MAFRA
030 171309 ANGELITA AURA GONCALVES DE ASSUNCAO
031 175382 TAIS VALDENETE DOS SANTOS
032 171550 REGINA CARDOSO FOGACA ALVES
033 169975 DEISE PEREIRA MARTINS
034 176160 LAURA ANDREA SILVA DE BORIS
035 176005 DORACI VASCONCELOS DE JESUS
036 178849 JULIANA DE ARAUJO HOFFMANN
037 169404 EDNA DE FATIMA ARANTES
038 173451 ROSILDA ORILDA MIRANDA DA SILVA
039 172596 FERNANDA CIDRAL MULLER
040 176724 ANDREIA CATARINA DE AMORIM
041 169828 PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA
042 175737 CRISTIANE FERREIRA DA SILVA
043 169017 ADRIANA BONFANTI DA SILVEIRA
044 173342 TAMARA REGINA CARDOSO
045 169055 JAIKISON ROMILDO DOS PASSOS
046 169689 GISLAINE PATRICIA MARTINS FLORES
047 175309 BRUNA DE ANDRADE
048 172702 MARIA AMELIA DE JESUS FREIRE NASCIMENTO
049 169132 ANA PAULA DE CARVALHO DIAS SEVERINO
050 176553 GESSICA ARGENTINA VENANCIO
051 170828 ALINE CRISTINA DA CUNHA
052 178109 EDINA MARTINHA MARQUES
053 177986 MAKAEELLY FRANCIANE BORGES SANTOS BONISSONI

054 170814 MARIA SALETE DE SOUZA
055 169724 LUCIANE SCARABELOT CAMPOS
056 169290 DANIELA BORGES ZIMMERMANN
057 169918 ANA CLAUDIA DOMINGUES DE AZEVEDO
058 169902 SILVIA MARA DEODATO
059 169766 MIRELA SCHMITT DA SILVA
060 175988 MARCIA REGINA DE SOUZA
061 170109 GUSTAVO CAPELETI DE SIQUEIRA
062 174825 PAMELA KAROLINE GUBERT
063 175646 VERA LUCIA TEREZINHA FERNANDES GARCIA
064 173754 TASSIA JAMILE MANENTE
065 178064 JAQUELINE FURTADO PEREIRA
066 173926 ELLEN ROMBALDI DE SOUZA
067 172631 CARMEN LUCIA MATTOS
068 177118 MARISTELA LUCIO LUIZ VICTOR
069 171196 ALESSANDRA PEREIRA
070 178142 SCHEILA VARGAS
071 176438 MIRIA MARCELINA OCKER SAGAS
072 174431 JOSIANE MARQUES DA SILVA
073 171402 BRUNA MARIA FERREIRA
074 168814 MARIA DAS NEVES DOS SANTOS
075 178528 EMANOELA NUNES DO CARMO
076 174866 MARIA EDUARDA SAGAS
077 178103 MARCOS LEVI POERSCH DE SOUZA
078 173073 VANDERLEA LACI SAGAS DOS SANTOS
079 169104 ANA PAULA SOARES REBELO
080 169763 CAMILA ANGELITA MARQUES
081 172080 ANA EMILIA OCKER
082 174646 MARILEIA DE MELO
083 175274 JULIANA DA SILVA DE SOUZA
084 176305 CRISTINA ZUFFO
085 174175 MARIA CRISTINA MARTINS
086 173611 KAREN CRISTHINA DA SILVA
087 175330 BARBARA CRISTINA LEMOS
088 169077 NEIVA JUNCKES
089 168757 CINTIA IARA PEREIRA DE ANDRADE
090 171264 ANDREZA BORBA DE OLIVEIRA SILVEIRA
091 169636 ROSANA DAS NEVES
092 175859 MARGARETE MARIA DA SILVA
093 171927 FERNANDA DILMA MARQUES DA ROSA
094 173542 FRANCIELY CHAGAS FLORES
095 170811 ANA PAULA MORAES
096 171772 JAQUELINE HULSE DE SOUZA
097 169618 CHIRLEY ZULEIDE CHAGAS
098 172735 SILVIA CRISTINA PERREIRA SOUZA
099 172012 ANDREIA PINHEIRO
100 169293 MARIZETE ALBANO AMORIM
101 169454 OSIR ODILON SOARES
102 175761 MARCIA REGINA DA SILVA
103 174254 GRAZIELA ROCHA SOUTHER
104 172402 RUANA GABRIELI SOUZA CASTRO
105 169914 CAROLINA ALVES DA ROCHA
106 172695 EDNA REGINA DE SOUSA DE FARIA
107 173438 SANDRA REGINA DOS SANTOS VENANCIO
108 169106 MARIA ELIZETH RAMPA DA SILVEIRA
109 169810 LETICIA ALINE DE CARVALHO
110 176217 THALLITA BONIM PAGLARINI RAMOS
111 178519 TAMARY PEREIRA MONTEIRO
112 178395 MARINES DE MELLO
113 169604 SONIA TEREZINHA SOARES MELO
114 178153 ANDREIA DE MACEDO
115 174892 LANA ESTRELA BATISTA
116 173361 LUCIMARA DOS SANTOS
117 176459 MEIRE APARECIDA LOPES SILVERIO
118 177191 ANDREIA RODRIGUES DA SILVA
119 171283 MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVEIRA
120 175924 JOSE DALVO BORBA
121 175317 JOSIANE GOMES
122 169332 TAISSA SOARES DOS SANTOS

123 172363 HEMILY APARECIDA SOARES
124 168902 MARIA SALETE SPERANDIO
125 170678 SUSANA PERES MACHADO
126 176816 MARIANA CRISTINA CAMPOS
127 172032 KELARA MENEZES DA SILVA
128 173529 CRISTIANE SIQUEIRA SULZBACHER
129 172851 KALLYTA DA SILVA DOS SANTOS
130 169051 ELISOLETE DA SILVA PADILHA
131 171647 ROSANA CRISTINE LEMOS
132 174628 LUCICLEIA LAURITA VITAL SAGAS
133 178470 EVANILDO ALVES FILHO
134 177651 ANA PAULA DE OLIVEIRA
135 169693 JULIANA GOULART DA LUZ
136 174142 IONICE DIAS GONCALVES DOS SANTOS
137 173866 SONIA TERESINHA DE MORAES

Cargo: BIBLIOTECARIO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 169464 ALINE CRUZ
002 170132 MONICA WILLEMANN ALVES
003 168772 ARLETE FERREIRA DA SILVA
004 169638 MIRIAN GARCIA MENEZES BARBOZA
005 178252 KATIA CORINA VIEIRA GUARIENTO
006 175904 LAIS OSELAME NOBREGA
007 175697 IRENE SCHULTZ
008 170861 VANESSA CASTILHOS MARTINS PINHEIRO
009 178900 DANIELE FELDMAN
010 176611 EVERALDO VEIGA FURTADO

Cargo: TECNICO EM EDUCACAO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 172046 TABATTA REGINA DA SILVA BONDIM
002 171948 SABRINA TOMAZ DA SILVA
003 168941 BIANCA MARCELINO FRAGA
004 168918 SANDRA BENTA DE SOUSA SCHMITT
005 169331 KENYA GLADYS PAULO CAMPAGNOLO OLIVEIRA
006 178816 LUCIANO DE OLIVEIRA
007 176401 FRANCINE FRAGOSO DE MIRANDA SILVA
008 178770 PEDRO MACHADO ALBARNAZ
009 172315 JUCILEIDE DINIZ KLEIN
010 173463 DEVANIR DE FATIMA CORREA
011 177888 ELISIANE APARECIDA FERREIRA
012 177654 JULIANA DOS ANJOS CORREA
013 176211 MARIO HENRIQUE GONCALVES DA CUNHA
014 176176 ADALGIZA TEREZINHA BRASIL
015 175565 BERENICE CRISTIANA LUCCAS
016 168770 MERCIA SIMONE RACHADEL KREMER

Cargo: TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 174038 LUCILENE WALTRICH
002 175425 LICE ANA CHITOLINA
003 176206 PATRICIA TEODORO DOS SANTOS
004 173844 SABRINA LUCAS DE FREITAS
005 169438 JOSIANE APARECIDA SANTOS
006 176688 MARIA DE FATIMA BORGES
007 175967 LUCIANA IRACEMA PEREIRA GESSER
008 169813 JANAINA CRISTINA MARQUES
009 169116 ADRIELY DA SILVA MARTINHA
010 169215 FRANCISCA KATIENNA ALVES DO MONTE LIMA
011 176223 JOSELIA DA SILVA SALAZAR SCHEIDT
012 173147 VERA MARIA DOS SANTOS
013 169768 DAYANE CRISTINA DE OLIVEIRA
014 175624 VERA LUCIA MORAIS
015 177379 VILDINEIA LONGEN
016 170707 FABIANA SILVY COUTINHO
017 173034 DAIANA PAULA DA SILVA
018 178412 FERNANDO AMARAL GONCALVES
019 170085 ALESSANDRA SOARES MACHADO

020 173229 JUCIELY OLIVEIRA DA SILVA DOS SANTOS
021 172935 JESSICA KETHRYNE LUSTOSA DE SOUSA GONDIM
022 169642 SANDRA REGINA IAROCH HEINZ
023 174079 MARIA VILMA MACHADO ARAUJO
024 177674 GABRIELE BENTO DE OLIVEIRA DE LIZ
025 169309 LETICIA CORDOVA TEODORO
026 172145 ARLI ANTONIA LAPA WEINGARTNER
027 169333 ALEXSANDRA DE SOUSA
028 175765 FABRICIA ALBA CIRILO
029 172602 MARIA HELENA MACHADO DA SILVA DUTRA
030 175494 SONIA RAMPÁ PEREIRA
031 178212 AMANDA OLIVEIRA MARTINS
032 175557 NICOLLY SPERANDIO SILVEIRA
033 168903 CATIA FELDEMANN MOREIRA
034 172801 ELVIRA MANOELA THAINES DA CONCEICAO
035 174508 MARIA BEATRIZ VIEIRA SPERANDIO
036 174002 JANE JORGE TAVARES
037 176153 LUZIANA IZABEL MULLER
038 169790 JOSIANE FLORENTINO DA SILVA DE SOUSA
039 171975 GISELLE CRISTINI NOCETI DA LUZ
040 175735 TAMIRES CRISTINA ARAUJO DE OLIVEIRA
041 177966 SHIRLEY BOTELHO SIMOES
042 176600 TANIA REGINA MARTINS BITTENCOURT JACINTO
043 174725 RUTIANE DA CUNHA
044 169137 FABRICIA SILVEIRA GHIDOLIN
045 172277 LIVIA ZIMMER DE CERQUEIRA CEZAR
046 174432 LILIAN RENATA LOPES DOS SANTOS
047 176775 ANA PAULA ROSA
048 174113 ALINE APARECIDA CANDIDO BONI
049 171940 SHEILA LOPES DA SILVA
050 176262 DILIANE DE FATIMA MORAES DOS SANTOS
051 170047 BRUNA MARINHO LIMA
052 178941 FRANCIELE VELASCO
053 176488 KARLA MARIA GHIDINI
054 171414 JUCARA AZEVEDO NONATO
055 171004 TAMARA SARDINHA FARIAS BRESCIANI
056 178761 ADRIANA COSTA
057 168764 JOSEANE FAGUNDES KILA ORGUISSA
058 169788 JHOICE CUNHA DE MELLO
059 177463 CAROLINE ANDRADE SCHMITT
060 171537 ISTEFANI DE ANDRADE MARIA
061 171938 EDUARDA CHAGAS DE LIMA
062 169487 MIRKA MARIANE DE MORAES CAMARGO
063 169386 MAIRA SOUZA SORATO
064 169218 LAUDICEIA COSTA SILVA DA ROSA
065 177364 MIRIELE ILTA DA ROSA
066 178574 RAQUEL LUCIA CARDOSO KOCHEN
067 171161 SANDRO CARDOSO
068 173465 RUTE DA SILVA TAVARES
069 175292 MAIRANE BOSCHI
070 178011 ARIANA MARTINS
071 175812 MARCELA MIRANDA
072 177510 THAISI CRISTHINA COSTA
073 175496 JANAINA GOETH
074 168831 ICLEIA DE ALMEIDA ANDRADE
075 173341 MARIA HELENA VIDAL
076 171238 DJENIFFER PAULA MARTINS
077 171985 AMANDA CRISTINA DA SILVEIRA
078 172704 JESSICA EDUARDA DE SOUZA
079 178864 JENIFFER FERNANDES DE CAMPOS
080 172676 GISELE LUCIA ANDRADE
081 172027 JAQUELINE ZIN DA SILVA DE BITENCOURT
082 175748 SUELEN MIGNONI DE ANDRADE
083 176619 CARMEN SILVERIO DAMASIO
084 173462 FRANCIARA SANTOS DA SILVA
085 178898 JULIANA BENTA RIBEIRO
086 178366 GRAZIELA SOUZA BEZERRA
087 171846 SCHAUANA AMBROSIO ROSA
088 174996 KELLY JANAINA LUCAS

089 169360 DARLENE WOLFF DE CASTRO
090 169897 SIMONE SILVEIRA DE SOUZA
091 178673 THUANE BRITO DE MACEDO
092 178636 PAMELA CRISTINA DE OLIVEIRA
093 170748 ALESSANDRA STENGER BURIGO
094 178460 EDJANE TRAJANO DE OLIVEIRA
095 178453 SIMONE MACHADO MOREIRA
096 169084 KEROLINE LUIZA CARDOSO
097 175896 CLEIDE STAWNY
098 169729 JHENIFER TORRENTE FERREIRA GONCALVES
099 173416 ALICE ANDRADE DE SOUZA
100 173005 MARILUCIA FERREIRA DE OLIVEIRA
101 177876 MARIA GORETI PEREIRA
102 175786 ROSANGELA DA PAIXAO DA SILVA CUNHA
103 177435 VANIA TEREZINHA JOENCK FAGUNDES
104 176597 MARIA CRISTINA DA SILVA
105 169742 NAIR MARIA MANCE
106 178049 HEWELINNE DO NASCIMENTO OLIVEIRA E SILVA
107 173762 JOSILENE MOURA DA SILVA
108 174840 LOURENA APARECIDA RIBEIRO MACHADO
109 177013 MARIA MARGARETE HOFFMANN
110 173779 DENISE DE SOUZA
111 178173 ELIANDRA PEREIRA DE OLIVEIRA
112 169870 BARBARA BULIN
113 174776 ANA CAROLINE FARIAS DOS SANTOS
114 175720 ELINOETE OLIVEIRA SILVA DE JESUS
115 177612 SILEZIA FRANCISCO
116 173927 MARIA IZABEL CASAROTTO
117 176898 GEANE MARA CUNHA CARVALHA
118 177775 LUCIMAR ANDRADE PINHEIRO
119 172767 MARCELA STEFANI DO AMARAL
120 175083 AMANDA ALDANEI PEREIRA RAFAEL
121 169841 GUIOMAR DE SOUZA
122 178480 ROSANA CERQUEIRA DA SILVA
123 178476 RUTILEA FELICIANO DA SILVA
124 172927 JANETE DILMA DE OLIVEIRA MARTINS
125 177369 BERNARDETE DA SILVA ANDRADE
126 175718 MIRIAM MARIA TEIXEIRA
127 171257 SAMARA CAETANO

Cargo: PSICOLOGO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 178928 DANIEL DALL IGNA ECKER
002 173328 BRUNA BERRI
003 168783 LIGIA MARIA BETONI
004 169573 PATRICIA ALBANAES
005 170696 ISABEL CRISTINA BORGES
006 178852 FABIOLA SHIBATA
007 173874 ROBERVAL HUEB
008 169096 GABRIELA BETONI OLIVEIRA LUZ
009 172572 IZABELE DA SILVA FARIA
010 178075 ANDRESSA CAROLINE SILVA
011 177886 VANESSA CANDIDO DA ROSA
012 176620 FELIPE DA SILVA GONCALVES
013 168922 THAIS DUTRA ALVES FENNER
014 172886 THAYS SILVA RICARDO CORREIA
015 169036 ANA VITORIA MELO SEMINARIO

Cargo: NUTRICIONISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 177135 PATRICIA PAN DE MATOS
002 169161 CINTHIA MONTEIRO DA SILVA
003 177637 AMANDA LUISA KESSLER
004 173801 LAIS LIMA FERREIRA
005 175311 CINTHIA BEATRIZ CALDERON PINTO
006 178146 FRANIELE TEOFILO KINDERMANN
007 169154 LARISSA PEROTTO DE OLIVEIRA
008 171699 FRANIELI MARIA KNOLL
009 178724 JANAINA MARIANE CORREA SALVADOR

Cargo: PROFESSOR DE LIBRAS

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 171442 PAULO ANDRE MORAES DE ASSUNCAO

002 175674 CILENE COUTO BECKER

003 176227 ROSANI CASANOVA JUNCKES

004 170336 ALINE DE PAULA SANTOS DE SOUZA

005 170305 FELIPE FERNANDES

006 176194 RUI ALESSANDRO ZUZA PEREIRA

007 178227 DANIEL DE CARVALHO MOREIRA

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5384/2020

Publicação Nº 2297951

DECRETO Nº 5384 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO VALOR MONETÁRIO DA BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal no município de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art.1º. – Ficam atualizados monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), acumulado no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, no percentual de 3.9856%, a partir do dia 3 de janeiro de 2020, os valores definidos em Lei de composição das bases de cálculo dos tributos municipais.

Parágrafo Único - A Unidade de Referência do Município – UFRM, para o exercício de 2020 será no valor de R\$ 4.5451.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),
aos 02 de Janeiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5385/2020

Publicação Nº 2297954

DECRETO Nº 5385 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

FIXA OS VALORES DE HORA MÁQUINA PARA OS SERVIÇOS E AUXÍLIOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE SANTA CATARINA.

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais elencadas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º.- De acordo com a variação do IGP-M acumulado no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019 e em conformidade com o Decreto 5384/2020, ficam fixados os valores de hora máquina nos serviços e nos auxílios prestados pelo município de Bom Jesus do Oeste, nos termos da tabela abaixo:

Máquinas	Valor/Hora
Trator com equipamento	R\$ 77,07
Trator Ensiladeira 01 linha	R\$ 77,07
Trator Ensiladeira 02 linhas	R\$ 91,09
Retro-escavadeira	R\$ 112,10
Carregadeira	R\$ 126,10
Motoniveladora	R\$ 140,12
Caminhão Basculante	R\$ 98,33
Escavadeira Hidráulica	R\$ 182,16

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),
aos 02 de Janeiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5386/2020

Publicação Nº 2297955

DECRETO Nº. 5386 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferida na Lei Orgânica e o Código Tributário Municipal.

DECRETA

Art.1º. – Fica aprovado o calendário fiscal para o Exercício de 2020, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo único deste Decreto.

Art.2º. – O pagamento dos tributos deverá ser realizado na rede bancária credenciada junto ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC;

Art.3º. – Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos municipais pelo Calendário Fiscal, para o exercício de 2020, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, preconizadas na Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011, bem como a devida inscrição do débito em dívida ativa.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 02 de Janeiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 5386. DE 02, DE JANEIRO DE 2020.

TIPO DE TRIBUTO	VENCIMENTO
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	Quando do início das atividades, pör ocasião do requerimento do respectivo alvará e/ou sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividades, modificações das características do estabelecimento ou transferência de local no prazo de trinta dias. (Conforme artigo 254 da Lei nº 820/2011)
TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO.	Após a vistoria / com prazo máximo até o dia 29 de maio. (Art. 261, § 2º)
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	*Para o ISSQN Homologado ou por Estimativa, mensalmente até o décimo quinto (15) dia do mês subsequente à ocorrência do fato gerador. *Para o ISSQN Fixo até o ultimo dia do mês a que se refere o débito. Observação: Quando parcelado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente e até o dia 30 dezembro a 12ª parcela (art. 216, I); se pagamento trimestral último dia do mês que fechar o trimestre (art. 216, II) e a cota única do ISSQN 2020 terão vencimento de 28 de fevereiro de 2020 (art. 216, III). Conforme preceitua o art. 216 da Lei nº. 820/11
IPTU, Taxa de Serviços Urbanos e Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares.	Parcela Única: 29/05/2020 1a.Parcela – 29/05/2020 2a.Parcela – 30/06/2020 3a.Parcela – 31/07/2020 4º.Parcela – 31/08/2020
Taxa de Serviços Diversos	Vencimento no dia 15 do mês subsequente a prestação do serviço
Taxa de Fiscalização Sanitária	Vencimento em 29/05/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5387/2020

Publicação Nº 2297957

DECRETO Nº. 5387 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE DESCONTO NO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU 2020.

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art.1º. – Fica concedido desconto de 30% (trinta pontos percentuais) para os contribuintes que efetuarem o pagamento do Imposto Predial

e Territorial Urbano (IPTU) em cota única até o dia 29 de Maio de 2020, conforme o Art. 134, da Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

§ 1º. – O prazo para o pagamento se dará conforme Decreto nº 5386 de 02 de Janeiro de 2020.

§ 2º. – O desconto de que trata este artigo é concedido em caráter geral, beneficiando a todos os contribuintes.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),
aos 02 de Janeiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5389-2020

Publicação Nº 2298448

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto Municipal nº. 5389/2020 de 02 de janeiro de 2020.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 2560/2019, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação nº. 02560/2019, que tem por objeto Eventual e parcelada aquisição de gasolina aditivada, Diesel S-500 e Diesel S-10 para manutenção das atividades da municipalidade no exercício de 2020.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Gasolina aditivada	50.000,00	214.000,00
3	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Diesel S - 500	45.000,00	163.800,00
2	Cooperativa Regional Itaipu - Posto Bom Jesus do Oeste	Diesel S-10	150.000,00	561.000,00

Trezentos e setenta e sete mil e oitocentos reais	377.800,00
Quinhentos e sessenta e um mil reais	561.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 02/01/2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5383/19

Publicação Nº 2297618

DECRETO Nº 5383/19 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.125/18 de 28.11.2018 (LDO) e 1.126/18 de 28.11.2018 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no valor de R\$ 3.877,11 (Três mil, oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 288430052.010 – Encargos da Dívida.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (2117).

Valor R\$ 3.877,11 (Três mil, oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos).

Fonte de Recursos: 01.50 – Cessão Onerosa.

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 31 de dezembro de 2019.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298089

PORTARIA Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Catiani Storck	04.04.18 a 03.04.19	13.01.20 a 01.02.20	518-5
Gabriela Pagliarini	01.04.18 a 31.03.19	02.01.20 a 31.01.20	510-0
Iclair Bottim Garmatz	18.06.18 a 17.06.19	02.01.20 a 21.01.20	577-0
Janete Terezinha Diel Rossi	05.03.18 a 04.03.19	02.01.20 a 21.01.20	562-2
Jucelani Poletti	02.02.18 a 01.02.19	02.01.20 a 21.01.20	589-4
Marcia Elinice Dentee Schmidt	17.05.18 a 16.05.19	02.01.20 a 31.01.20	513-4
Marise Lucia Halbertadt	26.02.18 a 25.02.19	02.01.20 a 21.01.20	698-0
Roselene Rietta Bortoli	03.05.18 a 02.05.19	02.01.20 a 16.01.20	761-7
Vianeí Sérgio Rossi	08.01.18 a 07.01.19	06.01.20 a 15.01.20	784-6
Antonio Nascimento	13.08.18 a 12.08.19	02.01.20 a 31.01.20	157-0
Paulo Piccoli	12.03.18 a 11.03.19	02.01.20 a 31.01.20	628-9
Sonia de Souza Gonsalves	01.07.18 a 30.06.19	02.01.20 a 31.01.20	681-5

Marcio Jose Storck	02.01.18 a 01.01.19	02.01.20 a 21.01.20	745-5
Adriana Boni Maggi	04.04.18 a 03.04.19	02.01.20 a 31.01.20	517-7
Sandronei Ammes	18.02.18 a 17.02.19	02.01.20 a 31.01.20	70-1
Fabiana Katia Thedesco Jung	01.04.18 a 31.03.19	02.01.20 a 31.01.20	520-7
Diva Cristiane Baron Sandmann	18.02.19 a 17.02.20	02.01.20 a 21.01.20	815-0
Claudimir Senger	05.12.18 a 04.12.19	06.01.20 a 20.01.20	805-2
Nadir Machado de Souza Senger	17.02.18 a 16.02.19	06.01.20 a 25.01.20	356-5
Silvia Salete M. Scwertz	01.02.17 a 31.01.18	06.01.20 a 20.01.20	38-8
Silvia Salete M. Schwertz	01.02.18 a 31.01.19	21.01.20 a 25.01.20	38-8
Ediane F. Da Silva Bruisma	27.09.18 a 26.09.19	02.01.20 a 21.01.20	164-3
Iracema Neckel	06.03.18 a 05.03.19	02.01.20 a 31.01.20	626-2
Roseli Simone Jandt	03.09.18 a 02.09.19	02.01.20 a 31.01.20	160-0
Juliane Fagundes	01.02.19 a 31.01.20	02.01.20 a 21.01.20	748-0
Márcio A. R. Dos Santos	17.03.18 a 16.03.19	02.01.20 a 31.01.20	627-0
Volmir Estevão Cecon	15.02.18 a 14.02.19	02.01.20 a 31.01.20	302-6
Fabiane Regina B. Nascimento	01.03.18 a 28.02.19	02.01.20 a 21.01.20	726-9

Art. 2º. Os Servidores Srª Janete Terezinha Diel Rossi, inscrita na matrícula sob nº 562-2, Srª Iclair Bottim Garmatz, inscrita na matrícula sob nº 577-0, Srº Marcio José Storck, inscrito na matrícula sob nº 745-5, Srª Juliane Fagundes, inscrita na matrícula sob nº 748-0, irão gozar de férias pelo período de 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2020

Publicação Nº 2297950

EXTRATO DO CONTRATO 01/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Isalete Nagel Larsen - ME

CNPJ 19.179.150/0001-32

Estrada Geral Serril

Braço do Trombudo -SC

Objeto: a Contratação em caráter emergencial de empresa especializada, para dar continuidade a prestação de serviços de coleta, transporte, destinação, transbordo e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, na forma de coleta seletiva em caráter emergencial.

Vigência até 31/01/2020.

Valor: R\$ 25.392,40 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)

Data da assinatura: 02/01/2020

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 02/2020

Publicação Nº 2297982

EXTRATO DO CONTRATO 02/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Paulo C Martins

CNPJ: 19.690.706/0001-50

Sito a Rua Cecílio da Silva, 25

Centro

Imbuia - SC

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de ensino em esportes nas modalidades futsal, voleibol, basquete, futebol de campo e handebol para diversas faixas etárias no município de Braço do Trombudo, SC.

Valor: R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais), sendo R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) mensais.

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 02/01/2020.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2298007

PORTARIA Nº 001/2020

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, etc.

RESOLVE:

Art.1º Nomear GEAN CARLOS CAVILIA, para exercer o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, por ter sido aprovado em Concurso Público nº 02/2019, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 02.01.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de Janeiro de 2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 13 2019

Publicação Nº 2266839

Página: 1/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019
Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Mangueira corrugada 1 polegada	MTS	maesi		1,01	0,00 %	0,00(8293) 1,17(9814) <u>0,77</u> (9815)	0,00(9617)	1,17 (9608)	0,00 9815 9429 8457	
2	Mangueira corrugada 3/4	MTS	maesi		0,80	0,00 %	0,00(8293) 0,95(9814) <u>0,67</u> (8457) 0,69 (9815)	0,00(9617)	0,95 (9608)	0,00 8457 9815 9429	
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm	MTS	plastfan		0,72	0,00 %	0,00(8293) 0,80(9814) <u>0,62</u> (9815)	0,00(9617)	0,80 (9608)	0,00 9815 9429 8457	
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm	MTS	plastfan		1,02	0,00 %	0,00(8293) 1,20(9814) <u>0,79</u> (9429) 0,91 (9815)	0,00(9617)	1,05 (9608)	0,00 9429 9815 9608	
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm	MTS	plastfan		1,51	0,00 %	0,00(8293) 1,80(9814) <u>1,39</u> (8457) 1,38 (9815)	0,00(9617)	1,70 (9608)	0,00 9429 9815 8457	
6	Mangueira Transparente 1/2	MTS	ibira		1,70	0,00 %	0,00(8293) 1,99(9814) <u>1,68</u> (8457) 1,38 (9815)	0,00(9617)	1,95 (9608)	0,00 9815 9429 8457	
7	Mangueira multiuso trançada	MTS	ibira		3,04	0,00 %	0,00(8293) 3,30(9814) <u>3,36</u> (8457) <u>2,48</u> (9815)	0,00(9617)	3,30 (9608)	0,00 9815 9429 9608	
8	Torneira de jardim 1/2	UND	plastilit		2,09	0,00 %	0,00(8293) 2,30(9814) <u>2,40</u> (8457) <u>1,69</u> (9815)	0,00(9617)	2,30 (9608)	0,00 9815 9429 9608	
9	Torneira de jardim 3/4	UND	plastilit		2,10	0,00 %	0,00(8293) 2,30(9814) <u>2,40</u> (8457) <u>1,73</u> (9815)	0,00(9617)	2,30 (9608)	0,00 9815 9429 9608	
10	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2	UND	plastilit		3,43	0,00 %	0,00(8293) 4,00(9814) <u>3,36</u> (8457) <u>2,69</u> (9815)	0,00(9617)	4,00 (9608)	0,00 9815 9429 8457	

Página: 2/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço		
									1º	2º	3º
11	Torneira plástica para lavatório 1/2	UND	valeplast		7,20	0,00 %	0,00 (8293) 7,20 (9814)	6,33 (9429) 7,20 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9815	9608
12	Torneira bóia 3/4	UND	alumasa		5,63	0,00 %	0,00 (8293) 6,00 (9814)	4,70 (8457) 5,38 (9815)	0,00 (9617)	0,00 8457 9815	9608
13	Engate flexível 40cm	UND	alumasa		2,13	0,00 %	0,00 (8293) 2,50 (9814)	1,86 (9429) 1,89 (9815)	0,00 (9617)	0,00 9815 9429	8457
14	Válvula para lavatório plástica	UND	plastilit		2,22	0,00 %	0,00 (8293) 2,70 (9814)	1,63 (8457) 1,92 (9815)	0,00 (9617)	0,00 8457 9815	9429
15	Fita veda rosca 18x10	UND	tecnolaje		2,00	0,00 %	0,00 (8293) 2,40 (9814)	1,92 (8457) 1,38 (9815)	0,00 (9617)	0,00 9815 9429	8457
16	Tijolos 6 furos 9X14X24	UND	trevo		0,47	0,00 %	0,44 (8293) 0,52 (9814)	0,46 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293	8457
17	Telhas germânicas	UND	princesa		1,68	0,00 %	1,74 (8293) 1,60 (9814)	2,09 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608	9814
18	Goivas	UND	princesa		1,39	0,00 %	1,19 (8293) 1,50 (9814)	1,47 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429	8457
19	Tijolo madiço	UND	trevo		0,70	0,00 %	0,79 (8293) 0,70 (9814)	0,71 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608	9814
20	Madeira de pinus para caixa	M3	mugue		496,50	0,00 %	388,10 (8293) 550,00 (9814)	544,21 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429	9608

Página: 3/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
21	Lona Preta.	MT	deplast		1,44	0,00 %	0,63 (8293) 2,00 (9814)	0,85 (8457) 0,00 (9815)	1,69 (9429)	2,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 8457 9429
22	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m	M3	mugue		880,83	0,00 %	752,44 (8293) 950,00 (9814)	995,50 (8457) 0,00 (9815)	761,21 (9429)	945,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 9608
23	Calibro 6X12x3000 mm	PCS	mugue		15,50	0,00 %	14,26 (8293) 18,00 (9814)	12,23 (8457) 0,00 (9815)	15,22 (9429)	17,80 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 8293 9429
24	Sarrato de telha 3x6x3000 mm	PCS	mugue		4,65	0,00 %	3,88 (8293) 5,20 (9814)	4,55 (8457) 0,00 (9815)	4,40 (9429)	5,20 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 8457
25	SUBSTITUTO DE CAL	LT	LIQUICAL		6,24	0,00 %	5,72 (8293) 7,50 (9814)	5,01 (8457) 0,00 (9815)	5,65 (9429)	7,30 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 9429 8293
26	Cal de pintura - saco 5 kg	SC	ITA BRANCA		7,88	0,00 %	7,55 (8293) 8,50 (9814)	9,19 (8457) 0,00 (9815)	5,97 (9429)	8,20 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 9608
27	Massa epoxi 100gr	UND	DURAPOX		6,52	0,00 %	5,72 (8293) 7,50 (9814)	6,40 (8457) 0,00 (9815)	5,97 (9429)	7,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 8457
28	Espuma expansiva 400gr	UND	CONEX		17,72	0,00 %	14,50 (8293) 20,00 (9814)	19,21 (8457) 0,00 (9815)	15,37 (9429)	19,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 8457
29	Impermeabilizante para reboco 1 litro	UND	QUEVEKS		12,97	0,00 %	12,13 (8293) 14,00 (9814)	13,46 (8457) 0,00 (9815)	10,75 (9429)	14,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457
30	Impermeabilizante para concreto 1 litro	UND	QUEVEKS		12,87	0,00 %	12,13 (8293) 14,00 (9814)	13,46 (8457) 0,00 (9815)	10,75 (9429)	14,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457

Página: 4/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
31	Registro pvc soltável 20	UND	plastit		4,37	0,00 %	5,08 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
32	Registro pvc soltável 25	UND	plastit		5,00	0,00 %	5,92 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8457	9815 8293
33	Registro pvc soltável 50	UND	plastit		11,80	0,00 %	13,54 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
34	Cap soltável 20mm	UND	plastit		0,34	0,00 %	0,34 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8293 8457
35	Cap soltável 25mm	UND	plastit		0,45	0,00 %	0,51 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
36	Luva soltável 20mm	UND	plastit		0,30	0,00 %	0,34 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8457	9815 8293
37	Luva soltável 25mm	UND	plastit		0,34	0,00 %	0,38 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
38	Luva soltável 40mm.	UND	plastit		1,45	0,00 %	1,52 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8293 8457
39	Luva soltável 50mm	UND	plastit		1,83	0,00 %	2,03 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
40	Curva soldável 50mm	UND	plastit		5,71	0,00 %	6,09 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8293 8457

Página: 5/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
41	Curva soldável 25mm	UND	plastit		1,28	0,00 %	1,35 (8293) 0,00 (9814)	1,40 (8457) <u>1,10</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8293 8457
42	Joelho RI 20x1/2	UND	plastit		1,13	0,00 %	1,27 (8293) 0,00 (9814)	1,35 (8457) <u>0,76</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8293 8457
43	Joelho RL 25x1/2	UND	plastit		1,22	0,00 %	1,35 (8293) 0,00 (9814)	1,40 (8457) <u>0,91</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8293 8457
44	Joelho soldável 20mm	UND	plastit		0,26	0,00 %	0,30 (8293) 0,00 (9814)	0,26 (8457) <u>0,23</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
45	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	PC	plastit		0,31	0,00 %	0,38 (8293) 0,00 (9814)	<u>0,26</u> (8457) 0,30 (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457	9815 8293
46	Joelho soldável 40mm	UND	plastit		1,89	0,00 %	2,03 (8293) 0,00 (9814)	2,04 (8457) <u>1,59</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8293 8457
47	Joelho soldável 50mm	UND	plastit		2,24	0,00 %	2,96 (8293) 0,00 (9814)	2,04 (8457) <u>1,71</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
48	Joelho Soldável 85 mm	UND	krona		32,24	0,00 %	38,07 (8293) 0,00 (9814)	29,93 (8457) <u>28,71</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
49	Joelho soldável 85mm 45 graus	UND	krona		50,60	0,00 %	58,38 (8293) 0,00 (9814)	48,11 (8457) <u>45,33</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
50	Tee soldável 20mm	UND	plastit		0,38	0,00 %	0,42 (8293) 0,00 (9814)	0,38 (8457) <u>0,34</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293

Página: 6/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
51	Tubo soldável 25mm	UND	plastit		0,45	0,00 %	0,51 (8293) 0,00 (9814)	0,43 (8457) <u>0,42</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
52	Tubo soldável 20mm	UND	plastit		8,97	0,00 %	9,31 (8293) 0,00 (9814)	9,71 (8457) <u>7,89</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8293 8457
53	Tubo soldável 50mm	UND	plastit		40,55	0,00 %	43,99 (8293) 0,00 (9814)	42,15 (8457) <u>35,51</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
54	FLANGE PVC 65MM	UND	krona		72,31	0,00 %	<u>69,37</u> (8293) 0,00 (9814)	76,54 (8457) 71,01 (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293	9815 8457
55	FLANGE 50MM	UND	plastit		10,19	0,00 %	11,00 (8293) 0,00 (9814)	10,47 (8457) <u>9,10</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
56	Flange pvc 60mm	UND	plastit		18,27	0,00 %	21,15 (8293) 0,00 (9814)	<u>15,33</u> (8457) 18,33 (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457	9815 8293
57	FLANGE 32MM	UND	plastit		9,51	0,00 %	10,15 (8293) 0,00 (9814)	9,96 (8457) <u>8,42</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
58	FLANGE 25 MM	UND	plastit		5,38	0,00 %	6,09 (8293) 0,00 (9814)	5,11 (8457) <u>4,93</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293
59	Flange Solti 60 mm.	UND	plastit		18,62	0,00 %	21,15 (8293) 0,00 (9814)	<u>15,33</u> (8457) 19,39 (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457	9815 8293
60	Flange Solti 85 mm.	UND	krona		64,07	0,00 %	69,37 (8293) 0,00 (9814)	68,29 (8457) <u>54,55</u> (9815)	0,00 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9815	8457 8293

Página: 7/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
61	Registro Esfera Sold 60 mm	UND	plastilit		22,93	0,00 %	25,38 (8293) 0,00 (9814)	22,82 (8457) <u>20,58</u> (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
62	Registro Esfera Sold 85 mm.	UND	krona		117,14	0,00 %	<u>104,06</u> (8293) 0,00 (9814)	136,02 (8457) 111,35 (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9815 8457
63	Curva Sold 90° 85 mm.	UND	krona		53,24	0,00 %	71,07 (8293) 0,00 (9814)	<u>31,38</u> (8457) 57,29 (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8457	9815 8293
64	Curva soldável 45° 85mm	UND	krona		46,71	0,00 %	49,07 (8293) 0,00 (9814)	48,11 (8457) <u>42,95</u> (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8457 8293
65	Curva Sold 50 mm.	UND	plastilit		5,34	0,00 %	5,67 (8293) 0,00 (9814)	5,76 (8457) <u>4,60</u> (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9815	8293 8457
66	Tubo PBA 85mm	UND	Pvc Brazil		89,38	0,00 %	<u>81,22</u> (8293) 0,00 (9814)	94,42 (8457) 92,51 (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9815 8457
67	Tubo PBA 110mm	UND	Pvc Brazil		150,04	0,00 %	<u>139,59</u> (8293) 0,00 (9814)	160,92 (8457) 149,60 (9815)	0,00 (9429) 0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9815 8457
68	Fita crepe 50x50	UND	ADERE		6,92	0,00 %	7,04 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	<u>6,00</u> (9429) 0,00 (9608)	7,73 (9617)	0,00	9429	8293 9617
69	Rob de lâ 5cm c/ cabo	UND	TIGRE		3,12	0,00 %	3,26 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	<u>2,92</u> (9429) 0,00 (9608)	3,19 (9617)	0,00	9429	9617 8293
70	Rob de lâ 9cm c/ cabo	UND	TIGRE		4,34	0,00 %	4,84 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	<u>3,95</u> (9429) 0,00 (9608)	4,24 (9617)	0,00	9429	9617 8293

Página: 8/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
71	Rob de lã 15cm c/ cabo	UND	TIGRE		9,49	0,00 %	8,71 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,89 (9617)	0,00	8293	9429 9617
72	Rob de lã natural 23cm s/ cabo	UND	TIGRE		15,03	0,00 %	14,08 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	15,05 (9617)	0,00	8293	9617 9429
73	Rob de espuma 23cm s/ cabo	UND	TIGRE		7,61	0,00 %	7,92 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	8,29 (9429)	0,00	9617	8293 9429
74	Cabo para rolo 23cm	UND	TIGRE		6,50	0,00 %	7,04 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	6,32 (9429)	0,00	9617	9429 8293
75	Trincha cerdas médias 1 polegada	UND	TIGRE		2,29	0,00 %	2,90 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	2,29 (9429)	0,00	9617	9429 8293
76	Trincha cerdas médias 2 polegadas	UND	TIGRE		4,14	0,00 %	4,84 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	4,34 (9429)	0,00	9617	9429 8293
77	Trincha cerdas médias 3 polegadas	UND	TIGRE		7,01	0,00 %	7,92 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	7,58 (9429)	0,00	9617	9429 8293
78	Trincha cerdas médias 4 polegadas	UND	TRIGRE		9,63	0,00 %	11,00 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,95 (9429)	0,00	9617	9429 8293
79	Silicone 280gr	UND	SILOC		11,82	0,00 %	12,32 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	10,82 (9429)	0,00	9429	9617 8293
80	Solvente (1 litro)	UND	KILLING		8,55	0,00 %	8,80 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	7,82 (9429)	0,00	9429	8293 9617

Página: 9/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
81	Tinta 1 litro	UND	KILING		9,69	0,00 %	8,80 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,08 (9429)	0,00 (9608)	11,17 (9617)	0,00 8293 9429 9617
82	Tinta esmalte 3,6 cores	UND	KILING		62,46	0,00 %	56,31 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	59,25 (9429)	0,00 (9608)	71,81 (9617)	0,00 8293 9429 9617
83	Tinta esmalte 1 Kg cores	UND	KILING		19,42	0,00 %	17,60 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	17,77 (9429)	0,00 (9608)	22,89 (9617)	0,00 8293 9429 9617
84	Fundo a óleo 3,6	UND	KILING		50,33	0,00 %	51,91 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	47,40 (9429)	0,00 (9608)	51,68 (9617)	0,00 9429 9617 8293
85	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho	UND	KILING		62,76	0,00 %	63,34 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	61,62 (9429)	0,00 (9608)	63,31 (9617)	0,00 9429 9617 8293
86	Registro de pressão soldável 25 mm	UND	PLASTILIT		6,90	0,00 %	6,16 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	6,32 (9429)	0,00 (9608)	8,21 (9617)	0,00 8293 9429 9617
87	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium	UND	KILING		274,39	0,00 %	255,13 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	276,50 (9429)	0,00 (9608)	291,54 (9617)	0,00 8293 9429 9617
88	Selador acrílico - 18 lt	UND	KILING		62,02	0,00 %	60,70 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	55,30 (9429)	0,00 (9608)	70,07 (9617)	0,00 9429 8293 9617
89	Selador acrílico - 3,6 lt	UND	KILING		20,94	0,00 %	19,35 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	20,62 (9429)	0,00 (9608)	22,84 (9617)	0,00 8293 9429 9617
90	Verniz filtro solar 3,6	UND	KILING		72,38	0,00 %	69,50 (8293) 0,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	73,47 (9429)	0,00 (9608)	74,16 (9617)	0,00 8293 9429 9617

Página: 10/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
91	Osmocolor transparente 3,6	UND	MONTANA		74,24	0,00 %	83,58(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	53,31(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
92	Osmocolor cores	UND	MONTANA		87,04	0,00 %	83,58(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	80,36(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
93	Tinta spray Cores 250 gr	UND	MUNDIAL		10,75	0,00 %	11,67(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	11,34(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
94	Tinta spray metálico cores	UND	MUNDIAL		17,18	0,00 %	20,75(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	14,98(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
95	Tinta para piso 18 litros	UND	KILING		199,49	0,00 %	218,18(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	198,59(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
96	Resina acrílica 18 litros	UND	KILING		202,89	0,00 %	183,87(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	205,18(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
97	MASSA ACRILICA	GL	KILING		32,11	0,00 %	33,43(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	27,36(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
98	Corante para tinta cores	UND	XADREX		3,05	0,00 %	3,08(8293) 0,00(9814)	0,00(8457) 0,00(9815)	3,30(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 9429 8293
99	Serra marmore 220 voltz 1450 watz	UND	VONDER		284,37	0,00 %	326,58(8293) 0,00(9814)	267,58(8457) 0,00(9815)	0,00(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 8457 8293
100	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz	UND	BOSCH		383,37	0,00 %	457,22(8293) 0,00(9814)	378,44(8457) 0,00(9815)	0,00(9617) 0,00(9608) 0,00(9617) 8457 8293

Página: 11/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
101	Serra Circular 220 voltz 2000waiz 9 polegadas	UND	VONDER		718,32	0,00 %	699,82 (8293) 0,00 (9814)	774,46 (8457) 0,00 (9815)	550,68 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457
102	Rocadeira Costal 50 Cilindradas	UND	KAWASHIMA		1.083,97	0,00 %	1.073,06 (8293) 0,00 (9814)	1.069,04 (8457) 0,00 (9815)	1.109,81 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 8293 9429
103	FORRO DE PVC	MTS	REAL PVC		11,98	0,00 %	14,28 (8293) 0,00 (9814)	12,04 (8457) 0,00 (9815)	9,62 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8457 8293
104	Cantoneira	MTS	REAL PVC		4,39	0,00 %	4,01 (8293) 0,00 (9814)	2,87 (8457) 0,00 (9815)	6,29 (9429)	0,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 8293 9429
105	AREIA FINA	M3	ANA		86,65	0,00 %	0,00 (8293) 92,00 (9814)	80,02 (8457) 0,00 (9815)	83,57 (9429)	91,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 9429 9608
106	AREIA MEDIA	M3	ANA		79,26	0,00 %	0,00 (8293) 84,00 (9814)	70,32 (8457) 0,00 (9815)	80,73 (9429)	82,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 9429 9608
107	Brita n 0	M3	LZK		73,54	0,00 %	0,00 (8293) 76,00 (9814)	73,88 (8457) 0,00 (9815)	70,28 (9429)	74,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8457 9608
108	Brita n 1	M3	LZK		73,29	0,00 %	0,00 (8293) 75,00 (9814)	73,88 (8457) 0,00 (9815)	70,28 (9429)	74,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8457 9608
109	Pó brita	M3	LZK		74,64	0,00 %	0,00 (8293) 75,00 (9814)	79,22 (8457) 0,00 (9815)	69,33 (9429)	75,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814
110	Pedrisco	M3	LZK		74,64	0,00 %	0,00 (8293) 75,00 (9814)	79,22 (8457) 0,00 (9815)	69,33 (9429)	75,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9814 9608

Página: 12/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
111	Cimento 50 Kg cp2	SC	LIZ		23,75	0,00 %	0,00(8293) 24,50(9814)	23,74 (9429) 24,50 (9608) 0,00(9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
112	Argamassa ac1 20Kg	SC	CERTA		6,54	0,00 %	0,00(8293) 6,80(9814)	6,41 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	9429	8457 9814
113	Argamassa ac2 20Kg	SC	CERTA		13,98	0,00 %	0,00(8293) 14,40(9814)	13,68 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
114	Argamassa ac3 20Kg	SC	CERTA		21,97	0,00 %	0,00(8293) 23,80(9814)	20,20 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
115	Rejunte cores diversas 1kg	UND	CERTA		2,32	0,00 %	0,00(8293) 2,50(9814)	2,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
116	Telhas de fibrocimento 122X4mm	UND	IMBRALIT		5,94	0,00 %	0,00(8293) 6,50(9814)	5,37 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
117	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm	UND	IMBRALIT		7,09	0,00 %	0,00(8293) 7,50(9814)	6,78 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	8457	9429 9608
118	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm	UND	IMBRALIT		8,27	0,00 %	0,00(8293) 8,50(9814)	8,14 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	9429	8457 9608
119	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm	UND	IMBRALIT		11,04	0,00 %	0,00(8293) 11,50(9814)	10,74 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	9429	8457 9608
120	ARAME RECOZIDO Nº18	KG	gerdau		9,89	0,00 %	9,95(8293) 10,50(9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00(9617)	0,00	9429	8293 9608

Página: 13/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
121	Barra de ferro 4,2mm	UND	gerdau		7,22	0,00 %	7,49 (8293) 7,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608 8293
122	Barra de ferro 1/4	UND	gerdau		15,68	0,00 %	15,16 (8293) 17,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 9608
123	Barra de ferro 5/16	UND	gerdau		23,82	0,00 %	25,11 (8293) 24,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608 9814
124	Barra de ferro 3/8	UND	gerdau		35,46	0,00 %	37,72 (8293) 36,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9814 9608
125	Barra de ferro 1/2	UND	gerdau		53,70	0,00 %	58,76 (8293) 55,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608 9814
126	Trelça 6x6	PC	gerdau		25,28	0,00 %	20,28 (8293) 27,90 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 9608
127	Trelça 6x8	PC	gerdau		29,18	0,00 %	31,37 (8293) 29,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608 9814
128	Trelça 6x12	PC	gerdau		38,38	0,00 %	41,79 (8293) 38,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608 9814
129	Malha pop 3.4	PC	gerdau		30,42	0,00 %	33,07 (8293) 30,40 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	9814 9608
130	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2	PC	gerdau		139,80	0,00 %	112,77 (8293) 155,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 9608

Página: 14/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
131	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm	PC	gerdau		245,73	0,00 %	178,833 (8293) 280,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	279,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 9608	
132	Broca de aço rápido 4mm	UND	MTX		2,95	0,00 %	0,00 (8293) 3,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	2,85 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9608 9429 9814	
133	Broca de aço rápido 6mm	UND	MTX		4,98	0,00 %	0,00 (8293) 5,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	4,95 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9608 9429 9814	
134	Broca de aço rápido 8mm	UND	MTX		8,48	0,00 %	0,00 (8293) 8,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	8,45 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9608 9429 9814	
135	Broca aço rápido 10mm	UND	MTX		15,95	0,00 %	0,00 (8293) 17,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	16,85 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	
136	Broca Verlea 5mm	UND	MTX		5,00	0,00 %	0,00 (8293) 5,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	5,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	
137	Broca de vídea 8mm	UND	MTX		6,33	0,00 %	0,00 (8293) 6,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	6,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	
138	Broca de vídea 10mm	UND	MTX		8,00	0,00 %	0,00 (8293) 8,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	8,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	
139	Cadeado 30mm	UND	STAN		14,67	0,00 %	0,00 (8293) 15,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	15,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	
140	Cadeado 40mm	UND	STAN		21,00	0,00 %	0,00 (8293) 22,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	21,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9608 9814	

Página: 15/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
											1°	2°	3°	
141	Cadeado 50mm	UND	STAN		26,27	0,00 %	0,00 (8293) 27,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	25,00 (9429) 26,80 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
142	Abraçadeira de pressão 1/2	PC	INCA		1,03	0,00 %	0,00 (8293) 1,10 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	1,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
143	Abraçadeira de pressão 1	UND	INCA		1,30	0,00 %	0,00 (8293) 1,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	1,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
144	Abraçadeira com chaveira 1 polegada	UND	INCA		1,00	0,00 %	0,00 (8293) 1,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	1,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
145	Cilindro para fechadura	UND	SOPRANO		18,23	0,00 %	0,00 (8293) 19,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	17,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
146	Fechadura Metálica externa	UND	SOPRANO		34,00	0,00 %	0,00 (8293) 35,00 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	32,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
147	Dobradilha zincada 3 polegadas	UND	MERKEL		1,70	0,00 %	0,00 (8293) 1,80 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	1,50 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
148	Dobradilha zincada 2 polegadas	UND	MERKEL		1,20	0,00 %	0,00 (8293) 1,30 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	1,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
149	Prego 10x10 - pct 1kg	KG	GERDAU		16,17	0,00 %	0,00 (8293) 16,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	16,00 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814
150	Prego 12x12 - pct 1kg	KG	GERDAU		12,63	0,00 %	0,00 (8293) 12,80 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	12,30 (9429)	0,00 (9617)	0,00	9429	9608	9814

Página: 16/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
REGISTRO Nº 13/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
PROCESSO Nº 18/2019
Data de Abertura: 28/03/2019
Data de Julgamento: 28/03/2019
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
151	Prego 17x27 - pct 1kg	KG	GERDAU		9,10	0,00 %	0,00 (8293) 8,90 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,50 (9429)	8,90 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9814 9608 9429
152	Prego 18x30	KG	GERDAU		9,10	0,00 %	0,00 (8293) 8,90 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,50 (9429)	8,90 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9814 9608 9429
153	Prego 22x48	KG	GERDAU		9,10	0,00 %	0,00 (8293) 8,90 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	9,50 (9429)	8,90 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9608 9814 9429
154	Prego 25x72	KG	GERDAU		12,43	0,00 %	0,00 (8293) 12,50 (9814)	0,00 (8457) 0,00 (9815)	12,30 (9429)	12,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 9814 9608
155	Tubo de concreto 15 cm	UND	wg art.de dime		18,26	0,00 %	16,86 (8293) 20,00 (9814)	18,61 (8457) 0,00 (9815)	15,83 (9429)	20,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457
156	Tubo de concreto 20cm	UND	wg art.de dime		20,32	0,00 %	19,38 (8293) 23,00 (9814)	20,01 (8457) 0,00 (9815)	18,20 (9429)	21,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457
157	Tubo de concreto 30 cm	UND	wg art.de dime		23,66	0,00 %	22,26 (8293) 27,00 (9814)	23,43 (8457) 0,00 (9815)	20,58 (9429)	25,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457
158	Bloco de concreto	UND	wg art.de dime		1,58	0,00 %	1,33 (8293) 1,90 (9814)	1,37 (8457) 0,00 (9815)	1,42 (9429)	1,85 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 8457 9429
159	Bloco calha de concreto	UND	wg art.de dime		1,96	0,00 %	1,41 (8293) 2,50 (9814)	1,71 (8457) 0,00 (9815)	1,74 (9429)	2,45 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 8457 9429
160	Joelho de esgoto 40mm	PC	plastilit		0,52	0,00 %	0,52 (8293) 0,60 (9814)	0,41 (8457) 0,00 (9815)	0,47 (9429)	0,60 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 9429 8293

Página: 17/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
161	Joelho de esgoto 50mm	PC	plastit		1,08	0,00 %	1,11 (8293) 1,20 (9814)	0,95 (9429) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	8457	8293
162	Joelho esgoto 75mm	PC	plastit		2,19	0,00 %	2,15 (8293) 2,30 (9814)	2,41 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 9608
163	Joelho esgoto 100mm	PC	plastit		2,29	0,00 %	2,22 (8293) 2,40 (9814)	2,52 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 9814
164	Tee esgoto 40mm	PC	plastit		1,60	0,00 %	1,48 (8293) 1,95 (9814)	1,06 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	8457	8293 9429
165	Tee esgoto 50mm	PC	plastit		2,40	0,00 %	2,22 (8293) 2,60 (9814)	2,51 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
166	Tee esgoto 75mm	PC	plastit		5,75	0,00 %	5,55 (8293) 6,20 (9814)	5,88 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
167	Tee esgoto 100mm	PC	plastit		5,77	0,00 %	5,92 (8293) 6,20 (9814)	5,63 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8457 8293
168	Caixa sifonada 100x100x50	UND	plastit		5,45	0,00 %	5,18 (8293) 6,00 (9814)	5,31 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
169	Caixa de gordura com cesto	UND	metasul		67,76	0,00 %	48,08 (8293) 80,00 (9814)	67,42 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 8457
170	Dobraçã zincada 3	UND	soprano		1,82	0,00 %	1,85 (8293) 2,00 (9814)	1,67 (8457) 0,00 (9815)	0,00 (9617)	0,00	9429	8457 8293

Página: 18/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
REGISTRO Nº 13/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
PROCESSO Nº 18/2019
Data de Abertura: 28/03/2019
Data de Julgamento: 28/03/2019
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
171	Cap de esgoto 100mm	UND	plastit		3,00	0,00 %	2,59 (8293) 3,40 (9814)	2,69 (9429)	3,40 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 8457
172	Cap de esgoto 75mm	UND	plastit		2,77	0,00 %	2,59 (8293) 3,00 (9814)	2,37 (9429)	3,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
173	Cap de esgoto 50mm	UND	plastit		1,89	0,00 %	1,85 (8293) 2,00 (9814)	1,58 (9429)	2,00 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 9608
174	Cap esgoto 40mm	UND	plastit		1,31	0,00 %	1,18 (8293) 1,50 (9814)	1,19 (9429)	1,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	8457 9429
175	Curva de esgoto 10mm	UND	plastit		6,93	0,00 %	0,53 (8293) 9,10 (9814)	7,20 (9429)	9,10 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 8457
176	Curva de esgoto 75mm	UND	plastit		8,24	0,00 %	6,66 (8293) 9,10 (9814)	7,20 (9429)	9,10 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 9608
177	Luva de esgoto 100mm	UND	plastit		2,50	0,00 %	2,22 (8293) 2,80 (9814)	2,22 (9429)	2,80 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
178	Luva de esgoto 75mm	UND	plastit		2,52	0,00 %	2,22 (8293) 2,80 (9814)	2,22 (9429)	2,80 (9608)	0,00 (9617)	0,00	9429	8293 8457
179	Luva de esgoto 50mm	UND	plastit		1,43	0,00 %	1,26 (8293) 1,60 (9814)	1,27 (9429)	1,60 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8293	9429 8457
180	Luva de esgoto 40mm	UND	plastit		0,59	0,00 %	0,52 (8293) 0,70 (9814)	0,55 (9429)	0,70 (9608)	0,00 (9617)	0,00	8457	8293 9429

Página: 19/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
181	Redução esgoto 50x40	UND	plastit		0,95	0,00 %	0,89 (8293) 1,10 (9814)	0,95 (9429)	1,10 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8457 8293 9429	
182	Tubo esgoto 150mm	UND	plastit		104,01	0,00 %	88,76 (8293) 120,00 (9814)	89,83 (9429)	118,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 8293 9429 8457	
183	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm	UND	plastit		33,39	0,00 %	31,07 (8293) 36,20 (9814)	28,65 (9429)	36,20 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457	
184	Tubo esgoto 75mm	UND	plastit		33,51	0,00 %	30,33 (8293) 36,70 (9814)	29,05 (9429)	36,70 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457	
185	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm	UND	plastit		26,33	0,00 %	24,78 (8293) 28,90 (9814)	22,87 (9429)	28,90 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457	
186	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm	UND	plastit		16,40	0,00 %	15,75 (8293) 18,20 (9814)	14,64 (9429)	18,20 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8457 8293	
187	Sifão para esgoto 75cm	UND	plastit		4,06	0,00 %	3,85 (8293) 4,50 (9814)	3,56 (9429)	4,50 (9608)	0,00 (9617)	0,00 9429 8293 8457	
188	CAIXA DE DESCARGA	UND	CIPLA		21,38	0,00 %	21,32 (8293) 22,70 (9814)	21,63 (9429)	21,80 (9608)	21,13 (9617)	0,00 8457 9617 8293	
189	Assento sanitário simples	UND	DURIN		26,94	0,00 %	25,59 (8293) 32,00 (9814)	28,84 (9429)	31,00 (9608)	13,86 (9617)	0,00 9617 8293 9429	
190	Assento sanitário almofadado	UND	DURIN		35,36	0,00 %	35,82 (8293) 36,40 (9814)	32,80 (9429)	35,90 (9608)	36,02 (9617)	0,00 9429 8457 8293	

Página: 20/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
191	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa	UND	PLASVALE		34,87	0,00 %	23,88 (8293) 38,00 (9814)	37,14 (8457) 0,00 (9815)	34,24 (9429)	38,00 (9608)	37,95 (9617)	0,00 8293 9429 8457
192	Balde plástico para concreto 10 litros	UND	VONDER		6,13	0,00 %	4,69 (8293) 6,50 (9814)	6,55 (8457) 0,00 (9815)	5,86 (9429)	6,50 (9608)	6,70 (9617)	0,00 8293 9429 9608
193	Carrinho de mão cagamba de pvc	UND	PARABONI		112,86	0,00 %	109,17 (8293) 117,00 (9814)	113,49 (8457) 0,00 (9815)	105,44 (9429)	116,00 (9608)	116,08 (9617)	0,00 9429 8293 8457
194	Cacamba de pvc para carrinho de mão	UND	PARABONI		38,93	0,00 %	39,23 (8293) 39,00 (9814)	36,93 (8457) 0,00 (9815)	40,55 (9429)	39,00 (9608)	38,86 (9617)	0,00 8457 9617 9608
195	Alicate universal	UND	ROBUST		23,19	0,00 %	25,59 (8293) 26,00 (9814)	20,93 (8457) 0,00 (9815)	20,73 (9429)	26,00 (9608)	19,93 (9617)	0,00 9617 9429 8457
196	Alicate de bico	UND	ROBUST		21,14	0,00 %	21,32 (8293) 24,60 (9814)	17,15 (8457) 0,00 (9815)	22,17 (9429)	24,60 (9608)	17,02 (9617)	0,00 9617 8457 8293
197	Alicate de corte	UND	ROBUST		20,26	0,00 %	21,32 (8293) 22,10 (9814)	16,33 (8457) 0,00 (9815)	19,92 (9429)	22,10 (9608)	19,76 (9617)	0,00 8457 9617 9429
198	Alicate arrebitador	UND	NOVE54		25,69	0,00 %	29,00 (8293) 28,00 (9814)	15,59 (8457) 0,00 (9815)	25,23 (9429)	28,00 (9608)	28,29 (9617)	0,00 8457 9429 9608
199	Chave de fenda	UND	GEDORE		7,07	0,00 %	5,12 (8293) 8,20 (9814)	8,13 (8457) 0,00 (9815)	7,39 (9429)	8,20 (9608)	5,37 (9617)	0,00 8293 9617 9429
200	Broxa nº 1	UND	ATLAS		4,68	0,00 %	5,12 (8293) 5,20 (9814)	5,12 (8457) 0,00 (9815)	4,69 (9429)	5,20 (9608)	2,74 (9617)	0,00 9617 9429 8293

Página: 21/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
201	Broxa nº2	UND	ATLAS		4,91	0,00 %	5,54 (8293) 5,20 (9814)	5,40 (8457) 0,00 (9815)	4,69 (9429)	5,20 (9608)	3,41 (9617)	0,00 9617	9429 9608
202	Aplicador de silicone	UND	DEPECIL		14,49	0,00 %	13,65 (8293) 16,20 (9814)	12,31 (8457) 0,00 (9815)	14,60 (9429)	16,20 (9608)	13,99 (9617)	0,00 8457	8293 9617
203	Serrinha de cortar ferro	UND	NICHOLSON		3,90	0,00 %	4,26 (8293) 4,20 (9814)	3,69 (8457) 0,00 (9815)	3,83 (9429)	4,20 (9608)	3,19 (9617)	0,00 9617	8457 9429
204	Cabo de enxada	UND	MUGGUE		6,42	0,00 %	5,97 (8293) 6,90 (9814)	5,33 (8457) 0,00 (9815)	6,76 (9429)	6,90 (9608)	6,67 (9617)	0,00 8457	8293 9617
205	Cabo para pá de ajuntar	UND	MUGGUE		6,43	0,00 %	5,97 (8293) 6,90 (9814)	5,33 (8457) 0,00 (9815)	6,76 (9429)	6,90 (9608)	6,69 (9617)	0,00 8457	8293 9617
206	Colher de pedreiro nº9	UND	VONDER		12,31	0,00 %	10,23 (8293) 13,30 (9814)	11,90 (8457) 0,00 (9815)	11,99 (9429)	13,30 (9608)	13,15 (9617)	0,00 8293	8457 9429
207	Desemperadeira plástica c/ espuma	UND	CDK		8,37	0,00 %	6,62 (8293) 9,30 (9814)	7,30 (8457) 0,00 (9815)	8,38 (9429)	9,30 (9608)	9,11 (9617)	0,00 8293	8457 9429
208	Disco diamantado para corte seco	UND	YANKEE		17,09	0,00 %	16,20 (8293) 21,20 (9814)	11,41 (8457) 0,00 (9815)	19,10 (9429)	21,20 (9608)	13,41 (9617)	0,00 8457	9617 8293
209	Enxada 19 cm com cabo	UND	METISA		21,70	0,00 %	18,76 (8293) 23,80 (9814)	18,79 (8457) 0,00 (9815)	21,45 (9429)	23,80 (9608)	23,61 (9617)	0,00 8293	8457 9429
210	Enxada com cabo	UND	PANDOLFO		36,35	0,00 %	33,26 (8293) 42,20 (9814)	20,52 (8457) 0,00 (9815)	38,03 (9429)	42,20 (9608)	41,86 (9617)	0,00 8457	8293 9429

Página: 22/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Data de Abertura: 28/03/2019

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019

Data de Julgamento: 28/03/2019

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
211	Lápis de carpinteiro	UND	FABERCASTE		2,35	0,00 %	1,71 (8293) 3,30 (9814)	1,23 (8457) 0,00 (9815)	2,97 (9429)	3,30 (9608)	1,57 (9617)	0,00 8457	9617 8293
212	Lima chata nº 8	UND	NICHOLSON		10,48	0,00 %	10,23 (8293) 11,90 (9814)	9,88 (8457) 0,00 (9815)	10,72 (9429)	11,90 (9608)	8,23 (9617)	0,00 9617	8457 8293
213	Martebo 25mm	UND	VONDER		19,31	0,00 %	19,62 (8293) 20,20 (9814)	18,06 (8457) 0,00 (9815)	18,20 (9429)	20,20 (9608)	19,61 (9617)	0,00 8457	9429 9617
214	Pá de ajuntar com cabo	UND	METISA		23,10	0,00 %	20,47 (8293) 23,90 (9814)	23,18 (8457) 0,00 (9815)	23,43 (9429)	23,90 (9608)	23,71 (9617)	0,00 8293	8457 9429
215	Pá de cavar com cabo	UND	METISA		24,52	0,00 %	20,47 (8293) 26,20 (9814)	25,03 (8457) 0,00 (9815)	23,61 (9429)	26,20 (9608)	25,60 (9617)	0,00 8293	9429 8457
216	Serrote profissional nº20	UND	IBIRAMA		30,31	0,00 %	23,88 (8293) 32,60 (9814)	31,34 (8457) 0,00 (9815)	29,38 (9429)	32,60 (9608)	32,06 (9617)	0,00 8293	9429 8457
217	Trena emborrachada 8 metros	UND	DISMA		20,49	0,00 %	16,20 (8293) 22,00 (9814)	21,22 (8457) 0,00 (9815)	19,83 (9429)	22,00 (9608)	21,70 (9617)	0,00 8293	9429 8457
218	Trena emborrachada 5 metros	UND	DISMA		14,16	0,00 %	13,65 (8293) 15,20 (9814)	12,72 (8457) 0,00 (9815)	13,70 (9429)	15,20 (9608)	14,48 (9617)	0,00 8457	8293 9429
219	Trena emborrachada 3 metros	UND	DISMA		9,36	0,00 %	9,38 (8293) 10,50 (9814)	6,98 (8457) 0,00 (9815)	9,46 (9429)	10,50 (9608)	9,33 (9617)	0,00 8457	9617 8293
220	Linha de nylon nº100	UND	DOURADO		8,39	0,00 %	7,68 (8293) 8,90 (9814)	7,30 (8457) 0,00 (9815)	9,01 (9429)	8,90 (9608)	8,52 (9617)	0,00 8457	8293 9617

Página: 23/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
REGISTRO Nº 13/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
PROCESSO Nº 18/2019
Data de Abertura: 28/03/2019
Data de Julgamento: 28/03/2019
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
							1°	2°	3°					
221	Trena 30 metros	UND	NOVE54		33,79	0,00 %	33,26 (8293) 36,00 (9814)	30,78 (8457) 0,00 (9815)	32,44 (9429)	35,23 (9617)	0,00	8457	9429	8293
222	Luva látex	UND	KALIPSO		5,88	0,00 %	4,26 (8293) 7,30 (9814)	6,48 (8457) 0,00 (9815)	5,86 (9429)	4,10 (9617)	0,00	9617	8293	9429
223	Prumo 500gr	UND	NOVE54		11,86	0,00 %	10,23 (8293) 12,00 (9814)	12,01 (8457) 0,00 (9815)	12,62 (9429)	12,28 (9617)	0,00	8293	9608	9814
224	Escova de aço com cabo	UND	VONDER		5,57	0,00 %	5,12 (8293) 6,50 (9814)	4,84 (8457) 0,00 (9815)	5,86 (9429)	4,62 (9617)	0,00	9617	8457	8293
225	Disco para serra circular 36 dentes	UND	BOSCH		43,95	0,00 %	27,29 (8293) 52,00 (9814)	47,38 (8457) 0,00 (9815)	45,06 (9429)	38,95 (9617)	0,00	8293	9617	9429
226	Nível de alumínio 20 polegadas	UND	VONDER		17,27	0,00 %	15,35 (8293) 18,00 (9814)	18,06 (8457) 0,00 (9815)	18,92 (9429)	15,28 (9617)	0,00	9617	8293	9608
227	Espátula 06cm	UND	VONDER		4,77	0,00 %	4,26 (8293) 5,00 (9814)	4,51 (8457) 0,00 (9815)	4,96 (9429)	4,87 (9617)	0,00	8293	8457	9617
228	Mareta 500grs	UND	MONFORT		19,69	0,00 %	21,32 (8293) 22,00 (9814)	21,34 (8457) 0,00 (9815)	20,73 (9429)	10,77 (9617)	0,00	9617	9429	8293
229	Mareta 1 Kg	UND	MONFORT		25,15	0,00 %	31,98 (8293) 30,00 (9814)	21,34 (8457) 0,00 (9815)	22,53 (9429)	15,07 (9617)	0,00	9617	8457	9429
230	Mareta 3 Kg	UND	MONFORT		55,73	0,00 %	61,83 (8293) 65,00 (9814)	47,52 (8457) 0,00 (9815)	49,56 (9429)	45,45 (9617)	0,00	9617	8457	9429

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
Data de Abertura: 28/03/2019
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC.

REGISTRO Nº 13/2019
PROCESSO Nº 18/2019
Data de Julgamento: 28/03/2019

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
231	Escada de madeira 7 degraus	UND	LONGEN		135,50	0,00 %	136,46 (8293) 150,00 (9814)	102,18 (8457) 0,00 (9815)	130,67 (9429)	150,00 (9608)	143,69 (9617)	0,00 8457 9429 8293
232	Escada de ferro 5 degraus	UND	ALUMASA		78,53	0,00 %	61,41 (8293) 85,00 (9814)	80,68 (8457) 0,00 (9815)	76,60 (9429)	85,00 (9608)	82,52 (9617)	0,00 8293 9429 8457

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019****PROCESSO Nº 18/2019**

(8293) - GRILLO INSTALACOES ELETRICAS LTDA

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

(9429) - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me

(9608) - NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -

(9617) - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

(9814) - CS BLOCOS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

(9815) - BRASIDAS EIRELI

Braço do Trombudo, 3 de Abril de 2019.

DECRETO 01-2020 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 2297812



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO 005/2019

DECRETO Nº 01/2020, de 02 de Janeiro de 2020

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 005/2019.

NILDO MELMESTET, Prefeito de Braço do Trombudo/SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se público para o conhecimento dos interessados a Homologação da Classificação Final do Processo Seletivo N.º 005/2019, conforme **Anexo I** deste Decreto, informando o cargo, a posição na classificação, nome e número de inscrição dos candidatos, notas finais e a situação final, assim como a relação dos interessados em trabalhar no período de Plantão de Férias.

Paragrafo Único: Os pareceres referente aos recursos contra classificação provisória encontram-se disponíveis na área do candidato no site atena.listaeditais.com.br.

Art. 2º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 3º - Publica-se este Edital no Mural de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, na internet, nos sites atena.listaeditais.com.br e www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, 02 de janeiro de 2020

NILDO MELMESTET
Prefeito de Braço do Trombudo



Página 1 de 3



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO I – DECRETO 01/2020
PROCESSO SELETIVO 005/2019
CLASSIFICAÇÃO FINAL

Professor (Educação Infantil e Anos Iniciais)											
Clas.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nº Filhos	Prova Objetiva			Prova de Títulos		Nota Final	Situação Final
					Acertos	Nota	Peso	Nota	Peso		
1	1798979	18/04/1980	Marlene Da Silva	1	21	7,40	5,18	9,00	2,70	7,88	Aprovado
2	1799433	21/12/1987	Silvana J. Goedert De Souza	2	20	7,10	4,97	9,00	2,70	7,67	Aprovado
3	1799357	02/01/1978	Janaina Aparecida Da Cruz	0	17	6,70	4,69	9,00	2,70	7,39	Aprovado
4	1822692	17/07/1995	Lais Hübner	0	17	6,80	4,76	8,30	2,49	7,25	Aprovado
5	1828349	12/04/1974	Vera Neuber Da Silva	1	18	6,50	4,55	9,00	2,70	7,25	Aprovado
6	1794873	04/07/1990	Catia Aline Sebold	0	18	6,50	4,55	9,00	2,70	7,25	Aprovado
7	1764884	05/11/1986	Monica A. Lemos Dos Santos	2	17	6,40	4,48	9,00	2,70	7,18	Aprovado
8	1768666	25/10/1982	Regiane Neumannn	2	16	6,20	4,34	9,00	2,70	7,04	Aprovado
9	1799171	03/06/1979	Patricia Ferari	1	15	6,10	4,27	9,00	2,70	6,97	Aprovado
10	1764812	03/04/1970	Isolete Aparecida Dias Meyer	0	19	6,80	4,76	7,36	2,21	6,96	Aprovado
11	1765312	01/09/1967	Rosangela D.G. Lopes Lopes	0	20	6,90	4,83	7,00	2,10	6,93	Aprovado
12	1826086	07/06/1986	Janaina E. S. Lottin da Silva	2	16	6,20	4,34	8,50	2,55	6,89	Aprovado
13	1766803	18/03/1993	Adriana Da Silva	1	16	5,90	4,13	9,00	2,70	6,83	Aprovado
14	1836356	01/12/1996	Mateus Peyerl	0	16	5,90	4,13	9,00	2,70	6,83	Aprovado
15	1798980	21/10/1958	Mariza Salete Meurer	0	15	5,80	4,06	9,00	2,70	6,76	Aprovado
16	1773950	07/04/1992	Bruna Chaiene Alves	1	15	5,70	3,99	9,00	2,70	6,69	Aprovado
17	1799025	03/09/1985	Daiane De Souza Machado	2	16	6,60	4,62	6,76	2,03	6,64	Aprovado
18	1766519	13/07/1996	Djunieli Mendes	0	18	6,20	4,34	7,48	2,24	6,58	Aprovado
19	1767597	12/06/1962	Maria Ivonete Meurer	0	16	5,50	3,85	9,00	2,70	6,55	Aprovado
20	1834580	15/01/1991	Djulia Daiana Meurer	1	17	6,10	4,27	7,00	2,10	6,37	Aprovado
21	1833478	09/07/1992	Daniela Peters Costa	0	21	7,80	5,46	2,00	0,60	6,06	Aprovado
22	1815080	28/03/1972	Marileusa Aparecida Correa	1	21	7,30	5,11	3,00	0,90	6,01	Aprovado
23	1765618	24/07/1990	Suelen Hoffmann	2	16	5,50	3,85	7,00	2,10	5,95	Aprovado
24	1768902	04/11/1984	Cristiane Niedrhaus Mugge	2	17	5,40	3,78	7,00	2,10	5,88	Aprovado
25	1766602	20/08/1980	Marcia Bertelli	0	15	5,10	3,57	7,00	2,10	5,67	Aprovado
26	1820516	06/07/1986	Cristiane Valente Fuck	0	17	6,00	4,20	3,00	0,90	5,10	Aprovado
27	1812921	24/08/1991	Patricia Marcirio	0	14	5,50	3,85	3,00	0,90	4,75	Aprovado
28	1824598	04/03/1988	Adriana da silva	1	12	3,60	2,52	9,00	2,70	5,22	Reprovado

Professor de Educação Física Ensino Superior											
Clas.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nº Filhos	Prova Objetiva			Prova de Títulos		Nota Final	Situação Final
					Acertos	Nota	Peso	Nota	Peso		
1	1833859	01/01/1986	Lauro Anderson Vieira	2	19	6,00	4,20	7,53	2,26	6,45	Aprovado
2	1766568	16/12/1997	Iohana Talia Tribess	0	16	5,60	3,92	5,10	1,53	5,45	Aprovado
3	1800045	15/01/1984	Cedany Lima Neto	0	15	4,60	3,22	7,66	2,30	5,51	Reprovado
4	1833136	27/04/1995	Regiane C.Valente De Liz Franz	0	12	3,90	2,73	9,00	2,70	5,43	Reprovado
5	1764000	09/06/1996	Chirley C. S. Alves Valente	1	11	3,90	2,73	5,70	1,71	4,44	Reprovado
6	1816495	13/12/1998	Leticia Nadai Da Silva	3	13	3,60	2,52	5,00	1,50	4,02	Reprovado
7	1767466	10/01/1991	Renato Batista Cesar	0	14	3,50	2,45	5,00	1,50	3,95	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO 005/2019

LISTA PARA PLANTÃO DE FÉRIAS

Professor Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental QUE TEM INTERESSE EM TRABALHAR NO PLANTÃO DE FÉRIAS 2020				
Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Nota final	Situação final
1.	1798979	Marlene Da Silva	7,88	Aprovado
2.	1794873	Catia Aline Sebold	7,25	Aprovado
3.	1764884	Monica Augusta Lemos Dos Santos	7,18	Aprovado
4.	1799171	Patricia Ferari	6,97	Aprovado
5.	1764812	Isolete Aparecida Dias Meyer	6,96	Aprovado
6.	1765312	Rosangela Das Gracas Lopes Lopes	6,93	Aprovado
7.	1766803	Adriana Da Silva	6,83	Aprovado
8.	1836356	Mateus Peyerl	6,83	Aprovado
9.	1798980	Mariza Salete Meurer	6,76	Aprovado
10.	1773950	Bruna Chaiene Alves	6,69	Aprovado
11.	1799025	Daiane De Souza Machado	6,64	Aprovado
12.	1767597	Maria Ivonete Meurer	6,55	Aprovado
13.	1834580	Djulia Daiana Meurer	6,37	Aprovado
14.	1766602	Marcia Bertelli	6,27	Aprovado
15.	1833478	Daniela Peters Costa	6,06	Aprovado
16.	1815080	Marileusa Aparecida Correa	6,01	Aprovado
17.	1765618	Suelen Hoffmann	5,95	Aprovado
18.	1768902	Cristiane Niedrhaus Mugge	5,88	Aprovado
19.	1820516	Cristiane Valente Fuck	5,10	Aprovado
20.	1812921	Patricia Marcirio	4,75	Aprovado
21.	1824598	Adriana da silva	5,22	Reprovado

Caibi**PREFEITURA****234/2019**

Publicação Nº 2297603

DECRETO Nº. 234/2019 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2549/2018, de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 92.265,21 (noventa e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE****3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas****(44) – Fonte: 1018 FUNDEB – Aplicação no Magistério R\$ 88.388,10****ÓRGÃO 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****UNIDADE 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****288460024.0.002 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(1246) – Fonte: 1050 Cessão Onerosa R\$ 3.877,11**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2019 das fontes 1018 FUNDEB – Aplicação no Magistério no valor de R\$ 88.388,10 e 1050 Cessão Onerosa no valor de R\$ 3.877,11 totalizando o valor de R\$ 92.265,21.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 31 de dezembro de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020

Publicação Nº 2298707

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO**AVISO DE DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020**

O Município de Caibi/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.940.776/0001-56 torna público que esta realizando despesa no valor total estimado de R\$ 182.140,00 (cento e oitenta e dois mil cento e quarenta reais), para celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL SÃO DOMINGOS DE CAIBI pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ 73.232.944/0001-68 com sede na Linha São Domingos na cidade de Caibi -SC CEP 89.888-000, que tem por objeto a Formalização de parceria através de Termo de Fomento entre o Município de Caibi e a Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi para formação de técnicos em Agricultura com a metodologia da pedagogia da alternância, autorizo o empenho da despesa no valor total estimado com todas as justificativas e informações contidas no processo supra mencionado.

Determino a publicação do extrato deste Processo Licitatório nº 001/2020 na modalidade de Dispensa de Inexigibilidade 001/2020 nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada para que desta forma surta todos os seus efeitos legais com respaldo legal no Art. 25 da Lei 8.666/93 – É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição e da Lei Federal 13019/2014, artigo 31 combinado com o art. 26 da Lei 8.666/93

Caibi -SC, em 03 de Janeiro de 2020

Elói José Libano
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 240/2019

Publicação Nº 2298012

DECRETO Nº 240/2019, de 31 de Dezembro de 2019.

Nomeia Gestor e Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Caibi/SC e a Associação da Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi e dá outras providências

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de composição de Gestor e Comissão e Monitoramento e Avaliação de Termo de Fomento, conforme artigo 35, V, alínea "h", da Lei nº 13,019/2014 e suas alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes servidores abaixo especificados para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Caibi/SC e a Associação da Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi, sendo sob Gestão do primeiro:

Magno Galon, Rubens Rodrigues Diniz e Agnaldo de Sordi.

Art. 2º - Cabe à Comissão constituída no art. 1º deste decreto realizar o Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado, emitindo para tanto, parecer técnico quanto à execução física e atingimento dos objetivos do Termo de Fomento, bem como parecer financeiro que se relacione à correta e regular aplicação dos recursos do Termo de Fomento.

Art. 3º - A designação de que trata este Decreto, não caracteriza vínculo de emprego, nem beneficia de qualquer forma, com direito a remuneração, qualificando-se como serviço de caráter relevante.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, 31 de Dezembro de 2019.
Eloi José Libano
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

ERRATA DO DECRETO Nº 234/2019

Publicação Nº 2297785

ERRATA DO DECRETO Nº 234/2019

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do decreto nº 234/2019, ficando alterada a redação abaixo:

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº 234/2019, de 30 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 30 de Dezembro de 2019.

LEIA-SE:

DECRETO Nº 239/2019, de 31 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 31 de Dezembro de 2019.

Caibi –SC 02 de Janeiro de 2020

Dandara Jeane Gallon
Resp. pelo Setor de licitações e contratos

ERRATA DO DECRETO Nº 235/2019

Publicação Nº 2297790

ERRATA DO DECRETO Nº 235/2019

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Registro Cadastral e dá outras providencias.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do decreto nº 235/2019, ficando alterada a redação abaixo:

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº 235/2019, de 30 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 30 de Dezembro de 2019.

LEIA-SE:

DECRETO Nº 235/2019, de 31 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 31 de Dezembro de 2019.

Caibi –SC 02 de Janeiro de 2020

Dandara Jeane Gallon
Resp. pelo Setor de licitações e contratos

ERRATA DO DECRETO Nº 236/2019

Publicação Nº 2297791

ERRATA DO DECRETO Nº 236/2019

Dispõe sobre a nomeação da Leiloeira e membros da Comissão de Leilão e dá outras providencias.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do decreto nº 236/2019, ficando alterada a redação abaixo:

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº 236/2019, de 30 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 30 de Dezembro de 2019.

LEIA-SE:

DECRETO Nº 236/2019, de 31 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 31 de Dezembro de 2019.

Caibi –SC 02 de Janeiro de 2020

Dandara Jeane Gallon
Resp. pelo Setor de licitações e contratos

ERRATA DO DECRETO Nº 237/2019

Publicação Nº 2297794

ERRATA DO DECRETO Nº 237/2019

Dispõe sobre a nomeação da Pregoeira (o) e Equipe de Apoio e dá outras providencias.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do decreto nº 237/2019, ficando alterada a redação abaixo:

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº 237/2019, de 30 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 30 de Dezembro de 2019.

LEIA-SE:

DECRETO Nº 237/2019, de 31 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 31 de Dezembro de 2019.

Caibi –SC 02 de Janeiro de 2020

Dandara Jeane Gallon
Resp. pelo Setor de licitações e contratos

ERRATA DO DECRETO Nº 238/2019

Publicação Nº 2297795

ERRATA DO DECRETO Nº 238/2019

Dispõe sobre nomeação dos membros da Comissão Municipal de recebimento definitivo de obras, e dá outras providências.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do decreto nº 238/2019, ficando alterada a redação abaixo:

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº 238/2019, de 30 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor no dia 02 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 30 de Dezembro de 2019.

LEIA-SE:

DECRETO Nº 238/2019, de 31 de Dezembro 2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de CAIBI – SC, 31 de Dezembro de 2019.

Caibi –SC 02 de Janeiro de 2020

Dandara Jeane Gallon
Resp. pelo Setor de licitações e contratos

PORTARIA 001/20

Publicação Nº 2298710

PORTARIA Nº 001/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal CARLA TURCATO , matrícula 8231-7 e 8833-1, BIOQUIMICA , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/02/2019 à 15/02/2020 e 20/08/2018 à 19/08/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de Janeiro de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 002/20

Publicação Nº 2298711

PORTARIA Nº 002/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal CARLA TURCATO , matrícula nº 8807-2 , ENFERMEIRA , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/04/2018 à 14/04/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de Janeiro de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 003/20

Publicação Nº 2298713

PORTARIA Nº 003/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal MARCIA REGINA SANTIN CHIAMULERA , matrícula nº 8227-9 , AUXILIAR DE ENFERMAGEM , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/02/2019 à 15/02/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de Janeiro de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 004/20

Publicação Nº 2298714

PORTARIA Nº 004/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR por motivo de aposentadoria a servidora MARGRIT THEREZA KAISER , matrícula 409-0 , do cargo de ASSISTENTE DE CONTABILIDADE , com lotação junto ao Departamento Municipal de Cultura , com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de Janeiro de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

PORTARIA 005/20

Publicação Nº 2298715

PORTARIA N.º 005/20

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PREMIO NÃO GOZADA , a Servidora MARGRIT THEREZA KAISER , matricula 409-0, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE , com lotação junto ao Departamento Municipal de Cultura , com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2012 à 2017 , na rescisão, conforme artigo 80, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 027/2013 de 27 de Julho de 2013 e alterações posteriores .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 02 de Janeiro de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE001/2020

Publicação Nº 2298708

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.001/2020

Respaldo Legal: Art. 25 da Lei 8.666/93 – É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição
Lei Federal 13019/2014; artigo 31

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 001/2020

DESPACHO DA SR. PREFEITO MUNICIPAL

Trata-se da Formalização de parceria através do Termo de Fomento entre o Município de Caibi e a Associação da Casa Familiar Rural São Domingos para formação de técnicos em Agricultura com a metodologia da pedagogia da alternância.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL SÃO DOMINGOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 73.232.944/0001-68 com sede na Linha São Domingos na cidade de Caibi -SC CEP 89.888-000 autorizo o empenho da despesa no valor total de R\$ 182.140,00 (cento e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais) com a realização do certame licitatório na Modalidade Inexigibilidade de Licitação n.001/2020 com respaldo legal nos termos do artigo 25 e 26 inciso da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e da Lei Federal 13019/2014; artigo 31, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Caibi –SC 03 de Janeiro de 2020

Elói José Libano
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2298037

DECRETO Nº. 001/2020

"REGULAMENTA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, em 3,3668%, passando a vigorar pelo valor de R\$3,4524, para o exercício do ano de 2020, conforme Memorando nº 002/2020 do Departamento de Tributação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/01/2020.

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2298042

DECRETO Nº. 002/2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

Unidade Gestora 08: Fundo de Desenvolvimento Rural
Unidade Orçamentária 20001: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
Ação 1.38 – Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas490.000,00
Recursos 28300 – Recursos de Operações de Crédito

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), conforme contrato de operação de crédito formalizado entre o município e a Caixa Econômica Federal, no âmbito do "Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento", e observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada no exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Estimativa do provável excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
28300*	0,00	490.000,00	490.000,00	490.000,00
TOTAL				490.000,00

Fonte: SMAFO 2020

* Provável Excesso de arrecadação exclusivo para o Fundo Mun. de Desenv. Rural.

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/01/2020.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. PMC 10-21/2016

Publicação Nº 2298265

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 10-21/2016

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência Nº PMC CC 10/2015

Na publicação do dia 16/12/2019 realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3004, extrato do ato nº 2272920, onde se lia:

Do valor: R\$ 67.393,75

Leia-se:

Do valor: R\$ 62.709,50

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. PMC 2-16/2018

Publicação Nº 2298261

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-16/2018

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

TP Nº PMC 1/2018

Na publicação do dia 13/12/2019 realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3002, extrato do ato nº 2270130, onde se lia:

Do valor: R\$ 49.925,70

Leia-se:

Do valor: R\$ 51.774,80

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. PMC 5-17/2018

Publicação Nº 2298264

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-17/2018

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

TP Nº PMC 1/2018

Na publicação do dia 16/12/2019 realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3004, extrato do ato nº 2272889, onde se lia:

Do valor: R\$ 123.046,65

Leia-se:

Do valor: R\$ 127.735,50

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2297649

DECRETO No 001, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Ratifica o Decreto no 039, de 19 de abril de 2018, que aprovou o desmembramento de propriedade de Marco Antonio Santos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado o Decreto no 039, de 19 de abril de 2018, que aprovou o desmembramento em que é requerente Marco Antônio Santos inscrito no CPF sob o no 551.606.629/87, referente ao imóvel com área de 85.689,76 m² (oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta e nove vírgula setenta e seis metros quadrados), sendo uma área de 3.030,66 (três mil e trinta vírgula sessenta e seis metros quadrados) localizada no perímetro urbano, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o no 25.362 Livro no 2BZ, pg.191, de propriedade do requerente, na forma a seguir especificada:

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total Matrícula no 25.36285.689,76 m²

a) Área 01 - Lote no 02 da Quadra 548 2.436,70 m²

b) Área 02 - Lote no 03 da Quadra 548 593,96 m²

c) Área remanescente rural 82.659,10 m²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 2 de janeiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

FME TERMO ADITIVO 001/2019 C309

Publicação Nº 2297479

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2019 C309 - Contrato Nº: 0309/2019 M
Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL
Contratada....: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2019 Término: 02/03/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0045/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0182 / 2019
Recursos : Dotação:
Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original para 60 dias, findando em 02/03/2020, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

PMC CONTRATOS 0338/2019 AO 0342/2019

Publicação Nº 2297853

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0338/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: HEXIS CIENTIFICA LTDA		
Valor : 1.629,00 (um mil seiscentos e vinte e nove reais)		
Vigência : Início: 31/12/2019 Término: 31/03/2020		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 96/2019 Processo_Licitatório.....: 000189 / 2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Aquisição de equipamentos laboratoriais para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e Federais		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0339/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA.		
Valor : 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais)		
Vigência : Início: 31/12/2019 Término: 31/03/2020		
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 96/2019 Processo_Licitatório.....: 000189 / 2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Aquisição de equipamentos laboratoriais para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e Federais		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0340/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI
Valor : 22.799,98 (vinte e dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)
Vigência : Início: 31/12/2019 Término: 31/03/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 96/2019 Processo_Licitatório.....: 000189 / 2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamentos laboratoriais para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e Federais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0341/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: SOLAB LABORATORIO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
Valor : 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 31/12/2019 Término: 31/03/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 96/2019 Processo_Licitatório.....: 000189 / 2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamentos laboratoriais para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e Federais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0342/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: TECNAL INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACA
Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência : Início: 31/12/2019 Término: 31/03/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 96/2019 Processo_Licitatório.....: 000189 / 2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamentos laboratoriais para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e Federais

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2020 - PREGÃO Nº 0001/2020

Publicação Nº 2298560

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de gêneros hortifrutigranjeiros, resfriados e panificação, visando a necessidade das Unidades Administrativas e Fundos Municipais para o exercício 2020 do Município de Catanduvás - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 17 de janeiro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 02 de janeiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvás.sc.gov.br

Catanduvás – SC, 02 de janeiro de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020 - PREGÃO Nº 0002/2020

Publicação Nº 2298562

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2020

Objeto: Contratação de Serviço de Transporte Escolar e Coletivo, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvás - SC.

Abertura das Propostas: 14h00min do dia 17 de janeiro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 02 de janeiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvás.sc.gov.br

Catanduvás – SC, 02 de janeiro de 2020.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 0127/2019

Publicação Nº 2297862



MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1430
Ano da Lei: 2018
Data da Lei: 07/12/2018

DECRETO Nº 127, de 26 de dezembro de 2019

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2019, proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Administração	03.001.0004.0122.0002.2003.33390000000000000000.03000109	8.000,00
Suplementar	Departamento de Administração	03.001.0004.0845.0002.2004.33350000000000000000.03000109	2.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000109	10.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 26 de dezembro de 2019

GLAUBER BURTET
PREFEITO

DECRETO Nº 0130/2019

Publicação Nº 2297860

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**
Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1430
Ano da Lei: 2018
Data da Lei: 07/12/2018

DECRETO Nº 130, de 30 de dezembro de 2019

Cria modalidade de aplicação, abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2019, proveniente do Provável excesso de arrecadação no município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.877,11 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos);

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Administração	03.001.0028.0845.0002.2.33390000000000000000.01500050	3.877,11

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		41718991100000000000 - 01500050	3.877,11

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 30 de dezembro de 2019

GLAUBER BURTET
PREFEITO

PORTARIA Nº 192/2019

Publicação Nº 2298541

PORTARIA Nº 192/2019

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(a) Servidor(a) Municipal CLEIDES FOIATO, ocupante do cargo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 à 31/12/2019.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02/01/2020

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 30 de dezembro de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019 – FMS

Publicação Nº 2297983

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019 ☐ FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs para os servidores que atuam como Agentes Comunitários de Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 20/01/2020.

Início da Sessão: dia 20/01/2020 as 08h30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

☐ Licitações ☐ . Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 2 de janeiro de 2020.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019 – PMC

Publicação Nº 2297985

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019 ☐ PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo para o transporte escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual da linha 49 (EBM Ângelo Ary Biezu), para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/01/2020.

Início da Sessão: dia 17/01/2020 as 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

☐ Licitações ☐ . Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 2 de janeiro de 2020.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 6.455, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297565

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.455, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

Baixa Escala de Plantão para Serviços Funerários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e no Decreto nº 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e alteração.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2020, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de
dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 6.455, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2020

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
A	3 SEX	2 DOM	3 TER	2 QUI	2 SAB	1 SEG	1 QUA	5 QUA	4 SEX	4 DOM	3 TER	3 QUI
	8 QUA	7 SEX	8 DOM	7 TER	7 QUI	6 SAB	6 SEG	10 SEG	9 QUA	9 SEX	8 DOM	8 TER
	13 SEG	12 QUA	13 SEX	12 DOM	12 TER	11 QUI	11 SAB	15 SAB	14 SEG	14 QUA	13 SEX	13 DOM
	18 SAB	17 SEG	18 QUA	17 SEX	17 DOM	16 TER	16 QUI	20 QUI	19 SAB	19 SEG	18 QUA	18 SEX
	23 QUI	22 SAB	23 SEG	22 QUA	22 SEX	21 DOM	21 TER	25 TER	24 QUI	24 SAB	23 SEG	23 QUA
	28 TER	27 QUI	28 SAB	27 SEG	27 QUA	26 SEX	26 DOM	30 DOM	29 TER	29 QUI	28 SAB	28 SEG

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
B	4 SÁB	3 SEG	4 QUA	3 SEX	4 DOM	2 TER	2 QUI	1 SÁB	5 SÁB	5 SEG	4 QUA	4 SEX
	9 QUI	8 SAB	9 SEG	8 QUA	8 SEX	7 DOM	7 TER	6 QUI	10 QUI	10 SAB	9 SEG	9 QUA
	14 TER	13 QUI	14 SÁB	13 SEG	13 QUA	12 SEX	12 DOM	11 TER	15 TER	15 QUI	14 SÁB	14 SEG
	19 DOM	18 TER	19 QUI	18 SAB	18 SEG	17 QUA	17 SEX	16 DOM	20 DOM	20 TER	19 QUI	19 SAB
	24 SEX	23 DOM	24 TER	23 QUI	23 SAB	22 SEG	22 QUA	21 SEX	25 SEX	25 DOM	24 TER	24 QUI
	29 QUA	28 SEX	29 DOM	28 TER	28 QUI	27 SÁB	27 SEG	26 QUA	30 QUA	30 SEX	29 DOM	29 TER

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
C	5 DOM	4 TER	5 QUI	4 SAB	4 SEG	3 QUA	3 SEX	2 DOM	1 TER	1 QUI	5 QUI	5 SAB
	10 SEX	9 DOM	10 TER	9 QUI	9 SAB	8 SEG	8 QUA	7 SEX	6 DOM	6 TER	10 TER	10 QUI
	15 QUA	14 SEX	15 DOM	14 TER	14 QUI	13 SAB	13 SEG	12 QUA	11 SEX	11 DOM	15 DOM	15 TER
	20 SEG	19 QUA	20 SEX	19 DOM	19 TER	18 QUI	18 SAB	17 SEG	16 QUA	16 SEX	20 SEX	20 DOM
	25 SAB	24 SEG	25 QUA	24 SEX	24 DOM	23 TER	23 QUI	22 SAB	21 SEG	21 QUA	25 QUA	25 SEX
	30 QUI	29 SAB	30 SEG	29 QUA	29 SEX	28 DOM	28 TER	27 QUI	26 SÁB	26 SEG	30 SEG	30 QUA

D	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
	1 QUA	5 QUA	1 DOM	5 DOM	5 TER	4 QUI	4 SAB	3 SEG	2 QUA	2 SEX	1 DOM	1 TER

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

DECRETO Nº 6.455, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

6 SEG	10 SEG	6 SEX	10 SEX	10 DOM	9 TER	9 QUI	8 SÁB	7 SEG	7 QUA	6 SEX	6 DOM
11 SAB	15 SAB	11 QUA	15 QUA	15 SEX	14 DOM	14 TER	13 QUI	12 SAB	12 SEG	11 QUA	11 SEX
16 QUI	20 QUI	16 SEG	20 SEG	20 QUA	19 SEX	19 DOM	18 TER	17 QUI	17 SÁB	16 SEG	16 QUA
21 TER	25 TER	21 SÁB	25 SÁB	25 SEG	24 QUA	24 SEX	23 DOM	22 TER	22 QUI	21 SÁB	21 SEG
26 DOM		26 QUI	30 QUI	30 SAB	29 SEG	29 QUA	28 SEX	27 DOM	27 TER	26 QUI	26 SAB
31 SEX		31 TER									31 QUI

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2 QUI	1 SAB	2 SEG	1 QUA	1 SEX	5 SEX	5 DOM	4 TER	3 QUI	3 SAB	2 SEG	2 QUA
7 TER	6 QUI	7 SÁB	6 SEG	6 QUA	10 QUA	10 SEX	9 DOM	8 TER	8 QUI	7 SAB	7 SEG
12 DOM	11 TER	12 QUI	11 SAB	11 SEG	15 SEG	15 QUA	14 SEX	13 DOM	13 TER	12 QUI	12 SAB
17 SEX	16 DOM	17 TER	16 QUI	16 SAB	20 SÁB	20 SEG	19 QUA	18 SEX	18 DOM	17 TER	17 QUI
22 QUA	21 SEX	22 DOM	21 TER	21 QUI	25 QUI	25 SÁB	24 SEG	23 QUA	23 SEX	22 DOM	22 TER
27 SEG	26 QUA	27 SEX	26 DOM	26 TER	30 TER	30 QUI	29 SÁB	28 SEG	28 QUA	27 SEX	27 DOM
				31 DOM							

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA

DECRETO Nº 6.456, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297567

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.456, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Complementar nº 155, de 18 de dezembro de 1998, na Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002 e alteração, e no Contrato de Concessão nº 5/2014, de 13 de janeiro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos), a tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 947/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297573

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 947/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
Concede gratificação, a título de locomoção, ao servidor MARCIO LEAL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e considerando a CI SEMUS 322/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor MARCIO LEAL, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1291351-01, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GRACE SIMIONI MENEGAT
Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 948/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297585

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 948/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Designa o servidor FABIO JOSE PELISER para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FABIO JOSE PELISER, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 49891-00 e 49891-01, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 18 de dezembro de 2019 a 5 de janeiro de 2020, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º deste Decreto, as funções e atribuições de Superintendente e Ordenador de Despesas da FMEC, e efetuará a movimentação das contas bancárias da FMEC, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 36/2017, de 4 de janeiro de 2017 e 171/2017, de 8 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 950/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297590

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 950/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dá nova redação a alínea “f” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 498/2019, de 17 de junho de 2019, que constitui e designa membros para integrar o Comitê Executivo de acompanhamento e análise da elaboração do Plano Diretor Municipal de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “f” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 498/2019, de 17 de junho de 2019, que constitui e designa membros para integrar o Comitê Executivo de acompanhamento e análise da elaboração do Plano Diretor Municipal de Concórdia, SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

f) ALEXSANDRO WILLIAM HERPICH; (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 951/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297596

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 951/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Interrompe licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora GREICE KELLEN MORCHE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a licença para acompanhar cônjuge, concedida pelo Decreto nº 326/2017, de 17 de março de 2017, à servidora GREICE KELLEN MORCHE, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 953/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297599

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 953/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando o Requerimento da servidora, protocolizado sob nº 30262/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 2 de janeiro de 2020, a licença remunerada para cursar doutorado, concedida pelo Decreto nº 765/2016, de 13 de outubro de 2016, à servidora MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, matrícula 39047-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 954/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297600

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 954/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede gratificação, a título de locomoção, ao servidor GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, e considerando a CI SEMUS 316/2019, protocolizada em 12 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1122029-03, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

GRACE SIMIONI MENEGAT

Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 955/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297601

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 955/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JOSIANE WIERZYNSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2020, à servidora JOSIANE WIERZYNSKI, ocupante do cargo de Psicólogo, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 9 de junho de 2014 a 8 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 956/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297604

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 956/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA BEGNINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, à servidora INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA BEGNINI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 105384-03, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2013 a 3 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 957/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297605

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 957/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.
Dispõe sobre a posse de PAOLA KARINY DE PAULA RUSCHEL, no cargo de Psicólogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2962, de 23 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada PAOLA KARINY DE PAULA RUSCHEL aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 2 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 958/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297606

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 958/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.
Dispõe sobre a posse de MARCIA CAPELLARI, no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2995, de 4 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada MARCIA CAPELLARI, aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 2 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 959/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297608

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 959/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera dispositivos do inciso III do art. 1º do Decreto nº 368/2019, de 14 de maio de 2019 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde – CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 6.107, de 5 de maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 1º do Decreto nº 368/2019, de 14 de maio de 2019 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde – CMS, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o item 6 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação:

“6. MARCOS DE PAULA, Associação Empresarial de Concórdia – ACIC; (NR)

II – o item 1 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“1. REOMAR KALSING, União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC; (NR)

III – o item 3 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“3. ERCI LOHMANN EITELWEIN, União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC; (NR)

IV – o item 6 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“6. NAURO JOSE JASPER, Associação Empresarial de Concórdia – ACIC; (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 960/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297610

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 960/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Designa o servidor FABIANO ZAGO para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FABIANO ZAGO, ocupante do cargo de Controlador da Divisão de Logística, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, no período de 2 a 31 de janeiro de 2020, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 961/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297613

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 961/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 901/2013, de 14 de outubro de 2013, que delega competência a servidores, para

assinarem documentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 901/2013, de 14 de outubro de 2013, que delega competência a servidores, para assinarem documentos, no Tabelionato de Notas e nos cartórios de registros de imóveis desta Comarca, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – aos servidores GUSTAVO SARTORI e DENILSON KROETZ, ocupantes do cargo de Engenheiro – Civil, mapas e anuências de retificação/ inserção de medidas, relativos ao perímetro urbano do Município;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 962/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297614

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 962/2019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Exonera, a pedido, a servidora SUZAMARA PELLIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SUZAMARA PELLIN, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 23 de dezembro de 2019.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 42/2015 - FMS

Publicação Nº 2298496

Contrato Nº : 42/2015

Aditivo Nº : 5TA Ctr 42/2015/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2015

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.821 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de fevereiro de 1999 e Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 25/01/2020

Assinatura : 27/12/2019

Valor R\$: 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 230 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Gestor: SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 - PMC

Publicação Nº 2298475

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2019 PMC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 316/2019 PMC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção (tubos de concreto, brita, pedra marroada, pó de brita, concreto usinado e concreto asfáltico) e materiais para manutenção de pontes e pinguelas (vigas de eucalipto, pranchas de eucalipto, tabuas, barrotes, pregos, arames farpados, cabo de aço) para atendimento das necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora da Ata.

VALIDADE: 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

FISCAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: Valdomiro Tafaél

FISCAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: Mauro Frigo

FISCAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: Jucelino Alves de Oliveira

FISCAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: Alcemir Toldo

Resumo dos Fornecedores	
Fornecedor	Itens Vencedores
MATRAM MADEIRAS LTDA - ME	1, 20, 22, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 62
CONCORDIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	21, 30, 32, 33, 34, 35
BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	2, 4, 5, 10, 11, 45
KERBERMIX MINERAÇÃO ERECHIM LTDA	3, 23, 44, 46, 52, 53
KOPAV - PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	6, 7, 26, 27, 48, 49
DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA EPP	8, 9, 19, 50, 51, 61
CONCRETOS BASSO LTDA	13, 14, 15, 18, 41, 60
DELCIR BOESING ME	12, 17, 54, 55, 56, 57, 59
PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME	16, 58
BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP	47

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020 – PMC

Publicação Nº 2297981

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 1/2020 ☐ PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Alcemir Toldo, Diretor de Urbanismo, em exercício, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, XXII, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02/01/2020, para a Fornecimento de energia elétrica para o exercício de 2020; a favor de CELESC DISTRIBUICAO S.A no valor total de R\$ 5.694.588,89 (cinco milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2019 – FMAS

Publicação Nº 2297974

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 5/2019 – FMAS

A Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 30/12/2019, para a Aquisição de gêneros alimentícios para atender as unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com serviços essenciais e ininterruptos, durante o mês de janeiro de 2020, em razão da deserção dos itens no PE 27/2019; a favor de ODILA GRANDO ME, no valor total de R\$ 3.952,47 (três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos); MARCOS CASIANO FEDERICI ME, no valor total de R\$ 4.739,02 (quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e dois centavos); ANGELO GILMAR LORENZETTI & CIA LTDA, no valor total de R\$ 3.634,63 (três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos).

DENISE JUSTI LOPES
Gestora do FMAS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020 – PMC

Publicação Nº 2297976

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 1/2020 ☐ PMC

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor Angelo Benini Fantin, Diretor de Compras, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02/01/2020, para a prestação de serviços de publicações legais na Imprensa Nacional e Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina; a favor de FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC no valor total de R\$ 82.479,00 (oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais) e IMPRENSA NACIONAL no valor total de R\$ 81.939,20 (oitenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Camila Cristina Marinho Vieira Nogueira
Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020 – PMC

Publicação Nº 2297978

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 2/2020 ☐ PMC

O Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Fernando Svillen, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 258, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02/01/2020, para a Fornecimento de água no decorrer do ano de 2020 para as unidades do Município de Concórdia, Fundos e Fundações; a favor de COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO- CASAN no valor total de R\$ 385.992,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais), ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE AGRICULTORES DE SANTO ANTONIO no valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), ASSOCIAÇÃO DE MORADÓRES DE PRESIDENTE JUSCELINO no valor total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos), SOCIEDADE DA ÁGUA DE PLANATO no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

Publicação Nº 2298424

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a FUNDAÇÃO ADOLPHO BÓSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE – FABET, inscrita no CNPJ sob nº 01.922.315/0001-59, representada pelo seu Procurador, senhor LUIS CARLOS MÜLLER SCHAURICH.

OBJETO: Conjugação de esforços visando auxiliar no desenvolvimento de serviços na área de educação no trânsito, no Município de Concórdia, SC, através do repasse financeiro ao PARTÍCIPE, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 25.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2020, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020 – FMS

Publicação Nº 2297550

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020 – FMS

ESPÉCIE: Termo de Fomento que celebram entre si o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE FISSURADOS LABIO-PALATAIS – PROFIS CONCÓRDIA, de Concórdia, SC, para execução do Projeto de Apoio às Famílias e Nascidos com Fissura Labiopalatal e Anomalias Craniofaciais, no ano de 2020.

OBJETO: A presente parceria tem por objeto atender pacientes com fissura labiopalatal ou anomalias craniofaciais, e distúrbios relacionados à audição, visão e linguagem, através de atendimento e encaminhamento de TFD, e custear o atendimento de serviço social e ortodontia aos mesmos por meio de repasse financeiro para o pagamento de despesas para a execução do Projeto de Apoio às Famílias e Nascidos com Fissura Labiopalatal ou Anomalias Craniofaciais, incluindo as despesas de manutenção da entidade definidas no Plano de Trabalho, para a Organização da Sociedade Civil, conforme o artigo 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações.

VALOR: R\$ 73.861,80 (setenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais com oitenta centavos) em 2 (duas) parcelas.

PRAZO: a partir da data de assinatura do Termo de Fomento até 31 de dezembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 2 de janeiro de 2019.

LEI Nº 5.315, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297616

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.315, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a cobrança de Contribuição de Melhoria pela execução de obra da Rua Gralha Azul, no Bairro Vila Jacob Biezu.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra pública de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Gralha Azul, no Bairro Vila Jacob Biezu, que resulte em valorização imobiliária, observado o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no Código Tributário Nacional; no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; na Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações – Código Tributário Municipal e na Lei nº 5.025 de 13 de dezembro de 2017, que institui a Cobrança da Contribuição de Melhoria sobre imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Concórdia.

§ 1º A obra de que trata o caput deste artigo tem a extensão de 466,53m, tendo como custo total estimado o valor de R\$ 803.600,50 (oitocentos e três mil, seiscentos reais e cinquenta centavos), sendo 50% com recursos próprios do Município e saldo remanescente a ser lançado como contribuição de melhoria.

§ 2º A Zona de Influência da obra encontra-se delimitada no Mapa constante no Anexo I desta Lei, cuja delimitação compreende os beneficiados.

§ 3º O fator de absorção do benefício para as zonas diretamente atingidas é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o saldo remanescente da obra previsto no § 1º deste artigo e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel.

Art. 2º O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário de imóvel do domínio privado, situado nas áreas beneficiadas pela obra, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.025, de 2017.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel, calculada em conformidade com o disposto na Lei nº 5.025, de 2017.

Art. 4º O Município publicará edital prévio, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 5.025, de 2017.

Art. 5º Após a execução da obra, antes do respectivo lançamento, será realizada avaliação dos imóveis beneficiados, a fim de definir a valorização decorrente, sendo publicado o edital de demonstrativo de custos e as valorizações de cada imóvel.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentada pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo das duas avaliações, elaboradas por comissão especial, sendo a primeira, anexa ao edital e a segunda, a ser realizada posteriormente à conclusão da obra.

§ 2º A nova avaliação dos imóveis estabelecerá o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e posterior à obra pública, sendo que os valores obtidos nas avaliações referidas balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 4º O valor de rateio (VR) será o "valor limite total para cobrança de contribuição de melhoria" apurado, multiplicado pelo percentual individual de valorização.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI$$

§ 5º O valor a ser cobrado de Contribuição de Melhoria de cada contribuinte será o menor valor entre o Valor de Rateio (VR) e a Valorização do Imóvel Individualizado (VI).

Art. 6º O lançamento da Contribuição de Melhoria será efetuado nos termos do art. 9º da Lei nº 5.025, de 2017.

Art. 7º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pela obra pública, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação dos Editais, para impugnar qualquer elemento deles constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Art. 8º Os requerimentos de impugnação, reclamações ou quaisquer recursos administrativos apresentados em face dos editais de que tratam esta Lei, não suspendem o início ou prosseguimento das obras, tampouco terão efeito de obstar o Município dos procedimentos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 9º As impugnações dos editais de que tratam esta Lei deverão ser protocolizadas no Setor de Protocolo do Município, por meio de requerimento devidamente fundamentado, juntamente com documentos que se fizerem necessários para a instrução do processo.

§ 1º As impugnações deverão ser dirigidas ao Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, a quem cabe a decisão em primeira instância, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da impugnação.

§ 2º Fica facultado ao interessado, o recurso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação da decisão em primeira instância, devendo ser dirigido ao Senhor Prefeito Municipal a quem cabe a decisão em segunda instância, que terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para julgamento.

§ 3º A petição assinada por procurador somente produzirá efeito se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

Art. 10. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Zona de Influência, constante no Anexo I;

II – Memorial Descritivo do Projeto, constante no Anexo II;

III – orçamento do custo da obra, constante no Anexo III.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos quanto ao lançamento da contribuição de melhoria a partir do próximo exercício, decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

Os anexos encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Administração.

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297620

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dá nova redação ao item 7 – Plano de Ação, constante no Anexo Único da Lei nº 4.818, de 24 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O item 7 – Plano de Ação, constante no Anexo Único da Lei nº 4.818, de 24 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de
dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO ÚNICO

“7. PLANO DE AÇÃO

Considerando os documentos nacionais, municipais e as discussões realizadas nas oficinas para a elaboração do Plano Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, são apresentadas a seguir as prioridades de ação para os anos de 2015 a 2024.

O Plano prevê a implementação de um conjunto de ações em um horizonte de nove anos, definindo aquelas de curto prazo (2015 - 2016), de médio prazo (2017 - 2019), de longo prazo (2020 - 2023) e permanentes (2015 - 2024).

7.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Será constituída Comissão específica para monitorar e avaliar a implementação das ações. A avaliação será feita de forma progressiva e de acordo com os prazos estabelecidos no Plano (curto prazo, médio prazo e longo prazo).

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

15 - Área temática: Atenção à crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência doméstica						
15.1. Problema central: Crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade ou violação de direito						
15.1.1. Objetivo de impacto: Reduzir os casos de vulnerabilidade/violação de direitos envolvendo crianças e adolescentes						
Prioridade: A convivência familiar						
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas Início Término	Fontes de recursos
O fortalecimento da função protetiva da família e da comunidade	Os atendimentos realizados no CREAS	RMA e Censo SUAS	Atender 100% dos encaminhamentos de crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFPI.	CREAS	Janeiro/2018 Continuo	Próprios e federais R\$ 200.000,00 por ano 0008.0244.0094.2623
	Os atendimentos realizados nos CRAS	RMA e Censo SUAS	Atender 100% dos encaminhamentos de famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF	CRAS	Janeiro/2018 Continuo	Próprios, Estaduais e Federais R\$ 250.000,00 por ano 0008.0244.0068.2202
	Os Atendimentos Realizados nos Centros de Convivência	SISC	Atender ao menos 350 crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	CRAS	Janeiro/2017 Continuo	Próprios, Estaduais e Federais R\$ 400.000,00 por ano 0008.0244.0068.2202
	As atividades realizadas	Relatórios	Realizar dez atividades de fortalecimento de vínculos intergeracionais e comunitários nos Serviços de Proteção Social Básica	CRAS	Janeiro/2018 Continuo	Próprios, Estaduais e Federais R\$ 5.000,00 0008.0244.0068.2202

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

15- Área temática: Fortalecimento e assistência às famílias								
15.2 – Problema central: Encaminhamentos equivocados de crianças e adolescentes na Política de Assistência Social								
15.2.1 – Objetivo de impacto: Padronização dos encaminhamentos da Política de Assistência Social para crianças e adolescentes								
Prioridade: Padronização do atendimento								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Crianças e adolescentes sendo atendidos de forma adequada	O fluxograma de encaminhamento da Política de Assistência Social para crianças e adolescentes	Resolução do CMAS	Elaborar um fluxograma de encaminhamento da Política de Assistência Social para crianças e adolescentes	Gestão da Assistência Social	Junho 2019	Junho 2020	Próprios R\$ 10.000,00 0008.0122.0067.22 01	Rede Socioassistencial

15 - Área temática: Fortalecimento e assistência às famílias								
15.3 – Problema central: Famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social								
15.3.1 – Objetivo de impacto: Desenvolver a Política de Assistência Social conforme o Plano Municipal de Assistência Social								
Prioridade: O SUAS municipal								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Famílias e indivíduos com mais acesso a direitos socioassistenciais	A demanda de atendimento na Política de Assistência Social	Relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social	Implementar no mínimo 50% do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021	Gestão da Assistência Social	Janeiro/2018	Dezembro/ 2021	Próprios e Federais R\$ 6.000.000,00 ao ano	CRAS, CREAS, Rede Socioassistencial

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Social	

15 - Área temática: Acolhimento institucional								
15.4 – Problema central: Crianças e adolescentes com vínculos familiares e comunitários rompidos								
15.4.1 – Objetivo de impacto: Desenvolver o Serviço de Família Acolhedora								
Prioridade: A implantação do Serviço de Família Acolhedora								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Crianças e adolescentes acolhidas vivendo uma rotina familiar, diminuindo o impacto do acolhimento	O Serviço de Família Acolhedora em funcionamento	Lei sancionada	Elaborar a lei municipal do Serviço de Família Acolhedora	Gestão da Assistência Social	Setembro/ 2019	Contínuo	Próprios e federais R\$ 150.000,00 ao ano 0008.0244.009 4.2623	CRAS, CREAS, CMAAS, Ministério Público, Poder Judiciário e o Serviço de Acolhimento
			Realizar uma campanha de divulgação do Serviço de Família Acolhedora					
		Demanda do serviço	Censo SUAS Programa CUIDA TJ SC	Executar o Serviço de Família Acolhedora	Equipe técnica do serviço de Família Acolhedora	Janeiro/ 2020	Contínuo	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

16 - Área temática: Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência doméstica								
15.5 – Problema central: Crianças e adolescentes em situação de violação de direitos								
15.5.1 – Objetivo de impacto: Redução do número de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos através da orientação ao público alvo								
Prioridade: A denúncia e o atendimento dos casos de violação de direitos envolvendo crianças e adolescentes								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Crianças e adolescentes orientados sobre como reconhecer as principais formas de violência	As ações realizadas e a quantidade de crianças participantes	Fotos, Lista de Presença, Folder, gravação de programas e publicações em jornais de circulação e RMA (Relatório Mensal de Atendimento	Realizar uma campanha em mídias sociais, sobre os tipos de violência contra criança e adolescente	CREAS	Janeiro/2018	Contínuo	Próprios e Federais R\$ 80.000,00 por ano 0008.0244.0094.2623	CMDCA, Conselho Tutelar, Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Unidades Escolares do Município.
			Realizar 10 atividades por ano em escolas sobre como se prevenir, reconhecer e denunciar formas de violência envolvendo crianças e adolescentes.		Março 2019			
População orientada sobre como reconhecer as principais formas de violência	As ações realizadas e a quantidade de crianças participantes	Fotos, Lista de Presença, Folder, gravação de programas e publicações em jornais de circulação e RMA (Relatório Mensal de Atendimento	Realizar 20 ações de orientação, em cada ano, aos grupos de mulheres e de idosos, sobre como reconhecer violações de direitos de crianças e adolescentes e como denunciar	CREAS	Janeiro 2019	Contínuo	Próprios R\$ 80.000,00 por ano 0008.0244.0046.2035	Setor comunitário Grupos de idosos e mulheres e Coordenadoria da mulher

12. Área temática: Trabalho Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

12.1 – Problema central: Crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos trabalhando, exceto aqueles na condição de aprendiz a partir dos 14 anos									
12.1.1 – Objetivo de impacto: Sensibilizar a população sobre a temática do trabalho infantil.									
Prioridade: Combater o trabalho infantil									
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos	
					Início	Término			
População sensibilizada sobre a temática trabalho infantil, seus riscos e como denunciar	As campanhas realizadas	Relatório de campanhas anuais, fotos e material das campanhas.	Realizar duas campanhas educativas sobre o tema trabalho infantil.	Técnico de referência do PETI	Janeiro/2018	Final do plano (Continuo)	Próprios e federais R\$ 15.000,00 por ano. 0008.0244.0094.2623	CMDC, CMAS, Conselho Tutelar, Rede socioassistencial, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde	
Os profissionais com maior conhecimento sobre o trabalho infantil e seus riscos.	Capacitações realizadas	Lista de presença, fotos.	Realizar uma capacitação ao ano para os profissionais da educação, saúde e assistência sobre o tema Trabalho Infantil	Técnico de referência do PETI	Setembro/2018	Final do plano (Continuo)	Próprios e federais R\$ 10.000,00 por ano. 0008.0244.0094.2623	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Fundação de Cultura e de Esportes	
Crianças e adolescentes atendidos em Serviços Socioassistenciais com conhecimento sobre o mundo do trabalho.	As rodas de conversa realizadas	Relatório de atividades. Lista de presença, fotos E RMA.	Realizar cinco rodas de conversa, anualmente com crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e adolescentes em cumprimento de MSE (meio aberto) sobre o mundo do trabalho.	CRAS E CREAS	Maior/2019	(Continuo)	Próprios e federais R\$ 2.000,00 0008.0244.0094.2623	Centros de Convivência	
Adolescentes com maior conhecimento sobre inserção no mundo do	Planos Individuais de Atendimento elaborados	Fotos, lista de presença das atividades	Realizar as ações do Programa ACESUAS Trabalho com adolescentes.	Gestão da Assistência Social	Agosto/2018	Dezembro/2018	Próprios e federais R\$ 20.000,00 0008.0244.	CRAS 1, CRAS 2 E CREAS	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

trabalho						0068.2202
----------	--	--	--	--	--	-----------

12. Área temática: Direito a profissionalização						
12.2 – Problema central: Adolescentes inseridos no mercado de trabalho em desacordo com a Lei de Socioaprendizagem						
12.2.1 – Objetivo de impacto: Redução do trabalho infantil/precoce/irregular através do cumprimento da Lei de socioaprendizagem (adolescente aprendiz).						
Prioridade: Que as empresas cumpram a lei de socioaprendizagem						
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas Início	Término
Aumento do número de adolescentes aprendizes. Adolescentes no trabalho formal. Crianças e adolescentes fora de situações de trabalho infantil e adolescentes maiores de 14 anos na condição de aprendiz	Reuniões realizadas Demanda de atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Fotos	Realizar reuniões com CDL e ACIC para contratação de aprendizes.	Gestão da Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Janeiro/2019	Final do plano (continuo)
						Fontes de recursos Próprios e federais R\$ 5.000,00 0008.0244.0068.2202
						Envolvidos ACIC e CDL, CMDCA, CMAS, CRAS e CREAS

CULTURA

13. Área temática: Cultura

fls. 9

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

13.1. Problema central: Crianças e adolescentes aguardando vaga para atendimento nas ações de cultura								
13.1.1. Objetivo de impacto: Ampliação de atividades culturais para crianças e adolescentes								
Prioridade: A população participando de ações culturais								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
O aumento do número de crianças e adolescentes participando de atividades/eventos culturais do município	Número de pessoas que frequentam os eventos culturais. O aumento de participantes aos eventos/atividades culturais	Fotos, relatório de eventos	Realizar um evento por ano na área literária, na área de música, teatro, dança, artes visuais, cinema, e Carnaval infantil	Gestão da Fundação de Cultura	Janeiro/2017	Contínuo	Próprio e federais, R\$ 300.000,00 0013.0392.0073.2403	Técnicos e auxiliares artísticos, bibliotecarista, gestor do Centro cultural e Diretor do Museu, Fundação Municipal de Cultura; Entidades culturais do município;
			Celebrar parcerias, termos de colaboração e fomento com entidades públicas ou privadas para realização de projetos culturais.		Janeiro/2018	Contínuo		
Crianças e adolescentes inseridos em oficinas artísticas de diversas linguagens	Quantidade de participantes	Fotos, lista de presença e relatório anual	Oferecer gratuitamente ao menos 300 vagas nas oficinas permanentes nas áreas de música, dança e teatro	Gestão da Fundação Municipal de Cultura e Coordenação das oficinas da Fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2017	Contínuo	Próprio R\$ 300.000,00 ao ano 0013.0122.0071.2401 0013.0392.0073.2403	Técnicos e auxiliares artísticos da Fundação Municipal de Cultura.
			Oferecer ao menos 5 oficinas temporárias em outras linguagens artísticas					

fls. 10

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Famílias participando de eventos artísticos da Fundação de Cultura	Quantidade de participantes		Realizar uma ação anual das oficinas artísticas aos familiares das crianças e adolescentes participantes						
		Fotos		Realizar atividades de culturais na Rua Coberta, praça central e demais espaços públicos	Janeiro/ 2017	Contínuo	Próprio R\$ 2.000,00 ao ano 0013.0392.0073.2.403	Fundação Municipal de Cultura.	
Ampliação das ações culturais e maior acesso da população	Quantidade de visitantes	Lista de visitação do Museu	Ampliar, preservar e restaurar de acervos históricos, culturais e bibliográficos	Gestão da Fundação Municipal de Cultura e Comissão de Curadoria	Janeiro/ 2017	Contínuo	Próprios, estaduais e federais R\$ 50.000,00 ao ano 0013.0391.0072.2.402	Fundação Municipal de Cultura; Prefeitura Municipal de Concórdia.	
	Quantidade de livros adquiridos	Notas fiscais de compras	Realizar ao menos uma compra de livros por ano para ampliar o acervo da Biblioteca.	Gestão da Fundação Municipal de Cultura	Janeiro/ 2017	Contínuo	R\$ 5.000,00 0013.0392.0073.2.403	Setor administrativo da Fundação Municipal de Cultura, biblioteconomista e trabalhadores da Biblioteca Pública	
	Quantidade de participantes	Lista de presenças	Realizar ao menos 10 contações de história ao mês	Gestor do Centro Cultural	Janeiro/ 2017	Contínuo	R\$ 5.000,00 0013.0122.0071.2.401 0013.0392.0073.2.403	Escolas Municipais, Estaduais e Particulares	
	Quantidade de visitantes	Edital de exposições e fotos	Expor e divulgar produções em artes visuais, de artistas locais nesta área	Gestão da Fundação Municipal de Cultura	Janeiro/ 2017	Contínuo	R\$ 7.000,00 0013.0392.0073.2.403	Artistas locais	

13. Área temática: Cultura

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

13.3. Problema central: Crianças e adolescentes dos bairros ou comunidades afastadas na fila de espera para participar de atividades culturais							
13.3.1. Objetivo de impacto: Expansão de atividades artísticas e culturais para os bairros da cidade e comunidades do meio rural							
Prioridade: Levar atividades de cultura para a população em geral							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Garantia de acesso aos bens culturais às crianças e adolescentes que residem nos bairros mais afastados do centro e comunidades rurais	Número de crianças e adolescentes que moram nos bairros e comunidades mais afastadas do Centro do Município frequentando atividades/atrações culturais.	Relatórios anuais de atividade e de visitas e fotos	Realizar o Projeto Cultura em Movimento descentralizando as ações culturais para ao menos 2 bairros e comunidades do meio rural ao ano	Gestão da Fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2017	Contínuo	Técnicos auxiliares artísticos da Fundação Municipal de Cultura;
	Quantidade de crianças e adolescentes do SCFV participando de atividades culturais	Lista de presenças	Realizar ao menos uma vez por ano o Projeto Cultura em Movimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Gestão da Fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2019	Contínuo	Técnicos auxiliares artísticos da Fundação de Cultura, Centros de Convivência, CRAS I e CRAS II

13. Área temática: Cultura							
13.2. Problema central: Crianças e adolescentes com deficiência aguardando vaga nas atividades na Casa da Cultura							
13.2.1. Objetivo de impacto: Inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas práticas e cursos culturais e artísticos							
Prioridade: Crianças e adolescentes com deficiência participando de atividades culturais							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Acessibilidade da Casa da Cultura para pessoas com deficiência	Pessoas com mobilidade reduzida sendo capazes de transitar e frequentar qualquer ambiente da Casa Da Cultura.	Projeto técnico pronto. Parecer técnico da obra e registro fotográfico.	Realizar projeto de acessibilidade na Casa da Cultura Eliseo João Zanatta	Gestão da fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2019	Dezembro de 2022	Captação externa (estadual e federal) e patrocínio. R\$ 500.000,00 0013.0122.0074.1401	Engenheiros, setor administrativo da Fundação Municipal de Cultura; empresa contratada
	Profissionais da Fundação de Cultura sendo capazes de lecionar oficina artística para pessoas portadoras de deficiência.	Lista de presença, fotos, certificação e carga horária da capacitação	Realizar ao menos uma capacitação ao ano no intuito de qualificar os profissionais para inclusão e atendimento de crianças e adolescentes com deficiência.	Gestão da fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2019	Contínuo	Recursos Próprios R\$ 5.000,00 0013.0392.0073.2403	Técnicos auxiliares artísticos Fundação Municipal de Cultura
	O número de crianças e adolescentes atendidos em oficinas e eventos na Casa da Cultura	Ficha de inscrição e frequência	Disponibilizar ao menos 15 vagas nas oficinas da Fundação de Cultura para crianças e adolescentes com deficiência.	Gestão da fundação Municipal de Cultura	Janeiro/2019	Contínuo	R\$ 0,00	Técnicos auxiliares artísticos Fundação Municipal de Cultura

EDUCAÇÃO

21. Área temática: Mais de uma área – Educação
21.1. Problema central: Distorções no entendimento e aplicação dos direitos de criança e adolescente
21.1.1. Objetivo de impacto: Orientação a crianças, adolescentes, famílias e instituições educacionais sobre os direitos
Prioridade: Trabalhar o ECA e legislações pertinentes com Pais, alunos e profissionais da educação.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Adolescentes orientados sobre os direitos e a diminuição das ocorrências de ato infracional	Número de escolas abrangidas	Lista de presença ou ata; Registro fotográfico.	Realizar orientações às turmas de 8 ano do ensino fundamental das escolas municipais sobre ato infracional e medidas socioeducativas, baseado no Estatuto da Criança e Adolescente em 70% das escolas.	Secretaria Municipal de Educação	Janeiro de 2017	Dezembro de 2020	Recursos Próprios R\$ 2.000,00 0012.0122.0018 .2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Oficialato de Infância e Juventude, Patrulha Escolar e Escolas
A qualificação dos professores para o processo ensino e aprendizagem	Formações realizadas	Lista de presença, fotos e pauta da formação	Realizar ao menos uma formação ao ano para professores sobre o processo ensino aprendizagem nas reuniões pedagógicas.	Gestão da Secretaria Municipal de Educação	Janeiro de 2017	Contínuo	Recurso próprio R\$ 99.375,00 2019 0012.0361.0019 .2013-Ações da Administração Escolar - SEMED	Instituições escolares
	Número de reuniões; Pessoas participantes.	Lista de presença, registro fotográfico e relatório anual.	Realizar ao menos duas reuniões com os pais nas paradas pedagógicas para entrega de avaliações. Realizar com a comunidade escolar uma assembleia por ano para apresentação do planejamento anual, apreciação do calendário escolar e apresentação dos direitos e deveres das crianças e adolescentes	Gestor da instituição escolar	Janeiro de 2017	Contínuo	Recurso próprio R\$ 1.500,00 0012.0122.0018 .2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Comunidade escolar

fls. 14

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Adolescentes orientados sobre relacionamentos abusivos	Número de turmas participantes	Lista de presença	Realizar com 70% das turmas de 8º ano rodas de conversa com a temática “relacionamentos abusivos”	Gestão da Secretaria Municipal	Janeiro de 2018	Dezembro de 2019	Próprio R\$ 500,00 Anual 0012.0122.0018 2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Escolas municipais DPCAMI
	Número reuniões realizadas	Lista de presença	Realizar 4 reuniões anualmente para orientar os gestores, Orientadores Educacionais e coordenadoras de CMEI sobre direitos e deveres dos alunos e da família e da escola	Gestão da Secretaria Municipal	Janeiro de 2018	Contínuo	Próprio R\$ 500,00 Anual 0012.0122.0018 2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Instituições escolares

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 15

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

7. Área temática: Educação Infantil (creche)									
7.1. Problema central: Crianças de até três anos de idade aguardando vaga para atendimento nos CMEIs (creche)									
7.1.1. Objetivo de impacto: Ampliação de vagas na educação infantil em CMEIs (creche)									
Prioridade: Ofertar vaga a todas as crianças que necessitarem do serviço.									
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos	
					Início	Término			
	Número de inscritos na demanda	A lista única	Implantar lista única de demanda por vagas a serem atendidas nas creches (45 dias a 3 anos).	Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Janeiro/2018	Dezembro/2020	Recursos Próprios R\$ 1.800,00 0012.0122.0018.2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED		Gestão dos CMEIs
	Número de matrículas efetuadas nos CMEIs.	Alvará de funcionamento e lista de matrículas	Construção/implementação de dois CMEIs, sendo um em área de vulnerabilidade social, ampliando 160 vagas.		Janeiro/2015	Maio/2018	Próprios e Federal R\$ 3.000.000,00 0012.0365.0021.2018- Ações da Educação Infantil para os CMEIs-SEMED		
Número de crianças	Lista de matrículas	Ampliar 80 vagas em creche na área central	Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Janeiro/2018	Julho/2019	Recursos Próprios R\$ 300.000,00 0012.0365.0021.2018- Ações da Educação Infantil para os CMEIs-SEMED	Gestão do CMEI Zilda Silveira Neves		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 16

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

	Número de matrículas	Lista de matrículas	Ampliar ao menos 100 vagas em creche nos bairros		Julho/2019	Dezembro/2020	Recursos Próprios R\$ 24.899,00 0012.0122.0018.2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Gestão dos CMEIs
--	----------------------	---------------------	--	--	------------	---------------	---	------------------

7. Área temática: Educação Infantil (creche)								
7.2. Problema central: Espaços limitados em alguns CMEIs (Creche)								
7.2.1. Objetivo de impacto: Espaços físicos reformados e bons materiais pedagógicos nos CMEIs (Creche)								
Prioridade: Ofertar serviço de qualidade em nível de Educação Infantil.								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Crianças com melhores condições de espaço e material pedagógico para desenvolvimento das atividades	Número de CMEIs adequados	Fotografias dos espaços	Adequar o espaço físico de 20% dos CMEIs com espaço interno e externo para desenvolvimento das atividades lúdicas	Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Fevereiro/2018	Dezembro/2020	Próprios e federais R\$ 500.000,00 – anualmente 0012.0365.0021.2018- Ações da Educação Infantil para os CMEIs-SEMED	Gestão escolar e Comunidade escolar

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 17

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

	CMEIs atendidos	Ordem de compra	Adquirir brinquedos educativos e materiais didáticos anualmente para os CMEIs				Próprios e federais R\$ 800.000,00 – anualmente 0012.0365.0021.2018-Ações da Educação Infantil para os CMEIs-SEMED	
Professores mais capacitados	Número de formações realizadas	Lista de presença e fotos	Realizar anualmente uma formação por área dos professores em exercício na Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	Fevereiro/ 2017	Contínuo	Próprios e federais R\$ 70.000,00 – anualmente 0012.0365.0021.2018-Ações da Educação Infantil para os CMEIs-SEMED	Professores e gestores das escolas e CMEIs

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 18

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

21. Área temática: Mais de uma área - Educação									
21.2. Problema central: Infrequência escolar na educação infantil de 4 e 5 anos e Ensino Fundamental									
21.2.1. Objetivo de impacto: Redução da infrequência escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental									
Prioridade: Monitorar frequência e permanência dos alunos, de modo que conclua com qualidade seus estudos.									
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos	
					Início	Término			
Maior número de crianças e adolescentes frequentando a escola	Número de APOIA registrados	Registros do sistema APOIA	Executar o programa APOIA – Programa de Combate à Evasão Escolar	Unidades Escolares	Fevereiro/2017	Contínuo	Próprio R\$1.200,00 0012.0122.0018.2012- Manutenção das Atividades- Meio da SEMED	Conselho tutelar Ministério público Secretaria Municipal de Educação	
	Número de alunos que utilizam o serviço	Plano de matrícula	Proporcionar transporte escolar aos alunos, observadas as necessidades de locomoção e zoneamento entre a escola e a residência.	Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Fevereiro/2017	Contínuo	Próprios, estaduais e federais R\$ 4.500.000,00 - anualmente. 0012.0361.0019.2016- Ações do Ensino Fundamental-Convênios- SEMED 0012.0362.0024.2011	Gestão Escolar	

16. Área temática: Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos e violência doméstica									
16.1. Problema central: Crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade no período extraclasses									
16.1.1. Objetivo de impacto: Atendimento a crianças e adolescentes em período extraclasses.									
Prioridade: Que as crianças e adolescentes tenham opções de atividades para realizar em contra turno escolar.									
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	de Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos	
					Início	Término			

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 19

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Crianças e Adolescentes de dois Bairros de Vulnerabilidade realizando atividades extraclasses.	Número de escolas em tempo Integral	Censo Escolar	Manter escolas em tempo integral em Dois Bairros de vulnerabilidade social com atividades culturais e esportivas em horário extraclasses.	Secretaria Municipal de Educação	Fevereiro de 2017	Contínuo	Próprio e Federal R\$ 4.090.148,00 Anual 0012.0361.0019.2013 -Ações da Administração Escolar –SEMED	Gestão Escolar
Crianças em situação de vulnerabilidade social atendimento integral nos CMEIs (Creches)	Número de Matrículas	Censo Escolar	Atender crianças em situação de vulnerabilidade social em período integral em CMEIs (creches).	Secretaria Municipal de Educação	Fevereiro de 2017	Contínuo	Próprio R\$ 1.351,00 Por aluno mensal 0012.0361.0019.2016- Ações do Ensino Fundamental-Convênios-SEMED	Coordenação CMEIs (creches) Professores, Auxiliares e Estagiários.
Crianças e adolescentes desenvolvendo atividades culturais na escola fomentando o resgate de práticas culturais locais	Número de inscritos	Inscrições do projeto, realização do concurso	Realizar o Projeto Paródia e Poesia nas escolas	Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares	Fevereiro 2017	Dezembro de 2020	Próprios R\$ 15.000,00 0012.0361.0019.2016- Ações do Ensino Fundamental-Convênios-SEMED	Gestão Escolar Comunidade escolar Assessoria de Comunicação Fundação de Cultura

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 20

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

5. Área temática: Atenção a crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais							
5.1. Problema central: Crianças e adolescentes com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades que necessitam de atendimento Educacional Especializado							
5.1.1. Objetivo de impacto: Atendimento Educacional Especializado para crianças e adolescentes com deficiências, transtornos do espectro Autista e Altas habilidades.							
Prioridade: Que as crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades sejam incluídos na educação básica.							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Crianças e adolescentes com deficiência, acessando o atendimento educacional especializado	Número de escolas com salas de AEE	Censo Escolar.	Desenvolver o atendimento educacional especializado com salas multifuncionais em 60% das unidades escolares	Secretaria Municipal de Educação	Fevereiro/2017	Contínuo	Gestão escolar comunidade Escolar
	Número de profissionais de Apoio	Termo de posse Contrato de Trabalho	Assegurar o profissional de apoio nas turmas em que estão matriculados alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e casos especiais que requeram este atendimento.	Secretaria Municipal de Educação.	Fevereiro/2017	Contínuo	Gestão escolar e comunidade escolar

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 21

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

9. Área temática: Ensino Fundamental (anos iniciais)							
9.1. Problema central: Crianças não alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental							
9.1.1. Objetivo de impacto: Alfabetização de crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental							
Prioridade: Que as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental sejam alfabetizadas							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Maior número de crianças alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental	Número de escolas cadastradas	Cadastro no Sistema PDDE Interativo	Desenvolver o Programa Mais alfabetização em 25% das escolas.	Secretaria Municipal de Educação	Janeiro/2017	Contínuo	Gestão escolar Professores
	Número de crianças atendidas	Tabela com resultados dos testes realizados anualmente	Aplicar em 100% das crianças da Pré-Escola Escala SNELLEN, a fim de detectar problemas visuais	Unidade escolares			Orientadores Educacionais Alunos Família
	Número de formações	Lista de presença e fotos	Realizar anualmente uma formação específica para professores de 1º e 2º anos do ensino fundamental	Secretaria Municipal de Educação	Janeiro/2018	Contínuo	Gestores escolares Orientadores e Professores

fls. 22

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

21. Área temática: Mais de uma área - Educação							
21.3. Problema central: Crianças e adolescentes sem o devido acompanhamento dos pais ou responsáveis na vida escolar							
21.3.1. Objetivo de impacto: Participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, aproximando a relação de escola e a família							
Prioridade: Que os pais participem das atividades escolares dos filhos							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Participação dos pais nas atividades escolares	Número de eventos realizados	Fotografia dos eventos e calendário escolar	Promover anualmente o dia da família na escola, festas juninas e mostra de trabalhos.	Instituições Escolares	Fevereiro/ 2017	Contínuo	Comunidade Escolar Secretaria Municipal de Educação
							Recursos Próprios R\$2.000,00 0012.0361.0019.2016- Ações do Ensino Fundamental- Convênios-SEMED

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 23

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

ESPORTE

14. Área temática: Esporte							
14.1 – Problema central: Crianças e adolescentes ociosas no contra turno escolar							
14.1.1 – Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes participando de atividades esportivas no contra turno escolar							
Prioridade: Crianças e adolescentes praticando esportes							
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos
					Início	Término	
1500 crianças e adolescentes frequentando esportivas do Município.	Número de matrículas e/ou inscrições	Escolinhas esportivas ofertadas.	Oferecer gratuitamente ao menos 1500 vagas nas escolinhas esportivas nas modalidades de: atletismo, basquetebol, futsal, handebol, voleibol, xadrez, tênis de mesa e judô.	Gestão da Fundação Municipal de Esportes	Janeiro/2017	Contínuo	Próprio R\$ 2.500.000,00 por ano Orçamento: 0027.0122.0075.2451 - Manutenção das Atividades - FMEC 0027.0812.0077.2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC
Participação de pelo menos 300 crianças e adolescentes na competição	Número de escolas participantes e classificação geral da competição	Ficha de inscrição das escolas participantes	Realizar uma competição esportiva com pelo menos 300 crianças e adolescentes das escolas do município				Próprios R\$ 10.850,00 0027.0812.0077.2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC
							Coordenador, professores, técnicos esportivos, estagiários e monitores das escolinhas. Coordenador do esporte comunitário professores das escolas envolvidas e técnicos esportivos

fls. 24

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

14. Área temática: Esporte								
14.2. Problema central: Crianças e adolescentes com deficiência com dificuldade para participar de atividades esportivas do Município								
14.2.1. Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes com deficiência inseridos em atividades esportivas								
Prioridade: Crianças e adolescentes com deficiência incluídos em práticas esportivas								
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
					Início	Término		
Crianças e adolescentes com deficiência participando de escolinhas esportivas.	Número de crianças e adolescentes com deficiência participando de escolinhas esportivas	Fichas de inscrição	Oferecer escolinha de judô na APAE.	Gestão da Fundação Municipal de Esportes	Fevereiro/2017	Dezembro de cada ano	Próprio R\$ 60.000,00 0027.0812.0077.2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC	Coordenador, Técnicos, professores, estagiários e monitores das escolinhas
			Disponibilizar ao menos 20 vagas para crianças e adolescentes com deficiência nas escolinhas esportivas					

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 25

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

14. Área temática: Lazer						
14.3. Problema central: Crianças e adolescentes ociosas no contra turno escolar						
14.3.1. Objetivo de impacto: Participação de crianças e adolescentes em atividades de lazer						
Prioridade: Crianças e adolescentes participando de ações de lazer						
Resultados esperados	Indicadores de resultados	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas	
					Início	Término
Crianças e adolescentes participando de ações de lazer.	Número de crianças e adolescentes participantes	Número de crianças e adolescentes inscritos	Viabilizar a participação de crianças e adolescentes em passeio ciclístico ao menos uma vez por ano	Assessoria de Comunicação	Julho 2017	Anualmente
			Realizar ao menos um Festival das Escolinhas Esportivas	Gestão da Fundação Municipal de Esportes	Agosto/2017	Anualmente
			Realizar a Olimpíada Interbairros com a participação de adolescentes	Gestão da Fundação Municipal de Esportes	De maio a setembro de cada ano	Anualmente
					Fontes de recursos	Envolvidos
					Próprios R\$ 10.000,00 0004.0122.0002.2002	Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Educação
					Próprios R\$ 12.650,00 0027.0812.0077.2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC	Coordenador, Professores, técnicos, estagiários, monitores.
					Próprios R\$ 7.700,00 0027.0812.0077.2453 - Ações do Desporto Comunitário - FMEC	UMAMC (União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia), Professores, coordenador do esporte comunitário e associações de moradores

fls. 26

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SAÚDE

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde							
3- Área Temática: Atenção à saúde da criança							
3.1. Problema central: Crianças com dentes cariados, perdidos e obturados.							
3.1.1. Objetivo de impacto: Promoção de saúde bucal em/para crianças							
Prioridade: Garantir acesso a prevenção de saúde bucal e tratamento das crianças							
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Crianças orientadas sobre saúde bucal; Padronização do atendimento em odontopediatria.	Palestras realizadas em CMEIs e escolas com PSE (programa saúde na escola); Crianças de 0 a 5 anos atendidas	E-SUS	Realizar 36 palestras e escovações supervisionadas nas escolas pactuadas no Programa Saúde na Escola	Odontólogos das ESFs	Janeiro/2017	Contínuo	Escolas com PSE CMEIs Equipe de ESF
			Realizar 100 ações preventivas em CMEIs que estão nas áreas de abrangência das ESFs;				
		Protocolo	Elaborar protocolo de atendimento odontopediatria.	Clinica de odontopediatria	Janeiro/2018	Dezembro 2018	ESF

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 27

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde								
1 - Área Temática: Saúde Materna								
1.1. Problema central: Gestantes desassistidas em saúde bucal								
1.1.1. Objetivo de impacto: Assistência odontológica às gestantes.								
Prioridade: Garantir atendimento odontológico a todas as gestantes								
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso	Envolvidos
					Início	Término		
Gestantes e orientadas sobre saúde bucal	Número de gestantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde	Relatórios, E-SUS	Atender 100% das gestantes nas unidades de saúde no serviço de odontologia.	Departamento de odontologia	Janeiro/ 2019	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS Valor: R\$ 10.000,00	ESF Unidade Sanitária Policlínica

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde								
22 – Área Temática: Mais de uma área da Saúde								
22.1. Problema central: Adolescentes gestantes								
22.1.1. Objetivo de impacto: Redução do número de adolescentes gestantes								
Prioridade: Diminuir o número de gestantes adolescentes no município								
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso	Envolvidos
					Início	Término		
Até 2024, reduzir o índice municipal de gravidez na adolescência a 5%	Número de ações realizadas	E-SUS Relatórios próprios	Realizar 10 ações de planejamento familiar junto as escolas anualmente	ESF Unidade Sanitária	Janeiro/ 2018	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS Valor: R\$ 5.000,00	Escolas Básicas Municipais

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 28

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

	Número de adolescentes atendidas	E-SUS Relatórios próprios	Fornecer métodos contraceptivos	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro/ 2017	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2.102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2.615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS Valor: R\$ 15.000,00	Gestão de Saúde
--	----------------------------------	---------------------------	---------------------------------	---	---------------	----------	---	-----------------

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde									
1 - Área Temática: Atenção à saúde materna									
1.2. Problema central: Rede de atendimento a gestante de alto risco fragmentada e pouco resolutiva									
1.2.1. Objetivo de impacto: Atendimento a gestante contínuo e resolutivo									
Prioridade: Garantir atendimento integrado e de qualidade as gestantes com acompanhamento nas unidades de saúde do município									
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso	Envolvidos	
					Início	Término			
Acesso as informações de forma continuada e ágil Gestantes atendidas de forma integral Pré natal de qualidade Redução no número de mortalidade infantil e materna	Número de atendimentos realizados de forma integral.	Relatório do sistema de informação E-SUS	Integrar sistemas de atendimento	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Agosto/ 2019	31/12/2019	13.001.0010.0305.0063.2.615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS Valor: R\$ 10.000,00	ESF e Unidade Sanitária	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 29

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde							
22 - Área Temática: Mais de uma área da Saúde							
22.2. Problema central: Mortalidade infantil							
22.2.1. Objetivo de impacto: Redução de mortalidade infantil							
Prioridade: Diminuir o número de óbitos em crianças menores de 1 anos.							
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Envolvidos
					Início	Término	
Causas da mortalidade infantil e materna investigadas	Comitê atuante e resolutivo	Decreto de nomeação do Comitê	Criar o Comitê de Acompanhamento de Mortalidade infantil e Materna.	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro/2019	Contínuo	Atenção básica e especialidade
Redução do número de complicações no parto e na mortalidade infantil	Gestantes com no mínimo seis consultas de pré-natal e as crianças atendidas	E-SUS, Relatório próprio	Atender 100% das gestantes do SUS e crianças até um ano de idade conforme protocolo rede cegonha	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro/2017	Contínuo	Policlínica Unidade sanitária ESF
Qualificação profissional	Número de capacitações realizadas	Lista de presença	Realizar pelo menos uma capacitação ao ano para os profissionais de saúde sobre saúde materno-infantil	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro/2019	Contínuo	Unidades de Saúde do Município
							Orçamento: 13.001.0010.0122.0060.2101 - Manutenção das Atividades - Meio do FMS Valor: R\$ 10.000,00 Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica - FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde - FMS Valor: R\$ 20.000,00 Orçamento: 13.001.0010.0122.0060.2101 - Manutenção das Atividades - Meio do FMS Valor: R\$ 10.000,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 30

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde									
3- Área Temática: Atenção à saúde da criança									
3.2. Problema central: Mães inseguras quanto ao aleitamento materno									
3.2.1. Objetivo de impacto: Promoção ao aleitamento materno									
Prioridade: Garantir aleitamento materno exclusivo as crianças até os 6 meses de idade									
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso	Envolvidos	
					Início	Término			
Mulheres orientadas sobre a importância do aleitamento materno	Capacitação realizada	Lista de presença	Realizar uma formação sobre aleitamento materno para os profissionais da saúde ao ano	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Agosto de 2019	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS Valor: R\$ 5.000,00	Todos os profissionais da rede municipal Unidade sanitária, ESF Unidades de saúde	
	Gestantes atendidas	E-SUS	Orientar 100% das gestantes atendidas nas unidades de saúde sobre o aleitamento materno	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro de 2017				
	Campanha realizada	Fotos	Realizar uma campanha de sensibilização sobre o aleitamento materno anualmente	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Agosto de 2018				

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 31

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde							
3 - Área Temática: Atenção à saúde da criança							
3.3. Problema central: Risco de transmissão vertical de HIV através da amamentação.							
3.3.1. Objetivo de impacto: Prevenção da transmissão vertical do HIV através do aleitamento materno.							
Prioridade: Evitar a transmissão vertical de HIV pelo aleitamento materno							
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso
					Início	Término	
100% das crianças expostas atendidas com fórmula infantil	Crianças atendidas no ambulatório de IST/AIDS	Relatórios próprios	Distribuir fórmula infantil na Unidade Sanitária a 100% das crianças de 0 a 06 meses com mãe HIV positivo	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Janeiro de 2017	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0303.0064.210 5- Assistência Farmacêutica - FMS Valor: R\$ 10.000,00
							Unidades Sanitárias

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 32

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde									
22 - Área Temática: Atenção à saúde do adolescente									
22.3. Problema central: Atendimento ao adolescente fragmentado e pouco acolhedor									
22.3.1. Objetivo de impacto: Atendimento ao adolescente desde a primeira escuta de forma acolhedora e resolutiva.									
Prioridade: Garantir acesso e escuta qualificada aos adolescentes nos serviços de saúde do município									
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso	Envolvidos	
					Início	Término			
Qualificação dos servidores quanto a primeira escuta e sequência do atendimento ao adolescente	Número de capacitações realizadas	Lista de presença;	Realizar anualmente uma formação às equipes de saúde sobre atendimento ao adolescente;	Gestão	Fevereiro/2019	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS 13.001.0010.0303.0062.2103 - Ações de Média e Alta Complexidade – FMS Valor R\$ 5.000,00	ESF Unidade Sanitária Policlínica Escolas Básicas Municipais	
Adolescentes mais próximos dos profissionais de saúde	Número de atendimento/a colhimentos de adolescentes realizados nas unidades de saúde.	E-SUS	Elaborar fluxograma de atendimento ao adolescente	Gestão	Fevereiro/2019	Contínuo	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS 13.001.0010.0303.0062.2103 - Ações de Média e Alta Complexidade – FMS Valor R\$ 5.000,00	ESF Unidade Sanitária Policlínica Escolas Básicas Municipais	
Adolescentes orientados sobre saúde	Número de escolas atendidas	E-SUS, Relatórios	Realizar anualmente orientações de saúde aos adolescentes em 80 % das escolas básicas.	ESF e profissionais de saúde	Junho/2018	Dezembro/2024	Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica – FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde – FMS 13.001.0010.0303.0062.2103 - Ações de Média e Alta Complexidade – FMS Valor R\$ 10.000,00	ESF Unidade Sanitária Policlínica Escolas Básicas Municipais	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 33

LEINº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Órgão implementador: Secretaria Municipal de Saúde						
3 - Área Temática: Saúde infantil e na adolescência						
3.4 - Problema central: Atenção a criança e adolescente com deficiências físicas e ou mentais						
3.4.1 - Objetivo de impacto: Acompanhamento regular da criança prematura ou com síndrome.						
Prioridade: Diminuir número de complicações em crianças com deficiência ou síndrome.						
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas	
					Início	Término
A garantia do atendimento regular de crianças prematuras e/ou com síndromes	Número de crianças atendidas	Relatório próprio	Facilitar o acesso ao atendimento pediátrico a criança prematura e/ou com síndrome	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde	Setembro/2019	Contínuo
	Número de busca ativa realizadas	E-SUS	Realizar a busca ativa das crianças prematuras, com síndromes ou deficiência	ESFs	Janeiro/2017	Contínuo
					Fontes de recurso	
					Envolvidos	
					Orçamento: 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde - FMS Valor: R\$ 15.000,00	
					ESF Unidade sanitária Policlínica	
					Orçamento: 13.001.0010.0301.0061.2102 - Ações de Atenção Básica - FMS 13.001.0010.0303.0062.2103 - Ações de Média e Alta Complexidade - FMS 13.001.0010.0305.0063.2615 - Ações de Vigilância em Saúde - FMS Valor: R\$ 10.000,00	
					Unidade Sanitária e Policlínica e unidades de saúde	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 34

LEI Nº 5.319, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

22. Área Temática: Mais de uma área da saúde							
22.4. Problema central: Saúde mental na infância e adolescência							
22.4.1. Objetivo de impacto: Atendimento às demandas de saúde mental na infância e adolescência							
Prioridade: Criar fluxo de atendimentos às demandas de saúde mental na infância e adolescência							
Resultados esperados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recurso
					Início	Término	
Até 2019, organizar fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no setor de Saúde Mental.	Criação e disponibilização de protocolo de encaminhamento.	Atas das reuniões em que foi apresentado o protocolo.	Apresentar o protocolo aos Gestores da Educação Municipal e Estadual e Enfermeiros das Unidades de Saúde.	Caps I	2018	2019	Tal ação não prevê recurso.
Até 2024, ampliar a atuação do setor de Saúde Mental em escolas do município com foco em prevenção e educação em saúde.	Número de crianças e adolescentes atendidas a partir da criação do protocolo.	Relatórios próprios dos atendimentos das profissionais de psicologia, terapia ocupacional e psiquiatria.	Garantir atendimento psiquiátrico, psicológico e em terapia ocupacional, individual ou em grupo, a crianças e adolescentes com demanda em saúde mental.	Caps I	2018	Contínuo	R\$ 480.000,00 ano CAPS I
	Número de ações realizadas nas escolas.	Fotos Relatório das atividades	Realizar palestras, rodas de conversas, ações interativas com crianças e adolescentes focando prevenção e educação em saúde mental dentro de escolas do município.	Caps I	2018	Contínuo	R\$ 24.000,00 ao ano Escolas Básicas Municipais e Estaduais.
Até 2024, ampliar ações de inclusão social com crianças e adolescentes atendidos pelos Caps I.	Número de ações inclusivas realizadas.	Projeto escrito das ações realizadas. Fotos comprobatórias das ações realizadas. Notícias em mídias da cidade das ações realizadas.	Realizar amostras, passeios e outras atividades que estimulem a inclusão social com crianças e adolescentes atendidos pelos Caps I.	Caps I	2017	Contínuo	R\$ 24.000,00 ao ano Fundação Municipal de Cultura, Museu Angelo Spriggo Memorial Atílio Fontana.

LEI Nº 5.326, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297623

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**LEI Nº 5.326, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Dispõe sobre a criação do Programa Bairro Empreendedor no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a instituir o Programa Bairro Empreendedor no Município de Concórdia.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei tem por objetivos:

I – fortalecer os núcleos comerciais nos Bairros e contribuir com desenvolvimento econômico em todas as regiões do Município;

II – apoiar as atividades informais no sentido de garantir sua inserção no mercado formal;

III – promover a formação e qualificação profissional adequada às necessidades atuais e futuras dos diferentes segmentos econômicos para desempregados, empregados e empreendedores;

IV – reduzir o nível de desemprego;

V – expandir e fortalecer as atividades comerciais nos Bairros;

VI – estimular o estreitamento de relações entre universidades e a comunidade, trocando conhecimento em forma de assessoria e de consultoria às micro e pequenas empresas, tanto urbanas quanto rurais;

VII – criar novos pontos de comércio, gerando mais empregos e renda nos locais próximos da moradia dos trabalhadores;

VIII – aprimoramento tecnológico e incremento da inovação em produtos e processos dos pequenos negócios, oportunizando condições iguais de competitividade e maior acesso ao mercado.

Art. 3º Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, o Executivo Municipal poderá:

I – promover palestras, cursos, oficinas, conferências, campanhas junto às associações de moradores, sindicatos, escolas, igrejas e outros segmentos da sociedade civil, que venham prover informações sobre a cultura empreendedora;

II – efetuar campanhas institucionais junto aos meios de comunicação com o fim de divulgar o Dia Municipal do Empreendedor.

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a celebrar parcerias ou outros instrumentos de cooperação com órgãos públicos federais e estaduais, bem como com empresas privadas e órgãos não governamentais, visando ao apoio e à solidariedade no acompanhamento, execução e avaliação das ações decorrentes desta Lei.

Art. 5º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.327, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297626

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.327, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Concórdia, para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2020, estima a receita em R\$ 247.197.610,00, fixa a despesa em R\$ 188.768.839,00 e as transferências financeiras em R\$ 58.428.771,00.

Art. 2º O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2020, estima transferências do tesouro municipal e fixa a despesa em R\$ 5.050.000,00.

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada e Indireta, estima a receita em R\$ 59.152.390,00, acrescido das transferências financeiras no valor de R\$ 53.378.771,00 e fixa a despesa em R\$ 112.531.161,00.

Parágrafo único. O valor total consolidado do Orçamento do Município para receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 306.350.000,00.

Art. 4º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada é composto pelos seguintes Fundos:

I – Fundo Municipal de Saúde – FMS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 33.833.030,00, mais R\$ 39.362.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 73.195.030,00;

II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 632.600,00, mais R\$ 5.795.411,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 6.428.011,00;

III – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 230.060,00, mais R\$ 108.169,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 338.229,00.

Art. 5º O Orçamento da Administração Indireta é composto pelas seguintes Fundações e Instituto:

I – Fundação Municipal de Cultura – FMC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 375.500,00, mais R\$ 1.972.997,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 2.348.497,00;

II – Fundação Municipal de Esportes – FMEC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 70.100,00, mais R\$ 5.104.257,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 5.174.357,00;

III – Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 11.100,00, mais R\$ 1.035.937,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 1.047.037,00;

IV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, com uma receita estimada e despesa fixada em R\$ 24.000.000,00.

Art. 6º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 5.270, de 14 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2020 – LDO.

Art. 7º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 10. O limite autorizado no art. 9º desta Lei não será onerado quando o crédito se destinar a atender:

I – insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II – ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III – insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações

das respectivas funções.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte ou destinação de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 13. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 14. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso poderão, independentemente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, e firmar Parcerias, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, com entidades de que trata o art. 15 da Lei nº 5.270, de 2019 – LDO 2020.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 20. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.270, de 2019 – LDO 2020.

Art. 21. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 22. Ficam atualizados os anexos das Leis relativas ao Plano Plurianual – PPA 2018/2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020, com base nos valores constantes nesta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

Os anexos encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 10/2019, DE 30 DE DEZEMBRO 2019.

Publicação Nº 2297554

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 10/2019, DE 30 DE DEZEMBRO 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa

do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Convocar o servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, no período de 06 a 28 de janeiro de 2020, correspondente à portaria 09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

ROBERTO MARINELLO
Superintendente da FUMDEMA

PORTARIA Nº 229/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297630

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 229/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA DEVENSE BACH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de um ano, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297631

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 230/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE :

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a licença para acompanhamento de excepcional, concedida pela Portaria nº 109/2019, de 5 de junho de 2019, ao servidor FABIO LEONOR BACH, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297632

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 231/2019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 43/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- a CI DSMT 330/2019, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), à servidora DEOLIDES SALETE DALBERTI BEGNINI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, no período de 1º a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, fica suspensa, no mesmo período, o Adicional de Insalubridade concedido à servidora DEOLIDES SALETE DALBERTI BEGNINI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 40/2019, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 40/2019, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383 de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a servidora SILVANA DE VARGAS do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES
Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 30 de dezembro de 2019
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**PORTARIA Nº 1/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2297654

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 1/2020, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.
Convoca servidoras em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procuradora, a partir de 2 de janeiro de 2020;

II – ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de Contadora, no período de 2 a 12 de janeiro de 2020 e a partir de 27 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 2 de janeiro de 2020.

ANA CAROLINA COLOMBO
Agente Administrativo

PORTARIA Nº 2/2020 - IPRECON

Publicação Nº 2297657

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 2/2020, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.
Concede Promoção Horizontal à servidora DIANE DOS SANTOS.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento D.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2020.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 2 de janeiro de 2020.

ANA CAROLINA COLOMBO
Agente Administrativo

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298035

DECRETO Nº 001, de 2 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO E PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

CONSIDERANDO as disposições do IV do art. 3º, da Lei Federal 10.520 de 17 de Julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDO, o PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO que terão dentre outras atribuições, a do recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Fica designado para as funções de PREGOEIRO o servidor municipal NESTOR GRANDO.

Art. 3º. Ficam designados para comporem equipe de apoio ao Pregoeiro, os servidores:

- ROGER FREITAG
- POLIANA PATRICIA KITTEL GRUNITZKY
- ELIANE MARIA DURANTI BECKER

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de Janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298038

DECRETO Nº 002, de 2 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUIDA a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Parágrafo único. As atribuições da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Designa os servidores municipais abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Licitação, no Exercício Financeiro de 2020, a saber:

Membros titulares:

- NESTOR GRANDO
- ROGER FREITAG
- ELIANE MARIA DURANTI BECKER

Membro Suplente:

- POLIANA PATRICIA KITTEL GRUNITZKY

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298040

DECRETO Nº 003, de 2 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE REGISTROS CADASTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA, para o exercício de 2020 a COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS.
Parágrafo único. As atribuições da Comissão de Julgamento de Registros Cadastrais estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Ficam designados para comporem a Comissão de Julgamento de registros Cadastrais, os servidores:

- POLIANA PATRICIA KITTEL GRUNITZKY
- NESTOR GRANDO
- ELIANE MARIA DURANTI BECKER
- ROGER FREITAG

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298041

DECRETO Nº 004, de 2 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MUNICIPAL.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 17, de 21 de Dezembro de 2004;

CONSIDERANDO a variação do Índice Geral de Preços para o Mercado – IGPM, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrada para o ano de 2019 no valor de 7,32% (sete vírgula trinta e dois por cento);

DECRETA:

Art. 1º. Fixa a UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2020 em R\$ 4,68 (quatro reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será utilizada na apuração dos débitos e créditos fiscais de qualquer natureza e quaisquer outros valores referidos na legislação tributária municipal, expressos em UFIR e, em todas as disposições tributárias que venham a ser criadas ou alteradas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298043

DECRETO Nº 005, de 2 de janeiro de 2020.

FIXA OS PREÇOS PÚBLICOS PARA SERVIÇOS PARTICULARES EXECUTADOS COM PESSOAL, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, VALORES PARA COBRANÇA DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, E VALORES PARA ITBI RURAL.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei 1.685/1993 e a Lei Complementar 10/1998,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados os valores atribuídos a serviços prestados para particulares com pessoal, maquinários e/ou equipamentos da Administração Pública do município de Cunha Porã, conforme segue:

SERVIÇOS PRESTADOS	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Motoniveladora (Patrôla)	Hora/Serviço	245,87
Rolo Compactador	Hora/Serviço	133,98
Escavadeira Hidráulica	Hora/Serviço	175,03
Trator de Pneus Simples 685	Hora/Serviço	76,33
Trator de Pneus Traçado	Hora/Serviço	95,19
Retroescavadeira	Hora/Serviço	95,19
Caminhão Caçamba	Carga de Terra	47,60
Caminhão Caçamba	Hora/Serviço	123,47
Tubo de Concreto 0,30cm	Unidade	33,79
Tubo de Concreto 0,40cm	Unidade	40,81
Tubo de Concreto 0,60cm	Unidade	72,99
Fotocópia	Unidade	0,54
Certidões / Declarações / Atestados / Negativas e outras semelhantes	Unidade	18,55

Art. 2º. Ficam fixados os valores do metro quadrado para Licença de Construção, conforme segue:

Alvenaria	R\$ 2,76
Mista	R\$ 1,84
Madeira	R\$ 1,35

Art. 3º. Ficam fixados os valores do metro quadrado para Taxa de Habite-se, conforme segue:

Alvenaria	R\$ 1,35
Mista	R\$ 0,87

Art. 4º. Os valores venais por hectare de imóveis rurais observarão os valores definidos na tabela da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Art. 5º. Ficam fixados os valores das benfeitorias de imóveis rurais, conforme segue:

Galpão de Fumo	R\$ 50,83	m²
Galpão de Madeira Bruta	R\$ 81,35	m²
Casa de Madeira Bruta	R\$ 163,05	m²
Casa de Alvenaria	R\$ 244,22	m²

Art. 6º. As entidades associativas, escolas e demais entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, devidamente constituídas, atendida a conveniência da Administração Municipal, e com autorização única do Chefe do Executivo Municipal, ficam isentas do pagamento dos serviços a que se refere o presente decreto.

Art. 7º. Excluem-se deste decreto, os preços estabelecidos em programas especificamente criados, que se regerão pelo seu próprio regulamento.

Art. 8º. Os serviços de que trata o presente decreto, somente serão concedidos mediante o pagamento antecipado e apresentação do recibo de pagamento.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298045

DECRETO Nº 006, de 2 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, ISS e TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA, E ALVARÁ SANITÁRIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 010/98 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º. Para o recolhimento dos tributos municipais: Imposto Sobre Serviços – ISS, Alvará - Taxa de Fiscalização Sobre Licença para Funcionamento e Permanência e Alvará Sanitário, no exercício de 2020, será observado os prazos de vencimento estabelecidos na tabela abaixo:

I - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA:

a) Parcela Única VENCIMENTO 28.02.2020

II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS
COMPETÊNCIA VENCIMENTO COMPETÊNCIA VENCIMENTO

a) Janeiro 20.02.2020 g) Julho 20.08.2020
b) Fevereiro 20.03.2020 h) Agosto 21.09.2020
c) Março 20.04.2020 i) Setembro 20.10.2020
d) Abril 20.05.2020 j) Outubro 20.11.2020
e) Maio 22.06.2020 l) Novembro 21.12.2020
f) Junho 21.07.2020 m) Dezembro 20.01.2021

III – ALVARÁ SANITÁRIO:

a) Parcela Única VENCIMENTO 28.02.2020

Art. 2º. Não havendo expediente bancário em alguma das datas estabelecidas neste Decreto, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298381

DECRETO Nº 007, de 02 de janeiro de 2020.

INSTITUI A TABELA DE ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas no Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 1.619, de 26 de Novembro de 1992;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a TABELA DE ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE, no município de Cunha Porã, conforme especificado:

I- Alvará Sanitário Anual

Cobrado de acordo com o Sistema Tributário Municipal

II- Multa por renovação de Alvará Sanitário fora do prazo R\$ 234,28

III- Vistoria a pedido do interessado

a) De Natureza Simples R\$ 187,42

b) De Natureza Complexa R\$ 374,84

IV- Certidão de qualquer natureza R\$ 9,37

V- Alvará Sanitário para Habitação e obras

a) Unidade habitacional de madeira:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80 m2	R\$ 23,42
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 45,86
Acima de 120 m2	R\$ 70,28

b) Unidade habitacional mista:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80 m2	R\$ 45,86
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 70,28
Acima de 120 m2	R\$ 93,71

c) Unidade Habitacional de alvenaria:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80m2	R\$ 70,28
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 93,71
Acima de 120 m2	R\$ 117,14

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298389

DECRETO Nº 008, de 02 de janeiro de 2020.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 010/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 010/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 010/2019, com a respectiva classificação dos candidatos conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo terá validade de 1(um) ano.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 2 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

MARCIA REJANE MARKENDORF
Gerente de Gestão Financeira

ANEXO I

Agente Comunitário de Saúde

ÁREAS E MICROAREAS	CANDIDATOS
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 01	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 02	CLADIS GUARDA
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 03	MIRIAN OESTREICH
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 04	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 05	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 06	EDILSE ASSMANN
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 01	LUCIMERI HEEP
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 02	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 03	VELANIR HUFF
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 04	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 05	RENI ZIMMERMANN
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 06	SELMIRA LUBENOW
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 07	ISOLDE CAMARA
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 01	MARCIA REIPS
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 02	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 03	ALICE SCHEGUCHEVSKI
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 04	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 05	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 06	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 01	NÃO HOUVERAM INSCRITOS
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 02	LUCIA NAUE
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 03	CLECI RAUCH
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 04	1ª COLOCADA - ESTER HUF 2ª COLOCADA - SIRLENE MULLER

ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 05	JULEIDE PONCIO
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 06	CELENE OESTREICH

Agente de Combate a Endemias

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ALEXANDRE BAUERMANN	1º
DJEISON BECKER	2º
TATIANE SCHNEIDER	3º

DECRETO Nº 113, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298348

DECRETO MUNICIPAL Nº 113/2019.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.799, de 20 de novembro de 2018, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019 no valor de R\$ 260.698,00 (duzentos e sessenta mil seiscentos e noventa e oito reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 041.122.0003.2.005 – Manut. Das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(8) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Recursos Ordinários R\$ 1.700,00

ORGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.016 – Manutenção das Ações do FUNDEB – Ens. Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(45) Fonte: 0.1.18.00.00 – Excesso Transf. do FUNDEB – Mínimo 80% R\$ 24.000,00

Proj./Ativ.: 12.365.0011.2.017 – Manutenção das Ações do FUNDEB – Educ. Infantil – Pré-escola

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(51) Fonte: 0.1.18.00.00 – Excesso Transf. do FUNDEB – Mínimo 80% R\$ 11.200,00

Proj./Ativ.: 12.365.0011.2.018 – Manutenção das Ações do FUNDEB – Educ. Infantil – Creche

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(55) Fonte: 0.1.18.00.00 – Excesso Transf. do FUNDEB – Mínimo 80% R\$ 6.875,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. de Saúde

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

(161) Fonte: 0.1.38.00.00 – Exc. de Arrec. Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 61.900,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.041 – Manut. Das Ações de Estratégia Saúde da Família - ESF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(170) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 109.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.043 – Manut. Das Ações do Prog. De Agentes Com. De Saúde- PACS

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(179) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 45.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 06.182.005.2.009 – Manutenção das Ações da Unidade do Corpo de Bombeiros

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(76) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Recursos Ordinários R\$ 1.023,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de R\$ 260.698,00 (duzentos e sessenta mil seiscentos e noventa e oito reais), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, nas fontes de recursos 100, 118 e 138.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 041.122.0003.2.005 – Manut. Das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(8) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

ORGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.016 – Manutenção das Ações do FUNDEB – Ens. Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(44) Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ 600,00

Unidade Orçamentária: 05.03 – ESPORTES

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manutenção das Ações do Dpto. de Desporto

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(65) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 9.500,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.042 – Manut. Das Ações da Saúde Bucal

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

(173) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ 4.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.044 – Manut. Das Ações do NASF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

(182) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transf. do Sistema Unico de Saúde R\$ 3.500,00

ORGÃO: 09.00 – SECR. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manutenção das Ações de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(109) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

ORGÃO: 12.00 – SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.035 – Manut. das Ações de Gestão da Política de Assist. Social

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(129) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Rec. Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 041.122.0003.2.005 – Manut. Das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(9) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

ORGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.016 – Manutenção das Ações do FUNDEB – Ens. Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(47) Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ 600,00

Unidade Orçamentária: 05.03 – ESPORTES

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manutenção das Ações do Dpto. de Desporto

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(67) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 9.500,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.042 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. de Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

(175) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ 4.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.044 – Manut. Das Ações do NASF

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

(184) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transf. do Sistema Unico de Saúde R\$ 3.500,00

ORGÃO: 09.00 – SECR. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manutenção das Ações de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(111) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

ORGÃO: 12.00 – SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.035 – Manut. das Ações de Gestão da Política de Assist. Social

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(130) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Rec. Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF

Gerente de Gestão Financeira

DECRETO Nº 114, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298379

DECRETO Nº 114, de 27 de dezembro de 2019.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 055/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 005/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 005/2019, com a respectiva classificação dos candidatos conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo terá validade de 1(um) ano.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 27 de dezembro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF

Gerente de Gestão Financeira

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
-------	--------------	-----------	------------	----------	---------	-------	----------

ACS - ESF I - Microárea 1	TEREZINHA DE FATIMA AMPO-LINI	006.500.503-80	3482707	56.00	3.00	59.00	1
ACS - ESF I - Microárea 1	TRAUDEL CARLA GAUSMANN PUNTEL	006.500.504-70	4291592	52.00	4.00	56.00	2
ACS - ESF I - Microárea 1	ADRIANI WACH-TER	006.500.507-38	4752279	53.00		53.00	3
ACS - ESF II - Microárea 4	ALEXANDRE MARCOS BAUER-MANN	006.500.504-90	4016642	63.50	0.00	63.50	1
ACS - ESF II - Microárea 4	LUANA BUSS PERREIRA	006.500.504-76	7335786	56.00		56.00	2
ACS - ESF III - Microárea 2	ALISON DANIEL GOLLMANN	006.500.500-47	3560578	54.50		54.50	1
ACS - ESF III - Microárea 4	CAROLINE JESSICA DA SILVA	006.500.502-64	6412749	57.00	6.00	63.00	1
ACS - ESF III - Microárea 4	ADRIANA REGINA MARIOTTI OTTO	006.500.504-79	3719990	53.00	3.00	56.00	2
ACS - ESF III - Microárea 5	SIMONE PAN-SERA	006.500.500-50	4752714	68.50		68.50	1
ACS - ESF IV - Microárea 1	LORECI ROSALIA WELKER	006.500.505-50	3312223	50.50	5.50	56.00	1
ACS - ESF IV - Microárea 5	ELTON BARTH	006.500.505-36	763304	53.50		53.50	1
Técnico em Enfermagem	BRUNA VARGAS KOFER	006.500.504-69	6608995	60.00		60.00	1
Técnico em Enfermagem	DAIANE NEU-MANN	006.500.503-99	6930209	58.50		58.50	2
Técnico em Enfermagem	ANA PAULA BECHTOLD	006.500.503-35	5865956	53.50	3.00	56.50	3
Técnico em Enfermagem	JULIANA ALION-ÇO DOS REIS	006.500.503-00	6764111	55.50	0.00	55.50	4
Técnico em Enfermagem	ÉDINA ADRIANA WONZ	006.500.505-20	51774950	53.50	2.00	55.50	5
Técnico em Enfermagem	ROSIANE WIE-BBELLING	006.500.500-95	6427649	53.00	0.00	53.00	6
Técnico em Enfermagem	ADRIANA FERNANDA BENDER MAYER	006.500.507-19	4478493	51.50	0.50	52.00	7

PORTARIA Nº 549, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298064

PORTARIANº 549, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90;
CONSIDERANDO os requerimentos dos interessados;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 30 (trinta) dias, de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 aos servidores municipais:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Tais Eliza Boneti 09.02.19 a 08.02.20 1225-4

Barbara G. d. R. Varella 01.03.19 a 28.02.20 3023-6

Rosani S. Bueno 05.05.19 a 04.05.20 1371-4

Crisane D. Frey 01.04.19 a 31.03.20 1218-1

Ederson Lauschner 06.02.19 a 05.02.20 1223-8

Jaison Bremm 20.12.18 a 19.12.19 1423-0

Giane Kern 18.02.19 a 17.02.20 0695-5

Diane M K Jandt 07.02.19 a 06.02.20 0497-9

Giovana Cristofoli 06.02.19 a 05.02.20 3149-6
Geni Schmitt Dumke 05.03.19 a 04.03.20 0679-3
Elisa H. Kottner 03.07.18 a 02.07.19 0563-0
Angela de Valle 05.12.18 a 04.12.19 0865-6
Anderson Immich 14.02.19 a 13.02.20 2084-2
Márcia R S Correa 20.12.18 a 19.12.19 1424-9
Marise Schmidt 04.02.19 a 03.02.20 683-1
Marceli T. Karling 04.02.19 a 03.02.20 0866-4
Ilei Ani Drescher 03.04.19 a 02.04.20 1282-3
Maristela S. Vechani 18.11.18 a 17.11.19 0484-7

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 550, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298069

PORTARIANº 550, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90;
CONSIDERANDO os requerimentos dos interessados;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 30 (trinta) dias, de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 as servidoras municipais ocupantes do cargo de Professor de Educação Infantil:

Nome Período aquisitivo Matrícula
Cleide Freitag 04.01.19 a 03.01.20 3117-8
Renata Ludke 20.02.18 a 19.02.19 109-0
Roseli Otto 20.12.18 a 19.12.19 1426-5
Eliane Bonadeo 06.02.19 a 05.02.20 3668-4
Dirlei R. Jahnel 03.02.19 a 02.02.20 869-9
Vanise Kluge Riscof 03.04.19 a 02.04.20 1281-5
Adriane Lamb 04.01.19 a 03.01.20 3122-4
Rosani Maria Kittel 04.01.19 a 03.01.20 3121-6
Carla M. S. Drehmer 04.01.19 a 03.01.20 3124-0
Marta E. B.Pappen 06.02.19 a 05.02.20 3148-8
Vanusa Keller 06.02.19 a 05.02.20 3140-2
Silvana de Vargas Lenz 03.02.19 a 02.02.20 871-0
Adeli Doss 01.02.19 a 31.01.20 1212-2
Marcia Borstmann 10.02.19 a 09.02.20 428-6
Keli B. Das Neves Nicolodi 20.12.18 a 19.12.19 1429-0
Ana Paula A. Ceccon 04.01.19 a 03.01.20 3119-4
Varini V. K. Schafer 04.01.19 a 03.01.20 3114-3
Taiane Beatriz Bender 04.01.19 a 03.01.20 3113-5
Rejane S. Ribeiro 20.12.18 a 19.12.19 1430-3
Delci Küttner 04.01.19 a 03.01.20 3116-0
Michele Sandres 06.02.19 a 05.02.20 3146-1
Luciani K. Grade 06.02.19 a 05.02.20 3142-9
Angela de Lima 06.02.19 a 05.02.20 3147-0
Carmem E. L. Biesdorf 20.02.19 a 19.02.20 98-1
Franciele P. Langer 15.02.19 a 14.02.20 2941-6
Andréia M. Fischer 20.12.18 a 19.12.19 1428-1
Fabiane Schmit Huf 04.01.19 a 03.01.20 3120-8
Sirlei S. Laufer 06.02.19 a 05.02.20 3141-0
Daniela Huff 15.02.19 a 14.02.20 2946-7
Cleidir M. K. Lazzarotto 15.02.19 a 14.02.20 2993-9

Fabiana C. Becker 04.01.19 a 03.01.20 3118-6
Soraia F. da S. Polazzo 06.02.19 a 05.02.20 3206-9
Juliane M.W. Breitenbach 06.02.19 a 05.02.20 3150-0
Carla T. Friedrich 06.02.19 a 05.02.20 3139-9
Daiane Trentin 13.02.19 a 12.02.20 3207-7
Andreia K. Scherner 04.01.19 a 03.01.20 3115-1
Ester M. S. Schafer 20.02.19 a 19.02.20 104-0

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 551, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298083

PORTARIANº 551, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90;
CONSIDERANDO os requerimentos dos interessados;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 30 (trinta) dias, de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 aos servidores municipais do departamento de esportes:

Nome Período aquisitivo Matrícula
CASSIO EDERSON BOEHS 02.01.19 a 01.01.20 3099-6
CEBIDIO FREITAG 01.07.18 a 30.06.19 24-8
MAURO L. GALLI 17.09.18 a 16.09.19 746-3

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 552, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298091

PORTARIANº 552, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES Á SERVIDORA MUNICIPAL LENICE LANZ AREND.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de, em Exercício, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;
CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 à servidora Municipal LENICE LANZ AREND matrícula 3025-2 ocupante do cargo de Pedagogo Social, referente ao período aquisitivo de 01.03.2019 a 29.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 553, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298095

PORTARIANº 553, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL MARLON JOSÉ FRANCO.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 ao servidor Municipal MARLON JOSE FRANCO matrícula 0192-9 ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 03.05.2018 a 02.05.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 554, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298097

PORTARIANº 554, de 31 de dezembro 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90;

CONSIDERANDO os requerimentos dos interessados;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 aos servidores Municipais ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotados na Secretaria Municipal de Educação:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Marijane de Oliveira 03.04.2018 a 02.04.2019 0205-4

Iluci Dondoefer Wolff 19.04.2018 a 18.04.2019 549-5

Neusa Bervian 04.02.2019 a 03.02.2020 0676-9

Luciane K. Grade 06.02.2019 a 05.02.2020 0677-7

Loreni Lanz 01.02.2019 a 31.01.2020 1207-6

Debora Freitag 07.11.2018 a 06.11.2019 1208-4

Neusa Reinheimer 12.04.2019 a 11.04.2020 1227-0

Adriana K. Gonçalves 01.02.2019 a 31.01.2020 1328-5

Zara S. Cardias 01.08.2018 a 31.07.2019 2000-1

Patricia A. B. Appelt 15.02.2017 a 14.02.2018 2996-3

Cintia K. Chaves 15.02.2019 a 14.02.2020 2998-0

Evelin Thais Rachor 02.03.2019 a 01.03.2020 3028-7

Cristina Tais Freitag 16.01.2019 a 15.01.2020 3127-5

Roseli Flesh 04.01.2019 a 03.01.2020 3132-1

Celi R. S. Voese 07.02.2018 a 06.02.2019 0496-0

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 555, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298102

PORTARIANº 555 , de 31 de dezembro de 2019.
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL MARLISE FRIEDRICH.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;
CONSIDERANDO o ofício do Corpo de Bombeiros Militar;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 à servidora Municipal MARLISE FRIEDRICH matrícula 1204-1 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01.02.2018 a 31.01.2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 556, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298104

PORTARIANº 556, de 31 de dezembro de 2019.
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL NIVEA CARINE MOCELLIN CAMPANA.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 a servidora Municipal NIVEA CARINE MOCELLIN CAMPANA, matrícula 3230-1, Assistente Social de Políticas Públicas, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 22.03.2018 a 21.03.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 557, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298110

PORTARIANº 557, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

CONSIDERANDO que o setor de recursos humanos encaminhou Ofício para obter entendimento acerca do pagamento do abono.

CONSIDERANDO o parecer da assessoria Jurídica e deferimento do Prefeito Municipal de Cunha Porã.

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário ao servidor municipal ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, matrículas nº 229-1 e 247-0, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, referente aos período aquisitivo de 18.07.17 a 17.07.18 e 16.03.18 a 15.03.19.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 20 de Dezembro de 2019 a 08 de Janeiro de 2020 ao servidor Municipal ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, matrículas nº 229-1 e 247-0, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, referente aos período aquisitivo de 18.07.17 a 17.07.18 e 16.03.18 a 15.03.19.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 20 de dezembro.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 558, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298111

PORTARIANº 558, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL ALEXANDRE FAGUNDES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto nos Arts. 122 e 123 da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias a partir de 09 de Janeiro de 2020 até 07 de fevereiro de 2020, ao servidor Municipal ALEXANDRE FAGUNDES matrícula nº 229-1, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18.07.2010 a 18.07.2015.

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias a partir de 09 de Janeiro de 2020 até 07 de fevereiro de 2020, ao servidor Municipal ALEXANDRE FAGUNDES matrícula 247-0, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15.03.2011 a 15.03.2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 559, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298112

PORTARIANº 559, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL SILVANE TEREZINHA SCHMENGLER.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2020 à servidora Municipal SILVANE TEREZINHA SCHMENGLER matrícula 2994-7 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 16.02.2018 a 15.02.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 560, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298118

PORTARIANº 560, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA MUNICIPAL MARCIA R. MARKENDORF E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário a servidora Municipal MARCIA R. MARKENDORF, Gerente de Gestão Financeira, matrícula nº 3111-9, referente ao período aquisitivo de 11.01.2019 a 10.01.2020.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020 a servidora Municipal MARCIA R. MARKENDORF, Gerente de Gestão Financeira, matrícula nº 3111-9, referente ao período aquisitivo de 11.01.2019 a 10.01.2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 561, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298126

PORTARIANº 561, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA MUNICIPAL LILIAN WIDECK E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário a servidora Municipal LILIAN WIDECK, DIRETORA DE COMPRAS, matrícula 3109-7, referente ao período aquisitivo de 16.01.2019 a 15.01.2020.

Art. 1º - CONCEDER férias de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de janeiro de 2020 até 21 de janeiro de 2020, à servidora municipal LILIAN WIDECK, matrícula 3109-7, DIRETORA DE COMPRAS, referente ao período aquisitivo de 16.01.2019 a 15.01.2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 562, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298131

PORTARIANº 562, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL ILEINI V. F. LOPES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 08 de janeiro de 2020 a 06 de fevereiro de 2020 a servidora Municipal ILEINI V. F. LOPES, Auxiliar de Odontologia, matrícula nº 1957-7, referente ao período aquisitivo de 02.06.2018 a 01.06.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 563, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298135

PORTARIANº 563, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL VILSON PEDRO KEMPFER.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020, ao servidor Municipal VILSON PEDRO KEMPFER matrícula 0171-6 ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 03.01.19 a 02.01.20.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 564, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298138

PORTARIANº 564, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDOR MUNICIPAL ANDRE RENATO O. NASCIMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário do servidor Municipal ANDRE RENATO O. NASCIMENTO, Assistente Administrativo, matrícula 2046-0, referente ao período aquisitivo de 05.09.2018 a 04.09.2019.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 13 de Janeiro de 2020 até 01 de fevereiro de 2020 ao servidor Municipal ANDRE RENATO O. NASCIMENTO matrícula 2046-0 no cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 05.09.2018 a 04.09.2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 565, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298145

PORTARIANº 565, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ANA S. SECCHI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de Janeiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2020 à servidora Municipal ANA S. SECCHI matrícula 711-0 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 12.03.2018 a 11.03.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 566, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298149

PORTARIANº 566, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ANDREIA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 a servidor Municipal AN-DREIA COSTA matrícula 2039-7 ocupante do cargo de Enfermeira na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.08.2018 a 24.08.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 567, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298159

PORTARIANº 567, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL SIMONE STOLL DUMKE.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal SIMONE STOLL DUMKE matrícula 1143-6 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01.09.2018 a 31.08.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 568, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298170

PORTARIANº 568, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ADIRCE BECKER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal ADIRCE BECKER matrícula 0466-9 ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 18.01.18 a 17.01.19.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 569, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298177

PORTARIANº 569, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL MARIELI COMPARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de janeiro de 2020 até 13 de fevereiro de 2020, a servidora Municipal MARIELI COMPARIN, matrícula 1969-0 ocupante do cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 06.06.2018 a 05.06.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 570, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298188

PORTARIANº 570, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL TEREZINHA INES RAMPI E DA OUTRAS PROVENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 13 de janeiro de 2020 até 11 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal TEREZINHA INES RAMPI matrícula 0719-6 ocupante do cargo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 07.04.2018 a 06.04.19.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 571, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298202

PORTARIANº 571, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL ERICH ARNALDO HUF E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020 ao servidor Municipal ERICH

ARNALDO HUF, Operador De Maquinas, matricula nº 1964-0 referente ao período aquisitivo de 02.06.2018 a 01.06.2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 572, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298214

PORTARIANº 572, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL VELSONI APARECIDA ENGLER.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 13 de Janeiro de 2020 até 11 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal VELSONI APARECIDA ENGLER matrícula 1431-1 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 20.12.2018 a 19.12.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 573, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298216

PORTARIANº 573, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ADRIANE APARECIDA STÜRMER WEBER.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 13 de Janeiro de 2020 até 11 de Fevereiro de 2020 à servidora Municipal ADRIANE APARECIDA STÜRMER WEBER matrícula 0176-7 ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, referente ao período aquisitivo de 02.07.2018 a 01.07.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 574, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298220

PORTARIANº 574, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ESTELA HENN E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal ESTELA HENN, matrícula 710-2 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 28.01.2019 a 27.01.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 575, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298224

PORTARIANº 575, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL MAGALYS CUZA PUIG E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal MAGALYS CUZA PUIG, matrícula 3518-1 ocupante do cargo de Medico Clinico Geral ESF, referente ao período aquisitivo de 17.12.2018 a 16.12.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 576, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298227

PORTARIANº 576, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ADRIANA DE OLIVEIRA KRÜGER E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 08 de janeiro de 2020 até 06 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal ADRIANA DE OLIVEIRA KRÜGER, matrícula 2001-0 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 31.07.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 577, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298239

PORTARIANº 577, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL NESTOR GRANDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário ao servidor Municipal NESTOR GRANDO, Diretor Administrativo e de Serviços, matrícula nº 3468-1, referente ao período aquisitivo de 20.06.2018 a 19.06.2019.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020 ao servidor Municipal NESTOR GRANDO, Diretor Administrativo e de Serviços, matrícula nº 3468-1, referente ao período aquisitivo de 20.06.2018 a 19.06.2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 578, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298248

PORTARIANº 578, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL TATIANA INES ELY HENICKA E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal TATIANA INES ELY HENICKA, matrícula 3480-0, ocupante do cargo de Diretor De Cultura, referente ao período aquisitivo de 10.07.2018 a 09.07.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 579, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298251

PORTARIANº 579, de 31 de dezembro de 2019.
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL SOLANGE PAULA JACKISCH SILVA E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 13 de janeiro de 2020 até 11 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal SOLANGE PAULA JACKISCH SILVA, matrícula 3516-5 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 03.12.2018 a 02.12.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 580, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298255

PORTARIANº 580, de 31 de dezembro de 2019.
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL SIBELLE GIACOB W. SANTIN E DA OUTRAS PREVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 30 (trinta) dias a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal SIBELLE GIACOB W. SANTIN, matrícula 3438-0 ocupante do cargo de Assessor Social, referente ao período aquisitivo de 01.03.2019 a 29.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.
JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 581, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298258

PORTARIANº 581 de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL DJULIANO FRANCISCO KEMPFER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário ao servidor Municipal DJULIANO FRANCISCO KEMPFER, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, matrícula 2207-1, referente ao período aquisitivo de 01.12.2018 a 30.11.2019.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, ao servidor Municipal DJULIANO FRANCISCO KEMPFER, Assistente Administrativo, Matrícula nº 22071, referente ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 582, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298270

PORTARIANº 582, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL DILSON SCHMITT.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de Janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020 ao servidor Municipal DILSON SCHMITT matrícula 2059-1 ocupante do cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo de 04.11.2018 a 03.11.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 583, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298272

PORTARIANº 583, de 31 de Dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL POLIANA PATRÍCIA KITTEL GRUNITZKYE DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias de 30 (trinta) dias, a partir de 06 de janeiro de 2020 até 04 de fevereiro de 2020, à servidora municipal POLIANA PATRÍCIA KITTEL GRUNITZKY, matrícula 3529-7, no cargo de Coordenador de Gestão Financeira, referente ao período aquisitivo de 21.01.2019 a 20.01.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 584, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298283

PORTARIANº 584, de 31 de dezembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA MUNICIPAL MARA D.D. BECKER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário da servidora Municipal MARA D.D. BECKER, Coordenadora Pedagógica, matrícula 1331-5, referente ao período aquisitivo de 23.02.2019 a 22.02.2020.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 13 de Janeiro de 2020 até 01 de fevereiro de 2020 à servidora Municipal MARA D.D. BECKER matrícula 1331-5 Coordenadora Pedagógica, referente ao período aquisitivo de 23.02.2019 a 22.02.2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 585, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298287

PORTARIANº 585, de 31 de dezembro de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE RAQUEL M. DE OLIVEIRA PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 52/2015,

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, Prorrogado pelo Decreto nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de vagas no site do Município;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 02 de janeiro de 2020, RAQUEL M. DE OLIVEIRA para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 52/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 586, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298292

PORTARIANº 586, de 31 de dezembro de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE LUCILENE JAHNEL PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90,52/2015,

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, Prorrogado pelo Decreto nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de vagas no site do Município;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 02 de janeiro de 2020, LUCILENE JAHNEL para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 52/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 587, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298294

PORTARIANº 587, de 31 de dezembro de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE JANICE INÊS MACHADO PORTELA PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90,52/2015,

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, Prorrogado pelo Decreto nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de vagas no site do Município;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 02 de janeiro de 2020, JANICE INÊS MACHADO PORTELA para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 52/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 588, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298298

PORTARIA Nº 588, de 31 de dezembro de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE LUANA DEMETRIO PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 52/2015,

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, Prorrogado pelo Decreto nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de vagas no site do Município;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 02 de janeiro de 2020, LUANA DEMETRIO para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 52/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Cunhataí

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019.

Publicação Nº 2297833

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI, doravante designada como CONTRATADA, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 585, Sala 02, Galeria Angelus, Centro, Município Maravilha - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.204.224/0001-76, neste ato representada pelo Sr. Vilson Luiz Wildner, inscrito no CPF sob o nº 526.166.819-00, em decorrência do Processo Administrativo nº 63/2018, Tomada de Preços nº 07/2018, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 01/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área contábil, tributária, financeira, patrimonial, recursos humanos, orçamentária e controle interno no município de Cunhataí, para manutenção das atividades do departamento de administração.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 01/2019 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 131,00 totalizando valor total mensal em R\$ 5.031,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 01/2019 para o exercício de 2019, exposto na "Cláusula Segunda - do Preço e do Pagamento".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI

Vilson Luiz Wildner
CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019.

Publicação Nº 2297831

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ inscrito sob nº 01.496.099/0001-27, situado na Avenida Progresso, nº 653, Centro, Caibi/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador Senhor Fabio Luiz Silveira, portador do CPF nº 678.555.399-72, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 21/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para construção de sede esportiva nova, na Linha Barra Grande, município de Cunhataí/SC, com área de 278,96m², conforme contrato de repasse nº 880033/2018/ME/CAIXA, e convenio programa esporte, cidadania e desenvolvimento nº 057942/2018, conforme Processo de Licitação nº 31/2019, modalidade de Tomada de Preço nº 03/2019.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2019 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA

Fabio Luiz Silveira
CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2019.

Publicação Nº 2297829

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA ANDERSON KREUTZ 07066969995, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa ANDERSON KREUTZ 07066969995, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Sul Brasil, nº 156, sala 204, Centro, na cidade de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 19.797.338/0001-44, neste ato representada por ANDERSON KREUTZ, inscrito no CPF sob o nº 070.669.699-95, em decorrência do Processo de Licitação nº 46/2019, Pregão Presencial nº 32/2019, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 32/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aulas de violão/canto 08 horas semanais, a ser realizado na secretaria de assistência social – CRÁS, no município de Cunhataí.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 32/2019, para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA V – DO VALOR CONTRATUAL" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

ANDERSON KREUTZ
CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019

Publicação Nº 2297793

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA T.O.S OBRAS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa T.O.S Obras Serviços Ambientais Ltda, doravante designada como CONTRATADA, como sede na avenida Alcides Antônio D' Agostini, nº 80, sala 01, setor industrial, Maravilha - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 04/2019 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS CLASSE IIA E IIB, RESÍDUOS DE SERVIÇOS PROVENIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE (GRUPO A1, A4, E), RESÍDUOS SÓLIDOS DO INTERIOR/VOLUMOSO, RESÍDUOS RECICLÁVEIS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS COM TRIAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO, conforme Processo de Licitação nº 08/2019, modalidade de Pregão Presencial nº 07/2019.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula terceira – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

T.O.S Obras Serviços Ambientais Ltda
CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019

Publicação Nº 2297835

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA TAIRINE PREZZI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa TAIRINE PREZZI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, doravante

designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.625.913/0001-52, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 743, Centro, Caibi/SC, neste ato representada pela sua representante legal Sr.^a Tairine Prezzi, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 5.137.880 e inscrita no CPF sob o nº 066.569.759-76, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 27/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos clínico geral, para atendimento dos usuários da unidade de saúde do município de Cunhataí/SC, conforme Processo de Licitação nº 37/2019, modalidade de Tomada de Preço nº 04/2019.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 27/2019 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Terceira - Da Vigência Contratual" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

TAIRINE PREZZI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

Tairine Prezzi

CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2019

Publicação Nº 2297834

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAI E A EMPRESA CLÍNICA MÉDICA Q&L LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa CLÍNICA MÉDICA Q&L LTDA ME, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.009.107/0001-42, com sede na Rua Monteiro Lobato, Sala nº 460, São Carlos/SC, neste ato representada pela sua Sócia Administradora Sr.^a Catiane Bitdinger, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3261096, e inscrita no CPF sob o nº 905.112.129-68, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 29/2019 que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na área de dermatologia para atendimento aos usuários da unidade de saúde do município de Cunhataí/SC, conforme Processo de Licitação nº 40/2019, modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 06/2019.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 29/2019 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

CLÍNICA MÉDICA Q&L LTDA ME

Catiane Bitdinger

CONTRATADO

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2019

Publicação Nº 2297827

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAI E A EMPRESA JORGE DE OLIVEIRA GODOIS 39222357000, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa JORGE DE OLIVEIRA GODOIS 39222357000, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 289, centro, na cidade de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.096.874/0001-50, neste ato representada por JORGE DE OLIVEIRA GODOIS, inscrito no CPF sob o nº 392.223.570-00, em decorrência do Processo de Licitação nº 46/2019, Pregão Presencial nº 32/2019, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 33/2019 que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aulas de xadrez 08 horas semanais, a ser realizado na secretaria de assistência social – CRÁS, no município de Cunhataí.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 33/2019, para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA V – DO VALOR CONTRATUAL" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal

nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

JORGE DE OLIVEIRA GODOIS
CONTRATADO

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 2297836

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS - APAE, CNPJ Nº 78.504.271/0001-71, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93. Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ - SC, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS-APAE doravante designada como CONTRATADA, entidade de fins filantrópicos, CNPJ nº 78.504.271/0001-71, com sede na Rua Cerino Reischert, nº 180, centro, da cidade de São Carlos - SC, neste ato representada por seu Presidente Senhor Leocir Antônio Vignatti, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de São Carlos - SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Fomento nº 001/2018 que tem por objeto o repasse financeiro a associação de pais e amigos dos excepcionais de São Carlos - APAE de São Carlos, para o pagamento das despesas com a manutenção das atividades da entidade no atendimento a alunos com necessidades especiais do Município de Cunhataí que frequentam ou são atendidos pela entidade, conforme lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência de execução dos serviços vinculados ao Termo de Fomento nº 001/2018 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA SEXTA – DA VIGENCIA" e de acordo com os termos constantes nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado o valor contratual do Termo de Fomento nº 001/2018 para o exercício de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores. Desta forma, fica aditado em 2,67%, totalizando R\$ 287,00 (Duzentos e oitenta e sete reais) mensais.

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Termo são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí
CONTRATANTE

Leocir Antônio Vignatti – Presidente
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos-APAE
CONTRATADA

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO ATER Nº 05/2018

Publicação Nº 2297823

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 05/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro, nº 450, Bairro Centro, CEP 89886-000, Cidade Cunhataí, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Luciano Franz, inscrito no CPF sob o nº 031.472.969-03, e portador da Carteira de Identidade nº 3.570.335, órgão expedidor SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 81 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, neste ato

representada por MIRCON FRUHAUF, inscrito(a) no CPF nº 732.719.189-53 e portador(a) do RG nº 12/R 1.851.235, órgão expedidor SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Palmitos, CNPJ nº 83.052.191/0041-50, com endereço na Rua Padre Anchieta, nº 527, Bairro Centro, CEP 89887-000, Cidade Palmitos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado nos arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.171/1991 com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Palmitos, unidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

I – DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, terá início em 01/01/2020 até 31/12/2020, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 24.473,00 (Vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais), devidos em 05 parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parc.	Valor bruto	ISS a reter	IR a reter	Valor líquido	Vencimento
1ª	4.894,60	3,75% 183,55	1,5% 73,42	4.637,63	24/01/2020
2ª	4.894,60	3,75% 183,55	1,5% 73,42	4.637,63	25/02/2020
3ª	4.894,60	3,75% 183,55	1,5% 73,42	4.637,63	25/03/2020
4ª	4.894,60	3,75% 183,55	1,5% 73,42	4.637,63	24/04/2020
5ª	4.894,60	3,75% 183,55	1,5% 73,42	4.637,63	25/05/2020

II – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas, parágrafos e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Cunhataí, 05/12/2019.

LUCIANO FRANZ Prefeito(a) Municipal
MIRCON FRUHAUF Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

TESTEMUNHAS:

Nome:	
CPF:	
Nome:	
CPF:	

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018

Publicação Nº 2297820

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, doravante designada como CONTRATADA, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro, Município Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº 632.005.380-15, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO em decorrência do Processo Administrativo nº 83/2017, Tomada de Preços nº 09/2017 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro total e contra terceiros de veículos do poder público municipal.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 03/2018 para o exercício de 2020, digo, de 25 de janeiro de 2020 a 24 de janeiro de 2021, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado o valor contratual, totalizando valor total em R\$ 27.630,00 conforme prevê Contrato Administrativo nº 03/2018 para o exercício de 2020, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

GENTE SEGURADORA S/A

Marcelo Wais
CONTRATADO

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2018

Publicação Nº 2297817

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA BMS GENETICA BRASIL E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa BMS GENETICA BRASIL E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua dos Veranistas, nº 263, Centro, da cidade de Aguas de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.738.291/0001-88, neste ato representada por Marco Borba, inscrito no CPF sob o nº 895.806.999-68, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 08/2018 que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico de levantamento de informações de rebanhos bovinos de propriedades rurais, compreendendo visitas técnicas para melhoramento genético em bovinos de leite do município de Cunhataí, com no mínimo 80 visitas mensais para manutenção das atividades da secretaria de agricultura, conforme Processo de Licitação nº 09/2018, modalidade de Pregão Presencial nº 06/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 08/2018 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

BMS GENETICA BRASIL E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME

Marco Borba
CONTRATADO

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2018

Publicação Nº 2297818

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA E.M. INFORMATICA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa E.M. INFORMATICA LTDA, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida Brasília, nº 2910, Centro de Pinhalzinho – SC, CEP nº 89870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.710.029/0001-67 neste ato representada por seu representante legal Senhor Darci Antônio Schneider, portador do CPF nº 586.054.529-00 e RG nº 1.710.123, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 20/2018 que tem por objeto contratação de empresa prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática em todos os departamentos e secretarias existentes na estrutura organizacional do município de Cunhataí/SC, conforme Processo de Licitação nº 13/2018, modalidade de Pregão Presencial nº 18/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 20/2018 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro

a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 50,00 totalizando valor total mensal em R\$ 1.922,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 20/2018 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

E.M. INFORMATICA LTDA

Darci Antônio Schneider

CONTRATADO

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018

Publicação Nº 2297819

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A PESSOA FÍSICA LUANA DANIELLI GIONGO, CPF Nº 066.798.509-32, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a pessoa física LUANA DANIELLI GIONGO, CPF nº 066.798.509-32, doravante designada como CONTRATADA, com sede na Rua Matias Nicolai, nº 151, centro, no Município de São Carlos/SC, inscrita no CPF sob o nº 066.798.509-32 e RG nº 4.970.375-7, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 32/2018 que tem por objeto contratação de profissional de fonoaudiologia desenvolvendo atendimento a pacientes junto a unidade de saúde, num montante de 40 horas mensais (10hrs semanais), conforme Processo de Licitação nº 28/2018, modalidade de Pregão Presencial nº 22/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 32/2018 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 45,00 totalizando valor total mensal em R\$ 1.745,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 32/2018 para o exercício de 2018, exposto na "Cláusula Quarta – Do Reajustamento".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

LUANA DANIELLI GIONGO

CPF nº 066.798.509-32

CONTRATADA

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017

Publicação Nº 2297822

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA INTELLIBR SISTEMAS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA, doravante designada como CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, com sede na Rua Juvenal Pereira, nº 53, Bairro Kobrasol, São José/SC, CEP 88102-140, neste ato representado pelo Sr. Cesar Murilo Muller de Jesus, portador da cédula de identidade nº 015739/0-7 e inscrito no CPF sob nº 667.742.259-34, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 60/2017, que tem por objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 60/2017, para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Quinta – Dos Prazos" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 14,85 totalizando valor total mensal em R\$ 571,25, totalizando valor contratual em R\$ 2.285,00 dividido em 04 parcelas iguais, conforme prevê Contrato Administrativo nº 60/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quarta – Das Condições de Pagamento".

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Cesar Murilo Muller de Jesus

CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017

Publicação Nº 2297788

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMA LTDA - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a Empresa FAEE Suprimentos e Locação De Sistema Ltda - Me, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua da Consolação, nº 317, Bairro Matinho na cidade de Xanxerê (SC), inscrição no CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 13/2017 que tem por objeto A locação de sistema de informática, denominado sistema de controle interno, apresentação das audiências públicas das metas quadrimestrais, Importação SICONFI E SIOPS. A prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma anexo, ou de comum acordo entre as partes, conforme Processo de Licitação nº 16/2017, modalidade de dispensa de Licitação nº 12/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 13/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Terceira – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 17,00 totalizando valor total mensal em R\$ 641,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 13/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

FAEE Suprimentos e Locação De Sistema Ltda - Me

CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017

Publicação Nº 2297797

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA INFO DIGITALLE NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a Empresa Info Digitalle, doravante designada como CONTRATADA, como sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representado pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 15/2017 que tem por objeto contratação de empresa p/ locação de sistema de informática GEDOC-administrativo junto ao departamento de administração para alimentação do sistema no site do município de leis, decretos e outros, conforme Processo de Licitação nº 18/2017, modalidade de dispensa de licitação nº 14/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 15/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Segunda – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 10,00 totalizando valor total mensal em R\$ 384,91 conforme prevê Contrato Administrativo nº 15/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

INFO DIGITALLE

José da Silva
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017

Publicação Nº 2297780

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA BERNARDI, SCHENKEL E EBELING ADVOGADOS ASSOCIADOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa BERNARDI, SCHENKEL E EBELING ADVOGADOS ASSOCIADOS, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua Clovis Bevilacqua, nº 1043, Cunha Porã – CEP 89890-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.665.076/0001-40, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. Aristides Bernardi, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 18/2017 que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria jurídica, administrativa e judicial para manutenção das atividades do gabinete do prefeito e vice prefeito, conforme Processo de Licitação nº 20/2017, modalidade Convite nº 01/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 18/2017 para o exercício de 2019, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sétima – Do Prazo" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 130,00 totalizando valor total mensal em R\$ 5.014,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 18/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Segunda – Do preço".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

BERNARDI, SCHENKEL E EBELING ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Bernardi
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2017

Publicação Nº 2297804

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA RADIO IRACEMA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Radio Iracema Ltda, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida do Canal, na cidade de Cunha Porã, inscrita no CNPJ sob o nº 75.369.405/0001-09, neste ato representado por Elisangela Oestreich Schaffazick, inscrito no CPF sob o nº 848.675.408-78, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 35/2017 que tem por objeto contratação de serviços de gravação em estúdio do programa semanal de rádio e divulgação dos atos oficiais, informações, avisos e recados de utilidade pública em emissor padrão FM e AM, conforme Processo de Licitação nº 43/2017, modalidade de pregão presencial nº 17/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 35/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 44,00 totalizando valor total mensal em R\$ 1.708,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 35/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz
CONTRATANTE

RÁDIO IRACEMA LTDA

Elisangela Oestreich Schaffazick
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2017

Publicação Nº 2297805

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA RADIO SÃO CARLOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Radio São Carlos Ltda, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida Santa Catarina, na cidade de São Carlos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.845.735/0001-43, neste ato representado por Alisson Luiz Wickert, inscrito no CPF sob o nº 053.098.199-83, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 36/2017 que tem por objeto contratação de serviços de gravação em estúdio do programa semanal de rádio e divulgação dos atos oficiais, informações, avisos e recados de utilidade pública em emissora padrão FM e AM, conforme Processo de Licitação nº 43/2017, modalidade de pregão presencial nº 17/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 36/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 91,00 totalizando valor total mensal em R\$ 3.523,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 36/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

RADIO SÃO CARLOS LTDA
Alisson Luiz Wickert
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017

Publicação Nº 2297807

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA ALEX GRIEBLER EIRELI – ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Alex Griebler Eireli – Me, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida 04 de julho, nº 847, na cidade de Cunhataí - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 22.510.239/0001-44, neste ato representado por Alex Griebler, inscrito no CPF sob o nº 079.247.459-71, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 43/2017 que tem por objeto empresa especializada para prestação de serviços de orientação e acompanhamento da prática de exercícios físicos a serem desenvolvidos por idosos e portadores de doenças crônicas residentes no município de Cunhataí, conforme Processo de Licitação nº 49/2017, modalidade de pregão presencial nº 26/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 43/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 105,00 totalizando valor total mensal em R\$ 4.057,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 43/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

ALEX GRIEBLER EIRELI – ME
Alex Griebler
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2017

Publicação Nº 2297808

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Impacto Sistemas de Informação Ltda, doravante designada

como CONTRATADA, como sede na Rua Carolina, nº 286, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.546.421/0001-24, neste ato representado por Daniel Pozzer, CPF sob o nº 049.647.839-79, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 44/2017, que tem por objeto a licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do meio Rural denominado Sicas Rural, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido Software.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 44/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 10,00 totalizando valor total mensal em R\$ 405,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 44/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Daniel Pozzer

CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2017

Publicação Nº 2297800

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA CONCEITO GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA LTDA – EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Conceito Gestão e Governanças Publica Ltda - EPP, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua Mauá, nº 51, Bairro centro, Município de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.991.096/0001-90, neste ato representada pelo Sr. Olmir José Meneghetti, inscrito no CPF sob o nº 477.433.879-68, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 45/2017 que tem por objeto contratação de empresa especializada em consultoria técnica na área da saúde pública para a secretaria municipal da saúde. Os serviços deverão ser prestados "in loco" em pelo menos uma vez por semana, com carga horária de pelo menos 04hrs semanais e em tempo integral através de telefone, e-mail, conforme Processo de Licitação nº 46/2017, modalidade de tomada de preço nº 04/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 45/2017, para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula terceira – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 88,00 totalizando valor total mensal em R\$ 3.416,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 45/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

CONCEITO GESTÃO E GOVERNANÇAS PÚBLICA LTDA. - EPP

Olmir José Meneghetti

CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2017

Publicação Nº 2297810

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA RANG TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA LTDA - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Rang Tecnologia Desenvolvimento de Sistema Ltda - ME, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida Francisco Perondi, nº 127, Sala 01, Centro, na cidade de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 19.286.537/0001-98, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 52/2017 que tem por objeto Assistência técnica em Tecnologia da Informação – A empresa fornecerá assistência técnica em tecnologia da informação no que se trata de: Realizar a implantação do sistema e-SUS AB, CDS, e-SUS AB Território, realizar atualizações periódicas de acordo com as versões de atualização fornecidas pelo departamento de informática do ministério da saúde, realizar

treinamento individual e coletivo a todos os profissionais envolvidos para o uso correto da ferramenta. Além de fornecer suporte técnico via chat telefone ou e-mail quando necessário.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 52/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Decima – Da alteração contratual" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 18,00 totalizando valor total mensal em R\$ 694,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 52/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

Rang Tecnologia Desenvolvimento de Sistema Ltda - Me
CONTRATADO

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017

Publicação Nº 2297786

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA LC CONTABILIDADE E SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELI-ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a Empresa LC Contabilidade E Segurança Do Trabalho Eireli Me, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua Monteiro Lobato, nº 190-Sala 02, Centro da cidade de São Carlos, inscrita no CNPJ sob o nº 12.624.082/0001-24, neste ato representado por Lídia Rodrigues Coito, inscrito no CPF sob o nº 928.671.389-49, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 57/2017 que tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança no trabalho, para elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista com elaboração, execução, controle e monitoramento da saúde ocupacional dos servidores públicos municipais compreendendo: elaboração e execução do programa de preservação e riscos ambientais-PPRA, laudo técnico das condições ambientais de trabalho - LTCAT, perfil profissiográfico previdenciário - PPP, atestado de saúde ocupacional-aso, programa de controle medico de saúde ocupacional-PCMSO. Estimado para 150 servidores do município e fundo municipal da SAUDE. Com carga horária de 30 horas mensais, alimentação do sistema do e-social com informações do PPRA e PCMSO, com visitas técnicas presenciais e auxílio por telefone e via e-mail, conforme Processo de Licitação nº 64/2017, modalidade de Pregão Presencial nº 35/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 57/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 30,00 totalizando valor total mensal em R\$ 1.163,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 57/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

LC Contabilidade E Segurança Do Trabalho Eireli - Me
Lídia Rodrigues Coito
CONTRATADA

3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2017

Publicação Nº 2297803

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Associação Hospitalar Padre João Berthier, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 56, Centro, São Carlos-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.108263, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Léo José Piccini, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 74/2017 que tem por objeto contratação de serviços hospitalares, para atendimento à população do município de Cunhataí no sobreaviso médico, procedimentos cirúrgicos e de diagnóstico, exames radiológicos (raios-x) e exame de eletrocardiograma, conforme Processo de Licitação nº 72/2017, modalidade de tomada de preço nº 07/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 74/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula quarta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, conforme prevê Contrato Administrativo nº 74/2017 para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER

Léo José Piccini

CONTRATADO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017

Publicação Nº 2297815

TERMO Nº 01/2019

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 10/2017, FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA E O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELA CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.612.116/0001-44, com sede Avenida 29 de Setembro, nº 450, CEP 89886-000, na cidade de CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor LUCIANO FRANZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 031.472.969-03, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Inter administrativo nº 10/2017, celebrado em 2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA DURAÇÃO CONTRATUAL

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Inter administrativo nº 10/2017, nos termos do art. 57, IV, da Lei nº 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CONTRATADOS

Por deliberação da Assembleia Geral do CIGA, sua instância máxima, estabelece-se a alteração da atual denominação dos seguintes sistemas de tecnologia da informação e comunicação contratados, todos disponibilizados pelo CIGA: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão do Cadastrado Integrado Municipal - G-CIM; Gestão do Simples Nacional - G-SIMPLES.

Parágrafo Único. Os sistemas de tecnologia da informação e comunicação previstos no caput têm como nova nomenclatura 'CIGA DOM/SC; CIGA CIM; CIGA SIMPLES', mantendo-se inalterados as funções e os serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO ADITIVO

Dá-se a este Aditivo o valor total de R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais), para os serviços previstos na Cláusula Segunda e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM - R\$ 651,00
3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES - R\$ 1.680,00

Parágrafo Único. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2020, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA nº 161, de 15 de agosto de 2019), nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Inter administrativo firmado pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais), em 12 (parcelas) parcelas, no valor de R\$ 544,25 (Quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020.

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, em consonância com o correspondente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Inter administrativo nº 10/2017 (e aditivos, se houver), salvo disposições em contrário.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Cunhataí – SC, 12 de dezembro de 2019.

TESTEMUNHAS:

4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017

Publicação Nº 2297783

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA CLÍNICA MÉDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Clínica Médica San Martins Mendonça Ltda - Me, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Av. Santa Catarina, nº 954, centro, na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, CEP 89885-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.376.950/0001-90, neste ato representado por seu sócio administrador, Sra. Milena San Martins Mendonça, inscrito no CPF nº 935.752.890-34, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 17/2017 que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos de ginecologia e obstetrícia para atuar na unidade de saúde do município, conforme Processo de Licitação nº 21/2017, modalidade de Pregão presencial nº 05/2017.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 17/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Sexta – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 175,00 totalizando valor total mensal em R\$ 6.743,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 17/2017, para o exercício de 2017, exposto na "Cláusula Quinta – Do valor".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

Luciano Franz

CONTRATANTE

CLÍNICA MÉDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA ME

Milena San Martins Mendonça

CONTRATADA

5º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2015

Publicação Nº 2297814

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2015 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa Mhnet Telecomunicações Eireli Ltda, doravante designada como CONTRATADA, como sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 340-Sala 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.245.502/0001-04, neste ato representado por seus sócios administradores, Sr. Renan Vicente Werlang, inscrito no CPF/MF nº 048.125.089-16, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 10/2015 que tem por objeto contratação de pessoa jurídica para fornecimento de rede de internet junto à administração municipal de Cunhataí, para manutenção dos trabalhos da administração, conforme Processo de Licitação nº 07/2015, modalidade de pregão presencial nº 07/2015.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 10/2015 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Segunda – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI LTDA
Renan Vicente Werlang
CONTRATADO

6º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2017

Publicação Nº 2297802

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.176.082/0001-80 doravante designada como CONTRATADA, como sede na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555, Bairro Reunidas, CEP. 89.500.000, Caçador - SC, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Vinicius Marins, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SC nº 16.968, portador do CPF nº 022.094.279-08, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 28/2017 que tem por objeto aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Cunhataí.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 28/2017 para o exercício de 2020, digo, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula terceira – Da vigência" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 12 de dezembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

REUNIDAS TURISMO S.A
Vinicius Marins
CONTRATADO

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - PMD

Publicação Nº 2298721

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 01/2020

O Município de Descanso torna publica a Dispensa de Licitação no termos do art. 24, inciso XXII da Lei 8.666/93: Contratada: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A. Objeto: fornecimento e distribuição de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de Descanso - sc, para os prédios públicos municipais e iluminação pública, para o exercício de 2020. Valor anual estimado 480.700,00. Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - PMD

Publicação Nº 2298725

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 02/2020

O Município de Descanso torna publica a Dispensa de Licitação no termos do art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93: Contratada: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN. Objeto: , segundo previsão de gastos do Município de Descanso - sc, para os prédios públicos municipais, para o exercício de 2020. Valor anual estimado 46.800,00. Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15280/2020 DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS SOB AS MODALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.666/93

Publicação Nº 2298422

PORTARIA Nº 15280/2020, de 02 de janeiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município, Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, artigo 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, resolve:

D E S I G N A R

THAÍS REGINA DURIGON, Código: 3.110, Agente de Secretaria – Presidente, FABIO ROGÉRIO RECK, Código: 3.485, Assessor Técnico – Divisão de Material e Patrimônio – membro, JUCIMIR FRIGO, Código: 3500, Assessor Técnico Administração/RH – Membro, Josimeri Leal Wandscheer, Código: 571, Agente de Secretaria – membro suplente, Fernando Trintinaglia, Código: 3.173, Engenheiro Civil – membro suplente, para comporem a Comissão Permanente de julgamento nos processos licitatórios sob as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, emitidos pela Prefeitura e seus Fundos, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Nas sessões de julgamento deverão estar presentes no mínimo a presidente e dois membros.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Jucimir Frigo – Assessor Técnico – Administração RH / Divisão de Pessoal.

PORTARIA Nº 15281/2020 DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO.

Publicação Nº 2298445

PORTARIA Nº 15281/2020, de 02 de janeiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município, Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, artigo 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, resolve:

D E S I G N A R

THAÍS REGINA DURIGON, Código: 3.110, Agente de Secretaria – Pregoeira, FABIO ROGÉRIO RECK, Código: 3.485, Assessor Técnico – Divisão de Material e Patrimônio – membro, JUCIMIR FRIGO, Código: 3500, Assessor Técnico Administração/RH – Membro, Josimeri Leal Wandscheer, Código: 571, Agente de Secretaria – membro suplente, Fernando Trintinaglia, Código: 3.173, Engenheiro Civil – membro suplente. A Pregoeira e Equipe de Apoio designada tem como atribuição, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, analisar sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, quando couber, nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, emitidos pela Prefeitura e seus Fundos, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Nas sessões de julgamento deverão estar presentes no mínimo a pregoeira e dois membros.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Jucimir Frigo – Assessor Técnico – Administração RH / Divisão de Pessoal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 - PMD

Publicação Nº 2297629

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de combustíveis, agente redutor e discos de tacógrafo destinados a máquinas, veículos e equipamentos da Municipalidade (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o exercício de 2020, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até 08h00min do dia 16/01/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h00min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 03 de Janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA SESSÃO SOLENE DE RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O PERÍODO DE 2020**

Publicação Nº 2297656

ATA SESSÃO SOLENE DE RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O PERÍODO 2020 (ART.13, PARÁGRAFO ÚNICO, PRIMEIRA PARTE - REGIMENTO INTERNO CAMERAL).

Ata da Sessão Solene de Eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Descanso para o período de 2020. Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 10 horas, junto ao Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin estiveram reunidos sob a presidência de VOLMIR ADELAR CASAGRANDE: DENILSO FRANCISCO VICENTIN, EDENILSON SLAVIERO, JHONI ZORTÉA, JULIANO JUNIOR KASPER, MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, MARCOS BALDO, MÁRIO FRANCISCO PISSAIA e VLADEMIR ORO. O Presidente deu por abertos os trabalhos anunciando o processo de votação para a escolha dos membros integrantes da Mesa Diretora para 2020. Passou então o Presidente a chamada nominal dos Vereadores para exercerem o direito de votar na escolha dos membros da Mesa Diretora para o exercício de 2020. De acordo com o Regimento Interno da Casa, Art. 13, parágrafo único, primeira parte, procedeu-se inicialmente a escolha do Presidente da Mesa Diretora do Legislativo para o exercício de 2020, tendo o seguinte resultado: 05 (cinco) votos para MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, 04 (quatro) votos para DENILSO FRANCISCO VICENTIN. Na sequência, obedecendo ao procedimento anterior procedeu-se a eleição do cargo de vice-presidente da mesa diretora. Realizada a votação, após escrutínio verificou-se 05 (cinco) votos para MARCOS BALDO, 04 (quatro) votos para JHONI ZORTÉA. Realizada a votação para a escolha do 1º Secretário da Mesa Diretora, apurados os votos, foram 05 (cinco) votos para EDENILSON SLAVIERO, 04 (quatro) votos para VLADEMIR ORO. Iniciada a votação para o 2º Secretário da Mesa Diretora, contabilizados os sufrágios o resultado foi o seguinte: VOLMIR ADELAR CASAGRANDE recebeu 05 (cinco) votos, JULIANO JUNIOR KASPER 04 (quatro) votos. Diante dos resultados apurados, o Presidente declarou eleita a Mesa Diretora para o exercício de 2020, a qual fica assim constituída: Presidente: MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, Vice-Presidente: MARCOS BALDO, 1º Secretário: EDENILSON SLAVIERO e 2º Secretário: VOLMIR ADELAR CASAGRANDE. A seguir o Presidente concedeu a palavra aos Vereadores presentes para suas considerações. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão solene, lavrada esta ata que após lida e achada conforme segue assinada pelos Vereadores presentes:

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****DECRETO Nº 6003/2019**

Publicação Nº 2297669

DECRETO Nº 6.003/2019

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 650.000,00(SEISCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o inciso I do Art. 13 da Lei Municipal nº 4694/2018, de 19 de dezembro de 2018;

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 650.000,00(Seiscentos e cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para o custeio dos serviços de atenção básica, conforme emendas parlamentar de bancada das propostas nº.36000.271068/2019-00 e nº. 36000.287000/2019-00.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.693, de 19 de dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 650.000,00(Seiscentos e cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para o custeio dos serviços de atenção básica, conforme emendas parlamentar de bancada das propostas nº.36000.271068/2019-00 e nº. 36000.287000/2019-00.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.694, de 19 de dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 650.000,00(Seiscentos e cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para o custeio dos serviços de atenção básica, conforme emendas parlamentar de bancada das propostas nº.36000.271068/2019-00 e nº. 36000.287000/2019-00.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 650.000,00(Seiscentos e cinquenta mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01. ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 – Adm. Geral dos Bens e Serviços de Assistência Médica e Sanitária

3.1.90.00.00.00.0.1.241 – Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo 4º deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto de excesso de arrecadação, proveniente da Fonte de Recurso 0.1.0241 - Transf. Incremento Temporário do Comp. De Custeio PAB, no valor de R\$ 650.000,00(Seiscentos e cinquenta mil reais).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ERRATA 02/2019

Publicação Nº 2297952

ERRATA Nº 02/2019 RELATIVO À LEI 4760 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Considerando o envio errôneo do arquivo da Lei nº 4760/2019, de 16 de dezembro de 2019, ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, a Lei publicada em 17 de dezembro de 2019, na edição 2543, apresenta a seguinte Correção: no teor da Lei, onde se lê: Art. 5º "Art. 5º - O conselho Municipal da Saúde não poderá ser presidido pelo Secretário Municipal da Saúde, será constituído por 12 membros titulares e respectivos suplentes e terá a seguinte composição"; leia-se: Art. 5º "Art. 5º - O conselho Municipal da Saúde não poderá ser presidido pelo Secretário Municipal da Saúde, será constituído por 14 membros titulares e respectivos suplentes e terá a seguinte composição".

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2019.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA
Secretário Municipal

Desta forma, para fins de correção da publicação a 4760/2019, de 16 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte redação originária:

LEI Nº 4.760/2019.

ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 4539/2017 QUE ALTEROU A LEI Nº 1993 DE 23 DE JUNHO DE 1993, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - O artigo 5º da lei nº 1993 de 23 de junho de 1993, que rege sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde passa a vigorar com a seguinte redação.

[...]

Art. 5º - O conselho Municipal da Saúde não poderá ser presidido pelo Secretário Municipal da Saúde, será constituído por 12 membros titulares e respectivos suplentes e terá a seguinte composição:

I- Um representante da Secretaria Municipal da Saúde; (Segmento Governo)

II- Um representante da Secretaria de Assistência Social; (Segmento Governo)

III- Um representante do segmento de Análises Clínicas do município (Segmento Prestador de serviço)

IV- Um representante do Hospital Municipal (Segmento Trabalhador)

V- Um representante da Estratégia Saúde da Família (Segmento Trabalhador)

VI- Um representante do Programa Saúde Bucal; (Segmento Trabalhador)

VII- Um representante de Associações de Moradores; (Segmento usuário)

VIII- Um representante de organizações religiosas; (Segmento usuário)

IX- Um representante das cooperativas de crédito rural; (Segmento usuário)

X- Um representante do Centro de Referência de Mulheres de Dionísio Cerqueira; (Segmento usuário)

XI- Um representante de Clubes de serviços com sede no município de Dionísio Cerqueira (Segmento usuário)

XII- Um representante de entidade empresarial existente no município de Dionísio Cerqueira (Segmento usuário).

XIII- Um representante do grupo de idosos vivendo a vida. (Segmento usuário)

XIV- Um representante do Caps. (Segmento usuário)

[...]

Art. 2º - A indicação das entidades dos respectivos membros será feita através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Ermo

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EDITAL Nº. 02/2020

Publicação Nº 2297658

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EDITAL Nº. 02/2020

O MUNICÍPIO DE ERMO, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público o Edital de chamada pública para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2020 no Município de Ermo/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h45min do dia 12/02/2020.

Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

Aldoir Cadorn
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 2297655

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação nº 01/2020 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de combustíveis para serem utilizados nos veículos e máquinas da Prefeitura, durante o exercício de 2020, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h40min do dia 16/01/2020 e abertura às 08h45min do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORN – Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO CONVOCAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 002 / 2017 DANIEL

Publicação Nº 2297837

CONVOCAÇÃO

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, para fins de Contratação Temporária no respectivo cargo, para o qual foi classificado por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017, sendo que terá preservada a sua classificação para futura chamada em caráter efetivo.

Cargo: Médico 20 hs

Classificado(a): 6º Daniel Assis Borba Grings

Erval Velho, SC, 30 de dezembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2020 CÁTIA

Publicação Nº 2297830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, a fim de dar início ao processo de contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 002/2019 aberto pelo Edital n. 002, de 01 de outubro de 2019.

Cargo: Orientador Social

Classificado(a): 2º Catia Maristela Viater

Erval Velho, SC, 02 de janeiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 039/2020

Publicação Nº 2298073

	PORTARIA Nº 039/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal JOÃO CARLOS BALDO, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 08/17 a 08/18.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2297678

	PORTARIA Nº 001/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal, ROSANI T. ZAMPROGNA RIZZI ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2297679

	PORTARIA Nº 002/2020
--	----------------------

	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,
--	---

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NILTON DE FREITAS NORONHA, ocupante do Cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e desenvolvimento Urbano, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 11/18 a 11/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2297680

	PORTARIA Nº 003/2020
--	----------------------

	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,
--	---

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares ao Servidor Municipal ADEMIR SONDA, ocupante do Cargo de Técnico em Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2297681

	PORTARIA Nº 004/2020
--	----------------------

	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,
--	---

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias coletivas aos Servidores Municipais DEDIANE F. DE BEN, DELISA ENGEL, GIANE R. M. DA SILVA, HELIDA G. STOCK, INACIO LUIZ SALING, JANAINÉ POMATTI, JANETE SCHWERTZ, LAURA MARIA ROGOSKI e SANDRA MARIA DRAGO ocupantes do Cargo de Professores, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2297683

	PORTARIA Nº 005/2020
	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a servidora municipal DEBORA DE FREITAS NORONHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/01/2020 a 31/12/2020, conforme dispõe a Lei Municipal nº 530/2012 em seu artigo 116.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2297684

	PORTARIA Nº 006/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal CARINE RIZZI, ocupante do Cargo de Assessor Especial lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2297685

	PORTARIA Nº 007/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSINEIA WROENSKI DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Diretor lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2297686

	PORTARIA Nº 008/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal RODRIGO DE FREITAS NORONHA, ocupante do Cargo de Superintendente de Cultura, Esporte e Lazer lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 02/18 a 02/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 009/2020

Publicação Nº 2297688

	PORTARIA Nº 009/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARCIANA PASQUALOTTO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 02/18 a 01/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 010/2020

Publicação Nº 2297693

	PORTARIA Nº 010/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ANDREIA DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 02/18 a 02/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 011/2020

Publicação Nº 2297695

	PORTARIA Nº 011/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal NELI DE FREITAS NORONHA, ocupante do Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 012/2020

Publicação Nº 2297698

	PORTARIA Nº 012/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal FLÁVIO VEIVERBERG ROHRIG, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 04/18 a 04/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 013/2020

Publicação Nº 2297701

	PORTARIA Nº 013/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal SIDICLEI DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 05/18 a 05/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2297703

	PORTARIA Nº 014/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALDECIR BARP, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2297704

	PORTARIA Nº 015/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal CARLINHO FALKOSKI, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 12/18 a 12/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2297705

	PORTARIA Nº 016/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ROGÉRIO PERIN, ocupante do Cargo de Técnico em Agropecuária exercendo a função de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2297706

	PORTARIA Nº 017/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELI BRUSCO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Engenheira Agrônoma lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2297707

	PORTARIA Nº 018/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELLE MENIN VENDRAME, ocupante do Cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 019/2020

Publicação Nº 2297708

	PORTARIA Nº 019/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ADRIANE BIANCHET, ocupante do Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, Fiscal de Tributos e Obras, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2297709

	PORTARIA Nº 020/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal CRISTIANE CARNIEL, ocupante do Cargo de Educador Físico para Acadêmica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 07/18 a 07/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 021/2020

Publicação Nº 2297710

	PORTARIA Nº 021/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal GILBERTO DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 12/18 a 12/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 022/2020

Publicação Nº 2297712

	PORTARIA Nº 022/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARISTELA DE FATIMA VALER, ocupante do Cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 023/2020

Publicação Nº 2297716

	PORTARIA Nº 023/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal VASSELÂNIA INES BORSATTO DE MARCOS, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 024/2020

Publicação Nº 2297717

	PORTARIA Nº 024/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal RAQUEL APARECIDA DE LIMA, ocupante do Cargo de Educador Físico para Academia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 07/18 a 07/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2297718

	PORTARIA Nº 025/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VANDERLEI JOSÉ ZANELLA, ocupante do Cargo de Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 01/18 a 01/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 026/2020

Publicação Nº 2297720

	PORTARIA Nº 026/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal TAIS APARECIDA DE AMARANTE, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 027/2020

Publicação Nº 2297722

	PORTARIA Nº 027/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ALINE MARA ENGEL, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 028/2020

Publicação Nº 2297724

	PORTARIA Nº 028/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal DIOGO DE BEM, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 09/18 a 09/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 029/2020

Publicação Nº 2297725

	PORTARIA Nº 029/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal JAQUELINE I. FALKOSKI MARTINS DA ROSA,

ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 030/2020

Publicação Nº 2298716

	PORTARIA Nº 030/2020
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento aos servidores municipais ADRIANO SIMIONATO, ADEMIR SONDA, DANIEL RICARDO KRANTZ, CELIA MARKENDORF, FLÁVIA BARCELOS MARTINS, GESIEL FALKOSKI, MOACIR SCHWERTZ, NELI DE FREITAS NORONHA, ROBERTA SEMANSKI FERRARI, ROSANGELA BERGONSI, ROSANI T. Z. RIZZI, TAIS APARECIDA DE AMARANTE na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 031/2020

Publicação Nº 2297767

	PORTARIA Nº. 031/2020
	NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, PREGOEIRO, LEILOEIRO E EQUIPE DE APOIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADA Comissão de Licitações, Pregoeiro, Leiloeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, para Acompanhamento, Análise, Recebimento e Julgamento dos Processos Licitatórios, nos termos da Lei Federal 8.663/93 e suas complementações, para o ano de 2020, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE, PREGOEIRO E LEILOEIRO: DIOGO DE BEM;

MEMBROS: VANDERLEI KUHN
MAIKO RODRIGO STAMM

SUPLENTE: LEANDRO NEUHAUS
SIRLANE MARIA PALINSKI.

EQUIPE DE APOIO: ADRIANO PEREIRA;
DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS;
JANETE SCHWERTZ;
MARISTELA DE FATIMA VALLER;
ROSMARI ZANELLA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 044/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2297768

	PORTARIA Nº 032/2020
	CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PRÊMIO à servidora municipal LUCIANE HAHN, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotada na Câmara de Vereadores, nas datas de 02 e 03/01/2020, correspondente ao período 09/2014 a 09/2019 conforme dispõe a Lei Municipal nº. 497/2011 em seu artigo 112.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 033/2020

Publicação Nº 2297772

	PORTARIA Nº 033/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 034/2020

Publicação Nº 2297773

	PORTARIA N.º 034/2020
	CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDORES MUNICIPAIS DO MAGISTERIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente Portaria CONCEDIDA Progressão por Desempenho aos seguintes Professores Municipais lotados na Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, na ordem de 2% (dois por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME Lei Municipal 628/2014 em seus artigos 34 a 37.

DEDIANE FALKOSKI DE BEN;
DELISA ENGEL;
GENI R. BORTOLINI;
GIANE R. MARINHO DA SILVA;
HELIDA GOMES STOCK;

INÁCIO LUIZ SALING;
JANAINE POMATTI;
JANETE SCHWERTZ;
LAURA MARIA ROGOSKI;
SANDRA MARIA DRAGO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário da Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 035/2020

Publicação Nº 2297774

	PORTARIA Nº 035/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARIA LUCIA FREIBERGER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/18 a 01/219

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 036/2020

Publicação Nº 2297776

	PORTARIA Nº 036/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentares a Servidora Municipal GENI RISSI BORTOLINI, ocupante do Cargo de Professora de Educação Física, exercendo a função de Diretora de Escola lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 037/2020

Publicação Nº 2297777

	PORTARIA Nº 037/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MAIKO RODRIGO STAMM, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 07/17 a 07/18.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2298071

	PORTARIA Nº 038/2020
--	----------------------

	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,
--	---

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ELOIDE RODRIGUES DE LIMA, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 102/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 008/2018. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) CONTRATADO: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA - EPP

Publicação Nº 2298047

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADM. N.º: 102/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 008/2018.	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)	
CONTRATADO: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA - EPP	
OBJETO: O presente Aditivo contratual tem por objeto o acréscimo de valor e a prorrogação do prazo de vigência do contrato superior.	
VALOR: R\$ 1.250,00(um mil duzentos e cinquenta reais) mensais.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020.	
FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 103/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 010/2018. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: EDIVANE SPAGNOLLO ZANCO

Publicação Nº 2298259

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADM. N.º: 103/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 010/2018.	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
CONTRATADO: EDIVANE SPAGNOLLO ZANCO	
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020.	
FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 104/2019 – ADITIVO N.º 003/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 022/2018. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: MAICON DALA RIVA

Publicação Nº 2298263

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADM. N.º: 104/2019 – ADITIVO N.º 003/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 022/2018.	

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: MAICON DALA RIVA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020.

FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 105/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 73/2018 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Publicação Nº 2298357

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO ADM. N.º: 105/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 73/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Segunda do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir de 1.º de janeiro à 31 de dezembro de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020.

FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 106/2019 – ADITIVO N.º 002/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: EMPRESA MARCELO CASAGRANDE ME

Publicação Nº 2298438

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO ADM. N.º: 106/2019 – ADITIVO N.º 002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: EMPRESA MARCELO CASAGRANDE ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020.

FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/PMF/2020

Publicação Nº 2297850

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 02/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de readequação do projeto de pavimentação asfáltica em 5,8 Km da Rodovia Jacob Westrup (SC-446) conforme memorial descritivo, no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de janeiro de 2020 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 02 de janeiro de 2020.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297897

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADOTA O PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA, DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÕES NA CITADA MODALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação - CPL, composta por 03 (três) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios do Município de Forquilha.

Art. 2º Para comporem a Comissão ficam designados os seguintes membros: Valdecir Tiscoski, Rosinete Menegon Zanivan Warmling e Henrique de Oliveira Santos.

§ 1º A Comissão será presidida por Valdecir Tiscoski.

§ 2º Substituirá o Presidente da Comissão, em suas ausências e impedimentos, a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 3º À Comissão de Licitação compete, privativamente:

- I - Deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;
- II - Receber todas as propostas para a participação em licitação pública;
- III - Proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º À Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

- I - Concorrência;
- II - Tomada de Preço;
- III - Convite;
- IV - Concurso, e.
- V - Leilão.

Art. 5º O presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º A Administração Pública Direta do Município de Forquilha poderá adotar, nos casos que entender cabíveis, a modalidade de licitação denominada Pregão.

Parágrafo único. Competirá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças a escolha da modalidade licitatória.

Art. 7º Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial ou eletrônico.

Art. 8º A Licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios constitucionais da Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem assim, aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade; além de ser condicionada aos ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, à Lei Federal nº. 8.666/1993.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras do Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segura contratação.

Art. 9º Fica designado como pregoeira a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 10. A equipe de apoio à pregoeira será composta pelos seguintes servidores: Adilson Venson e Valéria de Bona Tiscoski.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com suas respectivas funções administrativas.

Art. 11. Substituirá a Pregoeira, em suas ausências, a servidora Tainara Silveira Redivo.

Art. 12. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, investidos nas respectivas funções por 1(um) ano, exercerão todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 13. Ficam concedidas, nos termos do art. 6º da Lei nº 2.341, de 13 de novembro de 2018, as seguintes gratificações:

a) Gratificação de Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação aos servidores Rosinete Menegon Zanivan Warmling, matrícula 2438, e Henrique de Oliveira Santos, matrícula 4640;

b) Gratificação de Pregoeiro à servidora Erika de Luca Tiscoski Back, matrícula 2080;

c) Gratificação de Membro Titular da Equipe de Apoio ao Pregoeiro os servidores Adilson Venson, matrícula 2915, e Valéria de Bona Tiscoski, matrícula 2444.

Parágrafo único. Nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 2.341, de 13 de novembro de 2018, servidores ocupantes de cargo em comissão não terão direito as gratificações de que trata a Lei.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2020.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 01/2020

Publicação Nº 2297778

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO/RENOVAÇÃO DE FORNECEDORES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 01/2020

O Município de Forquilha, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto Municipal nº 02/2020 de 02/01/2020, atendendo ao disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 34, § 1º, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de cadastro de novos fornecedores e atualização de dados dos já cadastrados. Poderá se inscrever qualquer pessoa física ou jurídica, atendidas as exigências legais, que tenham interesse em fornecer produtos e/ou serviços ao Município de Forquilha/SC. Os interessados poderão obter maiores informações junto à Comissão de Licitações, pelo telefone (48) 3463-8121 ou (48) 3463-8122 no horário das 7h às 13h ou pelo e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br

Prazo para inscrição: de 02/01/2020 a 31/12/2020.

Local de Inscrição: Através do setor de protocolo das 7h às 13h

Forquilha, 02 de janeiro de 2020.

VALDECIR TISCOSKI
- Presidente da Comissão -

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 31/2019

Publicação Nº 2297634

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 31/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORQUILHINHA

OBJETO – Contratação de instituições sem fins lucrativos classificadas como APAE's, (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), para prestação de serviços de assistência à Saúde, por meio de consultas ambulatoriais, com equipe multiprofissional, considerando os conteúdos da deliberação 085/CIB/2019 e Nota Técnica nº 43 do COSEMS, afim de fortalecer as ações no âmbito da Rede de Cuidados a pessoa com Deficiência e ampliar as ações e serviços de Reabilitação Intelectual no âmbito do SUS, conforme Portaria nº 3685/MS. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC, sendo que os usuários dos serviços, são usuários do Sistema Único de Saúde, portadores de deficiência, que poderão conforme necessidade e autorização usufruir dos seguintes serviços:

Especialidade	Valor unitário
Consulta em Fonoaudiologia	R\$ 17,67*
Consulta Fisioterapeuta	
Consulta com Assistente Social	
Consulta com Terapeuta Ocupacional	
Consulta com Psicólogo Clínico	
Consulta com Médico Neurologista	

VALOR – O valor do serviço prestado será de acordo com a produção mensal da CONTRATADA, respeitando o teto máximo estabelecido conforme deliberação 085/CIB/2019, que corresponde a R\$ 19.719,72 (dezenove mil setecentos e dezenove reais e setenta e dois centavos) mensais (ANEXO III).

VIGÊNCIA – 19/03/2020.

DOTAÇÃO – As despesas decorrentes deste Termo Contratual correrão por conta dos recursos provenientes do MAC.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 29/2019.

DATA DA ASSINATURA – 30 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.428, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297898

LEI Nº 2.428, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CRIA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DE FORQUILHINHA - DEL FORQUILHINHA E O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha, como órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de aconselhamento, buscando auxiliar no estabelecimento de diretrizes, padrões e projetos; articular políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural; coordenar, implementar e acompanhar o estabelecimento do planejamento estratégico do município, bem como sua revisão, e; pronunciar-se sobre questões de relevante interesse à comunidade visando o desenvolvimento econômico e social para o município de Forquilha, em conformidade com as disposições da legislação Estadual e Federal; constituir instância de discussão, formulação e aprovação de propostas para servirem como subsídios à elaboração dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Municipais e políticas locais para promoção e incentivo ao desenvolvimento; acompanhar a execução das ações e investimentos das políticas locais, bem como sua aprovação para promoção e incentivo ao desenvolvimento escolhidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha e incluídos no orçamento municipal.

Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha assume a função de organismo de representação do poder público, setores produtivos e da sociedade civil na gestão das políticas de desenvolvimento do Município de Forquilha.

Capítulo II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha – DEL Forquilha é formado pelo Prefeito Municipal e por instituições representativas da sociedade civil organizada, setores produtivos e gestão pública, com no mínimo 15 cadeiras e no máximo 21 cadeiras, sendo estas representadas por titulares e suplentes, mantendo-se, obrigatoriamente, o equilíbrio de três partes iguais de cadeiras mediante uma composição tripartite, sendo:

I - um terço dos representantes do poder público;

II - um terço dos representantes da sociedade civil organizada;

III - e um terço dos setores produtivos.

§ 1º A função de Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha será exercida pelo Prefeito Municipal, sendo esta considerada presidência de honra, não sendo esta vaga contabilizada na composição do número de cadeiras do conselho.

§ 2º Os Conselheiros escolherão, dentre eles, o 1º Vice-Presidente e o 2º Vice-Presidente, para mandato de 02 (dois) anos, que substituirão, nesta ordem, o Presidente em caso de falta, impedimento ou vacância.

§ 3º As entidades serão nomeadas via decreto e estas devem indicar seus representantes.

§ 4º É facultada à entidade ou organização a substituição de seu representante a qualquer momento, mediante justificativa pertinente e acatada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

Capítulo III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 4º A nomeação e posse dos Conselheiros, titulares e suplentes, dar-se-á através de Decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ocorrer recondução dos mesmos.

§ 2º A cada 02 (dois) anos e/ou a cada mandato é necessária e obrigatória a renovação de pelo menos 1/3 (um) terço dos conselheiros titulares do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha, divididos igualitariamente entre os seguimentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º O exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 6º Os representantes titulares e suplentes devem ser indicados via ofício, pelas instituições representativas nominadas.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Art. 7º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em conformidade com as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados para a política desenvolvimento econômico, empresarial e de empreendedorismo no Município de Forquilha, além de proporcionar melhor estruturação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 8º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local será constituído pelos seguintes recursos:

I - dotações consignadas no orçamento municipal para a política desenvolvimento econômico, empresarial e de empreendedorismo;

II - contribuições, subvenções e auxílios federais, estaduais e municipais;

III - recursos oriundos da celebração de acordos, contratos, consórcios e convênios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

IV - recursos oriundos da arrecadação de multas originadas pelo descumprimento de contrapartidas de empreendimentos beneficiários de incentivos municipais, previstos na legislação ou oriundos de decisão judicial, de termos de ajuste de conduta ou similares;

V - recursos oriundos de promoções com finalidades específicas de aplicação em ações ligadas ao desenvolvimento econômico local e sustentável;

VI - doações, auxílios, contribuições e legados, seja em importância, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

VII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;

VIII - compensações financeiras, advindas de projetos de doação ou incentivos municipais para empreendimentos beneficiários com base nos termos de ajustamento de conduta;

IX - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito instalada no município.

§ 2º Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

§ 3º O saldo financeiro positivo do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local, apurado ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 9º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local será gerido e administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e movimentado pela Secretaria Municipal da Fazenda, com acompanhamento e anuência prévia do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

§ 1º As contas e os relatórios do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local serão submetidos à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

§ 2º A aprovação das contas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha não exclui a fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.

§ 3º Toda e qualquer movimentação financeira dos recursos do fundo deverá passar por votação dos conselheiros devendo obter aprovação por maioria dos votos.

Art. 10. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local serão destinados a:

I - financiar total ou parcialmente programas, projetos, ações e serviços dentro do Programa de Desenvolvimento Econômico Local, Lei de Incentivos, na promoção da política desenvolvimento econômico, empresarial e de empreendedorismo;

II - atender às diretrizes e metas contempladas nas leis municipais que versem sobre a política de desenvolvimento econômico local;

III - adquirir equipamentos ou implementos necessários ao desenvolvimento de programas ou de ações de assistência e proteção do desenvolvimento econômico, empresarial e empreendedorismo;

IV - desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos de gestão e planejamento, administração e controle das ações inerentes ao desenvolvimento econômico, empresarial e empreendedorismo;

V - proporcionar eficiente aplicação das leis federais, estaduais e municipais que estabeleçam disposições inerentes à política de desenvolvimento econômico local;

VI - contratar assessoria técnica especializada nos eixos de atuação do Programa de Desenvolvimento Econômico Local e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VI - Organizar e/ou intermediar Missões Técnicas Nacionais e Internacionais nos eixos de atuação do Programa de Desenvolvimento Econômico Local e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º Prioritariamente os recursos serão aplicados em projetos e ações do Programa de Desenvolvimento Econômico Local sugeridos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

§ 2º O Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha, com o apoio técnico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, bem como de outros órgãos que tratam de desenvolvimento econômico de entes de outras esferas, poderá propor ao Poder Executivo a liberação dos recursos do Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico Local para atendimento de situações emergenciais e prioritárias.

Art. 11. Os responsáveis pelos projetos ou atividades beneficiados com recursos deste Fundo deverão prestar contas nos termos da legislação vigente.

Art. 12. A cobertura e o provimento das despesas com transporte, locomoção, estadia e alimentação, no caso de viagens oficiais de conselheiros e membros das câmaras técnicas, não serão considerados como remuneração, cabendo ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Forquilha, assumir o ônus, desde que previamente autorizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária do Município de Forquilha destinarão os recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha.

Art. 14. Caberá aos conselheiros elaborar o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha, podendo criar câmaras técnicas e dispor sobre a estrutura e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico Local de Forquilha - DEL Forquilha, o qual será homologado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Os recursos decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos remanejamentos indispensáveis à sua execução, inclusive mediante a abertura de crédito adicional especial, nos termos do art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2020.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Garopaba

PREFEITURA

ERRATA Nº 01 DO DECRETO Nº 400/2019 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298632

ERRATA N.º 1: Decreto nº 400, de 02 de janeiro de 2020

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 400/2019, publicado no DOM/SC, Edição 3015, pagina 305 em 30/12/2019.

Onde se Lê:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	40.000,00
07.02 -FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	40.000,00
12.361.00282.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	40.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Leiam – se:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	40.000,00
07.02 -FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	40.000,00
12.361.00282.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	40.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 02 de janeiro de 2020.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 030/2019.

Publicação Nº 2298626

PORTARIA N.º 030, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARCIA CRISTINA LIMA BRENNER, CPF n.º 427.115.500-44, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR TÉCNICO MÉDICO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/01/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Janeiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 001/2020

Publicação Nº 2297799

Resolução nº 0001/2020

Dispõe sobre a movimentação bancária do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, usando de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados a Presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, Sra. Marli Terezinha Leandro Simmermam e o Servidor do quadro efetivo do Poder Legislativo, Sr. José Carlos Schutz, a efetuar as operações bancárias na Conta Corrente do Poder Legislativo Municipal no Banco do Brasil, Conta corrente 50.005-4, Ag. 4648-5, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Autorizar Cobrança
- 3 - Solicitar Saldos e Extratos
- 4 - Requisitar Talonários de Cheques
- 5 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 6 - Cancelar Cheques
- 7 - Baixar Cheques
- 8 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 9 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 10 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 11 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 12 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 13 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 14 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 15 - Emitir Comprovantes
- 16 - Autorizar débitos
- 17 - Cadastrar favorecidos contas correntes.

Art. 2º As operações dos itens 1, 2, 10, 11, 12, 13, 16, mencionadas no art. 1º, serão realizadas sempre em conjunto, com as duas assinaturas e as demais operações dos itens do art. 1º, poderão ser efetuados individualmente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Resolução 1/2019.

Garuva, 02 de janeiro de 2020.

Marli Terezinha Leandro Simmermam
Presidente da Câmara

Guaraciaba

PREFEITURA

ERRATA PUBLICAÇÃO PROCESSO 174.2019 PMGBA DOM .DOCX

Publicação Nº 2298000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

PROCESSO Nº174/2019

ERRATA

DOM/SC Edição Nº3015 de 30/12/2019 (Segunda-Feira) Página 328

Onde se Lê, recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 15/01/20; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 15/01/20.

LEIA-SE: recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 21/01/20; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 21/01/20.

Guaraciaba em 02 de JANEIRO de 2020.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

EXTRATO AD03.20 CONTRATO 05.17 FMAS .DOCX

Publicação Nº 2297906

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad03/20Cont05/17 - Contrato Nº: Ad02/19Cont05/17

Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE

GUARACIABA

Contratada....: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 630,00 (seiscentos e trinta reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 02/01/2021

Recursos : Dotação:

Objeto : SEGURO PARA O VEICULO FIAT UNO 1.0 MILLE FIRE

FLEX,PLACA MGL 2049, CHASSI 9BD15802A96216485, ANO/MODELO

2008/2009.

Contratada....: GENTE SEGURADORA SA

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 02/01/2021

Recursos : Dotação:

EXTRATOS AD03.20 CONTRATOS 04.17 E 05.17 .DOCX

Publicação Nº 2297848

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad03/20Cont04/17 - Contrato Nº: 04/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada....: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Valor : 20.663,66 (vinte mil seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 02/01/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, ONIBUS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : Ad03/20Cont05/17 - Contrato Nº: 05/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada....: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 11.524,00 (onze mil quinhentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 02/01/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEÍCULOS,
MÁQUINAS, ONIBUS DO MUNICÍPIO.

EXTRATOS CONTRATOS 01, 02, 03, 04 E 05.2020.DOCX

Publicação Nº 2297845

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2020
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 513.536,00 (quinhentos e treze mil quinhentos e trinta e seis reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020.

Contrato Nº.: 01/2020
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: POSTO BALBINOT LTDA
Valor : 733.165,00 (setecentos e trinta e três mil cento e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020.

Contrato Nº.: 03/2020
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba
Valor : 573.300,00 (quinhentos e setenta e três mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DE AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE SILAGEM QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO Á GRANDE DEMANDA PARA ESTE TIPO DE SERVIÇO PARA O ANO DE 2020.

Contrato Nº.: 04/2020
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT
Valor : 60.850,00 (sessenta mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 142/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, EXCETO PAPEL, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO 2020.

Contrato Nº.: 05/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: CONSORCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICI
Valor : 43.901,36 (quarenta e três mil novecentos e um reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.017/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008, PARA SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL PADRINIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTABELECIMENTO INDICADO PELO SISBI/ POA E DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CONSORCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

EXTRATOS CONTRATOS 01.20, 02.20, 03.20 E 04.20 FMS.DOCX

Publicação Nº 2297876

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: POSTO BALBINOT LTDA
Valor : 4.965,00 (quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2019
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020.

Contrato Nº.: 02/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 170.705,00 (cento e setenta mil setecentos e cinco reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2019
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020.

Contrato Nº.: 03/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT
Valor : 19.368,00 (dezenove mil trezentos e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 142/2019
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, EXCETO PAPEL, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO 2020.

Contrato Nº.: 04/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: REUNIDAS TURISMO S.A.
Valor : 43.901,36 (quarenta e três mil novecentos e um reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS COM DESTINO AS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU, JOINVILLE, BALNEÁRIO CAMBURIÚ, LAGES E CHAPECÓ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESTINADAS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD) E TAMBÉM DESTINADAS AO TRANSPORTE DE SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS/CAPACITAÇÕES PARA O ANO DE 2020.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 01.20, 02.20, 03.20 E 04.20 FMS.DOCX

Publicação Nº 2297854

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020
PROCESSO Nº 1/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (MUNICÍPIO DE GUARACIABA) - SC PARA O ANO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL N. 8.666/93.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUICAO S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020
PROCESSO Nº 2/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC), PARA O EXERCÍCIO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2020
PROCESSO Nº 3/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC), PARA O EXERCÍCIO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL N. 8.666/93.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2020
PROCESSO Nº 4/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS COM DESTINO AS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS, BLUMENAU, JOINVILLE, BALNEÁRIO CAMBURIÚ, LAGES E CHAPECÓ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESTINADAS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD) E TAMBÉM DESTINADAS AO TRANSPORTE DE SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS/CAPACITAÇÕES PARA O ANO DE 2020.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.901,36 (quarenta e três mil novecentos e um reais e trinta e seis centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 171.19, 172.19, 173.19, 01.20, 02.20, 03.20 E 04.20.DOCX

Publicação Nº 2297842

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020
PROCESSO Nº 4/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.017/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008, PARA SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL PADRNIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTABELICIMENTO INDICADO PELO SISBI/ POA E DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CONSORCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE MUNICI
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.283,44 (trinta e seis mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020
PROCESSO Nº 1/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC para o ano de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 559.000,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020
PROCESSO Nº 2/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN
VALOR DA DESPESA: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2020
PROCESSO Nº 3/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2019

PROCESSO Nº 171/2019 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA

LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 696.990,00 (seiscentos e noventa e seis mil novecentos e noventa reais)

CONTRATADO: POSTO BALBINOT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 738.130,00 (setecentos e trinta e oito mil cento e trinta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

PROCESSO Nº 172/2019 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DE AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE SILAGEM QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO À GRANDE DEMANDA PARA ESTE TIPO DE SERVIÇO PARA O ANO DE 2020.

CONTRATADO: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba

VALOR DA DESPESA: R\$ 573.300,00 (quinhentos e setenta e três mil e trezentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2019

PROCESSO Nº 173/2019 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, EXCETO PAPEL, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO 2020.

CONTRATADO: HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.218,00 (oitenta mil duzentos e dezoito reais)

=====

Guaraciaba, 02/01/2020

ROQUE LUIZ MENEHINI - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 01.20, 02.20 E 03.20 FMAS.DOCX

Publicação Nº 2297905

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020

PROCESSO Nº 1/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC) DESTINADO AO CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2020.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.500,00 (doze mil quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

PROCESSO Nº 2/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2020

PROCESSO Nº 3/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL N. 8.666/93.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - 02.01.2020

Publicação Nº 2297918

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: INVIOVEL CEDRO SISTEMAS DE ALARME LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para prestar serviços de monitoramento 24 horas, para segurança da área coberta a ser monitorada pela empresa dos prédios do Município de Guarujá do Sul (Município de Guarujá do Sul – Pref, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social)

VALOR: R\$ 8.400,00

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL - PREFEITURA / R\$ 6.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / R\$ 1.200,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL / R\$ 1.200,00

VIGENCIA: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 02 de janeiro de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 01/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição dos serviços de locação, manutenção, reposição de tintas e substituição dos equipamentos cedido para a impressão de documentos diversos na Prefeitura Municipal (Departamento de Tributação e Finanças e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda) e Secretaria Municipal de Educação.

VALOR TOTAL: R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 02 de janeiro de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição dos serviços de locação, manutenção, reposição de tintas e substituição dos equipamentos cedido para a impressão de documentos diversos do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 11.040,00

VIGENCIA: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 02 de janeiro de 2020.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 01/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição dos serviços de locação, manutenção, reposição de tintas e substituição dos equipamentos cedido para a impressão de

documentos diversos do Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS - Centro de Referencia da Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Convivência dos Idosos).

VALOR TOTAL: R\$ 10.560,00

VIGENCIA: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 02 de janeiro de 2020.

Franciane Baseggio,

Responsável FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2298476

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES
Nº 001/2020

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

OBJETO

O presente edital tem por objeto o recebimento das inscrições de novos fornecedores para o exercício de 2020 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação

ENTREGA DO ENVELOPE

A partir às 08:00 horas do dia 02/01/2020 até 31/12/2020

LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Licitações e Contratos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo. 34 § 1º da. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 22,20 (vinte e dois e vinte centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2020

AMÉRICO LORINI
Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2298485

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO

Contratação de Consórcio Público para a prestação de serviços de forma associada para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA.

CONTRATADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

VALOR CONTRATADO

R\$ 58.440,00 (Cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2020.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO

EDITAL Nº 001/2020/SMECE

Publicação Nº 2297469

EDITAL Nº 001/2020/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de Cargos Efetivos na forma do Concurso Público n. 001/2018, homologado pelo Decreto n. 3.972/2018 de 26 de dezembro de 2018.

Américo Lorini, Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013, torna público o seguinte:

Art. 1º - DAS VAGAS DISPONÍVEIS

Cargo: Professor de Educação Infantil

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Valdete Souza Nodari	Mat/Vesp	40	04
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40	01
Total			05

Cargo: Professor de Anos Iniciais

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20	01
Total			01

Art. 2º - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este Edital será efetuada por intermédio de publicação no Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br – DOM e site oficial do município www.hervaldoeste.sc.gov.br.

Art. 3º - DA ESCOLHA DAS VAGAS

3.1- A escolha das vagas se dará respeitando a ordem classificatória do Concurso Público, no momento da apresentação da documentação para a nomeação e se efetivará a LOTAÇÃO imediatamente após a posse, conforme dispõe o Art. 38 § 2º da Lei Complementar 316/2013, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC).

Art. 4º - Este Edital terá validade a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 03 de janeiro de 2020.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2298480

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO

Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional durante o exercício 2020

CONTRATADO

ECT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

VALOR ESTIMADO

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2020.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

Publicação Nº 2298482

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

OBJETO

Contratação do Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC para prestação de serviços de publicação de matérias por meio do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – DOE/SC, durante o exercício 2020

CONTRATADO

Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC

VALOR ESTIMADO

R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2298483

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

OBJETO

Contratação da Imprensa Nacional para prestação de serviços de publicação de matérias por meio do Diário Oficial da União □ DOU, durante o exercício 2020.

CONTRATADO

IMPrensa Nacional

VALOR ESTIMADO

R\$10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2298490

PORTARIA Nº 001/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, MARCELO LUIZ BOTT (MATRÍCULA 5121), a partir de 02 de janeiro de 2020, aprovado em 1º (primeiro) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 4.140/2019, de 20 de dezembro de 2019, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, Nível - 8, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurado pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d' Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2298492

PORTARIA Nº 002/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, FÁBIA ROBERTA DOS SANTOS FERREIRA (MATRÍCULA 5122), a partir de 02 de janeiro de 2020, aprovada em 39º (trigésimo nono) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 4.140/2019, de 20 de dezembro de 2019, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d' Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2298495

PORTARIA Nº 003/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, VANESSA RECH (MATRÍCULA 5123), a partir de 02 de janeiro de 2020, aprovada em 14º (décimo quarto) lugar através do Concurso Público 001/2018, de conformidade com Decreto nº 3.972/2018, de 26 de dezembro de 2018, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível - 9, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d' Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2298497

PORTARIA Nº 004/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora EDNA MARIA MENDES (MATRÍCULA 2865), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - D, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2020, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2298500

PORTARIA Nº 005/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora MARIA CAROLINA PEREIRA TOIGO (MATRÍCULA 2568), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 6, Referência - E, 20 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2020, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2298501

PORTARIA Nº 006/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora ELIZIANE RODRIGUES DA SILVA (MATRÍCULA 382), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 7, Referência - A, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2020, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2298502

PORTARIA Nº 007/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento, a partir de 02 de Janeiro de 2020, a Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (MATRÍCULA 4840), a qual exercia a função de ENFERMEIRO – Nível – 12/1, Referência - A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2298503

PORTARIA Nº 008/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DETERMINAR RETORNO, a contar de 02 de Janeiro de 2020, conforme requerimento, à servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (MATRÍCULA 2953), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 009/2020

Publicação Nº 2298505

PORTARIA Nº 009/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DETERMINAR RETORNO, a contar de 02 de Janeiro de 2020, conforme requerimento, à servidora DANIELA PIOVESAN DA SILVA (MATRÍCULA 4004), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 010/2020

Publicação Nº 2298507

PORTARIA Nº 010/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DETERMINAR RETORNO, a contar de 02 de Janeiro de 2020, conforme requerimento, à servidora FRANCINE BULH LORASCHI (MATRÍCULA 2676), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 011/2020

Publicação Nº 2298509

PORTARIA Nº 011/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DETERMINAR RETORNO, a contar de 02 de Janeiro de 2020, conforme requerimento, à servidora LUCIANA MENDES RAPOZO (MATRÍCULA 2676), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 012/2020

Publicação Nº 2298514

PORTARIA Nº 012/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO, a contar de 02 de Janeiro de 2020, conforme requerimento, à servidora KELI MINÉIA CAMAROTTO BACALTCHUK (MATRÍCULA 1103), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 8, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 20 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 013/2020

Publicação Nº 2298515

PORTARIA Nº 013/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 02 de janeiro de 2020, o servidor MARCOS HITOSHI YAMADA (MATRÍCULA 4145), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de BIÓLOGO, Nível – 12/1, Referência "A", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2298517

PORTARIA Nº 014/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 02 de janeiro de 2020, o servidor GIOVANI BENETTI (MATRÍCULA 2701), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO, Nível – 14, Referência "E", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2298520

PORTARIA Nº 015/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (MATRÍCULA 2867), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2020 a 13 de janeiro de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2298522

PORTARIA Nº 016/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora ARIELA SCHNEIDER MARCA KRUG (MATRÍCULA 2800), ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, Nível – 12/1, Referência - E, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2020 a 13 de janeiro de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2298524

PORTARIA Nº 017/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 18 (DEZOITO) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 979/2019, à Servidora SIMONE FERRARI (MATRÍCULA 2728), ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de agosto de 2017 e 15 de agosto de 2018, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 19 de janeiro de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2298526

PORTARIA Nº 018/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, ao Servidor MOACIR ALVES (MATRÍCULA 2848), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "E", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de agosto de 2017 e 13 de agosto de 2018, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 019/2020

Publicação Nº 2298527

PORTARIA Nº 019/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 1074/2019, à Servidora EDIANE APARECIDA SOARES DA SILVA (MATRÍCULA 3615), ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência "C", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de setembro de 2017 e 17 de setembro de 2018, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 16 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2298529

PORTARIA Nº 020/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 595/2019, ao Servidor PAULO FRANCISCO GIRIOLI (MATRÍCULA 4136), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "A", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de maio de 2017 e 29 de maio de 2018, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 11 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 021/2020

Publicação Nº 2298531

PORTARIA Nº 021/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 1072/2019, à Servidora LILIAN MARIA ANTUNES PEREIRA (MATRÍCULA 4824), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência "A", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 16 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 022/2020

Publicação Nº 2298532

PORTARIA Nº 022/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 18 (DEZOITO) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 1451/2019, à Servidora MICHELLE BENEDETTI (MATRÍCULA 2880), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível – 6/2, Referência "D", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de dezembro de 2017 e 28 de dezembro de 2018, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 19 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 023/2020

Publicação Nº 2298537

PORTARIA Nº 023/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor LUIZ ERNI BALESTRIN (MATRÍCULA 1693), ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência - G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de janeiro de 2018 e 13 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 024/2020

Publicação Nº 2298538

PORTARIA Nº 024/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor LUIZ HENRIQUE GIACOMIN DALOSSO VALGRANDE (MATRÍCULA 3087), ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de janeiro de 2018 e 17 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2298540

PORTARIA Nº 025/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (MATRÍCULA 18), ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, Nível – 11, Referência - P, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de abril de 2018 e 17 de abril de 2019, para serem usufruídas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 026/2020

Publicação Nº 2298542

PORTARIA Nº 026/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA (MATRÍCULA 4810), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Nível – AGENTE POLÍTICO, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de março de 2018 e 07 de março de 2019, para serem usufruídas a partir de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1839/2019

Publicação Nº 2297642

PORTARIA Nº 1839/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

TRANSFORMAR o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS do servidor inativo DOMINGOS ALVES, concedido através da Portaria nº 497 de 01 de julho de 2008, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, matrícula de aposentado sob o nº 2249; em PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES, a senhora DEZANIRA ALVES, na qualidade de companheira, conforme Escritura Pública Declaratória sob o Protocolo nº 9.185 de 27/12/2019, Livro nº 162, Fl. nº 73, do Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Herval d'Oeste/SC, única dependente legal e econômica do servidor inativo falecido, titular de benefício vitalício, com fulcro no artigo 40, §7º, I da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005, Decreto nº 3.443/2015; equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, com efeitos a partir da data da habilitação ocorrida em 27 de dezembro de 2019, sem paridade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 27 de dezembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2020/CMDCA

Publicação Nº 2298732

Resolução Nº 001/2020/CMDCA

Dispõe sobre a concessão de recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente título de subvenção, dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, e considerando, a Instrução Normativa N. TC-14/2012 editada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em reunião ordinária realizada em 04 de dezembro de 2019, nas dependências na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, conforme ata 168, resolve estabelecer regras para a concessão dos recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A concessão de recursos públicos para entidades privadas fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e deve observar os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade.

Art. 2º - Apenas poderão apresentar projetos para o recebimento de recursos as entidades de atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que estiverem devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Herval d'Oeste/SC.

CAPÍTULO II
DAS DOAÇÕES E RECEITAS PRÓPRIAS DA ARRECADAÇÃO
DO MUNICÍPIO ALOCADAS NO FIA

Art. 3º - As doações de recursos financeiros por pessoas físicas ou jurídicas, na forma da Instrução Normativa vigente da Receita Federal, serão efetuadas através de depósito bancário em conta corrente exclusiva, que se encontra especificada no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, através do Link www.hervaldoeste.sc.gov.br em benefício do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente de Herval d'Oeste – SC.

Parágrafo Único - Quando da doação efetivada, fica o setor de contabilidade da prefeitura Municipal de Herval d'Oeste/SC, responsável por informar a Secretaria da Receita Federal, nome, valor da doação e o CPF ou CNPJ do doador, conforme normatização vigente.

Art. 4º - As doações deverão ser feitas ao FIA, considerando que os valores depositados, contudo, obrigatoriamente deverão ser utilizados para a realização dos Projetos que apoiam programas e serviços públicos ou privados em benefício à crianças e adolescentes.

§1º - A doação é inespecífica e os recursos comporão o montante do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – Geral, que terá seu repasse normatizado por deliberação deste Conselho;

§2º A transferência dos recursos, das receitas oriundas de fontes arrecadadas pelo município alocadas no Fundo Municipal Infância e do Adolescente, serão efetivadas mediante formalização de Termo de Fomento ou Termo de Convênio, através de chamamento público para a inscrição dos projetos. Desde que consiga garantir o princípio da prioridade absoluta no atendimento as crianças e adolescentes.

§3º - O repasse dos recursos dar-se-á em conta corrente específica para uso exclusivo do projeto, a ser informada pela organização proponente, a qual deverá prestar contas dos recursos financeiros recebidos, respeitando as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Serão redirecionados ao Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – Geral os valores decorrentes:

I – extinção da entidade proponente ou encerramento das atividades propostas no projeto aprovado;

IV – devolução em razão da não execução de parcerias firmadas por convênios ou Termos de Fomento, colaboração ou Convênio.

CAPÍTULO III**DOS PROJETOS****Seção I**
Da forma e do protocolo

Art. 6º - O CMDCA receberá a tempo definido, propostas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, as quais serão analisadas pela Comissão e, quando aprovadas, irão compor a lista para participar do Termo de Fomento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

§ 1º - A Organização ou entidade proponente, deverá ser necessariamente, a executora da proposta apresentada e aprovada;

Art. 7º - Será considerada apta a protocolar projeto a entidade que:

I – Estiver registrada no CMDCA e dispor de regularidade administrativa;

II – For uma organização ou Sociedade Civil privada que possuam ações relacionadas aos direitos da criança e do adolescente;

Art. 8º - O projeto deverá ser protocolado junto ao Protocolo Geral do município, no prazo estabelecido em edital próprio.

§ 1º - O projeto deverá, obrigatoriamente, ser instruído com os seguintes itens:

- I - Solicitação (Ofício) da entidade;
 - II – Cópia da Certificação de Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em que a entidade possui sua sede;
 - III - Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
 - IV - Cópia do CNPJ da entidade;
 - V - Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;
 - VI - Cópia do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;
 - VII - Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
 - VIII – Cópia da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada em cartório, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;
 - IX- Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
 - X - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
 - XI - Certidão Negativa de Débitos – Previdência Social;
 - XII - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF
 - XIII - Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais
 - XIV - Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;
 - XV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.
 - XVI - Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto.
 - XVII - Apresentação de, no mínimo, três orçamentos.
 - XVIII – As cópias deverão ser autenticadas e poderão ser autenticadas por servidor público competentes.
- § 2º - O projeto deverá demonstrar, ou apresentar os meios para que se comprove:
- I - A conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei n. 4.320/64;
 - II - A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;
 - III - A capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;
 - IV - O regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;
 - V - O interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
 - VI – A compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;
 - VII – A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;
 - VIII – A capacidade para captação de novos recursos.

Art. 9º - A conta corrente, de que trata o inciso XVI do § 1º do art. 8º desta resolução, deverá observar o disposto nos artigos 27, 28 e 29 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 10 - O plano de trabalho, de que trata o inciso III do § 1º do art. 8º desta resolução, conterá, obrigatoriamente, os seguintes itens, conforme anexo I, desta resolução:

- I – Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
- II – Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar e obter;
- III – Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
- IV – Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com valores estimados, se for o caso;
- V – Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
- VI – Cronograma físico de execução;
- VII – Cronograma financeiro de desembolso;
- VIII – Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado, através de três orçamentos, em papel timbrado.

Seção II

Da análise e da votação

Art. 11 - Poderão apresentar projetos para o FIA, as organizações da sociedade civil devidamente cadastradas no CMDCA. Os projetos serão analisados pela Comissão de Avaliação de Projetos do CMDCA, por ordem de protocolo e submetidos a votação do plenário na reunião subsequente do CMDCA.

Art. 12 – Cabe a Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos do FIA, formada por 03 (três membros), indicados pelo CMDCA, sendo eles: o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou conselheiro indicado em reunião; II – Dois servidores efetivos, designados por ato do Prefeito:

- I - Conferir toda a documentação exigida, e se for o caso, solicitar a documentação faltante;
- II - Redigir pareceres, ofícios e comunicações relativos à comissão;
- III – Indeferir os projetos que não observarem o disposto no art. 8º desta resolução;
- IV–Apresentar os projetos em plenária do CMDCA.

Art. 13 – Protocolado o projeto, e verificada a falta de algum item obrigatório, pela Comissão de Avaliação de Projetos, será intimada a entidade para que no estipulado em edital adite o projeto, sob pena de indeferimento.

Art. 14 – Constatada a regularidade do projeto este será analisado, e será proferido parecer fundamentado.

§1º - O parecer positivo deverá demonstrar a observância de todos os incisos do § 2º do artigo 8º desta resolução.

§2º - Do parecer negativo será dada ciência a entidade, a qual poderá recorrer, de forma escrita e fundamentada, a própria comissão no prazo estipulado em edital, contados da ciência do parecer.

I – Da decisão do recurso não caberá novo recurso.

II – Não será aceito novo protocolo de projeto cujo parecer final tenha sido negativo.

Art. 15 – Expedido parecer positivo da Comissão, o projeto será levado para apreciação e votação em sessão plenária do CMDCA, devendo ser considerada a sua relevância em favor das crianças e adolescentes.

Art. 16 – Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades representadas nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 17 - Caso o projeto não seja executado no prazo, ou a entidade contemplada desista do mesmo, os recursos poderão ser remanejados para outro projeto vigente, igualmente inserido, e que trate de objeto equivalente ao desistente.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS

Seção I Do repasse

Art. 18 – Aprovado o projeto este será remetido, ao setor competente, para a criação de lei específica e posterior assinatura do termo de ajuste e convênio, nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Seção II Da movimentação e da utilização

Art. 19 – Os recursos devem ser movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário nos termos do artigo 27 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 20 -Os recursos do FIA poderão ser destinados a:

I - Realização de programas e projetos com vistas à proteção e garantia dos direitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente no estabelecido nos artigos 90, 112 e 260, e os demais direitos sociais garantidos na Constituição Federal, priorizando os projetos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

II - Programas e projetos de comunicação, divulgação das ações de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

III - Elaboração de Diagnósticos e estudos relacionados à criança e ao adolescente de Herval D'Oeste;

IV - Participação em eventos de interesse do CMDCA, relacionados à promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;

V - Materiais necessários para custeio e investimento: gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, reposição de gás, utensílios de cozinha, mesas, armários, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, brinquedos de praça, obras literárias, cd's e dvd's de música e programas para computadores, e demais itens relacionados, desde que utilizados diretamente com as crianças e adolescentes;

VI - Material pedagógico, de expediente e de recreação: papéis, lápis, canetas, cartuchos de tintas, livros e cadernos, e demais itens relacionados;

VII - Material de alojamento: uniformes, colchões e colchonetes, linhas, botões, e demais itens relacionados.

Art. 21- Os recursos do Fundo da Infância e Adolescência não poderão ser destinados para:

I - Taxas e inscrições em federações, ou quaisquer outras despesas provenientes da participação em competições que vise resultado de rendimento;

II - Investimentos em aquisição, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

III - Custos referentes à administração da sede da organização social, tais como: taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU ou aquisição de imóveis;

IV - Gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente e técnico da entidade ou a servidor público federal, estadual ou municipal integrante da administração direta ou indireta;

V - Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

VI - Publicidade salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 22 – A fiscalização da correta aplicação dos recursos repassados pelo FIA e da execução do objeto do convênio conforme o plano de trabalho apresentado compete a Comissão de Normas e Fiscalização do CMDCA.

Art. 23 – A Comissão de Normas e Financiamento do CMDCA é formada por membros do referido Conselho, já estabelecidos pela resolução 005/2019 do CMDCA.

Parágrafo único: A comissão elegerá, entre seus membros, um relator a quem caberá redigir os relatórios de visita.

Seção III Da prestação de contas

Art. 24 – Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

Art. 25 – Os seguintes documentos, obrigatoriamente, devem acompanhar a prestação de contas:

- I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- II - Parecer do conselho fiscal da entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos em que haja a cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário; na impossibilidade destes será aceito cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, desde que justificado;
- VII - Guia de recolhimento, ou comprovante de depósito, de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII - Assinatura do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

§ 1º - Para os fins do inciso IV do caput deste artigo, os documentos comprobatórios, devem observar o disposto no capítulo IV, seção II da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2º - O relatório de que trata o inciso IX do caput deste artigo, deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art. 26 – Além do disposto no artigo anterior também deve ser apresentado na prestação de contas.

I – No caso de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres, a relação contendo o nome dos participantes, o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto;

II – No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador;

III – No caso em que o objeto envolver locação de bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, os contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, prazo de locação e demais informações que permitam a perfeita identificação;

IV – No caso de aquisição de materiais para distribuição gratuita, a relação na qual conste o nome, o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Registro Geral (RG), endereço dos beneficiários, e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registros fotográficos, filmagem, dentre outros.

Art. 27 – Havendo a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação.

Parágrafo único: Também integram as prestações de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo do proponente.

Art. 28 – A prestação de contas deverá ser apresentada 60 dias contando a partir da data do recebimento da parcela e conforme cronograma de execução do Plano de Trabalho.

§ 1º - Não sendo apresentada no prazo a prestação de contas, a entidade será intimada para que a apresente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de ficar impedida de apresentar novo projeto.

§ 2º - Persistindo a ausência, após tomadas todas as medidas administrativas, será instaurada Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

Art. 29 – A prestação de contas será analisada pela Comissão de Normas e Financiamento do CMDCA, a qual irá elaborar parecer nos termos da legislação vigente.

Art. 30 – Finalizado o parecer, sua conclusão será apresentada na reunião subsequente da plenário do CMDCA para conhecimento e aprovação dos conselheiros, e cópia da sua íntegra ficará arquivada junto ao CMDCA.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 – Deverá ser observado, no que couber, o disposto na Instrução Normativa N. TC-14/2012 e na Resolução 137 de 2010 do CONANDA.

Art. 32 – Uma vez aprovado o projeto, e encaminhado para edição de Lei, não será permitido, em nenhuma hipótese, que este seja aditado, modificado ou retificado.

Art. 33 – As entidades que entenderem necessário poderão requerer, a expedição de Certificado de Captação de Recursos, após a aprovação do projeto.

Art. 34 – É facultado ao edital para apresentação de projetos, estipular a obrigatoriedade de que os bens adquiridos, com recursos provenientes do FIA, possuam selo, ou semelhante, que o identifique como tal.

Art. 35 – Os casos omissos deverão ser questionados ao CMDCA que, em reunião plenária, definirá como proceder.

Art. 36 – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 02 de janeiro de 2020.

Ediane A. Soares da Silva
Presidente do CMDCA

SOLUÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 018/2019

Publicação Nº 2297984

SOLUÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 018/2019.

No que diz respeito ao uso dos equipamentos para fins particulares, muito embora tenham testemunhas que confirmem os fatos, tenho que tais fatos deveriam ser provados com documentos (fotografias, impressões, prints). Quanto ao fato de ter o investigado residido fora da Comarca, entendo que tal fato não causou nenhum transtorno para a Administração Pública ou para o funcionamento do Conselho Tutelar, pelo que deve ser absolvido de tais delitos.

Quanto a pena por estar exercendo outra atividade concomitantemente com as atribuições de Conselheiro Tutelar o investigado já foi advertido.

Quanto às acusações de ter repassado informações para terceiros pessoas e ter usado a estrutura do Conselho Tutelar para fins que não digam respeito à sua profissão pela fundamentação alhures mencionada, na forma do artigo 193 Parágrafo Único da Lei Complementar nº 281/2011, discordo com a conclusão da Comissão Processante e aplico ao Conselheiro Tutelar senhor R.T.B.B., a sanção de ADVERTÊNCIA, por infração ao artigo 59 incisos IV e X da Lei nº 3334/2019, por ter repassado informações internas do Conselho Tutelar a terceira pessoa sem qualquer vínculo com a instituição e por ter se utilizado da estrutura do Conselho Tutelar para fins vedados em lei.

Expeça-se a advertência e afixe-se cópia na Ficha Funcional do senhor R.T.B. B.

Publique-se;

Intime-se

Herval d'Oeste-SC, 20 de dezembro de 2019.

Adelar José Provenci

Prefeito Municipal em Exercício

Ibicaré**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA 1/2020 MERENDA ESCOLAR AGRICULTURA FAMILIAR**

Publicação Nº 2298435

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2020.

Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009. Olavo Boesing, Prefeito em Exercício, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos da Escola Municipal do Município de Ibicaré – Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2020, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

Entrega e abertura: documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 30/01/2020

Informações e entrega do edital de chamamento: Prefeitura Municipal de Ibicaré, setor de licitação, Rua Dom Pedro II, 133 e no sítio: www.ibicare.sc.gov.br, telefone no (049)3538 - 0222.

Horário: das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Ibicaré, 02 de janeiro de 2020.

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

EDITAL PREGÃO 1 - 2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS

Publicação Nº 2297607

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. OLAVO BOESING, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 16 de janeiro de 2020, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes venda de ingressos do Rodeio Fest e shows nacionais, a ser realizado entre os dias 27 a 29 de março de 2020, conforme especificações constantes no Anexo I (especificações do objeto), Anexo II (Termo de Referência) e demais dispositivos constantes no presente edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 02 de janeiro de 2020

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

EDITAL PREGÃO 1 - 2020 MEDICAMENTOS TABELA ABCFARMA

Publicação Nº 2298494

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2020 FMS

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020 FMS

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC (SC), através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.408.074/0001-88, com sede na Av. Hercílio Luz, 459, Centro, Ibicaré-SC, representado neste ato por seu Gestora Sr. Marlene Alberguini torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 08, de 13 de março de 2006 aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibicaré, situada na Rua Dom Pedro II, 133, Centro, Ibicaré-SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, que por ventura possa ocorrer.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 16 de janeiro de 2020 às 09:00 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro titular ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por ato do Poder Executivo conforme Portaria nº 01/2017, nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Registro de preço para eventual e futura contratação, em caráter excepcional, de medicamentos (éticos e genéricos) constantes da Lista ABCFARMA.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 02 de janeiro de 2020

Marlene Alberguini

Gestora

EDITAL PREGÃO 2 - 2020 AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 2297715

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020 REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Olavo Boesing, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de gêneros alimentícios.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 08 horas do dia 17 de janeiro de 2020, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da creche e escola municipal e ao consumo dos órgão participantes.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 02 de janeiro de 2020

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

ERRATA DE ALTERAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2019 FMS

Publicação Nº 2297652

Onde se lê

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Ata de Registro de Preços nº 027/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 074/2019/PMI, Pregão Presencial nº 039/2019/PMI.

OBJETO: aquisição eventual e futura de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

Valor Total: 1.074,00 (Hum mil e setenta e quatro reais).

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC

FORNECEDOR: JOSÉ THIAGO DE SOUZA

VIGÊNCIA: 17 de dezembro de 2020.

Ibicaré, SC, em 18 de dezembro de 2019.
Marlene Alberguini
Gestor

Como se lê

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Ata de Registro de Preços nº 027/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 074/2019/PMI, Pregão Presencial nº 039/2019/PMI.

OBJETO: aquisição eventual e futura de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

Valor Total: 2.328,00 (Dois mil, trezentos e vinte e oito reais).

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC

FORNECEDOR: JOSÉ THIAGO DE SOUZA

VIGÊNCIA: 17 de dezembro de 2020.

Ibicaré, SC, em 18 de dezembro de 2019.

Marlene Alberguini

Gestor

ERRATA DE ALTERAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2019 PM

Publicação Nº 2297578

Onde se lê

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 058/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 074/2019/PMI, Pregão Presencial nº 039/2019/PMI.

OBJETO: aquisição eventual e futura de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

Valor Total: 5.964,00 (Cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: JOSÉ THIAGO DE SOUZA

VIGÊNCIA: 17 de dezembro de 2020.

Ibicaré, SC, em 18 de dezembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Como se lê

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 058/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 074/2019/PMI, Pregão Presencial nº 039/2019/PMI.

OBJETO: aquisição eventual e futura de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

Valor Total: 4.710,00 (Quatro mil, setecentos e dez reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: JOSÉ THIAGO DE SOUZA

VIGÊNCIA: 17 de dezembro de 2020.

Ibicaré, SC, em 18 de dezembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

INEXIGIBILIDADE 1/2020 CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO

Publicação Nº 2297475

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1/2020PMI

INEXIGIBILIDADE N. 1/2020PMI

OBJETO: Contratação de show nacional com: CLEBER E CAUAN, a realizar-se no Centro de Eventos do Município de Ibicaré por ocasião do Rodeio Fest, de 27 a 29 de Março de 2020.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 25, III.

PREÇO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

CONTRATADO: C & C PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

VIGÊNCIA: 30/03/2020

Ibicaré (SC), 02 de janeiro de 2020

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298647

DECRETO PMI Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
- c) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- d) formular, planejar e implementar a política de fomento econômico e tecnológico dos setores industrial, comercial e de serviços do Município, compreendendo a atração de novos investimentos, contribuindo para a geração de emprego e renda;
- e) promover e incentivar a criação, preservação e ampliação de empresas e pólos econômicos, industriais e turísticos;
- f) buscar viabilizar junto aos organismos de fomento, linhas de crédito para compra de máquinas e equipamentos aos empresários empreendedores, formais e informais, auxiliando na geração de empregos, renda e surgimento de novas empresas no Município;
- g) apoiar empresas no processo de difusão de seus produtos e serviços, com vistas à ampliação dos negócios no mercado nacional e internacional;
- h) promover a educação empreendedora, através de convênios e parcerias com instituições de ensino e entidades vinculadas à profissionalização empresarial;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
 - c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
 - d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
 - e) realização de eventos de cunho turístico;
 - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
 - g) promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações no âmbito turístico;
 - h) incentivar o desenvolvimento do turismo de eventos no Município, incluindo a realização de encontros de negócios, congressos e outras atividades congêneres;
 - i) promoção, criação, desenvolvimento e administração de espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores turísticos e para o fomento de atividades turísticas;
 - j) formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos turísticos, na área de competência do Município;
 - k) planejamento e organização do calendário turístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
 - l) promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade turística no Município e a participação da comunidade local no fomento ao turismo;
 - m) formulação de políticas, planos e programas turísticos, em articulação com os demais órgãos municipais competentes e em consonância com os princípios de integração social e promoção da cidadania;
 - n) promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades turísticas no Município;
- III – celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades econômicas e turísticas;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VIII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

IX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.

X – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Gerência Administrativa

2. Chefe de Departamento de Promoção Turística

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento;

b) Conselho Municipal de Turismo.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente(a)	1	Gratificação	800,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

Art. 6º Revoga-se o Decreto nº 094, de 02 de julho de 2019, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298648

DECRETO PMI Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria – Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

- I – administração geral do Gabinete do Prefeito;
- II – assistência direta e imediata nos serviços de secretaria particular e institucional do Prefeito;
- III – articulação política com a população e com outras esferas de poder;
- IV – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- V – assessorar a Administração Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- VI – transmissão e controle das orientações e instruções emanadas do Prefeito;
- VII – expedição e publicação dos atos editados pelo Prefeito;
- VIII – comunicação com as Secretarias, órgãos e entidades municipais;
- IX – organização de cerimonial de eventos;
- X – organização da agenda do Prefeito;
- XI – representação, atendimento e articulação política e social;
- XII – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- XIII – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- XIV – contratação e interlocução com o órgão oficial do Município, responsável pela divulgação e publicação dos atos oficiais;
- XV – edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

Parágrafo único. Cabe a(o) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito exercer as atribuições atinentes à competência estabelecida no caput, pelas disposições normativas atinentes às atividades do órgão, bem como aquelas estabelecidas direta ou indiretamente pela legislação vigente ou determinadas por delegação ou subdelegação de competência.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria- Executiva do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a)-Executivo(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria de Coordenação-Geral do Orçamento Participativo
2. Superintendência de Comunicação Social
3. Gerência de Projetos e Fiscalização

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:**NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a)-Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.500,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00

II – Funções de Representação:**NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.200,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.250,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00

III – Funções Gratificadas:**NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG**

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	1	Gratificação	800,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 194, de 05 de novembro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

EDITAL Nº 022/2019/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2298598

EDITAL Nº 022/2019/SEFAZ/CFT**RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe os artigos 182 da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, COMUNICA, pelo presente edital, os contribuintes abaixo relacionados dos resultados dos Processos Administrativos submetidos à apreciação deste órgão e decididos, em primeira instância, pelo Secretário da Fazenda.

A íntegra das decisões poderão ser consultadas diretamente pelo site da Prefeitura Municipal de Imbituba (<http://www.imbituba.sc.gov.br>), através do link “Protocolo On Line”, ou ainda na Coordenadoria de Fiscalização Tributária, diretamente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, ou pelo e-mail fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br.

O contribuinte poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, recorrer da decisão de primeira instância, conforme dispõem os arts. 162 a 165 do CTM. O recurso deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituba, sendo dirigido ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Imbituba, 2 de janeiro de 2020.
DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

ANEXO ÚNICO

EDITAL Nº 022/2019/SEFAZ/CFT
RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Processo	CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	Resultado
15415/2019	13.828.042/0001-67	MARISTELA VELOSO DOS SANTOS SANCEVERINO	DEFERIDO

EDITAL Nº 023/2019/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2298602

EDITAL Nº 023/2019/SEFAZ/CFT

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 139, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes relacionados no Anexo Único, do lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em seu nome, nos termos dos artigos 267, caput e item 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, art. 270, III, art. 273, art. 278, art. 287, art. 288, II, e art. 295, todos da Lei Complementar Municipal 3019/2006; arts. 12 e 14 da Lei Complementar Municipal 4499/2014.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 158 e 159 do CTM. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer à Coordenadoria de Fiscalização Tributária deste Poder Público, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba/SC, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br, no link "Guia de ISS".

Imbituba, 2 de janeiro de 2020.
EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

ANEXO ÚNICO - EDITAL Nº 023/2019/SEFAZ/CFT

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN
EXTRATO

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	Cadastro Econômico/Contribuinte	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	VALOR
GIULIO COLELLA	182.399.538-16	288344	054M/2019	R\$ 6.046.90
MARIA INES DA SILVA DIAS	289.392.550-20	294114	088M/2019	R\$ 2.205.72

EDITAL PMI/SEDUCE/DCULT N.º 01/2019 / EDITAL PMI/SEDUCE/DCULT N.º 02/2019 - 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO

Publicação Nº 2297956

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba
RESULTADO PROVISÓRIO DOS INSCRITOS PARA PARTICIPAREM DA
1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO –

Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 01/2019 e Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 02/2019:

Divulga Lista Provisória dos Inscritos selecionados para participarem da 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO

A Diretora de Cultura, no uso das atribuições privativas que lhe confere a portaria de posse e exercício PMI/SEAD Nº 118/2019, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o presente resultado final dos selecionados nas inscrições, apresentadas e avaliadas pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, referentes aos editais da 1ª Feira de Artesanato Edição Verão - Edital PMI/SEDUCE/

DCULT n.º 01/2019 e Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 02/2019:

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei nº 4.276 de 05 de novembro de 2013 que Institui o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba – PROCULT;

CONSIDERANDO o contido no Plano Municipal de Cultura – PMC de Imbituba, aprovado pela Lei nº 4.894, de 06 de Março de 2018, para o decênio 2018/2028;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PMI/SEAD Nº 722, de 09 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no Edital da 1ª Feira de Artesanato Edição Verão – Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 01/2019, de 13 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a ATA da reunião Da Comissão Municipal de Incentivo a Cultura – CMIC de 02 de dezembro de 2019, referente a avaliação dos inscritos no Edital da 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO - Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 01/2019;

CONSIDERANDO a ATA da reunião Da Comissão Municipal de Incentivo a Cultura – CMIC de 19 de dezembro de 2019, referente a avaliação dos inscritos no Edital da 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO - Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 02/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar a listagem final dos artesãos e entidades selecionados e/ou deferido nas etapas de seleção referentes aos Editais da 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO - Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 01/2019 e Edital PMI/SEDUCE/DCULT n.º 02/2019, nos seguintes termos das tabelas abaixo:

Deferidos pela Comissão – CMIC:

Nº	PONTOS	DATA	Inscritos
1	46	20/11/2019	Mariscão da Zimba (Entidade)
2	33	22/11/2018	Rosinete da Silva Danázio
3	31	27/11/2019	Ondina Vieira da Rosa
4	31	22/11/2019	Dayana Daniel de Souza Bittencourt
5	27	25/11/2019	Artesanato JL – Jairo Ademir Piegas Araújo
6	27	28/11/2019	Maria Conceição Hipólito
7	25	28/11/2019	Gládis Helena Santiago
8	24	27/11/2019	Maria Palmira da Silva
9	24	27/11/2019	Arlete Freitas dos Santos
10	17	22/11/2019	Leila Cristina de Souza Pereira
11	15	13/07/2018	Nilva Zadra Gallo
12	14	27/11/2019	Vanessa Oliveira da Silva (Sustentabilidade Ambiental)
13	-	12/12/2019	Fátima Regina Reis de Souza
14	-	12/12/2019	Neiva Margarete dos Santos
15	-	12/12/2019	Andrei Jesuíno Cunha
16	-	12/12/2019	Camila dos Prazeres Sobrosa

Art. 2º Os selecionados acima listados que obtiveram o deferimento das inscrições devem encaminhar-se ao Departamento de Cultura, situada no prédio da prefeitura Rua Ernani Coltrin, Tel.: (48) 3355.8100 ramal: 8122, Imbituba – CEP: 88780-000 SC, para a entrega da documentação restante antes do dia 26/12/2019, ou por meio eletrônico endereçado a cultura@imbituba.sc.gov.br..

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Imbituba, 19 de Dezembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se,
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 01/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 (PMI-SEFAZ)

Publicação Nº 2298048

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI – SEFAZ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 01/2020
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 15 de JANEIRO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E MONTAGEM DE CARNÊS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, À SABER, IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU) E TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (COLIX), PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de janeiro de 2020
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal da Fazenda.

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 22/2019

Publicação Nº 2297990

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 22/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e ainda, por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS n.º 22/2019. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 01/2020

Publicação Nº 2298066

PORTARIA PMI/SEAD Nº 01, de 02 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 226, de 27 de março de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 24.076/2019, e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 226, de 27 de março de 2019, do servidor, Sr. FABIANO AMORIM PEREIRA, Zelador, inscrito no CPF sob o n.º 022.951.749-88, admitido em 12 de junho de 2008, contrato nº 4462, referente ao quinquênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	03.06.2019 a 02.07.2019
	01.10.2019 a 30.10.2019
	02.01.2020 a 31.01.2020 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 02/2020

Publicação Nº 2298101

PORTARIA PMI/SEAD Nº 02, de 02 de janeiro de 2020.
Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital nº 02/2009, admitida em 17 de fevereiro de 2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Andreia Mendes da Silva	Professora III - 20h	019.080.839-05	02/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de janeiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 03/2020

Publicação Nº 2298373

PORTARIA PMI/SEAD Nº 03, de 02 de janeiro de 2020.
Dispõe sobre a Exoneração de Chefe de Departamento Relações Institucionais - SEGAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 23.966/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 02 de janeiro de 2020, a Sra. ELISA DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 067.572.389-26, do cargo de Chefe de Departamento Relações Institucionais da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP nº 353, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 04/2020

Publicação Nº 2298391

PORTARIA PMI/SEAD Nº 04, de 02 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Assessora Técnica - SEGAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 23.966/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de janeiro de 2020, a Sra. ELISA DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 067.572.389-26, para exercer o cargo de Assessora Técnica junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 05/2020

Publicação Nº 2298458

PORTARIA PMI/SEAD Nº 05, de 02 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Chefe de Departamento de Promoção Turística - SEDETUR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 23.966/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de janeiro de 2020, a Sra. LUANA FERNANDA FONSECA LOPES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 104.285.259-62, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Promoção Turística junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Iomerê

PREFEITURA

CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2297841

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES

Nº 0001/2020

O Município de Iomerê - SC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Rua João Rech, nº 500, Centro, na cidade de Iomerê, SC., inscrições para fornecedores do Município, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Município de Iomerê, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;
- d) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Inscrição Estadual;
- g) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- h) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- i) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- k) Apresentar o Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial anexado em declaração do Contador da Empresa, atestando boa situação financeira.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via por fotocópia.

Iomerê, 02 de janeiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

1TAC156/2019-PMI

Publicação Nº 2297582

31/12/2019 31/03/2020 31/12/2019 2019 66 2643 1TAC156/2019 156/2019 3 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais (granitos, grades, portão metálico, janelas e telas) para o Centro Esportivo do Bairro dos Estudantes. 0 101480 Sidnei Carlos de Mello ME J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 39 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 001/2020-PMI

Publicação Nº 2297664

02/01/2020 31/12/2020 02/01/2020 2644 001/2020-PMI 0 1 "Ref. contratação de de serviços de veiculação de matérias em site de abrangência regional para divulgação de atos institucionais e administrativos no grupo de mídia integrada ""Magronada"", com produção de notícias, divulgação de eventos, informações, variedades e campanhas institucionais de forma integrada, no site (www.magronada.com.br), página no facebook (www.facebook.com/magronada) e 18 grupos de whatsapp.

Conforme Contrato nº 001/2020-PMI" 6000,00 102805 BERNARDO DE SOUZA 09574797945 J 1 9 2020 1 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 002/2020-PMI

Publicação Nº 2297672

02/01/2020 31/12/2020 02/01/2020 2645 002/2020-PMI 0 1 "Ref. contratação de empresa para prestação de serviços de de produção e locação de estúdio para divulgação de atos e fatos oficiais do município.

Contrato nº 002/2020-PMI" 6000,00 8102 HECKLER SERVICOS GRAFICOS E PUBLICIDADE LTDA. ME - J 1 9 2020 2 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Ipuaçu

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2297980

PORTARIA Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera Servidor Público de Cargo Comissionado de Assessor Legislativo.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerar de interesse público, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. ANA CLAUDIA FLORES SOARES, exonerada do Cargo Comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO, integrante do quadro de funcionários da Câmara Municipal de Ipuaçu - SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuaçu – SC, em 02 de janeiro de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR
Presidente

Esta Portaria Legislativa foi registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI RAMILO
1º Secretária

Ipumirim

PREFEITURA

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES 02/2020/PM

Publicação Nº 2297964

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES 02/2020

HILDO CARLOS SABADIN, PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM EM EXERCÍCIO, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 06 de janeiro de 2020 até 31 de julho de 2020, o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos, para o exercício de 2020. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Agricultura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-3429 ou 3438-3422 e pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim-SC, em 02 de janeiro de 2.020

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito Municipal em Exercício

MODALIDADE: MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2020/PM

Publicação Nº 2297738

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2020

HILDO CARLOS SABADIN- PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos fornecedores da Administração Pública do Município. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações, no horário de expediente, pelos telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, em 02 de janeiro de 2.020

HILDO CARLOS SABADIN

PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº.003/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298488

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A JULIE REGINATTO, matrícula 1638, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2010 a 2015 e gozo a partir de 30 de Dezembro de 2019 a 27 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito retroativo a partir de 30 de Dezembro de 2019.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº. 001/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298473

EXONERA SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS E SIMILARES POR APOSENTADORIA.

O Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALTAIR PEDRO FALABRETTI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Ipumirim – SC, no cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Similares, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 3205/2003, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 002/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298481

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MEDICA VETERINARIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito em exercício de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2019. CONTRATA

INGRIDY KELLI ZANCHET, sob a Matrícula 3090, com domicílio na Cidade e Município de Ponte Serrada, Carteira de Identidade nº. 4384171 e do CPF 042.653.299-69, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico Veterinário, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 140, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria Municipal de Agricultura para o período de 02/01/2020 a 31/12/2020, pelo processo seletivo 010/2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

Hildo Carlos Sabadin
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 004/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298491

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANE MULLER, matrícula 1647, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 005/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298499

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CIDIANE RIBEIRO SOARES BENELLI, matrícula 2886, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº. 006/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298504

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDETE MARIA RAMOS, matrícula 2209, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício.

PORTARIA Nº. 007/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298510

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLEONICE ALVES DA SILVA, matrícula 2891, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº. 008/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298518

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ELIZANGELA APARECIDA TOBIN MERTINS, matrícula 1644, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 009/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298525

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FATIMA PAGNO BUSSOLARO, matrícula 1654, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 010/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298536

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GIOVANA KATIA BAUTITZ SCHNEIDER, matrícula 1650, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 011/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298543

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JOSEMARA DARLEIA TELES, matrícula 1650, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 012/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298545

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LILIANA MARQUESI, matrícula 1646, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 013/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298547

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARISANE ELAUTERIO DA LUZ RAIMUNDI, matrícula 1649, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 014/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298549

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MELANIA ALBERTON ZANELLA, matrícula 2042, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 015/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298552

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MIRTE BONISSONI BEDIN, matrícula 1655, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício.

PORTARIA Nº. 016/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298553

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SOLANGE MARIA DAL PUPPO, matrícula 1642, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 017/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298554

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SUELEN MAIARA HEEMANN, matrícula 2928, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 018/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298556

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANA DE PINHO TIEPO, matrícula 1025 férias de 12 dias, relativas ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 17 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 019/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298558

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANDRE LUIZ REGERT, matrícula 1026 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 020/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298561

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLEONICE PEROZIN SONNTAG, matrícula 2891 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 20 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 021/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298563

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A DIANA DE FATIMA FIAMETTI, matrícula 2926 férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 20 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº. 022/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298565

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ERASMO CANTON, matrícula 524 férias de 16 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 20 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 023/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298567

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FABIANA PALUDO, matrícula 1971 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.
HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 024/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298568

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FABIANE FARINA, matrícula 1014 férias de 18 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 23 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.
HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 025/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298569

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVONE DETOFANO LANG, matrícula 520 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 026/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298570

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LIZANDRA SLONGO CANTON, matrícula 488 férias de 16 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 027/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298573

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MILANIA MARIA ZUCCHI, matrícula 1716 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 028/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298574

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MIRELE ANDREIA FRIGERI, matrícula 2015 férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 20 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 029/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298575

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A DOUGLAS BIFFI, matrícula 1637, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 030/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298578

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ILDE LIBERATO BARON, matrícula 1041, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 031/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298580

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ITAMAR DAL BELLO, matrícula 2170, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 032/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298584

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MICHELE DAL BELLO, matrícula 2007, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 033/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298588

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GERSON MARIO WILDNER, matrícula 42, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.
HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 034/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298592

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LAUDECIR FRANCIO, matrícula 075, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 035/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298595

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCOS GIOVANI COSER, matrícula 2024, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 036/2019 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298596

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANDRE DOS SANTOS, matrícula 1993 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

PORTARIA Nº. 037/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298597

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDIR VENITE, matrícula 2908, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 038/2019 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298599

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A HEDO MEINE, matrícula 046 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2019 a 2020.e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº. 039/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298600

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCOS ANDRE WILDNER, matrícula 2008, férias de 19 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 24 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 040/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298601

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CHARLIE MUELLER ANGNES, matrícula 2870, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 041/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298603

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDIOMIR CANZI, matrícula 2273, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 042/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298604

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDIOMIR ANTONIO ACCADROOLLI, matrícula 0019, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 043/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298605

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANO RIBEIRO, matrícula 2281, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 044/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298606

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ELOI PRAMIO, matrícula 1284, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 045/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298608

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILVAN ANDRE FRIGERI, matrícula 1690, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 046/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298609

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LAUDIR NOVELLO, matrícula 496, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 047/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298610

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCIANO CASAGRANDE, matrícula 1664, férias de 20 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 25 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 048/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298612

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A VILSON BICIGO, matrícula 2117, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 049/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298613

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SILVERIO RAUSCHKOLB, matrícula 2283, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 050/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298616

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A RONEI DATSCH, matrícula 2263, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 051/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298617

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A VALCIR CARLOS BONISSONI, matrícula 1715, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº.052/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298618

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

HILDO CARLOS SABADIN, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 51, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, artigo 3º e parágrafos do Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993,

NOMEIA,

Laudecir Frâncio, Jucilene Goldoni Caliar, Moira Comboski e Claudiomir Antonio Accadrolli, sendo todos do quadro permanente da Prefeitura municipal de Ipumirim - SC, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo e tendo como membro o terceiro e suplente o quarto, para constituírem a Comissão Permanente de Licitações prevista no artigo e Lei supra citada e regulamentada pelo Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993.

A Comissão terá mandato de um ano, contado a partir da data de publicação da presente portaria.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Ipumirim, 02 de Janeiro de 2020.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em Exercício

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 109, PP Nº 48-2019-PM

Publicação Nº 2297674

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMCNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 48/2019 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 109/2019
Data do Processo: 16/12/2019

Objeto: contratação de serviços de transporte coletivo, destinado ao transporte escolar, para os alunos da Educação Básica do Município, para o exercício de 2020.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2020

Motivo: Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, a Comissão de Licitação, reuniu-se para dar início ao embate licitatório acima mencionado. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados em participar do Processo acima transcrito. Diante disso a Comissão decide declarar o certame como deserto. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Ipumirim, 2 de Janeiro de 2020

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 002/2020 PP 002/2020

Publicação Nº 2298720

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 02/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Constitui o objeto do presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, a aquisição de diversos gêneros alimentícios para uso no preparo das refeições dos alunos das Escolas Municipais pelo período de 12 meses.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 15/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 03 de Janeiro de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 003/2020 PP 003/2020

Publicação Nº 2298728

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Constitui o objeto do presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa de prestação de SERVIÇOS COM MINI CARREGADEIRA, potência mínima de 55 HP, capacidade mínima de carregamento de 0,40 m³ e altura mínima de levante da concha de 1,95 metros, para auxiliar a execução dos serviços prestados pela patrulha mecanizada do município na limpeza de aviários, distribuição de adubo orgânico sólido e distribuição de calcário, conforme solicitado.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Recebimento das Propostas: até as 13:30 do dia 15/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 03 de Janeiro de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 004/2020 PP 004/2020

Publicação Nº 2298729

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Constitui o objeto do presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços a aquisição de diversos gêneros alimentícios, para uso nas atividades do Programa Bolsa Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Programa de Atendimento Integral as Famílias (PAIF), para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência

Social e Habitação.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 16/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 03 de Janeiro de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

ATA TP 06/2019 - LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 2297713

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2019 - TP
	Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 09/12/2019

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 2.627,20 m², a ser executado na LINHA BONITA interior do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, a Comissão de Licitações, reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Processo Licitatório nº 067/2019, Tomada de Preços nº 06/2019, cujo objeto é Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 2.627,20 m², a ser executado na LINHA BONITA interior do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório. Iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. A Comissão segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA, sugerindo reabrir o certame; sendo possíveis mantidas as condições do edital, a apropriação da regra da dispensa licitatória do inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93, desde que não se possa repetir o procedimento sem prejuízo à administração. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, a Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

Iraceminha, 27 de Dezembro de 2019

COMISSÃO:

DANIELA ASSONI BOLFE	- - Presidente da Comissão de Licitação
DÉBORA SPENAZZATTO	- - SECRETÁRIA
GUSTAVO LUIZ DRESCHER	- - MEMBRO
FABRÍCIO FARIAS	- - MEMBRO
EVANDRO JOÃO RAUBER	- - MEMBRO

DECRETO 093 2019

Publicação Nº 2298005

DECRETO Nº 000093/19 de 31 de Dezembro de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001396/18 de 22 de Novembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.877,11 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01.28.845.1013.0.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

8.877,11

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

8.877,11

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Dezembro de 2019

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO 193/2019

Publicação Nº 2298722

DECRETO 193/2019, de 27 de dezembro de 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais), no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
02.03.12	Educação			
02.03.12.361	Ensino Fundamental			
02.03.12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.361.1201.2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	69.300,00		69.300,00
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	3.300,00		3.300,00
TOTAL		72.600,00		72.600,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da dotação abaixo detalhada, no valor de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais).

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
02.01.04	Administração			
02.01.04.122	Administração Geral			
02.01.04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			
02.01.04.122.0401.2.022	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	1.370,00		1.370,00
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
02.02.23	Comércio e Serviços			
02.02.23.695	Turismo			
02.02.23.695.2301	PROMOÇÃO DO TURISMO			
02.02.23.695.2301.2.050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO			
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	2.535,00		2.535,00
02.04	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			
02.04.15	Urbanismo			
02.04.15.451	Serviços Urbano			
02.04.15.451.1502	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA			
02.04.15.451.1502.1011	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	15.971,00		15.971,00
02.04.26	Transportes			
02.04.26.782	Transportes Rodoviários			
02.04.26.782.2601	Estradas Vicinais			

02.04.26.782.2601.2.051	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES E OBRAS			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	8.481,00		8.481,00
02.04.26.782.2601.1.016	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE OBRAS			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	1.000,00		1.000,00
02.05	Encargos Gerais do Município			
02.05.27	Desporto e Lazer			
02.05.27.813	Lazer			
02.05.27.813.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
02.05.27.813.2800.2.025	ATENDIMENTO. À PESSOA IDOSA			
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	2.622,00		2.622,00
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	12.393,00		12.393,00
02.10	FUNDO MUNICIPAL DO DESNV AGROPECUARIO			
02.10.20	Agricultura			
02.10.20.606	Extensão Rural			
02.10.20.606.2001	ASSISTÊNCIA AÓ PRODUTOR RURAL			
02.10.20.606.2001.2.049	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	1.009,00		1.009,00
02.10.20.608	Promoção da Produção Agropecuária			
02.10.20.608.2001	ASSISTÊNCIA AÓ PRODUTOR RURAL			
02.10.20.608.2001.1.01	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	23.182,00		23.182,00
02.12	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA			
02.12.13	Cultura			
02.12.13.392	Difusão Cultural			
02.12.13.392.1301	DIFUSÃO CULTURAL			
02.12.13.392.1301.2.063	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES CULTURAIS			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	3.394,00		3.394,00
02.14	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
02.14.15	Urbanismo			
02.14.15.451	Infraestrutura Urbana			
02.14.15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			
02.14.15.451.1501.1.010	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	243,00		243,00
02.15	FUNDO MUNICIPAL DO ISOSO			
02.15.14	Direito e Cidadania			
02.15.14.241	Assistência ao Idoso			
02.15.14.241.0801	Assistência Social Geral			
02.15.14.241.0801.2.060	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	400,00		400,00
TOTAL		72.600,00		72.600,00

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 27 de dezembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 27/12/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO 195.2019

Publicação Nº 2298727

DECRETO 195/2019, de 27 de dezembro de 2019
 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 204.300,00 (duzentos e quatro mil e trezentos reais), no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
02.03.12	Educação			
02.03.12.365	Educação Infantil			
02.03.12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.365.1201.2.039	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	198.475,00		198.475,00
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	5.825,00		5.825,00
TOTAL		204.300,00		204.300,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação dos recursos ordinários, no valor de R\$ 204.300,00 (duzentos e quatro mil e trezentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 27 de dezembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 27/12/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO 196.2019

Publicação Nº 2298730

DECRETO 196/2019, de 30 de dezembro de 2019
 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			
02.04.15	Urbanismo			
02.04.15.451	Serviços Urbano			
02.04.15.451.1502	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
02.04.15.451.1502.2047	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	22.000,00		22.000,00
TOTAL		22.000,00		22.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação das dotações abaixo, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.14	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
02.14.15	Urbanismo			
02.14.15.451	Infraestrutura Urbana			
02.14.15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS			
02.14.15.451.1501.1.010	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	22.000,00		22.000,00
TOTAL		22.000,00		22.000,00

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 30 de dezembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 30/12/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº 194.2019

Publicação Nº 2298726

DECRETO 194/2019, de 27 de dezembro de 2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 219.155,00 (duzentos e dezenove mil e cento e cinquenta e cinco reais), no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
02.03.12	Educação			
02.03.12.361	Ensino Fundamental			
02.03.12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.361.1201.2.039	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	213.004,00		213.004,00
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta	6.151,00		6.151,00
TOTAL		219.004,00		219.004,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação dos recursos ordinários, no valor de R\$ 219.155,00 (duzentos e dezenove mil e cento e cinquenta e cinco reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 27 de dezembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 27/12/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº 197.2019

Publicação Nº 2298731

DECRETO 197/2019, de 31 de dezembro de 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.169,48 (cinco mil, cento e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos) no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
02.02.04	Administração			
02.02.04.122	Administração Geral			
02.02.04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
02.02.04.122.0402.2023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
3.3.90.00.00.00.00.3094	Aplicação Direta	5.169,48		5.169,48
TOTAL		5.169,48		5.169,48

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação da fonte- 3094 Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019, no valor de R\$ 5.169,48 (cinco mil, cento e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 31 de dezembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 31/12/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

Irati**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020-FMS - CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CIS-AMOSC EXERCÍCIO DE 2020**

Publicação Nº 2298455

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : Rateio das despesas de manutenção do CIS-AMOSC, relativamente ao exercício de 2020, para custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos

Contratado : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, CNPJ/MF 01.336.261/0001-40., com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-S, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

IRATI/SC, 02 DE JANEIRO DE 2020.
SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020-FMS - CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DO CIS-AMOSC EXERCÍCIO DE 2020

Publicação Nº 2298460

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : Rateio das despesas de serviços especializados em Saúde de média e alta complexidade ambulatorial, relativamente ao exercício de 2020, necessários à manutenção do CIS-AMOSC

Contratado : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, CNPJ/MF 01.336.261/0001-40., com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-S, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

Irati-SC, 02 de janeiro de 2020.
SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

PREGÃO RP Nº 001/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Publicação Nº 2298013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
Processo Administrativo Nº 003/2020
Processo Licitatório Nº 003/2020
Edital: Pregão Presencial Nº 001/2020
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS E SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24/01/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/01/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 03 de janeiro de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3700

Publicação Nº 2298471

DECRETO N.º 3.700, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO (A) APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2018 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Motorista;

Considerando a necessidade de convocação de servidor (a) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo de Motorista, no concurso público n.º 001/2018 e autorizada a CONVOCAÇÃO do (a) candidato (a) aprovado (a) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º O (a) candidato (a) convocado (a) deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de Dezembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3701

Publicação Nº 2298472

DECRETO N.º 3.701, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO (A) APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 002/2019 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde;

Considerando a necessidade de convocação de servidor (a) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no concurso público n.º 002/2019 e autorizada a CONVOCAÇÃO do (a) candidato (a) aprovado (a) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de admissão.

Art. 2º O (a) candidato (a) convocado (a) deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para admissão no serviço público municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de Dezembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3705

Publicação Nº 2298474

DECRETO N.º 3.705, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2019 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para os cargos de Monitor de Creche e Técnico de Enfermagem;

Considerando a necessidade de convocação de servidores (as) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 04 (quatro) vagas para o cargo de Monitor de Creche e 1 (uma) vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem, no concurso público n.º 001/2019 e autorizada a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) aprovados (as) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do respectivo cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3706

Publicação Nº 2298478

DECRETO N.º 3.706, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2018 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II;

Considerando a necessidade de convocação de servidores (as) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Educação;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 02 (duas) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no concurso público n.º 001/2018 e autorizada a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) aprovados (as) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os (as) candidato (as) convocados (as) deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2298470

PORTARIA Nº. 005/2020.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	PERIODO		
ADRIANA MICHAHOUSKI DENKE	02/01/2020	A	31/01/2020
ALINE CRISTINA LINZMEIER RISKE	02/01/2020	A	31/01/2020
ANA PAULA COLAÇO DE MOURA BOSSOW	02/01/2020	A	31/01/2020
ANTONIO DILSON TEODORO	02/01/2020	A	31/01/2020
CARLOS GUILHERME SILVA DO AMARAL	02/01/2020	A	31/01/2020
CASSIANA LAIS BRAND	02/01/2020	A	31/01/2020
CLAUDETE TILGNER BENDLIN	02/01/2020	A	31/01/2020
CLAUDIA HELOISA KUCHLA	02/01/2020	A	31/01/2020
CLEUSA CLARICE DE LIMA	02/01/2020	a	31/01/2020
CRISTIANA FIGURA FUCK	02/12/2020	A	16/01/2020
CRISTIANO MICHAHOUSKI	02/01/2020	A	31/01/2020
DANIELE PAVARIN	02/01/2020	A	16/01/2020
DEBORA APARECIDA KOZOSKI GONCHORK	02/01/2020	A	31/01/2020
EDSON ESTRIZER	02/01/2020	A	31/01/2020
ELIANE CHAVES	02/01/2020	A	31/01/2020
ELIZANI APARECIDA CHAVES	02/01/2020	A	31/01/2020
ELIZETE COLAÇO	02/01/2020	A	31/01/2020
ELTON ALESSANDRO RUCKL NICOLUZZI	21/01/2020	A	19/02/2020
EMERSON AUGUSTO MIGUEL PADILHA VAZ	02/01/2020	A	16/01/2020
ENI TERESINHA SCHUSTER MICHAOVSKI	02/01/2019	A	31/01/2020
ESENILDA TEREZINHA MIRANDA	02/01/2019	A	31/01/2020
FRANCIELI ZIEMANN	02/01/2020	A	31/01/2020
GESSICA GRESCHEN	02/01/2020	A	16/01/2020
GILIANDRA DE CASSIA BRAND	13/01/2020	A	27/01/2020
GIOZANI REGINA CRESTANI	02/01/2020	A	16/01/2020
GISELI KEMPINSKI	02/01/2020	A	31/01/2020
GUIDO LUIZ TRETTO	02/01/2020	A	31/01/2020
IRIS VANESA BAY	13/01/2020	A	27/01/2020
IVETE CARDOSO FRONCZAK	02/01/2020	A	16/01/2020
JACI BAGGENSTOSS BINDER	02/01/2020	A	31/01/2020
JANETE CORREA DE FREITAS ZABOROSVSKI	02/01/2020	A	31/01/2020
JOAO PEDRO DA SILVA RESENE	02/01/2020	A	31/01/2020
JOEL DA ROCHA	15/01/2020	A	13/02/2020
JORGE NOGATH	01/01/2020	A	30/01/2020
JOSE OSNIR CARDOSO	13/01/2020	A	27/01/2020
JOSIANE BRANCO DE OLIVEIRA	02/01/2020	A	31/01/2020
JOVANE JOSE MUNCINELLI	02/01/2020	A	31/01/2020
JULIANA PATRICIA ALVES	02/01/2020	A	31/01/2020
JULIANA RONSKA JACUBOVSKI	02/01/2020	A	31/01/2020
JULIANA SAN MARTINS PORTES	15/01/2020	A	13/02/2020
KARLA ADRIANA MORAIS	02/01/2020	A	31/01/2020

KARLA GRANDO	02/01/2020	A	31/01/2020
LADEMIR FERNANDO ARCARI	02/01/2020	A	16/01/2020
LIGIA TUON CUSTODIO	02/01/2020	A	31/01/2020
LUIZ CARLOS GONÇALVES DA MAIA	02/01/2020	A	31/01/2020
MARIA SOLIDADE PEREIRA DE SOUZA REICHARDT	02/01/2020	A	31/01/2020
MARILENA MARQUES FIGURA	02/01/2020	A	31/01/2020
NEUSA HENNING	02/01/2020	A	31/01/2020
PATRICIA SENN	02/01/2020	A	31/01/2020
PATRICK RICHARDT FLEITH	02/01/2020	A	31/01/2020
PEDRO DE MIRANDA	02/01/2020	A	31/01/2020
ROSANA MARCIA PERCIAK PEREIRA PIEKARZEWICZ	02/01/2020	A	31/01/2020
SAMARA ANDRESSA RUCKL	02/01/2020	A	31/01/2020
SELETE PAVARIN PRUST	02/01/2020	A	31/01/2020
SINTIA BENDLIN FRANZ	02/01/2020	a	16/01/2020
TANIA REGINA RUCKL PEREIRA	02/01/2020	A	31/01/2020
VALDIR MARAFIGO	02/01/2020	A	16/01/2020
VALDIRENE CRISTINA BENDLIN	02/01/2020	A	31/01/2020
VINICIUS MARQUES KINGERSKI	02/01/2020	A	31/01/2020
WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS	02/01/2020	A	31/01/2020
WILLIAN LEZAN	15/01/2020	A	13/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA Nº 01/2020

Publicação Nº 2297813

TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA N.º 01/2020

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA A EMPRESA ADRIANE SCHREINER LECH – CACAU LECH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sita à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Caetano Valões, nº 22, Bairro Centro, Irineópolis / SC, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa ADRIANE SCHREINER LECH – CACAU LECH, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.997.689/0001-64, com sede na Rua Rio de Janeiro, s/n, Centro, Irineópolis – SC, representada neste ato, pela Sra. ADRIANE SCHREINER LECH, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 52534275 e inscrita no CPF sob o nº 837.877.809-63, residente e domiciliada na Vila Santa Cruz, Irineópolis – SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Concessão de Subvenção Econômica, consoante previsão contida no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.054/2019, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O presente Termo de Concessão de Subvenção Econômica tem por objeto a concessão pelo CONTRATANTE, de subvenção econômica relativa ao aluguel do imóvel para instalação da CONTRATADA, sendo que nos primeiros 12 meses a subvenção econômica será de 100% (cem pontos percentuais) do valor do aluguel e nos 12 meses seguintes será de 50% (Cinquenta pontos percentuais) do valor do aluguel.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2 - São compromissos da CONTRATADA, cumprir na íntegra o Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Gerar empregos diretos, no mínimo de 13 (treze); e empregos indiretos;

2.2 – Incrementar seu faturamento para R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), no prazo de dois anos;

2.3 – Manter as negativas apresentadas durante todo o período de concessão da subvenção econômica, sob pena de cessar a concessão do benefício;

2.4 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de

Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.5 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.6 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Irineópolis - SC, mensalmente, dos recursos recebidos;

2.7 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.8 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Concessão de Subvenção Econômica;

2.9 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.10 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3 - São compromissos do Município:

- 3.1 - Transferir os recursos à CONTRATADA, mensalmente, o valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), nos primeiros 12 meses e de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) nos 12 meses subsequentes, acrescido do percentual de reajuste legal para contratos de aluguel;
- 3.2 - Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
- 3.3 - Fiscalizar a execução do Termo de Concessão de Subvenção Econômica, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 3.4 - Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- 3.5 - Dar publicidade ao presente Termo de Concessão de Subvenção Econômica através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;
- 3.6 - Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
 - b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo CONTRATANTE, não prevista no Plano de Trabalho.
 - c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
 - d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- 3.7 - Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
 - b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
 - c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), nos primeiros 12 meses e de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) nos 12 meses subsequentes, acrescido do percentual de reajuste legal para contratos de aluguel, sendo o primeiro pagamento na data da comprovação do pagamento do primeiro aluguel e os demais a cada 30 (trinta) dias;

4.1 - A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto a um Banco público (Banco do Brasil ou Caixa).

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA

5 - O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.1 - O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6 - O prazo de vigência do presente Termo de Concessão de Subvenção Econômica será de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de Concessão de Subvenção Econômica a ser firmado poderá ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7 - O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8 - Dos valores repassados deverá ser prestado contas mensalmente, até o último dia do mês do repasse, obedecendo aos critérios técnicos e legais de demonstrações financeiras de prestação de contas, estabelecidas pelas Leis que disciplinam a matéria, sem o que, não serão repassados os valores do mês seguinte.

8.1 - A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

8.1.1 - Mensalmente:

8.1.1.1 – Comprovante de pagamento de aluguel;

8.1.1.2 – Comprovante através da GFIP ou outro documento oficial, da evolução do número de empregados;

8.1.1.3 – Declaração do valor faturado no mês;

8.1.2 - Anualmente:

8.1.2.1 - Comprovante, através da RAIS, da evolução do número de empregados;

8.1.2.2 - Apresentação de documento aceito pela Receita Federal, relativo ao faturamento anual;

8.1.2.3 – Apresentação da Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal, PGFN e INSS;

8.1.2.4 – Apresentação da Certidão Negativa Trabalhista;

8.1.2.5 – Apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS;

8.1.2.6 – Apresentação da Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

8.1.2.7 – Apresentação da Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

8.2 - Será obrigatória a devolução dos recursos não utilizados até o final do presente Termo de Concessão de Subvenção Econômica, cujo recibo de depósito bancário deverá constar da prestação de contas final da parceria, sendo que a sobras mensais deverão permanecer aplicadas até sua utilização.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9 - A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo de Concessão de Subvenção Econômica poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, ou suspensão do atendimento pela CONTRATADA.

9.1 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2 - Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

10 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11 - A eficácia do presente termo de Concessão de Subvenção Econômica ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12 - As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária: 2002 (8) 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferências à instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas nas Leis Municipais nº 1.823/2014, 1.857/2015 e 2.054/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14 - Os partícipes elegem o Foro da comarca de Porto União - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

14.1 - E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Irineópolis, 02 de Janeiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	ADRIANE SCHREINER LECH Proprietária da empresa Adriane Schreiner Lech – Cacau Lech
Testemunhas:	
Nome: Lademir Fernando Arcari CPF: 513.968.909-04	Nome: Guido Luiz Tretto CPF: 613.291.189-87

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Publicação Nº 2298153

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 28 de janeiro de 2020, para a possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o primeiro semestre de 2020. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 28 de janeiro de 2020 e abertas as 08h30min nesta mesma data. As amostras para aprovação deverão ser enviadas até o dia 14 de janeiro de 2020, conforme edital. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá-SC, 02 de janeiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA DE NOMEAÇÃO 005/2020

Publicação Nº 2298425

PORTARIA Nº 005/2020
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE servidor público MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JEAN KRUSE, CPF 038.272.199-30, para o cargo de Assessor Jurídico, CC-AO/30, do quadro de pessoal de provimento em comissão do Poder Legislativo de Itá SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020.
CLÉO CARLOS MOCELLIN
Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

PORTARIA N. 001/2020 CLÉO CARLOS MOCELLIN, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, COM FULCRO NA LEI N. 8.666/93, RESOLVE:

Publicação Nº 2297865

PORTARIA N. 001/2020

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na Lei n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Para dar conformidade ao enunciado Art. 6º, inc. XVI da Lei 8.666/93, DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, para conduzir os certames licitatórios do Poder Legislativo do Município de Itá-SC, a servidora Silvana Maria Bergamaschi Prigol, tendo como EQUIPE DE APOIO seguintes membros:

- 1) Silvana Colossi
- 2) Diléia Marta Scheffler Cerutti
- 3) Cristina Casarotto Orlando
- 4) Andressa Pessoa de Chaves
- 5) Idacir Angelo Finger

Art. 2º O Presidente da Comissão e a equipe de apoio designados pelo artigo 1º desta Portaria, têm como base a Lei de Licitações nº

8.666/93 a qual cita:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes”.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM

PORTARIA N. 002/2020 DETERMINA E NOMEIA OS SERVIDORES QUE ATUARÃO COMO FISCAIS DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297867

PORTARIA N. 002/2020

DETERMINA E NOMEIA OS SERVIDORES QUE ATUARÃO COMO FISCAIS DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá/SC, com fulcro na legislação em vigor e na IN 0021/2015 do TCE/SC:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores IDACIR ANELO FINGER e ANDRESSA PESSOA DE CHAVES como fiscais de contratos deste Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá/SC, 02 de janeiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá/SC

PORTARIA N. 004/2020 PORTARIA QUE DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297871

PORTARIA N. 004/PORTARIA QUE DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Federal n. 4.320/64, a Lei Complementar n. 101/2000, a Portaria Conjunta STN/SOF n. 02/2016, a Portaria STN n. 840/2016, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP, os Manuais de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

Considerando a necessidade de identificar, detalhar e avaliar os bens do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída uma Comissão Especial, integrada pelos seguintes servidores: SILVANE MARIA BERGAMASCHI PRIGOL, DILÉIA MARTA SCHEFFLER CERRUTI, CRISTINA CASAROTTO ORLANDO, SILVANA COLOSSI, IDACIR ANGELO FINGER e ANDRESSA PESSOA DE CHAVES, para, sob a presidência da primeira, efetuar o levantamento do Patrimônio Público do Poder Legislativo de Itá, SC.

Art. 2º Dentre outras funções, a presente Comissão terá as seguintes atribuições:

I. Identificar, documentar e descrever detalhadamente os bens públicos;

II. Manter controle interno dos bens;

III. Ao final de cada exercício rever os critérios de depreciação, vida útil, valor residual, reavaliação, redução do valor recuperável dos bens móveis;

IV. Verificação da etiquetagem dos bens;

V. Verificação da correta logística dos bens (transferências, baixas e cadastros);

VI. Classificação dos bens como inservíveis ao Poder Público,

para posterior encaminhamento de projeto de lei;

VII. Elaboração de atas com todas as definições e decisões relativas a administração física ou contábil do patrimônio;

VIII. Auxílio na elaboração, pelo Contador, das Notas Explicativas do balanço das contas anuais;

IX. Todas as demais funções relacionadas com o Patrimônio Público.

Art. 3º Os trabalhos realizados pela Comissão Especial serão considerados serviço público relevante, e não serão remunerados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no Mural Público

PORTARIA Nº 003/2020 CONCEDE FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297868

PORTARIA Nº 003/2020

concede férias Á servidorES públicoS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;

Considerando que a servidora possui direito legal a férias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias as Servidoras Públicas do Poder Legislativo de Itá, SC, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Cristina Casarotto Orlando	Contadora	09/08/2018 a 08/08/2019	13/01/2020 à 11/02/2020 = 30 dias
Ediane Serraglio	Controle Interno	09/11/2018 a 08/11/2019	23/01/2020 a 21/02/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

Itapema

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 210/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.141.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJÕES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2298551

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 210/2019 – PREGÃO – 04.141.2019
ATA REGISTRO DE PREÇOS 141/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços – Aquisição de gás acondicionado em botijões, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.141.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 252.990,00 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

L.A. COMÉRCIO DE GÁS LTDA
REBELO GÁS E ÁGUA LTDA

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 13 de dezembro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 211/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.142.2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE BUFFET LIVRE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA COMARCA DE ITAPEMA

Publicação Nº 2298477

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 211/2019 – PREGÃO – 04.142.2019
ATA REGISTRO DE PREÇOS 142/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação na forma de buffet livre, para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Itapema, conforme especificações e quantitativos descritos do anexo I do edital nº. 04.142.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 157.680,00 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

HALF BEACH RESTAURANTE E PETISCARIA LTDA

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 02 de dezembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 213/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 04.144.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2298433

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 213/2019 – PREGÃO – 04.144.2019

ATA REGISTRO DE PREÇOS 144/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:

Registro de Preços – Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.144.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 217.564,40 (duzentos e dezessete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

ADL COMERCIAL EIRELI;
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA;
ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICOS EIRELI;
FRANCIELI CRISTINE LAMIN ME;
JEFERSON DA SILVIVEIRA ME;
JS SIMÕES EIRELI;
R.S. VAREJO EIRELI;
TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA;
TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP.

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 02 de dezembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 520 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.138.2019 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2297942

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 207/2019

OBJETO: Registro de Preços - Aquisição de Placas de sinalização para atender as necessidades do Departamento de Trânsito Municipal de Itapema (DETRAMI), conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº 04.138.2019.

EMPRESA: E.L.WESTPHAL SINALIZACOES VIARIAS - ME

VALOR: R\$ 21.750,00 (VINTE E UM MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

EMPRESA: MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIARIA EIRELI ME

VALOR: R\$ 168.750,00 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

EMPRESA: SINALIZAVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME

VALOR: R\$ 26.600,00 (VINTE E SEIS MIL E SEISCENTOS REAIS).

EMPRESA: TINPAVI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI
VALOR: R\$ 171.880,00 (CENTO E SETENTA E UM MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS).

PRAZO: 12 (doze) meses.

Data da Homologação: 26/12/2019

Itapema, 26 de dezembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 521 - PROCESSO 227.2019 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2298246

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 227/2019, Tomada de Preço nº 02.014.2019.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I;

LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza;

LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar;

LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

LOTE 01

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA ME EPP

DO VALOR: R\$ 87.830,44 (OITENTA E SETE MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

LOTE 02

CONTRATADA: VJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

DO VALOR: R\$ 284.547,23 (DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS).

LOTE 03

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA ME EPP

DO VALOR: R\$ 310.872,96 (TREZENTOS E DEZ MIL OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

LOTE 04

CONTRATADA: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO VALOR: R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2019

Itapema, 23 de dezembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 1/2020

Publicação Nº 2297999

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, DESTINADOS PARA ABASTECIMENTO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO - REGIÃO DE SANTO ANTÔNIO, DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 15/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 02 de janeiro de 2020.

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 303, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297915

DECRETO Nº 303, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso:

1050 – Outras Transf. da União – Cessão Onerosa, no valor de R\$ 6.461,86

004.0002 – Encargos Gerais do Município

028.0846.0005.2014 – Contribuição ao PASEP

33.90.00.00.00.00.1050 – Aplicações Diretas R\$ 6.461,86

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 30 de dezembro de 2019.

Itapiranga, SC, 30 de dezembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2019

Publicação Nº 2298317

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 003/2019

Aditivo Nº : 1 T.A 003/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : CESPPO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA ME

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2019

Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MANUTENÇÃO DA SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC.

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 11/12/2019
Valor R\$: 2.853,00 (Dois Mil e Oitocentos e Cinquenta e Três Reais)
Dotação : 03.001.2007.33390390500000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2018 - FMS

Publicação Nº 2297598

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

] Contrato Nº : 012/2018
Aditivo Nº : 1 T.A 012/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada : SOCIEDADE HOSPITALAR ITAPIRANGA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 29/2018
Objeto : prorrogação do contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/03/2020
Assinatura : 17/12/2019
Valor R\$: 426.726,00 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Setecentos e Vinte e Seis Reais)
Dotação : 90.001.2124.33390395000000000000.01021002
Itapiranga, 02 de JANEIRO de 2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2019

Publicação Nº 2298196

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 018/2019
Aditivo Nº : 1 T.A 018/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : COOPERATIVA DE CREDITO LIVRE ADMISSAO ASSOCIADOS ITAPIRANGA
Licitação : Pregão Presencial 19/2019
Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECADAÇÃO DE TAXAS DIVERSAS, EMITIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 20/12/2019
Valor R\$: 14.900,00 (Quatorze Mil e Novecentos Reais)
Dotação : 13.001.2051.33390398100000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2017

Publicação Nº 2298289

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 066/2017
Aditivo Nº : 1 T.A 066/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO, PARA USO E GOZO, A TÍTULO GRATUITO, DO BEM IMÓVEL IDENTIFICADO COMO "PAVILHÃO C" DO COMPLEXO OKTOBER, COM ÁREA DE 600M², SITUADO À RUA ERASMO LOUREIRO DE MELLO, S/Nº - BAIRRO JARDIM BELA VISTA, ITAPIRANGA - SC, REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ITAPIRANGA - SC SOB A MATRÍCULA Nº 5.765.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 11/12/2019
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018

Publicação Nº 2298354

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº : 002/2018

ADITIVO Nº : 2 T.A 002/2018

TIPO ADITIVO : NORMAL

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATADA : ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PELLA BETHANIA

LICITAÇÃO : INEXIGIBILIDADE 3/2018

OBJETO : ACRÉSCIMO DE VALORES AO ITEM 2 DO CONTRATO PARA O ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO A JAQUELINE FERREIRA, QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, EM REGIME DE ABRIGO, ENCAMINHADA PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ITAPIRANGA - SC

VIGÊNCIA : INÍCIO: 12/12/2019 TÉRMINO: 31/12/2019

ASSINATURA : 12/12/2019

VALOR R\$: 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

DOTAÇÃO : 08.001.2044.33390395300000000000.01001000

ITAPIRANGA, 02 DE JANEIRO DE 2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2018

Publicação Nº 2298144

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 092/2018

Aditivo Nº : 2 T.A 092/2018

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXT. RURAL S.C

Licitação : Dispensa de Licitação 238/2018

Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/12/2019

Valor R\$: 52.681,44 (Cinquenta e Dois Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 12.001.2048.33390390500000000000.01001000

Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2017

Publicação Nº 2298108

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 142/2017

Aditivo Nº : 2 T.A 142/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : CILIA TECNOLOGIA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 241/2017

Objeto : PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA VIA WEB, POSSIBILITANDO A CONFERÊNCIA DE PREÇOS DE PEÇAS DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE, AUXILIANDO NA AUDITORIA CONTRA FRAUDE ATRAVÉS DA CONFERÊNCIA DE PREÇO DE PEÇAS, CÓDIGO E TEMPO DE REPARAÇÃO.

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 30/09/2020

Assinatura : 17/12/2019

Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017

Publicação Nº 2298243

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 001/2017
Aditivo Nº : 3 T.A 001/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : IVAN ROHDEN
Licitação : Dispensa de Licitação 1/2017
Objeto : PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SALA DE ATENDIMENTO DO PREVCIDADE E CONSELHO TUTELAR
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 16/12/2019
Valor R\$: 24.086,16 (Vinte e Quatro Mil, Oitenta e Seis Reais e Dezesesseis Centavos)
Dotação : 03.001.2007.3339036150000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2017

Publicação Nº 2298230

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 002/2017
Aditivo Nº : 3 T.A 002/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : MARLEI ROHDEN
Licitação : Dispensa de Licitação 1/2017
Objeto : PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SALA DE ATENDIMENTO DO PREVCIDADE E CONSELHO TUTELAR
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 16/12/2019
Valor R\$: 8.347,92 (Oito Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)
Dotação : 03.001.2007.3339036150000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018

Publicação Nº 2298334

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 002/2018
Aditivo Nº : 3 T.A 002/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PELLA BETHANIA
Licitação : Inexigibilidade 3/2018
Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA ACOLHIMENTO DE PACIENTE DO MUNICÍPIO, CONFORME DECISÃO JUDICIAL
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 13/12/2019
Valor R\$: 35.468,88 (Trinta e Cinco Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos)
Dotação : 08.001.2044.3339039530000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2017

Publicação Nº 2298378

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 024/2017
Aditivo Nº : 3 T.A 024/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : IRMA BACH ROCKENBACH
Licitação : Dispensa de Licitação 4/2017
Objeto : PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE 01 GALPÃO DE MADEIRA, DE 392 M², LOCALIZADO NA LINHA CHÁCARA, PARA SER UTILIZADO PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS DO SETOR DE URBANISMO.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 16/12/2019
Valor R\$: 16.883,04 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Oitenta e Três Reais e Quatro Centavos)
Dotação : 03.002.2009.3339036150000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016 - FMS

Publicação Nº 2297591

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 002/2016
Aditivo Nº : 5 T.A 002/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada : ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Licitação : Inexigibilidade 2/2016
Objeto : prorrogação do contrato de prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em 03.01.07.007-5 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais - externos).
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 17/12/2019
Valor R\$: 134.857,44 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
Dotação : 90.001.2124.3339039990000000000.01021002
Itapiranga, 02 de JANEIRO de 2020

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015 - FMS

Publicação Nº 2297595

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 004/2015
Aditivo Nº : 5 T.A 004/2015
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada : INVIOLAVEL ITAPIRANGA LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 2/2015
Objeto : PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO (SISTEMA DE ALARME) PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/01/2020
Assinatura : 17/12/2019
Valor R\$: 900,00 (Novecentos Reais)
Dotação : 286 - 90.001.2122.3339039770000000000.01021002
Itapiranga, 02 de JANEIRO de 2020

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2016

Publicação Nº 2298124

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 138/2016
Aditivo Nº : 6 T.A 138/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : INFORMATICA ITAPIRANGA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 150/2016
Objeto : PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA NA MODALIDADE STFC, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 18/12/2019
Valor R\$: 17.160,00 (Dezessete Mil e Cento e Sessenta Reais)
Dotação : 03.001.2007.3339039580000000000.01001000
Itapiranga, 02 de janeiro de 2020

PORTARIA Nº 1/2020

Publicação Nº 2298380

Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 297/2019 de 26/12/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2020, Elisete Teresinha de Moura matrícula nº 15543/02 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora de Atenção Básica de Saúde com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2/2020

Publicação Nº 2298382

Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 297/2019 de 26/12/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2020, Diefferson Antônio dos Santos matrícula nº 15322/02 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção da Secretaria de Saúde com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 550, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3/2020

Publicação Nº 2298384

Portaria nº 3, de 2 de janeiro de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Laercio Roden, matrícula nº 14598/01, pelo período de 3 (três) meses iniciando-se em data de 2/1/2020 até 01/04/2020, referente ao período aquisitivo de 15/3/2010 até 14/3/2015.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 4/2020

Publicação Nº 2298386

Portaria nº 4 de 2 de janeiro de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor Joniel Pandolfo da Silva matrícula nº 15335/01, tendo em vista a conclusão do Curso de Graduação em Engenharia Civil, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2019

Publicação Nº 2297602

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2019

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 004/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA., DETENTORA DE DIREITOS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL EXCLUSIVA DE SOFTWARE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO; GESTÃO CONTÁBIL FINANCEIRA E P. DE CONTAS; COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS; PATRIMÔNIO; PONTO

ELETRÔNICO; FOLHA DE PAGAMENTO; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 29/02/2020

Valor R\$: 2.646,00 (dois mil seiscentos e quarenta e seis reais)

Dotação : 01.001.00001.0031.0001.2001.33900000000000.01001000

Itapiranga, 30 de dezembro de 2019

Afonso Niehues - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO 01/2020

Publicação Nº 2297563

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Decreta interrupção de expediente interno e externo da Câmara Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 30 do Regimento Interno.

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a interrupção de expediente interno e externo da Câmara Municipal de Vereadores no período de 01 de janeiro de 2020 a 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2020.

Alexandre Siqueira

Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO 02/2020

Publicação Nº 2297564

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Decreta turno único na Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 30 do Regimento Interno e considerando economicidade e a razoabilidade:

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecido turno único na Câmara Municipal de Vereadores no período de 06 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo único – O turno único será cumprido das 07h00min às 13h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2020.

Alexandre Siqueira

Presidente da Câmara

PORTARIA 01/2020

Publicação Nº 2297628

PORTARIA N.º 10, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Concede férias a Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

AFONSO NIEHUES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art.1.º CONCEDER férias a Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Simone Inês Hennicka Loeblein, no período de 04/04/2019 a 18/04/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, retornando aos trabalhos normais no dia 19/04/2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 02 de abril de 2019.

Afonso Niehues

Presidente da Câmara

Itapoá

PREFEITURA

EDITAL 026/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2297666

EDITAL 026/2019

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Autorizações de Corte (AuC) referentes ao período de Outubro a Dezembro de 2019:

TABELA 01 – Autorizações de Corte referente ao ano de 2019.

Requerente	CPF/CNPJ	AuC	Balneário	Quadra	Lote
Gedaldo da Silva	668.852.489-91	197/2019	Praia das Palmeiras	073	0015
José Alves de Almeida	607.150.309-49	198/2019	Cambijú	023	0013
Sandro Betinardi Strapasson	042.274.169-81	199/2019	Cambijú	026	0003
Jaime Azolini	460.702.819-34	200/2019	Brandalize	067	0002
Construtora Realeza LTDA ME	10.808.213/0001-06	201/2019	Brandalize	003	0012
Construtora Realeza LTDA ME	10.808.213/0001-06	202/2019	Brandalize	003	0013
Aldenir Mauro Anzolin	023.708.879-74	203/2019	Itapoá	110	0007
Aguiar Participações LTDA	19.470.651/0001-73	204/2019	Jaguaruna	-	-
Guilherme Alfredo Weiser	017.183.339-27	205/2019	Princesa do Mar	022	0002
Rafaela Muriel Frizzo	023.808.169-99	206/2019	Mariluz	004	0001
Rafaela Muriel Frizzo	023.808.169-99	207/2019	Nascimento	002	0005
Rafaela Muriel Frizzo	023.808.169-99	208/2019	Nascimento	002	0004
Renan Cezar Dal Molin	008.786.019-88	209/2019	Itapoá	042	0010
João Mendes Machado	319.096.209-04	210/2019	Saí Mirim	059	0016
Rafael Paches Gomes	005.262.309-24	211/2019	Mariluz	044	0006
Focalize Construtora e Incorp. LTDA	26.993.316/0001-15	212/2019	Itapoá	065	0004
Carlos Alberto Ribeiro	316.657.649-53	213/2019	Rainha do Mar	027	0004
Jonathan Philip Tauille Philippsen	055.136.119-02	214/2019	Santa Clara	029	0001
Secretaria de Educação	81.140.303/0001-01	215/2019	Brandalize	B	-
Maria Antônia Ramos	037.304.519-01	216/2019	Praia das Palmeiras	074	0004
Francisco Besen	218.527.669-72	217/2019	Praia das Conchas	007	0021
Francisco Besen	218.527.669-72	218/2019	Praia das Conchas	007	0023
José Flávio Mantovani Lasecki	069.263.599-89	219/2019	Itapoá	120-A	0001
Irineu Skraba	002.748.109-30	220/2019	Itapema do Saí I	010	0014
Mauro Scharf Pinto	762.492.989-91	221/2019	Rosa dos Ventos	007	0022
Sérgio Rodrigo Grassi	025.066.419-47	222/2019	Paese	047	0015
Josiane Schultz	026.413.539-38	223/2019	Praia das Conchas	003	0012
Eugênio Woche	072.236.689-20	224/2019	Rosa dos Ventos	029	0007
José Flávio Mantovani Lasecki	069.263.599-89	225/2019	Itapoá	120-A	0002
Zelli Crespo de Moura	756.164.169-91	226/2019	Cambijú	004	0023
Zelli Crespo de Moura	756.164.169-91	227/2019	Cambijú	010	0013
Sandro Tadeu Serra Dino	280.840.458-14	228/2019	Nascimento	013	0003
Delamary Del Grossi da Rosa Celli	647.666.919-20	229/2019	Paese	017	0010
Eliane Paulina Flemming Pereira do Vale	675.843.909-78	230/2019	Paese	017	0010
Cláudia Rejane de Patrocínio	022.050.139-47	231/2019	Mariluz	054	0010
Lenoir da Silva	035.880.199-01	232/2019	Itapoá	131	0002
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	233/2019	Jd Pérola do Atlântico	042	0019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	234/2019	Itapema do Norte	078	0003
Roseli Aparecida Romanini Pimentel	386.695.362-34	235/2019	Mariluz	023	0011
Raimundo Sérgio Pimentel	779.088.139-68	236/2019	Princesa do Mar	042	0008
Jairo Antônio Machado	309.459.259-72	237/2019	Itamar	017	0003
Ari Celso Haubert	503.811.059-20	238/2019	Saí Mirim	062	0017
Marcos Aurélio Junckes	704.168.009-63	239/2019	Itapoá	048	0002
Maristela Alvarenga Abss Avila Rondon	256.940.491-87	240/2019	Mariluz	039	0007
Itapoá Saneamento Ltda	16.920.256/0001-57	241/2019	Rosa dos Ventos	-	-

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoá, 23 de dezembro de 2019.
Rodrigo Cechin
Secretário Municipal de Meio Ambiente

EDITAL 027/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2297670

EDITAL 027/2019
PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (CCA/CPS/DanC/Declaração de Baixo Impacto) referentes ao período de Agosto de 2019 até a presente data:

Tabela 01 – Certidões de Conformidade Ambiental emitidas em 2019.

Empreendimento/ Evento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Li- cença	Validade
Condomínio Residencial Blanski	004.588.639-39	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	066/2019	31/10/2019
Condomínio Residencial Negrello I	774.618.609-25	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	067/2019	20/05/2020
Fabício Friedemann	047.649.759-04	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	068/2019	01/08/2021
John Maicon Bauer	044.393.749-48	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	073/2019	10/10/2019
Ada Schultz	526.304.479-87	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	075/2019	13/12/2019
Ismenia Borin Monteiro da Silva	864.533.609-00	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	076/2019	30/12/2020
Carlos Marcelo Rodrigues dos Santos	342.436.118-66	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	077/2019	30/12/2020
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA ME	18.380.448/0001-43	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	078/2019	14/08/2020
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA ME	18.380.448/0001-43	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	079/2019	14/08/2020
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA ME	18.380.448/0001-43	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	080/2019	14/08/2020
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA ME	18.380.448/0001-43	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	081/2019	14/08/2020
Rampa de lançamento de embarcações	017.504.249-75	33.13.19 – Estrutura de Apoio Náutico – EAN I – Trapiche, Píer, Atracadouro, Rampa de lançamento de embarcações e Plataforma de pesca.	083/2019	03/2023
Diego Adriano dos Santos	076.237.819-01	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	084/2019	08/11/2019

Olívio Zago	251.742.409-82	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	085/2019	08/11/2019
Jacqueline Spjorin	812.429.729-00	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	086/2019	13/09/2023
Estrutura de Manutenção de Embarcações	81.140.303/0001-01	14.10.00 – Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	087/2019	10/08/2020
Estrutura de Manutenção de Embarcações	81.140.303/0001-01	14.10.00 – Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	088/2019	10/08/2020
Estrutura de Manutenção de Embarcações	81.140.303/0001-01	14.10.00 – Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	089/2019	10/08/2020
Ivanir Fátima Olkoski	162.326.998-90	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	095/2019	30/12/2020
Condomínio Residencial Ferreira & Almeida	816.343.079-68	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	096/2019	30/11/2019
Condomínio HJ	31.290.030/0001-03	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	097/2019	30/12/2019
Condomínio Residencial Santa Terezinha	31.448.826/0001-41	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	099/2019	30/09/2020
Condomínio Residencial Benken-dorf I	030.123.309-84	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	101/2019	30/09/2020
Condomínio Residencial Life I	572.196.729-34	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	102/2019	30/09/2020
Residencial Madrid Incorporação de Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA – ME	28.613.675/0001-25	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	103/2019	25/09/2023
Silvio da Silva	699.238.769-34	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	104/2019	13/12/2019
Zanardi Construtora e Incorporadora Ltda	25.529.338/0001-66	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	105/2019	02/10/2020
Condomínio Residencial Santa Terezinha	31.448.826/0001-41	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	108/2019	30/09/2020
Sérgio Rodrigo Grassi	025.066.419-47	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	109/2019	29/09/2020
Ademar Petschow	483.184.939-15	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	113/2019	31/12/2019

André Luiz Coco	055.763.809-75	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	114/2019	21/10/2020
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA ME	18.380.448/0001-43	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	115/2019	14/08/2020
Estrutura de Manutenção de Embarcações – Rampa para Barcos	81.140.303/0001-01	33.13.19 – Estrutura de Apoio Náutico – EAN I – Trapiche, Pier, Atracadouro, Rampa de lançamento de embarcações e Plataforma de Pesca.	118/2019	03/12/2020
Prudentino Perico	427.925.259-91	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	121/2019	05/12/2019
Ana Carapeticow	186.753.959-49	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	123/2019	13/01/2020
Condomínio Bernardo Bauer IV	044.393.749-48	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	124/2019	29/02/2020
Erikson Bauer	059.260.899-99	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	125/2019	08/11/2023
Condomínio Safira	004.025.449-60	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	126/2019	31/01/2020
Condomínio Residencial Barra do Saí II	510.765.609-97	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	127/2019	18/11/2020
Condomínio Gaia	355.658.619-34	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	128/2019	28/02/2020
Vivaldo Grande	236.421.659-15	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	129/2019	29/11/2020
Condomínio Gaia	355.658.619-34	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	131/2019	16/12/2020

Tabela 02 – Certidões de Pressão Sonora emitidas em 2019.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
Jeferson Vanderlei Guerra Leal	032.174.599-03	Fat Groove 6 Anos	070/2019	08/09/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	II ITAPOART	072/2019	08/09/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	16º Festa do Pescador	094/2019	13/10/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	Projeto Verão 2019/2020	106/2019	25/02/2020
Jeferson Vanderlei Guerra Leal	032.174.599-03	Baile do D.D	110/2019	24/11/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	10º Encontro de Trilheiros Italama	111/2019	17/11/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	Um Toque de Natal 2019	116/2019	20/12/2019
Paulo Roberto Rocha Araújo	307.856.779-68	Cais do Porto Restaurante e Petiscaria	120/2019	2 (dois) anos
Anderson dos Santos da Silva	097.854.059-07	Fantasy	122/2019	08/12/2019
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	Festividades de Final de Ano	130/2019	02/01/2020

Tabela 03– Declaração de Atividade não Constante emitida em 2019.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
------------	----------	----------------	----------------	----------

Fábio Manella Pellegrine	281.308.698-37	barracão de estrutura pré-moldada para locação	069/2019	-
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	revitalização da pavimentação	090/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	revitalização da pavimentação	091/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	revitalização da pavimentação	092/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	revitalização da pavimentação	093/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	implantação/operação de academia ao ar livre	117/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	implantação de Miradouro	119/2019	01 (um) ano
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	revitalização da Praça Serafim Paese	132/2019	01 (um) ano

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Rodrigo Cechin Itapoá, 23 de Dezembro de 2019.
Secretário Municipal de Meio Ambiente

EDITAL 028/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2297682

EDITAL 028/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (LAP, LAO) referentes ao período de Agosto de 2019, até a presente data:

Tabela 01 – LAPs emitidas em 2019.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Antonio José da Cunha	867.878.109-20	47.86.00 – Terminal retroportuário	071/2019	18 meses
Miqueletto Terraplanagem	08.837.604/0001-07	10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso 71.60.06 – Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil	074/2019	18 meses
Loteamento Central Park	30.511.825/0001-31	71.11.00 – Parcelamento de solo urbano	098/2019	36 meses
Terminal Retroportuário Sobieray	27.138.045/0001-83	47.86.00 – Terminal retroportuário	100/2019	36 meses

Tabela 03 – LAOs emitidas em 2019.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
WG CONTAINERS	046.881.549-09	47.86.00 - Terminal retroportuário	082/2019	48 meses
Auto Posto Manchester	19.927.991/0001-80	42.32.10 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos	107/2019	48 meses
Marcelo Colombo Capilla ME	20.446.356/0001-60	47.86.00 – Terminal retroportuário	112/2019	48 meses

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoá, 23 de dezembro de 2019.
Rodrigo Cechin
Secretário Municipal de Meio Ambiente

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2297940

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata IVONETE MARIA DA SILVA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Comprovante de residência;
- Certificado do curso técnico;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 02 de Janeiro de 2020
Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA (ORÇAMENTO) PARA SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA Nº 01/2019

Publicação Nº 2297579

AVISO DE ORÇAMENTO Nº 01/2020
SERVIÇOS DE PROJETOS DE ENGENHARIA

O Município de Jaborá/SC torna público que receberá proposta de preços de profissionais do ramo ou de empresas de engenharia, interessadas para fornecimento do objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa/profissional especializado para prestação de serviços necessários à elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para as ruas 11 DE SETEMBRO E VITÓRIO CORADI, para pavimentação asfáltica incluindo drenagem pluvial e meio-fio, com orçamento, memorial descritivo, cronograma de execução, locação de lombada física, ART ou RRT, conforme Croqui em anexo, da localização das ruas.

ENTREGA: Documentos e Propostas serão recebidos até o dia 14/01/2020 às 16:00 horas, na Prefeitura Municipal, Rua Ângelo Poyer, 320, Jaborá - Setor de Protocolo ou também

por e-mail: financas@jabora.sc.gov.br - (pedir confirmação)

Assunto para o e-mail: Proposta Projetos Pavimentação em Asfalto

Contato: Setor de Compras - 49 35262000 de Seg. à Sex. das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Disponível em <https://www.jabora.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/596237/codMapaItem/6809>

"AVISO DE COTAÇÃO PREVIA PARA PROJETOS DE ENGENHARIA Nº 01/2019"

Jaborá (SC), 02 de janeiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2297907

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019
CONVOCAÇÃO Nº 005

Jaborá, 02 de janeiro de 2020.

ILMO. SR.

EDERSON BRUNO MORESCO

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de VIGIA, conforme classificação no Processo Seletivo – Edital nº 001/2019, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal, em 17 de dezembro de 2019.

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretário de Administração

PROTOCOLO

Recebi 1º via em ____/____/____

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2298332

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019
CONVOCAÇÃO Nº 006

Jaborá, 02 de janeiro de 2020.

ILMA. SRA.

EWELYN PAZINI SEBEM

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de MÉDICO (A) VETERINÁRIO (A), conforme classificação no Processo Seletivo – Edital nº 001/2019, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal, em 17 de dezembro de 2019. Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretário de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/_____
Assinatura: _____
EWELYN PAZINI SEBEM

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2298305

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora LAIZA MIRELA PECH PARISOTO, nomeada por meio da Portaria 161/2019, do cargo de Coordenadora de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02/01/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 03/janeiro/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 01-2020

Publicação Nº 2297633

RESOLUÇÃO Nº 01/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

“Dispõe sobre o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, no mês de janeiro de 2020”.

Itamar Toigo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, pelo constante do Regimento Interno desta Câmara, resolve:

Art. 1º - Estabelecer horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores no mês de janeiro do ano de 2020, sendo das 07h15min às 12h00min.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaborá (SC), 02 de janeiro de 2020.

Itamar Toigo
Presidente da Câmara de Vereadores

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº 155 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298023

DECRETO Nº 155 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade, abaixo discriminado, do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 85.980,00 (Oitenta e Cinco Mil, Novecentos e Oitenta Reais), como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080 (63) – Aplicações Diretas R\$ 85.980,00

TOTAL GERAL: R\$ 85.980,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080 (67) – Aplicações Diretas R\$ 85.980,00

TOTAL GERAL R\$ 85.980,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 27 de Dezembro de 2019.

Jacinto Machado, 27 de Dezembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 014/2019

Publicação Nº 2298336

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 014/2019

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresárias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

Contrato de Repasse nº 862990/2017 – Operação 1047894-56

Programa: Esportes e Grandes Eventos Esportivos

Objeto do Convênio: Implantação e Modernização da Infraestrutura Esportiva no município de Jacinto Machado.

Origem do Recurso: Ministério da Cidadania

Data do Repasse: 24/12/2019

Valor da Parcela: R\$ 179.577,19 (Cento e setenta e nove mil quinhentos e setenta e sete reais com dezenove centavos).

Jacinto Machado/SC, 30 de dezembro de 2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 015/2019

Publicação Nº 2298341

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 015/2019

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresárias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

Contrato de Repasse nº 842205/2016 – Operação 1037162-11

Programa: Esportes e Grandes Eventos Esportivos

Objeto do Convênio: Construção de Quadra Poliesportiva no Município de Jacinto Machado.

Origem do Recurso: Ministério da Cidadania

Data do Repasse: 24/12/2019

Valor da Parcela: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Jacinto Machado/SC, 30 de dezembro de 2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.481/2020

Publicação Nº 2298651

D E C R E T O Nº 13.481/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04.002 - FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO (FUNPROM)

04.002.3.092.0300.2030 - Manutenção das atividades da

Procuradoria Geral

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.002.38 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

04.002.39 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

04.002.3.128.0300.2039 - Capacitação de servidores - Procuradoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.002.40 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00 TOTAL R\$ 50.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados do Fundo da Procuradoria-Geral do Município (Funprom), no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.482/2020

Publicação Nº 2298652

DECRETO Nº 13.482/2020 Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.181/2019, de 06/12/2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 9.703.350,00 (Nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e cinquenta reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública (Semtip) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E

INTEGRIDADE PÚBLICA

40.001 - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA

40.001.4.122.0300.2040 - Manutenção das atividades administrativas da Controladoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

40.001.632 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

40.001.633 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

40.001.4.122.0301.2041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

40.001.634 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.284.000,00

40.001.635 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra

Orçamentárias R\$ 179.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
40.001.636 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.850,00
40.001.4.128.0300.2045 - Capacitação de servidores - Controladoria
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
40.001.637 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.001.28.845.0000.0200 - Transferência de recursos
financeiros à entidades - Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.638 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins
Lucrativos R\$ 15.000,00
41.001.22.122.0300.4200 - Manutenção das atividades
administrativas - Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.639 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.001.640 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
41.001.22.122.0302.4201 - Pagamento de despesas fixas -
Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.641 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
41.001.642 3.3.91 - Aplicações Direta Decorrente de Operações
entre Órgãos R\$ 7.000,00
41.001.19.572.1260.4205 - Gestão do Centro de Inovação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.643 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.001.644 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
41.001.22.122.0301.4214 - Pagamento dos Servidores do
Desenvolvimento Econômico
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
41.001.645 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.790.000,00
41.001.646 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra
Orçamentárias R\$ 71.000,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.647 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.400,00
41.001.22.128.0300.4220 - Capacitação de servidores -
Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.648 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
41.001.11.333.1260.4221 - Apoio as atividades de Trabalho e Renda
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.649 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
41.001.22.131.0300.4222 - Publicação legal, educativa, informativa e
de orientação social - Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.650 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
41.001.22.122.0300.4223 - Manutenção patrimonial -
Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.651 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.001.652 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
41.001.22.126.0300.4224 - Gestão de sistemas de informação
- Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.653 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
41.001.19.572.1260.5256 - Equipar o Centro UP
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.001.654 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.001.655 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
41.001.19.572.1260.5257 - Construção do mezanino no Centro UP
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.001.656 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 340.000,00
41.001.22.661.1260.5258 - Projeto Audaces - SENAI
4.4.00 - INVESTIMENTOS

41.001.657 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E INOVAÇÃO
41.002 - TURISMO
41.002.23.122.0300.4050 - Manutenção das atividades administrativas
- Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.658 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.659 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
41.002.23.122.0300.4051 - Manutenção patrimonial - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.660 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.661 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
41.002.23.122.0302.4052 - Pagamento de despesas fixas - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.662 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
41.002.663 3.3.91 - Aplicações Direta Decorrente de Operações
entre Órgãos R\$ 1.500,00
41.002.23.695.1060.4056 - Infraestrutura turística
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.664 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.665 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 491.000,00
41.002.23.695.1060.4058 - Segmentação turística
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.666 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
41.002.23.695.1060.4062 - Comercialização do produto turístico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.667 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
41.002.23.128.0300.4068 - Capacitação de servidores - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.668 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00
41.002.23.695.1060.4069 - Decoração Natalina
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.669 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00
41.002.23.695.1060.4070 - Manutenção e apoio as atividades de
promoção do Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.670 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.671 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
41.002.23.131.0300.4071 - Publicação legal, educativa, informativa e
de orientação social - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.672 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
41.002.23.126.0300.4072 - Gestão de sistemas de informação -
Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.673 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
41.002.23.695.1060.5260 - Estruturar acesso do Boa Vista
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.674 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.707.500,00
41.002.23.695.1060.5261 - Reforma do Portal Germânico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
41.002.675 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.676 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
41.002.23.695.1060.5263 - Construção do Portal Húngaro
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.678 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00
41.002.23.695.1060.5262 - Construção do Portal Italiano
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.677 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00
41.002.23.695.1060.5264 - Construção de Ponte de pedestres e
Mirante
4.4.00 - INVESTIMENTOS
41.002.679 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

R\$ 9.703.350,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Controladoria-Geral do Município (Cogem) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Semdeicst), a saber:

29 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

29.001 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

29.001.4.122.0300.2040 - Manutenção das atividades administrativas da Controladoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

29.001.465 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

29.001.4.122.0300.2040 - Manutenção das atividades administrativas da Controladoria

4.4.00 - INVESTIMENTOS

29.001.466 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

29.001.4.122.0301.2041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

29.001.468 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.284.000,00

29.001.469 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra

Orçamentárias R\$ 179.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

29.001.470 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.850,00

29.001.4.128.0300.2045 - Capacitação de servidores - Controladoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

29.001.467 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E TURISMO

11.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

11.001.28.845.0000.0200 - Transferência de recursos financeiros à entidades - Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.332 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

11.001.22.122.0300.4200 - Manutenção das atividades administrativas - Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.333 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.001.334 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

11.001.22.122.0302.4201 - Pagamento de despesas fixas - Des. Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.343 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

11.001.344 3.3.91 - Aplicações Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 7.000,00

11.001.19.572.1260.4205 - Gestão do Centro de Inovação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.345 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.001.346 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

11.001.22.122.0301.4214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

11.001.340 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.790.000,00

11.001.341 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra Orçamentárias R\$ 71.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.400,00

11.001.22.128.0300.4220 - Capacitação de servidores - Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.335 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

11.001.11.333.1260.4221 - Apoio as atividades de Trabalho e Renda

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.347 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

11.001.22.131.0300.4222 - Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social - Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.336 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
11.001.22.122.0300.4223 - Manutenção patrimonial - Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.001.337 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.001.338 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
11.001.22.126.0300.4224 - Gestão de sistemas de informação - Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.001.339 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
11.001.19.572.1260.5256 - Equipar o Centro UP
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.001.348 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.001.349 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
11.001.19.572.1260.5257 - Construção do mezanino no Centro UP
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.001.350 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 340.000,00
11.001.22.661.1260.5258 - Projeto Audaces - SENAI
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.001.351 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E TURISMO
11.002 - TURISMO
11.002.23.122.0300.4050 - Manutenção das atividades administrativas - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.352 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.002.353 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
11.002.23.122.0300.4051 - Manutenção patrimonial - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.354 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.002.355 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
11.002.23.122.0302.4052 - Pagamento de despesas fixas - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.359 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
11.002.360 3.3.91 - Aplicações Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.500,00
11.002.23.695.1060.4056 - Infraestrutura turística
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.361 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.002.362 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 491.000,00
11.002.23.695.1060.4058 - Segmentação turística
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.363 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
11.002.23.695.1060.4062 - Comercialização do produto turístico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.364 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
11.002.23.128.0300.4068 - Capacitação de servidores - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.356 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00
11.002.23.695.1060.4069 - Decoração Natalina
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.365 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00
11.002.23.695.1060.4070 - Manutenção e apoio as atividades de promoção do Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.366 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
11.002.367 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
11.002.23.131.0300.4071 - Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
11.002.357 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
11.002.23.126.0300.4072 - Gestão de sistemas de informação -

Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.002.358 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

11.002.23.695.1060.5260 - Estruturar acesso do Boa Vista

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.002.368 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.707.500,00

11.002.23.695.1060.5261 - Reforma do Portal Germânico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.002.369 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.002.370 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11.002.23.695.1060.5263 - Construção do Portal Húngaro

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.002.372 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00

11.002.23.695.1060.5262 - Construção do Portal Italiano

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.002.371 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00

11.002.23.695.1060.5264 - Construção de Ponte de pedestres e Mirante

4.4.00 - INVESTIMENTOS

11.002.373 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

R\$ 9.703.350,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.483/2020

Publicação Nº 2298653

DECRETO Nº 13.483/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.186/2019, de 11/12/2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 800.580,04 (Oitocentos mil quinhentos e oitenta reais e quatro centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.15.452.410.2259 - Manutenção e terceirização das atividades de segurança no trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.526 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 800.580,04

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.15.452.410.2261 - Manutenção da sinalização viária

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.529 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 285.921,16

33.002.6.183.410.2258 - Manutenção das atividades do Programa

Polícia Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.524 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 314.658,88

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.002.525 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 800.580,04

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.484/2020

Publicação Nº 2298654

DECRETO Nº 13.484/2020

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.204/2019, de 20/12/2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 42.734.976,00 (Quarenta e dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e seis reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450. 1475- Pavimentação Rua Onélia Horst

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.685 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 473.060,00

09.001.15.452.450. 1476- Pavimentação Rua Adão Noroschny

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 686 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 174.400,00

09.001.15.452.450. 1477- Pavimentação Rua Canoinhas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.687 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 106.820,00

09.001.15.452.450. 1478- Pavimentação Rua Fernando Pradi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.688 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 539.550,00

09.001.15.452.450. 1479- Pavimentação Rua Florianópolis

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 689 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 217.455,00

09.001.15.452.450. 1480- Pavimentação Rua Frederico Bartel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.690 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 659.995,00

09.001.15.452.450. 1481- Pavimentação Rua Rua Goiás

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.691 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 724.850,00

09.001.15.452.450. 1482- Pavimentação Rua João Planincheck-
Trecho 1

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 692 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 604.950,00

09.001.15.452.450. 1483- Pavimentação Rua João Planincheck-
Trecho 2

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.693 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.398.000,00

09.001.15.452.450. 1484- Pavimentação Rua José Leier

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.694 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 479.600,00

09.001.15.452.450. 1485- Pavimentação Rua Leopoldo Gorges

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 695 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 126.440,00

09.001.15.452.450. 1486- Pavimentação Rua Leopoldo Mahnke

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.696 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 375.396,00

09.001.15.452.450. 1487- Pavimentação Rua Luiz Kienen

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.697 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 206.010,00

09.001.15.452.450. 1488- Pavimentação Rua Marcelo Barbi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 698 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.460.600,00

09.001.15.452.450. 1489- Pavimentação Rua Marina Frutuoso

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.699 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.449.700,00

09.001.15.452.450. 1490- Pavimentação Rua Max Eugênio Roberto Ziemann

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.700 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 414.200,00

09.001.15.452.450. 1491- Pavimentação Rua Piçarras

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 701 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 91.560,00

09.001.15.452.450. 1492- Pavimentação Rua Presidente Epitácio Pessoa

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.702 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.383.360,00

09.001.15.452.450. 1493- Pavimentação Rua Tufie Mahfud

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.703 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 305.200,00

09.001.15.452.450. 1494- Pavimentação Rua Friedrich Wilhelm Sonnenhohl

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.704 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 763.000,00

09.001.15.452.450. 1495- Pavimentação Rua Ernesto Lessmann

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.705 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 828.400,00

09.001.15.452.450. 1496- Pavimentação Rua Major Júlio Ferreira

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.706 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 708.500,00

09.001.15.452.450. 1497- Pavimentação Av. Prefeito Waldemar Grubba

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.707 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 906.880,00

09.001.15.452.450. 1498- Pavimentação Rua Professor Irmão Geraldino

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.708 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 654.000,00

09.001.15.452.450. 1499- Pavimentação Rua Joaquim Francisco de Paula-Trecho Água Verde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.709 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 763.000,00

09.001.15.452.450. 3032- Pavimentação Rua Prefeito José Bauer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.710 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.542.500,00

09.001.15.452.450. 3033- Pavimentação Rua João Carlos Stein

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.711 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.656.800,00

09.001.15.452.450. 3034- Pavimentação Rua João Januário Ayroso

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.712 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.540.000,00

09.001.15.452.450. 3035- Pavimentação Rua Joaquim Francisco de Paula-Trecho Tifa Martins

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.713 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.125.650,00

09.001.15.452.450. 3036- Pavimentação Rua Valdir José Manfrini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.714 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.362.500,00

09.001.15.452.450. 3037- Pavimentação Rua Frederico Curt Alberto Vassel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.715 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 839.300,00

09.001.15.452.450. 3038- Pavimentação Rua Guilherme Cristiano Wackerhagen

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.716 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 719.400,00

09.001.15.452.450. 3039- Pavimentação Rua José Marangoni

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.717 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 763.000,00

09.001.15.452.450. 3040- Pavimentação Rua Olívio Domingos Brugnago

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.718 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 708.500,00

09.001.15.452.450. 3041- Pavimentação Rua Walter Marquardt

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.719 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.662.400,00

TOTAL R\$42.734.976,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correm por conta da "Operação de Crédito" Banco do Brasil Programa Operações Estruturadas, no valor de R\$ 42.734.976,00 (Quarenta e dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e seis reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.485/2020

Publicação Nº 2298655

DECRETO Nº 13.485/2020

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.203/2019, de 20/12/2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 1.744.000,00 (Um milhão setecentos e quarenta e quatro mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1424 - Pavimentação rua Otto Mayer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.680 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 152.600,00

09.001.15.452.450.1457 - Pavimentação Rua Francisco Hruschka

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.681 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 981.000,00

09.001.15.452.450.1401 - Recapeamento Rua 131-Adolf Puttjer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.682 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 610.400,00

TOTAL R\$ 1.744.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correm por conta da "Operação de Crédito" Banco do Brasil Programa Operações Estruturadas, no valor de R\$ 1.744.000,00 (Um milhão setecentos e quarenta e quatro mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.486/2020

Publicação Nº 2298656

D E C R E T O Nº 13.486/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 15.477.782,00 (Quinze milhões, quatrocentos e setenta e sete mil setecentos e oitenta e dois reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3006 - Pavimentação Rua Ângelo Schiochet

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.255 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 637.650,00

09.001.15.452.450.3019 - Pavimentação Rua Cel. Bernardo Grubba
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.268 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 414.200,00
09.001.15.452.450.3013 - Pavimentação Rua Clemente Baratto
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.262 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 173.310,00
09.001.15.452.450.3014 - Pavimentação Rua Erich Doubrawa
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.263 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 62.675,00
09.001.15.452.450.3004 - Pavimentação Rua Guilherme Weege
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.253 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 554.265,00
09.001.15.452.450.1345 - Pavimentação Rua Irmão Leandro
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.201 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 2.163.650,00
09.001.15.452.450.3012 - Pavimentação Rua João Marcatto
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.261 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 244.160,00
09.001.15.452.450.3010 - Pavimentação Rua Rio de Janeiro
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.259 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 347.165,00
09.001.15.452.450.3024 - Pavimentação Rua Walter Piccoli
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.273 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 294.300,00
09.001.15.452.450.3028 - Pavimentação Rua Arthur Witthoft
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.277 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 294.300,00

09.001.15.452.450.1458 - Pavimentação Rua Alberto Santos
Dumont
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.245 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 87.200,00
09.001.15.452.450.3016 - Pavimentação Rua Carlos Eggert
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.265 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 734.660,00
09.001.15.452.450.3018 - Pavimentação Rua Carlos Oechsler
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.267 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 948.300,00
09.001.15.452.450.3021 - Pavimentação Rua Ângelo Rubini
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.270 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 2.001.240,00
09.001.15.452.450.3031 - Pavimentação Rua Pe. Aluisio Boeing
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.280 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 817.500,00
09.001.15.452.450.1396 - Recapeamento Rua 501-Pastor Albert
Schneider
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.222 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 4.905.000,00
09.001.15.452.450.3029 - Pavimentação Rua Enrico Fermi
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.278 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 234.350,00
09.001.15.452.450.3022 - Pavimentação Rua Carlos Niels
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.271 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 273.917,00
09.001.15.452.450.3020 - Pavimentação Rua Pedro Gonzaga-
Trecho 01
.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.269 4.4.90 - Aplicacoes Diretas R\$ 289.940,00
TOTAL R\$15.477.782,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da "Operação de Crédito" Banco do Brasil Programa Operações Estruturadas, no valor de R\$ 15.477.782,00 (Quinze milhões, quatrocentos e setenta e sete mil setecentos e oitenta e dois reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.487/2020

Publicação Nº 2298657

DECRETO Nº 13.487/2019

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.207/2019, de 20/12/2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 1.200.168,00 (Um milhão, duzentos mil, cento e sessenta e oito reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento Vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.003 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO

25.003.17.512.1400.3402 - Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.003.683 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.199.168,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

25.003.684 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.200.168,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0451.2305 - Manutenção de Vias/Passagens

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.001.283 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 799.168,00

09.001.15.452.0451.2308 - Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.001.287 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.288 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.200.168,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.488/2020

Publicação Nº 2298659

D E C R E T O Nº 13.488/2020

Reabre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no § 2º do Art. 167 da Constituição Federal, na Lei Municipal Nº 8.213 de 20/12/2019 e no artigo 5º da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica reaberto crédito especial, no valor de R\$ 18.904.293,45 (Dezoito milhões, novecentos e quatro mil duzentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), correspondente ao saldo do exercício de 2019, para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1.387 - Pavimentação Rua 678-Germano Stricker

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.720 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.798.650,95

09.001.15.452.450.3.042 - Pavimentação Rua Victório Campreghen

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.721 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 950.244,40

09.001.15.452.450.3.043 - Pavimentação Rua Tercilio Demarchi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.722 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 404.807,31

09.001.15.452.450.3.044 - Pavimentação Rua Neura Maria Prestini
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.723 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.267.057,42
09.001.15.452.450.3.045 - Implantação Rotatória Bertha Weege
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.724 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
09.001.15.452.450.3.046 - Revitalização da Ciclovia do Trabalhador
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.725 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00
09.001.15.452.450.3.047 - Implantação Rotatória Via Verde
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.726 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.053.224,68
09.001.15.452.450.3.048 - Construção Ponte Chico de Paulo-
Amizade
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.727 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
09.001.15.452.450.3.049 - Recapeamento Ruas: 96-São Paulo,
11-Roberto Ziemann e 94-Carlos Meier
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.728 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.030.308,69
TOTAL R\$ 18.904.293,45

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 18.904.293,45 (Dezoito milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.489/2020

Publicação Nº 2298660

D E C R E T O Nº 13.489/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001.15.543.451.2307 - Preservação, recuperação, manutenção de áreas
interditadas e/ou em situação de risco
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.286 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.490/2020

Publicação Nº 2298661

DECRETO Nº 13.490/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.212/2019, de 20 de dezembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.363.670,00 (Um milhão, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.122.301.2679 - Pagamento dos Servidores da Saúde - MAC

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.38 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 870.000,00

15.003.39 3.1.91 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.40 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

15.003.10.302.753.2705 - Prestar serviços de média e alta

complexidade - ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.50 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

15.003.10.302.303.2706 - Transferência de recursos financeiros à

entidades - Teto MAC - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.44 3.3.50 - Transferências a entidades sem fins lucrativos R\$ 86.670,00

15.005 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

15.005.10.303.754.2683 - Prestar assistência farmacêutica básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.005.73 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 1.363.670,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 - ADMINISTRAÇÃO

15.001.10.122.300.2652 - Manutenção das atividades administrativas - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

15.001.10.122.301.2671 - Pagamento dos Servidores da

Saúde - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.001.13 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 870.000,00

15.001.14 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações

Intra-orçamentárias R\$ 140.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

15.002 - ATENÇÃO BÁSICA

15.002.10.301.751.2660 - Prestar assistência de atenção

básica - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.002.27 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2706 - Transferência de recursos financeiros

à entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.43 3.1.50 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos R\$ 86.670,00

TOTAL R\$ 1.363.670,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal 13.475/2019 de 20/12/2019.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.491/2020

Publicação Nº 2298662

D E C R E T O Nº 13.491/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 431.715,94 (Quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5600 - Implantação de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.606 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 431.715,94

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 431.715,94 (Quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.492/2020

Publicação Nº 2298663

D E C R E T O Nº 13.492/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 382.000,00 (Trezentos e oitenta e dois mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), a saber:

10 - SECRETARIA MUN.ASSIST.SOCIAL E HABITAÇÃO

10.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.001.8.242.303.2905 - Transferência de recursos financeiros à entidades da rede de assistência social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.001.306 3.3.50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 382.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 382.000,00 (Trezentos e oitenta e dois mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA PL 116/2019/PMJ - DL 18/2019/PMJ

Publicação Nº 2298513

ERRATA
PREFEITURA DE JOAÇABA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2019/PMJ
DISPENSA Nº 18/2019/PMJ

No extrato do contrato 181/2019/PMJ, publicado no DOM em 20/12/2019 e no extrato de homologação do PL 116/2019/PMJ DL 18/2019/PMJ cujo objeto é a "a locação do imóvel compreendendo o apartamento nº 701, 8º andar, incluindo 01 (uma) vaga de garagem, no Condomínio Edifício Daniela, situado na Rua Eliziário de Carli, nº 19, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC, matrículas números 31.377 e 31.422 do Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado à instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra 05-008."

ONDE SE LÊ: "FISCAL: DELCIR DOTTI"

LEIA-SE: "FISCAL: MARCELO POLAZZO".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 02 de janeiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO 184/2019/PMJ

Publicação Nº 2298594

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2019/PMJ
PROVENIENTE DO PL 113/2019/PMJ– DL 17/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE - COPAFAM
OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 2/2019/PMJ.
VALOR TOTAL: R\$ 211.418,50 (duzentos e onze mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA até 31/12/2020
DOTAÇÃO:
Proj. Ativ. 2.099 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas
Proj. Ativ. 2.098 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas
Proj. Ativ. 2.083 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas FISCAL: MARIA ELIZA PRONER

DATA DE ASSINATURA: 30.12.2019

Joaçaba – SC, 30 de dezembro 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

EXTRATO CONTRATO 185/2019/PMJ

Publicação Nº 2298589

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2019/PMJ
PROVENIENTE DO PL 118/2019/PMJ– IN 02/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
OBJETO: fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2020.
VALOR TOTAL: R\$ 135.840,00 (cento e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA até 31/12/2020

DOTAÇÃO:

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.049 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.050 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO

3.3.90 – Aplicações Diretas

FISCAIS: : MÁRCIO LUIS RODRIGUES KEMER, ADILSON LUIZ BULLA e LEANDRA COSTENARO

DATA DE ASSINATURA: 30.12.2019

Joaçaba – SC, 30 de dezembro 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO 186/2019/PMJ

Publicação Nº 2298590

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2019/PMJ

PROVENIENTE DO PL 118/2019/PMJ – IN 02/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA

OBJETO: fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR TOTAL: R\$ 691.445,00 (seiscentos e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA até 31/12/2020

DOTAÇÃO:

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.049 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90 – Aplicações Diretas

2.050 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO

3.3.90 – Aplicações Diretas

FISCAIS: : MÁRCIO LUIS RODRIGUES KEMER, ADILSON LUIZ BULLA e LEANDRA COSTENARO

DATA DE ASSINATURA: 30.12.2019

Joaçaba – SC, 30 de dezembro 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO 25/2019/FMAS

Publicação Nº 2298583

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2019/FMAS

PROVENIENTE DO PL 07/2019/FMAS – IN 02/2019/FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA,

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 16.955,00 (dezesseis mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 12 meses

DOTAÇÃO:

2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MAC
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.147 – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
3.3.90 – Aplicações Diretas
FISCAL: LEANDRA COSTENARO e LUCIANE VIACELLI
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2019

Joaçaba – SC, 30 de dezembro de 2019.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO

EXTRATO CONTRATO 26/2019/FMAS

Publicação Nº 2298585

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2019/FMAS
PROVENIENTE DO PL 07/2019/FMAS – IN 02/2019/FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA
OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 40.275,00 (quarenta mil duzentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 12 meses

DOTAÇÃO:

2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MAC
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.147 – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
3.3.90 – Aplicações Diretas
FISCAL: LEANDRA COSTENARO e LUCIANE VIACELLI
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2019

Joaçaba – SC, 30 de dezembro de 2019.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2020/FMS

Publicação Nº 2297809

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2020/FMS
PROVENIENTE DO PL 24/2019/FMS – PP 09/2019/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADA: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA
OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, em caráter excepcional, de medicamentos genéricos, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2020.
VALOR TOTAL CONTRATADO: PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO DOS GENÉRICOS DA LISTA ABCFARMA – 55%.
VIGÊNCIA: o presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data de sua assinatura.
DOTAÇÃO: 2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
FISCAL DO CONTRATO: LEDA FÁTIMA PAZA, MAFALDA MARIA VIEIRA MARTINS e LUCIANA C. B. SOCCOL

DATA DE ASSINATURA: 02 de janeiro de 2020

Joaçaba/SC, 02 de janeiro de 2020
VALMOR JOÃO REISDORFER
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2020/FMS

Publicação Nº 2297811

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2020/FMS
PROVENIENTE DO PL 24/2019/FMS – PP 09/2019/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS

OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, em caráter excepcional, de medicamentos de referência, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR TOTAL CONTRATADO: PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO DE REFERÊNCIA DA LISTA ABCFARMA – 25,5%.

VIGÊNCIA: o presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO: 2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: LEDA FÁTIMA PAZA, MAFALDA MARIA VIEIRA MARTINS e LUCIANA C. B. SOCCOL

DATA DE ASSINATURA: 02 de janeiro de 2020

Joaçaba/SC, 02 de janeiro de 2020
VALMOR JOÃO REISDORFER
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO PL 07/2019/FMAS - IN 02/2019/FMAS

Publicação Nº 2298581

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2019 – FMAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 – FMAS

1 – DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas aos atendimentos benefícios eventuais, projetos e programas, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2020.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas as únicas prestadoras de serviço autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna, SC.

- ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.655/0001-95, estabelecida na Rua Félix Zanela, 900, bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Herval d'Oeste, SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
1.200	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	5,00	6.000,00
1.200	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	6,10	7.320,00
300	un	Passagens Mínimas – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas	5,00	1.500,00
350	un	Passagens Máximas – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas	6,10	2.135,00
Total do Fornecedor				16.955,00

ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
4.000	un	Passagens – Vale Transporte	4,50	18.000,00
4.500	un	Passagens – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas	4,50	20.250,00
300	un	Passagens – Nova Petrópolis - Benefícios Eventuais/Projetos/Programas	6,75	2.025,00
Total do Fornecedor				40.275,00

TOTAL DA CONTRATAÇÃO	57.230,00
----------------------	-----------

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto para o vale transporte nesta inexigibilidade, R\$ 47.834,00 (sendo, R\$ 21.924,00 correspondentes às passagens dos servidores e R\$ 25.910,00 correspondentes às passagens destinadas aos atendimentos dos benefícios eventuais, projetos e programas), referem-se à despesa orçamentária a seguir discriminada e, o saldo de R\$ 9.396,00, referem-se à despesa extra orçamentária.

2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MAC
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.147 – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
3.3.90 – Aplicações Diretas

6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), em 30 de dezembro de 2019.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO

RATIFICAÇÃO

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 30 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em exercício

EXTRATO PL 113/2019/PMJ - DL 17/2019/PMJ

Publicação Nº 2298591

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2019/PMJ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019/PMJ

1 – DO OBJETO

Contratação da COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE – COPAFAM, com vistas a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – de fevereiro a dezembro de 2020, em consonância com o estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 2/2019/PMJ.

2 – DA JUSTIFICATIVA

O presente processo de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, segundo memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, justifica-se em razão do estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, que determina o seguinte:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

3 – DA EMPRESA VENCEDORA / CONTRATADA:

COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE - COPAFAM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.077.161/0001-22, estabelecida na Linha Km 20, s/nº, interior do Município de Joaçaba – SC, representada neste ato pelo Sr. Alexandre Marcon, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.437.409-88.

4 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 211.418,50 (duzentos e onze mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos), correspondentes aos seguintes itens:

QTDE	UN	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
200	kg	AÇÚCAR MASCAVO, com cor e odor característicos, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência.	11,22	2.244,00
1.200	kg	AIPIIM congelado, cortado em pedaços médios – em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência.	5,30	6.360,00
800	un	ALECRIM – tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas.	2,30	1.840,00
80	kg	ALHO	26,65	2.132,00
1.500	kg	BERGAMOTA OU MEXERICA, de tamanho médio, sem sujidades, produto íntegro.	2,67	4.005,00
300	kg	BETERRABA, de tamanho médio, sem sujidades.	3,72	1.116,00
1.950	kg	BOLACHA CASEIRA, sabores variados – coco, açúcar mascavo, mel, melado	19,50	38.025,00
300	mç	BRÓCOLIS, tamanho médio, sem sujidades.	3,53	1.059,00
100	kg	CANJICA, grãos íntegros, sem sujidades, livre de carunchos.	5,60	560,00
1.400	kg	CEBOLA, tamanho médio, sem sujidades, produto íntegro.	4,38	6.132,00
500	kg	DOCE DE FRUTAS – embalagem de vidro ou plástico, atóxica, de 01 quilo, com identificação de procedência.	14,60	7.300,00
1.300	kg	FEIJÃO, grãos íntegros, sem sujidades, livre de caruncho.	6,97	9.061,00
1.350	kg	FUBÁ, fino, de cor característica, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência.	3,00	4.050,00
800	un	LOURO, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas.	2,30	1.840,00
1.100	kg	MACARRÃO CASEIRO, congelado, tipo parafuso, espaguete ou farfalle, com identificação de procedência.	10,55	11.605,00
200	kg	MELADO, com cor e odor característicos, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência.	12,55	2.510,00
800	un	ORÉGANO, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas.	2,30	1.840,00
3.000	dz	OVOS DE GALINHA CAIPIRA, tamanho médio, sem sujidades.	5,51	16.530,00
280	kg	REPOLHO BRANCO	3,65	1.022,00
800	un	SÁLVIA, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas.	2,30	1.840,00
1.600	lto	SUCO NATURAL, diversos sabores, embalagem de 01 litro, com identificação de procedência.	11,41	18.256,00

QTDE	UN	PRODUTOS ORGÂNICOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3.000	pé	ALFACE LISA OU CRESPA – pé de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico)	2,53	7.590,00
500	kg	BATATA DOCE, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	4,90	2.450,00
1.800	kg	BETERRABA, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	4,15	7.470,00
1.600	mç	BRÓCOLIS, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	3,90	6.240,00
750	kg	CENOURA, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	4,28	3.210,00
1.300	un	CHÁ, erva doce/camomila/cidreira/melissa – seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas	2,30	2.990,00
600	un	CHICÓRIA, pé de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico)	2,66	1.596,00
900	kg	CHUCHU, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	2,25	2.025,00
900	mç	COUVE-MANTEIGA, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico)	3,10	2.790,00
500	mç	ESPINAFRE, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico)	3,50	1.750,00
900	kg	FEIJÃO, grãos íntegros, sem sujidades, livre de caruncho (produto orgânico)	7,40	6.660,00
3.000	kg	LARANJA COMUM, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	1,95	5.850,00
1.700	kg	MORANGA CABOTIÁ, tamanho médio, sem sujidades, maduro (produto orgânico)	3,57	6.069,00
150	kg	PIPOCA, grãos íntegros, sem sujidades, livre de carunchos (produto orgânico)	6,70	1.005,00
2.300	kg	REPOLHO BRANCO, tamanho médio, sem sujidades, maduro (produto orgânico)	3,00	6.900,00
550	mç	RÚCULA, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico)	2,35	1.292,50
2.200	mç	TEMPERO VERDE, maço de tamanho médio, sem sujidades, íntegro, com posto por salsinha e cebolinha (produto orgânico)	2,82	6.204,00

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Tal dispensa está em consonância com o estabelecido no art. 4, § 1º da Lei nº 11.947/2009.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Proj. Ativ. 2.099 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.098 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.083 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Aplicações Diretas

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O contrato proveniente desta dispensa de licitação será acompanhado/fiscalizado pela servidora MARIA ELIZA PRONER.

PONTOS DE ENTREGA:

Escolas Municipais e Entidades, conforme Anexo II do Edital de Chamamento Público nº 2/2019/PMJ.

PAGAMENTO DAS FATURAS:

Os pagamentos do fornecimento realizado pelo fornecedor da agricultura familiar, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município em até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será feito de acordo com a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

Joaçaba (SC), em 30 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em __/__/20__.

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 30 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

EXTRATO PL 118/2019/PMJ - IN 02/2019/PMJ

Publicação Nº 2298586

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2019/PMJ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019/PMJ

1 – DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2020.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas as únicas prestadoras de serviço autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna, SC.

- ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.655/0001-95, estabelecida na Rua Félix Zanela, nº 900, bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Herval d'Oeste, SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP				
10.000	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	5,00	50.000,00
7.500	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	6,10	45.750,00
1.200	un	Passagens Água Doce – Vale Transporte	8,20	9.840,00
12.100	un	Passes Escolares	2,50	30.250,00
Total do Fornecedor				135.840,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA				
47.000	un	Passagens - Vale Transporte	4,50	211.500,00
1.200	un	Passagens – Distrito Nova Petrópolis – Vale Transporte	6,75	8.100,00
106.700	un	Passes Escolares	2,35	250.745,00
66.000	un	Passes Escolares – Distrito Nova Petrópolis	3,35	221.100,00
Total do Fornecedor				691.445,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO			827.285,00	

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto nesta inexigibilidade para o custeio das passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais (R\$ 325.190,00), R\$ 227.633,00 referem-se à despesa orçamentária, custeada pelas dotações orçamentárias abaixo e o saldo restante, de R\$ 97.557,00 refere-se à despesa extra orçamentária.

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE
3.3.90 – Aplicações Diretas

As despesas provenientes do fornecimento dos passes escolares (R\$ 502.095,00) serão custeadas pelas dotações orçamentárias abaixo.

2.049 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90 – Aplicações Diretas
2.050 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO
3.3.90 – Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), em 30 de dezembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em exercício

RESULTADO EDITAL DE REMOÇÃO Nº 03/2019

Publicação Nº 2298624

RESULTADO FINAL PROCESSO DE REMOÇÃO Nº 03/2019

Resultado final, classificados, em ordem alfabética:

Nome	Unidade de ensino para Remoção
Eliane Alves Cardoso	Mercedes Luiza Nascimento
Rosane Teresinha Katafesta	Centro Educacional Frei Bruno
Sherlon Cristina De Bastiani	Centro Educ. Roberto Trompowsky

Joaçaba/SC, 02 de janeiro de 2020.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

HOMOLOGAÇÃO PL 07/2019/FMAS - IN 02/2019/FMAS

Publicação Nº 2298582



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA

CNPJ: 02.247.113/0001-11 **Telefone:** (49) 3522-3000
Endereço: Avenida XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2019

Processo Adm.: 7/2019
Data do Processo: 04/12/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 7/2019
b) **Nr. Licitação:** 2/2019 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 30/12/2019
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas aos atendimentos benéficos eventuais, projetos e programas, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2020.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP.COLET.LTDA				
1 - Passagens Mínimas – Vale Transporte - Joaçabense - Marca:	UN	1.200,000	5,0000	R\$ 6.000,00
2 - Passagens Máximas – Vale Transporte - Joaçabense - Marca:	UN	1.200,000	6,1000	R\$ 7.320,00
3 - Passagens Mínimas – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas - Joaçabense - Marca:	UN	300,000	5,0000	R\$ 1.500,00
4 - Passagens Máximas – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas - Joaçabense - Marca:	UN	350,000	6,1000	R\$ 2.135,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
5 - Passagens – Vale Transporte - Estrelatur - Marca:	UN	4.000,000	4,5000	R\$ 18.000,00
6 - Passagens – Benefícios Eventuais / Projetos / Programas - Estrelatur - Marca:	UN	4.500,000	4,5000	R\$ 20.250,00
7 - Passagens – Nova Petrópolis - Benefícios Eventuais/Projetos/Programas - Estrelatur - Marca:	UN	300,000	6,7500	R\$ 2.025,00
Total geral:				R\$ 57.230,00

Joaçaba, 30/12/2019

.....
Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO PL 118/2019/PMJ - IN 02/2019/PMJ

Publicação Nº 2298587

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2019	
	CNPJ: 82.939.380/0001-99 Telefone: (49) 3527-8800 Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 118/2019 Data do Processo: 30/12/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 118/2019
b) **Nr. Licitação:** 2/2019 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 30/12/2019
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2020.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP.COLET.LTDA				
1 - Passagens Mínimas – Vale Transporte - Joaçabense - Marca:	UN	10.000,000	5,0000	R\$ 50.000,00
2 - Passagens Máximas – Vale Transporte - Joaçabense - Marca:	UN	7.500,000	6,1000	R\$ 45.750,00
3 - Passagens Água Doce – Vale Transporte - Joaçabense - Marca:	UN	1.200,000	8,2000	R\$ 9.840,00
4 - Passes Escolares - Joaçabense - Marca:	UN	12.100,000	2,5000	R\$ 30.250,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
5 - Passagens - Vale Transporte - Estrelatur - Marca:	UN	47.000,000	4,5000	R\$ 211.500,00
6 - Passagens – Distrito Nova Petrópolis – Vale Transporte - Estrelatur - Marca:	UN	1.200,000	6,7500	R\$ 8.100,00
7 - Passes Escolares - Estrelatur - Marca:	UN	106.700,000	2,3500	R\$ 250.745,00
8 - Passes Escolares – Distrito Nova Petrópolis - Estrelatur - Marca:	UN	66.000,000	3,3500	R\$ 221.100,00
Total geral:				R\$ 827.285,00

Joaçaba, 30/12/2019

.....
Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO PL 113/2019/PMJ - DL 17/2019/PMJ

Publicação Nº 2298593


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2019

Processo Adm.: 113/2019
Data do Processo: 06/12/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 113/2019
b) **Nr. Licitação:** 17/2019 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 30/12/2019
e) **Objeto da Licitação:** Contratação da COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE – COPAFAM, com vistas a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – de fevereiro a dezembro de 2020, em consonância com o estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 2/2019/PMJ.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
COOP. PROD. AGROIND. FAM. REG. COLONIAL MEIO OESTE				
1 - AÇÚCAR MASCAVO, com cor e odor característicos, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência. - Marca:	KG	200,000	11,2200	R\$ 2.244,00
2 - AIPIM congelado, cortado em pedaços médios – em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência. - Marca:	KG	1.200,000	5,3000	R\$ 6.360,00
3 - ALECRIM – tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas. - Marca:	UN	800,000	2,3000	R\$ 1.840,00
4 - ALHO - Marca:	KG	80,000	26,6500	R\$ 2.132,00
5 - BERGAMOTA OU MEXERICA, de tamanho médio, sem sujidades, produto íntegro. - Marca:	KG	1.500,000	2,6700	R\$ 4.005,00
6 - BETERRABA, de tamanho médio, sem sujidades. - Marca:	KG	300,000	3,7200	R\$ 1.116,00
7 - BOLACHA CASEIRA, sabores variados – coco, açúcar mascavo, mel, melado - Marca:	KG	1.950,000	19,5000	R\$ 38.025,00
8 - BRÓCOLIS, tamanho médio, sem sujidades. - Marca:	MÇ	300,000	3,5300	R\$ 1.059,00
9 - CANJICA, grãos íntegros, sem sujidades, livre de carunchos. - Marca:	KG	100,000	5,6000	R\$ 560,00
10 - CEBOLA, tamanho médio, sem sujidades, produto íntegro. - Marca:	KG	1.400,000	4,3800	R\$ 6.132,00
11 - DOCE DE FRUTAS – embalagem de vidro ou plástico, atóxica, de 01 quilo, com identificação de procedência. - Marca:	KG	500,000	14,6000	R\$ 7.300,00
12 - FEIJÃO, grãos íntegros, sem sujidades, livre de caruncho. - Marca:	KG	1.300,000	6,9700	R\$ 9.061,00
13 - FUBÁ, fino, de cor característica, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência. - Marca:	KG	1.350,000	3,0000	R\$ 4.050,00
14 - LOURO, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas. - Marca:	UN	800,000	2,3000	R\$ 1.840,00

Joaçaba, 30/12/2019

Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2019

Processo Adm.: 113/2019
Data do Processo: 06/12/2019

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
15 - MACARRÃO CASEIRO, congelado, tipo parafuso, espaguete ou farfalle, com identificação de procedência. - Marca:	KG	1.100,000	10,5500	R\$ 11.605,00
16 - MELADO, com cor e odor característicos, em embalagem de 01 quilo, com identificação de procedência. - Marca:	KG	200,000	12,5500	R\$ 2.510,00
17 - ORÉGANO, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas. - Marca:	UN	800,000	2,3000	R\$ 1.840,00
18 - OVOS DE GALINHA CAIPIRA, tamanho médio, sem sujidades. - Marca:	DZ	3.000,000	5,5100	R\$ 16.530,00
19 - REPOLHO BRANCO - Marca:	KG	280,000	3,6500	R\$ 1.022,00
20 - SÁLVA, tempero seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas. - Marca:	UN	800,000	2,3000	R\$ 1.840,00
21 - SUCO NATURAL, diversos sabores, embalagem de 01 litro, com identificação de procedência. - Marca:	LTO	1.600,000	11,4100	R\$ 18.256,00
22 - ALFACE LISA OU CRESPA – pé de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico) - Marca:	PÉ	3.000,000	2,5300	R\$ 7.590,00
23 - BATATA DOCE, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico) - Marca:	KG	500,000	4,9000	R\$ 2.450,00
24 - BETERRABA TAMANHO MÉDIO, SEM SUJIDADES (PRODUTO ORGÂNICO) - Marca:	KG	1.800,000	4,1500	R\$ 7.470,00
25 - BRÓCOLIS, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico) - Marca:	MÇ	1.600,000	3,9000	R\$ 6.240,00
26 - CENOURA, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico) - Marca:	KG	750,000	4,2800	R\$ 3.210,00
27 - CHÁ, erva doce/camomila/cidreira/melissa – seco, puro, com cor e odor característicos, em embalagem de 10 gramas - Marca:	UN	1.300,000	2,3000	R\$ 2.990,00
28 - CHICÓRIA, pé de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico) - Marca:	MÇ	600,000	2,6600	R\$ 1.596,00
29 - CHUCHU, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico) - Marca:	KG	900,000	2,2500	R\$ 2.025,00
30 - COUVE-MANTEIGA, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico) - Marca:	MÇ	900,000	3,1000	R\$ 2.790,00
31 - ESPINAFRE, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico) - Marca:	MÇ	500,000	3,5000	R\$ 1.750,00
32 - FEIJÃO, grãos íntegros, sem sujidades, livre de caruncho (produto orgânico) - Marca:	KG	900,000	7,4000	R\$ 6.660,00
33 - LARANJA COMUM, tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico) - Marca:	KG	3.000,000	1,9500	R\$ 5.850,00
34 - MORANGA CABOTIÁ, tamanho médio, sem sujidades, maduro (produto orgânico) - Marca:	KG	1.700,000	3,5700	R\$ 6.069,00
35 - PIPOCA, grãos íntegros, sem sujidades, livre de carunchos (produto orgânico) - Marca:	KG	150,000	6,7000	R\$ 1.005,00
36 - REPOLHO BRANCO, tamanho médio, sem sujidades, maduro (produto orgânico) - Marca:	KG	2.300,000	3,0000	R\$ 6.900,00
37 - RÚCULA, maço de tamanho médio, com folhas íntegras, verdes (produto orgânico) - Marca:	MÇ	550,000	2,3500	R\$ 1.292,50
38 - TEMPERO VERDE, maço de tamanho médio, sem sujidades, íntegro, com posto por salsinha e cebolinha (produto orgânico) - Marca:	MÇ	2.200,000	2,8200	R\$ 6.204,00
Total geral:				R\$ 211.418,50

Joaçaba, 30/12/2019

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 24/2019/FMS - PP 09/2019/FMS

Publicação Nº 2297787

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Avenida XV de Novembro, 223 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2019
	Processo Adm.: 24/2019 Data do Processo: 27/11/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 24/2019
b) Nr. Licitação: 9/2019 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 02/01/2020
e) Objeto da Licitação: Aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência e genéricos), exceto os relacionados na lista básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	VI. Unitário	Maior Desconto
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS			
1 - Fornecimento, em caráter excepcional, de medicamentos de referência, constantes na Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos na Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiros de 2020. - Marca: ABC FARMA	PORC	25,5000 %	25,50 %
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA			
2 - Fornecimento, em caráter excepcional, de medicamentos genéricos, constantes na Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos na Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiros de 2020. - Marca: ABC FARMA	PORC	55,0000 %	55,00 %
Total geral:			80,50 %

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE MEDIC. DISPENSAÇÃO	18.001.10.303.0005.2126.3.3.90.00.00	R\$ 264.000,00

Joaçaba, 02 de Janeiro de 2020

Assinatura do Responsável

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**DECRETO 5837**

Publicação Nº 2298428

DECRETO Nº 5.837 DE 02 JANEIRO DE 2020

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do Alvará Sanitário referente ao exercício 2020, para todos os estabelecimentos, será até dia 03/04/2020.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único. O não pagamento da taxa de Alvará Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 02 de janeiro de 2020.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito

PLASS**DECRETO Nº 5.836 DE 02 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2298621

DECRETO Nº 5.836 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/19 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 – ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0301

Valor: R\$ 650.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 02 de janeiro de 2020.

Jucelino Jorge Ferraz

Prefeito em Exercício

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO 0001/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2297839

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0001/2020

SMOS JHL 0338/2020

PROTOCOLO Nº 13860/2020

Data assinatura: 02/01/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços limpeza, conservação e copa/cozinha na Sede Administrativa do Simae, localizada na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, em substituição à servidora Elizete Aparecida Bisatto nos períodos em que fruirá férias, licenças e demais eventuais afastamentos.

Contratado: S. M. Budniak & Cia Ltda - ME

Valor Contratado (por dia): R\$ 124,80 (cento e vinte e quatro reais);

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Prazo de vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Laguna

PREFEITURA

CONVÊNIO 02/2019-PML

Publicação Nº 2298639

MUNICÍPIO DE LAGUNA – ESTADO DE SANTA CATARINA
CONVÊNIO Nº 02/2019–PML

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Laguna e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, visando a implantação do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires – Unidade Jerônimo Coelho - Polo Laguna SC.

A Prefeitura Municipal de Laguna SC, doravante denominado - Município, situado à Avenida Colombo Machado Salles, Centro, nº 145, inscrito no CNPJ sob nº 82.928.706/0001-82, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Mauro Vargas Candemil, Prefeito Municipal, portador do CPF nº. 009.891.779-04, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, amparados no inciso XXVIII do Art. 68 da Lei Municipal nº 001/2000 de 11 de julho de 2000, Lei Municipal nº. 6.125/2019, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto 525, de 29 de julho de 2003, no Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005, e na Portaria nº 0242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016, conforme contido no processo administrativo nº. 0125.0006527/2019, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a implantação do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires – Unidade Jerônimo Coelho - Polo Laguna SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSC

- I - Ficar responsável pelo Corpo Docente do Colégio Feliciano Nunes Pires — Polo Laguna;
- II - Destacar profissionais para atuar no Corpo Administrativo do Colégio;
- III - Será responsável pela segurança das instalações, bem como dos alunos e comunidade em geral no entorno do Colégio;
- IV- Nomear o Diretor do Colégio no Polo de Laguna SC;
- V – As despesas de energia elétrica, abastecimento de água, internet e telefonia serão custeadas pela Polícia Militar de Santa Catarina;
- VI - Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES AO MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC

- I - Disponibilizar, por meio de locação de imóvel e após a formalização de Termo de Cessão de Uso, de instalações físicas para o funcionamento do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires □ Unidade Jerônimo Coelho - Polo Laguna SC, durante todo o ano de 2020 ou até a conclusão da reforma da sede do referido colégio;
- II - O referido imóvel será entregue em perfeito estado de conservação, não sendo necessária intervenções no imóvel para utilização do mesmo;
- III - Ceder 04 (quatro) servidores municipais de serviços gerais para desempenharem suas funções junto ao Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires □ Unidade Jerônimo Coelho - Polo Laguna SC, durante todo o ano de 2020 ou até a conclusão da reforma da sede do referido colégio, sendo 02 (dois) servidores com função de merendeira e outros 02 (dois) servidores com função de manutenção e limpeza para atuar no Colégio;
- IV - Equipar a cozinha do imóvel a ser cedido com fogão, geladeira, freezer e micro-ondas, bem como equipá-la com os utensílios domésticos de cozinha necessários para fornecer as refeições;
- V - Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal de Laguna.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Laguna, 26 de dezembro de 2019.

CONCEDENTE: MAURO VARGAS CANDEMIL – Prefeito Municipal

CONVENIENTE: CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR - Coronel PM Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina

TESTEMUNHAS: LUCIANA FERNANDES PEREIRA - Secretário de Fazenda, Administração e

Serviços Públicos / PETERSON DO LIVRAMENTO - Major PM

DECRETO N.º 6.165/2020 - RETIFICA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM

Publicação Nº 2298607

DECRETO Nº 6.165, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"Retifica o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e nos termos dos artigos 420 e 421, do Código Tributário Municipal,

Considerando a redação dos artigos 420 e 421, do Código Tributário Municipal, que preveem a atualização monetária mensal e anual, respectivamente, do valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, tendo como base, a variação nominal do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de cálculo dos tributos, da planta genérica de valores, e do valor básico do metro quadrado de construção;

Considerando que em agosto de 2019 o valor da UFRM correspondia a R\$ 3,9157 (três reais vírgula noventa e um e cinquenta e sete milésimos de centavos);

Considerando a variação acumulada do INPC-IBGE foi de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento), compreendida entre os meses de setembro de 2019 a novembro de 2019;

Considerando que foi atribuído valor equivocado para UFRM no valor de R\$ 4,4457 (quatro reais vírgula quarenta e quatro e cinquenta e sete milésimos de centavos), nos termos do Decreto nº 6.149, de 19 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Retifica-se o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, estipulada pelo Decreto nº 6.149, de 19 de dezembro de 2019, para fins do disposto nos artigos 420 e 421, do Código Tributário Municipal, que o seu valor correto para o exercício de 2020 é de R\$ 3,9364 (três reais vírgula noventa e três e sessenta e quatro milésimos de centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

EDITAL DE TEMPORADA 01/2020-PML

Publicação Nº 2298637

MUNICÍPIO DE LAGUNA – ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO Nº 01/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (ARTESANATO, BEBIDAS, LATAS, EMBALAGEM PLÁSTICA E PICOLÉ) EM CARRINHO, CAIXA TÉRMICA, ARTIGOS DE PRAIA, CHAPÉUS, MANTAS/REDES E OUTROS), SITUADO NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2020, QUE OCORRE NO PERÍODO DE 06 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, através da SECRETARIA DE TURISMO E LAZER E SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna - SC e Centro Administrativo Municipal, Rua Oswaldo Cabral n 140 – Centro Histórico, Laguna - SC respectivamente, torna público que estará credenciando os interessados na atividade COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (ARTESANATO, BEBIDAS (LATAS, EMBALAGEM PLÁSTICA E PICOLÉ) EM CARRINHO, CAIXA TÉRMICA, ARTIGOS DE PRAIA, CHAPÉUS, MANTAS/REDES E OUTROS), ALUGUEL DE GUARDA-SOL E CADEIRA DE PRAIA, ALUGUEL DE TRICICLOS/BICICLETAS, nas praias do Município de Laguna, para a Temporada de Verão 2020, na condição de PESSOA FÍSICA, de acordo e pelas especificações e condições descritas neste Edital. O Credenciamento ocorrerá no período de 06 a 10 de janeiro 2020.

1 DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Credenciamento é a concessão de permissão de caráter provisório (Temporada de Verão 2020) para a exploração de COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE LAGUNA, conforme abaixo:

§ 1º – O Alvará será de exclusividade para o local escolhido, conforme item 5.6 e casos omissos serão penalizados conforme item 17, ambos deste Edital.

1.1.1 – Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	Idoso 3%
1. Praia do Mar Grosso	70	07	2

2. Praia do Sol	10	01	-
3. Praia do Gí	15	01	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	01	-
5. Praia de Itapirubá	5	01	-
6. TOTAL	110	11	3

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.2 – Carrinhos de Pícolé:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	120	12	3
2. Praia do Sol	10	1	-
3. Praia do Gí	10	1	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	1	-
5. Praia de Itapirubá	10	1	-
6. TOTAL	160	16	4

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.3 – Caixas Térmicas de Bebidas:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	100	10	1
2. Praia do Sol	15	01	-
3. Praia do Gí	15	02	1
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	15	01	1
5. Praia de Itapirubá	15	01	-
6. TOTAL	160	16	3

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.4 – Ambulantes Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	50	05	1
2. Praia do Sol	10	01	-
3. Praia do Gí	10	01	-
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	10	01	1
5. Praia de Itapirubá	10	01	-
6. TOTAL	90	09	2

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.5 – Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	05	01	-
2. Praia do Sol	02	-	-
3. Praia do Gí	02	-	-
4. Praia do Cardoso /Prainha Farol	03	-	-
5. Praia de Itapirubá	02	-	-
6. TOTAL	14	1	-

O número de vagas para portadores de necessidades especiais (P.N.E.) está contemplado no total de vagas, o qual representa os 10% e 3% no total de vagas para idosos, demandados por lei.

1.1.6 – Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

Praia	Vagas	P.N.E. 10%	IDOSO 3%
1. Praia do Mar Grosso	02	-	-
6. TOTAL	02	-	-

1.2 – De acordo com a Lei 2496/86 Art. 2º "considera-se comerciante ambulante, aquele que pessoalmente, por conta própria e a seu risco,

exercer atividade comercial em logradouro público ou de porta em porta". Neste intermim, o participante habilitado deverá estar em constante circulação na faixa de areia da praia para qual será selecionado, salvo para algumas exceções (conforme item 15.1.7). A comercialização de produtos fora do perímetro estabelecido será penalizada, conforme item 17 deste Edital.

1.2.1 - Os participantes credenciados por este Edital poderão promover o comércio ambulante, através de equipamento móvel (arara, carrinhos, caixa térmica, etc.), optando por uma das seguintes atividades, no ato da inscrição:

1.2.1 artesanato;

1.2.2 bebidas em carrinho e caixa térmica;

1.2.3 carrinho de picolé;

1.2.4 artigos de praia;

1.2.5 chapéus;

1.2.6 mantas/redes;

1.2.7 outras atividades voltadas para a temática de praia e que não envolvam alimentos e óculos de sol.

§1º - É proibido o comércio de óculos de sol de forma ambulante. Esta prática estará em inconformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal 302/2014 - que acrescentou parágrafos 1º e 2º no Artigo 240 da Lei Municipal 187/2008 - ficando o credenciado que inobservar tal norma estará sujeito às penas da Lei citada a cima e será penalizada conforme item 17 deste Edital.

1.3 - É expressamente vedada a comercialização de produtos de origem ilícita ou falsificados, ficando o credenciado que inobservar tal norma estará sujeito às penas da Lei e será penalizada conforme item 17 deste Edital.

1.3.1 - Os participantes credenciados deverão possuir a nota fiscal de todos os produtos comercializados, a fim de comprovar a sua origem e licitude, sob pena de apreensão dos mesmos (conforme item 17).

1.4 - Os participantes que indicarem a opção "outras atividades (1.2.7)" deverão descrever, de forma precisa, que atividade pretendem desenvolver a fim de permitir à Comissão de Avaliação decidir sua viabilidade.

1.5 - Os participantes ficam expressamente proibidos de estacionarem seus carrinhos nas calçadas das ruas e no passeio público da orla, bem como expor seus produtos em pontos fixos pela cidade, nem expostos no chão ou muros e jardins. Devem permanecer na faixa de areia e em trânsito.

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - O presente Credenciamento destina-se EXCLUSIVAMENTE à PESSOAS FÍSICAS.

2.2 - De acordo com o Decreto Federal nº 3. 298/1999, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste Edital de Credenciamento serão destinadas às pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (P.N.E.), devidamente comprovadas, segundo termos deste Edital. A porcentagem de vagas previstas aos P.N.E. por Lei está contemplada pela totalidade das vagas para cada praia oferecidas por este Edital.

2.3 - De acordo com o Decreto Federal nº 5.296/2004, 3% (três por cento) das vagas disponibilizadas por este Edital serão preenchidas preferencialmente por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas aos idosos por Lei está contemplada pela totalidade das vagas para cada praia oferecidas por este Edital.

2.4 - Para efeitos deste Edital de Credenciamento, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como ÁREA PÚBLICA.

2.5 - A inscrição e o Alvará de Licença concedido ao participante credenciado são PESSOAS e INTRANSFERÍVEIS. É expressamente PROIBIDA A VENDA, A CESSÃO OU ALUGUEL da Licença, o que, se confirmado, culminará na cassação do Alvará de Licença, previstas no item 17 deste Edital.

2.5.1 - Os participantes credenciados por este Edital que optarem em promover o comércio ambulante, através de equipamento móvel, único e exclusivamente Carrinho de Picolé, terá o Alvará de Licença concedido ao carrinho e não a pessoa que irá utilizá-lo. Os carrinhos receberão um número de ordem da Comissão de Avaliação para a Temporada de Verão 2020, posteriormente a homologação dos resultados.

2.6 - Os equipamentos móveis (expositor, carrinho, caixa térmica, etc.) deverão seguir os padrões definidos pela Secretaria de Turismo e Lazer e descritos no presente Edital, assim descritos:

a) Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

Deverão obedecer a dimensão máxima de 1,80 metros X 1, 30 metros em perfeita condição de uso e conservação.

b) Carrinhos de Picolé:

Deverão obedecer a dimensão máxima de 1,80 metros X 1,30 metros em perfeita condição de uso e conservação.

c) Caixas Térmicas de Bebidas:

As Caixas Térmicas/Isopor deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação e higienizadas.

d) Ambulantes - Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

Utilizar equipamentos chamados araras ou similar em perfeitas condições de uso e conservação.

e) Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

Os Equipamentos utilizados para aluguel deverão estar em perfeita condição de uso e conservação.

f) Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

Os Equipamentos utilizados para aluguel deverão estar em perfeita condição de uso e conservação.

2.7 - A atividade deverá ser desempenhada exclusivamente pela pessoa física credenciada, sob pena de cassação do Alvará de Licença.

2.8 - O Alvará de Licença concedido ao participante irá indicar o seu nome e deverá ser portado por este durante todo o período de vigência.

2.9 - É vedada a substituição da pessoa física credenciada, salvo por motivo justificado que deverá ser apreciado pela Comissão de Avaliação.

2.10 - Todo requerente está sujeito às condições fixadas neste instrumento convocatório, que faz Lei entre as partes.

2.11 - NÃO SERÁ CONCEDIDA À MESMA PESSOA FÍSICA MAIS DE UMA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE (EM EQUIPAMENTO MÓVEL OU FIXO) OFERECIDOS PELOS EDITAIS 001 e 002 DE TEMPORADA DE VERÃO 2020, EXCETO PARA O ÍTEM CARRINHO DE PICOLÉ. O PARTICIPANTE QUE FOR SELECIONADO EM MAIS DE UMA ATIVIDADE, AINDA QUE DE EDITAIS DIFERENTES, DEVERÁ FAZER OPÇÃO PELA ATIVIDADE QUE DESEJA DESEMPENHAR NO PRAZO PREVISTO NESTE EDITAL, SOB PENA DE SER HABILITADO PARA A PRIMEIRA ATIVIDADE EM QUE FOI INSCRITO.

2.12 - Qualquer atividade que não esteja contemplada nos editais 001 e 002 de Temporada de Verão serão avaliadas separadamente pela Administração.

3 DA INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO

3.1 – Os interessados em participar do presente Edital deverão inscrever-se junto ao PROTOCOLO GERAL do Município de Laguna, de segunda-feira a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 horas, na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro, Laguna - SC, durante o período compreendido entre os dias 06 a 10/01/2020.

3.2 – Não haverá prorrogação de inscrição.

3.3 – O participante deverá apresentar, no ato da inscrição, TODOS os documentos de habilitação exigidos neste Edital (item 9), preencher o requerimento de inscrição constante do Processo Físico (ANEXO I) e apresentar fotos do equipamento, sob pena de ser inabilitado (conforme item 17).

3.4 – O requerimento de inscrição deverá descrever, de maneira legível, os dados do participante, a indicação da atividade e da praia para qual o participante deseja concorrer, entre outras observações (ver ANEXO I). O requerimento de inscrição constante do Processo Físico é considerado documento obrigatório e a ausência de qualquer das informações supra descritas culminará com a inabilitação do participante.

3.5 – Não será permitido, sob nenhuma circunstância, o credenciamento dos participantes com documentação pendente. O Protocolo Geral está orientado para apenas receber dos candidatos que apresentarem TODOS os documentos solicitados neste Edital, não sendo possível juntar novos documentos de habilitação após a entrega. Orienta-se que o participante retorne em outra data, com a documentação completa para efetivar o credenciamento. O credenciamento não garante a seleção do candidato.

3.6 – Os participantes poderão apresentar uma única inscrição por atividade e por praia neste Edital de Credenciamento para a Temporada de Verão 2020.

3.7 - O participante que se inscrever mais de uma vez para a mesma atividade em uma mesma praia só concorrerá com a última inscrição realizada, sendo as demais desconsideradas para qualquer fim.

3.8 – A inscrição é pessoal e intransferível.

3.9 – A Prefeitura Municipal de Laguna, através do Protocolo Geral, receberá e tramitará os processos de inscrição para o presente Edital. O Protocolo apenas aceitará o processo do requerente com todos os documentos obrigatórios ficando o participante ciente de que, o cumprimento das obrigações previstas neste Edital, quanto aos documentos obrigatórios é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência de tais documentos culminará com sua inabilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Edital de Credenciamento SOMENTE PESSOAS FÍSICAS.

5 DAS VEDAÇÕES

5.1 – É vedada a inscrição neste Edital:

5.1.1 de pessoas jurídicas;

5.1.2 de participante que seja:

a) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou linha colateral até o 4º grau de membro ou colaborador da Comissão da Temporada de Verão 2020;

b) Servidor Público (Municipal, Estadual ou Federal) ou;

c) para a prática dos atos da vida civil, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e/ou legalmente impedidos, por efeito de condenação penal e/ou por se tratar de estrangeiro irregular no Brasil.

5.2 – O participante que apresentar inscrição que afronte o disposto nas cláusulas de vedação estará automaticamente inabilitado.

6 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – Toda a documentação exigida por este Edital de Credenciamento deverá ser apresentada em original com cópia perfeitamente legível. Documentação ilegível tornam o candidato inabilitado.

6.2 – O requerente que não apresentar qualquer dos documentos constantes da lista de documentação obrigatória para habilitação será automaticamente INABILITADO.

6.3 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, a Comissão de Avaliação procederá ao cancelamento da inscrição e automaticamente a sua eliminação do Edital, podendo adotar medidas legais contra a pessoa, inclusive as de natureza criminal.

7 DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS**7.1 DO PARTICIPANTE:**

7.1 DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE
q a) requerimento devidamente preenchido anexado ao Processo Físico; (Anexo I)
q b) cópia de comprovante de residência em nome do requerente;
q c) cópia de documento de identidade com foto (RG) E CPF
c1) SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Carteiras expedidas pelos comandos Militares, pela Secretaria de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.) Passaporte; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por Órgão Públicos, que por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho; Carteira de Nacional de Habilitação (modelo com foto).
c2) NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: Certidões de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Motorista (modelo sem foto), Carteira de Estudante, Carteiras Funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
q d) cópia do título de eleitor
q e) Prova de quitação com a Fazenda Municipal de Laguna (CND) da Pessoa Física - CPF; http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/sistema.php?servicoid=3551

q f) Certidão de antecedentes criminais Estadual.
<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100>

q g) Certidão de antecedentes criminais Federal.
<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>

q h) Fotos legíveis dos equipamentos que serão utilizados para exercer a atividade.

h1) SERÃO CONSIDERADAS FOTOS LEGÍVEIS:

Impressa em papel fotográfico e colorida (10x15). Mínimo 02 (duas) fotos atuais, de posições diferentes e próximo do equipamento.

§ 1º – Será considerada válida a certidão emitida dentro de 30 (trinta) dias da sua apresentação, desde que a mesma não descreva expressamente o seu prazo de validade e/ou se legislação específica não defina prazo diverso.

§ 2º – Os participantes, no ato da inscrição, ficam obrigados a apresentarem toda documentação exigida no Edital, ainda que apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.2 DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS ADICIONAIS PARA PARTICIPANTE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

q a) Laudo Médico; que deverá atestar o tipo de necessidade especial ou deficiência, bem como as condições de aptidão para o trabalho, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, nome do médico e seu registro no Conselho Regional de Medicina –CRM;

§ 1º – O Laudo Médico deverá ser legível, sob pena de não ser considerado válido, e deverá ser expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições.

§ 2º – Não serão considerados, para fins de habilitação nesta categoria, os documentos de benefícios de invalidez concedidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ou de qualquer outro Órgão Público ou Privado.

§ 3º – O participante inscrito que declarar ser portador de necessidades especiais ou com deficiência e solicitar concorrer às vagas com acessibilidade poderá ser encaminhado para avaliação de médico da Prefeitura, a fim de atestar as condições mínimas necessárias para atividade requerida, ou ter seus documentos encaminhados para avaliação de médico da Prefeitura, em caso de dúvidas da Comissão de Avaliação.

8 DOS TRIBUTOS DEVIDOS

8.1 – O exercício da atividade comercial objeto do presente Edital implica o pagamento dos tributos municipais especiais para a Temporada de Verão 2020 fixados por este Edital, bem como de outras taxas indicadas.

8.2 – Somente poderá exercer a atividade objeto deste Edital, o participante credenciado que tiver em seu poder o Alvará de Licença concedido pelo Poder Público Municipal, e que tiver recolhido à Fazenda Municipal, de acordo com a atividade escolhida, as seguintes taxas, com os respectivos valores:

a) Carrinhos de bebidas/milho cozido/caldo de cana e coco verde:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	220 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	50 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	30 UFRM

b) Carrinhos de Picolé:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	50 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

c) Caixas Térmicas de Bebidas:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	50 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

d) Ambulantes - Artigos de Praia/Mantas/Redes/Artesanatos/Outros:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	80 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

e) Aluguel de Guarda-Sol e Cadeira de Praia:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	170 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

f) Aluguel de Triciclos/Bicicletas:

a) Taxa de Licença de Funcionamento (T.L.L)	200 UFRM
b) Taxa de Alvará Sanitário	30 UFRM
c) Taxa de Coleta de Lixo	20 UFRM

8.3 – Os valores das taxas municipais deste Edital deverão ser liquidados, impreterivelmente antes da retirada do Alvará de Licença.

8.4 – Não serão acolhidos pedidos de cancelamento das taxas lançadas após a emissão do Alvará de Licença, independentemente de ter o credenciado desistido de exercer a atividade para a qual foi selecionado.

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: PONTUAÇÃO

9.1 – Cópia dos alvarás de anos anteriores em nome do requerente - 2 pontos por alvará

9.2 - Cópia da documentação que comprove a residência no Município de Laguna no último ano (apresentando o comprovante de 12 meses antes da data do protocolo e do mês do protocolo) - 1 ponto

9.3 - Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade - 0,25 pontos por filho

9.4 - Comprovante de filhos deficientes menores de 18 anos (atestado médico) - 1 ponto por filho

9.5 - Os participantes portadores de necessidades especiais (P.N.E.) ou com deficiência física estarão sujeitos aos mesmos critérios de seleção e habilitação que os demais participantes e, caso não sejam classificados dentro das vagas reservadas por Lei, passam a concorrer nas vagas de ampla concorrência.

9.6 – A Comissão designada cabe a análise dos documentos de habilitação dos participantes que forem credenciados.

9.7 – Os participantes credenciados terão sua documentação de habilitação analisadas até o dia 14/01/2020.

9.8 – Serão considerados HABILITADOS os participantes que tenham apresentado toda a documentação obrigatória indicada no item 7 deste Edital e que obtenha o maior número de pontos. A comissão analisará e atribuirá a pontuação através da documentação apresentada no ato da inscrição, sendo que a concorrência se dará pelo mesmo ramo de atividade.

9.9 - Havendo empate, será classificado o que comprovar ter trabalhando por mais tempo no Município e possuir o maior número de filhos dependentes, persistindo o empate, vencerá o de maior idade;

9.10 – Será publicado e exposto em mural da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, bem como haverá material impresso na Secretaria de Turismo e Lazer a relação de todos os participantes que forem credenciados, incluindo aqueles que foram inabilitados, a fim de que possam apresentar o recurso cabível.

9.11 – Em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.296/2004, 3% (três por cento) da totalidade das vagas disponibilizadas serão preenchidas por pessoas com mais de 60 (sessenta) anos. A porcentagem de vagas previstas aos idosos por Lei está contemplada pela totalidade das vagas oferecidas por este Edital de Credenciamento.

10 DOS RECURSOS

10.1 – Os participantes que forem julgados inabilitados poderão protocolar recurso da decisão no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, nos dias 15 e 16/01/2020, mediante apresentação de requerimento com exposição de motivos. O recurso deverá ser protocolado exclusivamente no Protocolo Geral do Município de Laguna, localizado na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna -SC.

10.2 – Caberá a Comissão de Avaliação a análise e julgamento dos recursos, que deverá ser apreciado até o dia 17/01/2020.

11 DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Uma vez elaborada a Lista dos Credenciados, o resultado será submetido a Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos para HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO no dia 17/01/2020, e a subsequente afixação em mural do Município na Prefeitura Municipal de Laguna- SC.

12 DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ALVARÁ DE LICENÇA

12.1 – Este Edital de Credenciamento concederá licença para o exercício de atividade comercial de ambulante para a Temporada de Verão 2020.

12.2 – O prazo de vigência dos Alvarás de Licença emitidos aos participantes que se sagraram vencedores deste Edital de Credenciamento findará em 31/03/2020.

13 ENTREGA DO ALVARÁ

13.1 – Os Alvarás de Licença somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

14 DAS VAGAS REMANESCENTES

14.1 – As vagas remanescentes decorrentes da inabilitação de participantes ou sobra das mesmas, serão disponibilizadas para novas inscrições e por ordem de chegada

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O COMÉRCIO

15.1 DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES CREDENCIADOS

15.1.1 – São deveres e obrigações dos participantes credenciados:

I – acatar e respeitar as normas do presente Edital, bem como todas as diretrizes da Prefeitura Municipal de Laguna fornecendo, com veracidade, os elementos de informação e os esclarecimentos solicitados pelos

Funcionários municipais em missões de fiscalização ou de organização da gestão dos mesmos;

II – atender, no prazo fixado, às determinações da Secretaria de Turismo e Lazer e da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos;

III – portar o Alvará de Licença da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos e o Alvará Sanitário em documento original e legível durante toda a Temporada de Verão 2020;

IV – respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 08:00 horas às 20:00 horas.

15.1.2 – É vedado ao participante credenciado:

I – praticar desvio de finalidade ou alteração da atividade comercial;

II – locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros, por qualquer que seja o meio, da atividade do objeto do credenciamento;

III – utilização de equipamento de sonorização;

IV – uso de outro tipo de equipamento, a não ser o especificado neste Edital de Credenciamento.

15.1.4 – O equipamento móvel (arara, caixa térmica, etc.) a ser utilizado pelo credenciado deve apresentar-se em boas condições de uso.

15.1.5 – Os equipamentos considerados inaptos pela Comissão de Avaliação ao exercício da atividade deverão ser adequados em 04 (quatro) dias, sob pena (conforme item 17) de ser considerado inabilitado o participante credenciado.

15.1.6 – Os equipamentos móveis não poderão permanecer na faixa de areia durante o período não licenciado (20:01 horas às 07:59 horas),

sob pena de sofrer as sanções previstas neste Edital (conforme item 17).

15.1.7 – O credenciado não poderá permanecer parado, salvo quando estiver prestando atendimento ao consumidor ou para o Portador de Necessidades Especiais - P.N.E. e/ou com dificuldades de locomoção, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Edital.

15.1.8 – Todo vendedor ambulante licenciado deverá portar, durante todo o período de trabalho, um documento de identificação com foto e estar trajado com o uniforme (camiseta), quando fornecido pela Prefeitura Municipal de Laguna, ou pelo patrocinador a ser definido.

16 DOS RESÍDUOS (LIXO)

16.1 – Todo o credenciado deverá estar provido de sacos plásticos para o acondicionamento dos resíduos (lixo) produzidos por si e/ou seus consumidores.

16.2 – Toda vez que os sacos plásticos estiverem cheios, os resíduos deverão ser amarrados e depositados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação da Fiscalização de Serviços Públicos.

17 DAS PENALIDADES

17.1 – As irregularidades e infrações cometidas pelos habilitados estarão sujeitas às penalidades previstas pelo Código de Posturas Municipal, entre outras pertinentes.

17.2 – O não cumprimento dos critérios estabelecidos neste Edital de Credenciamento e o não cumprimento da Legislação Municipal que ampara a matéria poderão acarretar em advertência formalizada através de comunicação, suspensão da atividade, apreensão do material, cassação do Alvará de Licença e/ou multa, dependendo da gravidade da infração, após a avaliação da Comissão de Avaliação.

17.3 – Cabe a Comissão de Avaliação verificar e decidir qual grave será a infração, podendo aplicar multa equivalente a 50% do valor do Alvará de Licença e a perda do mesmo. Além da impossibilidade de o habilitado participar de novas convocações com a mesma finalidade, no prazo de 03 (três) anos.

17.4 – Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro. Será considerado reincidente todo aquele que violar novamente um mesmo preceito legal, por cuja infração já tenha sido notificado.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – O comércio de característica sazonal, decorrente do credenciamento e sua habilitação dos requerentes, ficará sujeito à Fiscalização Municipal, Estadual e Federal.

18.2 – São autoridades para aplicar às infrações ambientais, sanitárias e de posturas, respectivamente, os Fiscais de Meio Ambiente, Fiscais de Vigilância Sanitária e os Fiscais de Serviços Públicos, respeitando-se as competências de cada fiscalização, além das atribuições inerentes às fiscalizações de Tributos e da Defesa do Consumidor.

18.3 – Os habilitados deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal, quando aplicáveis.

18.4 – A Prefeitura Municipal de Laguna reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência Administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.5 – O Alvará encontrado em poder de terceiro, por agente fiscal, será imediatamente recolhido, uma vez que o habilitado deve exercer pessoalmente a atividade para a qual foi licenciado, sendo aplicado punições conforme Item 17 deste Edital.

18.6 – A cassação do Alvará de Licença, o abandono do exercício da atividade pelo participante credenciado e/ou a inabilitação do credenciado por qualquer dos motivos previstos neste Edital implicará a vacância da vaga, que poderá ser preenchida por suplente habilitado, observando a ordem de suplência.

18.7 – Os credenciados, ou seus representantes que não retirarem o Alvará de Licença, para exercer a atividade para a qual foram habilitados terão seu Alvará cancelado e a sua vaga considerada vacante.

18.8 – Somente poderá iniciar a atividade, o Requerente Habilitado que tiver em seu poder o devido Alvará de Licença e que tiver recolhido à Fazenda Municipal as taxas previstas por este Edital de Credenciamento.

18.9 – O Município de Laguna não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio de qualquer equipamento utilizado nas praias, cabendo ao habilitado o a responsabilidade pelos referidos materiais, isentando o Município de qualquer indenização.

18.10 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade comprovada, protocolando o pedido no Protocolo Geral direcionado a Comissão de Avaliação, nos moldes deste Edital, sendo o dever de o preponente comparecer no Protocolo para obtenção da resposta.

18.11 – Este Edital de Credenciamento estará à disposição no site da Prefeitura Municipal de Laguna-SC (www.laguna.sc.gov.br), e com cópia para consulta no Protocolo Geral (Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro de Laguna-SC), e também na Secretaria de Turismo e Lazer com sede na casa Pinto D'Ulysséa na Rua Júlia Nascimento s/n, Centro Histórico, Laguna - SC a partir da data de publicação.

19 DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Caberá a Comissão de Avaliação para Temporada de Verão 2020 da Secretaria de Turismo e Lazer avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não previstas neste Edital de Credenciamento.

ANEXO I

Parte Integrante do Edital de Credenciamento Nº 001
PML - Temporada Verão 2020

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Preencher com letra legível de preferência de forma ou digitada

• IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA PARTICIPANTE:

NOME COMPLETO:

APELIDO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CPF:

ESTADO CIVIL:

NUMERO DE FILHOS:

PROFISSAO:

LOCAL DE TRABALHO:

RENDAS MENSAL:

TRABALHA OU TRABALHOU NO MUNICIPIO:

EM QUAL ATIVIDADE:

PERÍODO:

TELEFONE:

TELEFONE PARA RECADOS:

E-MAIL:

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM DEFICIÊNCIA:

() SIM () NÃO () QUAL

• INDICAÇÃO DA ATIVIDADE PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Artesanato

() Bebidas em carrinho e caixa térmica

() Picolé

() Artigos de praia

() Chapéus

() Mantas/redes

() Outros (atividades voltadas para

• INDICAÇÃO DA PRAIA PARA QUAL DESEJA CONCORRER:

() Praia de Itapirubá

() Praia do Sol

() Praia do Gi

() Praia do Mar Grosso

() Praia do Cardoso/Prainha Farol de Santa Marta

• EU, _____ (nome da pessoa física participante) LI E ACEITO OS TERMOS E AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE TEMPORADA VERÃO 2020.

Laguna, ____ de _____ de 2020.

Assinatura requerente

Parecer da Comissão da Avaliação:

Assinatura

EDITAL N.º 001/2020 - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

Publicação Nº 2298611

EDITAL N.º. 001/2020
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

O Senhor Prefeito Municipal de Laguna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 244, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, torna público a todos os contribuintes detentores de propriedade, domínio útil ou posse de bem(ns) de imóvel(is), localizados no âmbito do território do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, que a partir do dia 03 de Janeiro de 2020, estarão disponíveis os carnês de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – exercício 2020, estando disponíveis os respectivos boletos de cobrança, por meio do site www.laguna.sc.gov.br com o seguinte cronograma de pagamento: 1º COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 20% (vinte por cento) de desconto, até 10 de fevereiro de 2020; 2º COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 15% (quinze por cento) de desconto, até 10 de março de 2020; ou PARCELAMENTO em 06 (seis) vezes, sem desconto, da seguinte forma: 1º PARCELA com vencimento em 10 de fevereiro de 2020; 2º PARCELA, com vencimento em 09 de abril de 2020; 3º PARCELA, com vencimento em 10 de junho de 2020; 4º PARCELA, com vencimento em 10 de agosto de 2020; 5º PARCELA, com vencimento em 09 de outubro de 2020; 6º PARCELA, com vencimento em 10 de dezembro de 2020. NOTIFICAMOS os contribuintes a comparecerem na Secretaria da Fazenda do Município, situada na Rua Osvaldo Cabral, 140, Centro, Laguna, Estado de Santa Catarina, a partir do dia 06 de janeiro de 2020, das 13:00 às 19:00 horas, para retirarem os referidos carnês, existindo a opção de impressão dos boletos de pagamento pela internet no seguinte sítio eletrônico: www.laguna.sc.gov.br. Informamos que os boletos do IPTU – exercício 2020, poderão ser quitados até o vencimento em agências e caixas eletrônicos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e também em agências lotéricas. Após o vencimento das parcelas, o pagamento só poderá ser efetuado mediante o cálculo da multa e dos juros de mora, mediante a expedição da 2º (segunda) via do carnê junto a Secretaria da Fazenda do Município ou por meio do sítio eletrônico do Município: www.laguna.sc.gov.br. Igualmente NOTIFICAMOS todos os contribuintes do IPTU exercício 2020, que estes poderão exercer o seu amplo direito de defesa, no prazo legal de 30 dias, na forma do art. 53 da Lei Complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, em relação à eventual irregularidade verificada na cobrança do referido tributo, na forma do art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal e art. 54 da Lei Complementar nº. 105/03. De outra parte, considerando-se a impossibilidade e/ou dificuldade na arrecadação e/ou fiscalização tributária verificado nos anos anteriores, considerando-se os prejuízos financeiros à Fazenda Pública Municipal, estabelece-se a recusa de todos os domicílios eleitos, localizados fora do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, considerando-se doravante, como efetivo domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar de situação do(s) bem(ns), conforme faculdade estabelecida no art. 117, inc. III, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.

Laguna/SC, 03 de Janeiro de 2020.
Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

EXTRATO 14

Publicação Nº 2298627

CONTRATO Nº 070/2019 – PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de pneus para a frota das secretarias e entidades conveniadas.
VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 20.647,00 (vinte mil seiscentos e quarenta e sete reais).
DATA: 13 de Dezembro de 2.019.

CONTRATO Nº 071/2019 – PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de pneus para a frota das secretarias e entidades conveniadas.
VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 13.641,00 (treze mil seiscentos e quarenta e um reais).
DATA: 13 de Dezembro de 2.019.

TERMO DE CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018 – PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: RINALDO GAZOLA CARDOSO ME
OBJETO: Constituem objeto do presente contrato da ata, a contratação de empresa para limpeza de caixas e gordura, filtros e fossas sépticas, dedetização, desratização e desinsetização, descupinização, limpeza de forros e lajes por aspiração, limpeza e desinfecção de reservatórios/cisternas dos próprios do Município de Laguna, Fundações, Autarquias, bem como para os órgãos conveniados, definidos nos termos de referência do edital e especificidades das propostas vencedoras.
VIGÊNCIA: o presente termo de contrato vigorará até o dia 31 de dezembro de 2019.
VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).
DATA: 05 de Agosto de 2.019.

TERMO DE CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018 – PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: KEVIN BUGS VAZ EPP
OBJETO: Constituem objeto do presente contrato da ata, a contratação de empresa para limpeza de caixas de gordura, filtros e fossas sépticas, dedetização, desratização e desinsetização, descupinização, limpeza de forros e lajes por aspiração, limpeza e desinfecção de reservatórios/cisternas dos próprios do Município de Laguna, Fundações, Autarquias, bem como para os órgãos conveniados, definidos nos

termos de referência do edital e especificidades das propostas vencedoras.
VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
DATA: 05 de Agosto de 2.019.

TERMO DE CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

OBJETO: Constituem objeto do presente contrato da ata, o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual contratação de empresa especializada em serviços de locação de caminhões e máquinas rodoviárias para serem utilizadas nas atividades da Prefeitura Municipal de Laguna e recuperação das estradas vicinais do município, definidos nos termos de referência do edital e especificidades das propostas vencedoras.

VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 157.780,00 (cento e cinquenta e sete mil e setecentos e oitenta reais).

DATA: 04 de Dezembro de 2.019.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 060/2019 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA

OBJETIVO: O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato do nº. 060/2019 - PML, por parte da Administração, visando a adequação do objeto, pois onde constou concurso público, deveria constar processo seletivo.

RATIFICAÇÃO: Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº. 060/2019 - PML, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

DATA: 22 de Novembro de 2.019.

EXTRATO 15

Publicação Nº 2298628

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: EDSON BASTOS DE ALKMIN

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 043/2014 – PML até o dia 31/12/2019.

DATA: 28 SETEMBRO DE 2.019.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 002/2013 - FLC até o dia 31/12/2019.

DATA: 26 DE JUNHO DE 2.019.

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA

ADITIVO DE VALOR: O valor pago por tonelada no presente contrato sofreu reajuste anual de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento), conforme processo administrativo nº. 0125.0001176/2019, passando a ser de R\$ 137,05 (cento e trinta e sete reais e cinco centavos).

DATA: 11 DE MARÇO DE 2.019.

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: EDSON BASTOS DE ALKMIN

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 043/2014 – PML até o dia 30/09/2019.

DATA: 28 DE JUNHO DE 2.019.

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE VALOR: Diante do contido no processo administrativo nº. 0125.0003721/2019, e com base nos cálculos realizados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, o Contrato nº 002/2013 – FLC deve ser reajustado com percentual de 3,992% (três vírgula novecentos e noventa e dois por cento) referente ao período outubro/2017 a outubro/2018, sobre o saldo remanescente da obra, perfazendo assim um reajuste de R\$ 106.707,68 (cento e seis mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 15 DE AGOSTO DE 2.019.

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: EDSON BASTOS DE ALKMIN

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 014/2014 – PML até o dia 30/06/2019.

DATA: 29 DE MARÇO DE 2.019.

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2014 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CONSÓRCIO QUANTUM – SADENCO – MAGAPAVI

ADITIVO DE PRAZO: fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 082/2014 – PML até 31/12/2019.

DATA: 13 DE MAIO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – PML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – FLAMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – FLC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2019 – FUMREBOM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SIM REDE DE POSTOS LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0001706/2019 passa a ser de: R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) para a gasolina aditivada; R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) para o diesel S10; e R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos) para o diesel comum.

DATA: 20 DE MARÇO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado para os itens abaixo indicados, em face do reequilíbrio econômico financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0000076/2019 será de:

Item	descrição	Marca	Preço unitário a ser praticado com o reequilíbrio
41	CAPTOPRIL 25 MG CARTELAS COM 10 UNIDADES	PRATI	R\$ 0,026

DATA: 15 DE MARÇO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018 - FLAMA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA

ADITIVO DE VALOR: Considerando o elevado número de inscritos referente ao objeto do presente contrato, sendo que a quantidade prevista de inscrito foi superada em mais de 70% (setenta por cento) da quantia prevista inicialmente, bem como a necessidade de se adequar esse valor para a realização das provas, o valor do contrato será acrescido da importância de R\$ 7.592,93 (sete mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), ou seja, representando um percentual de 25% (vinte e cinco por cento). O valor total do contrato passa a ser de R\$ 37.964,63 (trinta e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

DATA: 31 DE JANEIRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 013/2018 – PML, até o dia 05/08/2019.

DATA: 04 DE JUNHO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP

ADITIVO DE VALOR E PRAZO: Fica acrescida ao valor do contrato a importância de R\$ 19.024,26 (dezenove mil vinte e quatro reais e vinte e seis centavos), ou seja, 19,81% (dezenove vírgula oitenta e um por cento). Fica também prorrogada a vigência do Contrato nº 059/2018 – PML e o prazo de conclusão da obra até o dia 15/04/2019.

DATA: 08 DE FEVEREIRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: BCL FERNANDES EMPREENDIMENTOS LTDA

ADITIVO DE VALOR: Fica acrescida ao valor do contrato a importância de R\$ 239.553,98 (duzentos e trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), ou seja, 15,51% (quinze vírgula cinquenta e um por cento).

DATA: 26 DE JULHO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2019 – PML

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA DA REGIÃO DA AMUREL - ACUSTRA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Termo de Fomento nº. 007/2019 – PML, até o dia 30/04/2020

DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Termo de Fomento nº. 012/2019 – PML, até o dia 31/03/2020.

DATA: 13 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 004/2019 – PML, até o dia 26/07/2019.

DATA: 10 DE MAIO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ESTRUTURAR CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 005/2019 – FMS até o dia 28/07/2019

DATA: 28 DE MAIO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018 – FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: SLA COMERCIAL LTDA

ADITIVO DE VALOR: Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ R\$ 4.816,38 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), ou seja, representando um percentual de aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento). Após o acréscimo contido na cláusula segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 25.161,98 (vinte e cinco mil cento e sessenta e um reais e noventa e oito centavos).

DATA: 26 DE ABRIL DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: ESTRUTURAR CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 012/2019 – PML, até o dia 05/01/2020.

DATA: 22 DE OUTUBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 027/2018 – PML, até o dia 12/02/2020.

DATA: 23 DE JANEIRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: OFICINA SANTA CATARINA EIRELI

ADITIVO DE VALOR: Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ 2.660,63 (dois mil seiscentos e sessenta reais e sessenta e três centavos), ou seja, representando um percentual de 7,29% (sete vírgula vinte e nove por cento). Após o acréscimo contido na cláusula segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 39.160,63 (trinta e nove mil, cento e sessenta reais e sessenta e três centavos).

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MURILO DE SOUSA & CIA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 029/2019 – PML, iniciando-se no dia 01/01/2019, com término no dia 31/12/2020.

DATA: 31 DE OUTUBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2018 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: EMPRESA METAWAY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME

ADITIVO DE PRAZO E VALOR: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 033/2018 – PML até o dia 04/04/2020. O valor total do contrato, após o reajuste anual de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), conforme processo administrativo nº. 0125.0002247/2019, passa a ser de R\$ 23.971,23 (vinte e três mil novecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos).

DATA: 03 DE ABRIL DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: VANDA PEPPELER MIRANDA

ADITIVO DE VALOR: Fica incluído no objeto constante da cláusula primeira do contrato a descrição de uma sala com metragem de (10X6) para a instalação da agência dos correios, junto da intendência da Região da Ilha, conforme processo administrativo nº. 0125.0005526/2019. Diante da inclusão contida na cláusula primeira do presente termo, o valor mensal do contrato passará a ser de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais), passando assim o valor total do contrato para R\$ 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais).

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2018 – PML**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** BRUNO JUSTINO – ME**ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 047/2018 – PML, até o dia 09/08/2019.**DATA:** 25 DE JULHO DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** JOINHA VIGILÂNCIA LTDA – ME**ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 049/2018 – PML, até o dia 24/08/2020**DATA:** 23 DE AGOSTO DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PAROBÉ**ADITIVO DE PRAZO E VALOR:** Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 060/2018 – PML, até o dia 31/10/2020. Ainda de acordo com o contido no processo administrativo nº. 0125.0005660/2019 o valor do aluguel mensal contido na cláusula quarta passa a ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando assim o valor total do contrato em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).**DATA:** 31 DE OUTUBRO DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA ME**ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 065/2018 – PML, até o dia 01/07/2019.**DATA:** 30 DE ABRIL DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME**ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 068/2018 – PML, até o dia 01/07/2019**DATA:** 30 DE ABRIL DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** PRO-REDE TELECOMUNICAÇÕES & INFORMÁTICA LTDA**ADITIVO DE VALOR:** Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ R\$ 16.336,49 (dezesseis mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), ou seja, representando um percentual de aproximadamente 15% (quinze por cento). Após o acréscimo contido na cláusula segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 124.336,49 (cento e vinte e quatro mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos).**DATA:** 22 DE MARÇO DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2018 - PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** TRIÂNGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**ADITIVO DE VALOR E PRAZO:** Diante do contido no processo administrativo nº. 0125.0001868/2019, o contrato nº 077/2019 – PML deve ter seus valores repactuados em virtude da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019, devendo o valor mensal ser repactuado para R\$ 148.107,28 (cento e quarenta e oito mil, cento e sete reais e vinte e oito centavos), e o valor total para R\$ 1.777.287,36 (um milhão setecentos e setenta e sete mil duzentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos). E de acordo com o contido no processo administrativo nº. 0125.0006275/2019, fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 077/2019 – PML, iniciando-se no dia 28/12/2019, com término em 27/12/2020.**DATA:** 09 DE DEZEMBRO DE 2.019.**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2018 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**ADITIVO DE VALOR:** Após as supressões e acréscimos contidos nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 230.358,83 (duzentos e trinta mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos).**DATA:** 16 DE JULHO DE 2.019.**QUARTO TERMO ADITIVO A:****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 – PML****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMAS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLAMA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLC****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FUMREBOM****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** SIM REDE DE POSTOS LTDA**ADITIVO DE VALOR:** O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico

financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0005238/2019 passa a ser de: R\$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) para o etanol; R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) para o diesel S10; R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) para o diesel comum S500; R\$ 3,751 (três reais e setecentos e cinquenta e um centavos) para a gasolina comum; e R\$ 3,951 (três reais e novecentos e cinquenta e um centavos) para a gasolina aditivada.
DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2.019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP

ADITIVO DE VALOR: Fica suprimida do valor do contrato a importância de R\$ 65.006,86 (sessenta e cinco mil seis reais e oitenta e seis centavos), ou seja, representando um percentual de 13,84% (treze vírgula oitenta e quatro por cento). Fica acrescentada ao valor do contrato a importância de R\$ 111.608,79 (cento e onze mil seiscentos e oito reais e setenta e nove centavos), ou seja, representando um percentual de 23,76% (vinte e três vírgula setenta e seis por cento). Após as supressões e acréscimos contidos nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 516.097,75 (quinhentos e dezesseis mil noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), representando assim um acréscimo de 09,87% (nove vírgula oitenta e sete por cento) ao valor do contrato.

DATA: 07 DE JANEIRO DE 2.019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: CONDOMÍNIO CENTRO COMERCIAL TORDESILHAS

ADITIVO DE VALOR: A cláusula primeira do contrato passa a vigorar com a seguinte redação, após o regular trâmite do processo administrativo nº. 0125.0002488/2018, o qual buscou regularizar as salas locadas para a Secretaria de Assistência social: "O objeto do presente instrumento é a locação de 09 (NOVE) salas comerciais, para fins de instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Laguna. O LOCADOR aluga ao LOCATÁRIO as salas comerciais de nº. 201, 202, 203, 204, 213, 214, 215, 322 e 323, todas localizadas no do Centro Comercial Tordesilhas, situado à Avenida Colombo Machado Salles, nº. 145, Centro, Laguna/SC." Diante das alterações realizadas no objeto do contrato o qual passa a vigorar conforme redação contida na cláusula primeira do presente termo aditivo, o valor total mensal do contrato passará a ser de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DATA: 21 DE FEVEREIRO DE 2.019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: STECKERT ENGENHARIA LTDA

ADITIVO DE VALOR: O valor total do contrato, após o reajuste anual de 3,16% (três vírgula dezesseis por cento), período de agosto de 2018 até julho de 2019, conforme processo administrativo nº. 0125.0002958/2019, passa a ser de R\$ 76.986,43 (setenta e seis mil novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos).

DATA: 21 DE AGOSTO DE 2.019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME

ADITIVO DE VALOR PRAZO: O valor de acréscimo ao contrato passa a ser de R\$ R\$ 11.901,61 (onze mil novecentos e um reais e sessenta e um centavos), ou seja, representando o percentual de 28,92% (vinte e oito vírgula noventa e dois por cento) e não mais o valor de R\$ 7.587,34 (sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos). Considerando a alteração do valor de acréscimo citada na cláusula segunda do presente, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 53.057,89 (cinquenta e três mil cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos), desconsiderando assim o valor indicado anteriormente de R\$ 48.743,62 (quarenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos). Por fim, fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 022/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 24/07/2019.

DATA: 24 DE JUNHO DE 2.019.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 009/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 25/03/2019

DATA: 21 DE FEVEREIRO DE 2.019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO A:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 – PML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLAMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FUMREBOM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SIM REDE DE POSTOS LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0002198/2019 passa a ser de: R\$ 4,01 (quatro reais e um centavo) para a gasolina comum.

DATA: 08 DE MAIO DE 2.019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018 – FMS**CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA****ADITIVO DE VALOR:** O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado para os itens abaixo indicados, em face do reequilíbrio econômico financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0000073/2019 será de:

Item	descrição	Marca	Preço unitário a ser praticado com o reequilíbrio
141	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG CARTELAS COM 10 UNIDADES	MEDQUIMICA	R\$ 0,034

DATA: 04 DE ABRIL DE 2.019.**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2018 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 059/2018 – PML, e o prazo de conclusão da obra até o dia 22/09/2019, conforme processo administrativo nº. 0125.002508/2019, mantendo-se as demais cláusulas.**DATA: 22 DE JULHO DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 046/2017 - FMS****CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: MANOEL JOSE CARVALHO FERNANDES - ME****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato de Credenciamento nº 046/2017 - FMS até 16/08/2020.**DATA: 16 DE AGOSTO DE 2.019.****SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 047/2017 - FMS****CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: ULTRA VIDA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA – ME****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato de Credenciamento nº 047/2017 - FMS até 30/08/2020.**DATA: 30 DE AGOSTO DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 001/2017 - PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: CONSELHO COMUNITÁRIO DE RIBEIRÃO PEQUENO****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do contrato de comodato nº 001/2017 – PML até o dia 02/05/2020.**DATA: 18 DE ABRIL DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019 – FMS****CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: ESTRUTURAR CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME****ADITIVO DE VALOR:** Fica suprimida do valor do contrato a importância de R\$ 2.188,00 (dois mil cento e oitenta e oito reais), ou seja, representando um percentual de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento). Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ 7.383,68 (sete mil trezentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos), ou seja, representando um percentual de um percentual de 18,38% (dezoito vírgula trinta e oito por cento). Após as supressões e acréscimos contidos nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, para R\$ 45.371,54 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), representando assim um acréscimo de 12,93% (doze vírgula noventa e três por cento) ao valor do contrato.**DATA: 09 DE JULHO DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2018 – FMS****CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 021/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 04/05/2019.**DATA: 26 DE FEVEREIRO DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018 – FMS****CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 022/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 07/05/2019.**DATA: 26 DE FEVEREIRO DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2018 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A****ADITIVO DE PRAZO:** Fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 037/2018 – PML, e o prazo de conclusão da obra até o dia 29/06/2019.**DATA: 16 DE ABRIL DE 2.019.****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2018 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

CONTRATADA: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 039/2018 – PML, e o prazo de conclusão da obra até o dia 31/12/2019.

DATA: 29 DE MARÇO DE 2.019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

ADITIVO DE VALOR E PRAZO: Fica acrescida ao valor do contrato a importância de R\$ 24.096,10 (vinte e quatro mil e noventa e seis reais e dez centavos), representando um percentual de 49,98% (quarenta e nove vírgula noventa e oito por cento), passando o valor total do contrato para R\$ 72.303,84 (setenta e dois mil trezentos e três reais e oitenta e quatro centavos). Fica também prorrogada a vigência do Contrato nº 059/2018 – PML e o prazo de conclusão da obra até o dia 01/09/2019.

DATA: 05 DE JULHO DE 2.019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 068/2018 – PML, até o dia 01/09/2019.

DATA: 28 DE JUNHO DE 2.019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: ESTRUTURAR CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

ADITIVO DE VALOR: Fica suprimida do valor do contrato a importância de R\$ 8.229,60 (oito mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), representando um percentual de 5,10% (cinco vírgula dez por cento).

Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ 77.709,92 (setenta e sete mil setecentos e nove reais e noventa e dois centavos) representando um percentual de 48,14% (quarenta e oito vírgula quatorze por cento). Após as supressões e acréscimos contidos nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 230.918,40 (duzentos e trinta mil novecentos e dezoito reais e quarenta centavos), representando assim um acréscimo de 43,04% (quarenta e três vírgula zero quatro por cento) ao valor do contrato.

DATA: 05 DE DEZEMBRO DE 2.019.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 009/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 10/06/2019.

DATA: 09 DE MAIO DE 2.019.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 070/2014 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

ADITIVO DE VALOR: Fica alterado o valor pós-fixado com teto mensal constante da cláusula quinta do contrato nº 070/2014 – FMS, devendo ser considerado, a partir do presente, o valor de repasse a quantia de R\$ 21.036,14 (vinte e um mil trinta e seis reais e quatorze centavos), conforme portaria nº 3.687/2017 expedida pelo Ministério da Saúde, conforme consta do processo administrativo nº. 0125.0004601/2019. Ainda de acordo com a nova orientação do Ministério da Saúde, o CONCEDENTE irá pagar por produção, de acordo com saldo existente em conta para tal serviço, e caso a produção venha a ser maior que o teto máximo, o CONCEDENTE somente poderá pagar o valor do teto máximo. Fica também alterada a "cláusula nona - das Obrigações da contratada" do contrato nº 70/2014 – FMS devendo constar a seguinte obrigação: "Disponibilizar 04 (quatro) atendimentos mensais (cód. Procedimentos 03.01.07.007-5), encaminhados via setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde", conforme portaria nº 3.687/2017 expedida pelo Ministério da Saúde.

DATA: 26 DE AGOSTO DE 2.019.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VERSÁTIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 009/2018 – FMS, e o prazo de conclusão da obra até o dia 10/05/2019.

DATA: 22 DE MARÇO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME

ADITIVO DE VALOR E PRAZO: Fica acrescida ao valor do contrato a importância de R\$ 7.587,34 (sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos), ou seja, representando um percentual de 18,44% (dezoito vírgula quarenta e quatro por cento). Após o acréscimo contido nas cláusulas segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 48.743,62 (quarenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos).

DATA: 07 DE MAIO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO A:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 – PML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLAMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FLC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 001/2019 – FUMREBOM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SIM REDE DE POSTOS LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste termo aditivo busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro deferido no processo administrativo nº. 0125.0003127/2019 passa a ser de: R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) para o etanol; R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) para o diesel S10; e R\$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos) para o diesel comum. No que tange aos preços praticados para os combustíveis "gasolina comum e aditivada" os preços devem ser considerados em R\$ 3,978 (três reais e novecentos e setenta e oito centavos) para a gasolina comum e R\$ 4,281 (quatro reais e duzentos e oitenta e um centavos) para a gasolina aditiva, também

DATA: 28 DE MAIO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 046/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MANOEL JOSE CARVALHO FERNANDES - ME

ADITIVO DE SUPRESSÃO: De acordo com o ofício nº. 006/2019 enviado pela Secretaria de Saúde e anexado ao processo administrativo nº 0125.0004355/2019, fica excluído da cláusula terceira do contrato de credenciamento nº. 046/2017 – FMS a realização dos seguintes serviços/exames: item 28, radiografia de esofago; item 50, clister opaco c/ duplo contraste; item 51, fistulografia; item 52, histerossalpingografia; item 56, radiografia de estomago e duodeno; item 57, radiografia de intestino delgado (transito); item 58, radiografia p/ estudo do delgado c/ duplo contraste (enteroclise); item 59, uretrocistografia; item 60, urografia venosa.

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2.019.

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 047/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ULTRA VIDA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA – ME

ADITIVO DE ACRÉSCIMO: De acordo com contido no processo administrativo nº 0125.0004458/2019, fica acrescido ao Contrato de Credenciamento nº 047/2017 – FMS a realização do exame mamografia unilateral pela CREDENCIADA.

DATA: 30 DE AGOSTO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: STECKERT ENGENHARIA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 093/2017 – PML até o dia 31/12/2019.

DATA: 28 DE JUNHO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2016 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SUL ONLINE TELECOM LTDA EPP

ADITIVO DE ACRÉSCIMO: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 014/2016 – PML até o dia 01/04/2020. O link contratado passa a ser de 600MB (seiscentos megabytes)/mês, sendo 600 MB de download e 600 MB de upload. O valor mensal do contrato, após o reajuste anual de 5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento), sendo que o valor anual do contrato passa a ser de R\$ 264.151,20 (duzentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e vinte centavos).

DATA: 28 DE MARÇO DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2018 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SOUZA E CORREA SERVIÇOS LTDA – ME

ADITIVO DE VALOR: Fica suprimida do valor do contrato a importância de R\$ 13.957,79 (treze mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), ou seja, representando um percentual de 14,01% (quatorze vírgula zero um por cento). Fica acrescido ao valor do contrato a importância de R\$ 31.550,72 (trinta e um mil quinhentos e cinquenta quarente reais e setenta e dois centavos), ou seja, representando um percentual de 31,67% (trinta e um vírgula sessenta e sete por cento). Após as supressões e acréscimos contidos nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, chega-se ao novo valor do contrato, ou seja, R\$ 117.200,72 (cento e dezessete mil duzentos reais e setenta e dois centavos), representando assim um acréscimo de 17,66% (dezessete vírgula sessenta e seis por cento) ao valor do contrato.

DATA: 04 DE ABRIL DE 2.019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2018 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 037/2018 – PML, e o prazo de conclusão da obra até o dia 31/12/2019.

DATA: 28 DE JUNHO DE 2.019.

EXTRATO 16

Publicação Nº 2298629

CONTRATO Nº 001/2019 – FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CONTRATADA: MAGRIT HILLE

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato e a realização de curso de capacitação para os conselheiros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA a se realizar no dia 22 de agosto do corrente ano, com abordagem na Lei 13.019/2014 e suas alterações (Marco Regulatório), através de profissional da área pertinente, com carga horária de 08 (oito) horas/aula.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 22 de novembro de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

DATA: 09 de Agosto de 2.019.

EXTRATO DISTRATOS 1

Publicação Nº 2298631

DISTRATO Nº 01/2019 – PML – RETIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA ME

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato oriundo da Tomada de Preço, a qual fora realizada para a contratação de empresa especializada para a "Construção de uma quadra poliesportiva coberta com vestiários a ser construída na escola Comandante Moreira com área total de 980,40 m²", em Campos Verdes.

DATA: 20 de Fevereiro de 2.019.

DISTRATO Nº 02/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI – ME

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº. 024/2019 – PML oriundo da Tomada de Preço nº. 01/2019 – PML, a qual tinha como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais e serviços para o ensaibramento das seguintes ruas do município: Lote I) Rua São Judas Tadeu e Rua da Granja à BR 101 localizado no bairro Barbacena, Lote II) Estrada Geral dos Campos Verdes localizado no bairro Campos Verdes e Lote III) Rua Fernando Antônio dos Santos localizada no Bairro Perrixil.

DATA: 22 de Maio de 2.019.

DISTRATO Nº 03/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: NICOLASTUR VIAGENS E TURISMO LEIRELI

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão amigável da ata de registro de preço nº. 041/2019 – PML oriunda do pregão presencial nº. 32/2019 – PML, a qual tinha como objeto contratação eventual de empresa especializada para fornecimento de serviços de transporte de escolares no Município, com motorista, combustível e insumos, para suprir a quebra eventual de veículos da frota e outras necessidades da Administração.

DATA: 03 de Setembro de 2.019.

EXTRATO TERMOS 1

Publicação Nº 2298630

TERMO DE FOMENTO 001/2019 – FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC visando o atendimento a pessoa com deficiência e suas famílias, tudo conforme estabelecido no plano de trabalho aprovado no processo administrativo nº. 0125.0002652/2019.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir do dia 01 de janeiro até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 43.048,80 (quarenta e três mil quarenta e oito reais e oitenta centavos), em parcelas mensais no valor de R\$ 3.587,40 (três mil quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

DATA: 26 de Junho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 001/2019 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

CONTRATADA: CENTRO SÓCIO-EDUCACIONAL E CULTURAL SÃO JUDAS TADEU

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC para aprimorar o atendimento às crianças de 02 à 04 anos matriculadas na OSC, oferecendo uma educação de qualidade e bem-estar, dentro de uma cultura de aprendizagem prazerosa com engajamento entre educadores, educandos e família através da contratação de uma professora com formação em pedagogia.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir do mês de fevereiro de 2019, com duração de 10 (dez) meses, ou seja, com término previsto para o dia 18 de novembro de 2019, conforme plano de trabalho

apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 32.576,70 (trinta e dois mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta centavos), sendo repassada a importância de R\$ 3.257,70 (três mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos) mensais para a OSC.

DATA: 22 de Fevereiro de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 002/2019 – FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA – ASILO SANTA ISABEL

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC relativo a prestação de serviços gratuito, contínuo e permanente de acolhimento à idosos de ambos os sexos, com idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos com vínculos familiares rompidos ou sem referência familiar, em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme indicado no Plano de Trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir do dia 01 de janeiro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), em parcelas mensais no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

DATA: 26 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 002/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

OBJETO: O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC relativo ao projeto “PediaSuit”.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste Termo será a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019.

VALOR: O valor do presente Termo de Fomento é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

DATA: 07 de Junho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 003/2019 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE LAGUNA - ACIL

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC visando a valorização do patrimônio histórico e edificado do Centro Histórico, fortalecendo a cultura através das contratações de artistas para a programação cultural, além de promover o aquecimento da economia da cidade e disseminação do clima de natal através da decoração natalina e apresentações culturais.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir do dia 20 de novembro de 2019 com término previsto para o dia 06 de janeiro de 2020 (equivalente a contrapartida da OSC), e a partir do dia 12 de dezembro com término previsto para o dia 06 de janeiro de 2020 (no que diz respeito ao repasse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL).

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DATA: 12 de Dezembro de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 003/2019 – FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ASILO SANTA ISABEL

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC relativo a prestação de serviços gratuito, contínuo e permanente de acolhimento à idosos de ambos os sexos com vínculos familiares rompidos ou sem referência familiar, em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme indicado no Plano de Trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir do dia 01 de janeiro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

DATA: 19 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 003/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC relativo ao projeto “PediaSuit”.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste Termo será a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019.

VALOR: O valor do presente Termo de Fomento é de R\$ 41.872,00 (quarenta e um mil quatrocentos e setenta e dois reais).

DATA: 07 de Junho de 2019.

TERMO DE FOMENTO 004/2019 – FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ASILO SANTA ISABEL

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende a adequação do plano de trabalho para utilização da verba do repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC relativo a prestação de serviços gratuito, contínuo e permanente de acolhimento à idosos de ambos os sexos, com idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos com vínculos familiares rompidos ou sem referência familiar, em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme indicado no Plano de Trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir da assinatura do presente termo até o dia 29 de fevereiro de 2020, conforme readequação do Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 17.000,00 (dezessete mil), nesse valor está incluída as parcelas mensais no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), referente ao repasse das parcelas nº. 01/2018, 02/2018, 03/2018, 04/2018 e 05/2018, e a execução será conforme readequação do cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho
DATA: 18 de Outubro de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 004/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC relativo ao projeto “Capoeira arte mais que especial”.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste Termo será a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme plano de trabalho aprovado.

VALOR: O valor do presente Termo de Fomento é de R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais).

DATA: 07 de Junho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 005/2019 – FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende a adequação do plano de trabalho para utilização da verba do repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC relativo a prestação de serviços gratuito, contínuo e permanente de acolhimento à idosos de ambos os sexos, com idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos com vínculos familiares rompidos ou sem referência familiar, em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme indicado no Plano de Trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir da assinatura do presente termo até o dia 29 de fevereiro de 2020, conforme readequação do Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 17.000,00 (dezessete mil), nesse valor está incluída as parcelas mensais no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), referente ao repasse das parcelas nº. 01/2018, 02/2018, 03/2018, 04/2018 e 05/2018, e a execução será conforme readequação do cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

DATA: 18 de outubro de 2019.

TERMO DE FOMENTO 005/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC relativo ao projeto “Bandagem Elástica Terapêutica”.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste Termo será a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019, com cronograma de desembolso previsto para o mês de junho do corrente ano, conforme plano de trabalho aprovado.

VALOR: O valor do presente Termo de Fomento é de R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais).

DATA: 07 de Junho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 006/2019 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC visando a manutenção do transporte escolar (ônibus e micro-ônibus), aquisição de combustível, passe escolar, despesas com alimentação e recursos humanos, visando dar continuidade ao apoio à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será de 12 (doze meses), contado a partir do dia 08 de agosto de 2019 até o dia 08 de agosto de 2020, conforme Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), em parcelas mensais no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

DATA: 11 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 007/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E TERAPÊUTICA DA REGIÃO DA AMUREL - ACUSTRA

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de oportunizar às crianças e adolescentes do Município de Laguna acesso à diversas atividades que possibilitem seu desenvolvimento social, físico e psicológico e intelectual por meio de oficinas culturais, esportivas, artísticas, educacionais, acesso ao mercado de trabalho, alimentação alternativa e tecnologia contribuindo para a inclusão social, protagonismo infanto juvenil e para o fortalecimento da cidadania, conforme maiores informações contidas no plano de trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de abril de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 217.095,83 (duzentos e dezessete mil noventa e cinco reais e oitenta e três centavos).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 008/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO HERMON - CENTRO DE ENSINO HERMON

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC

com o intuito de fornecer uniformes para todos os alunos que frequentam a OSC no Município de Laguna, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima, bem como auxiliando no sentimento de pertencimento, na economia, na segurança e na identidade dos educandos da OSC.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de julho de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 009/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA IRACY VIRGINIA RODRIGUES

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de adequar um espaço de convivência e formação denominado brinquedoteca, que promova a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e adolescentes, a partir de interesse, demandas e potencialidades dessa faixa etária, por meio de experiências lúdicas, culturais, sensoriais e esportivas, que substitui seu tempo ocioso através da realização de atividades diversificadas e produtivas, conforme maiores informações contidas no plano de trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de maio de 2019 até o dia 01 de maio 2020, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 106.275,59 (cento e seis mil duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 010/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de oferecer atividades diferenciadas aos alunos da estimulação precoce e serviço de atendimento específico (SPE e SPE/TEA), contribuindo para o seu desenvolvimento psicomotor, através da aquisição de brinquedos e equipamentos educativos.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de maio de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 47.077,40 (quarenta e sete mil setenta e sete reais e quarenta centavos).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 011/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de oferecer 32 (trinta e dois) atendimentos as crianças e adolescentes com distúrbio e/ou dificuldades na aprendizagem da Rede Regular de Ensino Municipal, conforme maiores informações contidas no plano de trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de maio de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 30.380,00 (trinta mil trezentos e oitenta reais).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 012/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de prevenção das deficiências, promovendo ações como palestras voltadas para as escolas Estaduais e Municipais no Município de Laguna.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de maio de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 16.680,00 (dezesseis mil seiscentos e oitenta reais).

DATA: 29 de Julho de 2019.

TERMO DE FOMENTO 013/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de proporcionar condições de aprendizado dos adolescentes participantes do programa protetores ambientais, através de atividades teóricas e práticas voltadas a preservação do meio ambiente e integração social.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento é de 01 de maio de 2019 até o dia 31 de dezembro 2019, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 33.802,85 (trinta e três mil oitocentos e dois reais e oitenta e cinco centavos).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 014/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de realizar a formatura de aproximadamente 700 (setecentas) crianças e adolescentes do Programa Educacional de Resistência a Drogas – PROERD 2019.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro 2019.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 41.705,00 (quarenta e um mil setecentos e cinco reais).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

TERMO DE FOMENTO 015/2019 – PML/FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MUITITARES DE LAGUNA

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento compreende o repasse de valores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a OSC com o intuito de oferecer atividades educacionais em sala de aula, a fim de prevenir ou reduzir o uso de drogas e violência entre crianças e adolescentes disseminando a cultura da paz., conforme maiores informações contidas no plano de trabalho.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução do objeto constante deste Termo de Fomento será contado a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro 2019.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R\$ 25.770,00 (vinte e cinco mil setecentos e setenta reais).

DATA: 29 de Julho de 2.019.

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2020 DE 02/01/2020 NOMEIA ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2297488

PORTARIA N. 001/2020

De 02/01/2020

"NOMEIA ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECIDE:

Art. 1º - Nomear ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2020.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

PORTARIA Nº 002/2020 DE 02/01/2020 ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, PROFESSORA MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297495

PORTARIA N. 002/2020

DE 02/01/2020

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, PROFESSORA MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 46 da lei Complementar 12/2001 de 26/11/2001 e Lei Municipal 745/2018 de 24 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO o resultado do processo de alteração de carga horária definitiva nos termos do edital de alteração de carga horária n. 002/2019 de 10/12/2019.

DECIDE:

Art. 1º Alterar a carga horária da Servidora Pública Municipal Professora de Pedagogia/Educação Infantil, MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER, de 20 horas semanais para 40 horas semanais.

Parágrafo Único – A alteração da carga horária é em caráter definitivo e terá efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2020.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 003/2020 DE 02/01/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALLARIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297504

PORTARIA N.003/2020
DE 02/01/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALLARIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:
Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDIONEIDA LUIZA DALLARIVA pelo prazo de 20 dias, de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de Janeiro de 2020.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 004/2020 DE 02/01/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2297507

PORTARIA N.004/2020
DE 02/01/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em Exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:
Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal LIDOMAR RIBEIRO pelo prazo de 30 dias, de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 13 de janeiro de 2019 a 12 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de Janeiro de 2020.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 005/2020 DE 02/01/2020 DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FC-12 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2297512

PORTARIA N. 005/2020
de 02/01/2020

“DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FC-12 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 26 da Lei Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e Lei Complementar 061/2019 de 10/09/2019.

CONSIDERANDO que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores de provimento efetivo, de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO, para exercer o Função de Confiança de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil – FC-12 junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo único - Em virtude do exercício da função de confiança de que trata o “caput” deste artigo, fica atribuído a FG - Função Gratificada no percentual de 25% (vinte e cinco) sobre o vencimento base do respectivo servidor, nos termos do parágrafo primeiro do art. 26º da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações.

Art. 2º - Permanecem inalterados os Direitos Adquiridos do Cargo de Provimento Efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2020.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 011/2019 DE 31/12/2019 “EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES”

Publicação Nº 2297529

Decreto Legislativo n. 011/2019

De 31/12/2019

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES”

ERONICE OLIVEIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,
CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Sra. SANDRA CATARINA MADALOSSO, EXONERADA do Cargo em Comissão de Assessora de Imprensa e Comunicação da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - Fica autorizado o pagamento de indenização de férias correspondente ao exercício 2019, conforme legislação vigente.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 30 de dezembro de 2019.

ERONICE OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

LEOCER ZMIJEVSKI

1º Secretário

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.272, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298479

DECRETO Nº 3.272, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.1.50.0400 – Cessão Onerosa Lei 13.885/2019 R\$ 3.877,11

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do excesso de arrecadação dos recursos oriundos da Cessão Onerosa Lei 13.885/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 31 de dezembro de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.273, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298484

DECRETO Nº 3.273, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações – exercício de 2020 – os servidores públicos:

I – Edison Domingos Giron – Presidente.

II – Leonardo Junior Cavallier – Vice-Presidente.

III – Tatiane Longo – Secretária.

IV – Diego Frare – membro.

V – Antônio Carlos Vicente – membro.

VI – Geneci Dellay – membro.

VII – Marciane Agustini – membro.

VIII – Sandra Regina Zuanazzi – membro.

IX – Gabriela Fernanda Grisa – membro.

X – Edna Cristina Kappke – membro.

XI – Lígia Rossini Gonçalves Rigo – membro.

XII – Joana Caroline Spricigo Frare – membro.

XIII – Felipe Augusto Bottcher – membro.

XIV – Robson da Silva – membro.

XV – Odair Von Dentz – membro.

XVI – Ronaldo Adriano Zuanazzi – membro.

XVII – Elizeu Pereira Lopes – membro.

XVIII – Marinês Ribeiro Perondi – membro.

XIX – Orvane Gherke Zanatta – membro.

XX – Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz – membro.

XXI – Giovana Andreza de Oliveira – membro.

XXII – Elaine Salete Pescador – membro.

XXIII – Marisa Paula Carbori – membro.

XXIV – Fernanda Ramos – membro.

XXV – Josiel Carlos Artmann – membro.

XXVI – Kelvin Luiz Brunetto, membro.

Art. 2º. A atuação da Comissão Permanente de Licitações, bem como suas atribuições e impedimentos estão definidos em Lei Federal.

Art. 3º. Os nomeados, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios

públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante.
Art. 4º. Revoga-se o Decreto nº 3.152, de 01 de março de 2019.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 02 de janeiro de 2020.

FLÁVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3.274, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298486

DECRETO Nº 3.274, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Nomeia pregoeiros e equipe de apoio para o exercício 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para o exercício de 2020 os seguintes pregoeiros:

I – Edison Domingos Giron.

II – Leonardo Junior Cavallier.

III – Marinês Ribeiro Perondi.

IV – Tatiane Longo.

Art. 2º. Ficam nomeados na Equipe de Apoio para o exercício de 2020 os servidores públicos:

I – Diego Frare.

II – Antônio Carlos Vicente.

III – Geneci Dellay.

IV – Marciane Agustini.

V – Sandra Regina Zuanazzi.

VI – Gabriela Fernanda Grisa.

VII – Edna Cristina Kappke.

VIII – Fernanda Ramos.

IX – Lígia Rossini Gonçalves Rigo.

X – Joana Caroline Spricigo Frare.

XI – Felipe Augusto Bottcher.

XII – Robson da Silva.

XIII – Odair Von Dentz.

XIV – Ronaldo Adriano Zuanazzi.

XV – Orvane Gherke Zanatta.

XVI – Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz.

XVII – Elizeu Pereira Lopes.

XVIII – Elaine Salete Pescador.

XIX – Marisa Paula Carbori.

XX – Giovana Andreza de Oliveira.

XXI – Josiel Carlos Artmann.

XXII – Kelvin Luiz Brunetto

Art. 3º. Os Pregoeiros que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º. A atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, bem como suas atribuições e impedimentos estão definidos em Lei Federal.

Art. 5º. Os nomeados, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante.

Art. 6º. Revoga-se o Decreto nº 3.240, de 24 de outubro de 2019.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 02 de janeiro de 2020.

FLÁVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3.275, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298487

DECRETO Nº 3.275, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Nomeia Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, em Exercício.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Em virtude do afastamento temporário do titular, senhor Flávio Luiz Benini, fica designada a servidora Sra. Silvana Teresinha Dal Pupo, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, em exercício, pelo período em que o titular permanecer afastado.

Art. 2º. Pelo desempenho das funções atribuídas por este Decreto, a designada perceberá a diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o comissionado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 02 de Janeiro de 2020.
FLAVIO LUIZ BENINI
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL CADASTRO DE FORNECEDORES 2020

Publicação Nº 2298034

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES PARA 2020

FLÁVIO LUIZ BENINI – Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos Fornecedores da Administração Pública do Município para o ano de 2020. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de Compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2.020.

Flávio Luiz Benini

Prefeito Municipal em exercício

Luzerna

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 001.18

Publicação Nº 2297900

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO FMS Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2017

Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, Sra. GABRIELA MAZZARINO, denominado CREDENCIANTE e a CREDENCIANTE e a empresa JULIANA NERCULINI ALEXANDRETTI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.395.679/0001-06, estabelecida a Rua Av. Barão do Rio Branco, nº 226, sala 101, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89.600-00, representada por JULIANA NERCULINI ALEXANDRETTI, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade 5095865, inscrita no CPF sob o nº 057.801.459-97, denominada CREDENCIADA com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, ajustam entre si o presente o termo aditivo ao CONTRATO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LABORATÓRIO PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, EM CONSONÂNCIA À PORTARIA Nº 2.395/16 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência do Contrato FMS nº 001/2018, de 03 de janeiro de 2020 a 03 de janeiro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

Ainda, possui como objeto a repactuação dos preços passando a vigorar o valor unitário para R\$ 267,61 (duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), representado pelo acumulado do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 3,37%.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 05.001.10.301.0500.2502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica

GND: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 002 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

225 - Prótese dentária

CLÁUSULA QUARTA DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições da Ata originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Luzerna/SC, 02 de janeiro de 2020.

GABRIELA MAZZARINO SECRETÁRIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTRATANTE	JULIANA NERCULINI ALEXANDRETTI JULIANA NERCULINI ALEXANDRETTI - ME CREDENCIADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

CONTRATO DE RATEIO Nº 001.2020 - CINCATARINA

Publicação Nº 2298285

CONTRATO DE RATEIO
Contrato PML nº 001/2020

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, da segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Moises Diersmann, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Luzerna - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönnau, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO.

1.2. A finalidade é o custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital do CONTRATADO, para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU153/01.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1. O CONTRATANTE entregará ao CONTRATADO o valor mensal de R\$ 2.970,00 (Dois mil novecentos e setenta reais), totalizando para o exercício de 2020 o valor de R\$ 35.640,00 (Trinta e cinco mil seiscentos e quarenta reais).

2.2. Os valores para o exercício de 2020 foram aprovados em Assembléia Geral do Consórcio Público, realizada em 30 de julho de 2019 e publicada no órgão de publicação oficial (DOM) através da Resolução n. 053/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do CINCATARINA.

3.2. Os valores do rateio mensais serão devidos, total ou parcial, a partir do início das atividades do uso das licitações compartilhadas previsto no TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – TU153/01.

3.2.1. O valor do rateio mensal será parcial quando o início das atividades de uso das licitações compartilhadas ocorrerem após o dia 1º do mês, sendo devido pagamento proporcional.

CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO

4.1. O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais e contratuais, vinculando as partes nas disposições do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – TU153/01.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

5.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Termo de Uso de Licitações Compartilhadas.

5.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

5.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

6.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do CONTRATADO, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- c) Entregar os recursos financeiros decorrentes deste Contrato de Rateio;
- d) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias para o exercício de 2020:

Classificação	Denominação/Valor		
03	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		
03.001	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		
03.001.04.122.0300.2301	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	19.500,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	10.140,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.000,00
TOTAL		R\$	35.640,00

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2020 e vigorará até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

9.1. O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensas as atividades até a regularização do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – O presente contrato de rateio poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto do contrato de rateio;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) por ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicadas com antecedência mínima de 30(trinta) dias, respeitadas as obrigações deste contrato de rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento, estará sujeito a penalidade de advertência e suspensão das atividades, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de consórcios públicos, Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, Lei Municipal nº 1668/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 02 de janeiro de 2020.

MOISES DIERSMANN Prefeito Municipal Município de Luzerna	ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo CINCATARINA
--	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

PL 009/2020 - PP 001/2020 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS - PML

Publicação Nº 2297896

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 001/2020 - PML

Pregão Presencial nº 001/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros) destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, conforme especificações constantes deste Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 15 de janeiro de 2020.
CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 15 de janeiro de 2020.
OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PORTARIA 001/2020

Publicação Nº 2298645

PORTARIA Nº 001/20 de 02 de janeiro de 2020.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora JOSÉLIA ZAMBIAZZI, Professora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, 20 horas semanais, contratada através do Regime Especial de Direito Administrativo, com base na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 25 de dezembro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de dezembro de 2019.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito em exercício de Luzerna

PORTARIA 002/2020

Publicação Nº 2298646

PORTARIA Nº 002/20 de 02 de janeiro de 2020.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora ÉDINA TEDESCO DA COSTA, Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, regida pela Lei Complementar nº 205 de 19 de março de 2019 e alterações posteriores, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 26 de dezembro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de dezembro de 2019.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito em exercício de Luzerna

PORTARIA 003/2020

Publicação Nº 2298649

PORTARIA Nº 003/20 de 02 de janeiro de 2020.
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o servidor JOÃO VITOR VALMÓRBIDA, para exercer o cargo público de provimento em comissão de Assessor Administrativo e Financeiro, Nível CC-6, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito em exercício de Luzerna

PORTARIA 004/2020

Publicação Nº 2298650

PORTARIA Nº 004/20 de 02 de janeiro de 2020.
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o servidor VALCIR ANTÔNIO GOTARDO, para exercer o cargo público de provimento em comissão de Coordenador de Serviços Mecânicos, Nível CC-5, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito em exercício de Luzerna

PORTARIA 194/2019

Publicação Nº 2298640

PORTARIA Nº 194/19 de 23 de dezembro de 2019.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO, o servidor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, do cargo público de provimento em comissão de Secretário de Saúde e Assistência Social, Nível CC-1, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.2º- REVOGAR a Portaria nº 003/17 de 03 de janeiro de 2017 que designou o servidor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, como Gestor/Coordenador do Fundo Municipal de Saúde/FMS, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 195/2019

Publicação Nº 2298641

PORTARIA Nº 195/19 de 23 de dezembro de 2019.
"EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora GABRIELA MAZZARINO, do cargo público de provimento em comissão de Diretora de Saúde, Nível CC-3, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 196/2019

Publicação Nº 2298642

PORTARIA Nº 196/19 de 23 de dezembro de 2019.
"NOMEIA E DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora GABRIELA MAZZARINO, para exercer o cargo público de provimento em comissão de Secretária de Saúde e Assistência Social, Nível CC-1, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.2º- DESIGNAR a servidora GABRIELA MAZZARINO como Gestora/Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde/FMS de Luzerna(SC).

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 197/2019

Publicação Nº 2298643

PORTARIA Nº 197/19 de 23 de dezembro de 2019.

"TORNA SEM EFEITOS PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 101/19 de 15 de julho de 2019 que designou o servidor EDUARDO SANTOS DE MATTOS, ocupante do cargo público de Farmacêutico, 40 horas semanais, para responder pela função gratificada de Coordenador de Atenção Básica em Saúde - FG1, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 198/2019

Publicação Nº 2298644

PORTARIA Nº 198/19 de 23 de dezembro de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares dos dias compreendidos entre 02/01/2020 a 31/01/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Servidor
Adriana Elisabeth Bier	Leoberto Ricardo Grigollo
Alexander Rover	Leonice Maria Graef De Souza
Andrea Dalla Lana Vieira	Luciana Proner Canale
Angela Hericks Antunes	Marcos Antonio Pastori
Camila Hardt Trevisol	Maria Gilda Marquezi Cavalleri
Clair Terezinha Bender Machado	Maristela Gomes
Claudiana Fatima Santini	Monica Regina De Matos
Cristiane Lorenzet	Nilzi Terezinha Schmitz
Daiana Dahmer	Neusa Vastres Arenhart
Dirlei Maria Schneider Boesing	Rafaela Dartora Dos Santos
Edilene Regina Kochhann Medeiros	Renan Clodoaldo Tesser
Edivani Bizognin	Renata Parenti
Elenice Carloh Hoffmann	Roseli Otto Meisterlin
Eliete Adriana Casanova Tedesco	Sandra Aparecida Alberguini
Elisangela Brandini	Sandra Aparecida Ferreira Vivan
Evaine Celia Desiderio	Silvana Trevisol Gab
Everton Krug	Soeli Aparecida da Costa de Oliveira
Everton Martini	Tayla Regina de Bairro
Fatima Aparecida Pinheiro	Vanderlei De Oliveira Alves
Franciele Iara Diesel	Veronica Arruda Wolff

Jaqueline Bressan da Silva		Vivian Emilli Fallgatter Silva
Jussara Terezinha Becki Pereira		Viviane Cristina Della Piaia
Ledimara Surdi		

Art. 2º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
Adriana Cristina Ebert	20/09/2018	19/09/2019	02/01/2020	31/01/2020
Adriana Stobbe	14/10/2018	13/10/2019	02/01/2020	21/01/2020
Alexandre Colusso	17/02/2018	16/02/2019	02/01/2020	31/01/2020
Ana Paula Tibes	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Angelo Brandalise Júnior	04/01/2017	03/01/2018	09/01/2020	29/01/2020
Arlete Giacomini Bertha	21/06/2018	20/06/2019	20/01/2020	08/02/2020
Belonice Dutra De Lemos	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Claudete Bressan	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Claudete Sbrusi	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Cleide Aparecida da Silva	11/07/2018	10/07/2019	02/01/2020	16/01/2020
Cleidi Aparecida Lopes	03/01/2018	02/01/2019	02/01/2020	31/01/2020
Cristian Mondadori Boaretto	02/01/2019	01/01/2020	27/01/2020	15/02/2020
Cristiana Simone Pretto	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	11/01/2020
Cristiane Fatima Cassul de Menezes	04/04/2019	31/12/2019	02/01/2020	23/01/2020
Cristiane Isabel Schneider	07/02/2019	06/02/2020	06/01/2020	25/01/2020
Cristina Küll	16/04/2018	15/04/2019	02/01/2020	11/01/2020
Daniela Aparecida Simioni	04/02/2019	31/12/2019	02/01/2020	28/01/2020
Debora Tais Menlak	10/07/2018	09/07/2019	02/01/2020	11/01/2020
Deise Rovea Alberti	15/03/2018	14/03/2019	07/01/2020	05/02/2020
Deizi Daiani Cordeiro	05/02/2018	04/02/2019	02/01/2020	21/01/2020
Dejair Tedesco	10/05/2018	09/05/2019	02/01/2020	31/01/2020
Delaine Pereira Rumpf Etges	07/02/2019	06/02/2020	02/01/2020	21/01/2020
Dirce A. Dalla Costa Ribeiro Da Silva	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	21/01/2020
Eliane Noeli SpierVanin	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Elisa Aparecida Patzlaff	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	21/01/2020
Elizane Thais Michel	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Elson William De Matos	12/12/2018	11/12/2019	27/01/2020	05/02/2020
Elton De Souza	01/01/2019	31/12/2019	22/01/2020	31/01/2020
Fabiana Finger	07/08/2017	06/08/2018	02/01/2020	16/01/2020
Fernando Nava	15/03/2018	14/03/2019	02/01/2020	11/01/2020
Francieli Carabolante Pinto	01/02/2019	31/12/2019	02/01/2020	28/01/2020
Helga Schumacher Mazzarino	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
Iara Rhoden Scheuermann	18/09/2018	17/09/2019	02/01/2020	31/01/2020
Ingart Marlone Grahl Ebert	03/04/2018	02/04/2019	13/01/2020	22/01/2020
Isabela Toscan MittererBerkembrock	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	21/01/2020
Ivone Ebert	05/06/2019	31/12/2019	02/01/2020	18/01/2020
Jane Elisa Otto Brandalise	02/01/2018	01/01/2019	06/01/2020	25/01/2020
Janice Maria Do Sacramento	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Jessica Reginato Garbo	11/06/2018	10/06/2019	06/01/2020	20/01/2020
Kátia Iolanda Deuerling	02/01/2018	01/01/2019	15/01/2020	29/01/2020
Keity Mara Gazzola	01/02/2019	31/12/2019	02/01/2020	28/01/2020
Lauro Hack	30/03/2017	29/03/2018	02/01/2020	21/01/2020
Leila Raquel Klotz	02/01/2018	01/01/2019	02/01/2020	16/01/2020
Leonir Vanderlei Spier	15/03/2018	14/03/2019	02/01/2020	21/01/2020
Letícia Lamb	10/04/2018	09/04/2019	02/01/2020	31/01/2020

Lilian De Andrade Dos Santos	12/09/2018	11/09/2019	06/01/2019	25/01/2019
Lucélia Severo De Oliveira	03/05/2018	02/05/2019	02/01/2020	31/01/2020
Lucia Cassel de Andrade	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Márcia Valmórbida Bogoni	04/02/2019	31/12/2019	02/01/2020	28/01/2020
Marcos Heckler Hoffelder	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
Maria Luiza Dezanet Geuster	21/08/2018	20/08/2019	02/01/2020	31/01/2020
Márcio Joarez Dudas	17/10/2018	16/10/2019	02/01/2020	31/01/2020
Marilú Jucelina Bittencourt	02/01/2019	01/01/2020	06/01/2020	15/01/2020
Marisangela Martins De Oliveira	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Maurício José Bittencourt	13/08/2018	12/08/2019	13/01/2020	22/01/2020
Moisés Diersmann	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	21/01/2020
Patrícia Becker Hack	19/03/2018	18/03/2019	02/01/2020	21/01/2020
Patrícia Rosana Cordeiro	08/02/2018	07/02/2019	20/01/2020	08/02/2020
Regina Carin Jacoby Cureau	01/01/2018	31/12/2018	02/01/2020	21/01/2020
Regis Valter Weiser	04/01/2018	03/01/2019	20/01/2020	29/01/2020
Rotinei Jorge Manfroí da Silva	13/04/2018	12/04/2019	20/01/2020	08/02/2020
Silvia Miazzi Pereira	01/03/2018	28/02/2019	02/01/2020	31/01/2020
Silvia Scheitel	02/01/2019	01/01/2020	02/01/2020	31/01/2020
Simone Volpato Fabro	01/08/2018	31/07/2019	02/01/2020	21/01/2020
Tainá Tessari	01/01/2019	31/12/2019	02/01/2020	31/01/2020
Tiago Schneider	01/07/2018	30/06/2019	02/01/2020	31/01/2020
Valadir Terezinha de Vargas	01/10/2018	30/09/2019	02/01/2020	31/01/2020
Vanusca Denize da Silva	18/01/2019	17/01/2020	20/01/2020	08/02/2020

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RESOLUÇÃO CMDCA 001/2020

Publicação Nº 2298051

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2020

"DESMEMBRA E PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CMDCA 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.646 de 19 de março de 2019 e, considerando o Memorando nº 001/2019 de 23 de dezembro de 2019 da Presidente do Processo Administrativo Disciplinar CMDCA 001/2019,

CONSIDERANDO o art. 60 da Lei Municipal nº 1.646 de 19 de março de 2019,

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento cabe zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, "caput" e Parágrafo Único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os Arts. 87, 88 e 259, Parágrafo Único, todos da Lei nº 8.069/90, e no art.227, caput, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- DESMEMBRAR o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CMDCA Nº 001/2019, prossequindo esse feito com relação apenas a uma das acusadas, sendo instaurado através de Resolução outro Processo Administrativo Disciplinar com relação a outra acusada, conforme decisão da Comissão Processante.

Art.2º- PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de janeiro de 2020 o prazo do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CMDCA Nº 001/2019.

Art.3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.

PAULA BÜTTNER

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA 002/2020

Publicação Nº 2298052

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/2020

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.646 de 19 de março de 2019 e considerando o Memorando nº 001/2019 de 23 de dezembro de 2019 da Presidente do Processo Administrativo Disciplinar CMDCA 001/2019,

CONSIDERANDO o art. 60 da Lei Municipal nº 1.646 de 19 de março de 2019,

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento cabe zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, "caput" e Parágrafo Único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os Arts. 87, 88 e 259, Parágrafo Único, todos da Lei nº 8.069/90, e no art.227, caput, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- INSTAURAR o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CMDCA nº 001/2020 para a apuração de irregularidades cometidas por membro do Conselho Tutelar Municipal, conforme documentos desmembrados do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CMDCA Nº 001/2019 referenciados na Resolução CMDCA 001/2020 e decisão da Comissão Processante nos Autos do PAD CMDCA 001/2019.

Art.2º - A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será formada por 03 (três) membros, de reconhecida idoneidade e competência técnica, designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), quais sejam:

- I. DÉBORA TAIS MENLAK;
- II. EMELLI TIEPO;
- III. JOVIANE COLOMBELLI

Art. 2º - A Presidência dos trabalhos competirá ao membro indicado no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o membro encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art.3º- Aos membros do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR caberá a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos, ouvirem os investigados e todas as pessoas envolvidas e as necessárias ao esclarecimento do caso.

Art.4º- A Comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Resolução, encaminhando-o a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para as demais providências necessárias.

Art. 5º - As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço de interesse público relevante, nos termos do disposto no art. 89 da Lei nº 8.069/90.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 02 de janeiro de 2020.

PAULA BÜTTNER

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS DO CINCATARINA - TU153/01

Publicação Nº 2298316

TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS DO CINCATARINA - TU153/01

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA é uma entidade pública multifinalitária, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando nos termos da lei, a administração indireta dos entes da federação consorciados, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, e Central Executiva estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. Elói Rönnau, doravante denominado CINCATARINA, entidade pública gestora de Licitações Compartilhadas e o Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Moises Diersmann, doravante denominado ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, nos termos da Lei Municipal n. 1.668/2019, firmam o presente TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS, que se regerá pelas condições previstas neste termo e nas decisões da assembleia geral do consórcio público, de acordo com os seguintes itens:

1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

1.1 O Município de Luzerna, seus órgãos e entidades públicas, administração pública direta e indireta, fundos, fundações e autarquias a

ele vinculados, seja do Poder Executivo ou Poder Legislativo, poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA.

2. LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

2.1 Em conformidade com o art. 19, do Decreto Federal n. 6.017/07, os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei Federal n. 8.666/93.

2.2 Para que a Administração Pública realize qualquer tipo de aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços, faz-se necessário que siga um rito procedimental estabelecido em Lei. A Constituição da República Federativa do Brasil já determinou:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

2.3 A Lei Federal n. 8.666/93, regulamentou o art. 37, XXI, da Constituição Federal e instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.4 A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, de maneira a assegurar a oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

2.5 Assim para atender seus objetivos e finalidades, o CINCATARINA realiza procedimentos de compras públicas para aquisição de bens e serviços através de licitações compartilhadas.

2.6 O Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público autorizam, em seu artigo 3º, a realização de licitação compartilhada, acompanhamento de execução, administração e gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes da Federação consorciados:

Art. 3º. Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:

[...]

XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

[...]

2.7 A previsão no protocolo de intenções segue determinação legal contida § 1º, do artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, incluído pelo artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, estabelecendo que:

Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

2.8 O objetivo é a realização de uma só licitação para contratações de bens e serviços que são entregues ou prestado a mais de um órgão ou entidade com o fim de atender necessidade comum a ambos. A licitação compartilhada é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão do CINCATARINA.

2.8.1 Para assegurar as vantagens com as compras compartilhadas e ao mesmo tempo garantir a legalidade do procedimento, algumas cautelas merecem ser observadas pela Administração Pública como:

- a) elaboração de planejamento (definição da necessidade, identificação da solução, pesquisa de preços);
- b) comprovação de vantajosidade da medida para todos os que pretenderem tomar parte no certame compartilhado;
- c) submissão dos envolvidos ao mesmo conjunto de normas que disciplinam os processos de contratação pública.

2.9 As licitações compartilhadas não afrontam o dever de licitar previsto pelo artigo 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, configurando relevante instrumento de eficiência na contratação pública do CINCATARINA e dos Entes da Federação consorciados.

3. BENEFÍCIOS

3.1 São benefícios das Licitações compartilhadas:

- a) Economia de esforços através da redução de processos repetitivos;
- b) Redução de custos através da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala);
- c) Melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas);

d) Padronização de equipamentos e soluções (facilidade de manutenção e uso).

4. VANTAGENS

4.1 São vantagens das Licitações Compartilhadas:

- a) Transparência;
- b) Padronização;
- c) Redução dos custos e prazos;
- d) Informações gerenciais.

5. OBJETIVOS

5.1 Realizar licitações compartilhadas em favor do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos Entes da Federação consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

6. CONTRATO DE RATEIO

6.1 A entrega dos recursos financeiros a serem disponibilizados pelo ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO será formalizada através do respectivo Contrato de Rateio, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/07, do Contrato de Consórcio Público e Lei Municipal n. 1668/2019.

6.2 Os valores para cada exercício financeiro serão aprovados em Assembleia Geral do consórcio público, devidamente publicada no órgão oficial do CINCATARINA.

7. DURAÇÃO DO TERMO DE USO

7.1 A duração do termo de uso de Licitações Compartilhadas é por prazo indeterminado.

7.2 O início das atividades do uso das Licitações Compartilhadas será a partir de 1º de janeiro de 2020.

7.3 A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral com comprovação da motivação jurídica e/ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando as obrigações do contrato de rateio.

Por assim estarem ajustadas as partes, firmam o presente TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Florianópolis/SC, 02 de janeiro de 2020.

ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo CINCATARINA	MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO
---	--

TERMO DE USO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – TU153/02

Publicação Nº 2298418

TERMO DE USO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – TU153/02

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA é uma entidade pública multifinalitária, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando nos termos da lei a administração indireta dos entes da federação consorciados, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, e Central Executiva estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. Elói Rönnau, doravante denominado CINCATARINA, e o Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Moises Diersmann, doravante denominado ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, nos termos da Lei Municipal n. 1.668/2019, firmam o presente TERMO DE USO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, que se regerá pelas condições previstas neste termo e nas decisões da assembleia geral do consórcio público, de acordo com os seguintes itens:

1. OBJETIVOS

1.1 Atendimento do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO com execução direta ou indireta da manutenção do sistema de iluminação pública, compreendendo o atendimento a eventos, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, efficientização e modernização do sistema de iluminação pública, através da troca de equipamentos de baixa eficiência por novos equipamentos, mais modernos e com maior eficiência e ampliação do sistema de iluminação pública, bem como elaboração de projetos, prestação de serviços, gestão e controle mensal por ponto consumidor de energia elétrica.

2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2.1 A manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e efficientização do sistema de iluminação pública, nos municípios do CINCATARINA, compreendendo o atendimento a eventos, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos

materiais retirados do sistema de iluminação pública.

2.2 Manutenção preventiva e corretiva:

2.2.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema de iluminação pública.

2.2.2 Os serviços de manutenção correspondem a todas as atividades de inspeção, substituição e reparos em equipamentos, acessórios e redes elétricas, incluindo o fornecimento e a aplicação dos materiais necessários para assegurar o seu funcionamento normal.

2.2.3 A manutenção do sistema de iluminação pública engloba todos os locais que possuam iluminação, e que sejam públicos, incluindo vias, pontes, túneis, praças, jardins, canteiros, ginásios, placas, monumentos, igrejas e demais prédios públicos de valor histórico, entre outros, sejam em área urbana ou rural.

2.2.4 A manutenção preventiva ocorrerá de forma planejada e organizada e será solicitada conforme necessidade.

2.2.5 Preventivamente, para reduzir a perda de rendimento das luminárias, poderá ser realizada a limpeza completa do conjunto da unidade.

2.2.6 A manutenção corretiva será feita em função dos problemas encontrados pela equipe de ronda do município, pelo atendimento das reclamações dos munícipes, por solicitação do Município, ou para atender situações que envolvam questões de segurança e exijam atendimento imediato.

2.2.7 Serão observadas as condições mecânicas das unidades de IP, inclusive soldas, parafusos, junções e outras, solucionando todo e qualquer problema no parque de iluminação.

2.2.8 Os serviços de manutenção possuem uma complexidade técnica relevante, como por exemplo, na manutenção de um ponto apagado, onde será realizado todo um procedimento de detecção de falhas, com o impedimento da incidência de luz sobre o sensor do relê ou da chave de comando em grupo, verificando seu funcionamento e realizando a substituição da lâmpada.

2.3 Eficientização e Modernização:

2.3.1 A modernização do sistema de iluminação se dará pela troca de equipamentos de baixa eficiência por novos equipamentos, mais modernos e com maior eficiência.

2.3.2 A substituição de equipamentos não se limita somente a lâmpadas e reatores, mas a todos os componentes do ponto, quais sejam: cintas, parafusos, fios, conectores, braços de iluminação, reatores, bases para relê, relês acionadores ou chaves magnéticas, bocais, luminárias, lâmpadas e outros.

2.3.3 Quando solicitado pelo Município a manutenção em pontos ineficientes, será realizado os serviços de eficientização e modernização do sistema de iluminação pública.

2.4 Ampliação do sistema de iluminação pública:

2.4.1 Por ampliação entende-se a instalação de novos equipamentos de iluminação em locais que ainda não os possuam.

2.5 Materiais:

2.5.1 Todos os materiais necessários aos serviços de manutenção do sistema de iluminação dos municípios do CINCATARINA serão fornecidos por empresas contratadas, e serão pagos mediante comprovada aplicação dos mesmos e aprovação pela fiscal do município.

2.5.2 Os materiais retirados da rede de iluminação pública, considerados inservíveis, serão descartados por empresas contratadas, assim como o descarte final apropriado das lâmpadas deverá ser realizado em local específico para este fim, em empresas que atendam as determinações do órgão ambiental competente, todos os descartes deverão vir acompanhados do laudo de descarte, emitido pela empresa responsável pelo recebimento do material descartado, devendo ser considerado no custo dos materiais este serviço.

2.5.3 Os materiais retirados da rede de iluminação pública, considerados servíveis e que possam ser reutilizados, serão entregues no município que foram retirados mediante termo de recebimento, devendo ser considerado no custo dos materiais este serviço.

2.5.3.1 Os materiais reutilizados poderão ser reaplicados no sistema, somente com a devida concordância do município. Neste caso não haverá garantia.

3. PROJETOS, SERVIÇOS, GESTÃO E CONTROLE

3.1 Serão prestados também pelo CINCATARINA, direta ou indiretamente, entre outros:

a) serviços de engenharia elétrica e civil para elaboração de projetos e correlatos para sistemas de iluminação pública, incluindo entre outros: projetos luminotécnicos; projetos de iluminação pública; projetos de extensão ou ampliação de redes de distribuição de energia elétrica em baixa e média tensão; projetos de engenharia civil destinados a ampliação e extensão de redes de distribuição de energia elétrica para atendimento à iluminação pública e outros serviços de engenharia de projetos e correlatos.

b) serviços de fiscalização;

c) serviços de subsídios à fiscalização;

- d) serviços de supervisão;
- e) serviços de engenharia, consultoria e assessoria.

3.2 O CINCATARINA irá gerir e controlar a contratação de materiais e serviços para manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e efficientização do sistema de iluminação pública do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, com remuneração mensal por ponto consumidor de energia elétrica – PCEE. Esta atividade contempla o atendimento e registro de chamadas, softwares para lançamento de eventos, custeio de telefone 0800, bem como os demais custeios administrativos.

4. DA EXECUÇÃO

4.1 A execução dos itens 2 e 3 somente ocorrerá após emissão do empenho dos materiais e serviços para manutenção do sistema de iluminação pública do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO.

4.2 Os valores estimados para emissão do empenho serão sugeridos pelo CINCATARINA, usando como base o histórico já executado, caso existente.

4.3 A execução ficará limitada ao saldo dos valores empenhados.

5. DOS VALORES

5.1 Os valores dos materiais e serviços utilizados na execução da manutenção do sistema de iluminação pública quando contratados pelo CINCATARINA de forma indireta, serão os mesmos cobrados do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO.

5.2 A remuneração das atividades de serviços prestados diretamente pelo CINCATARINA serão cobrados em conformidade com os valores aprovados em Assembleia Geral e regulamentado através de resolução.

5.3 O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO entregará ao CINCATARINA os valores em conformidade com Relatório de Execução das Atividades.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos materiais e serviços previstos nos itens 2 e 3 do presente Termo de Uso, correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, do exercício corrente e seguintes.

6.2 O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO quando do empenhamento especificará a classificação orçamentária.

6.3 Para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

7. DOS PAGAMENTOS

7.1 - O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO deverá entregar recursos financeiros ao CINCATARINA através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às despesas de sua responsabilidade pela ação de manutenção do sistema de iluminação pública, em conformidade com o valor do Relatório de Execução das Atividades.

7.2 - O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO deverá entregar recursos financeiros em até 10(dez) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades executadas.

7.3 - Havendo atrasos nas entregas de recursos financeiros do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO que comprometa a execução das despesas o CINCATARINA suspenderá as atividades até regularização.

8. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.1 A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

8.2 A fiscalização das ações ficará a cargo do Conselho Fiscal do CINCATARINA, de representante do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, da Casa Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

8.3 O CINCATARINA não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

8.4 O CINCATARINA deve fornecer ao ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos financeiros entregues, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9. DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1 São direitos e deveres do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO:

- a) Acompanhar as atividades do CINCATARINA, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Entregar os recursos financeiros decorrentes dos serviços e materiais utilizados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

10. DURAÇÃO DO TERMO DE USO

10.1 A duração do termo de uso de manutenção do sistema de iluminação pública é por prazo indeterminado.

10.2 O início das atividades de uso de manutenção do sistema de iluminação pública, através deste termo de uso será a partir de 01 de janeiro de 2020.

10.3 A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral com comprovação da motivação jurídica e/ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando as obrigações previstas neste termo de uso.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 São benefícios da manutenção do sistema de iluminação pública:

- a) Redução de custos operacionais;
- b) Economia de dinheiro público;
- c) Eficiência e rapidez no atendimento de ocorrências;
- d) Disponibilização de engenheiros elétricos qualificados;
- e) Eficiência na gestão pública, iluminando mais e gastando menos;
- f) Rapidez nas soluções de projetos de ampliação e manutenção elétrica de iluminação pública;
- g) Otimização de processos e racionalização administrativa.

11.2 São vantagens da manutenção do sistema de iluminação pública: o bem-estar e segurança das pessoas. Essas são as principais funções da iluminação pública, uma ferramenta de cidadania, importante para a utilização dos espaços públicos pela população. Sua finalidade está voltada exclusivamente em prover a claridade dos logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

Por assim estarem ajustadas as partes, firmam o presente TERMO DE USO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Florianópolis/SC, 02 de janeiro de 2020.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CINCATARINA

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

Macieira**PREFEITURA****15º CHAMAMENTO AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**

Publicação Nº 2297882

15º EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 01/2018

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XI do art. 58 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 01/2018, homologado pelo Decreto n. 1811/2019, de 28 de março de 2019, CONVOCA, de acordo com a necessidade e interesse público (Súmula 15 do STF), os candidatos aprovados no referido certame, a se apresentarem na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de Macieira, munidos dos documentos necessários (Cláusula II, ITEM 2.5 do Edital Concurso Público nº 01/2018), juntamente com cópia do formulário do e-Social disponível no site <https://www.macieira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/126652>, até o dia 02 de fevereiro de 2020, para fins de, caso preenchidos todos os requisitos admissionais, tomarem posse no serviço público municipal, nas vagas e locais disponíveis, considerando as disponibilidades relacionadas abaixo:

CARGO	Nº Vagas	Carga horária	Candidato Aprovado	Lotação
Operador de Máquinas Médias e Pesadas	01*	40 horas semanais	João Ivanor do Prado	Secretaria de Obras e Infra-Estrutura

* Vaga de reserva utilizada em conformidade com a classificação.

Nota: Os aprovados no Concurso Público 01/2018 que não constam nesta relação de chamamento permanecerão em expectativa de convocação durante a vigência do certame, nos termos da Súmula 15 do STF, que disciplina: "Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação."

Os convocados deverão comparecer na Prefeitura Municipal, sito a Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, setor de Recursos Humanos até a data de 02 de fevereiro de 2020, para entrega de documentos a fim de preenchimento do requisito admissional para assumirem as vagas correspondentes. O candidato que convocado não comparecer no prazo estipulado, não apresentar a documentação exigida, recusar nomeação ou deixar de assumir o exercício do cargo, perderá todos os direitos a sua nomeação. O candidato que convocado comparecer, e solicitar por escrito, poderá renunciar a vaga ou requerer que seu nome seja colocado ao final da listagem de classificação, conforme previsto no item 10.7 do Edital.

Eventuais dúvidas remanescentes, deverão ser esclarecidas no setor de Recursos Humanos e/ou com o Secretário Municipal de Administração de Macieira, pessoalmente ou por e-mail: administracao@macieira.sc.gov.br.

Macieira – SC, 02 de Janeiro de 2020.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal de Macieira - SC

DECRETO 1870

Publicação Nº 2297559

DECRETO Nº 1870, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS E FERIADOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;
CONSIDERANDO, que no dia 30 de março comemora-se o aniversário de emancipação político-administrativa do município;
CONSIDERANDO, já ser uma praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, quando ocorrer apenas um dia útil entre um feriado e o final de semana;
CONSIDERANDO, por fim, tornar-se improdutivo a realização de expediente nestes dias;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido o calendário dos PONTOS FACULTATIVOS e FERIADOS MUNICIPAIS para o exercício de 2020, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

I – Dia 24, 25 (dia todo) e 26 (de manhã) de Fevereiro (Ponto Facultativo - Feriadão Carnaval);

II – Dia 30 de Março (Feriado Municipal - Aniversário do Município);

III – Dia 20 de Abril (Ponto Facultativo – Feriado Tiradentes)

IV – Dia 12 de Junho (Ponto Facultativo – Feriadão Corpus Christi);

V – Dia 28 de outubro (Ponto Facultativo– Dia do Funcionário Público);

VI – Dia 24 de Dezembro (Ponto Facultativo – Feriadão de Natal);

VII – Dia 31 de Dezembro (Ponto Facultativo – Feriador Ano Novo).

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 02 de janeiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4301

Publicação Nº 2297568

PORTARIA Nº 4301/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores que Especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme segue:

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Adriana C. Rosa	Serviços Gerais	11/12/2019	01
Alexa Di Domenico	Professora	10/12/2019	1/2
Alvair Arconti	Motorista II	02/12/2019	02
Anadir Rampinelli	Téc. enfermagem	03/12/2019	01
Carla M. Cerry	Fisioterapeuta	05/12/2019	01
Carla M. Cerry	Fisioterapeuta	18/12/2019	01
Cleciane R. Santos	Professora	09/12/2019	1/2
Elizangela de Liz Leite	Enfermeira	13/12/2019	01
Ivanir Canonica	Operador de máquina	04/12/2019	1/2
Ivete Ribeiro de Freitas	Odontóloga	12/12/2019	01
Jaderson Canalle	Veterinário	13/12/2019	01
Jenifer Tomasi Begnini	Professora	06/12/2019	1/2
Jenifer Tomasi Begnini	Professora	10/12/2019	1/2
Joel D. Cardoso	Motorista	10/12/2019	1/2
Juliana Bertotto	Professora	03/12/2019	01
Larini Grahl	Recepcionista	02/12/2019	1/2
Leida Castanheiro Maurina	Secretária de Assistência Social	02/12/2019	01
Luciane A. de Oliveira	Serviços Gerais II	04/12/2019	1/2
Lucila M. Gemelli	Professora	02/12/2019	02
Lucila M. Gemelli	Professora	10/12/2019	01
Lucilene Perego	Téc. enfermagem	03/11/2019	1/2
Marina M. Muller	Fisioterapeuta	11/12/2019	01
Miriam O. Canalle	Auxiliar	13/12/2019	01
Natani Zamboni	Enfermeira	05/12/2019	01
Natani Zamboni	Enfermeira	17/12/2019	1/2
Rafaela dos Santos	Professora	06/12/2019	01
Romaiane Ap Dal Ponte	Contadora	05/12/2019	1/2
Saete de Fátima Pereira	Serv Gerais II	16/12/2019	1/2
Simone Lazzarotti	Ag combate a endemias	04/12/2019	01
Simone Lazzarotti	Ag combate a endemias	16/12/2019	1/2
Solange dos Santos de Oliveira	Auxiliar Educacional	05/12/2019	1/2
Taia Scopel	Nutricionista	02/12/2019	1/2
Tiago Bertotto	Diretor	17/12/2019	1/2
Verônica A. Krulikowski	Farmacêutica	12/12/2019	01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 02 de janeiro de 2020.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA 4302

Publicação Nº 2297569

PORTARIA Nº 4302/2020.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2020, composta pelos seguintes membros:

I – REJANE SPANHOLO ABRAÃO Presidente

II – LARINI GRAHL Secretário

III – MIRIAM CANALLE Membro

IV – IANA SALETE SPANHOLO Suplente

§1º – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2020, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

§2º – Na falta de um integrante da comissão titular, o suplente assumirá o seu lugar na comissão de licitação até seu retorno.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora REJANE SPANHLO ABRAÃO.

Art. 4º Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora REJANE SPANHLO ABRAÃO com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 02 de janeiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 134/2019

Publicação Nº 2298003

DECRETO Nº 134, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE A OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 6 de Dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos dos Incisos II e IV, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei Municipal nº 1149, de 21 de dezembro de 2018, que Autoriza o Município a Contratar e Garantir Financiamento na Linha de Crédito do FINISA - Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - Modalidade Apoio Financeiro destinado a Aplicação em Despesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal - CEF;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse e a necessidade administrativa na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação da Operação de Crédito contratada junto a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos
UNIDADE	01	Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	1.017	Pavimentação de Vias Públicas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	225	Recurso - 0105
VALOR: R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais)		
TOTAL		R\$ 1.600.000,00

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se a Operação de Crédito contratada junto a Caixa Econômica Federal conforme Contrato FINISA - nº 0522847 - DV: 88 no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), conforme preceitua o Artigo 5º, da Lei nº 1146, de 6 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com os Incisos II e IV, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2019.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 30 de dezembro de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2297935

DECRETO Nº 001, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal DIANE DE JESUS, ocupante do cargo de Diretor, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2297963

DECRETO Nº 002, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal MAICON FERNANDO PEDERSETTI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 003/2020

Publicação Nº 2297988

DECRETO Nº 003, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

O gozo de férias da servidora Liliane Nicolli,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 2 de janeiro a 2 de fevereiro de 2020, DAMARIS RIGOTTI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 088.065.819-37, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 004/2020

Publicação Nº 2297994

DECRETO Nº 004, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 2 de janeiro a 18 de fevereiro de 2020, TAUANA PETRY, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.972.819-18, para ocupar o cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 005/2020

Publicação Nº 2297995

DECRETO Nº 005, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CINTIA ELIZABETE BARON, para assumir o cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 006/2020

Publicação Nº 2298019

DECRETO Nº 006, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002, e Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 664, de 29 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada JANAINE HOHENSEE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.162.369-28, para ocupar o cargo de Analista de Recursos Humanos, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 007/2020

Publicação Nº 2298021

DECRETO Nº 007, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002, e Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 664, de 29 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado BRUNO RICARDO CAYE, brasileiro, portador do RG nº 6771301, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 008/2020

Publicação Nº 2298061

DECRETO Nº 008, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação Interna 231/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, FRANCIELI DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 093.310.049-31, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 009/2020

Publicação Nº 2298086

DECRETO Nº 009, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação Interna 230/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, ELISABETH CANSI GRIEBLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 072.830.779-01, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 010/2020

Publicação Nº 2298090

DECRETO Nº 010, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação Interna 229/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, SILMARA LOCH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 070.697.379-80, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 011/2020

Publicação Nº 2298109

DECRETO Nº 011, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 228/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, ROSÂNGELA MEZZALIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.948.349-08, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 012/2020

Publicação Nº 2298113

DECRETO Nº 012, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 227/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, IZABEL DOS SANTOS ,

brasileira, inscrita no CPF sob nº 347.476.179-17, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 013/2020

Publicação Nº 2298122

DECRETO Nº 013, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 226/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, JAQUELINE KRUGER SCHMIDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 070.880.829-48, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 014/2020

Publicação Nº 2298273

DECRETO Nº 014, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 225/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, ANDRESSA LAYS

RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 073.951.499-71, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 015/2020

Publicação Nº 2298286

DECRETO Nº 015, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação Interna 224/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, MARLI JUDITE BALESTRERI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 430.331.649-00, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Cantinho Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 016/2020

Publicação Nº 2298296

DECRETO Nº 016, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação Interna 221/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, FABIANE ANDREIA

RAUBER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.292.549-89, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Criança Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 017/2020

Publicação Nº 2298306

DECRETO Nº 017, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 223/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, JEAN CARLOS RAIHER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 088.233.719-02, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Criança Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 018/2020

Publicação Nº 2298319

DECRETO Nº 018, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 222/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 2 a 31 de janeiro de 2020, JOÃO RICARDO LONGUI,

brasileiro, inscrito no CPF sob nº 038.111.879-70, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Criança Feliz – Creche Plantão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 019/2020

Publicação Nº 2298451

DECRETO N. 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

SUSPENDE SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 174/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de realizar adequações no projeto executivo da obra objeto do processo licitatório n. 174/2019, da Modalidade de Tomada de Preços n. 026/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a sessão pública agendada para o dia 07/01/2020, com início as 14 horas, para abertura e julgamento dos envelopes de habilitação e propostas do Edital de Tomada de Preços n. 026/2019.

§ 1º. Após a adequação do projeto executivo, o edital será retificado e o prazo será reaberto em sua integralidade, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 020/2020

Publicação Nº 2298420

DECRETO Nº 020, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal GÉSSICA FERNANDA NEU BASTO DE ARAÚJO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 813/2019

Publicação Nº 2297921

DECRETO Nº 813, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 31 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, da servidora MARLI FERREIRA, brasileira, portadora do RG nº 2.232.248, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 31 de janeiro de 2019.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 074-2019

Publicação Nº 2297663

DECRETO n.º 074/2019.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.793/2018, de 21 de Novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (25)	R\$ 90.000,00
040112365.2008 – Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (61)	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 115.000,00

Art. 2.º Para atender o crédito que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (29)	R\$ 90.000,00
040112365.2008 – Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (65)	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 115.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 075-2019

Publicação Nº 2297665

DECRETO n.º 075/2019.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.793/2018, de 21 de Novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (25)	R\$ 30.000,00
040112365.2008 – Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (61)	R\$ 40.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas (62)	R\$ 40.000,00

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (121)	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 140.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Dezembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063-2019

Publicação Nº 2297534

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 16/01/2020 às 09h00min estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 0639/2019, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (Gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2020, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 02 de janeiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 505-2019

Publicação Nº 2298700

PORTARIA nº 505/2019
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE PORTARIA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 031/2010 e suas alterações e Lei nº 1802/2019 de 27 de Fevereiro de 2019 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada por mais 30 (trinta) dias a portaria nº 426/2019 que afasta o servidor público ocupante do cargo de Motorista - SAMU, matrícula nº 10785, em virtude do Parecer Jurídico no Processo Administrativo nº 495/2019 da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Ficam preservados os vencimentos do servidor até a conclusão do Processo Administrativo, no período do afastamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por 30 dias.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2019

Publicação Nº 2297870

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 2585/2019

Modalidade: Concorrência Nº 006/2019

Tipo: Maior preço ou oferta

Objeto: CONCORRÊNCIA PÚBLICA DESTINADA A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2456/2019 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 06 de fevereiro de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 06 de fevereiro de 2020

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 27 de dezembro de 2019.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019

Publicação Nº 2297589

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 2584/2019

Modalidade: Pregão Nº 067/2019

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, NOVA (ZERO HORA), PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM (DMER) DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC ATRAVÉS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 16 de janeiro de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 16 de janeiro de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 27/12/19.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2297584

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo nº: 001/2020

Modalidade: Chamamento Público nº 001/2020

Tipo: Cadastro de Fornecedores

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que encontra-se aberto, a partir desta data, o processo administrativo supracitado, objetivando o cadastro de fornecedores de bens e serviços, que atendam as condições legais e do edital, interessados em contratar com o Município de Modelo/SC.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, localizado na Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, nos dias úteis em horário de expediente, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC, 02 de janeiro de 2020.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO 271/2019

Publicação Nº 2298683

DECRETO Nº 271/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE DAMIANE JAINE SCHLÖSSER DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Complementar Municipal nº 2369/2018 de 08/08/2018, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA, A PEDIDO, A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2020, a Sra. DAMIANE JAINE SCHLÖSSER, portadora do CPF nº 079.665.069-XX, DO CARGO em comissão de COORDENADOR DE PROGRAMAS/ATIVIDADES MUNICIPAIS, ENCERRANDO O VÍNCULO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, nomeada através do Decreto 0193/2018 de 08/08/2018, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - A servidora exercerá suas atividades até a data de 02.01.2020, percebendo os vencimentos e verbas rescisórias até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 20 de dezembro de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda Ciente e de acordo:
DAMIANI JAINE SCHLOSSER

DECRETO 272/2019

Publicação Nº 2298682

DECRETO Nº 272/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANUZA MOREIRA DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial o requerimento da servidora que requer a rescisão do cargo efetivo, que estabelece o vínculo empregatício com o Município de Modelo SC, na forma que menciona,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir de 02.01.2020, a Sra. VANUZA MOREIRA DA SILVA portadora do CPF nº 100.371.089-13, RG nº 6.412.079, do cargo efetivo, de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, rescindindo-se o vínculo de servidora pública Municipal de Modelo SC, nomeada através do Decreto nº 072/2017 de 08.03.2017, com observância das disposições legais, conforme requerido e acima especificado.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades até a data de 02.01.2020, percebendo os vencimentos e verbas rescisórias até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 20 de dezembro de 2019

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Janice Martini Muller

Secretaria da Administração

Ciente e de acordo:

VANUZA MOREIRA DA SILVA

DECRETO 273/2019

Publicação Nº 2298681

DECRETO Nº 0273/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO CONTRATAÇÃO ACT, ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA GISELI ELISA DA SILVA, DO CARGO DE ENFERMEIRA, PRAZO DETERMINADO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, Considerando em especial os prazos determinados, observada as suas prorrogações do CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 026/2019 e DECRETO Nº 0143/2019 DE 31 DE MAIO DE 2019. Considerando o encerramento dos contratos ACT,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido por término de contrato, a partir de 17.01.2020, o contrato de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, da servidora ACT, conforme abaixo nominada:

NOME	DECRETO DE CONTRATAÇÃO	CONTRATO ADMINIST. DE ADMIS- SÃO TEMPORÁRIA	DATA DA RESCISÃO
GISELI ELISA DA SILVA portadora do CPF nº 043.550.119-XX, para exercer as funções do cargo de ENFERMEIRA (PSF/ESF) - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde,	1. DECRETO Nº 0143/2019 DE 31 DE MAIO DE 2019 PORTARIA Nº 210/2019 DE 13/11/2019. Prorroga até 17.12.2019 PORTARIA Nº 225/2019 DE 12/12/2019. Prorroga até 16.01.2020	CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 026/2019 Prorrogado nos termos das Portarias 210/2019 e 225/2019	17.01.2020

Art. 2º - A servidora exercerá as atividades conforme contratação acima especificada, até 16.01.2020, percebendo a remuneração, vencimentos e verbas rescisórias até esta data, afastando-se pelo término de contrato a partir de 17/01/2020, sem percepção de remuneração neste dia.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda Ciente e de acordo:
Giseli Elisa da Silva

DECRETO 274/2019

Publicação Nº 2298678

DECRETO Nº 0274/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE RESCISÃO, ENCERRAMENTO DE MANDATO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais QUE REGEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR no município de Modelo SC, Considerando o encerramento de mandato para o qual foram eleitos, tomaram posse, substituições, na forma legal, Considerando as disposições do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Considerando que para nova gestão 2020/2023, os conselheiros tutelares eleitos tomarão posse na data de 10/01/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido por término de mandato, para os quais foram eleitos, tomaram posse, substituições, na forma regimental e legal, a partir de 09.01.2020, as nomeações de Conselheiros Tutelares do Município de Modelo SC, conforme abaixo nominado:

NOME CONSELHEIRA TUTELAR	MATRICULA REGISTRO PESSOAL MUNICIPIO	DATA /FINAL MANDATO/RESCISAO
SANDRA MAURA DA SILVA BRAUN	2445-7/1	09.01.2020
LESIA SALETE CENTA BORTOLIN	2417-1/1	09.01.2020
EDINEIA KELLY KATH	2381-7/1	09.01.2020
SILVANA ALBANI	2383-3/1	09.01.2020
JOCEANI MARIA BORTOLOMEDI RAMBO	2473-2/1	09.01.2020

Art. 2º - As Conselheiras tutelares, acima nominadas exercerão as atividades conforme nomeações e posse, até a data de 09.01.2020, percebendo a remuneração, vencimentos e verbas rescisórias até esta data, afastando-se pelo término de contrato a partir de 10/01/2020, sem percepção de remuneração neste dia.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:

Conselheiras tutelares:

DECRETO 276/2019

Publicação Nº 2298675

DECRETO Nº 0276/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE DANIELA JACQUES DE MELO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA ESF ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.152/2014, 2.377/2018, 2.397/2019 e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, homologado pelo Decreto Municipal nº 0285/2018 de 26.12.2018,

Considerando a vacância do cargo em virtude do pedido de exoneração da Servidora efetiva Tatiane Lindemann Ferreira, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação Federal,

Considerando os pedidos de desistência da vaga dos demais candidatos para o cargo, e a permanência na lista de classificados da candidata para nova convocação, e ainda, considerando a solicitação de contratação efetuada pelo Departamento Municipal de Saúde, em atendimento ao interesse e necessidade pública do Programa Saúde da Família – PSF,

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 023/2019, CONFORME DECRETO Nº 0115/2019 DE 22 DE ABRIL DE 2019, EM ESPECIAL O DISPOSTO NO PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 23 de abril de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019, Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação;

Considerando a necessidade desta continuidade dos serviços de relevante interesse e necessidade pública de atendimento a saúde do município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação, para até 31.12.2020, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento ao Departamento Municipal de Saúde, conforme disposto no Decreto Municipal nº 115/2019 e contrato administrativo 023/2019, da Sra. DANIELA JACQUES DE MELO, portadora do CPF nº 078.698.449-XX, para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA ESF - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Saúde e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 023/2019 anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato de 23.04.2019 com a presente prorrogação, tem sua vigência até 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 01 referência "A" da Tabela de Cargo Permanente de Pessoal - Agente Comunitário de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Anexo:

PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 023/2019

ALTERA VIGENCIA DE SUA PRORROGAÇÃO PARA ATÉ 31.12.2020, RATIFICADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONFORME ESPECIFICA:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: DANIELA JACQUES DE MELO, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 078.698.449-xx, e RG nº 12.337.283.x, residente na Rua Sérgio Hermes, 450, Bairro Palmeiras – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA ESF.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Saúde do Município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da necessidade de atendimento ao Programa Saúde da Família, considerando a vacância do cargo em virtude do pedido de exoneração da Servidora efetiva Tatiane Lindemann Ferreira, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação Federal, e conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Saúde. A contratação possui embasamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.152/2014, 2.377/2018, 2.397/2019 e em especial Processo Seletivo nº 001/2018.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 23 de abril de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019 Prorrogada a vigência para até 31.12.2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.366,51 (Um mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal – nível 01 referência “A” da Tabela de Cargo Permanente de Pessoal - Agente Comunitário de Saúde.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo SC, 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DANIELA JACQUES DE MELO
Contratada

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 278/2019

Publicação Nº 2298673

DECRETO Nº 0278/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ACT DA SERVIDORA PAULA TIMM – ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.152/2014, 2.377/2018, 2.397/2019 e ainda,

Considerando a continuidade das atividades do Programa Saúde da Família de acordo com a justificativa do contrato inicial,

Considerando o Decreto nº 013/2019 e Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 002/2019, e ainda, a prorrogação pelo Decreto nº 102/2019 e Decreto 125/2019 de 03/05/2019,

Considerando o pedido de exoneração do cargo da Servidora efetiva Cleunice Maria Hoss Schuh, de acordo com o Decreto nº 0121/2018, e observado o atendimento ao objeto e à fundamentação, sendo a prorrogação prevista em contrato,

Considerando a continuada necessidade dos serviços de atendimento a saúde, programa de agentes comunitárias de saúde, sendo de relevante interesse e necessidade pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até 31.12.2020, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 002/2019, da Servidora ACT PAULA TIMM, constante nos Decretos nºs 013/2019, 102/2019 e 125/2019, na forma e nas condições constantes no Aditivo nº 02, anexo à este Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

ADITIVO Nº 03

AO CONTRATO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: PAULA TIMM, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 099.041.269-xx, e RG nº 6.460.xxx, residente na Rua Affonso Reichert, 181, Bairro Alvorada – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

ESTE TERMO ADITIVO PRORROGA A VIGÊNCIA PARA: Término: 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais disposições do contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 de dezembro 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PAULA TIMM

Contratada

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 279/2019

Publicação Nº 2298671

DECRETO Nº 0279/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE MAXUEL JOSE DA CRUZ PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 0185/2019 de 07.08.2019,

Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor Valdir Werlang, por motivo de aposentadoria, até a realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação,

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo,

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de operador de máquinas, no atendimento das estradas municipais, obras públicas, da agricultura, de convênios e contratos destinados a cumprimentos de prazos, das finalidades dos programas, da segurança na circulação de bens e pessoas e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos,

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 0196/2019 DE 23 DE AGOSTO DE 2019 E SEU ANEXO CONTRATO ADMINISTRATIVO 032/2019, EM ESPECIAL COM REFERENCIA A VIGENCIA

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 26 de agosto de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Considerando o relevante interesse e necessidade publica, na manutenção e conservação de obras e atividades essenciais de convênios, operação de credito, de estradas, serviços essenciais de água, silagem, manutenção e conservação do patrimônio publico e assegurar serviços essenciais publicos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada para até 31.12.2020, a contratação em caráter temporário de excepcional interesse público, do Sr. MAXUEL JOSE DA CRUZ, portador do CPF nº 088.892.269-xx, RG nº 5.198.xxx, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS - ACT - Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com atribuição de exercício no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o Decreto nº 0196/2019 de 23/08/2019 e constante no Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 032/2019 anexo integrante deste Decreto, com sua prorrogação e ratificadas as demais condições expressa no respectivo contrato.

Art. 2º - A vigência do contrato com inicio em 26.08.2019 fica prorrogada para ate 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Termo de prorrogação da vigência e ratifica as demais condições, na forma abaixo, referente

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrição no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: MAXUEL JOSE DA CRUZ, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 088.892.269-xx, e RG nº 5.198.xxx, residente na Rua Presidente Vargas, 174, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da necessidade de atendimento ao Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor Valdir Werlang, por motivo de aposentadoria, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente. A contratação possui embaçamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e em especial Processo Seletivo nº 001/2019.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 26 de agosto de 2019. Término: Prorrogação para até 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.377,27 (um mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos). Vencimento previsto na Lei Municipal nº 2.397/2019 – nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

MAXUEL JOSE DA CRUZ

Contratado

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 280/2019

Publicação Nº 2298668

DECRETO Nº 280/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE ALDAIR ANDRE RINTZEL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 0185/2019 de 07.08.2019,

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo,

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de auxiliares gerais, no atendimento das estradas municipais, obras públicas, da agricultura, de convênios e contratos destinados a cumprimentos de prazos, das finalidades dos programas, da segurança na circulação de bens e pessoas e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos, Considerando a estrita observação da classificação do processo seletivo 001/2019, CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 0203/2019 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 E SEU ANEXO CONTRATO ADMINISTRATIVO 034/2019, EM ESPECIAL COM REFERENCIA A VIGENCIA

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 03 DE SETEMBRO DE 2019. Término: 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Considerando o relevante interesse e necessidade pública, na manutenção e conservação de obras e atividades essenciais de convênios, operação de crédito, de estradas, serviços essenciais de água, silagem, manutenção e conservação do patrimônio público e assegurar esta continuidade dos serviços essenciais públicos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado para até 31.12.2020, a contratação em caráter temporário de excepcional interesse público, o Sr. ALDAIR ANDRE RINTZEL, portador do CPF nº 060.173.139-xx, RG nº 4.971.xxx, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS - ACT – Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com atribuição de exercício no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante no Decreto de contratação n. 203/2019 e no Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 034/2019 anexo integrante deste Decreto, passando a vigorar e ratificado com seus termos e a presente prorrogação.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 03.09.2019 e seus termino prorrogado para até 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Termo de Prorrogação do termo de vigência e ratifica as demais disposições constantes e nos termos deste CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 034/2019

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA:ALDAIR ANDRE RINTZEL, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº060.173.139-xx, e RG nº 4.971.xxx, residentena Rua Ernesto Alves, 453,Bairro Floresta–município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO:Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal deObras e Serviços Urbanos do Município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da necessidade de atendimento ao epartamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos,até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente. A contratação possui embasamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa,e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e em especial Processo Seletivo nº 001/2019.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 03 de setembro de 2019.Término: PRORROGAÇÃO PARA TERMINO EM 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.377,27 (um mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos). Vencimento previsto na Lei Municipal nº 2.397/2019 – nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público.SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-seaos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 DE DEZEMBRO de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

ALDAIR ANDRE RINTZEL
Contratado

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 281/2019

Publicação Nº 2298666

DECRETO Nº 0281/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CLAUDEMIR SCHEIBE PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 0185/2019 de 07.08.2019,

Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor Luiz Bianchetto, por motivo de aposentadoria, até a realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação,

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo,

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de operador de máquinas, no atendimento das estradas municipais, obras públicas, da agricultura, de convênios e contratos destinados a cumprimentos de prazos, das finalidades dos programas, da segurança na circulação de bens e pessoas e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos,

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 0195/2019 DE 23 DE AGOSTO DE 2019 E SEU ANEXO CONTRATO ADMINISTRATIVO 031/2019, EM ESPECIAL COM REFERENCIA A VIGENCIA

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 26 de agosto de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Considerando o relevante interesse e necessidade pública, na manutenção e conservação de obras e atividades essenciais de convênios, operação de crédito, de estradas, serviços essenciais de água, silagem, funcionamento e atendimento ao munícipe, manutenção e conservação do patrimônio público e assegurar serviços essenciais públicos,

Considerando a necessidade na continuidade destes serviços relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado para até 31.12.2020, a contratação, em caráter temporário de excepcional interesse público, o Sr. CLAUDEMIR SCHEIBE, portador do CPF nº 035.536.779-xx, RG nº 3.990.xxx, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS - ACT - Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, conforme Decreto n. 195/2019 de 23/08/2019, com atribuição de exercício no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante no Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 031/2019 anexo integrante deste Decreto, com a prorrogação da vigência de que trata este Decreto e ratificadas as demais disposições

Art. 2º - A vigência do contrato é de 26.08.2019, ficando prorrogada para até 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Termo de Prorrogação da vigência e ratifica as demais condições e disposições estabelecidas no

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 031/2019, nos termos abaixo especificados:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: CLAUDEMIR SCHEIBE, brasileiro, convivente, portador do CPF nº 035.536.779-xx, e RG nº 3.990.xxx, residente na Linha Salete, sn, Interior – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da necessidade de atendimento ao Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor Luiz Bianchetto, por

motivo de aposentadoria, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente. A contratação possui embaçamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e em especial Processo Seletivo nº 001/2019.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 26 de agosto de 2019. Término: Fica prorrogada a vigência para até 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.377,27 (um mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos). Vencimento previsto na Lei Municipal nº 2.397/2019 – nível 14 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 DE DEZEMBRO de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

CLAUDEMIR SCHEIBE

Contratado

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 282/2019

Publicação Nº 2298665

DECRETO Nº 0282/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EVAIR RODRIGO KOTTVITZ PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 0185/2019 de 07.08.2019,

Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração do servidor ITAMAR FACCO, por motivo de aposentadoria, até a realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação,

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo,

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de operador de máquinas, no atendimento das estradas municipais, obras públicas, da agricultura, de convênios e contratos destinados a cumprimentos de prazos, das finalidades dos programas, da segurança na circulação de bens e pessoas e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos,

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 0222/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 E SEU ANEXO CONTRATO ADMINISTRATIVO 036/2019, EM ESPECIAL COM REFERENCIA A VIGENCIA

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 07 de outubro de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Considerando o relevante interesse e necessidade publica, na manutenção e conservação de obras e atividades essenciais de convênios, operação de credito, de estradas, serviços essenciais de água, silagem, funcionamento e atendimento ao munícipe, manutenção e conservação do patrimônio publico e assegurar serviços essenciais públicos,

Considerando a necessidade na continuidade destes serviços relevante interesse publico,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Prorrogada para até 31.12.2020, a contratação, em caráter temporário de excepcional interesse público, o Sr. EVAIR RODRIGO KOTTVITZ, portador do CPF nº 068.853.xxx-xx, RG nº 5.521.xxx-x, para exercer as funções do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS - ACT - Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, conforme Decreto n. 222/2019 de 07.10.2019, com atribuição de exercício no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante no Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 036/2019, com a prorrogação de sua vigência, ratificada as demais disposições, de conformidade com o anexo, integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 07.10.2019, passando a vigorar a sua vigência para até 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 24 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Termo de prorrogação da vigência e ratifica as demais condições/disposições do

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 036/2019, passando a vigorar nos seguintes termos:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrição no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADO: EVAIR RODRIGO KOTTWITZ –Portador CPF 068853189-06, RG 5.521.744-3, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação ACT – Admitido em caráter temporário de excepcional interesse público, para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens do Município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da necessidade de atendimento ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagens considerando a vacância do cargo em virtude do pedido de exoneração do servidor Itamar Facco, por motivo de aposentadoria, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente. A contratação possui embasamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e em especial Processo Seletivo nº 001/2019.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 07 de outubro de 2019. Término: Fica prorrogada a vigência para até 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.051,04 (dois mil e cinquenta e um reais e quatro centavos). Vencimento previsto na Lei Municipal nº 2.397/2019 – nível 24 referência “A” da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Estradas e Rodagens.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EVAIR RODRIGO KOTTWITZ

Contratado

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 283/2019

Publicação Nº 2298685

DECRETO Nº 0283/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FABIO MOREIRA DA SILVA PARA O CARGO DE MOTORISTA ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, homologado pelo Decreto Municipal nº 0285/2018 de 26/12/2018,

Considerando a vacância do cargo em virtude do pedido de exoneração do servidor efetivo Gilson Hister, até a realização de novo concurso público e/ou provimento conforme Legislação,

Considerando a designação de servidor efetivo com habilitações específicas, e da necessidade destas atividades, na realização do atendimento dos serviços públicos, de interesse público, na continuidade e segurança na realização dos mesmos, na capacidade de gestão de

atendimento de urgências e emergências,

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo,

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de Transporte escolar,

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 0250/2019 DE 20 de novembro de 2019 E SEU ANEXO CONTRATO ADMINISTRATIVO 037/2019, EM ESPECIAL COM REFERENCIA A VIGENCIA

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 20 de novembro de 2019. Término: 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Considerando a necessidade na continuidade destes serviços relevante interesse publico,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado para até 31.12.2020, a contratação, em caráter temporário de excepcional interesse público, o Sr. FABIO MOREIRA DA SILVA, portador do CPF nº 068.704.xxx-xx, RG nº 5.729.xxx-x, para exercer as funções do cargo de MOTORISTA - ACT - Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, conforme Decreto n.250/2019 com atribuição de exercício no Departamento de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante no Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 037/2019 anexo integrante deste Decreto, com prorrogação de sua vigência e ratificadas as demais disposições, nos termos deste decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 20.11.2019, ficando prorrogada a sua vigência para até 31.12.2020, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, nível 23 referência "A" Serviços Operacionais - da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

Art. 4º - O servidor com atribuições no departamento de educação, fica igualmente designado para desempenho de atribuições, na substituição de servidores ocupantes do cargo de motorista, em licença legalmente concedidas, sobreavisos, e designações conforme atribuições do cargo, no atendimento dos serviços públicos do Município de Modelo, de excepcional interesse público, com a autorização do departamento que menciona o Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Termo de prorrogação da vigência e ratifica as demais condições, na forma abaixo, referente

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 037/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrição no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADO: FABIO MOREIRA DA SILVA –Portador CPF 068.704.259-30, RG 5.729.305, residente e domiciliado no, município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação ACT – Admitido em Caráter temporário de excepcional interesse publico, para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de MOTORISTA.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício e lotação no Departamento Municipal de Educação do Município de Modelo/SC e conforme necessidade e excepcional interesse publico, atender solicitação para substituição de servidores em licença legalmente concedidas, sobreavisos, conforme designação e atribuições do cargo, com devida autorização deste departamento..

FUNDAMENTAÇÃO: Necessidade de atendimento dos serviços públicos, do cargo/funções de motorista, Considerando a vacância do cargo em virtude do pedido de exoneração do servidor efetivo Gilson Hister, Considerando ainda a designação de servidor efetivo com habilitações específicas, e da necessidade destas atividades, na realização do atendimento dos serviços públicos, de interesse público, na continuidade e segurança na realização dos mesmos, na capacidade de gestão de atendimento de urgências e emergências, Considerando ainda e de forma especial no objeto desta contratação ACT, o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de Transporte escolar, substituição de servidores em licença legalmente concedidas, urgência, emergências, sobreavisos, de excepcional interesse publico, , até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente. A contratação possui embasamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019, e em especial Processo Seletivo nº 001/2018.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 20 de novembro de 2019. Término: Fica prorrogada a sua vigência para até 31 de dezembro de 2020. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.852,87 (Um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos). Valor Vencimento previsto na Lei Municipal nº 2.397/2019 – nível 23 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação..

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 971/90 e demais disposições legais.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por

iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.
FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.
Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

FABIO MOREIRA DA SILVA
Contratado

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO 284/2019

Publicação Nº 2298706

DECRETO MUNICIPAL Nº 284/2019 de 23 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DA JORNADA DE TRABALHO EM TURNO ÚNICO, NOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE OBRAS, DMER E AGRICULTURA, DE QUE TRATA O DECRETO 248/2019, DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, NOS PERÍODOS E HORÁRIOS QUE MENCIONA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes, Considerando em especial as disposições dos art. 53, 54, 55 parágrafo único, e 56 da Lei Municipal 1.513/2002, Considerando as atividades que deverão ser realizadas para início no novo exercício, de limpeza e manutenção urbana, de recuperação sistema viário e em especial dos serviços do período na agricultura, que requerem urgência no atendimento, Considerando a redução do quadro dos servidores em virtude de período de férias nestes departamentos aos servidores com direito a sua usufruição,

Considerando as disposições do DECRETO MUNICIPAL Nº 248/2019 de 19 DE NOVEMBRO DE 2019

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a vigência de que estabelece o DECRETO MUNICIPAL Nº 248/2019 de 19 DE NOVEMBRO DE 2019, relativo a Jornada de trabalho nos horários de Turno Único, para a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Estradas (DMER) e Agricultura passando para a vigorar, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE 16/12/2019 até 03/01/2020:

1. Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo, Estradas e Agricultura
Turno Único: 07h00min às 13h00min

Art. 2º - Os servidores vinculados a estes Departamentos mencionados acima, a partir de 06 de janeiro de 2020, exercerão suas atividades na jornada normal, sendo: Matutino: 07:30 às 11:30 horas e Vespertino das 13:30 as 17:30 horas.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 23 de dezembro de 2019

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Secretaria Municipal da Administração

PORTARIA 226/2019

Publicação Nº 2298698

PORTARIA Nº 225/2019 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre expediente público interno, nas repartições municipais do Paço Municipal, dos setores vinculados a Administração e Finanças, do Gabinete do Prefeito, Assessoria e Controle Interno, do município de Modelo SC, no dias de ponto facultativo e feriados do mês de dezembro de 2019, conforme especifica e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial,

Considerando as atividades de Encerramento de Exercício de 2019, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de Planejamento para o exercício de 2020,

Da programação, lançamento e pagamento antecipado de férias dos servidores municipais para 2020,

Dos encaminhamentos de processos licitatórios, contábeis, financeiras, de controle interno, finanças, e demais atividades necessárias ao efetivo atendimento das disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os servidores públicos municipais, de Modelo SC, autorizado a realizar expediente público interno, nas repartições municipais do Paço Municipal, dos setores vinculados a Administração e Finanças, do Gabinete do Prefeito, Assessoria e Controle Interno, do Município de Modelo SC, no dias de ponto facultativo e feriados do mês de dezembro de 2019, objetivando o cumprimento das atividades de gestão, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, normas contábeis e financeiras, incluído pagamento de fornecedores, arrecadação

municipal, das despesas, de controle interno, para organização e encaminhamentos do encerramento de exercício de 2019 e do planejamento para abertura exercício de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 12 de dezembro de 2019

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 227/2019

Publicação Nº 2298697

PORTARIA Nº 227/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Silvainha Maria Kreutz	01.10.2018 a 30.09.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 228/2019

Publicação Nº 2298696

PORTARIA Nº 0228/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento, Recesso escolar,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
1.	Adriana Angelica Schulz	05. 09.2018 a 04.09.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
2.	Adrieli Oltramari	03.02.2019 a 02.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
3.	Ana Maria Ercico Debus	08.03;2018 a 07.03.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
4.	Antonio Marcio Silva Aretz	27.03.2019 a 26.03.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
5.	Antonio Marcio Silva Aretz	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
6.	Avana Luisa Rauber	19.02.2019 a 18.02.2020	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
7.	Carla da Silva	24.03.2018 a 23.03.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
8.	Carolai Facco	02.01.2020 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)

9.	Catiane Aparecida Begnini	04.05.2018 a 03.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
10.	Cintia Viviane Quevedo Durel	15.06.2018 a 14.06.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
11.	Cleci Luvizon M. da Silva	11.05.2018 a 10.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
12.	Cristiane Fuzinato	03.02.2019 a 02.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
13.	Daniela F. Marins (matr. 1880-5)	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
14.	Daniela F. Marins (matr. 2188-1)	04.05.2018 a 03.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
15.	Dulce Helena Reinehr (matr. 908-3)	04.02.2019 a 03.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
16.	Dulce Helena Reinehr (matr. 1349-8)	26.07.2018 a 25.07.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
17.	Eliane F. H. Chaves (matr. 1601-2)	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
18.	Eliane F. H. Chaves (matr. 2166-0)	02.02.2019 a 01.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
19.	Eloir Rucks	01.04.2018 a 31.03.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
20.	Gelci Maria Vogel	20.04.2018 a 19.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
21.	Gilneide Madalena Vogel Braun	11.10.2018 a 10.10.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
22.	Gilneide Madalena Vogel Braun	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
23.	Gitana Chini	02.04.2018 a 01.04.2019	02.01.2020 a 16.01.2020 (15 dias)
24.	Glaci Baldin Siebauer	24.03.2018 a 23.03.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
25.	Iliana M. P. Casagrande (matr. 1602-0)	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
26.	Iliana M. P. Casagrande (matr. 2264-0)	18.04.2018 a 17.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
27.	Ione Trevisan	03.03.2019 a 02.03.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
28.	Ivete Regina Rintzel	22.09.2018 a 21.09.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
29.	Ivone Walter	30.05.2018 a 29.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
30.	Jaine Andressa Albani	23.01.2019 a 22.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
31.	Jandira Maria Lara Heckler	15.03.2019 a 14.03.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
32.	Janete Toseto	03.07.2018 a 02.07.2019	07.01.2020 a 16.01.2020 (10 dias)
33.	Janice Billig	21.09.2018 a 20.09.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
34.	Juliane Piccoli Schmitt	04.05.2018 a 03.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
35.	Jussane M. Toseto Frandoloso	02.02.2018 a 01.02.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias) +AP
36.	Katia Regina Schlosser (matr. 1595-4)	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
37.	Katia Regina Schlosser (matr. 2167-9)	02.02.2019 a 01.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
38.	Lucia Cecilia Urban	09.02.2019 a 08.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
39.	Lucia Ilete Kirch	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
40.	Lucia Ilete Kirch	02.01.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
41.	Margarete S. Turella (matr. 1882-1)	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
42.	Margarete S. Turella (matr. 2249-7)	03.02.2019 a 02.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
43.	Marivete Ana Santolin	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
44.	Marlene Frida Oldenburg	01.07.2018 a 30.06.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
45.	Micheli Cristiane da Veiga Krieser	02.01.2019 a 23.06.2020	02.01.2020 a 11.01.2020 (10 dias)
46.	Miriam Frey	02.03.2019 a 01.03.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
47.	Miriam Frey	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
48.	NILva Fatima Allebrandt (matr. 1874-0)	11.02.2018 a 10.02.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
49.	NILva Fatima Allebrandt (matr. 1877-5)	13.02.2018 a 12.02.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
50.	Paulo Salvatori	03.01.2019 a 02.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
51.	Rosane Borre Ferronato (matr. 1596-2)	01.02.2019 a 31.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
52.	Rosane Borre Ferronato (matr. 1876-7)	13.02.2020 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
53.	Sirlei Gonçalves da Silva	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
54.	Sirlene Adelia Soares	01.10.2018 a 30.09.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
55.	Veronica Cherizoli Valmorbida	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
56.	Veronice Strapazon Baldin	02.05.2018 a 01.05.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
57.	Vilson Jose de Freitas	16.08.2018 a 15.08.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
58.	Viviane Cunico Carneiro (matr. 1884-8)	13.02.2019 a 12.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
59.	Viviane Cunico Carneiro (matr. 2168-7)	02.02.2019 a 01.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
60.	Zilda N. H. Schlintvein (matr. 481-2)	03.07.2018 a 02.07.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
61.	Zilda N. H. Schlintvein (matr. 2250-0)	03.02.2019 a 02.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 229/2019

Publicação Nº 2298695

PORTARIA Nº 0229/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.397/2019, 2.370/2018 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Fabricao Eberhardt	02.08.2018 a 01.08.2019	02.01.2020 a 21.01.2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Janice Martini Muller

Secretaria Municipal da Administração

PORTARIA 230/2019

Publicação Nº 2298694

PORTARIA Nº 230/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Diogo Berghahn	20.11.2018 a 19.11.2019	02.01.2020 a 11.01.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 231/2019

Publicação Nº 2298693

PORTARIA Nº 0231/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe

sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Ediane Menegotto	09.01.2019 a 08.01.2020	20.01.2020 a 08.02.2020 (20 dias)
Irma Alice Rintzel Conrado	05.02.2019 a 04.02.2020	02.01.2020 a 31.01.2019 (30 dias)
Linete Rintzel Noronha de Freitas	10.02.2018 a 09.02.2019	02.01.2020 a 21.01.2019 (20 dias)
Loraci Maura da Silva Bellaver	12.04.2018 a 11.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
Marizete Maria Floss	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
Patricia Jomertz Machado	02.03.2018 a 01.03.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Elizabete Cristina Borre	01.03.2018 a 02.03.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
Daniela Regina Werlang Artigas do Amaral	05.02.2018 a 04.02.2019	14.01.2020 a 02.02.2020 (20 dias)
Adilci Siebauer	09.04.2018 a 08.04.2019	07.01.2020 a 26.01.2020 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 232/2019

Publicação Nº 2298692

PORTARIA Nº 233/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Andreia Kath	24.04.2018 a 23.04.2019	06.01.2020 a 25.01.2020 (20 dias)
Cleiton Onghero	04.06.2018 a 03.06.2019	23.01.2020 a 21.02.2020 (30 dias)
Elenice Rucks	30.06.2018 a 29.06.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Elizandra Ana Junges	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	15.01.2019 a 14.01.2020	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Gleison Donida	20.04.2018 a 19.04.2019	13.01.2020 a 01.02.2020 (20 dias) +10d. AP
Janete Tiecker	01.09.2018 a 31.08.2019	02.01.2020 a 11.01.2020 (10 dias)
Juliana Pavalicini Cesco	02.04.2018 a 01.04.2019	22.01.2020 a 10.02.2020 (20 dias)
Janice Henika	23.04.2018 a 22.04.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Marcia Ines Linke Riboli	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
Marledi Decker Fritzen	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 16.02.2020 (15 dias)
Nei Zanchett	03.07.2018 a 02.07.2019	08.01.2020 a 22.01.2020 (15 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 233/2019

Publicação Nº 2298691

PORTARIA Nº 233/2019 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Andreia Kath	24.04.2018 a 23.04.2019	06.01.2020 a 25.01.2020 (20 dias)
Cleiton Onghero	04.06.2018 a 03.06.2019	23.01.2020 a 21.02.2020 (30 dias)
Elenice Rucks	30.06.2018 a 29.06.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Elizandra Ana Junges	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	15.01.2019 a 14.01.2020	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Gleison Donida	20.04.2018 a 19.04.2019	13.01.2020 a 01.02.2020 (20 dias) +10d. AP
Janete Tiecker	01.09.2018 a 31.08.2019	02.01.2020 a 11.01.2020 (10 dias)
Juliana Pavalicini Cesco	02.04.2018 a 01.04.2019	22.01.2020 a 10.02.2020 (20 dias)
Janice Henika	23.04.2018 a 22.04.2019	02.01.2020 a 21.01.2020 (20 dias)
Marcia Ines Linke Riboli	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 31.01.2020 (30 dias)
Marledi Decker Fritzen	24.04.2018 a 23.04.2019	02.01.2020 a 16.02.2020 (15 dias)
Nei Zanchett	03.07.2018 a 02.07.2019	08.01.2020 a 22.01.2020 (15 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 235/2019

Publicação Nº 2298690

PORTARIA Nº 235/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PREMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO SALVATORI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 93 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal PAULO SALVATORI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, conforme Decreto de nomeação nº 002/2011 de 03.01.2011, 30 (trinta) dias de PREMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no Seção III, artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 01/2011 a 01/2016, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de JANEIRO DE 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 236/2019

Publicação Nº 2298689

PORTARIA Nº 236/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PREMIO ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GRASIELE LUIZA ZAMBIASI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 93 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a Servidora Pública Municipal GRASIELE LUIZA ZAMBIASI, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 160/2012, de 03.07.2012, 30 (trinta) dias de PREMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto na Seção III, artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 07/2012 a 07/2017, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de JANEIRO DE 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 237/2019

Publicação Nº 2298688

PORTARIA Nº 237/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO da LICENÇA PREMIO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, GRASIELE LUIZA ZAMBIASI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a Servidora Pública Municipal GRASIELE LUIZA ZAMBIASI, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 160/2012, de 03.07.2012, 30 (trinta) dias de LICENÇA PREMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 07/2012 a 07/2017, para ser usufruída no período de 02.01.2020 a 31.01.2020.(30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2019
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 238/2019

Publicação Nº 2298687

PORTARIA Nº 0238/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIO MOREIRA DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a Contratação nos termos do Decreto Municipal 0250/2019 e prorrogação;
Considerando o recesso escolar e férias de servidores (Motoristas) do transporte de pacientes,
Considerando o relevante interesse e necessidade pública na continuidade dos serviços públicos de atendimento no transporte de pacientes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal FABIO MOREIRA DA SILVA, contratação temporária de excepcional interesse público, conforme Decreto de Nomeação n. 0250/2019 contrato administrativo 039/2019 e prorrogação, o exercício das funções de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde, nos meses de dezembro/2019, a partir do encerramento período letivo, janeiro e fevereiro 2020, até o início das aulas, que necessita do transporte escolar, atendendo substituição de servidores em férias no departamento municipal de Saúde do Município de Modelo SC, de urgência e necessidade.

Parágrafo Único: A Jornada e controle de ponto será efetuado no departamento correspondente do cumprimento da jornada de trabalho conforme atribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 23 de dezembro de 2019
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:
Janice Martini Muller
Secretaria Municipal da Administração

PORTARIA 239/2019

Publicação Nº 2298686

PORTARIA Nº 239/2019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Maisa Daiane Oppermann	11.05.2018 a 10.05.2019	26.12.2019 a 24.01.2020 (30 dias)
Marlise Lindemann	03.02.2018 a 02.02.2019	13.01.2020 a 11.02.2020 (30 dias)
Maria Clenir Eichler	11.05.2018 a 10.05.2019	06.01.2020 a 25.01.2020 (20 dias)
Karine de Assis	01.02.2018 a 31.01.2019	06.01.2020 a 04.02.2020 (30 dias)
Alidiane Zamprogna	24.08.2018 a 23.08.2019	22.01.2020 a 31.01.2020 (10 dias)
Elizandra Junges	24.04.2018 a 23.04.2019	29.01.2020 a 07.02.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 23 de dezembro de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5288

Publicação Nº 2297755

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.288, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre delegação de atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 56 § 1º e § 2º da Lei Orgânica do Município a qual estabelece que:

Art. 56. Compete privativamente ao Prefeito:

§ 1º O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XIII, XXIII, XXIV e XXVI deste artigo.

§ 2º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas de Santa Catarina, através do seu Prejulgado 1533, exarado pelo Conselheiro Luiz Roberto Herbst, entende que:

(...)

3 - Em função dos requisitos de admissibilidade, a delegação administrativa deverá obedecer forma escrita com a indicação dos agentes delegando e delegado e a discriminação da matéria.

4 - Também em face dos pressupostos de admissibilidade, a autoridade deve ser legítima e deter a competência a ser transferida, o que implica que sejam verificados os limites de tal competência, de conformidade com os atos normativos que regulem o funcionamento das entidades.

5 - A função administrativa é, por si, matéria de natureza delegável pelo que, em princípio, não se vislumbra impossibilidade jurídica a que o ordenador de despesa originário delegue atribuições inerentes à administração financeira, contábil, operacional e patrimonial da entidade pela qual responda ou órgão a ela subordinado.

6 - Ao ato de delegação deverá ser dado publicidade para que possa a autoridade delegada, a partir daí, exercer as atribuições que lhe são transferidas.

7 - No que concerne à responsabilidade administrativa, o ordenador de despesa original, assim definido em lei, responde pelos atos e fatos praticados em sua gestão.

(...)

CONSIDERANDO a necessidade de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar rapidez às decisões e tornar-se mais célere o atendimento a comunidade;

CONSIDERANDO que o volume de documentos gerados recomenda a delegação de atribuições para assiná-los;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir publicidade ao ato de delegação de atribuição relativo à realização da despesa pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Mondaí ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, ficando autorizado a:

I - analisar e autorizar previamente as requisições de compras e serviços efetuadas pela unidade gestora;

II - analisar e autorizar previamente as requisições de diárias referentes a unidade gestora;

III - analisar e autorizar previamente as requisições de férias, abono pecuniário e licenças referentes a unidade gestora;

IV - assinar Autorização de Fornecimento (AF), advinda dos procedimentos licitatórios e compras diretas;

V - assinar Empenhos das despesas;

VI - assinar Liquidação das despesas, juntamente com os Secretários das respectivas Secretarias pertencentes a unidade gestora;

VII - assinar as Ordens de Pagamento das despesas efetuadas pela unidade gestora;

VIII - assinar despesas extra-orçamentárias;

IX - assinar notas de transferência;

X - assinar demonstrativos de conciliações bancárias;

XI - assinar relatórios de movimento da tesouraria, boletins diários de caixa, relatórios de pagamentos efetuados, relatórios de movimento bancário diário, entre outros relatórios financeiros;

XII - movimentar as contas bancárias por meio de cheques, sempre em conjunto com a assessora financeira.

XIII - assinar editais de abertura de processos licitatórios;

XIV - homologar e adjudicar os processos licitatórios e assinar os respectivos contratos de compras e serviços;

XV - ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;

XVI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na sua área de competência;

XVII - resolver, mediante despacho exarado em processo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na sua área de competência;

§ 1º A movimentação das contas bancárias por meio de cheque será feita sempre com a assinatura de dois responsáveis, Secretário de Administração e Fazenda e Prefeito, Secretário de Administração e Fazenda e Assessora Financeira ou Prefeito e Assessora Financeira. Já a movimentação das contas bancárias por meio de ordem bancária eletrônica será feita sempre com a assinatura do Prefeito e da Assessora Financeira.

§ 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias, férias, abono pecuniário e licenças dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§ 3º Estão inclusas na unidade gestora Prefeitura Municipal de Mondaí as seguintes Secretarias Municipais:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- e) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- f) Secretaria Municipal de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer;
- g) Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;
- h) Secretaria Municipal de Planejamento, Economia e Gestão.

§ 4º Nos casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, ou qualquer outro titular das Secretarias citadas no § 3º, alíneas c, d, e, f, g, deste artigo, estes serão substituídos pelo Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão, exceto nas movimentações bancárias que podem ser realizadas somente conforme disposto no § 1º deste artigo.

§ 5º Nos casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão, este será substituído pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º Fica delegada a competência de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, ao Secretário Municipal de Saúde, como já especificado na Lei Municipal nº 2.269 de 22/05/1992, ficando autorizado a:

- I - analisar e autorizar previamente as requisições de compras e serviços efetuadas pela unidade gestora;
- II - analisar e autorizar previamente as requisições de diárias referentes a unidade gestora;
- III - analisar e autorizar previamente as requisições de férias referentes a unidade gestora;
- IV - assinar Autorização de Fornecimento (AF), advinda dos procedimentos licitatórios e compras diretas;
- V - assinar Empenhos das despesas;
- VI - assinar Liquidação das despesas;
- VII - assinar as Ordens de Pagamento das despesas efetuadas pela unidade gestora;
- VIII - assinar despesas extra-orçamentárias;
- IX - assinar notas de transferência;
- X - assinar demonstrativos de conciliações bancárias;
- XI - assinar relatórios de movimento da tesouraria, boletins diários de caixa, relatórios de pagamentos efetuados, relatórios de movimento bancário diário, entre outros relatórios financeiros;
- XII - movimentar as contas bancárias por meio de cheques, sempre em conjunto com a assessora financeira.
- XIII - assinar editais de abertura de processos licitatórios;
- XIV - homologar e adjudicar os processos licitatórios e assinar os respectivos contratos de compras e serviços;
- XV - ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
- XVI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na sua área de competência;
- XVII - resolver, mediante despacho exarado em processo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na sua área de competência;

§ 1º A movimentação das contas bancárias por meio de cheque e ordem bancária eletrônica será feita sempre com a assinatura conjunta do Secretário Municipal de Saúde e da Assessora Financeira.

§ 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias e férias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo ordenador de despesas da Fundo Municipal de Saúde.

§ 3º Nos casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do Secretário Municipal de Saúde, este será substituído Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão, exceto nas movimentações bancárias que podem ser realizadas somente conforme disposto no § 1º deste artigo.

Art. 3º Fica delegada a competência de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Secretário Municipal de Assistência Social, como já especificado na Lei Municipal nº 3.607 de 22/12/2015, ficando autorizado a:

- I - analisar e autorizar previamente as requisições de compras e serviços efetuadas pela unidade gestora;
- II - analisar e autorizar previamente as requisições de diárias referentes a unidade gestora;
- III - analisar e autorizar previamente as requisições de férias referentes a unidade gestora;

IV - assinar Autorização de Fornecimento (AF), advinda dos procedimentos licitatórios e compras diretas;
V - assinar Empenhos das despesas;
VI - assinar Liquidação das despesas;
VII - assinar as Ordens de Pagamento das despesas efetuadas pela unidade gestora;
VIII - assinar despesas extra-orçamentárias;
IX - assinar notas de transferência;
X - assinar demonstrativos de conciliações bancárias;
XI - assinar relatórios de movimento da tesouraria, boletins diários de caixa, relatórios de pagamentos efetuados, relatórios de movimento bancário diário, entre outros relatórios financeiros;
XII - movimentar as contas bancárias por meio de cheques, sempre em conjunto com a assessora financeira.
XIII - assinar editais de abertura de processos licitatórios;
XIV - homologar e adjudicar os processos licitatórios e assinar os respectivos contratos de compras e serviços;
XV - ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
XVI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na sua área de competência;
XVII - resolver, mediante despacho exarado em processo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na sua área de competência;

§ 1º A movimentação das contas bancárias por meio de cheque e ordem bancária eletrônica será feita sempre com a assinatura conjunta do Secretário Municipal de Assistência Social e da Assessora Financeira.

§ 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias e férias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo ordenador de despesas da Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 3º Nos casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do Secretário Municipal de Assistência Social, este será substituído Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão, exceto nas movimentações bancárias que podem ser realizadas somente conforme disposto no § 1º deste artigo.

Art. 4º Fica delegada a competência de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, como já especificado na Lei Municipal nº 3.663 de 17/07/2018, ficando autorizado a:

I - analisar e autorizar previamente as requisições de compras e serviços efetuadas pela unidade gestora;
II - analisar e autorizar previamente as requisições de diárias referentes a unidade gestora;
III - analisar e autorizar previamente as requisições de férias referentes a unidade gestora;
IV - assinar Autorização de Fornecimento (AF), advinda dos procedimentos licitatórios e compras diretas;
V - assinar Empenhos das despesas;
VI - assinar Liquidação das despesas;
VII - assinar as Ordens de Pagamento das despesas efetuadas pela unidade gestora;
VIII - assinar despesas extra-orçamentárias;
IX - assinar notas de transferência;
X - assinar demonstrativos de conciliações bancárias;
XI - assinar relatórios de movimento da tesouraria, boletins diários de caixa, relatórios de pagamentos efetuados, relatórios de movimento bancário diário, entre outros relatórios financeiros;
XII - movimentar as contas bancárias por meio de cheques, sempre em conjunto com a assessora financeira.
XIII - assinar editais de abertura de processos licitatórios;
XIV - homologar e adjudicar os processos licitatórios e assinar os respectivos contratos de compras e serviços;
XV - ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
XVI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na sua área de competência;
XVII - resolver, mediante despacho exarado em processo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na sua área de competência;

§ 1º A movimentação das contas bancárias por meio de cheque e ordem bancária eletrônica será feita sempre com a assinatura conjunta do Secretário Municipal de Educação e Cultura e da Assessora Financeira.

§ 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias e férias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo ordenador de despesas da Fundo Municipal de Educação.

§ 3º Nos casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do Secretário Municipal de Educação e Cultura, este será substituído Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão, exceto nas movimentações bancárias que podem ser realizadas somente conforme disposto no § 1º deste artigo.

Art. 5º Em casos de eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos do ordenador de despesa titular e de seu substituto legal, responderá o Secretário Municipal de Administração e Fazenda nos casos dos artigos 2º, 3º e 4º e o Secretário Municipal de Planejamento, Economia e Gestão no caso do artigo 1º.

Art. 6º Ficam todos os Secretários Municipais obrigados a comunicar antecipadamente os setores responsáveis por eventuais férias, faltas, ausências, afastamentos ou impedimentos para que possa ser feita a substituição de titular da Secretaria em tempo hábil.

Art. 7º Os Secretários Municipais responsabilizar-se-ão por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 8º Os ordenadores de despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Parágrafo único. Aquele que, por qualquer situação transitória, for designado para o exercício cumulativo ou em substituição de qualquer dos cargos detentores de delegação, terá as mesmas prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo acumulado ou substituído.

Art. 9º É vedada a subdelegação das competências indicadas neste decreto, as quais poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

Art. 10º A prática dos atos delegados neste decreto sem a participação do Chefe do Poder Executivo, torna as autoridades acima delegadas, únicos e exclusivos responsáveis pelos atos praticados, bem como no que tange à fixação de responsabilidade de ordenador de despesas, podendo o Prefeito Municipal, ao cientificar-se de irregularidades, tomar as medidas administrativas necessárias.

Art. 11º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu critério, avocar a si as competências delegadas.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, restando revogadas eventuais disposições em contrário em especial o Decreto nº 5.140 de 14 de setembro de 2019.

Mondaí, SC, 02 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

DECRETO 5289

Publicação Nº 2297859

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO Nº 5.289 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí (SC), no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal n.º 2.248, de 13 de dezembro de 1.991;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 1.316, de 18 de dezembro de 1.989;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 155,55 (cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) o valor da Unidade Fiscal de referência para o ano de 2.020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí (SC), 02 de janeiro de 2.020.

Valdir Rubert

Prefeito Municipal

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1/2020 - CPL

Publicação Nº 2297635

DECRETO Nº 01/2020

CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – C.P.L. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., composta de três membros efetivos e dois suplentes, com a finalidade de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam designados como membros efetivos e suplentes os seguintes servidores:

I - Presidente: Joacir Daniel, matrícula nº 1201;

II - Membro Efetivo: Juliane Longaretti Venson, matrícula nº 1153;

III - Membro Efetivo: Rodrigo Crepaldi Pazzini, matrícula nº 1154;

IV - Membro Suplente: Éric Júnior Frezza, matrícula nº 788;

V - Membro Suplente: Danniel Orione da Silva, matrícula nº 804;

Art. 3º O Presidente da Comissão será representado, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se ordem de designação.

Art. 4º Designar, sem prejuízo das suas atribuições normais, a servidora Juliane Longaretti Venson, para secretariar a Comissão.

Art. 6º O Presidente ora designado fica autorizado a expedir todos os atos necessários para a fiel execução dos processos Licitatórios e a Secretária fica responsável pela elaboração das atas, relatórios e demais atos praticados pela presente Comissão.

Art. 7º O prazo de vigência da presente Comissão Permanente de Licitação será até 31 de dezembro de 2020.

Art. 8º A comissão ora designada será responsável pelo procedimento de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, na forma de Chamada Pública de Compra, conforme Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, suas atualizações e demais normas pertinentes.

Art. 9º Os membros da Comissão Permanente de Licitação farão jus a gratificação prevista na Lei Municipal nº 664/2009 e nos casos especiais previstos na Lei Municipal nº 796/2014.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 02 de janeiro de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2/2020 - PREGÃO

Publicação Nº 2297640

DECRETO Nº 02/2020

Designa pregoeiros e compõe equipe de apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, em especial a Lei Federal no 10.520 de 17 de julho 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para atuarem como Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e Autarquias do Município de Morro Grande, os seguintes servidores municipais:

I - Pregoeiro:

a) Éric Júnior Frezza, matrícula nº 788;

II – Equipe de Apoio:

a) Juliane Longaretti Venson, matrícula nº 1153;

b) Rodrigo Crepaldi Pazzini, matrícula nº 1154;

III – Suplentes:

a) Marília Daniel, matrícula nº 746;

b) Dannel Orione da Silva, matrícula nº 804;

Art. 2º O prazo de vigência da presente Comissão será até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º O Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio farão jus a gratificação prevista na Lei Municipal nº 784/2013 e nos casos especiais previstos na Lei Municipal nº 796/2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 02 de janeiro de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 366/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297925

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 366, de 19 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 170.800,00 (Cento e setenta mil e oitocentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$101.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$6.500,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Ensino Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2036	MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$63.300,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 19 de Dezembro de 2019.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 368/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297929

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 368, de 19 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$14.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$14.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 19 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 369/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297930

DECRETO Nº 369, de 19 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$9.000,00 (Nove mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00

Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comércio e Serviços	
Subfunção	333	Empregabilidade	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Atividade	2050	MANUT. SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECONÔMICO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$4.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00

Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comércio e Serviços	
Subfunção	333	Empregabilidade	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Atividade	2050	MANUT. SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECONÔMICO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$4.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 19 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 370/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297931

DECRETO Nº 370, de 19 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$11.830,00 (onze mil, oitocentos e trinta reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100,00

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	02	FINANÇAS	
Função	04	Administração	
Sub-função	123	Administração Financeira	
Programa	0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Atividade	2005	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	

Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas DR 03.00	R\$4.200,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.00	R\$7.400,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1035	R\$130,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão do superávit financeiro do exercício de 2018 conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64, e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.035	R\$130,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 19 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 371/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297932

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão do superávit financeiro do exercício de 2018 conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64, e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

DECRETO Nº 372/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297934

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 372, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$700,00 (setecentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$700,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 373/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297936

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 373, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.038	R\$50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 374/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297937

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 374, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$36.000,00 (Trinta e seis mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 0.102	R\$36.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Priv. sem fins lucrat Apl. Diretas D.R. 0.102	R\$36.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 375/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297938

Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 375, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	

Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.067	R\$10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 376/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297941

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 376, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 0.102	R\$10.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Priv. sem fins lucrat Apl. Diretas D.R. 0.102	R\$10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 377/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297943

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 377, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.038	R\$6.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.338	R\$6.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 378/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297944

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 378, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$2.000,00 (Dois mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	

Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$2.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$2.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 379/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297946

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 379, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$17.400,00
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Priv. Sem fins Lucrativos 01.02	R\$54.400,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$26.400,00
Elemento	3.3.93.00	Aplic. Dir. Decor. De Op. Entre Órgãos 01.02	R\$45.400,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 380/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2297947

DECRETO Nº 380, de 20 de Dezembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$7.000,00 (sete mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	ADMINISTRAÇÃO	
Função	4	Administração	
Sub-função	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0003	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas DR 0.300	R\$7.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, conforme art. 5º parágrafo primeiro inciso II da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Dezembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2019 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO VALOR DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL E SUBSÍDIO ÀS FAMÍLIAS HABILITADAS AO PROJETO HABITACIONAL, NA MODALIDADE PROGRAMA DE UNIDADES ISOLADAS, PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC.

Publicação Nº 2298164

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

Nova Erechim – SC

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2019

Dispõe sobre a aprovação do valor do financiamento habitacional e subsídio às famílias habilitadas ao projeto habitacional, na modalidade Programa de Unidades Isoladas, para o município de Nova Erechim – SC.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a lei Municipal nº 1.896, de 17 de setembro de 2019 e conforme registro em ata n.º 08, de 17 de dezembro de 2019 e lei 1.914 de 13 de dezembro de 2019.

Considerando o estabelecido na resolução nº 001/2019, que estabelece os critérios de funcionamento do Projeto Habitacional, na modalidade de Unidades Isoladas;

Considerando o resultado final do processo licitatório das unidades habitacionais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor de R\$ 42.882,89 (quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos) para o financiamento das unidades habitacionais do projeto habitacional, na modalidade Programa de Unidades Isoladas, deste valor fica estabelecido um subsídio por parte do município de Nova Erechim de R\$ 8.941,45 (oito mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) para cada família, e o restante do valor será objeto de financiamento através do programa habitacional.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 17 de dezembro de 2019.

Ilone Zeni
Coordenadora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

Nova Itaberaba

PREFEITURA

4º ADITIVO PM DE NOVA ITABERABA DUETO 153-2019

Publicação Nº 2298453

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 152/2015 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E DUETO TECNOLOGIA LTDA

01) CONTRATO Nº 1693-01

SISTEMAS CONTRATADOS: PRONIM GP-AL CP/GP/IA/RF/LC/PP/TB/NFse/DEISS/AF/AR/PLLD/PLLO/PLPP/ST/COBRANÇA REGISTRADA /GP-CO/GP-ESOCIAL/GP-PS/ASSP

NÚMERO CONTRATO: 1693-01 DATA ASSINATURA CONTRATO:01/01/2016

02) PARTES

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADA: DUETO TECNOLOGIA LTDA.

1. Fica prorrogado o contrato de 01/01/2020 a 31/12/2020.

2. O contrato será reajustado conforme o IGPM acumulado nos últimos 12 meses

(7,3179%), passando de R\$ 12.148,47 para R\$ 13.037,48 mensais, totalizando R\$ 156.449,76.

3. Os demais itens e condições estabelecidos no contrato original continuam inalterados.

NOVA ITABERABA, 02 de janeiro de 2020.

Dueto Tecnologia Ltda.

Rafael Mario Sebben

Contratada

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

Contratante

Testemunhas:

NOME: LEOCIR MENDES DE MEDEIROS

NOME: JAIMIR ANTONIO LUPATINI

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01 2017 - 01 2020

Publicação Nº 2298454

Nova Itaberaba - SC, 02 de Janeiro de 2020.

CONVOCA Ç Ã O

O Município de Nova Itaberaba, Pessoa jurídica, de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70, através do presente faz saber a todos ou a quem interessa possa que estão sendo convocados: JAQUELINE ENGEL HEP – Professora de Educação Infantil, SIONARA BALEN – Professora de Ensino Fundamental, EDIVANIA FATIMA HINNING – Professora de Ensino Fundamental, aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2017 de 27 de Dezembro de 2017 e em cumprimento ao disposto no referido Edital, devendo comparecer nas dependências da Prefeitura Municipal, Departamento de Pessoal, no prazo máximo de dez dias, a fim de receber orientações quanto a exames médicos, documentação necessária e data da Admissão, para preencher vagas previstas no referido Edital, desde que sejam julgados aptos para o trabalho, declarado pelo órgão médico oficial deste município. O não comparecimento no prazo determinado será considerado como desistência da vaga, sendo convocado o classificado seguinte.

Atenciosamente,

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 011/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298441

DECRETO Nº 011/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei 1.225/2019 de 12 de Março de 2019 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: Que a servidora efetiva encontra-se em gozo de férias e que é indispensável que o Município possua sua equipe Médica completa, para atendimento da demanda de paciente da Unidade de Saúde.

CONSIDERANDO: sua aprovação no Processo Seletivo nº 010/2019.

DECRETA:

ART. 1º - Fica contratado para exercer as funções de Médico Clínico Geral, o Sr. CELSO JOSE JUNIOR SALVADOR PERTILE, 40 horas semanais, Cargo ACT, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração prevista nos anexos II e IV da Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019. O presente contrato terá vigência pelo período de 02/01/2020 a 03/03/2020.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

SAMUEL BOTTIN BOTH

Procurador Jurídico

DECRETO Nº 012/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298442

DECRETO Nº 012/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei 1.225/2019 de 12 de Março de 2019 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: Que a servidora efetiva encontra-se em gozo de licenças legalmente concedidas, bem como período de férias e que é indispensável que o Município possua sua equipe Odontológica completa, para atendimento da demanda de pacientes da Unidade de Saúde.

CONSIDERANDO: sua aprovação no Processo Seletivo nº 006/2019.

DECRETA:

ART. 1º - Fica contratada para exercer as funções de Odontóloga, a Srta. NATÁLIA PIFFER PASQUALI, 40 horas semanais, Cargo ACT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração prevista nos anexos II e IV da Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019. O presente contrato terá vigência pelo período de 02/01/2020 a 18/06/2020.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

SAMUEL BOTTIN BOTH

Procurador Jurídico

DECRETO Nº 013/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298444

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova ItaberabA Administrativo
--	---

DECRETO Nº 013/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que a servidora exerce funções consideradas insalubres e que lhe dão o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade a servidora municipal NATÁLIA PIFFER PASQUALI, Odontóloga, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

SAMUEL BOTTIN BOTH

Consultor Jurídico

DECRETO Nº 014/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298447

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova ItaberabA Administrativo
--	---

DECRETO Nº 014/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que o servidor exerce funções consideradas insalubres e que lhe dão o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade ao servidor municipal CELSO JOSE JUNIOR SALVADOR PERTILE, Médico Clínico Geral, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

SAMUEL BOTTIN BOTH

Consultor Jurídico

DECRETO Nº 416 /2019 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298450

DECRETO Nº 416 /2019 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2019, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) no Projeto Atividade 2.023 – Manutenção das Atividades do Departamento de Urbanismo, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – criando a Fonte 01.50 Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019, conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 452 Serviços Urbanos

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO DE URBANISMO

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.50 - Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.50 – na Rubrica 1.7.1.8.9.9.1.1 – Outras Transferências da União – Cessão Onerosa Lei nº 13.885/2019, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.217/2018, art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.594 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297730

DECRETO Nº 2.594 de 30 de Dezembro de 2019.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 584 de 08 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: Excesso de arrecadação dos recursos transferidos referente a Cessão Onerosa relativo a Lei Federal nº13.885

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ R\$ 3.877.11 (Três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos) relativo a recursos vinculados:

50.00 – SECRET. DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIETNTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.021– Manutenção planejamento e serviços municipais

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0051 aplicações diretasR\$ 3.877.11

TOTAL R\$ 3.877.11

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 30 de dezembro de 2019.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2020

Publicação Nº 2297500

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020.

DETERMINA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO DOS INTERESSADOS NO REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDOR DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

Em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com suas alterações, torna público que, estão abertas as inscrições de interessados no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Novo Horizonte para o fornecimento de materiais, serviços e obras. Os interessados deverão solicitar o seu registro cadastral de habilitação no Setor de Compras e Cadastros, da Secretária de Administração e Fazenda do Município, situado na Rua José Fabro, nº 01, mediante preenchimento do pedido de inscrição, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1 cédula de identidade, no caso de pessoa física;

1.2 registro comercial, no caso de empresa individual;

1.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.4 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.5 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2- REGULARIDADE FISCAL:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.2 prova de regularidade para com as fazendas: Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do requerente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.3 certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e a dívida ativa da União. Portaria Conjunta. RFP/PGFN nº1751 de 02 de outubro de 2014.
- 2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

- a) as certidões apresentadas deverão constar os prazos de validade; caso não venha especificado, considerar-se-á 90 (noventa) dias, contados a partir de sua emissão;
- b) a empresa que apresentar inscrição provisória no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, deverá encaminhar a definitiva antes do vencimento daquela. O certificado de registro cadastral será emitido com prazo provisório de 90 dias, contados a partir do carimbo de protocolo;
- c) sempre que o Município julgar conveniente e oportuno, poderá exigir documentos complementares, na forma da legislação vigente, especialmente nos casos de inscrição, renovação, alteração, ou durante o prazo de validade da inscrição.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 3.1 registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver, ou declaração da própria empresa atestando a não existência de entidade profissional que regule as suas atividades, ficando sujeita às sanções cabíveis, no caso de falsa declaração;
- 3.2 comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o seu ramo de atividade, incluindo a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

NOTAS

- a) O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE RESERVA-SE NO DIREITO DE CADASTRAR SOMENTE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS, DE ACORDO COM O SEU INTERESSE;
- b) não poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por empresas que possuam ligações societárias com a empresa requerente;
- c) a empresa será habilitada somente no(s) material(ais)/serviço(s) em que houver apresentado os atestados de capacidade técnica;
- d) os atestados de capacidade técnica mencionados no subitem 3.2 deverão ser emitidos em papel timbrado, datado e assinado pela autoridade competente;
- e) AS EMPRESAS DE OBRAS DEVERÃO APRESENTAR: certidão de registro e regularidade da proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia –CREA/SC, dentro de seu prazo de validade. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei nº 5.194, de 24.12.66, c/c art. 1º da Resolução nº 265, de 15.12.79 do CONFEA;

4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 4.1 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- 4.2 certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

NOTAS

- a) a comprovação da boa situação financeira da empresa será feita pela Comissão de Licitação, após analisados os balanços;
- b) enquadrar-se-á automaticamente na classe "D", item 5, a empresa:
- I) impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis;

5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

5.1 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) os documentos solicitados para o cadastramento deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, devendo ser entregue no Setor de Compras e Cadastros da Secretaria de Administração e Fazenda, e terão seu tempo contado a partir do carimbo de protocolo;
- b) a documentação requerendo o certificado de registro cadastral, que não atenda ao Edital será devolvida, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do carimbo de protocolo;
- c) caso a documentação seja devolvida pelos correios, por qualquer motivo, o Setor de Compras guardará os documentos por um período não superior a 06 (seis) meses, após este período se reserva ao direito de eliminá-los;
- d) não será recebida documentação incompleta.

6.0 CADASTRAMENTO:

- a) todas as pessoas físicas e jurídicas para fins de cadastramento, sujeitar-se-ão às regras deste Edital;
- b) O Setor de Compras e Cadastros do Município de Novo Horizonte, prestará toda e qualquer informação complementar que se fizer necessária, através do telefone (049) 3362 0024:

6.1 REPRESENTANTE – caso a empresa possua representante, deverá apresentar:

- a) procuração da empresa representada, discriminando os poderes específicos para transacionar com o Município de Novo Horizonte;
- b) documentos relativos à personalidade do representante, sendo:

- I) cédula de identidade, no caso de pessoa física;
II) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de pessoa jurídica.

6.2 VALIDADE DO REGISTRO CADASTRAL – o certificado cadastral deste Município poderá ser emitido em qualquer época do ano e terá validade de até 12 (doze) meses.

6.3 ALTERAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL – para modificações no Registro, a empresa cadastrada deverá encaminhar, mediante correspondência, o documento comprobatório para a devida alteração.

6.4 RENOVAÇÃO DO CADASTRO:

- a) para a renovação cadastral deverá ser apresentada toda a documentação exigida nos itens 1 a 4;
b) quaisquer alterações cadastrais, tais como, fax, conta bancária, endereço, telefone, etc..., será de exclusiva responsabilidade da requerente, através de comunicação escrita ao Setor de Compras.

6.5 SUSPENSÃO – a inscrição poderá ser suspensa por prazo indeterminado, ou até que cessem as causas que a originaram, nos seguintes casos:

- a) inadimplência de obrigação contratual;
b) recusa de assinatura em contrato sem plena justificativa.

6.6 CANCELAMENTO – será cancelada a inscrição, na forma da Lei, quando ocorrer os seguintes casos:

- a) desempenho insatisfatório continuado por faltas graves;
b) prática de atos ilícitos e lesivos aos interesses da Administração Pública;
c) decretação de falência;
d) liquidação ou dissolução da empresa;
e) ter sido declarada inidônea para licitar em qualquer esfera da Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7 – DOS RECURSOS:

DOS ATOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO, CABEM:

- a) recurso, nos casos de indeferimento ou cancelamento do cadastro, interposto pelo interessado;
b) os recursos e as representações serão interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação do deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição, o qual será efetivado por escrito, através dos seguintes meios:
1. correspondência com aviso de recebimento (AR);
2. publicação em jornal local;
3. afixação da decisão de julgamento dos documentos no quadro do mural de aviso;
4. transmissão através de fax com confirmação de recebimento.
c) o recurso ou representação deverá ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-la devidamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do carimbo de protocolo;

8 – DA PUBLICIDADE.

O presente Edital estará disponibilizado permanentemente no site do Município www.novohorizonte.sc.gov.br – Carta de Serviços.

Novo Horizonte, 02 de janeiro de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 001/2020

Publicação Nº 2298311

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor : R\$ 81.555,00 (oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : 60.02-008-10.301.0016-2.031-3.3.90.00-113 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Novo Horizonte/SC, em 02 de janeiro de 2020 - Rogerio Acacio Mascarello – Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 001/2020

Publicação Nº 2298301

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor : 1.038,186,00 (um milhão, trinta e oito mil, cento e oitenta e seis reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : 003-20.01-04.122.0002-2.002-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Superior

010-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral

039-40.01-12.361.0005-2.011-3.3.90.00 – 110 – Man. Central da Secretaria de Educação

096- 50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

098-50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

099- 50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

111-50.02-20.606.0015-2.028-3.3.90.00 – 109 – Man. Depto de Agric. e Meio Ambiente

128-60.01-08.244.0017-2.030-3.3.90.00 – 109 - Manutenção Fundo Mun. Assistência Social

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Novo Horizonte/SC, em 02 de janeiro de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 002/2020

Publicação Nº 2298303

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 002/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: ANTONIO SIRVAL DOS SANTOS PEREIRA

Valor : 60.889,00 (sessenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : 003-20.01-04.122.0002-2.002-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Superior

010-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral

039-40.01-12.361.0005-2.011-3.3.90.00 – 110 – Man. Central da Secretaria de Educação

096- 50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

097-50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

099- 50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00 – 109 - Manutenção do Depto de Transportes

111-50.02-20.606.0015-2.028-3.3.90.00 – 109 – Man. Depto de Agric. e Meio Ambiente

128-60.01-08.244.0017-2.030-3.3.90.00 – 109 - Manutenção Fundo Mun. Assistência Social

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Novo Horizonte/SC, em 02 de janeiro de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 003/2020

Publicação Nº 2298308

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: MARCELO COAN ME

Valor : 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : 010-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral

Objeto : Prestação de serviços TÉCNICOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Novo Horizonte/SC, em 02 de janeiro de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 004/2020

Publicação Nº 2298309

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Valor :15.0000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 02/01/2020 Término: 01/01/2025
Recursos : 010-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral
Objeto : a Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, visando à contratação de Serviços de Correio, para prestação de serviços postais e aquisição de produtos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.

Novo Horizonte/SC, em 02 de janeiro de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 001/2020

Publicação Nº 2298362

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020
RATIFICAÇÃO DIA: 02/01/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Prestação de serviços TÉCNICOS DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

MARCELO COAN ME
Valor da despesa: 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)

DATA: 02/01/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 002/2020

Publicação Nº 2298364

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020
RATIFICAÇÃO DIA: 02/01/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, visando à contratação de Serviços de Correio, para prestação de serviços postais e aquisição de produtos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Valor :15.0000,00 (quinze mil reais)

DATA: 02/01/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL Nº 001/2020 - DL 001/2020

Publicação Nº 2298339

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
DISPENSA Nº 001/2020
RATIFICAÇÃO DIA: 02/01/2020
CONTRATADO: MARCELO COAN ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviço de Assessoria de Imprensa e Comunicação à Administração Municipal do município de Novo Horizonte/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 02/01/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PL Nº 002/2019 - DL 002/2019

Publicação Nº 2298345

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
DISPENSA Nº 002/2020
RATIFICAÇÃO DIA: 02/01/2020
CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: a Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, visando à contratação de Serviços de Correio, para prestação de serviços postais e aquisição de produtos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 02/01/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 084/2020

Publicação Nº 2298242

RESOLUÇÃO Nº 084, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
Dispõe sobre o repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, nos termos regimentais, e de acordo com o Decreto Legislativo nº 513, de 23 de abril de 2002, RESOLVE:

Art. 1º O repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2020, será na ordem R\$ 12.000,00 (doze mil reais), fracionado em 12 parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Parágrafo único. O valor foi aprovado em assembleia geral da Acanor, realizada no dia 30 de agosto de 2019, conforme Ata nº 94ª (nonagésima quarta), Anexo Único, tendo reajuste para o exercício de 2020.

Art. 2º Os valores a serem repassados, de forma mensal, serão utilizados pela Acanor na execução de suas finalidades e manutenção de suas atividades, especialmente no que dispõe os artigos 3º e 4º do Estatuto Social.

Art. 3º A Diretoria da Acanor prestará contas anuais, na forma prevista em seu Estatuto e em observância a legislação vigente.

Art. 4º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução serão utilizados recursos constantes no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, exercício de 2020, na seguinte classificação: 01.031.0001.2.001 - elemento de despesa 3.3.50.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2020.

Novo Horizonte, SC, 02 de janeiro de 2020.

Vereador Sergio Sanagiotto
Presidente da Câmara de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO CONCURSO Nº 001/2017

Publicação Nº 2298636

Ofício nº 001 /2020 Orleans - SC., 03 de Janeiro de 2020.

Ilustríssimo Senhor
PATRÍCIO RADUVANSKI TORRES

Prezado Senhor,

Conforme resultado do Concurso Público 01/2017, realizado pelo SAMAE de Orleans em 16 de Julho de 2017 e considerando sua aprovação em 4º lugar para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, convocamos Vossa Senhoria para assumir a vaga no prazo máximo de 30 dias contados a partir do recebimento deste ofício.

Cordialmente,
FÁBIO ECHELI BETT
Diretor do SAMAE

REABERTURA DO PROCESSO Nº 20/2019 FMS

Publicação Nº 2287800

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2019

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação informa as empresas interessadas que, de conformidade com a lei nº 8.666/93 e legislação subsequente, a reabertura do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS – SC, sito a Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 3886-0100, a partir do dia 06/01/2020 até o dia 30/11/2020, tendo em vista o prazo necessário para publicações, formalização de contrato e informação da população para início das atividades.

Maiores informações através do site www.orleans.sc.gov.br, e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans, 03 de janeiro de 2020.
FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Secretário da Saúde

REABERTURA DO PROCESSO Nº 21/2019 FMS

Publicação Nº 2287806

AVISO DE LICITAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2019

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação informa as empresas interessadas que, de conformidade com a lei nº 8.666/93 e legislação subsequente, a reabertura do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RX CONFORME LEI MUNICIPAL DE Nº 2.701 DE 21/03/2017 NO EXERCÍCIO DO ANO DE 2020.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS – SC, sito a Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 3886-0100, a partir do dia 06/01/2020 até o dia 30/11/2020, tendo em vista o prazo necessário para publicações, formalização de contrato e informação da população para início das atividades.

Maiores informações através do site www.orleans.sc.gov.br, e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans, 03 de janeiro de 2020.
FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Secretário da Saúde

Ouro

PREFEITURA

ADITIVOS 2020

Publicação Nº 2297843

TERMO ADITIVO N. 01/2019 AO CONTRATO Nº 003/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: AQUINO SCOPEL.

Objeto: Locação de terreno.

ALTERAÇÃO: Prorrogação.

Valor do aditivo: R\$ 3.275,82.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8666/1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2020 até 30/06/2020.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2019.

TERMO ADITIVO N. 02/2019 AO CONTRATO Nº 007/2018

Processo Licitatório n. 0018/2018

Dispensa de Licitação n. 0003/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: Imir Miguel Zanesco e Marilene Vetorazi Zanesco.

Objeto: Locação de uma sala comercial.

ALTERAÇÃO: Prorrogação.

Valor do aditivo: R\$ 10.200,00.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8666/1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2020 até 31/12/2020.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2019.

ATAS RP 01-04

Publicação Nº 2298054

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0064/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 0040/2019

VALIDADE: até 31/12/2020

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido, para o exercício de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2020

CONTRATADA: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
1	Nitrogênio líquido para entrega no município.	NITROTEC	LTR	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	10.000	3,70	37.000,00
37.000,00							

Processo Licitatório nº 0065/2019

Pregão Presencial nº 0041/2019

VALIDADE: até 31/12/2020

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina Comum e Arla, destinados aos veículos leves, utilitários, ônibus, caminhões e máquinas pesadas do Município de Ouro, para o exercício de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2020

CONTRATADA: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
1	Óleo Diesel Comum	wdcom	LTR	AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA EPP	90.000	3,34	300.600,00
2	ÓLEO DIESEL S10	wdcom	LT	AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA EPP	100.000	3,38	338.000,00

3	GASOLINA COMUM	wdcom	LT	AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA EPP	40.000	4,12	164.800,00
803.400,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2020

CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTIVEIS PARQUE LTDA EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total	Situação
4	ARLA	POTENCIAL	LT	POSTO DE COMBUSTIVEIS PARQUE LTDA EPP	1.000	2,58	2.580,00	Proposta
2.580,00								

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0066/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 0042/2019

VALIDADE: até 31/12/2020

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha (GLP).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2020

CONTRATADA: OURO GÁS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total	Situação
1	Recarga para botijões de gás para cozinha (GLP). Botijão 13 quilos.	NACIONAL GAS	UN	OURO GÁS LTDA	230	80,00	18.400,00	Proposta
2	Recarga para botijões de gás para cozinha (GLP). Botijão P 45.	NACIONAL GAS	UN	OURO GÁS LTDA	35	315,00	11.025,00	Proposta
29.425,00								

DECRETO Nº 620

Publicação Nº 2297909

DECRETO Nº 620, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o cancelamento de restos a pagar não processado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, DECRETA:

Art. 1º Fica a Contadoria Geral do Município autorizada a cancelar os empenhos a seguir relacionados, inscritos em restos a pagar não processados, em decorrência do não fornecimento dos materiais e/ou a prestação de serviços:

Empenho	Ano	Fornecedor	Valor
3482	2012	ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA.	R\$ 2.199,20
3483	2012	ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA.	R\$ 962,45
3223	2018	NC COMUNICAÇÃO S.A.	R\$ 400,00
5146	2018	ENIO DELAZERI EIRELI	R\$ 11,20
5153	2018	OUROGRAF SERVIÇOS GRÁFICOS	R\$ 53,40
5601	2018	ENIO DELAZERI EIRELI	R\$ 37,70
5722	2018	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO LTDA	R\$ 229,50
5872	2018	RODO VILA TRANSPORTES LTDA.	R\$ 69,45
6041	2018	PLANALTO TRANSPORTES LTDA.	R\$ 1,41
6220	2018	MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI	R\$ 259,00
6241	2018	CASA CIRÚRGICA CHAPECO LTDA.	R\$ 34,50
6245	2018	PRO CIRÚRGICA CHAPECO PROD. P/ SAÚDE LTDA.	R\$ 68,80
6272	2018	SILMES COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS EIRELI	R\$ 168,80
6273	2018	ODONTOMEDI PROD ODONTOLÓGICOS E HOSP LTDA	R\$ 749,36
6274	2018	MADRIDENT COM DE PROD ODONTOLÓGICOS LTDA	R\$ 438,65
6275	2018	DENTAL OESTE EIRELI - EPP	R\$ 66,70
6417	2018	OUROGRAF SERVIÇOS GRÁFICOS	R\$ 197,00
6420	2018	L.A. CN INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 468,50
6515	2018	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	R\$ 15,08
6533	2018	MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA.	R\$ 689,70
7106	2018	TB SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 209,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 2 de dezembro de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

IN Nº 006/2019 CONTRATO Nº 080/2019

Publicação Nº 2297587

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0074/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0006/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: Hospital Nossa Senhora das Dores. Objeto: Contratação dos serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Atendimento, serviços de urgência e Emergência, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos afins, para atendimento dos pacientes do Município de Ouro.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020. Ouro, 30/12/2019, Maria Inês Nora, Secretária Municipal de Saúde

Processo Licitatório n. 0074/2019

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0006/2019

CONTRATO N. 080/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES

Objeto: Contratação dos serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Atendimento, serviços de urgência e Emergência, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos afins, para atendimento dos pacientes do Município de Ouro.

Vigência: 01/01/2020 e término em 31/12/2020.

Valor total: O valor total estimado será de R\$ 649.057,20 (Seiscentos e quarenta e nove mil, cinquenta e sete reais, vinte centavos).

Data de assinatura: 30/12/2019.

PR Nº 001/2020

Publicação Nº 2297861

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 16/01/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0001/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0001/2020, menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos genéricos, éticos e similares, para distribuição gratuita à população do Município de Ouro, para o exercício de 2020. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 02/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR Nº 002/2019

Publicação Nº 2297917

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 17/01/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0002/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0002/2020, menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, visando a contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção da rede de iluminação pública nas áreas urbana e rural do Município de Ouro, para o exercício de 2020. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 02/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO PR Nº 045/2019

Publicação Nº 2297969

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N 0045/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de seguros para veículos da frota do Município de Ouro, para o ano de 2020, de acordo com as especificações do Anexo I do edital. O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital do Processo Licitatório n.0069/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 0045/2019 passou por alterações no seu 6.1.4. A data de abertura do Processo Licitatório n.0069/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 0045/2019, não foi alterada. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital:licitacoes@ouro.sc.gov.br/www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 02/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 001/2020

Publicação Nº 2298186

Decreto 001/2020 de 02 de janeiro de 2020.

Atualiza o valor da UFRM e em conformidade com o § 1º do Art. 2º da Lei Complementar n. 006/2005, de 13 de dezembro de 2005, que alterou o Art. 107 da Lei Complementar n. 002/2002, de 18 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do município,

Decreta:

Art. 1º. Fica atualizada a expressão monetária UFRM com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, para vigência a partir do primeiro dia do ano de 2020.

Art. 2º. A expressão monetária UFRM, passa a vigorar com uma atualização de 5,12% (cinco vírgula doze por cento), constituindo um valor real de R\$ 311,64 (Trezentos e onze reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 02/2020

Publicação Nº 2296524

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2020

PROCESSO N.º 02/2020

OBJETO: locação de um terreno com área de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados), destinado à instalação de um Playground - área de recreação -, especialmente utilizada por crianças e adolescentes, ao ar livre, com o objetivo de estimular a prática da atividade física e brincadeiras, localizada no Bairro Tancredo Neves, nesta cidade, encravada em parte das Chácaras nºs 162 e 163, imóvel 2.653.

CONTRATADO ERICH AUGUSTO MÜLLER, inscrito no CPF sob nº 137.971.829-53.

VALOR TOTAL: 1.884,00 (um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2020.

Palmitos, 02 de Janeiro de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020/FMS

Publicação Nº 2298566

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020/FMS

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS FARMÁCIAS BÁSICAS, BEM COMO INJETÁVEIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME LISTAGEM EM ANEXO.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Decreto Municipal nº 117/2017; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 13:45 horas do dia 16/01/2020, com início do credenciamento e abertura marcada para às 14h00min do mesmo dia

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

CAIO ROBÉRIO BARPP DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297987

PORTARIA Nº 001, de 02 de janeiro de 2020.

“NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora FERNANDA LUETKEMEYER CARBONARI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico Municipal, Símbolo AJM, lotando-a no Departamento Jurídico Municipal, a partir do dia 02 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público a servidora ora nomeada fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 100% (cem por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 505, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297949

PORTARIA Nº 505, de 31 de dezembro de 2019.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR, a servidora municipal DIANALIZE FILIPINI QUEIROZ HABECH ocupante do Emprego Público de Agente de Combate às Endemias, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de dezembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

01/2020

Publicação Nº 2298723

PORTARIA Nº 01/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

Considerando o Decreto nº 34, de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407, de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 02/01/2020, ao servidor Marcelo Martins, matrícula nº 11290, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro III, nomeado pela Portaria nº 035/2017, aprovado em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 2 de janeiro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 3 de janeiro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

02/2020

Publicação Nº 2298724

PORTARIA Nº 02/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal nº 1269, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 02/01/2020, ao servidor efetivo e estável Marcelo Martins, matrícula nº 11290, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro III, nomeado pela Portaria nº 035/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 2 de janeiro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 3 de janeiro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 36/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 06/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297729

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 18/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 06/2018 e Processo de Licitação 07/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 06/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 06/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens de ônibus, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba – FMAS.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2019/FMS.

Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A.

CNPJ nº: 04.176.082/0001-80.

Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Data de Vigência: 26/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 26 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 37/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 07/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297731

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 15/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 03/2018 e Processo de Licitação 08/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 07/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 07/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para Realização de Exames Laboratoriais especificados na tabela SUS, para atendimento à população do Município de Peritiba conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2019/FM, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2019/FMS.

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL.

CNPJ nº: 83.506.030/0002-82

Valor: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Data de Vigência: 27/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 38/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 05/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297734

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 14/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 02/2018 e Processo de Licitação 06/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação Nº 05/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 05/2019, que tem por objeto a contratação de Farmácias sediadas no perímetro

urbano do Município de Peritiba para fornecimento de Medicamentos diversos cuja relação não faça parte dos medicamentos oferecidos pela Farmácia Básica da Unidade Municipal de Saúde, cujo pagamento será baseado na Tabela ABCFARMA, para atendimento à população do Município conforme a necessidade e parecer, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019/FMS.

Contratado: FARMACIA SANTO ISIDORO LTDA ME.

CNPJ nº: 09.161.542/0001-10.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Data de Vigência: 27/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 39/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 18/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297736

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 19/2019, na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2019.

Objeto: Prorrogar até 28/02/2020 o prazo de vigência do contrato Original nº 24/2019, que tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento das necessidades da Unidade Sanitária Municipal Dr. Gilberto Luiz Dallegre e em atendimento a proposta nº 11391.279000/1160-01 do Ministério da Saúde – Emenda Parlamentar 10630004.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2019/FMS.

Contratado: ESCRIBLU COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

CNPJ nº: 10.902.067/0001-75.

Data de Vigência: 26/12/2019 à 28/02/2020.

Município de Peritiba – SC em 26 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 40/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 08/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297739

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 18/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 06/2018 e Processo de Licitação 10/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 08/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 08/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens de ônibus, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba – FMAS.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2019/FMS.

Contratado: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

CNPJ nº: 82.647.884/0001-35.

Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Data de Vigência: 27/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 41/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 10/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297740

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 17/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 05/2018 e Processo de Licitação 13/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 10/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 10/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2019/FMS.

Contratado: CLINICA BONNA SALUTE LTDA.

CNPJ nº: 08.983.067/0001-03.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Data de Vigência: 27/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 42/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 09/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297742

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 17/2018, na modalidade Credenciamento Universal nº 05/2018 e Processo de Licitação 12/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 09/2019.

Objeto: Prorrogar até 31/12/2020 o contrato original nº 09/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2019/FMS.

Contratado: FST- SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ nº: 01.963.276/0001-38.

Data de Vigência: 27/12/2019 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 43/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 27/2019 - FMS.

Publicação Nº 2297751

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 19/2019, na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2019.

Objeto: Prorrogar até 28/02/2020 o prazo de vigência do contrato Original nº 27/2019, que tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento das necessidades da Unidade Sanitária Municipal Dr. Gilberto Luiz Dallegrave e em atendimento a proposta nº 11391.279000/1160-01 do Ministério da Saúde – Emenda Parlamentar 10630004.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2019/FMS, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2019/FMS.

Contratado: D&F COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI.

CNPJ nº: 28.275.797/0001-59.

Data de Vigência: 27/12/2019 à 28/02/2020.



Município de Peritiba – SC em 27 de Dezembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN


Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DA ATA PL 130/2019, PR 62/2019


Publicação Nº 2298446

		Município de Peritiba Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br http://www.peritiba.sc.gov.br			
Usuário: Gabriel Guilherme		Chave de Autenticação Digital 1761-4459-909		Página 1 / 2	

Resultado do julgamento					
Licitação: PR62/2019		Data de abertura: 02/12/2019		Modalidade: Pregão	
Forma de julgamento: Lote		Tipo da licitação: Menor preço		Valor total estimado: R\$ 249.201,20	
Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de impressos gráficos personalizados, materiais para divulgação de eventos/campanhas de cultura, saúde, educação entre outras, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.					
Lote	Tratamento	Denominação	Valor estimado (R\$)		
1	Normal	Lote 01	13.208,50		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	8.700,00		
	2	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	8.740,00		
	3	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	10.781,00		
2	Normal	Lote 2	24.085,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	9.044,00		
	2	4830 - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	9.045,00		
	3	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	9.890,00		
	4	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	10.480,00		
	5	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	20.260,00		
3	Normal	Lote 03	16.652,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	7.400,00		
	2	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	7.435,00		
	3	4830 - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	7.605,00		
	4	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	11.400,00		
	5	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	15.277,50		
4	Normal	Lote 04	14.976,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	5.250,00		
	2	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	5.300,00		
	3	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	6.678,00		
	4	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	14.040,00		
5	Normal	Lote 05	56.628,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	32.900,00		
	2	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	33.000,00		
	3	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	38.900,00		
	4	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	46.040,00		
6	Normal	Lote 06	77.248,41		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	56.000,00		
	2	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	56.400,00		
	3	2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	68.744,86		
	4	4827 - VANDERLEI CLIMACO VARELA	70.893,00		
	5	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	77.248,41		
7	Normal	Lote 07	14.978,25		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4827 - VANDERLEI CLIMACO VARELA	12.200,00		
	2	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	12.300,00		
	3	4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	12.675,00		
	4	2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	13.330,50		
	5	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	14.978,25		
8	Normal	Lote 08	6.670,04		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4827 - VANDERLEI CLIMACO VARELA	4.750,00		
	2	2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	4.800,00		
	3	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	6.670,04		
9	Normal	Lote 09	1.837,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	1.705,00		
10	Normal	Lote 10	1.494,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	4510 - ALEX POSSAMAI	950,00		
	2	1012 - CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI	1.000,00		
	3	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	1.100,00		
	4	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	1.494,00		
11	Normal	Lote 11	2.992,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1012 - CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI	2.800,00		
	2	4510 - ALEX POSSAMAI	2.980,00		
	3	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	2.992,00		
12	Normal	Lote 12	8.520,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	3.798,00		
	2	4830 - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	3.800,00		
	3	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	5.480,00		
13	Normal	Lote 13	4.992,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	1.400,00		
	2	1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	1.490,00		
	3	4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	2.150,00		
14	Normal	Lote 14	2.520,00		
	Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)		
	1	2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	2.200,00		
	2	1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	2.520,00		



Município de Peritiba
Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC
CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br
<http://www.peritiba.sc.gov.br>



Usuário: Gabriel Guilherme

Chave de Autenticação Digital
1761-4459-909

Página
2 / 2

Resultado do julgamento



Lote	Tratamento	Denominação	Valor estimado (R\$)
15	Normal	Lote 15	2.400,00
Colocação			Valor Total (R\$)
1		4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	1.350,00
2		2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	2.000,00

Resumo dos licitantes vencedores

Credor/Fornecedor	Lote	Valor Total (R\$)
1012 - CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI	11	2.800,00
1326 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	1, 3, 5	49.000,00
1743 - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	9, 12, 13	6.903,00
2866 - PROART COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	14	2.200,00
4510 - ALEX POSSAMAI	10	950,00
4827 - VANDERLEI CLIMACO VARELA	7, 8	16.950,00
4828 - BERGMANN & MANN COMERCIO GRAFICO LTDA	4	5.250,00
4829 - FONTANA & JOAQUIM LTDA	2, 6, 15	66.394,00
Total Geral		150.447,00

EXTRATO DA ATA PL 145/2019, PR 72/2019

Publicação Nº 2298449

 Município de Peritiba Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br http://www.peritiba.sc.gov.br	
	Usuário: Gabriel Guilherme Chave de Autenticação Digital 1684-0783-629 Página 1 / 1

Resultado do julgamento

Licitação: PR72/2019 **Data de abertura: 26/12/2019** **Modalidade: Pregão** **Valor total estimado: R\$ 1.553.890,00**

Forma de julgamento: Por item
Tipo da licitação: Menor preço
 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de combustíveis, para veículos, máquinas, equipamentos e implementos pertencentes a frota municipal, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

Objeto:

Item	Quantidade	Tratamento	Unid. de medida	Material/Serviço/Denominação	Valor estimado (R\$)
1	52.000,00000	Normal	LT	4437 - GASOLINA COMUM	232.440,00
Colocação					
1		Credor/Fornecedor		Marca	Valor unitário (R\$)
1		1492 - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI		Bandeira Branca	4,46000
2		683 - PERITIBA AUTO POSTO LTDA		Bandeira Branca	4,47000
2	167.500,00000	Normal	LT	7005 - Óleo Diesel S-500	646.550,00
Colocação					
1		Credor/Fornecedor		Marca	Valor unitário (R\$)
1		683 - PERITIBA AUTO POSTO LTDA		Bandeira Branca	3,85000
2		1492 - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI		Bandeira Branca	3,86000
3	170.000,00000	Normal	LT	7006 - Óleo Diesel S10	674.900,00
Colocação					
1		Credor/Fornecedor		Marca	Valor unitário (R\$)
1		683 - PERITIBA AUTO POSTO LTDA		Bandeira Branca	3,96000
2		1492 - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI		Bandeira Branca	3,97000

Resumo dos licitantes vencedores

Credor/Fornecedor	Item	Valor Total (R\$)
683 - PERITIBA AUTO POSTO LTDA	2, 3	1.318.075,00
1492 - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI	1	231.920,00
Total Geral		1.549.995,00

Pinhalzinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 651 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298166

PORTARIA Nº 651 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 127/2009, 130/2009 e 140/2012, bem como o Edital de Alteração de Carga Horária nº 005/2019 da Secretaria de Educação e Comunicação Interna n. 542/2019, Resolve,

Artigo 1º RETIFICAR a Portaria 274/2019, fazendo constar: ALTERAR A CARGA HORÁRIA de 10 horas para 20 horas semanais da servidora pública TEREZINHA MALACARNE, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 384.432.109-82, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR MAG II, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho/SC, no período 22.04.2019 a 31.12.2019, para atender turmas de 5º ano matutino e vespertino na EMEB, nas segundas-feiras a tarde e terças-feiras o dia todo, durante o período que a servidora Eliria Heck Hofmann estiver ausente frequentando aulas de mestrado.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 13 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 652 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298169

PORTARIA Nº 652 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º EXONERAR, a pedido, a servidora JUSCIANE LOURES STRADA, inscrita no CPF sob o n. 991.767.691-00, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social deste município, a partir de 13/12/2019, sendo esse dia trabalhado.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 13 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 653 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298172

PORTARIA Nº 653 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012, bem como o Concurso Público de edital nº

001/2015,

Resolve,

Artigo 1º NOMEAR, por concurso, a Senhora LUCIANE RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n. 101.660.189-10, para ocupar o cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social do Município de Pinhalzinho, a partir de 16.12.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 654 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298174

PORTARIA Nº 654 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 15 (quinze) dias consecutivos de licença prêmio ao Servidor Público Municipal MATEUS ORO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 058.945.769-11, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL, lotado na Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 11.05.2012 a 10.05.2017, no período concessivo de 16.12.2019 a 30.12.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 655 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298176

PORTARIA Nº 655 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 15 (quinze) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal SIMONE MULLER, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 055.716.459-11, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 15.01.2010 a 14.01.2015, no período concessivo de 16.12.2019 a 30.12.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 656 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298179

PORTARIA Nº 656 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio ao Servidor Público Municipal JOAO ALFREDO KRONHARDT, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 249.224.120-34, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 22.10.2011 a 21.10.2016, no período concessivo de 16.12.2019 a 14.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 657 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298181

PORTARIA Nº 657 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal MARGARETE BUFFON, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 649.889.299-49, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 01.12.2009 a 30.11.2014, no período concessivo de 16.12.2019 a 14.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 658 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298185

PORTARIA Nº 658 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal MARIA IVONE VALENTINI COMINETTI, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 899.316.379-00, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 01.12.2009 a 30.11.2014, no período concessivo de 16.12.2019 a 14.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 659 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298189

PORTARIA Nº 659 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio ao Servidor Público Municipal ISRAEL NEUTZLING BETEMPS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 896.248.740-34, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR MAG II, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 06.02.2008 a 06.02.2015, no período concessivo de 16.12.2019 a 14.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 660 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298192

PORTARIA Nº 660 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER adicional de triênio aos servidores públicos municipais abaixo descritos, referente ao mês de dezembro de 2019:

MATRÍCULA	SERVIDOR
3820	ANA MARIA DE GREGORI

3819	DEBORA SCHUCK BOLIS
3497	DENISE CATARINA ANDRIOLI
2214	GABRIELA PEREIRA
4386	MARCIO CARLOS GALIAZZI
3818	RAQUEL PATRICIA WEILER REBELATTO

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 661 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298198

PORTARIA Nº 661 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 15 (quinze) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal SILVIA REGINA ODY, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 625.365.599-04, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO (EXTINÇÃO), lotada na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Pinhalzinho - SC, referente ao período aquisitivo de 28.10.2010 a 27.10.2015, no período concessivo de 17.12.2019 a 31.12.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 662 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298200

PORTARIA Nº 662 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal MARISA GABOARDI, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 973.243.969-68, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Assistência Social do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 28.10.2010 a 13.01.2016, no período concessivo de 17.12.2019 a 15.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 663 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298201

PORTARIA Nº 663 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal NEIVA SANTINA DIAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 037.761.229-43, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 23.01.2012 a 22.07.2017, no período concessivo de 20.12.2019 a 18.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 20 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 664 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298203

PORTARIA Nº 664 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 15 (quinze) dias consecutivos de férias à Servidora Pública Municipal KELLY SIMARA OGLIARI, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 038.573.229-50, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, lotada na Secretaria de Saúde de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 01.02.2018 a 31.01.2019, no período concessivo de 20.12.2019 a 03.01.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 20 de dezembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATUAL TOMARA DE PREÇO 02-2019**

Publicação Nº 2297884

**CÂMARA DE
VEREADORES DE
PINHALZINHO**

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO

Ata de Tomada de Preço Nº: 02/2019**Contratante:** CAMARA DE VEREADORES PINHALZINHO**Contratada:** ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME**Valor Estimado:** R\$ 37.347,94 (Trinta e sete mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**Licitação:** PROCESSO 104/2019**EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PINTURA INTERNA, REPAROS DE PAREDES, CONSTRUÇÃO DE PAREDES E COLOCAÇÃO DE PISO CERAMICO, CONFORME PROJETO, CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.

Pinhalzinho-SC, 27 de dezembro de 2019.

Claudécir Jose Corradi - Presidente

Câmara de Vereadores de Pinhalzinho | CNPJ: 01.752.406/0001-93
Avenida Porto Alegre, 2515 - Centro - CEP: 89870-000 Pinhalzinho/SC
Fone: (49) 3366 1625 | E-mail: secretaria@camarapro.sc.gov.br

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2019

Publicação Nº 2298443

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2019

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação seguradora para firmar contrato de seguro de veículo da Frota do Município de Piratuba, sofreu alterações nas descrições dos itens 10, 35 e 38 do Anexo "D" do Edital, e alteração na data de recebimento e abertura dos envelopes das propostas e documentação para o dia 15 de janeiro de 2020, permanecendo inalterada as demais itens e ou cláusulas do Edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 02 de janeiro de 2020.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2297997

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato da Senhorita Karla Riffel da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa visando a prestação de serviços de show artístico durante a programação de Kerb Fest 2020, em favor da empresa ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), com vigência até 31/01/2020.

Piratuba, SC, 03 de janeiro de 2020.

EVANDO ANTONIO DE AZEREDO

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2297998

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato da Senhorita Karla Riffel da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa visando a prestação de serviços de show artístico durante a programação de Kerb Fest 2020, em favor da empresa ELORI PORT – 347.936.319-91, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vigência até 31/01/2020.

Piratuba, SC, 03 de janeiro de 2020.

EVANDO ANTONIO DE AZEREDO

Prefeito Municipal em Exercício

Planalto Alegre**PREFEITURA****CA06_2020**

Publicação Nº 2297792

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Nº. Contrato	06/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	DIRLETE APARECIDA MARANGONI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Valor :	R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais).
Vigência :	03 meses

Planalto Alegre – SC, 02 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito**EDDL01_2020**

Publicação Nº 2297737

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. 001/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO 002/2020

LOCADOR: ALAIDES DE SOUZA.

VALOR MENSAL: R\$ 930,00 (novessentos e trinta reais).

Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL EM ALVENARIA MEDINDO 100M², LOCALIZADO NA AVENIDA JULIO CHIARELLO, CENTRO, PLANALTO ALEGRE, SOB LOTE URBANO N. 01 DA QUADRA 12, PERTENCENTE A MATRICULA N. 5839

VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações

PLANALTO ALEGRE, 02 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal.**EDDL02_2020**

Publicação Nº 2297741

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. PM – 002/2020

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Edital: PM/DL – 002/2020.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº PM-02/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

VALOR: 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais).

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

VIGÊNCIA: 01/01/2020 a 31/12/2020

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br

br/licitações.

PLANALTO ALEGRE, 02 de Janeiro de 2020.
JUARES BET
Prefeito Municipal.

EDDL03_2020

Publicação Nº 2297743

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº DL/PM – 03/2020 Fundamento: Lei 8.666/93 Art . 24 VIII - Para aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; Contrato: Contrato Administrativo nº 03/2020 Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO DE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA PARA CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT. Valor Total: 31.487,51 (Trinta e um mil quatrocentos e oitenta e sete reais com cinquenta e um centavos). Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.
Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro 2020.
Juares Bet
Prefeito

EDDL04_2020

Publicação Nº 2297745

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Processo Administrativo nº DL/PM-04/2020 Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE – APACO. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC. Fundamento Legal: Lei 13.019/14, art. 31, inciso II Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) (...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. A) Lei Municipal nº 552/2010. Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.
Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro de 2020.
JUARES BET
Prefeito

EDDL05_2020

Publicação Nº 2297748

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo nº DL/PM-05/2020

Contrato: Contrato Administrativo nº 04/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS).

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 25, inciso I.

Valor Total: R\$ 4.967,52 (quatro mil novecentos e sessenta e sete reais com cinquenta e dois centavos).

Vigência: 02/01/2020 até 31/12/2020.

Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito

EDDL06_2020

Publicação Nº 2297750

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº DL/PM-06/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC.

Objeto: CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, JUNTO A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93

A) Art . 24

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

B) Lei Municipal nº 077/1995.

Valor Total: R\$ 112.980,00 (cem e doze mil novecentos e oitenta reais)

Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.

Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro 2020.

JUARES BET

Prefeito

EDDL07_2020

Publicação Nº 2297754

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº DL/PM-07/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM Objeto: CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, JUNTO A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM.
Fundamento Legal: Lei 8.666/93 A) Art . 24 XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005). B) Lei Municipal nº 182/1999. Valor Total: R\$ 13.776,36 (treze mil setecentos e setenta e seis reais com trinta e seis centavos). Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.
Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro de 2020.
JUARES BET
Prefeito

EDDL08_2020

Publicação Nº 2297758

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº DL/PM-08/2020 Contrato: Contrato Administrativo nº 05/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ Objeto: SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS INERENTES A EXECUÇÃO DOS PROJETOS AMBIENTAIS EXISTENTES. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Art . 24 VIII - Para aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
Valor Total: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) Vigência: 02/01/2020 até 31/12/2020.
Planalto Alegre- SC em 02 de Janeiro de 2020.
JUARES BET
Prefeito

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 001/2020 - PMPB

Publicação Nº 2297911

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 001/2020 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sonorização e iluminação, para eventos que venham a ser realizados por Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 15/01/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 15/01/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 03 de Janeiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 005/2019-CMAS

Publicação Nº 2297549

RESOLUÇÃO Nº. 005/2019-CMAS

Dispõe sobre a apreciação e aprovação do Demonstrativo ACESSUAS 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC - CMAS, no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 02 de abril de 1997,

CONSIDERANDO apresentação e deliberação do Demonstrativo para Co-financiamento do Governo Federal SUAS do ano 2018, em reunião extraordinária realizada dia 20 de dezembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. – aprovar o Demonstrativo para Co-financiamento do Governo Federal SUAS do ano 2018.

Art. 2º. - esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 20 de dezembro de 2019.

Giovana Nunes de Souza

Presidente do CMAS – Porto Belo - SC

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.456/2019 - RH

Publicação Nº 2297501

PORTARIA Nº 1.456, de 26 de novembro de 2019.
Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de novembro a 09 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, FLAVIA SILVIA BUSMAYER, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "12º" lugar na Chamada Pública nº 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada à servidora Cleide Maria Rosa Gregório, que está desempenhando a função de Diretora do Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.627/2019 - RH

Publicação Nº 2297515

PORTARIA Nº 1.627, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva RUBIA CRISTINA BRAZ DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional João Fernando Sobral, pelo período de 03 (três) anos a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 30%, em razão de Direção de Unidade Escolar com mais de 151 (cento e cinquenta e um) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.628/2019 - RH

Publicação Nº 2297516

PORTARIA Nº 1.628, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva ARLETE TABACA CARDOSO, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, pelo período de 03 (três) anos a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.629/2019 - RH

Publicação Nº 2297517

PORTARIA Nº 1.629, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva JAMILE PASTUCHAKI, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional Frei Deodato, pelo período de 03 (três) anos a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.630/2019 - RH

Publicação Nº 2297519

PORTARIA Nº 1.630, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva AGUEDA KREBS HEIMANN, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional da Lança, pelo período de 03 (três) anos a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.631/2019 - RH

Publicação Nº 2297520

PORTARIA Nº 1.631, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva JOSIANE GROSSL FROELICH, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, pelo período de 03 (três) anos a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.632/2019 - RH

Publicação Nº 2297521

PORTARIA Nº 1.632, de 20 de dezembro de 2019.
Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva ELOISA BRADOSKI VOJCIECHOVSKI, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional do São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.633/2019 - RH

Publicação Nº 2297522

PORTARIA Nº 1.633, de 20 de dezembro de 2019.
Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva GISELE GAJDECZKA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo Educacional do Legru, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de 15%, em razão de Direção de Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos, de acordo com a alínea "b" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIAS Nº 1.613 A 1.622/2019 - RH

Publicação Nº 2297511

PORTARIA Nº 1.613, de 20 de dezembro de 2019.
Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro

de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Comecinho de Vida, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.614, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva CLEIDE MARIA ROSA GREGORIO, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.615, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva DIONE DOS SANTOS REISDORFER, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.616, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva FERNANDA CONCEIÇÃO MARTINS, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.617, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva FERNANDA PADILHA VAZ ALVES DE LIMA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.618, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva FERNANDA REGINA CALDAS, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.619, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva FRANCIELE GALVÃO, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.620, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração

para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.621, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva LIDIANE REGINA SCHREINER, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Berçário Maria Luiza Waldruff, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.622, de 20 de dezembro de 2019.

Nomear Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva PATRICIA DE FATIMA REISDORFER ALVES, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Arco Iris, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2019, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de novembro de 2019.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIAS Nº 1.623 A 1.626/2019 - RH

Publicação Nº 2297513

PORTARIA Nº 1.623, de 20 de dezembro de 2019.
Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva CAROLINE MOYSES DE SOUZA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.624, de 20 de dezembro de 2019.

Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva JANE REGINA BARTH BRIXNER, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.625, de 20 de dezembro de 2019.

Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva MARA CLEI MARSCHALK PUFF, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.626, de 20 de dezembro de 2019.

Designar Diretora de Unidade Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, a servidora efetiva YARA PINTO FERREIRA KURUTZ, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Irmã Ana Lazzarini, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 161/2019 DE 20/12/2019 DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2297566

DECRETO Nº 161/2019 de 20/12/2019

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 28.244.0028.2.043 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social

(161) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas R\$ 7.208,92

(160) 3.1.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas R\$ 1.854,21

(159) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas R\$ 164,37

TOTAL R\$ 9.227,50

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 28.244.0028.2.043 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social

(164) 4.4.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas R\$ 1.854,21

(163) 4.4.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas R\$ 7.373,29

TOTAL R\$ 9.227,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 20 de dezembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 10/2019 - SAMAE - 02º ADITIVO

Publicação Nº 2298036

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2018

CARTA CONVITE Nº 09/2018

CONTRATO Nº 10/2019 – 2º ADITIVO

CONTRATADA: ADRIANE DE LURDES RIL

DO OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 10/2019 DE 01 DE JANEIRO DE 2020 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020, PODENDO SER PRORROGADO POR SUCESSIVOS PERÍODOS, ATÉ O TOTAL DE 48 (QUARENTA E OITO) MESES, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA CLÁUSULA DÉCIMA.

DO VALOR: R\$ 42.075,00

DA VIGENCIA: 01/01/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 14/2019 - PREFEITURA - 01º ADITIVO

Publicação Nº 2297852

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2018

CARTA CONVITE Nº 22/2018

CONTRATO Nº 14/2019 – 01º ADITIVO

CONTRATADA: R.S ACESSÓRIA E CONSULTORIA S/S

DO OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 14/2019 DE 01 DE JANEIRO DE 2020 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020, PODENDO SER PRORROGADO POR SUCESSIVOS PERÍODOS, ATÉ O TOTAL DE 48 (QUARENTA E OITO) MESES.

DO VALOR: R\$ 86.534,78

DA VIGENCIA: 01/01/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 27/2019 - PREFEITURA - 01º ADITIVO

Publicação Nº 2297849

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2019

CARTA CONVITE N.º 03/2019

CONTRATO Nº 27/2019 – 01º ADITIVO

CONTRATADA: J. RAUPP CONSULTORIA & ASSESSORIA LTDA

DO OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 27/2019 DE 01 DE JANEIRO DE 2020 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020, PODENDO SER PRORROGADO POR SUCESSIVOS PERÍODOS, ATÉ O TOTAL DE 60(SESSENTA) MESES.

DO VALOR: R\$ 76.800,00

DA VIGENCIA: 01/01/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2019

Publicação Nº 2297953

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 63/2019

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	PREMOMIX PRE-MOLDADOS E CONCRETO USINADO EIRELI -ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 63/2019, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 05 de fevereiro de 2019, prorrogando sua vigência até o dia 14 de fevereiro de 2020. Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo
VIGÊNCIA:	14/02/2020

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 419 DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297540

DECRETO Nº. 419 DE 03 DE JANEIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JACINTA GERLACH, CPF 055.075.309-55, MATRÍCULA 1010 POR MOTIVO DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, IX, X e XI da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO, a previsão do art. 69, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, que compete ao Prefeito nomear, exonerar e aposentar funcionários ou servidores, nos termos da lei;

CONSIDERANDO, a previsão do artigo 140 da Lei Complementar Municipal nº 22/2014 declarando que a aposentadoria será concedida em conformidade com o Regime Previdenciário adotado;

CONSIDERANDO, que o Município de Princesa adotou o Regime Geral de Seguro Social previsto no artigo primeiro da Lei Complementar Municipal nº 22/2014;

CONSIDERANDO, a concessão de Aposentadoria por Invalidez Previdenciária à servidora JACINTA GERLACH mediante decisão no processo administrativo com número de benefício 630825758-7;

CONSIDERANDO, a previsão do artigo 38, inciso V da Lei Complementar número 22/2014, que declara a vacância do cargo a concessão da Aposentadoria.

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a partir de 03 de janeiro de 2020, em decorrência da obtenção da aposentadoria por invalidez previdenciária, a Servidora JACINTA GERLACH, matrícula nº 1010, do cargo efetivo de Assistente Social, 40 horas semanal, em conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Em decorrência da exoneração de que trata este Decreto, fica declarada a vacância do cargo, na forma prevista no art. 38, inciso V da Lei Complementar Municipal nº 22/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Princesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Estado de Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 01.2020-FMS - PREGÃO PRESENCIAL 01.2020 - PRÓTESES DENTÁRIAS

Publicação Nº 2297939

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 01/2020-FMS

Pregão Presencial 01/2020-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do FUNDO MUNICIAPAL DE SAÚDE, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é “REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de serviços de LABORATÓRIO PROTÉTICO para eventual confecção de PRÓTESES DENTÁRIAS e SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS para moldagem e ajustes necessários, a ser utilizados pelos pacientes do Município de Princesa/SC. A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 16 de janeiro de 2019, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 02 de janeiro de 2020. Andreia Epping de Lima – Gestora do FMS.

PORTARIA Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297560

PORTARIA Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Mônica Delevatti Dalsoglio, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 02 de janeiro de 2019 a 01 de janeiro de 2020. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2020.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.
EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E
PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

PORTARIA Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297646

PORTARIA Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Fernanda Rubin Klauss, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 01 de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.
EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

PORTARIA Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297660

PORTARIA Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Crislaine Cristina Rauber Tonetti, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 15 de agosto de 2018 a 14 de agosto de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.
EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

PORTARIA Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297671

PORTARIA Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Carmen Dockhorn, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Técnica em Saúde Bucal, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 13 de julho de 2018 a 12 de julho de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020

LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

PORTARIA Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298027

PORTARIA Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Ana Jucely de Souza, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Educadora Física, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 08 de julho de 2018 a 07 de julho de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020

LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

PORTARIA Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298058

PORTARIA Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe no Capítulo V, Subseção VII, Artigo 130, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Lei n. 575 de 10 de Novembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio à Servidora, Senhora Elisângela Schneider, brasileira, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2012 a 13 de fevereiro de 2017, para usufruir no período de 02 de janeiro de 2020 a 15 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei
Princesa/SC, 03 de janeiro de 2020
Liziane Fátima Pellenz

PORTARIA Nº. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298128

PORTARIA Nº. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe no Capítulo V, Subseção VII, Artigo 130, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Lei n. 575 de 10 de Novembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 31 (trinta e um) dias de Licença Prêmio à Servidora, Senhora Márcia Cristina Wohlmuth Bisutti, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2007 a 01 de julho de 2012, para usufruir no período de 08 de janeiro de 2020 a 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei
Princesa/SC, 03 de janeiro de 2020
Liziane Fátima Pellenz

PORTARIA Nº. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298371

PORTARIA Nº. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Janaina Rockenbach, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, pelo período de 15 (quinze) dias, considerando o período aquisitivo de 14 de novembro de 2018 a 13 de novembro de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 07 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 02 de janeiro de 2020.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 03 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

TERMO DE ADESÃO - ATA 21.2019 P.P 23.2019

Publicação Nº 2296759

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2019 DO CONDER
Município de Princesa, 03 de janeiro de 2020.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2019 QUE TEM COMO OBJETO o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de NITROGÊNIO E CORRELATOS. CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTA

CERTAME, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa, através de seu Prefeito Municipal Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 023/2019, Pregão Presencial nº 023/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 021/2019 para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de NITROGÊNIO E CORRELATOS, CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor
GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER

TERMO DE ADESÃO - ATA 22.2019 P.P 20.2019

Publicação Nº 2296760

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019 DO CONDER
Município de Princesa, 03 de janeiro de 2020.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019 QUE TEM COMO OBJETO o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de EPI'S – Equipamentos de Proteção Individual e EPC's – Equipamentos de Proteção Coletiva. CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa, através de seu Prefeito Municipal Sr. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 022/2019 para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de EPI'S – Equipamentos de Proteção Individual e EPC's – Equipamentos de Proteção Coletiva, CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor
GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER

Quilombo

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N.º 06/2019

Publicação Nº 2297825

CONTRATO N.º 06/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 02/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e a Câmara Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, órgão legislativo do Município, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.435.304/0001-32, com sede Rua Conde Deu, n.º 77, centro, CEP 89850-000, na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Vilmar Rodrigues, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 627.800.189-68, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Interadministrativo n.º 02/2017, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA DURAÇÃO CONTRATUAL

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo n.º 02/2017, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CONTRATADO
Por deliberação da Assembleia Geral do CIGA, sua instância máxima, estabelece-se a alteração da atual denominação do sistema de tecnologia da informação e comunicação contratado, Sistema Programa Gestão das Câmaras de Vereadores – G-CÂMARA, disponibilizado pelo CIGA.

Parágrafo Único. O sistema de tecnologia da informação e comunicação previsto no caput têm como nova nomenclatura 'CIGA CÂMARA', mantendo-se inalterados as funções e os serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO ADITIVO

Dá-se a este Aditivo o valor total de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais), para os serviços previstos na Cláusula Segunda e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2020	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2020
1	CIGA CÂMARA	R\$ 280,00	R\$ 3.024,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2020			R\$ 3.024,00

Parágrafo Único. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2020, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA n.º 161, de 15 de agosto de 2019), nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Interadministrativo firmado pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 31/03/2020.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista em seu orçamento para o exercício de 2020.

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, em consonância com o correspondente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Interadministrativo n.º 02/2017 (e Aditivos, se houver), salvo disposições em contrário.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Quilombo – SC, 06 de dezembro de 2019.

TESTEMUNHAS:

LUCAS ROSSETTO OAB: 42.685

EDITAL CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 01-2020

Publicação Nº 2297763

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

ANDRÉ VENDRUSCOLO, Presidente da Câmara Municipal de vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o Art. 38, Inciso XXV, letra a, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso I do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal de Quilombo combinado com o Art. 173 do Regimento Interno, comunica aos senhores vereadores, membros do Poder Legislativo Municipal, para Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 05 (cinco) de janeiro de 2020, às oito horas (08h00min), em suas dependências oficiais, tendo como pauta na leitura do expediente a Mensagem nºs, 01/2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

ANDRÉ VENDRUSCOLO
PRESIDENTE DA CÂMARA.

TERMO ADITIVO Nº 08/2019

Publicação Nº 2297821

TERMO ADITIVO Nº 08/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO E A EMPRESA SABER INFORMÁTICA EIRELI - ME

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Quilombo, inscrita no CNPJ sob 04.435.304/0001-32, neste ato representado por seu Presidente Sr. Vilmar Rodrigues e de outro lado a empresa Saber Informática Eireli –me inscrita no CNPJ sob o nº. 00.744.497/0001-52 representada pelo Sr. Samuel Campagnolo, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 07/2018, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2020 até 31/12/2020.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados a partir de 01/01/2020 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção do Legislativo, dotação orçamentária nº 3.3.90.40.04

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Quilombo, 20 de dezembro de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO Vilmar Rodrigues CONTRATANTE	SABER INFORMÁTICA EIRELI – ME Samuel Campagnolo CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Carla Reginatto CPF nº 044.620.919-81	Nome: Jovino Cambri CPF nº 477.230.259-04
--	--

TERMO ADITIVO Nº 09/2019

Publicação Nº 2297824

TERMO ADITIVO Nº 09/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO E A EMPRESA SABER INFORMÁTICA EIRELI - ME

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Quilombo, inscrita no CNPJ sob 04.435.304/0001-32, neste ato representado por seu Presidente Sr. Vilmar Rodrigues e de outro lado a empresa Saber Informática Eireli – Me inscrita no CNPJ sob o nº. 00.744.497/0001-52 representada pelo Sr. Samuel Campagnolo, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 03/2019, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2020 até 31/12/2020.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados a partir de 09/08/2020 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção do Legislativo, dotação orçamentária nº 3.3.90.39.64

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Quilombo, 20 de dezembro de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO Vilmar Rodrigues CONTRATANTE	SABER INFORMÁTICA EIRELI – ME Samuel Campangolo CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Carla Reginatto CPF nº 044.620.919-81	Nome: Jovino Cambri CPF nº 477.230.259-04
--	--

TERMO ADITIVO Nº 10/2019

Publicação Nº 2297816

TERMO ADITIVO Nº 10/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO E HÉLIO ELY.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Quilombo, inscrita no CNPJ sob 04.435.304/0001-32, neste ato representado por seu Presidente Sr. Vilmar Rodrigues e de outro lado Sr. Hélio Ely, inscrito no CPF sob o nº. 220.940.409-68 representada pela Sra. Herica Ely, inscrita no CPF sob o nº. 007.846.789-60 resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 02/2019, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2020 até 31/12/2020.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados a partir de 01/08/2020 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção do Legislativo, dotação orçamentária nº 3.3.90.36.15

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus

sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Quilombo, 20 de dezembro de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO
Vilmar Rodrigues
CONTRATANTE

HELIO ELY
P/P - Herica Ely
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Carla Reginatto
CPF nº 044.620.919-81

Nome: Jovino Cambri
CPF nº 477.230.259-04

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 90 / 2019

Publicação Nº 2297542

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 90 / 2019

Processo Licitatório Nº. 2312/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 58/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.456.420/0001-01 com sede na Rua Barão do Rio Branco, 42, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pela Gestora Municipal de Saúde, Srª. DÉBORA GLEMBOTZKY, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, inscrita no CPF nº 010.169.919-08 e RG nº 5.268.157 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME DE PLANTÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA/SC, A REALIZAR-SE AOS FINAIS DE SEMANAS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS EM PERÍODO INTEGRAL E DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 17 HORAS ÀS 7 HORAS DO DIA SEGUINTE, conforme vencedor a seguir:

PROPONENTE VENCEDORE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE DE HORAS	VALOR UNITÁRIO R\$
EDIMAR NOGUEIRA AMARAL FILHO CPF: 039.142.741-58	01	Serviços de atendimento médico em regime de plantão a ser realizado na Unidade Básica de Saúde de Romelândia, a realizar-se aos finais de semana, feriados e pontos facultativos em período integral e de segunda à sexta feira das 17 horas às 7 horas do dia seguinte.	7.000,00	90,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Contratante não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada prestação de serviços decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada prestação de serviços, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Contratante pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA- DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

1. A DETENTORA deverá prestar os serviços solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. A prestação dos serviços será efetuada de forma parcelada e unitária.
3. Os serviços deverão ser prestados no local indicado pela Contratante, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto, exceto os materiais hospitalares e correlatos necessários para atendimento dos municípios.
4. O Gerenciamento e a Fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Gestora Municipal de Saúde..

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso a prestação dos serviços não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a adequação, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.

3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos. Ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Licitante vencedora estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não prestação dos serviços no prazo compreendido descrito nesse Edital e conforme ata e solicitação de prestação dos serviços estabelecido pelo Setor e Secretaria solicitante.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não efetivar-se nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor licitado, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar assinar a ata, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser prestado a partir da data aprazada.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na Ata e das demais cominações legais.

5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

6. As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I e II poderão ser aplicadas simultaneamente.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. inexecução total ou parcial do objeto licitado enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

2 - Constituem motivo para rescisão da Ata/Contrato:

a) Não cumprimento das condições do Edital e da Ata, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de condições do Edital e Ata, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Contratante a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da na prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

e) A paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado à ata/ordem de compra e exaradas no processo Administrativo a que se refere;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas. Assegurado ao licitante registrado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Contratante, de área ou local para prestação dos serviços, nos prazos estipulados;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Contratante;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 31/12/2019.

DÉBORA GLEMBOTZKY		EDIMAR NOGUEIRA AMARAL FILHO
CPF: 010.169.919-08		CPF: 039.142.741-58
CONTRATANTE		CONTRATADO
VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 003/2019

Publicação Nº 2297752

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 003/2019
INEXIGIBILIDADE 01/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ nº 11.420.456/0001-01 localizado na Rua Barão do Rio Branco, 42 em Romelândia - SC, através da Gestora Municipal de Saúde Srª. DÉBORA GLEMBOTZKY no uso de suas atribuições legais comunica a todos os interessados que está procedendo CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, para realização de exames laboratoriais, AO PREÇO DA TABELA SUS. Os interessados devem entregar os documentos a partir do dia 08/01/2020 até 31/12/2020, diariamente, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 na Sala de Licitações da Prefeitura de Romelândia, Rua 12 de Outubro, 242, onde será feito o recebimento da documentação relativa à habilitação das empresas candidatas ao Credenciamento. Romelândia, 02/02/2020 – DÉBORA GLEMBOTZKY - Gestora Municipal de Saúde

EXTRATO DA DISPENSA 01/2020

Publicação Nº 2298010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA DISPENSA 01/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 01/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO DE ENFERMAGEM NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, A REALIZAR-SE AOS FINAIS DE SEMANA, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS EM PERÍODO INTEGRAL E DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 17 HORAS ÀS 7 HORAS DO DIA SEGUINTE composto por 01 Enfermeiro Profissional e 01 Técnico em Enfermagem. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93 Art. 24, Inc. IV. Contratado: ALPHA CARE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº. 30.790.782/0001-70. Valor R\$ 75.000,00. Prazo de execução: 75 dias. Romelândia (SC), 02/01/2020. DÉBORA GLEMBOTZKY – GESTORA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 01/2020

Publicação Nº 2298078

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 01/2020

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 01/2020, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DE ROMELÂNDIA. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Contratado: ITACIR ZANATTA. Prazo de Execução: 12 meses. Valor R\$ 7.200,00. Romelândia (SC), 02/01/2020. VALDIR BUGS – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 01/2020

Publicação Nº 2298039

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**EXTRATO DO CONTRATO 01/2020**

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO DE ENFERMAGEM NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, A REALIZAR-SE AOS FINAIS DE SEMANA, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS EM PERÍODO INTEGRAL E DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA DAS 17 HORAS ÀS 7 HORAS DO DIA SEGUINTE composto por 01 Enfermeiro Profissional e 01 Técnico em Enfermagem, através Processo de Licitação Nº 1/2020, na modalidade Dispensa nº 1/2020. Contratado: ALPHA CARE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA. Validade do Contrato 15/03/2020.

Romelândia, 02/01/20.

DÉBORA GLEMBOTZKY
Gestora Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO 02/ 2020

Publicação Nº 2298088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 02/ 2020

O Município de Romelândia (SC), comunica a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DE ROMELÂNDIA., através Processo de Licitação Nº 2/2020, na modalidade Dispensa nº 1/2020. Contratado: ITACIR ZANATTA. Validade do Contrato 31/12/20. Valor R\$ 7.200,00

Romelândia, 02/01/20.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9657/2020

Publicação Nº 2298147

PORTARIA Nº 9657/2020

CONCEDE FERIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS, ao Servidor Público Municipal Sr. SERGIO DORINDO MENEHINI, cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2019 à 01 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9658/2020

Publicação Nº 2298152

PORTARIA Nº 9658/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra ADILCE TURANI FURTADO, cargo de carreira PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2019 à 01 de agosto de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9659/2020

Publicação Nº 2298157

PORTARIA Nº 9659/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, ADILCE TURANI FURTADO, cargo de carreira MONITOR DE CRECHE, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2019 à 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9660/2020

Publicação Nº 2298163

PORTARIA Nº 9660/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra DALIA SALETE RECH QUELL, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 28 de agosto de 2018 à 27 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9661/2020

Publicação Nº 2298167

PORTARIA Nº 9661/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra DALIA SALETE RECH QUELL, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 08 de março de 2019 à 07 de março de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9662/2020

Publicação Nº 2298180

PORTARIA Nº 9662/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, MARIA SALETE DE ASSIS FATURI, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9663/2020

Publicação Nº 2298183

PORTARIA Nº 9663/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra ROSINERI CARLA PICININ, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9664/2020

Publicação Nº 2298190

PORTARIA Nº 9664/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra ROSINERI CARLA PICININ, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 03 de agosto de 2019 à 02 de agosto de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9665/2020

Publicação Nº 2298195

PORTARIA Nº 9665/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra MARIA ZILA ERBES MANFRIN, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2019 à 04 de março de 2020

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9666/2020

Publicação Nº 2298210

PORTARIA Nº 9666/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra MARIA ZILA ERBES MANFRIN, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2019 à 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9667/2020

Publicação Nº 2298212

PORTARIA Nº 9667/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra MARIA LUCIA RECH, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2018 à 30 de junho de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9668/2020

Publicação Nº 2298213

PORTARIA Nº 9668/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra MARLI MARIA MANFRIN, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2019 à 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9669/2020

Publicação Nº 2298215

PORTARIA Nº 9669/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARLI MARIA MANFRIN, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2019 à 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9670/2020

Publicação Nº 2298217

PORTARIA Nº 9670/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MIRIAN FRUHAUF CAMERA, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9671/2020

Publicação Nº 2298218

PORTARIA Nº 9671/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. NELSI WEILER ZIMMER, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2019 à 30 de junho de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9672/2020

Publicação Nº 2298240

PORTARIA Nº 9672/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. NELSI WEILER ZIMMER, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9673/2020

Publicação Nº 2298252

PORTARIA Nº 9673/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ODIRENE SANDRI STEFFLER, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2019 à 04 de julho de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9674/2020

Publicação Nº 2298268

PORTARIA Nº 9674/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. PAULA REGINA BILUCA, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 22 de agosto de 2019 à 21 de agosto de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9676/2020

Publicação Nº 2298269

PORTARIA Nº 9676/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE

ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. INES FATIMA PAULETTI ZAPPANI, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 07 de maio de 2018 à 06 de maio de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9677/2020

Publicação Nº 2298271

PORTARIA Nº 9677/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra ANGELA MARIA DIEHL, cargo de carreira PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2019 à 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9678/2020

Publicação Nº 2298275

PORTARIA Nº 9678/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IEDA WEILER BALDO, cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2018 à 16 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9679/2020

Publicação Nº 2298278

PORTARIA Nº 9679/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA MELLA, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9680/2020

Publicação Nº 2298280

PORTARIA Nº 9680/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ANDRESSA CAMBRUZZI, cargo de carreira de PROFESSORA DE ARTES, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2019 à 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9681/2020

Publicação Nº 2298281

PORTARIA Nº 9681/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. CLARICE NHOATTO GRUMOVSKI, cargo de carreira de ATENDENTE DE EDUCAÇÃO, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2018 à 31 de maio de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9682/2020

Publicação Nº 2298282

PORTARIA Nº 9682/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. CLEUNICE WEBLER HENSEL, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9683/2020

Publicação Nº 2298284

PORTARIA Nº 9683/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELE MENIN, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 04 de fevereiro de 2019 à 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9684/2020

Publicação Nº 2298288

PORTARIA Nº 9684/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. FABIANI CAMARGO DA SILVA, cargo de carreira de NUTRICIONISTA, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9685/2020

Publicação Nº 2298290

PORTARIA Nº 9685/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. FABIANI CAMARGO DA SILVA, cargo de carreira de NUTRICIONISTA - NASF, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2018 à 30 de setembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9686/2020

Publicação Nº 2298293

PORTARIA Nº 9686/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IDIANE FATIMA IAROSZESKI, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2019 à 05 de março de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9687/2020

Publicação Nº 2298297

PORTARIA Nº 9687/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IVANETE HENSEL FUTADO, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2019 à 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9688/2020

Publicação Nº 2298299

PORTARIA Nº 9688/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IVANI LUCIA ZANDER, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2018 à 05 de março de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9689/2020

Publicação Nº 2298302

PORTARIA Nº 9689/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sra. LUIZ GUTH, cargo de carreira de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2018 à 31 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9690/2020

Publicação Nº 2298304

PORTARIA Nº 9690/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARINICE MACHADO DA SILVA, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2019 à 15 de setembro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9691/2020

Publicação Nº 2298314

PORTARIA Nº 9691/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MIRTES LUCIA BERNDT ANDRES, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2018 à 31 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9692/2020

Publicação Nº 2298320

PORTARIA Nº 9692/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. NEIDE DE PAULA PEREIRA DA FONSECA, cargo de carreira de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2019 à 31 de maio de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9693/2020

Publicação Nº 2298323

PORTARIA Nº 9693/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. PEDRO GREGOL, cargo de carreira de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2018 à 04 de março de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9694/2020

Publicação Nº 2298325

PORTARIA Nº 9694/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ROSANE SALETE SEGHETTO STEFFLER, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 19 de outubro de 2018 à 18 de outubro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9695/2020

Publicação Nº 2298327

PORTARIA Nº 9695/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA HELENA DEFANT DOS SANTOS, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9696/2020

Publicação Nº 2298330

PORTARIA Nº 9696/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANIA ANDREIA PRIGOL DIEHL, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9697/2020

Publicação Nº 2298333

PORTARIA Nº 9697/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANIA FATIMA LANG TESSARO, cargo de carreira de PSICOPEDAGOGA, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2019 à 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9698/2020

Publicação Nº 2298338

PORTARIA Nº 9698/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANIA FATIMA LANG TESSARO, cargo de carreira de PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9699/2020

Publicação Nº 2298343

PORTARIA Nº 9699/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. VALSIR DE CASTRO, cargo de carreira de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2019 à 05 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9700/2020

Publicação Nº 2298347

PORTARIA Nº 9700/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. VILMAR PAULETTI, cargo de carreira de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2019 à 05 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9701/2020

Publicação Nº 2298351

PORTARIA Nº 9701/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIRIA APARECIDA PORTO ALBRING PREDIGER, cargo em comissão de DIRETORA GERAL, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de agosto de 2018 à 05 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9702/2020

Publicação Nº 2298353

PORTARIA Nº 9702/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IVANI SEHN, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2018 à 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9703/2020

Publicação Nº 2298356

PORTARIA Nº 9703/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. JUCELIA TERESINHA ZANON, cargo em comissão de SUB DIRETORA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 07 de junho de 2018 à 06 de junho de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9704/2020

Publicação Nº 2298360

PORTARIA Nº 9704/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA EBERTZ, cargo de carreira de TECNICO ADMINISTRATIVO II, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 18 de abril de 2018 à 17 de abril de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9705/2020

Publicação Nº 2298361

PORTARIA Nº 9705/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE PIRES HENTGES, cargo de carreira de AGENTE DO CRAS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 19 de março de 2018 à 18 de março de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9706/2020

Publicação Nº 2298363

PORTARIA Nº 9706/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARCIA NUNES DA SILVA, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2018 à 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9707/2020

Publicação Nº 2298365

PORTARIA Nº 9707/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ROBSON LUIZ SCHOLTZE, cargo de carreira de ENGENHEIRO AGRONOMO, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2018 à 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9708/2020

Publicação Nº 2298367

PORTARIA Nº 9708/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANE NUNES DA SILVA, cargo de carreira de TELEFONISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2018 à 01 de agosto de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9709/2020

Publicação Nº 2298372

PORTARIA Nº 9709/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SIMONE CECHELERO, cargo de carreira de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2018 à 04 de julho de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9710/2020

Publicação Nº 2298374

PORTARIA Nº 9710/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. VANDERLENE MENON, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º- O período de férias acima descrito foi antecipado em virtude do recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9711/2020

Publicação Nº 2298375

PORTARIA Nº 9711/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO ao Servidor Público Municipal, Sr. JOSENEI SASSETT, cargo de carreira de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 07 de maio de 2014 a 06 de maio de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 02 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9712/2020

Publicação Nº 2298376

PORTARIA Nº 9712/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. CLELIA SANTINA DASSOLER, cargo de carreira de SECRETARIA DE ESCOLA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2013.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 02 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9713/2020

Publicação Nº 2298377

PORTARIA Nº 9713/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. GELSI DE LURDES BELUSSO HENSEL, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2013 a 04 de março de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 02 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9714/2020

Publicação Nº 2298439

PORTARIA Nº 9714/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. CLEITON LUIZ TESSARO, cargo de carreira de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 31 de dezembro de 2018 à 30 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9715/2020

Publicação Nº 2298440

PORTARIA Nº 9715/2020

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal Sr. VALDIR INACIO WOLFART, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, do cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

DECRETO Nº 4.169/2020

Publicação Nº 2297826

DECRETO Nº 4.169/2020**ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGOS DO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia - SC, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que atualmente o salário mínimo vigente é de R\$ 1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais) e que existem cargos no quadro de cargos comissionados, no quadro permanente com valor inferior ao mínimo oficial, deve o valor da remuneração descrita ser adequada ao valor atual do salário mínimo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos de Comissão, descritos no anexo I da Lei Complementar nº. 004/2009 de 30 de Dezembro de 2009, especificamente o cargo de **Código 0010 – Assessor Especial I – CC-02, Código 0011 – Assessor Especial II – CC-01**, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais).

Art. 2º. Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos de Serviços Gerais de Apoio, descritos na Lei Complementar 04/2009 de 30 de Dezembro de 2009, especificamente no **Grupo I o cargo do código 0016 - Inseminador**, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação dos mesmos para R\$ 1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais).

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos do Quadro Permanente, descrita no Anexo III da Lei Complementar nº 004/2009, de 30 de Dezembro de 2009, especificamente no **Grupo III o cargo do Código 0021 – Agente Administrativo**, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais).

Art. 4º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos do Quadro Permanente, descrita no Anexo I da Lei nº 1937/2011, de 05 de Maio de 2011, especificamente no **Grupo III o cargo do Código 006 – Auxiliar de Dentista**, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais).

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.038/2019 de 03 de Janeiro de 2019.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de Janeiro de 2020.

Romelândia – SC, 03 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO Nº 4.170/2020

Publicação Nº 2297828

DECRETO Nº 4.170/2020**DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado pelo presente Decreto o **DESMEMBRAMENTO** do imóvel: **LOTE URBANO Nº 378**, situado na Rua Castelo Branco, na Cidade e Município de Romelândia, Comarca de Anchieta, SC, com área de **1.000,00m²** (Um Mil Metros Quadrados), sem edificações, objeto da matrícula nº **1.797**, de propriedade de **LURDES GAUER**.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRO

Lote “A”, Parte do Lote Urbano nº (378), situado na Cidade e Município de Romelândia, Comarca de Anchieta, SC, e localizado na Rua Castelo Branco, com área de **“Seiscentos Metros Quadrados” (600,00m²)**, sem edificações, confrontando:

Ao NORTE: com Lote “B” do Lote Urbano nº (378), na extensão de 25,00 de Lurdes Gauer, Mat.: 1.797;

Ao LESTE: com o Lote Urbano nº (377), na extensão de 24,00 metros, de Wendulin Webler, Mat.: 6.091 SMO;

Ao SUL: com o lado ímpar da Rua Nereu Ramos, numa extensão de 25,00 metros;

Ao OESTE: com a Rua Castelo Branco, na extensão de 24,00 metros;

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL REMANESCENTE

Lote “B”, Parte do Lote Urbano nº (378), situado na Cidade e Município de **Romelândia**, SC, Comarca de **Anchieta**, SC, e localizado na Rua Castelo Branco, com área de **“Quatrocentos Metros Quadrados” (400,00m²)**, sem edificações, confrontando:

Ao NORTE: com o Lote Urbano nº (373), na extensão de 25,00 metros, de Mirian Fruhauf Camera, Mat.: 1.796;

Ao LESTE: com o Lote Urbano nº (377), na extensão de 16,00 metros, de Wendulin Webler, Mat.: 6.091 SMO;

Ao SUL: com Lote “A” Parte do Lote Urbano nº (378), na extensão de 25,00 metros, de Lurdes Gauer, Mat.: 1.797;

Ao OESTE: com a Rua Castelo Branco, em uma extensão de 16,00 metros;

Art. 2º - Esse desmembramento é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Samuel Ailton Ristow, CREA/SC 107.026-1, Conforme ART Nº. 7248684-3

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Romelândia - SC, 03 de Janeiro de 2020.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2298154



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

EDITAL DE CHAMAMENMTO 001/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Romelândia-SC, no uso de suas atribuições legais, comunica os interessados, que se encontram abertas as inscrições para Progressão por Curso de Aproveitamento, para membro que atua no Magistério Público Municipal Efetivo.

I – DO OBJETIVO

O objetivo do presente Edital consiste na concessão de Progressão por Curso de Aperfeiçoamento do membro do Magistério Público Municipal que tenha frequentado cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação em que desempenhe suas atividades profissionais.

II – DO REGIME JURÍDICO

A Progressão por curso de aperfeiçoamento se fará de acordo com os artigos 17 a 19 da Lei Complementar nº 003/2009.

III – DAS INSCRIÇÕES

- a) O Período de inscrições será do dia 02 a 31 de janeiro de 2020, junto ao setor de Recursos Humanos, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Romelândia-SC
- b) A inscrição será através de requerimento, juntamente com os devidos certificados originais e cópias.
- c) O candidato deverá fazer sua inscrição pessoalmente.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO

Para fazer jus à progressão, o profissional do Magistério deverá atender o que dizem os artigos 17 a 19 da Lei Complementar nº 003/2009.

www.romelandia.sc.gov.br
Rua 12 de outubro, 242 – Fone/Fax: (49) 3624 1000 – CNPJ 82.821.182/0001-26 – CEP
89908-000 ROMELÂNDIA/SC



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

V – DO RESULTADO

Após análise dos certificados e comprovação dos mesmos, será concedida a progressão, através de Portaria Municipal.

VI – DO VENCIMENTO

Para cada referência, serão atribuídos valores de 2% (dois por cento) sobre o salário base da Categoria Funcional.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os recursos de casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Romelândia juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito em, 02 de Janeiro de 2020

Valdir Bugs

Prefeito Municipal

www.romelandia.sc.gov.br

Rua 12 de outubro, 242 – Fone/Fax: (49) 3624 1000 – CNPJ 82.821.182/0001-26 – CEP 89908-000 ROMELÂNDIA/SC

CÂMARA MUNICIPAL**3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/2017**

Publicação Nº 2297471

3ºTERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 06/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 06/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e a Câmara Municipal de ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, órgão legislativo do Município, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.828.184/0001-33, com sede Rua Anita Garibaldi, 565, CEP 89908-000, na cidade de ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Ivo Piasson, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 430.634.469-04 doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Interadministrativo n.º 06/2017, celebrado em 2017, Dispensa de Licitação, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA DURAÇÃO CONTRATUAL

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo n.º 06/2017, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CONTRATADO
Por deliberação da Assembleia Geral do CIGA, sua instância máxima, estabelece-se a alteração da atual denominação do sistema de tecnologia da informação e comunicação contratado, Sistema Programa Gestão das Câmaras de Vereadores – G-CÂMARA, disponibilizado pelo CIGA.

Parágrafo Único. O sistema de tecnologia da informação e comunicação previsto no caput têm como nova nomenclatura 'CIGA CÂMARA', mantendo-se inalterados as funções e os serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO ADITIVO

Dá-se a este Aditivo o valor total de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), para os serviços previstos na Cláusula Segunda e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2020	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2020
1	CIGA CÂMARA	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2020			R\$ 3.360,00

Parágrafo Único. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2020, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA n.º 161, de 15 de agosto de 2019), nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Interadministrativo firmado pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.90.92.40.00.00.00 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista em seu orçamento para o exercício de 2020.

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, em consonância com o correspondente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Interadministrativo

n.º 06/2017 (e Aditivos, se houver), salvo disposições em contrário.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 03 de dezembro de 2019.

TESTEMUNHAS:

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2297619

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas na sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, reuniram-se na quatragesima segunda sessão ordinária os nobres Edis: Clodoaldo José Vigolo, Enilson Camilo Donadel, João Carneiro, Pedro Sezi Silva, Ramon Cesca, Rogerio Vuelma, Silvano Tinelli, Ieda Hoffelder e Valiria Oliveira dos Passos. Havendo quórum regimental Senhora Presidente Valiria Oliveira dos Passos, invocou a proteção de Deus e declarou aberta a presente sessão ordinária cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, foi procedida a leitura da ata da sessão anterior, que obteve aprovação por unanimidade de votos. Prosseguindo senhora Presidente solicita que o Senhor Diego Zamboni, que tome posse da tribuna para fazer uso da tribuna, conforme sua solicitação. Senhor Diego Zamboni, cumprimentou todos os presentes e enfatizou que pretende demonstrar o quanto é importante a existência do corpo de bombeiros em nosso município. Mencionou que se faz presente como presidente da associação e não como bombeiro, para evitar problemas perante a corporação. Destacou que tem muitas coisas que são investidas e que entende que o investimento que o município fará com a implantação do corpo de bombeiros é extremamente necessários. Prosseguiu apresentando alguns exemplos de situações que ocorreram no município que poderiam ter sido amenizadas. Pediu aos vereadores o apoio com relação à aprovação do projeto, acrescentando que a votação está favorável em sua maioria, mas que quer dizer que ninguém vai querer levar a culpa por não ser aprovado o projeto. Disse que se não sair dessa vez o corpo de bombeiros irá abrir mão de tudo e que se quiserem colocar fogo na cidade podem por, dizendo que não sabem o quanto é cansativo estar correndo atrás disso, acrescentou que está revoltado e cansado de ter que usar seus próprios recursos e que todo mundo poderia a mão na consciência e ver se o quanto é necessário o corpo de bombeiros no município. Presidente Valiria Oliveira dos Passos manifestou-se dizendo que gostaria de esclarecer que a câmara de vereadores nunca foi contra aos projetos e nem contra o corpo de bombeiros, inclusive destacou que é pedido que vem sendo reivindicado pelos vereadores a bastante tempo e sabemos da importância que isso tem para o município. Agradeceu a explanação do Senhor Diego Zamboni. Todos os vereadores se manifestaram. Prosseguindo a Presidente solicitou que o vereador secretário, Enilson Camilo Donadel, para leitura do expediente. Contendo ofício n. 241/2019, do Poder Executivo encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei n. 033, de 16 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convenio com o corpo de bombeiros militar de Santa Catarina e realizar a cessão de uso gratuito de parte do terreno que especifica para a construção do quartel dos bombeiros. Também constou Indicação n. 023, de 16 de dezembro de 2019, de autoria do vereador Pedro Sezi Silva. Prosseguindo com a Moção de Pesar n. 030, de 16 de dezembro de 2019, de autoria da Câmara Municipal de Vereadores. Constatou ofício n. 02/2019 da empresa Farenzena Serralheria e Ferragens convidando para participar da solenidade de inauguração da Farenzena – Filial no próximo sábado, além de outros ofícios, e-mail, convites e outras correspondências. Encerrado o expediente, senhora Presidente Valiria Oliveira dos Passos, informou que o vereador Ramon Cesca estava inscrito para a Palavra Livre. Prosseguindo na Ordem do dia Senhora Presidente coloca para apreciação o Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 033, de 16 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convenio com o corpo de bombeiros militar de Santa Catarina e realizar a cessão de uso gratuito de parte do terreno que especifica para a construção do quartel dos bombeiros. Aprovado o Regime de Urgência por todos. Dando continuidade foi para apreciação o Projeto de Lei n. 033, de 16 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a Fimar Convenio com o corpo de bombeiros militar de Santa Catarina e realizar a cessão de uso gratuito de parte do terreno que especifica para a construção do quartel dos bombeiros. Uma votação valendo por duas, aprovado por unanimidade de votos. O Projeto de Lei n. 31, de 28 de outubro de 2019, que tem como assunto: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de credito com a caixa econômica federal, com a garantia FPM ou garantia da União e dá outras Providencias. Em segundo votação aprovado por maioria de votos, sendo que o vereador Pedro Sezi Silva contra o Projeto. Ato continuo foi para apreciação a Indicação n. 023, de 16 de dezembro de 2019, que tem como assunto: solicitar ao Poder Legislativo Municipal para que estude e viabilize a possibilidade de realizar uma menção honrosa em homenagem ao aniversário de 100 anos da Senhora Luiza Lazzare Borge. Indicação Aprovada. Moção de Pesar n. 030 de 16 de dezembro de 2019, aprovada. A Presidente Valiria Oliveira dos Passos comentou que o Poder Legislativo estará efetuando a devolução ao Poder Executivo do valor aproximado de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil, reais), solicitando aos vereadores que caso possuam alguma sugestão de destinação desse valor podem nos informar para que possamos enviar ofício ao Poder Executivo. Prosseguindo Senhora Presidente Valiria Oliveira dos Passos esclarece que conforme a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Casa, a presente reunião tem por objetivo a eleição da mesa diretora para o ano de dois mil e vinte, da Câmara de Vereadores de Salto Veloso. Presidente solicita ao Secretário da Mesa Senhor Enilson Camilo Donadel, que proceda a leitura do requerimento apresentado. Foi apresentada uma única chapa, para Presidente – Enilson Camilo Donadel, Vice-Presidente - Valiria Oliveira dos Passos, Secretario – Clodoaldo José Vigolo e Secretário Adjunto – Rogerio Vuelma. Iniciando a votação para a Mesa Diretora Senhora Presidente solicita que o vereador Ramon Cesca juntamente com a servidora da Casa Sibeli Matos Ganasini, procedam ao escrutínio dos votos. Termina a votação, Resultado da chapa única com 08 (oito), votos favoráveis e 01 (um) voto em branco. A Mesa Diretora para o Ano de dois mil e vinte, ficou assim constituída: Presidente – Enilson Camilo Donadel, brasileiro, casado, micro empreendedor individual, portador do RG n. 1.912.616 e inscrito no CPF n. 543.347.569-72, residente e domiciliado na Avenida Pio XII, Centro, Salto Veloso-SC. Vice-Presidente – Valiria Oliveira dos Passos, brasileira, casada, trabalhadora na suinocultura, portador do RG n. 4.785.194 e inscrito no CPF n. 010.278.039-03, residente e domiciliado na Linha Consulta, Interior, Salto Veloso-SC. Secretário – Clodoaldo José Vigolo, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do RG n. 3.246.496 inscrito no CPF n. 946.690.409-44, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, 949, Bairro Cidade Alta, Salto Veloso-SC. Secretário Adjunto - Rogério Vuelma, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG n. 4.623.827 e inscrito no CPF n. 045.865.959-22, residente e domiciliado na Rua Antônio Veloso, n. 111, Bairro do Salto, Salto Veloso-SC. Declaro eleitos os novos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores para o ano de Dois Mil e Vinte, sendo que estão automaticamente empossados para exercer a função a partir do dia (01), primeiro de Janeiro de dois mil e vinte. Encerrada a ordem do dia passou o momento da palavra livre: Vereador Ramon Cesca com uso da palavra manifestou-se cumprimentou todos os presentes e parabenizando a presidência da Câmara de Vereadores pela

devolução do valor de R\$ 390.000,00(trezentos e noventa mil reais) ao Poder Executivo, mencionando que isso demonstra a seriedade dos trabalhos realizados, devendo ser levado em consideração que somados o valor devolvido com o valor do projeto aprovado hoje, verificamos que o Poder Executivo possui em mãos dois milhões e quarenta mil reais para ser utilizado até o dia 31 de dezembro de 2020 em melhorias para o nosso município. Prosseguiu comentando sobre o projeto do financiamento, mencionando que acredita que é um dos projetos mais importantes que foi votado dentro desses três anos de mandato dentro da câmara de vereadores. Entende que o Poder Executivo possui praticamente um cheque em branco em mãos para executar obras e realizar as melhorias que nossa população tanto anseia. Salientou que existe o dinheiro, existem as ideias e se não acontecer é por falta de vontade ou por incompetência. Que espera que as coisas aconteçam e que a administração possa se gabar de alguma coisa ao invés de ficar julgando o que os outros fizeram ou o que não fizeram. Diz que sempre acreditou que o dinheiro quando vem de financiamento não é tão justo, pois estamos acostumados com recursos de emendas através de deputados, governadores, mas que com o a aprovação do projeto sabemos que irá trazer benefícios para o município mas também teremos uma dívida de dez anos para ser paga, que não é o prefeito quem pagará mas sim o dinheiro dos impostos do município que será o responsável para o pagamento. Esperamos que realmente que o valor seja utilizado da forma como consta no projeto. Finalizou comentando sobre a questão do corpo de bombeiros, que nunca Salto Veloso teve um cenário tão positivo para a construção do quartel, esperando que realmente aconteça logo porque se observarmos exemplos como a construção da câmara ou a obra do distrito industrial, verifica-se que foi enrolado praticamente dois anos para acontecer. Que se acontecer a mesma coisa com os bombeiros terá acabo o mandato e nada estará pronto. Enfatizou que os vereadores fizeram a sua parte, agora aguardamos o parte do Poder Executivo, para que possam bater no peito e dizer "fui eu que fiz" e não só ficar comentando sobre o que os outros fizeram. Desejou a todos um Feliz Natal e um próspero ano de 2020, para que possamos no próximo ano estarmos novamente juntos buscando o melhor para o nosso município. Vereador Enilson Camilo Donadel, com o uso da palavra cumprimentou os presentes e agradeceu aos colegas vereadores pelo apoio na votação de eleição da mesa diretora para o exercício de 2020, dizendo que se compromete a trabalhar de forma séria. Finalizou desejando um feliz natal a todos. Vereadora e presidente Valiria Oliveira dos Passos,

relembrou aos presentes que o Poder Legislativo estará entrando em recesso, sendo esta a última sessão do ano com retorno no mês de fevereiro de 2020. Prosseguiu parabenizando o Município pela festa dos 58 anos de emancipação e agradeceu a todos os colegas vereadores e às servidoras da câmara pelo empenho durante o período em que esteve na presidência, finalizou desejando um feliz natal e um próspero ano novo a todos, que possamos seguir fazendo o nosso melhor e sempre pensando no bem do município. Encerrada a ordem do dia, Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, convocando os senhores vereadores para a Sessão Ordinária a realizar-se no dia 03 de fevereiro de 2020, às (19h00min), dezenove horas, na Sala de Sessões. Nada mais havendo a tratar, mandou o secretário da Mesa Diretora, vereador Enilson Camilo Donadel, que fosse lavrada a presente ata, que vai por mim, Sibeli Ganasini, redigida, e lida e achada conforme, assinada pelos senhores vereadores. A sessão está gravada na íntegra e se encontra arquivada na Secretaria da Câmara de Vereadores, de acordo com a Resolução Legislativa nº 009/2014. Sala das Sessões, 16 de dezembro de dois mil e dezenove.

Valiria Oliveira dos Passos Vereadora PP Presidente	ENILSON CAMILO DONADEL Vereador MDB Secretári	
ROGERIO VUELMA Vereador PDT Vice-Presidente	RAMON CESCA Vereador PR	
JOÃO CARNEIRO Vereador PP	PEDRO SEZI SILVA Vereador PSDB	
SILVANO TINELLI Vereador MDB	CLODOALDO JOSÉ VIGOLO Vereador PP	
IEDA HOFFELDER Vereadora MDB		

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO TERMO HOM PL 140-2019 PP 90-2019

Publicação Nº 2298550

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 140/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2019

No dia 13 do mês de Dezembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 90/2019, Processo Licitatório nº. 140/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DESTINADO AOS SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITIVOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1615	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	12, 32
1614	RAFAEL KUHN EIRELI	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	18.274.923/0001-05		
RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	LEODIR DA SILVA	430.836.179-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DESTINADO AOS SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITIVOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1614 - RAFAEL KUHN EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Calçado de segurança "baixo tipo A" para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes (saúde pública)	Und	Cartom	50,000	33,5000	1.675,00
2	Bota meio-cano - TIPO C em PVC para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água	Und	Bracol	50,000	21,5000	1.075,00
3	Calçado tipo botina em couro vaqueta com solado em PU injetado bi densidade e com elástico lateral, sem biqueira de aço; para proteção dos pés do usuário contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e contra agentes abrasivos e escoriantes	Und	Cartom	50,000	31,5000	1.575,00
4	Avental impermeável, frente única com cordão para amarrar no pescoço e nas costas, altura até o joelho	Und	Brascamp	60,000	6,0000	360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/8

Processo Nº.: 140/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

Fornecedor: 1614 - RAFAEL KUHN EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Luva para proteção contra agentes térmicos, proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas e calor de contato), dois dedos	Und	Rio Valley	10,000	83,0000	830,00
6	Protetor auditivo do tipo inserção pré-moldado ou concha com nível de redução de ruído (NRRsf) de no mínimo 17 dB com aprovação do C.A.	Und	Agena	50,000	18,9900	949,50
7	Luvas de segurança para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, tricotada em quatro fios de algodão, punho com elástico, acabamento em overloque, pigmentos antiderrapantes em PVC na palma e face palmar dos dedos.	Und	Yeling	100,000	1,6900	169,00
8	Luvas de látex para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), peróxidos (p))	Und	Volk	100,000	2,1300	213,00
9	Protetor solar - tipo loção com fator de proteção solar (FPS) mínimo de 50, com componentes que promovam barreiras físicas e químicas aos raios uv, devendo ser de amplo espectro; o produto deverá apresentar odor suave agradável, livre de substâncias oleosas, antialérgico, não comedogênico; não deverá provocar manchas na pele ou nas roupas; o produto deverá ser fornecido em embalagens individuais, de 120 ml; o produto deverá ter um prazo de validade de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de fabricação ou 12 (doze) meses a partir da data da compra	Und	Sunday	50,000	12,5000	625,00
10	Óculos de segurança, ampla visão anti embaçante, com CA	Und	Kalipso	5,000	9,9000	49,50
11	Luvas para procedimentos cirúrgicos caixa com 100 und	Und	Supermax	100,000	20,5000	2.050,00
14	Manga de segurança em raspa de couro	Und	Koch	2,000	16,5000	33,00
15	Cinto de segurança do tipo paraquedista com talabarte y	Und	MG	1,000	178,0000	178,00
16	Capacete de segurança para trabalho em altura	Und	Libus	5,000	19,0000	95,00
17	Luvas de segurança, de cano longo, para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, tricotada em quatro fios de algodão, punho com elástico, acabamento em overloque, pigmentos antiderrapantes em PVC na palma e face palmar dos dedos	PAR	Yeling	100,000	2,9000	290,00
18	Creme de proteção contra agentes biológicos	Und	Mavaro	10,000	8,8000	88,00
19	Luvas de borracha nitrílica ou látex natural com cano longo	PAR	Volk	50,000	7,0000	350,00
20	PROTECTOR FACIAL PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES. Constituído de coroa e carneira confeccionadas em material plástico, regulagem de tamanho disponível através de ajuste simples e catraca, 200 mm de largura na parte inferior e 250 mm na altura.	Und	Delta	10,000	20,0000	200,00
22	Respirador purificador de ar do tipo um quarto facial com filtro químico	Und	Plastcor	10,000	27,0000	270,00
23	Vestimenta do tipo corpo inteiro para aplicação de agrotóxico	Und	Brascamp	5,000	49,0000	245,00
24	Capacete de segurança tipo B indicado para choque elétrico	Und	Libus	3,000	19,9000	59,70
26	Camisa eletrícista classe 1 e 2	Und	Raju	5,000	164,0000	820,00
27	Calça eletrícista classe 1 e 2	Und	Raju	5,000	138,0000	690,00
28	Luvas de segurança isolante de borracha 0,5 kv, tipo II	PAR	Orion	5,000	195,0000	975,00
29	Creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos	Und	Nutriex	5,000	8,9000	44,50
30	Respirador purificador de ar do tipo peça Simi facial para partículas PFF2: respirador purificador de ar de segurança, com formato dobrável, com válvula de exalação, clipe nasal que facilita a vedação, elástico para ajuste. Com certificado e aprovação emitido pelo ministério do trabalho (CA)	Und	Grazia	10,000	1,4000	14,00
31	Avental de raspa de couro	Und	R.A.Brito	5,000	14,9000	74,50
33	Luva para proteção das mãos em trabalhos que envolvam o manuseio de produtos químicos	Und	Volk	10,000	5,9000	59,00
34	Touca árabe em elenca traçada com proteção na aba em bidim e utilização de velcro para fechamento das palas. Confeccionada com tecido de primeira qualidade. Elástico de 10mm parte traseira para ajuste anatômico, fechamento reforçado, barra pronta, atendendo as normas NR6. Com certificado de Aprovação - C.A.	Und	Brascamp	5,000	11,5000	57,50
35	Luva para procedimentos não cirúrgicos, borracha natural (látex), superfície lisa; ambidestra, não esteril, com pó bio absorvível, alta sensibilidade e conforto, caixa com 100 un.	Und	Descarpac	50,000	18,5000	925,00
36	Capuz para proteção do crânio e pescoço contra riscos de respingo de solda	Und	Brascamp	5,000	11,9000	59,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 140/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

Fornecedor: 1614 - RAFAEL KUHN EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	Touca descartável para procedimentos, branca e sanfonada em TNT, pacotes com 100 unidades	Und	Brasmo	50,000	6,3000	315,00

Fornecedor: 1615 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Bota CANO LONGO ; solado natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água antiderrapante - TIPO C em PVC proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente e contra umidade proveniente de operações com uso de água	PAR	CARTOM/CA	50,000	21,0000	1.050,00
32	Máscara para proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes frontais, luminosidade intensa e radiações provenientes de serviços de soldagem	Und	PLASTCOR/C	5,000	99,0000	495,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/8
Processo Nº.: 140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/8

Processo Nº.: 140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/8
Processo Nº.: 140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/8
Processo Nº.: 140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 8/8

Processo Nº.: 140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de Dezembro de 2019.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

CNPJ: 18.274.923/0001-05 _____

RAFAEL KUHN EIRELI

CNPJ: 14.255.257/0001-07 _____

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EXTRATO DO EDITAL Nº 01/2020 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

Publicação Nº 2297764

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019
EXTRATO DO EDITAL Nº 01/2020 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

O Sr. Julcimar Antônio Lorenzetti, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Extrato, a data de realização das Provas Teórico-Objetivas, que ocorrerão no município de Santiago do Sul/SC, no dia 19/01/2020, DOMINGO, no turno manhã.

O horário de realização das provas está informado, na íntegra, no Edital Nº 01/2020, disponibilizado no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br.

O candidato deverá consultar seu local de prova, bem como o número da sala, pelo site www.fundatec.org.br, através do link "Consulta da Data, Hora e Local da Prova Teórico-Objetiva".

Santiago do Sul, 03 de janeiro de 2020.

Julcimar Antônio Lorenzetti
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 - EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA DE AUXÍLIO À MELHORIAS NA PROPRIEDADE AGRÍCOLA - PDA.

Publicação Nº 2297766

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA DE AUXÍLIO À MELHORIAS NA PROPRIEDADE AGRÍCOLA - PDA

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Municipal 896/2017, de 14 de dezembro de 2017 e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, inscrição de interessados em participar do Programa de Auxílio à Melhorias na Propriedade Agrícola - PDA.

1. DO OBJETO

O presente edital destina-se a receber inscrições de interessados em participar do Programa de Auxílio à Melhorias na Propriedade Agrícola – PDA.

O auxílio destina-se exclusivamente à realização de melhorias na propriedade rural, no custeio das atividades, seja na aquisição de insumos, matéria prima, reflorestamento, materiais de consumo, como em cursos de capacitação, pagamento de despesas com horas-máquina, inseminação artificial, sementes e outros, a serem utilizados na propriedade rural do interessado.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

Para obter o benefício o agricultor deverá:

I - residir no Município de Santiago do Sul;

II - obter 80% (oitenta por cento) da renda proveniente de atividades agropecuárias apresentando extrato da Declaração de aptidão nos moldes do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF. Nos demais casos e/ou permanecendo dúvidas no enquadramento o CMDR emitirá parecer. Para efeito de enquadramento fica excluído do cálculo da renda o valor correspondente a aposentadoria especial de agricultor;

III - apresentar requerimento e projeto identificando as melhorias que serão realizadas com a aplicação dos recursos recebidos;

IV - apresentar notas de vendas de produtos agrícolas expedidas no exercício anterior e no corrente, até a data de requerimento, compatíveis com a sua produção;

V - estar em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal.

VI - cumprir com a função social da propriedade, conforme determina o art. 186 da Constituição Federal;

VII – apresentar prestação de contas dos recursos recebidos de acordo com o projeto apresentado, justificando eventuais alterações;

VIII – estar com cadastro atualizado junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

3.1 As inscrições estarão abertas do 02 de janeiro de 2020 até o dia 31 de janeiro de 2020, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

3.2 Os casos omissos no presente edital serão analisados nos aspectos legais pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

EXTRATO - GAMA ASSESSORIA 02/2020

Publicação Nº 2298233

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	02/2020
Processo Lic.	93/2019
Tomada de Preços nº	06/2019
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	Gama Contabilidade e Assessoria LTDA ME
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ASSESSORIA PARA CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL.
Vigência	02 de janeiro à 31 de dezembro de 2020..
Valor	R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).
Santiago do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2020.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

EXTRATO AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL - 1 SEMESTRE 2020

Publicação Nº 2298068

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.01/2020	
Processo Administrativo Nº.92/2019	
Edital: Pregão Presencial Nº.69/2019	
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda - EPP	
Objeto: Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos da frota do Município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.	
Valor R\$ 328.098,00 (Trezentos e Vinte e oito reais e noventa e oito centavos.)	
Validade de contrato de 02 de janeiro à 30 de junho de 2020.	
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2020.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº 01./2020	
Processo Administrativo Nº.92/2019	
Edital: Pregão Presencial Nº.69/2019	
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda - EPP	
Objeto: Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.	
Valor R\$ 74.320,00 (Setenta e quatro mil, trezentos e vinte reais).	
Validade de contrato de 02 de janeiro à 30 de junho de 2020.	
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2020.	
VILSO CASAGRANDA	
Gestor FMS	

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 001/2020.

Publicação Nº 2298044

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 001/2020

REFERÊNCIA	Inexigibilidade de chamamento público – TERMO DE FOMENTO
BASE LEGAL	Art. 31 e 32 da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE:	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUILOMBO/SC
CNPJ Nº	72.393.747/0001-68
ENDEREÇO:	Rua Papa Pio XII, 1040, Quilombo/SC, CEP 89850-000
OBJETO PROPOSTO	Atendimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
PERÍODO:	20 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
TIPO DE PARCERIA	TERMO DE FOMENTO
JUSTIFICATIVA	Este Acordo de Cooperação se justifica por ser um instrumento legal disposto na Lei Federal 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, além da necessidade do município estabelecer parcerias com entidades que possuam experiência reconhecida na execução do objeto e também pela ENTIDADE ser a única instituição da Comarca além da autorização Legislativa, Lei Municipal 900/2018
Santiago do Sul/SC, 02 de janeiro de 2020.	JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1634/2020

Publicação Nº 2297576

DECRETO Nº 1634, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 4,5367, a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos dos incisos I e II, do parágrafo único, do art.1º da Lei nº 679/2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9173/2020

Publicação Nº 2298260

PORTARIA Nº 9173, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2020, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada NEIDE NILCEIA AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe H, matrícula nº 6810, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 22423/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2020.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIAS Nº 9155/2020 A Nº 9172/2020

Publicação Nº 2298184

PORTARIA Nº 9155, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 14 de março de 2019, FRANCISCA DE FÁTIMA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9156, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 27 de novembro de 2019, DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9157, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 04 de dezembro de 2019, ISOLDE DA SILVA CHRISTEM, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9158, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 04 de dezembro de 2019, ANTONIO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Vigia – em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9159, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 05 de dezembro de 2019, GLEICE MARI SWIRKOWSKY, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Grupo Ocupacional 03, Nível III, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9160, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 07 de dezembro de 2019, AVELINO COMIN, ocupante do cargo efetivo de Economista, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Finanças, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9161, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de dezembro de 2019, CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto e Urbanista, Grupo Ocupacional 06, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9162, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 26 de dezembro de 2019, SERGIO WOLFF, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, no Gabinete do Prefeito, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9163, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 30 de dezembro de 2019, VALDECIR FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de Vigia – em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9164, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de janeiro de 2020, MILENA TELMA CHRISTOFF, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudiólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9165, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 03 de agosto de 2019, JULIANA MENGARDA BAUMEL, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo – Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9166, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 03 de setembro de 2019, EMERSON SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais – Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9167, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 18 de setembro de 2019, ROSELI D'APARECIDA ALVES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo – Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9168, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 04 de outubro de 2019, AUREA TEREZINHA TERRES BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo – Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9169, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ELENICE INES WEBER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais – Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9170, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, MARLISE RUDA ARNOLD, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais – Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9171, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, NEIDE NILCEIA AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais – Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9172, DE 2 DE JANEIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSELI SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais – Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 2 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2020

Publicação Nº 2298129

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DE USO N. 01/2020. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que realizou INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, tipo melhor oferta, por item, para concessão de uso de parte de imóvel de terra com área de 278,28 m2 para prestação de serviços de comunicações e telecomunicações por terceiros (Lei Municipal n. 1.297/19). Fundamentação Legal - Art. 25, CAPUT, da Lei n.8.666/93. Proponente: SBA TORRES BRASIL, LIMITADA – CNPJ-16587135/0001-35, valor R\$ 08(OITO) UFRM, mensal, pelo prazo de 120 (cento e vinte meses) ou 10(dez) anos, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014/www.saobernardino.sc.gov.br.DOM/SC São Bernardino-SC, aos 02/01/2020- Adeli José Riffel- Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298125

CONTRATO Nº 01/2020

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO KLEIN LTDA, inscrita no CNPJ nº 32709282000197, localizada na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade São Bernardino - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário/administrador o Sr. GABRIEL KLEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF sob nº 091.537.619-95, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor do item abaixo identificado, do Processo Licitatório 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços. I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de execução e do valor:

Os materiais/produtos contratados, deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	26.500,00	Lt	GASOLINA ADITIVADA	RODOIL	4,45	117.925,00
Total						117.925,00

O valor total do contrato é de R\$ 117.925,00 (cento e dezessete mil novecentos e vinte e cinco reais), vinculado às Secretarias Municipais, conforme constante no 83/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e emissão de autorização de fornecimento emitido pelo Município.

III - Da forma de pagamento:

A VISTA.

IV - Da vigência:

A vigência do presente Contrato é a partir desta data, ou seja, 02/01/2020 até o dia 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação no Mural Público Municipal. O presente Contrato poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

O valor do presente contrato poderá sofrer as variações de preços a maior e/ou a menor, mediante comprovação da variação através de nota fiscal de compra, por parte do Fornecedor, devendo-se obedecer ao índice de variação, quando a maior, não poderá ser inferior a 03% (três por cento).

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- I - Entregar o produto nas quantidades diariamente solicitadas, durante os prazos de contratação.
- II - Efetuar as entregas e abastecimento no perímetro urbano do Município e de acordo com as necessidades do Município.
- III - Fornecer produtos de primeira qualidade, entregues parceladamente, mediante a requisição por parte do MUNICÍPIO, onde constará o veículo, quilometragem e quantitativo.
- IV - Assumir todos os custos operacionais, encargos sociais, impostos, trabalhistas, transporte, seguro, inclusive a segurança da área na hora do abastecimento.
- V - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.
- VI - Permitir que preposto do Município inspecione o local de abastecimento, a fim de verificar a segurança para o abastecimento, equipamento utilizado para abastecimento e o que achar necessário.
- VII - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- VIII - O Fornecedor declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.
- XI - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- X - Cumprir as condições de pagamento na forma deste contrato e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- I - Fiscalizar e controlar a entrega do produto contratado.
- II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
- III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos alocados no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, no Projeto Atividade 2.006.3390.00 - 1000 - 18/2020 - Serviços de Segurança Pública 2.045.3390.00 - 1353 - 105/2020 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF 2.037.3390.00 - 1000 - 121/2020 - Manutenção da Agricultura 2.031.3390.00 - 1000 - 96/2020 - Manutenção da Assistência Social 2.002.3390.00 - 1000 - 2/2020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 2.003.3390.00 - 1000 - 11/2020 - Manutenção da Administração Geral 2.030.3390.00 - 1000 - 8/2020 - Manutenção do Conselho Tutelar 2.036.3390.00 - 1000 - 128/2020 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.013.3390.00 - 1001 - 35/2020 - Manutenção do Órgão Central de Educação 2.029.3390.00 - 1000 - 116/2020 - Atendimento a Criança e ao Adolescente .

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.
- II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.
- III - O Município unilateralmente poderá modificar o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, além de promover a sua rescisão nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.
- IV - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.
- V - Fica por desde já, designada a Srta. EDILAINE GOMES WERNER, portadora do CPF nº 087.324.759-00, Secretária da Administração e Fazenda, Sr. ADEMIR JOSÉ CIMA, portador do CPF nº 564.323.139-53, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, Sr. ANTÔNIO DOS SANTOS MEDEIROS, portador do CPF nº 899.162.559-20, Secretário do Desenvolvimento Social, Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura e Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes,, ou quem os vier substituir em suas respectivas secretarias, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas. São Bernardino SC, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município
RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

GABRIEL KLEIN
Fornecedor

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298114

CONTRATO Nº 01/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, residente e domiciliado na Linha Condomínio, no interior do Município de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AUTO POSTO KLEIN LTDA, inscrita no CNPJ nº 32709282000197, localizada na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade São Bernardino - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário/administrador o Sr. GABRIEL KLEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na RUA JOSÉ SCHEID, 894, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF sob nº 091.537.619-95, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo identificados, do Processo Licitatório 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	15.000,00	Lt	GASOLINA ADITIVADA	RODOIL	4,45	66.750,00
Total						66.750,00

O valor total do contrato é de R\$ 66.750,00 (sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais), vinculado às Secretarias Municipais, conforme constante no 83/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e emissão de autorização de fornecimento emitido pelo Município.

III - Da forma de pagamento:

A VISTA.

IV - Da vigência:

A vigência do presente Contrato é a partir desta data, ou seja, 02/01/2020 até o dia 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação no Mural Público Municipal. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

O valor do presente contrato poderá sofrer as variações de preços a maior e/ou a menor, mediante comprovação da variação através de nota fiscal de compra, por parte do Fornecedor, devendo-se obedecer ao índice de variação.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega, após emissão da ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Entregar o produto nas quantidades diariamente solicitadas durante os prazos de contratação.

II - Efetuar as entregas e abastecimento no perímetro urbano do Município e de acordo com as necessidades do Município.

III - Fornecer produtos de primeira qualidade, entregues parceladamente, mediante a requisição por parte do MUNICÍPIO, onde constará o veículo e quantitativo.

IV - Assumir todos os custos operacionais, encargos sociais, impostos, trabalhistas, transporte, seguro, inclusive a segurança da área na hora do abastecimento.

V - Permitir que preposto do Município inspecione o local de abastecimento, a fim de verificar a segurança para o abastecimento, equipamento utilizado para abastecimento e o que achar necessário.

VI - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

VII - O Fornecedor declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.

VIII - Cumprir as condições de pagamento na forma deste contrato e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar a entrega do produto contratado.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos alocados no Orçamento de 2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, no Projeto Atividade 2.023.3390.00 - 1389 - 36/2020 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.023.3390.00 - 1388 - 35/2020 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde .

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VII - Fica por desde já, ciente e designado, o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador Fundo Municipal de Saúde

GABRIEL KLEIN
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298115

CONTRATO Nº 02/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA DONA CECÍLIA, na cidade de Palma Sola - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83860684000129, neste ato representado pela Sra. ROZANGELA OSSANI CRESTANI, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Palma Sola - SC, inscrita no CPF nº 579.731.289-34, doravante denominada CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, SERVIÇOS DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDINO-SC ENCAMINHADOS PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 15/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	Und	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDO-SC, (LIVRE DEMANDA), INDEPENDENTE DO NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS E OU PROCEDIMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE REFERÊNCIA, NOS SERVIÇOS ESTÃO INSERIDOS: CONSULTAS; EXAMES; ULTRA SOM, RX, OBSERVAÇÃO 24 HORAS, OBSERVAÇÃO 48 HORAS; PRONTO SOCORRO E PLANTÃO DE OBSTETRÍCIA. OS SERVIÇOS HOSPITALARES DE PLANTÃO SERÃO AQUELES REALIZADOS NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. E AS EMERGÊNCIAS SEMANAIS, FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDIDAS NO HORÁRIO DE 18:00 (DEZOITO) HORAS AS 07:00 (SETE) HORAS DA MANHÃ.	21.990,00	263.880,00
				TOTAL	263.880,00

O valor total do contrato é de R\$ 263.880,00 (duzentos e sessenta e três mil oitocentos e oitenta reais), sendo nos preços acima estão incluídos, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.022.3390.00 - 1386 - 27/2020 - Assistência Hospitalar ao Cidadão 2.022.3390.00 - 1002 - 25/2020 - Assistência Hospitalar ao Cidadão 2.022.3390.00 - 1384 - 26/2020 - Assistência Hospitalar ao Cidadão . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços em seu estabelecimento hospitalar, na data estabelecida pela Secretaria de Saúde, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão competente.

II - Permitir que os prepostos do Fundo inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Fundo sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes, inclusive as previstas no inciso IV desta Cláusula.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre serviços e materiais contratados, em qualquer esfera.

VIII - Fornecer os materiais e serviços necessários nos atendimentos aos pacientes encaminhados pelo Fundo, sendo de responsabilidade da contratada pelos danos que possam afetar o Fundo ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Fundo permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 15/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar o objeto de execução dos serviços contratados.

II – Encaminhar os pacientes até a unidade hospitalar, onde os serviços são prestados ao Fundo;

III - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

IV - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

V - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 15/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 15/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V – Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI – Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

ROZANGELA OSSANI CRESTANI
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298127

CONTRATO Nº 2/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA JOSÉ SCHEID, 885, na cidade de São Bernardino, inscrita no CNPJ sob nº 20602986000187, neste ato representado por seu proprietário/administrador, Sr. FLAVIO DE SOUZA MELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Scheid, 885, na cidade de São Bernardino, inscrito no CPF nº 029.555.549-10, doravante denominada CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT a ser instalada no território do município de São Bernardino-SC e distribuído via fibra óptica, junto aos órgãos Municipais; e WIRELESS a empresas e munícipes.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 10/10 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	1.659,4217	19.913,06
2	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, LOCALIZADA NA RUA SÃO BERNARDINO, CENTRO.	689,7613	8.277,14
4	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL/CRAS, LOCALIZADA NA RUA SÃO GREGÓRIO, CENTRO.	689,7613	8.277,14
5	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/INFRAESTRUTURA, LOCALIZADA NA RUA SANTO ANTÔNIO, CENTRO.	689,7613	8.277,14
6	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	689,7613	8.277,14
7	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	689,7613	8.277,14
8	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	689,7613	8.277,14
9	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 2 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA BENDER, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	259,8101	3.117,72
10	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE COXILHA RICA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	487,8312	5.853,97
11	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA FÁTIMA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	487,8312	5.853,97
12	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SEDE CHARUTO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
13	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO PAULINHO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
14	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 3 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA IV INTERIOR - CIDADE DIGITAL	389,8651	4.678,38
15	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA3/ALFA2, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99

16	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SALETE, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
17	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO JOÃO DO PESQUEIRO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
18	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO SCHEID - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
19	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NO CENTRO - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
20	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA LINHA SÃO FRANCISCO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	484,8322	5.817,99
				TOTAL	135.623,82

O valor total do contrato é de R\$ 135.623,82 (cento e trinta e cinco mil seiscientos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.037.3390.00 - 1000 - 121/2020 - Manutenção da Agricultura 2.031.3390.00 - 1000 - 96/2020 - Manutenção da Assistência Social 2.003.3390.00 - 1000 - 11/2020 - Manutenção da Administração Geral 2.030.3390.00 - 1000 - 8/2020 - Manutenção do Conselho Tutelar 2.015.3390.00 - 1001 - 63/2020 - Manutenção da Creche 2.013.3390.00 - 1001 - 35/2020 - Manutenção do Órgão Central de Educação 2.016.3390.00 - 1001 - 41/2020 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 2.045.3390.00 - 1000 - 101/2020 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF. A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – DETALHAMENTO DO PROJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT a ser instalada no território do município de São Bernardino-SC e distribuído via fibra óptica, junto aos órgãos Municipais; e WIRELESS a empresas e munícipes, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, usando na interligação do sistema público ÚNICA e EXCLUSIVAMENTE, infraestrutura de fibra óptica e ao Programa Cidade Digital que atende o Perímetro Urbano e Rural cobrindo com sinal em 100% (cem por cento) do território do município e/ou onde existir residências, usando na Interligação a tecnologia de última geração sem fio (Wireless), com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço, bem como a sua manutenção e suporte técnico. Exceto o material necessário para captação do sinal pelos usuários.

DA JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC utiliza links de internet, para acessos à Internet e divulgação de seus serviços ao público externo. Na arquitetura atual, os links são os responsáveis por sustentar toda a utilização da Internet dentro dos órgãos. Esse cenário contempla o fato de que a os serviços exercem papel preponderante para que o Município de São Bernardino - SC consiga satisfazer, com efetividade, sua missão institucional fornecendo diversos serviços.

O acesso à Internet com qualidade e velocidade, em todos os pontos da Prefeitura visam atender, dentre outras, as seguintes demandas:

- Gestão da Saúde Pública
- Gestão da Educação Municipal
- Orçamentos, Empenhos e Contabilidade
- Gestão de Tributos e controle de arrecadação
- Gestão do Patrimônio
- Compras Licitações integradas
- Prestação de Contas
- Gestão de demandas do cidadão
- Acesso Internet para todas as unidades
- Serviços de E-mail
- Serviços de Internet
- Repasses de receitas através de projetos Federais e Estaduais
- Serviços que operam através da Internet, como:
 - Tele Saúde E-SUS
 - Portal da Transparência
 - Certidões negativas
 - CRAS
 - Office Banking
 - Programa da Saúde da Família

DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Garantias Mínimas Solicitadas:

- Garantia de conexão de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;
- 1 IP Público e Fixo para cada ponto de conexão.
- Suporte técnico para os serviços, deverão ser prestados em horário de expediente das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal, com prazo máximo de 06 (seis) horas para solução do problema, após a abertura do chamado técnico;
- Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com para fins de análise do problema em no máximo 45 (quarenta e cinco) minutos;
- A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;
- O Link de Internet para os órgãos públicos, deverá ser trazido até o Município de São Bernardino-SC, ÚNICA e EXCLUSIVAMENTE, através de FIBRA ÓPTICA e desta forma também distribuído às unidades administrativas municipais parte deste Objeto, por fibra óptica;
- A empresa deverá possuir ASN (Número de Sistema Autônomo);
- A empresa deverá possuir no mínimo 02 (dois) fornecedores de link de INTERNET, de forma a garantir que não haja interrupção no fornecimento e qualidade na prestação dos serviços, devendo ser comprovado através de site público de consultas (<https://bgp.he.net>);
- A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço..

INSTALAÇÃO DOS LINKS DEDICADOS:

- Os links dedicados deverão ser instalados e configurados para acessar integralmente todos os serviços da Internet (Navegação, envio e recebimento de E-mails, FTP e todos os demais serviços) sem qualquer restrição ou distinção. Tudo deve ser providenciado antecipadamente e de forma programada para que os equipamentos da Estrutura Administrativa da Prefeitura possam ser devidamente configurados com os novos endereços IP's e possam se manter em pleno funcionamento, sem quaisquer transtornos, tornando o processo de instalação o mais transparente possível.

- Os equipamentos necessários para a entrega do sinal deverão ser fornecidos pela Contratada.

PRAZO PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS LINKS:

- Os links deverão ser instalados e configurados nos equipamentos fornecidos pela Contratada num prazo de até 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de assinatura do Contrato.
- A empresa vencedora deverá instalar e testar os pontos instalados.

PRAZO PARA SUPORTE DOS LINKS DEDICADOS:

- Suporte técnico para os links, deverão ser prestados em horário de expediente das Unidades Administrativas do município de São Bernardino - SC, com prazo máximo de 06 (seis) horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;
- Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com o Setor solicitante para fins de análise do problema em no máximo 45 (quarenta e cinco) minutos;

REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS:

- A Contratada deverá monitorar e supervisionar os links da sua malha principal, diagnosticando e solucionando falhas antes do desencadeamento da notificação pelo cliente. Ficará, a Contratada, encarregada de prestar esclarecimentos a Contratante, sobre os itens supracitados, sempre que este julgar necessário.
- O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá a contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações.
- A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.
- A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiros quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.
- A Contratada, sempre que necessitar realizar manutenção preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de performance, deverá comunicar ao município de São Bernardino - SC com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, salvo manutenções ocorridas por força maior que não são previsíveis.
- A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 06 (seis) horas após aberto o chamado.
- A Contratada deverá fornecer um número de telefone para Suporte Técnico de Emergência (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados) para casos de pane ou defeitos nos equipamentos que provoquem a paralisação dos links das Unidades Administrativas.

DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Em caso de indisponibilidade dos links causados por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 06 (seis) horas.

Durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço, as ligações para ele efetuadas.

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados deverão ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

- Disponibilidade dos links de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;
- Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos;
- Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;
- Eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;
- Atendimento às demais exigências contratuais.

PADRONIZAÇÃO

Os links dedicados deverão possuir largura de banda de 100% (cem por cento) para tráfego de aplicações IP (Internet Protocolo) de qualquer classe de serviço. Caso a contratada não disponha da velocidade solicitada, deverá ser fornecido link na velocidade superior, porém, o preço a ser pago não poderá ser superior ao do link solicitado;

DISPONIBILIDADE

A disponibilidade do serviço será calculada por link para período de um mês (trinta dias), terá como data de início sempre o primeiro dia de cada mês. Quando da ativação, os dias serão consecutivos a partir da ativação do serviço até o último dia do mês. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, para todos os níveis de serviço.

SUPORTE DE SERVIÇOS:

Quando da ocorrência de falha no link, a contratada deverá efetuar a verificação de todo o enlace (modems e link). Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pelo contratado dos serviços, sempre que houver solicitação da

Prefeitura, sem custos adicionais.

A contratada deverá manter uma central de serviços para atendimento técnico com um número telefônico, com chamadas franqueadas, para o registro de chamados no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.

Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, 07 (sete) dias por semana.

Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval do município. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade. Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Prefeitura. Quando o prazo mínimo de 05 (cinco) dias de comunicação não for obedecido, ou o município não for informado, poderá incorrerá em penalidade.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.

III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

VII – Fica por desde já, designada a Srta. EDILAINÉ GOMES WERNER, portadora do CPF nº 087.324.759-00, Secretária da Administração e Fazenda, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

FLAVIO DE SOUZA MELLO
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298117

CONTRATO Nº 03/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa CLINICA DRA. KARINE KRINDGES EIRELI, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA DA PRAIA, 589, na cidade de São Bernardino, inscrita no CNPJ sob nº 35472849000142, neste ato representado pela proprietária/administradora, a Srta. KARINE KRINDGES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de São Bernardino, inscrito no CPF nº 070.036.249-58, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ATRAVÉS DE PESSOA JURÍDICA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A PACIENTES E PARA FAZER PARTE DA EQUIPE DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF NO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 16/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
2	12,00	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO 40 HORAS SEMANAIS, PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A PACIENTES E PARA FAZER PARTE DA EQUIPE DO PSF NO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.	22.999,00	275.988,00
			TOTAL		275.988,00

O valor total do contrato é de R\$ 275.988,00 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta e oito reais), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL**III - Da Vigência:**

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

O Município descontará o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor contratado a cada dia de atraso na entrega do objeto.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.008.3390.00 - 1380 - 4/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.018.3390.00 - 1002 - 14/2020 - Manutenção do Programa PSF 2.018.3390.00 - 1385 - 15/2020 - Manutenção do Programa PSF . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I - Efetuar a prestação dos serviços junto a Unidade Básica de Saúde, nos dias e horários estabelecidos e após solicitação por parte do FUNDO.
- II - Fornecer ao FUNDO sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os serviços.
- III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os serviços contratados.
- IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados em qualquer esfera.
- V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 16/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.
- VI - Fornecer serviços de primeira qualidade.
- VII - Atuar em programas e ações desenvolvidas através da Unidade Básica de Saúde.
- VIII - Participar de todos os treinamentos, solicitados e/ou autorizados pelo Fundo.
- CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

- I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.
- II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
- III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 16/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 16/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.
- II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.
- III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.
- IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.
- VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

KARINE KRINDGES
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298405

CONTRATO Nº 3/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78,

doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa ADAIR BUENO LEMES, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VERONICA SCHEID, 0, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 23768947000142, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ADAIR BUENO LEMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 078.156.829-36 doravante denominada CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS E LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
10	245,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEICULO PEQUENO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	JD LAVACAR	32,00	7.840,00
11	35,00	Und	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL.	JD LAVACAR	58,00	2.030,00
12	25,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULO MASTER/AMBULÂNCIA, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL.	JD LAVACAR	49,00	1.225,00
13	45,00	Und	LAVAGEM COMPLETA DE MÁQUINA PESADA	JD LAVACAR	98,00	4.410,00
14	180,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ÔNIBUS, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	JD LAVACAR	58,00	10.440,00
15	120,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ÔNIBUS GRANDE, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	JD LAVACAR	58,00	6.960,00
16	25,00	Und	LUBRIFICAÇÃO CAMINHÃO	JD LAVACAR	29,00	725,00
17	20,00	Und	LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINA PESADA	JD LAVACAR	38,00	760,00
18	120,00	Und	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO-ONIBUS	JD LAVACAR	32,00	3.840,00
19	60,00	Und	LUBRIFICAÇÃO DE ÔNIBUS	JD LAVACARJD LAVACAR	32,00	1.920,00
Total						40.150,00

O valor total do contrato é de R\$ 40.150,00 (quarenta mil cento e cinq-enta reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se

por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.037.3390.00 - 1000 - 121/2020 - Manutenção da Agricultura 2.031.3390.00 - 1000 - 96/2020 - Manutenção da Assistência Social 2.002.3390.00 - 1000 - 2/2020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 2.003.3390.00 - 1000 - 11/2020 - Manutenção da Administração Geral 2.017.3390.00 - 1001 - 48/2020 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundame 2.030.3390.00 - 1000 - 8/2020 - Manutenção do Conselho Tutelar 2.036.3390.00 - 1000 - 128/2020 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.013.3390.00 - 1001 - 35/2020 - Manutenção do Órgão Central de Educação . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciarias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.

III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

VII - Fica por desde já, designada a Srta. EDILAINE GOMES WERNER, portadora do CPF nº 087.324.759-00, Secretária da Administração e Fazenda, ADEMIR JOSÉ CIMA, portador do CPF nº 564.323.139-53, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ANTÔNIO DOS SANTOS MEDEIROS, portador do CPF nº 899.162.559-20, Secretário do Desenvolvimento Social, ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

ADAIR BUENO LEMES
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 04/2020

Publicação Nº 2298408

CONTRATO Nº 4/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa VALDEREZ ANTUNES FERREIRA - MEI, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA JOSÉ SCHEID, 894, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 18662873000125, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. VALDEREZ ANTUNES FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 044.693.789-41, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	60,00	Und	CONserto CÂMARA PNEU CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM	BORRACHARIA F	36,00	2.160,00
2	20,00	Und	CONserto DE CÂMARA DE AR DE CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM	BORRACHARIA F	36,00	720,00
3	35,00	Und	CONserto DE CÂMARA MAQ. PESADA INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM	BORRACHARIA F	66,00	2.310,00
4	25,00	Und	CONserto DE CAMARA PNEU INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM	BORRACHARIA F	28,00	700,00
5	80,00	SER	CONserto PNEU MÁQUINA PESADA	BORRACHARIA F	66,00	5.280,00
6	95,00	Und	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO	BORRACHARIA F	36,00	3.420,00
7	70,00	Und	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU CAMINHÃO, ONIBUS	BORRACHARIA F	36,00	2.520,00
8	110,00	Und	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU MÁQUINA PESADA	BORRACHARIA F	66,00	7.260,00
9	180,00	SER	DESMONTAGEM, CONserto E MONTAGEM PNEU ARO 13/14/15/16/17/18	BORRACHARIA F	32,00	5.760,00
Total						30.130,00

O valor total do contrato é de R\$ 30.130,00 (trinta mil cento e trinta reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:



O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.037.3390.00 - 1000 - 121/2020 - Manutenção da Agricultura 2.031.3390.00 - 1000 - 96/2020 - Manutenção da Assistência Social 2.002.3390.00 - 1000 - 2/2020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 2.003.3390.00 - 1000 - 11/2020 - Manutenção da Administração Geral 2.017.3390.00 - 1001 - 48/2020 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundame 2.030.3390.00 - 1000 - 8/2020 - Manutenção do Conselho Tutelar 2.036.3390.00 - 1000 - 128/2020 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.013.3390.00 - 1001 - 35/2020 - Manutenção do Órgão Central de Educação . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciarias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.

III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

VII - Fica por desde já, designada a Srta. EDILAINÉ GOMES WERNER, portadora do CPF nº 087.324.759-00, Secretária da Administração e Fazenda, ADEMIR JOSÉ CIMA, portador do CPF nº 564.323.139-53, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ANTÔNIO DOS SANTOS MEDEIROS, portador do CPF nº 899.162.559-20, Secretário do Desenvolvimento Social, ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30,

Secretário da Infraestrutura, ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

VALDEREZ ANTUNES FERREIRA
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 04/2020

Publicação Nº 2298119

CONTRATO Nº 4/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa DAIANE STEFFENS FISIOTERAPIA - ME, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SÃO BERNARDINO, 767, SALA, na cidade de São Bernardino, inscrita no CNPJ sob nº 29902586000161, neste ato representado pela proprietária/administradora Sra. DAIANE STEFFENS FISIOTERAPIA - ME, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua São José, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CPF nº , CREDITO nº 236470, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPEUTA ATRAVÉS DE PESSOA JURÍDICA, PARA ATUAR JUNTO AO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA NASF/PSF 20 HORAS SEMANAIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 16/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	11,50	MES	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA 20 HORAS SEMANAIS.	1.912,00	21.98800
				TOTAL	21.988,00

O valor total do contrato é de R\$ 21.988,00 (vinte e um mil novecentos e oitenta e oito reais), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos materiais e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.008.3390.00 - 1380 - 4/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.018.3390.00 - 1002 - 14/2020 - Manutenção do Programa PSF 2.018.3390.00 - 1385 - 15/2020 - Manutenção do Programa PSF . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Efetuar a prestação dos serviços junto a Unidade Básica de Saúde, nos dias e horários estabelecidos e após solicitação por parte do FUNDO.

II - Fornecer ao FUNDO sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os serviços.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os serviços contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 16/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer serviços de primeira qualidade.

VII - Atuar em programas e ações desenvolvidas através da Unidade Básica de Saúde.

VIII - Participar de todos os treinamentos, solicitados e/ou autorizados pelo Fundo.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar os serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 16/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 16/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

DAIANE STEFFENS FISIOTERAPIA - ME

Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 05/2020

Publicação Nº 2298120

CONTRATO Nº 5/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA JOSÉ SCHEID, 885, na cidade de São Bernardino, inscrita no CNPJ sob nº 20602986000187, neste ato representado por seu proprietário/administrador, Sr. FLAVIO DE SOUZA MELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Scheid, 885, na cidade de São Bernardino, inscrito no CPF nº 029.555.549-10, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT, via fibra óptica, junto ao Fundo Municipald e Saúde.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
3	12,00	MES	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/ INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	689,7613	8.277,14
				TOTAL	8.277,14

O valor total do contrato é de R\$ 8.277,14 (oito mil duzentos e setenta e sete reais e quatorze centavos), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos materiais e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.
- II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.
- III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.
- IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.
- V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.
- VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.
- VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.
- IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.
- X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – DETALHAMENTO DO PROJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT a ser instalada via fibra óptica, junto ao Fundo Municipal de Saúde, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana.

DA JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC utiliza links de internet, para acessos à Internet e divulgação de seus serviços ao público externo. Na arquitetura atual, os links são os responsáveis por sustentar toda a utilização da Internet dentro dos órgãos. Esse cenário contempla o fato de que a os serviços exercem papel preponderante para que o Município de São Bernardino - SC consiga satisfazer, com efetividade, sua missão institucional fornecendo diversos serviços.

DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Garantias Mínimas Solicitadas constam no contrato geral de acesso a internet.

PRAZO PARA SUPORTE DOS LINKS DEDICADOS:

- Suporte técnico para os links, deverão ser prestados em horário de expediente das Unidades Administrativas do Município de São Bernardino - SC, com prazo máximo de 06 (seis) horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;
- Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com o Setor solicitante para fins de análise do problema em no máximo 45 (quarenta e cinco) minutos;

DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Em caso de indisponibilidade dos links causados por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 06 (seis) horas.

Durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço, as ligações para ele efetuadas.

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados deverão ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

- Disponibilidade dos links de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;
- Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos;
- Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;
- Eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;
- Atendimento às demais exigências contratuais.

SUPORTE DE SERVIÇOS:

Nos termos pactuados com para o fornecimento de link.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 75/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 75/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

FLAVIO DE SOUZA MELLO
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 2298121

CONTRATO Nº 6/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa ADAIR BUENO LEMES, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VERONICA SCHEID, 0, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 23768947000142, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ADAIR BUENO LEMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 078.156.829-36, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
10	160,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEICULO PEQUENO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	JD LAVACAR	32,00	5.120,00
12	80,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULO MASTER/AMBULÂNCIA, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL.	JD LAVACAR	49,00	3.920,00
Total						9.040,00

O valor total do contrato é de R\$ 9.040,00 (nove mil e quarenta reais), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, em seu estabelecimento, diariamente, na sede do Município de São Bernardino – SC, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X – Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar os serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 81/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 81/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V – Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI – Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

ADAIR BUENO LEMES
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2298123

CONTRATO Nº 7/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa VALDEREZ ANTUNES FERREIRA - MEI, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA JOSÉ SCHEID, 894, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 18662873000125, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. VALDEREZ ANTUNES FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 044.693.789-41, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
9	80,00	SER	DESMONTAGEM, CONserto E MONTAGEM PNEU ARO 13/14/15/16/17/18	BORRACHARIA F	32,00	2.560,00
Total						2.560,00

O valor total do contrato é de R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais), sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 02/01/2020 até 31/12/2020, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, em seu estabelecimento, diariamente, na sede do Município de São Bernardino – SC, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X – Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 81/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar os serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 81/2019 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 81/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

VALDEREZ ANTUNES FERREIRA
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

DECRETO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298130

DECRETO Nº 001/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, A PEDIDO, a servidora pública municipal, Sra. CAIANE TASCA, matrícula 566/01, ocupante do cargo de Médico (a) veterinário (a), aprovada em concurso público, e nomeada através do decreto 241/2018 de 03 de dezembro 2018, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por motivos particulares.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 02 de janeiro 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298133

DECRETO Nº 002/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;
--	--

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, A PEDIDO, a servidora pública municipal, Sra. ALINE CAPELETTI, matrícula 571/01, ocupante do emprego público de PSICOLOGO (a), aprovada em processo seletivo, e nomeada através do decreto 017/2019 de 15 de janeiro 2019, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência social, por motivos particulares.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 02 de janeiro 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298134

DECRETO Nº 003/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;
--	--

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para tomar posse no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente, o candidato aprovado no Concurso Público Edital 01/2018, classificado em 2º (segundo) lugar para o cargo de Médico Veterinário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 002/2003 e Lei Complementar 005/2005, conforme segue:

Nome: RODOLFO VENDRAME GRITTI
Lotação: Secretaria Municipal de Agricultura
Grupo/Categoria: Grupo IV – Atividade Técnica Superior
Código/Cargo: 106 – Médico Veterinário
Vencimento Base: Nível 000004
Classe A - 017
Carga Horária: 10 horas semanais

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 07/2020

Publicação Nº 2298704

DECRETO Nº 007/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para tomar posse no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente, o candidato aprovado no Concurso Público Edital 01/2018, classificado em 7º (sétimo) lugar para o cargo de Motorista, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 002/2003 e Lei Complementar 005/2005, conforme segue:

Nome: ROQUE ANTONIO PAGANI
Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura
Grupo/Categoria: Grupo I – Serviços Gerais de Apoio e Manutenção
Código/Cargo: 22 - Motorista
Vencimento Base: Nível 000004
Classe A - 019
Carga Horária: 40 horas semanais

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. de Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 248/2019

Publicação Nº 2298106

DECRETO Nº 248/2019 DE 31/12/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra “C”, do Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo

15.451.0000.0.000.000 – Infra Estrutura Urbana

15.451.0019.0.000.000 – Vias Urbanas

15.451.0019.1.003.000 – Pavimentação de Vias Urbanas

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 1345 – Transf. Rec. União Cessão Onerosa R\$ 3.877,11

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 3.877,11 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT

Sec. Adm. e Fazenda



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298699

CONVOCAÇÃO

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Sr. RODOLFO VENDRAME GRITTI, classificado em 2º (segundo) lugar no Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de Médico Veterinário, nomeado nesta data através do Decreto nº 003/2020, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Concurso Público nº 01/2018.

São Bernardino/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298702

CONVOCAÇÃO

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito do município de São Bernardino, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Sr. ROQUE ANTONIO PAGANI, classificado em 7º (sétimo) lugar no Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de Motorista, nomeado nesta data através do Decreto nº 007/2020, para tomar posse do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessário apresentar neste prazo os documentos necessários para a contratação, conforme legislação vigente e vinculada ao Concurso Público nº 01/2018.

São Bernardino/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2020

Publicação Nº 2298431

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, vem através do presente solicitar junto ao setor de licitações da Prefeitura Municipal que seja realizado Dispensa de Licitação na modalidade que determina a Lei nº 8.666/93, conforme Lei Municipal autorizativa n.1.297/2019 de 10/12/2019, para concessão de uso, de parte do bem imóvel da área industrial, com área de 278,,28 m2, sem edificações, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo – Erê – SC n. 8.546, pelo prazo de 10 (dez) anos equivalendo a 120(cento e vinte) meses a contar da assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal. Conforme a Lei Municipal autorizativa n. 1297/2019, § 1º. O Espaço Alugado será utilizado pela SBA TORRES BRASIL, LIMITADA, para fins não residenciais, a saber, a instalação, operação e compartilhamento de equipamentos de telecomunicações, especialmente estações rádio base ("ERB"), abrangendo suas estruturas, estaios, bases de fixação e benfeitorias relacionadas (tudo em conjunto chamado de "Estruturas") necessárias para a prestação de serviços de comunicações e telecomunicações por terceiros.

De acordo com o § 2º. O ônus pela conservação e manutenção dos bens será de total responsabilidade do concessionário, que responderá por todo e qualquer dano que possa ocorrer devido a utilização dos mesmos.

A concessão de uso de acordo com o § 3º será feita pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, findo o qual o imóvel deverá ser restituído ao Município em condições ideais de uso.

Em conformidade com o art. 2º. a concessão de uso será outorgada mediante assinatura do respectivo contrato, dispensada a licitação haja vista o interesse público maior envolvido.

Parágrafo único. O concessionário deverá utilizar o imóvel objeto da concessão, especificamente para a edificação, instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações.

Art. 3º. A empresa SBA TORRES BRASIL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 16.587.135/0001-35, pagará o valor mensal equivalente a 08 (oito) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal ao Município de São Bernardino – SC, pela concessão do imóvel.

A concessão de uso do bem imóvel justifica-se considerando o interesse público o qual abrange toda população.

A inexigibilidade de licitação é a hipótese em que a competição é inviável, ou seja, impossível de ser realizada.

Daí a previsão do art. 25, I da Lei 8.666/93 a qual transcrevemos abaixo:

Art.25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Com efeito esta Comissão resolve contratar conforme prevê a Lei 8.666/93, Art. 25, CAPUT.

São Bernardino, SC, 02/01/2020

.....
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Debora Paula Bittencourt
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Membro

.....
Giomar Pastorello Lopes
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Inexigibilidade de Licitação n.º 01/2020 tem sua fundamentação legal no artigo 25, CAPUT, da Lei 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição...

Lei Municipal n. 1.297/2019 de 10/12/2019

São Bernardino, SC, 02/01/2020

.....
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Debora Paula Bittencourt
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Membro

.....
Giomar Pastorello Lopes
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONCESSIONÁRIA E JUSTIFICATIVA DO VALOR A SER PAGO PELA CONCESSÃO

O imóvel em questão será locado através de Concessão de Uso para a empresa SBA TORRES BRASIL, LIMITADA, considerando que em 2008 já foi celebrado contrato de concessão de uso administrativo com a empresa 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A, tendo por objeto o Imóvel descrito acima, onde atualmente encontram-se instaladas estações rádio base ("ERB"), abrangendo suas estruturas, acessos e benfeitorias relacionadas (tudo em conjunto chamado de "Estruturas"), necessárias para prestação de serviços de comunicações e telecomunicações por terceiros.

A 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A, foi sucedida em todos os direitos e obrigações pela OI Móvel S.A, a qual cindiu parcialmente seu ativos em favor da Tupã Torres S.A incorporada pela SBA TORRES BRASIL, LIMITADA, sub-rogando-se em todos os direitos e deveres decorrente do Contrato de Locação, em especial todos os Termos, prazos e condições deste Contrato de Concessão de Uso do Imóvel foram autorizados por meio da Lei Municipal n. 1.297/2019 de 10/12/2019.

CONCESSIONÁRIA

SBA TORRES BRASIL, LIMITADA – CNPJ N. 16587135/0001-35

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	VALOR MENSAL	Preço Total
1	Concessão de uso de parte ideal do imóvel da área industrial, sem edificações, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê - SC, sob nº 8.546, sendo uma área medindo 12 (doze) metros de largura, nos lados Leste e Oeste, e 19,619 (dezenove vírgula seiscentos e dezenove) metros lado Norte e 26,762 (vinte e seis vírgula setecentos e sessenta e dois) metros lado Sul, totalizando 278,28 m² (duzentos e setenta e oito vírgula vinte e oito metros quadrados), com as coordenadas geográficas de localização do empreendimento, assim demonstrado: Datum: SAD 69; Meridiano Central : 51º WGr, Latitude s: g: 26º m: 28' 01 s: 47081"S e Longitude G: 50º, M 58' 06, S: 30365"W. Conforme Lei Municipal autorizativa n. 1297/2019, § 1º. O Espaço Alugado será utilizado pela SBA TORRES BRASIL, LIMITADA, para fins não residenciais, a saber, a instalação, operação e compartilhamento de equipamentos de telecomunicações, especialmente estações rádio base ("ERB"), abrangendo suas estruturas, estaios, bases de fixação e benfeitorias relacionadas (tudo em conjunto chamado de "Estruturas") necessárias para a prestação de serviços de comunicações e telecomunicações por terceiros. O ônus pela conservação e manutenção dos bens será de total responsabilidade do concessionário, que responderá por todo e qualquer dano que possa ocorrer devido a utilização dos mesmos. A concessão de uso será feita pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, findo o qual o imóvel deverá se restituído ao Município em condições ideais de uso. A concessão de uso será outorgada mediante assinatura do respectivo contrato, dispensada a licitação haja vista o interesse público maior envolvido. O concessionário deverá utilizar o imóvel objeto da concessão, especificamente para a edificação, instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações. A empresa SBA TORRES BRASIL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 16.587.135/0001-35, pagará o valor mensal equivalente a 08 (oito) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal ao Município de São Bernardino - SC, pela concessão do imóvel.	Mês	120,00	08(oito) UFRM mensal	960(novecentos e sessenta UFRM)
Total					960 UFRM

São Bernardino, SC, 02/01/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Edilaine Gomes Werner
Presidente

Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

Debora Paula Bittencourt
Membro

.....

.....

Alcino Beloli Borges

Membro

.....

Giomar Pastorello Lopes

Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50

RUA VERÔNICA SCHEID S/N

CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao chefe do poder executivo para ratificação, sendo que o imóvel foi locado através de Concessão de Uso para a concessionária SBA TORRES BRASIL, LIMITADA num valor mensal de 08(oito) UFRM, num prazo de 10(dez) anos ou 120 (cento e vinte) meses totalizando 960 (novecentos e sessenta) UFRM total.

São Bernardino, SC, 02/01/2020

.....

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....

Edilaine Gomes Werner

Presidente

.....

Tegla Ines Krindges Ludwig

Membro

.....

Debora Paula Bittencourt

Membro

.....

Alcino Beloli Borges

Membro

.....

Giomar Pastorello Lopes

Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50

RUA VERÔNICA SCHEID S/N

CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão sugerida pela Comissão de Licitações e solicito ao Departamento de Compras, Contratos e Licitações que seja efetuada a devida compra do fornecedor mencionado.

SÃO BERNARDINO, SC EM 02/01/2020

.....

Adeli José Riffel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2298136

PORTARIA Nº 001/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
370/03	ELIZIANE MOCELIN	Auxiliar em Informática	08/01/2019 a 07/01/2020
513/01	VANESSA C. BERGAMASCHI	Nutricionista	15/01/2019 a 14/01 2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 02/2020

Publicação Nº 2298137

PORTARIA Nº 002/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
85/02	MARILEI DA SILVA GALUPO	AGENTE BIBLIOTECÁRIO	03/01/2019 a 02/01/2020
462/01	ROQUE GROSS	INSPETOR ESCOLAR	20/04/2018 A 19/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 03/2020

Publicação Nº 2298140

PORTARIA Nº 003/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
560/02	ELISANDRA DAS CHAGAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	18/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 04/2020

Publicação Nº 2298141

PORTARIA Nº 004/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
277/01	IVAN CARLOS SANTIN	PROFESSOR NORMAL	14/02/2018 a 13/02/2019
277/03	IVAN CARLOS SANTIN	PROFESSOR COM LICENCIATURA	10/04/2018 a 09/04/2019
367/01	IVANILSO ROVARIS	PROFESSOR COM LICENCIATURA	18/03/2018 a 17/03/2019
92/01	LORENI T. F. RHODEN	PROFESSOR NORMAL	03/02/2018 a 02/02/2019
408/06	MAIARA SCHNEIDER	PROFESSOR COM LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
270/01	NEUSA A. B. BORGES	PROFESSOR NORMAL	14/02/2018 a 13/02/2019
193/01	NEUSA A. B. BORGES	PROFESSOR NORMAL	01/01/2019 a 31/12/2019
455/03	PATRICIA FRITZEN	PROFESSOR COM LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
274/01	ROSELI B. WOLFART	PROFESSOR NORMAL	14/02/2018 a 13/02/2019
340/06	SILMARA W. MOTTER	PROFESSOR COM LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
93/01	VERA L. L. PESAVENTO	PROFESSOR NORMAL	03/02/2018 a 02/02/2019
132/02	VERA L. L. PESAVENTO	PROFESSOR COM LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 05/2020

Publicação Nº 2298143

PORTARIA Nº 005/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
570/01	GUSTAVO SEMIONATO	MOTORISTA	04/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 06/2020

Publicação Nº 2298146

PORTARIA Nº 006/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
428/02	ADEMIR GOIS DA SILVA	MOTORISTA	05/04/2017 a 04/04/2018
256/01	ADENILSON GARCIA	MOTORISTA	20/06/2018 a 19/06/2019
357/03	ANTENOR BRUM	MOTORISTA	20/12/2018 a 19/12/2019
524/05	CAVECIR DA SILVA MEDEIROS	MOTORISTA	22/08/2018 a 21/08/2019
442/01	CLAUDEOMIRO JOSÉ RIFFEL	MOTORISTA	01/07/2017 a 30/06/2018
389/01	EDSON NEREU JANTSCH	MOTORISTA	13/12/2017 a 12/12/2018
469/04	FLADEMIR SCHWIERK	MOTORISTA	22/08/2018 a 21/08/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 07/2020

Publicação Nº 2298148

PORTARIA Nº 007/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
536/02	ANDERSON L NILSON	DIRETOR DE ESPORTES	01/02/2018 a 31/01/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 08/2020

Publicação Nº 2298150

PORTARIA Nº 008/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
551/04	GENECI D. MARQUES	PROFESSOR COM LICENCIATURA	04/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 09/2020

Publicação Nº 2298151

PORTARIA Nº 009/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
551/03	GENECI D. MARQUES	PROFESSOR COM LICENCIATURA	04/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 10/2020

Publicação Nº 2298155

PORTARIA Nº 010/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
396/10	SILVETE D. NEGRI	PROFESSOR COM LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
319/06	TATIANA M. PIONER	PROFESSOR COM LICENCIATURA	11/02/2018 a 10/02/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 11/2020

Publicação Nº 2298156

PORTARIA Nº 011/2019 DE 02/01/2020

	DEFINE HORARIO DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - DEFINIR horário de trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA DE MACEDO, matrícula nº 1470/01, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada ao Fundo Municipal da Saúde do município de São Bernardino SC, conforme abaixo identificado:

Turno	2ª-Feira	3ª-Feira	4ª-Feira	5ª-Feira	6ª-Feira
Matutino	-	07h30m às 11h30m	07h30m às 11h30m	07h30m às 11h30m	-
Vespertino	-	13h00m às 17h00m	13h00m às 17h00m	-	-

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária da administração e fazenda

PORTARIA Nº 12/2020

Publicação Nº 2298158

PORTARIA Nº 012/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
569/01	LEONARA ROCHA	PROFESSOR COM LICENCIATURA	04/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 13/2020

Publicação Nº 2298161

PORTARIA Nº 013/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidores Públicos Municipais abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 15 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
130/01	ADIR JOSÉ WOLFART	OPERADOR 1	14/04/2018 a 09/04/2019
299/02	VALDECIR R. SCHVIERK	OPERADOR 1	02/01/2016 a 01/01/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 14/2020

Publicação Nº 2298162

PORTARIA Nº 014/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionado, no período de 02/01/2020 a 19/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 18 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
554/01	JAIR DE ALMEIDA	SUB-DIRETOR	01/06/2017 a 31/05/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 15/2020

Publicação Nº 2298165

PORTARIA Nº 015/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 30 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
465/01	ELIANA DA C. DE ALMEIDA	ZELADORA	16/04/2018 a 15/04/2019
220/01	LENOIR DE SOUZA MELLO	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	03/05/2018 a 02/05/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 16/2020

Publicação Nº 2298168

PORTARIA Nº 016/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionado, no período de 16/01/2020 a 14/02/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 30 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
451/01	URBANO HAUBENTHAL	OPERADOR 1	01/12/2016 a 30/11/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 17/2020

Publicação Nº 2298171

PORTARIA Nº 017/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 27 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
89/01	IVETE MARIA ROSIAK	PROFESSOR NORMAL	03/02/2019 a 02/02/2020
25/01	IVETE MARIA ROSIAK	PROFESSOR NORMAL	17/02/2019 a 16/02/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 18/2020

Publicação Nº 2298173

PORTARIA Nº 018/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 13/01/2020 a 01/02/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 20 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
90/02	TEGLA K. LUDWIG	COORDERNADOR EDUCACIONAL	03/01/2017 a 02/01/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 19/2020

Publicação Nº 2298175

PORTARIA Nº 019/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 03/01/2020 a 22/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo: 20 dias

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
405/03	FERNANDA G. WALKER	COORDENADOR EDUCACIONAL	17/04/2018 a 16/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 20/2020

Publicação Nº 2298178

PORTARIA Nº 020/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
475/01	CLAUDIA R. MARQUES	AGENTE AUXILIAR DE CRECHE	02/07/2018 a 01/07/2019
558/02	MARCIA O. RODRIGUES	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	12/12/2018 a 11/12/2019
324/03	MARCIA SANTIN	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	25/12/2018 a 24/12/2019
473/01	ODETE ZIMMER	AGENTE AUXILIAR DE CRECHE	02/07/2018 a 01/07/2019
474/01	ROSILENI MARIA KUHN	AGENTE AUXILIAR DE CRECHE	05/07/2017 a 04/07/2018
487/02	SILVANA K. DA S. MOURA	MONITOR DE CRECHE	01/01/2019 a 31/12/2019
564/01	SÔNIA MARIA DOS REIS	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	22/08/2018 a 21/08/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 21/2020

Publicação Nº 2298182

PORTARIA Nº 021/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1368/01	ROSICLER H. KRINDGES	AUXILIAR T. EM ENFERMAGEM	03/02/2018 a 01/02/2019
1071/01	GIOMAR P. LOPES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/01/2018 a 18/01/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 22/2020

Publicação Nº 2298187

PORTARIA Nº 022/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
463/01	ZELINDA COMICIELLI	ZELADORA	16/04/2018 a 15/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 23/2020

Publicação Nº 2298191

PORTARIA Nº 023/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 21/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
388/04	ANGÉLICA ADRIANA DA C. AVILA	ZELADORA	17/04/2018 a 16/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 24/2020

Publicação Nº 2298193

PORTARIA Nº 024/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1256/01	SÍLVIA TREVISOL	ENFERMEIRA DE AT BÁSICA	08/01/2018 a 07/01/2019
1289/01	ROCLAUDIA M. GIOTTO	AUXILIAR DE CONS DENTARIO	08/04/2018 a 07/04/2019
509/02	NEIVA DAS CHAGAS	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	22/08/2018 a 21/08/2019
1409/04	ERICO J. A. TRINDADE	MOTORISTA	04/05/2017 a 03/05/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 25/2020

Publicação Nº 2298194

PORTARIA Nº 025/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 06/01/2020 a 25/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1434/02	ALINE RIFFEL	AUXILIAR T EM ENFERMAGEM	03/07/2018 a 02/07/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 26/2020

Publicação Nº 2298199

PORTARIA Nº 026/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 13/01/2020 a 27/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1470/01	ROBERTA DE MACEDO	FISIOTERAPEUTA	02/01/2019 a 01/01/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 27/2020

Publicação Nº 2298219

PORTARIA Nº 027/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 20/01/2020 a 18/02/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1457/01	ANDREIA KAEFER	AUXILIAR T. EM ENFERMAGEM	03/02/2018 a 02/02/2019
516/01	ROSANGELA DE A. LARA	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	01/01/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 28/2020

Publicação Nº 2298221

PORTARIA Nº 028/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
371/05	NEUSA F. S. F. DE S. MELLO	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	04/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 29/2020

Publicação Nº 2298223

PORTARIA Nº 029/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matric.	Nome	Cargo	Período aquisitivo
345/10	DENISE M. J. ALBERT	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
191/01	DENISE M. K. NETTO	PROFESSOR NORMAL SUPERIOR	15/02/2018 a 14/02/2019
191/05	DENISE M. K. NETTO	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	10/03/2018 a 09/03/2019
400/06	ELETICIA DHEIN	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
399/01	ELIANE C. P. HOLDEFER	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	10/03/2017 a 09/03/2018
399/09	ELIANE C. P. HOLDEFER	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	03/02/2018 a 02/02/2019
493/02	KATIANE RHODEN	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019
496/04	MARISA BERGE SBERSE	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	04/05/2018 a 03/05/2019
371/04	NEUSA F. S. F. DE S. MELLO	PROFESSOR C/ LICENCIATURA	01/01/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 30/2020

Publicação Nº 2298225

PORTARIA Nº 030/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1079/01	SISUNEI INNING PAULY	ODONTÓLOGO (A)	02/02/2018 a 01/02/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 31/2020

Publicação Nº 2298226

PORTARIA Nº 031/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 17/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1423/02	MARISTELA L. GIRARDI	FARMACÊUTICO (A)	02/01/2019 a 01/01/2020
1423/01	MARISTELA L. GIRARDI	FRAMACÊUTICO (A)	04/04/2018 a 03/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 32/2020

Publicação Nº 2298228

PORTARIA Nº 032/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 21/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1424/01	ORIDIANE A. T. VIGANÓ	PSICOLOGO (A)	04/04/2017 a 03/04/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2298229

PORTARIA Nº 033/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 22/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1324/01	ORIDIANE A. T. VIGANÓ	PSICOLOGO (A)	04/04/2018 a 03/04/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 34/2020

Publicação Nº 2298231

PORTARIA Nº 034/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 16/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
548/03	LUANA K. F. MOCELIN	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	02/10/2018 a 01/10/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 35/2020

Publicação Nº 2298232

PORTARIA Nº 035/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
500/02	JANILCE ZUCHI	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	03/02/2019 a 31/12/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 36/2020

Publicação Nº 2298234

PORTARIA Nº 036/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, conforme seu respectivo período aquisitivo e período de gozo:

Matric.	Nome	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
565/01	CACILDO WEIZMANN	Aux. Serv. Gerais	03/09/2018 a 02/09/2019	02/01/2020 à 31/01/2020
375/04	LEDIANE RIFFEL	Diretor (a)	01/02/2019 a 31/01/2020	02/01/2020 à 21/01/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 37/2020

Publicação Nº 2298235

PORTARIA Nº 037/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
486/04	CEZAR DE ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	05/05/2018 a 04/05/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 38/2020

Publicação Nº 2298236

PORTARIA Nº 038/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 28/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
351/02	VANDERLEI I. HECKLER	TÉCNICO EM AT. FINANCEIRA	01/02/2017 a 31/01/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 39/2020

Publicação Nº 2298237

PORTARIA Nº 039/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
453/02	SIMONE VAS VIEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	17/04/2017 a 16/04/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 40/2020

Publicação Nº 2298238

PORTARIA Nº 040/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
294/03	JULIANA BORGES	TÉCNICO EM AT. FINANCEIRA	17/04/2016 a 16/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 41/2020

Publicação Nº 2298241

PORTARIA Nº 041/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 02/01/2020 a 11/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1467/01	VANDERLICE FUSIGER	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	10/01/2018 a 09/01/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 42/2020

Publicação Nº 2298244

PORTARIA Nº 042/2020 DE 02/01/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
1419/01	BEATRIZ A. NETTO	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	01/12/2019 a 30/11/2019
1468/01	DÉBORA S. SEMIONATO	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	03/09/2018 a 02/09/2019
1352/04	DILCEU BELLI PRANGE	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	03/01/2019 a 02/01/2020
1382/02	LUCIA RONCALHO	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	01/01/2019 a 31/12/2019
1454/01	MARCIA T. S. KNOB	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	02/05/2018 a 01/05/2019
1353/04	ROSARITA A. PINHEIRO	AGENTE COMUNITARIA SAÚDE	03/01/2019 a 02/01/2010

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 43/2020

Publicação Nº 2298245

PORTARIA Nº 043/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
557/02	ALTAIR DE ALMEIDA	MOTORISTA	12/09/2018 a 11/09/2019
430/01	APARICIO DE S. MACHADO	OPERADOR 2	04/09/2018 a 03/09/2019
118/01	LUIZ OTAVIO RIFFEL	OPERADOR 1	23/07/2017 a 22/07/2018
555/02	ODIMAR TALIAN	SECRETARIO	23/11/2018 a 22/11/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 44/2020

Publicação Nº 2298247

PORTARIA Nº 044/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionado, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
331/03	GILMAR DAL PIVA	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	02/01/2019 a 01/01/2010

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 45/2020

Publicação Nº 2298249

PORTARIA Nº 045/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionado, no período de 02/01/2020 a 15/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
445/01	JONIR BUENO DE LEMES	AUXILIAR D/ SERVIÇOS GERAIS	01/08/2017 a 31/07/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 46/2020

Publicação Nº 2298250

PORTARIA Nº 046/2019 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio em período integral à Servidor Público Municipal, Sr. SINÉSIO JOSÉ KUNZ, ocupante do cargo de Operador 1, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 114/02, de 01/01/2020 a 31/03/2020, referente ao período aquisitivo de 23/04/2013 a 26/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e fazenda

PORTARIA Nº 47/2020

Publicação Nº 2298253

PORTARIA Nº 047/2019 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio em período integral à Servidora Pública Municipal, Sra. NORACI DALLA VALLE, ocupante do cargo de Zeladora, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 288/01, de 01/01/2020 a 31/03/2020, referente ao período aquisitivo de 08/12/2014 a 07/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e fazenda

PORTARIA Nº 48/2020

Publicação Nº 2298254

PORTARIA Nº 048/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal abaixo relacionado, no período de 08/01/2020 a 06/02/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
355/03	ALCINO B. BORGES	TÉCNICO EM AT. FINANCEIRA	08/01/2019 a 07/01/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 49/2020

Publicação Nº 2298256

PORTARIA Nº 049/2020 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, no período de 18/01/2020 a 31/01/2020, conforme seu respectivo período aquisitivo:

Matricula	Nome	Cargo	Período aquisitivo
290/02	ROZINHA WEIZMANN	ZELADORA	02/02/2018 à 01/02/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/01/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 02 de janeiro de 2020
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 50/2020

Publicação Nº 2298257

PORTARIA Nº 050/2019 DE 02/01/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio em período integral à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANA CONTE, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 489/02, de 14/01/2020 a 13/04/2020, referente ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/01/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 18/2019

Publicação Nº 2297732

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO CNPJ: 11.431.615/0001-99 RUA VERÔNICA SCHEID C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2019 - DL Processo Administrativo: 18/2019 Processo de Licitação: 18/2019 Data do Processo: 25/11/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador Do Fundo De Saúde, AGOSTINHO LUZZI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2019
b) Licitação Nr.: 5/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: CONTRATO DE RATEIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADA DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO COM O CIS AMOSC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtde
					Descto (%)	Preço Unitário
						Total do Item
<u>CIS-AMOSC CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OES (1114)</u>						
1	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO(Despesas com pessoal e encargos dos empregados, manutenção das atividades administrativas e despesas com investimentos)	PARC	12	-	2.020,00	24.240,00
Total do Fornecedor:						24.240,00
Total Geral:						24.240,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.025.3.1.71.00.00.00.00.00 (28), 2.025.3.3.71.00.00.00.00.00 (29), 2.025.4.4.71.00.00.00.00.00 (31)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
ORDENADOR DO FUNDO DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 75/2019

Publicação Nº 2297609

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 25/10/2019 Folha: 1/3
---	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2019
b) Licitação Nr.: 50/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT a ser instalada no território do município de São Bernardino-SC e distribuído via fibra óptica, junto aos órgãos Municipais; e WIRELESS a empresas e municípios.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (4422)**

1	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 10/10 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	1.659,4217	19.913,06
2	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, LOCALIZADA NA RUA SÃO BERNARDINO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
3	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
4	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL/CRAS, LOCALIZADA NA RUA SÃO GREGÓRIO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
5	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/INFRAESTRUTURA, LOCALIZADA NA RUA SANTO ANTÔNIO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
6	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 25/10/2019
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (4422)

7	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
8	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
9	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 2 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA BENDER, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	259,8101	3.117,72
10	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE COXILHA RICA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	487,8312	5.853,97
11	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA FÁTIMA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	487,8312	5.853,97
12	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SEDE CHARUTO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
13	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO PAULINHO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
14	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 3 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA IV INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	389,8651	4.678,38
15	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA3/ALFA2, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
16	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SALETE, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
17	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO JOÃO DO PESQUEIRO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
18	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO SCHEID - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
19	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NO CENTRO - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
20	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA LINHA SÃO FRANCISCO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99

Total do Fornecedor: 143.901,00
Total Geral: 143.901,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 50/2019 - PR

Processo Administrativo: 75/2019
Processo de Licitação: 75/2019
Data do Processo: 25/10/2019

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11),
2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (63),
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.045.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 25/10/2019
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2019
b) Licitação Nr.: 50/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links para INTERNET e INTRANET, 100% full, com velocidades variadas, com provedor licenciado SCM espedido pela ANATEL, com registro ativo junto ao CREA ou CFT/CRT a ser instalada no território do município de São Bernardino-SC e distribuído via fibra óptica, junto aos órgãos Municipais; e WIRELESS a empresas e municípios.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1

SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (4422)

1	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 10/10 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	1.659,4217	19.913,06
2	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, LOCALIZADA NA RUA SÃO BERNARDINO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
3	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
4	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL/CRAS, LOCALIZADA NA RUA SÃO GREGÓRIO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
5	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/INFRAESTRUTURA, LOCALIZADA NA RUA SANTO ANTÔNIO, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
6	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 25/10/2019
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

SÃO BERNARDINO TEC. E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (4422)

7	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
8	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO/INTRANET, COM FORNECIMENTO DE LINCK/INTRANET DE NO MÍNIMO 5/5 MBPS, POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA JUNTO AO CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO.	MES	12,00	0,0000	689,7613	8.277,14
9	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 2 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA BENDER, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	259,8101	3.117,72
10	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE COXILHA RICA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	487,8312	5.853,97
11	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA FÁTIMA, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	487,8312	5.853,97
12	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SEDE CHARUTO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
13	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO PAULINHO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
14	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 3 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA IV INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	389,8651	4.678,38
15	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA ALFA3/ALFA2, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
16	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SALETE, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
17	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO JOÃO DO PESQUEIRO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
18	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO SCHEID - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
19	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NO CENTRO - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
20	PONTO PARA ENTREGA DE SERVIÇO DE INTERNET COM IP PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE LINCK DE NO MÍNIMO 5 MBPS, NA LINHA SÃO FRANCISCO, INTERIOR - CIDADE DIGITAL	MES	12,00	0,0000	484,8322	5.817,99
					Total do Fornecedor:	143.901,00
					Total Geral:	143.901,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019 - PR
	Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 25/10/2019

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11),
2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (63),
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.045.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 77/2019

Publicação Nº 2297690

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2019 - DL Processo Administrativo: 77/2019 Processo de Licitação: 77/2019 Data do Processo: 18/11/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2019
b) Licitação Nr.: 11/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA DE CONTROLE INTERNO, APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ENCAMINHADOS PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DE SC NO EXERCÍCIO DE 2020.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtde	Descto (%)
					Preço Unitário	
<u>FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA (4338)</u>						
1	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO E PARA APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS.	Und	12	-	470,00	5.640,00
					Total do Fornecedor:	5.640,00
					Total Geral:	5.640,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 380.460,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 79/2019

Publicação Nº 2297673

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2019 - DL Processo Administrativo: 79/2019 Processo de Licitação: 79/2019 Data do Processo: 19/11/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2019
b) Licitação Nr.: 12/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA UTILIZAÇÃO NA EMISSÃO E CONTROLE DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA (5218)

1	LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MOVIMENTO ECONÔMICO, VOLTADO AO CONTROLE GERAL DE EMISSÕES DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTORES, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS PARA APOIO NAS DIFERENTES EMPRESARIAS COM BAIXA AUTOMÁTICA POR LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS	MES	12	-	450,00	5.400,00
---	--	-----	----	---	--------	----------

Total do Fornecedor: 5.400,00

Total Geral: 5.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121) Saldo: 566.895,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 80/2019

Publicação Nº 2297651

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2019 - DL Processo Administrativo: 80/2019 Processo de Licitação: 80/2019 Data do Processo: 21/11/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 80/2019
b) Licitação Nr.: 13/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PARQUE DE MÁQUINAS, PARA UTILIZAR NO CONTROLE INTERNO DE AGENDAMENTO DE SERVIÇOS ENTRE OUTROS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME. (4898)

1	LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PARQUE DE MÁQUINAS - SICAS RURAL ON LINE SEM LIMITE DE USUÁRIOS, ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO, VISITAS, SEM CUSTO DE DESLOCAMENTO E HORA/TÉCNICA.	MES	12	-	380,00	4.560,00
---	--	-----	----	---	--------	----------

Total do Fornecedor: 4.560,00

Total Geral: 4.560,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121) Saldo: 561.495,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 81/2019

Publicação Nº 2297514

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2019 - PR Processo Administrativo: 81/2019 Processo de Licitação: 81/2019 Data do Processo: 27/11/2019 Folha: 1/2
---	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 81/2019
b) Licitação Nr.: 53/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, LUBRIFICAÇÃO, CONserto, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtde
					Descto (%)	Preço Unitário
						Total do Item
ADAIR BUENO LEMES (4574)						
10	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULO PEQUENO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	405,00	0,0000	32,00	12.960,00
11	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL. - Marca: JD LAVACAR	Und	35,00	0,0000	58,00	2.030,00
12	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULO MASTER/AMBULÂNCIA, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL. - Marca: JD LAVACAR	SER	105,00	0,0000	49,00	5.145,00
13	LAVAGEM COMPLETA DE MÁQUINA PESADA - Marca: JD LAVACAR	Und	45,00	0,0000	98,00	4.410,00
14	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ONIBUS, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	180,00	0,0000	58,00	10.440,00
15	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ONIBUS GRANDE, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	120,00	0,0000	58,00	6.960,00
16	LUBRIFICAÇÃO CAMINHÃO - Marca: JD LAVACAR	Und	25,00	0,0000	29,00	725,00
17	LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINA PESADA - Marca: JD LAVACAR	Und	20,00	0,0000	38,00	760,00
18	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO-ONIBUS - Marca: JD LAVACAR	Und	120,00	0,0000	32,00	3.840,00
19	LUBRIFICAÇÃO DE ONIBUS - Marca: JD LAVACAR	Und	60,00	0,0000	32,00	1.920,00
Total do Fornecedor:						49.190,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2019 - PR Processo Administrativo: 81/2019 Processo de Licitação: 81/2019 Data do Processo: 27/11/2019
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

VALDEREZ ANTUNES FERREIRA - MEI (4202)

1	CONCERTO CÂMARA PNEU CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	60,00	0,0000	36,00	2.160,00
2	CONCERTO DE CÂMARA DE AR DE CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	20,00	0,0000	36,00	720,00
3	CONCERTO DE CÂMARA MAQ. PESADA INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	35,00	0,0000	66,00	2.310,00
4	CONCERTO DE CÂMARA PNEU INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	25,00	0,0000	28,00	700,00
5	CONCERTO PNEU MÁQUINA PESADA - Marca: BORRACHARIA F	SER	80,00	0,0000	66,00	5.280,00
6	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO - Marca: BORRACHARIA F	Und	95,00	0,0000	36,00	3.420,00
7	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU CAMINHÃO, ONIBUS - Marca: BORRACHARIA F	Und	70,00	0,0000	36,00	2.520,00
8	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU MÁQUINA PESADA - Marca: BORRACHARIA F	Und	110,00	0,0000	66,00	7.260,00
9	DESMONTAGEM, CONCERTO E MONTAGEM PNEU ARO 13/14/15/16/17/18 - Marca: BORRACHARIA F	SER	260,00	0,0000	32,00	8.320,00
Total do Fornecedor:						32.690,00
Total Geral:						81.880,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (48), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2019 - PR Processo Administrativo: 81/2019 Processo de Licitação: 81/2019 Data do Processo: 27/11/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 81/2019
b) Licitação Nr.: 53/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, LUBRIFICAÇÃO, CONSERTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ONIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ADAIR BUENO LEMES (4574)

10 LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEICULO PEQUENO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	405,00	0,0000	32,00	12.960,00
11 LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL. - Marca: JD LAVACAR	Und	35,00	0,0000	58,00	2.030,00
12 LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULO MASTER/AMBULÂNCIA, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO E PAINEL. - Marca: JD LAVACAR	SER	105,00	0,0000	49,00	5.145,00
13 LAVAGEM COMPLETA DE MÁQUINA PESADA - Marca: JD LAVACAR	Und	45,00	0,0000	98,00	4.410,00
14 LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ÔNIBUS, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	180,00	0,0000	58,00	10.440,00
15 LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ÔNIBUS GRANDE, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO. - Marca: JD LAVACAR	SER	120,00	0,0000	58,00	6.960,00
16 LUBRIFICAÇÃO CAMINHÃO - Marca: JD LAVACAR	Und	25,00	0,0000	29,00	725,00
17 LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINA PESADA - Marca: JD LAVACAR	Und	20,00	0,0000	38,00	760,00
18 LUBRIFICAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS - Marca: JD LAVACAR	Und	120,00	0,0000	32,00	3.840,00
19 LUBRIFICAÇÃO DE ÔNIBUS - Marca: JD LAVACAR	Und	60,00	0,0000	32,00	1.920,00
Total do Fornecedor:					49.190,00

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2019 - PR Processo Administrativo: 81/2019 Processo de Licitação: 81/2019 Data do Processo: 27/11/2019
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

VALDEREZ ANTUNES FERREIRA - MEI (4202)

1	CONCERTO CÂMARA PNEU CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	60,00	0,0000	36,00	2.160,00
2	CONCERTO DE CÂMARA DE AR DE CAMINHÃO, ONIBUS INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	20,00	0,0000	36,00	720,00
3	CONCERTO DE CÂMARA MAQ. PESADA INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	35,00	0,0000	66,00	2.310,00
4	CONCERTO DE CAMARA PNEU INCLUINDO DESMONTAGEM E MONTAGEM - Marca: BORRACHARIA F	Und	25,00	0,0000	28,00	700,00
5	CONCERTO PNEU MÁQUINA PESADA - Marca: BORRACHARIA F	SER	80,00	0,0000	66,00	5.280,00
6	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO - Marca: BORRACHARIA F	Und	95,00	0,0000	36,00	3.420,00
7	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU CAMINHÃO, ONIBUS - Marca: BORRACHARIA F	Und	70,00	0,0000	36,00	2.520,00
8	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU MÁQUINA PESADA - Marca: BORRACHARIA F	Und	110,00	0,0000	66,00	7.260,00
9	DESMONTAGEM, CONCERTO E MONTAGEM PNEU ARO 13/14/15/16/17/18 - Marca: BORRACHARIA F	SER	260,00	0,0000	32,00	8.320,00
Total do Fornecedor:						32.690,00
Total Geral:						81.880,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (48), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 83/2019

Publicação Nº 2297537

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2019 - PR Processo Administrativo: 83/2019 Processo de Licitação: 83/2019 Data do Processo: 05/12/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 83/2019
b) Licitação Nr.: 55/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

					(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					
	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>AUTO POSTO KLEIN LTDA (5360)</u>					
1 GASOLINA ADITIVADA - Marca: RODOIL	Lt	31.125,00	0,0000	4,45	138.506,25
2 GASOLINA ADITIVADA - Marca: RODOIL	Lt	10.375,00	0,0000	4,45	46.168,75
Total do Fornecedor:					184.675,00
Total Geral:					184.675,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.045.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (116), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (121), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 84/2019

Publicação Nº 2297723

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 14/2019 - DL Processo Administrativo: 84/2019 Processo de Licitação: 84/2019 Data do Processo: 10/12/2019 Folha: 1/1
---	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 84/2019
b) Licitação Nr.: 14/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/01/2020
e) Data da Adjudicação: 02/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DO CUSTEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS CORRESPONDENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SISBI/ SUASA/POA - SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, BEM COMO PARA A MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, CUSTEIO ADMINISTRATIVO, DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020, VISANDO O CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 990/2012.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtde
					Descto (%)	Preço Unitário
						Total do Item
<u>CONSAD - CONSORCIO INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL (3982)</u>						
1	PAGAMENTO DE CONSÓRCIO CONSAD - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL. (APLICAÇÕES DIRETAS)	MES	12	-	2.373,11	28.477,32
Total do Fornecedor:						28.477,32
Total Geral:						28.477,32

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.049.3.1.71.00.00.00.00 (13), 2.049.3.3.71.00.00.00.00 (14), 2.049.4.4.71.00.00.00.00 (16)

São Bernardino, 2 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 85/2020

Publicação Nº 2298625

Decreto n º 85/2020

Homologa o Resultado do Edital de Processo de Seleção de Bolsista de Trabalho nº 01/2019, para o ano de 2020, e dá outras providências.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o - HOMOLOGAR o Resultado do Edital de Processo de Seleção de Bolsista de Trabalho nº 01/2019, para o ano de 2020, sendo:

Classificação	Nome do Candidato	Média
1º	Vitória Ellen Schmitz	9,57
2º	Mirela Schmoeller Nienkoetter	9,55
3º	Maria Regina Kock	9,49
4º	Isadora Mayer Abreu	9,41
5º	Juarez Henrique Antunes dos Reis	8,06
6º	Bruno Kuhl Holpert	8,00
7º	Maria Eduarda Costa Silva	7,80

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bonifácio, 02 de janeiro de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298620

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2020

O Município de São Bonifácio, verificado todos os pressupostos legais e formais, ratifica nos termos do artigo 1 e 25, caput 54 e 55 da Lei Federal 8.666/93, o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 03/2020, cujo objeto é a prestação de serviços mensais de ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEPARTAMENTOS DESTES MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, pelo prazo de 12 (doze meses), atendendo à solicitação da Chefia de Gabinete deste município, sendo contratada a COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.508.433/0053-48 pelo valor global de R\$ 25.000.00(vinte e cinco mil reais), Publique-se. São Bonifácio, 02 de Janeiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho Prefeito Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298615

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2020

O Município de São Bonifácio, verificado todos os pressupostos legais e formais, ratifica nos termos do artigo 1 e 25, caput 54 e 55 da Lei Federal 8.666/93, o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 01/2020, cujo objeto é a prestação de serviços mensais de FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS DEPARTAMENTOS, para o exercício de 2020, pelo prazo de 12 (doze meses) período de janeiro a dezembro de 2020, atendendo à solicitação da Chefia de Gabinete deste município, sendo contratada a COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.829.843/0001-92, pelo valor global de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), Publique-se. São Bonifácio, 02 de Janeiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho Prefeito Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298619

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2020

O Município de São Bonifácio, verificado todos os pressupostos legais e formais, ratifica nos termos do artigo 1 e 25, caput 54 e 55 da Lei Federal 8.666/93, o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, cujo objeto é a prestação de serviços mensais de TELEFONIA FIXA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEPARTAMENTOS DESTES MUNICÍPIOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, pelo prazo de 12 (doze meses), atendendo à solicitação da Chefia de Gabinete deste município, sendo contratada a OI S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0322-66, pelo valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Publique-se. São Bonifácio, 02 de Janeiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho Prefeito Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2298622

EDITAL DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020.**

O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO/SC torna público que, o Prefeito Municipal, através deste e de acordo com o art. 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 expede o presente Edital para abertura de Processo de Dispensa de Licitação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2020, cujo objeto é contratação dos serviços da empresa AUTO POSTO SÃO BONIFÁCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.261.359/0001-85, pelo valor de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) para fornecimento de combustíveis para as máquinas e veículos deste município, até a realização de processo licitatório para esse exercício de 2020. São Bonifácio, 02 de Janeiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2298623

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 05/2020 Edital de Pregão 01/2020 do Tipo: Menor Preço Por Item; OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS E GÁS DE COZINHA PARA PREFEITURA DE SÃO BONIFÁCIO. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 13:30 horas do dia 15/01/2020. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 02 de Janeiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho - Prefeito Municipal.

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N. 052/2019 - ADM

Publicação Nº 2298717

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	141/2019 - ADM
Contrato Adm. Nº	052/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - CIGA DOM/SC; GESTÃO TRIBUTARIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL - CIGA SIMPLES; E GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL - CIGA CIM.
Valor :	R\$ 8.623,56 (oito mil seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência :	02/01/2020 a 31/12/2020
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 018/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 3393.00 - 0 - 2020 - INCENTIVO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS.
SÃO CARLOS/SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 902, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2298049

DECRETO Nº 902, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA PAGAMENTO DO IPTU E DOS DEMAIS TRIBUTOS DE INCIDÊNCIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

- Considerando que a legislação tributária é composta pelas Leis, Decretos e Normas Complementares, nos termos do Art. 96 do Código Tributário Nacional;
- Considerando que as datas estabelecidas como máximas para o pagamento do IPTU (30/04, 30/05 e 30/06) atualmente acabam por gerar um grande número de inadimplentes;
- Considerando que o art. 477 do Código Tributário Municipal permite a regulamentação das normas tributárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para pagamento dos Tributos Municipais no Exercício 2020.

Art. 2º As datas e prazos definidos neste Regulamento devem ser cumpridos pelos contribuintes e o não pagamento, no prazo estabelecido, acarretará na incidência dos acréscimos legais.

Art. 3º O presente calendário, caso não seja alterado ou substituído por outro, se aplicará nos exercícios seguintes a 2020.

Art. 4º O pagamento do IPTU ocorrerá nas seguintes datas e condições:

I – O pagamento da cota única do IPTU, com a concessão de 20% (vinte por cento) de desconto, deve ser feito até o dia 30 de abril de 2020, permitindo-se o pagamento da cota única com desconto, de forma excepcional, até o dia 08 de maio de 2020.

II – Caso o contribuinte opte por pagar o IPTU de forma parcelada, não terá direito ao desconto de 20% (vinte por cento) e deverá pagar as parcelas nas seguintes datas:

- a) Primeira parcela, até o dia 30 de abril de 2020, permitindo-se, de forma excepcional, o pagamento da parcela até o dia 08 de maio de 2020, sem o acréscimo de juros ou aplicação de multa.
- b) Segunda parcela, até o dia 30 de maio de 2020, permitindo-se, de forma excepcional, o pagamento da parcela até o dia 08 de junho de 2020, sem o acréscimo de juros ou aplicação de multa.
- b) Terceira parcela, até o dia 30 de junho de 2020, permitindo-se, de forma excepcional, o pagamento da parcela até o dia 08 de julho de 2020, sem o acréscimo de juros ou aplicação de multa.

Art. 5º Os demais tributos cobrados com o IPTU, na forma da lei, deverão ser pagos conjuntamente com o imposto nas datas definidas neste Decreto, apenas sem a concessão do desconto para o pagamento em cota única.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

São Domingos (SC), 20 de dezembro de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 909, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298530

DECRETO Nº 909, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Comissionado de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Ari Pertille, do cargo comissionado de Diretor de Departamento de Obras e Serviços Públicos, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de janeiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 910, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298535

DECRETO Nº 910, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042 de 04/04/2012 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Ari Pertille, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.00, Nível AP-01, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada, a partir do dia 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 03 de janeiro de 2020.

São Domingos (SC), 02 de janeiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1876 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297648

LEI Nº 1876 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

FAÇO saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Domingos para o exercício de 2020 estima a receita e fixa a despesa em R\$

39.900.000,00 (trinta e nove milhões e novecentos mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º Tendo em vista a Decisão nº 2.406/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a contabilidade dos Fundos Municipais de São Domingos/SC será estrutura da seguinte forma:

- I – Unidade Gestora Independente: Fundo de Saúde;
- II – Unidade Orçamentária: Demais Fundos Municipais.

SEÇÃO I DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º Estima a receita em R\$ 34.144.500,00 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil e quinhentos reais); e fixa a despesa em R\$ 27.310.726,16 (vinte e sete milhões, trezentos e dez mil, setecentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 5.238.000,00 (cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.595.773,84 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, de acordo com os desdobramentos discriminados nos quadros anexos que integram a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com as classificações nas Unidades Orçamentárias que compõem a classificação Institucional da Prefeitura.

SEÇÃO II DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 5.755.500,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais); fixa a despesa em R\$ 10.993.500,00 (dez milhões, novecentos e noventa e três mil e quinhentos reais) e Transferências Financeiras da Prefeitura em R\$ 5.238.000,00 (cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo de Saúde será realizada mediante a arrecadação de rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, de acordo com os desdobramentos discriminados nos quadros anexos que integram a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com a classificação na Unidade Orçamentária que compõem a classificação Institucional do Fundo Municipal de Saúde.

SEÇÃO III DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira da Prefeitura limitado em R\$ 1.595.773,84 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

§ 1º As Despesas serão realizadas de acordo com a classificação na Unidade Orçamentária que compõem a classificação Institucional da Câmara de Vereadores.

§ 2º Para fins de repasse da Transferência Financeira para a Câmara de Vereadores será observado o limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios dos Governos Federal e Estadual não previstos no orçamento da receita, seu excesso e o superávit financeiro poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares durante o exercício de 2020, mediante Lei Específica.

Art. 9º. O remanejamento de recursos, dentro de cada Projeto e/ou Atividade e em cada fonte de recurso deverá ser por Lei Específica, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 10. Com encerramento do Balanço Geral do exercício de 2019, O Poder Executivo fará publicar o valor do superávit financeiro apurado em cada uma das fontes de recursos, sendo que os mesmos serão utilizados por ato da prefeita para abertura de créditos adicionais suplementares de acordo com o art. 7º, c/c com o art. 43, § 1º, I, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Destinação
Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	Pagamento de salário dos profissionais da educação.
Salário Educação	Pagamento de despesas com a manutenção e desenvolvimento da educação básica do Município de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Pagamento de mantimentos destinados ao preparo da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino.
Programa Nacional do Transporte Escolar – PNATE	Pagamento do transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino.
Outras Transferências do FNDE	Pagamento de despesas com recursos de Outras Transferências do FNDE.
Transporte Escolar Estadual	Pagamento do transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino.
Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	Pagamento de despesas destinadas aos programas sociais de acordo com os vínculos e determinações do Fundo Nacional de Assistência Social.
Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	Pagamento de despesas destinadas aos programas sociais de acordo com os vínculos e determinações do Fundo Estadual de Assistência Social.
Fundo Nacional de Saúde – FNS	Pagamento de despesas destinadas aos programas de saúde de acordo com os vínculos e determinações do Fundo Nacional de Saúde, através dos repasses Fundo a Fundo e Convênios para a Saúde.
Fundo Estadual de Saúde – FES	Pagamento de despesas destinadas aos programas de saúde de acordo com os vínculos e determinações do Fundo Estadual de Saúde, através dos repasses Fundo a Fundo e Convênios para a Saúde.
Fundo da Infância e Adolescência – FIA	Pagamento de despesas destinadas aos programas de atendimento vinculados ao Fundo da Infância e Adolescência.

Parágrafo Único – Das demais Fontes de Recursos, o Superávit Financeiro será utilizado e aplicado através da abertura de créditos adicionais através de Lei Específica até o limite apurado no encerramento do Balanço Geral do exercício de 2019.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Durante o exercício de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Os anexos da Lei Orçamentária foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento e sub-elemento de despesa.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos (SC), 20 de dezembro de 2019.
Eliéze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 015 DE 30/12/2019

Publicação Nº 2297551

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 015 de 30/12/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO PARA USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: JORGE OTAVIO PRETTO EIRELI

CPF/CNPJ: 20.116.766/0001-43

PRAZO: 10 (dez) anos

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 016 DE 30/12/2019

Publicação Nº 2297553

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 016 de 30/12/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO PARA USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: AUTO ELETRICA KUHN EIRELI

CPF/CNPJ: 28.495.691/0001-60

PRAZO: 10 (dez) anos

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 017 DE 30/12/2019

Publicação Nº 2297555

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 017 de 30/12/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO PARA USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: MANOEL CARLOS RODRIGUES MEI

CPF/CNPJ: 22.090.330/0001-58

PRAZO: 10 (dez) anos

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 018 DE 30/12/2019

Publicação Nº 2297556

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 018 de 30/12/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO PARA USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: RODIMAR ROQUE BAMPI MEI

CPF/CNPJ: 30.430.770/0001-35

PRAZO: 10 (dez) anos

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 019 DE 30/12/2019

Publicação Nº 2297558

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 019 de 30/12/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/12/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO PARA USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: ELEANDRA BALENA MACIEL ME

CPF/CNPJ: 33.373.913/0001-02

PRAZO: 10 (dez) anos

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2020

Publicação Nº 2297624

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 001/2020

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:45 horas do dia 15 de janeiro de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACEUTICOS E MATERIAIS DE INSUMO PARA DIABÉTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 02 de janeiro de 2020.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 001 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Publicação Nº 2297958

DECRETO Nº 001/20, DE 02/01/2020.

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a servidora pública Tatiane Henn, para exercer a função de pregoeira do Município para o período de 02/01/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º. Ficam igualmente nomeados Andressa Mees e Vivian M. Arones, como equipe de apoio.

Art. 3º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 4º Fica revogado o Decreto 001/2019.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 002 - NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2297959

DECRETO Nº 002/20, DE 02/01/2020.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE E DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS E DESCENTRALIZADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade ao que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1995,

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão Permanente de Licitações do Município de São João do Oeste para o período de 02/01/2020 a 31/12/2020, composta pelos seguintes membros, todos servidores públicos municipais:

Presidente: Vanei Rogério Ritter

Secretária: Vivian M. Arones

Membro Titular: Andressa Mees

Membros Suplentes:

- Dalvan Dias Liria

- Graziela Kerkhoff Meier

- Elio Ravazi de Oliveira

- Antônio Dopke

Art. 2º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 002/2019.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 02 de janeiro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 003 - CREDENCIAMENTO ÁREA DA SAÚDE

Publicação Nº 2297960

DECRETO Nº 003/20, DE 02/01/2020

ESTABELECE O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA OS SERVIÇOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 73 da Lei Orgânica do Município, de 22 de maio de 2000 e em especial as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o sistema de credenciamento destinado à contratação do serviço de profissionais e empresas privadas ou públicas, lucrativas ou não, para o atendimento a população do município, nas áreas a seguir especificadas, com a discriminação dos serviços previstos no Anexo Único, parte integrante do presente Decreto:

I - Cirurgias Eletivas;

II - Cirurgias Contraceptivas.

Art. 2º Para habilitar-se ao credenciamento, a Empresa e/ou Profissional interessado deverá cadastrar-se e manter atualizado o cadastro Municipal de Fornecedores, na repartição municipal competente, conforme estabelece a Lei nº 8.666/93.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e demais órgãos da Administração efetuarão a avaliação e o controle dos serviços a eles vinculados prestados pelos credenciados.

Art. 4º É de responsabilidade da Secretaria em que os serviços credenciados estiverem vinculados o fornecimento da autorização às pessoas que necessitam da assistência, podendo estabelecer um teto mensal de atendimentos de acordo com as necessidades e a demanda.

Art. 5º As pessoas autorizadas na forma do artigo anterior possuem liberdade de escolha do profissional ou empresa credenciada de que deseja receber o atendimento.

Art. 6º O credenciamento dos profissionais ou empresas não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos e apresentarem os documentos exigidos no edital e aceitos.

Art. 7º A vigência do contrato será fixada no edital da abertura do credenciamento.

Art. 8º O preço do serviço será fixo e irrevogável no prazo de 12 meses, salvo os casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único O serviço poderá ser atualizado sempre que se fizer necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido na alínea "b" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º A vigência do Contrato, sua prorrogação e revogação, os critérios e pagamento do serviço, e demais exigências serão definidos no Edital de credenciamento.

Art. 10. As diversas Secretarias do Município poderão expedir instruções complementares que julgar necessárias à execução do presente Decreto.

Art. 11. Sempre que julgar conveniente ou necessário e do interesse público serão incluídos novos serviços no Anexo Único, ou excluídos aqueles que não justifiquem a sua permanência, sem a necessária alteração da redação do presente Decreto.

Art. 12. O valor dos serviços estabelecidos no Anexo Único do presente Decreto é válido para os contratos firmados a partir de 02 de janeiro 2020.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 02 de janeiro de 2020

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 003 /2020

TABELA DE VALORES

CIRURGIAS ELETIVAS E CONTRACEPTIVAS				
Item	ESPECIFICAÇÃO	Avaliação Pré operatória e cirurgia	Anestesiologista	
		Valor - R\$	Cirurgia	Consulta
			Valor - R\$	Valor - R\$
1	Perineoplastia	1.300,00	350,00	90,00
2	Herniografia Unilateral	900,00	350,00	90,00
3	Herniografia Bilateral	1.300,00	350,00	90,00

4	Hemorroidectomia	1.300,00	350,00	90,00
5	Histerectomia	1.300,00	350,00	90,00
6	Laqueadura	500,00	350,00	90,00
7	Postectomia	500,00	350,00	90,00
8	Orquidopexia	1.300,00	350,00	90,00
9	Colicistectomia	1.300,00	350,00	90,00
10	Vasectomia ambulatorial	250,00	-	-

Autorização Legislativa contida na Lei Municipal nº 1.386, de 25 de outubro de 2011.

DECRETO 004 - NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Publicação Nº 2297961

DECRETO Nº 004/20, DE 02/01/2020.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕEM A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fernando Bisigo, Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 12 do Decreto 107/2016, que regulamenta a Lei 13.019/2014,

DECRETA

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto, nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação para o Chamamento Público conforme previsto no artigo 12 de Decreto 107/2016:

- Marlise Heck Herschaft
- Vanei Rogério Ritter
- Roseli Inês Ludwig Kipper

Art. 2º Ficam designados a Sra. Marlise Heck Herschaft como presidente e a Sra. Roseli Inês Ludwig Kipper como secretária da Comissão.

Art. 3º - A designação e execução dos trabalhos inerentes a presente nomeação serão de forma gratuita, pois são considerados serviços relevantes à municipalidade.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto 014/2017.

São João do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PP 01.2020 MANUTENÇÃO VEÍCULOS FROTA SJO

Publicação Nº 2298519

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos da frota oficial do Município de São João do Oeste de Santa Catarina, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato.

Tipo: Maior desconto sobre tabela por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 15 de janeiro de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 15 de janeiro de 2020 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 02 de janeiro de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São José**PREFEITURA****DECRETO Nº 12655/2019**

Publicação Nº 2298024

DECRETO Nº 12655/2019

REAJUSTA AS TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, combinado com o artigo 21, inciso XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal e o artigo 23, inciso IV da Lei nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008, com a redação repristinada pela Lei nº 5.479 de 13 de abril de 2015;

CONSIDERANDO a defasagem tarifária apresentada na planilha de custos, a necessidade de continuidade, melhoria nos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico/financeiro do sistema de transporte coletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor da tarifa para os usuários do sistema do Transporte Coletivo Urbano de São José conforme segue planilha anexa.

PATAMARES	TARIFA EM DINHEIRO	TARIFA NO CARTÃO MAGNÉTICO OU VALE TRANSPORTE
PATAMAR I	R\$ 3,40	R\$ 3,33
PATAMAR II	R\$ 3,95	R\$ 3,82
PATAMAR III	R\$ 4,20	R\$ 3,98
PATAMAR IV	R\$ 4,50	R\$ 4,30
EXECUTIVO	R\$ 7,90	R\$ 7,90

Art. 2º - Dê-se ciência às empresas concessionárias.

Art. 3º - As novas tarifas entrarão em vigor a partir da zero hora do dia 02 de janeiro de 2020, sendo obrigatória a afixação destas no interior dos ônibus e demais locais previstos na legislação a partir da assinatura deste decreto.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2019.

*Republicado por incorreção

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 001/2020**

Publicação Nº 2298342

PORTARIA Nº 001/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Eder Filipe da Silva e Priscilla Thiesen Becsi para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Nikolas Aguiar da Rosa – EIRELI (Criare Empreendimentos), Termo de Contrato nº 011/2019, Pregão Presencial nº 009/2019.

Art. 2º - Compete aos servidores designados:

- Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório

de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 02 de janeiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2298358

PORTARIA Nº 002/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a servidora Hemilin Cândido Alves, matrícula 1420, do cargo em comissão de Assessora Parlamentar CCV-2, com efeitos a contar do dia 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 02 de janeiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO 01-2020 PR 01-2020

Publicação Nº 2298017

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº01/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº01/2020

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, promove Processo Licitatório nº 01/2020, Edital de Credenciamento Nº01/2020, Objeto: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS COM PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE PSIQUIATRIA PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá a partir do dia 06 de Janeiro de 2020, às 08:00 horas, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36436300 ou no Depto de Compras durante o horário de expediente, ou no site www.prefcedro.sc.gov.br. São José do Cedro. Fernando Julio Will, Gestor do FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.01/2020 SEMAE

Publicação Nº 2297847

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC
SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2020

O Serviço Municipal de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº01/2020, Edital de Pregão Nº01/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SINAL DE INTERNET, PARA INSTALAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA SANTA TEREZINHA E NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO DISTRITO DE MARIFLOR, PADRE REUS e LINHA IMPERATRIZ. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 15/01/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Junior Kunz - Diretor Geral do SEMAE.

PORTARIA Nº 745/2019

Publicação Nº 2297464

PORTARIA Nº 745/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Janaina Maeve Flach, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem ESF, matrícula nº 2579, referente ao período aquisitivo de 04/07/2017 a 03/07/2018, para serem gozadas no período de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 746/2019

Publicação Nº 2297465

PORTARIA Nº 746/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Leandro Afonso Bordin, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, matrícula nº 3206, referente ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, para serem gozadas no período de 06 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 747/2019

Publicação Nº 2297466

PORTARIA Nº 747/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Milena Vieira de Carvalho Silva Bordin, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, matrícula nº 3728, referente ao período aquisitivo de 17/04/2018 a 16/04/2019, para serem gozadas no período de 06 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 748/2019

Publicação Nº 2297467

PORTARIA Nº 748/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal, Michele Seffrin, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, matrícula nº 3279, referente ao período aquisitivo de 03/11/2018 a 02/11/2019, para serem gozadas no período de 06 a 15 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 749/2019

Publicação Nº 2297468

PORTARIA Nº 749/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Marcia Fatima Balbinot, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem ESF, matrícula nº 3016, referente ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 750/2019

Publicação Nº 2297470

PORTARIA Nº 750/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Mara Regina Deves Budtinger, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, exercendo o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, matrícula nº 3745, referente ao período aquisitivo de 04/06/2018 a 03/06/2019, para serem gozadas no período de 02 a 16 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 751/2019

Publicação Nº 2297472

PORTARIA Nº 751/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora pública municipal, Silvia Brusamarelo, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3334, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, para serem gozadas no período de 02 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 752/2019

Publicação Nº 2297474

PORTARIA Nº 752/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Sueli Carmela Rockenbach, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula nº 3022, sendo 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 05/05/2017 a 04/05/2018 e 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 753/2019

Publicação Nº 2297476

PORTARIA Nº 753/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Luana Maciel Padichello, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matrícula nº 3692, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, para serem gozadas no período de 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 754/2019

Publicação Nº 2297477

PORTARIA Nº 754/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora pública municipal, Fabiana Fatima Pellenz, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, matrícula nº 2534, referente ao período aquisitivo de 02/03/2018 a 01/03/2019, para serem gozadas no período de 13 de janeiro a 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 755/2019

Publicação Nº 2297478

PORTARIA Nº 755/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora pública municipal, Leticia Priori, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, matrícula nº 2397, sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017 e 10 (dez) dias referente ao período de 01/06/2017 a 31/05/2018, para serem gozadas no período de 13 de janeiro a 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 756/2019

Publicação Nº 2297480

PORTARIA Nº 756/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Marisa Ongaratto Boniatti, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, matrícula nº 2696, sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 12/04/2017 a 11/04/2018 e 20 (vinte) dias referente ao período de 12/04/2018 a 11/04/2019, para serem gozadas no período de 20 de janeiro a 18 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 757/2019

Publicação Nº 2297481

PORTARIA Nº 757/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Nair Besutti, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3233, referente ao período aquisitivo de 07/07/2018 a 06/07/2019, para serem gozadas no período de 22 de janeiro a 20 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 758/2019

Publicação Nº 2297482

PORTARIA Nº 758/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96 da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 40 (quarenta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, à servidora pública municipal Lucia de Moraes Pereira Gessinger, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem ESF, matrícula nº 3002, no período de 02 de janeiro a 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 759/2019

Publicação Nº 2297483

PORTARIA Nº 759/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Beatris Christofoli Rossini, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços, matrícula nº 3013, referente ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019, para serem gozadas no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 760/2019

Publicação Nº 2297484

PORTARIA Nº 760/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Fábio Fernando Kraemer, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1908, referente ao período aquisitivo de 02/04/2018 a 01/04/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 761/2019

Publicação Nº 2297485

PORTARIA Nº 761/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Genair Bruno Sevald, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, matrícula nº 1312, referente ao período aquisitivo de 06/02/2018 a 05/02/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 762/2019

Publicação Nº 2297486

PORTARIA Nº 762/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Claudiomir Joel Kleinibing, ocupante do cargo efetivo de Administrador de Cemitério, matrícula nº 3116, referente ao período aquisitivo de 12/01/2018 a 11/01/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 763/2019

Publicação Nº 2297487

PORTARIA Nº 763/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Osmar Luis Sopran, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula nº 3110, referente ao período aquisitivo de 12/01/2017 a 11/01/2018, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 764/2019

Publicação Nº 2297489

PORTARIA Nº 764/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Anderson Belletz, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3260, referente ao período aquisitivo de 08/09/2018 a 07/09/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 765/2019

Publicação Nº 2297490

PORTARIA Nº 765/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Volmir Tarcisio Trevisan, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, matrícula nº 3023, referente ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 766/2019

Publicação Nº 2297492

PORTARIA Nº 766/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora pública municipal, Eloísa Ferreira Weiand Spironelo, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3011, referente ao período aquisitivo de 13/06/2018 a 12/06/2019, para serem gozadas no período de 02 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 767/2019

Publicação Nº 2297491

PORTARIA Nº 767/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Alexandra Sehn Heck, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretário, matrícula nº 3693, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, para serem gozadas no período de 02 a 16 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 768/2019

Publicação Nº 2297493

PORTARIA Nº 768/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Fabiane Mantelli, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, matrícula nº 2974, referente ao período aquisitivo de 11/03/2018 a 10/03/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 769/2019

Publicação Nº 2297494

PORTARIA Nº 769/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo efetivo de Motorista, André Ferreira Gomes, matrícula nº 3713, Elemar Thomé, matrícula nº 1561, e Marno José Niederauer, matrícula nº 1716, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 770/2019

Publicação Nº 2297496

PORTARIA Nº 770/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Gilberto Toigo, matrícula nº 1231, Hanathan Pablo Sartori, matrícula nº 3020, Jucimar Schutz, matrícula nº 2846, Rodrigo Johner e Sidinei Luiz Ongaratto, matrícula nº 2063, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 771/2019

Publicação Nº 2297497

PORTARIA Nº 771/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Valter Troian, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 3346, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 07/03/2017 a 06/03/2018 e 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 07/03/2018 a 06/03/2019, para serem gozadas no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

JOÃO ALOÍSIO LINCK,
Servidor respondendo interinamente pela
Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 772/2019

Publicação Nº 2297498

PORTARIA Nº 772/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Marcos Antonio Berté, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 2448, referente ao período aquisitivo de 01/10/2017 a 30/09/2018, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 773/2019

Publicação Nº 2297499

PORTARIA Nº 773/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor público municipal, Marcos Fernando Osachuki, ocupante do cargo efetivo de Veterinário, matrícula nº 1229, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018, para serem gozadas no período de 02 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 774/2019

Publicação Nº 2297502

PORTARIA Nº 774/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Dilo José Ruckhaber, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 1232, referente ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas no período de 16 de janeiro a 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 775/2019

Publicação Nº 2297503

PORTARIA Nº 775/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor público municipal, Fernando Henrique Silva, ocupante do cargo efetivo de Veterinário, matrícula nº 2611, referente ao período aquisitivo de 18/10/2017 a 17/10/2018, para serem gozadas no período de 15 de janeiro a 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 776/2019

Publicação Nº 2297505

PORTARIA Nº 776/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Caroline Linck, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, matrícula nº 3736, referente ao período aquisitivo de 07/05/2018 a 06/05/2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 777/2019

Publicação Nº 2297506

PORTARIA Nº 777/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Neusa Ducatti Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 1967, referente ao período aquisitivo de 01/11/2016 a 31/10/2017, para serem gozadas no período de 06 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 778/2019

Publicação Nº 2297508

PORTARIA Nº 778/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal, Eliane Maria Sartori, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula nº 2791, referente ao período aquisitivo de 05/02/2015 a 04/02/2016, para serem gozadas no período de 13 a 22 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 779/2019

Publicação Nº 2297509

PORTARIA Nº 779/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo efetivo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Esportes, Marcos Alcará, matrícula nº 1889, e Gelsimar Alberti, matrícula nº 1638, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 780/2019

Publicação Nº 2297518

PORTARIA Nº 780/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Elisandra de Vargas de Pellegrin, matrícula nº 3730, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 23/04/2018 a 22/04/2019, para serem gozadas no período de 13 de janeiro de a 11 de fevereiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 781/2019

Publicação Nº 2297523

PORTARIA Nº 781/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Odair José Maziero, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Esportes, matrícula nº 3407, referente ao período aquisitivo de 10/10/2018 a 09/10/2019, para serem gozadas no período de 13 de janeiro de a 11 de fevereiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 782/2019

Publicação Nº 2297525

PORTARIA Nº 782/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Daiana Regina Rossini, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2576, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, para serem gozadas no período de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 783/2019

Publicação Nº 2297524

PORTARIA Nº 783/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Mariel Perin, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, matrícula nº 2039, referente ao período aquisitivo de 01/11/2016 a 31/10/2017, para serem gozadas no período de 06 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

DOUGLAS CESAR PATEL
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 784/2019

Publicação Nº 2297526

PORTARIA Nº 784/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Marлизete Aparecida Rauber, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Departamento de Habitação, matrícula nº 3015, referente ao período aquisitivo de 05/05/2017 a 04/05/2018, para serem gozadas no período de 06 a de janeiro a 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 30 de dezembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/2020 - NOMEIA ASSESSORA JURÍDICA FABÍOLA BRESCOVICI

Publicação Nº 2297653

PORTARIA Nº 01/2020.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção dos serviços de assessoria jurídica para o bom e regular andamento dos trabalhos do Poder Legislativo, mormente quanto ao controle da legalidade e constitucionalidade dos atos típicos e demais orientações aos legisladores;

CONSIDERANDO, que o cargo de Assessor Jurídico é de natureza comissionada, ou seja, livre nomeação e exoneração, de acordo com a lei municipal 3.513 de 06 de maio de 2008;

CONSIDERANDO, que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do prejulgado 0418 admite que o cargo de Assessor Jurídico seja de natureza comissionada;

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2020, a Advogada Fabíola Brescovici, inscrita na OAB/SC 15233 para exercer o cargo de Assessora Jurídica, de natureza comissionada, previsto na Lei Municipal 3.513 de 06 de maio de 2008;

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na presente data.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, 02 de janeiro de 2020.

ISOLDI WILL

Presidente da Câmara de Vereadores

MARLENE SALETE ALBERT

Secretária Executiva

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, em 02 de janeiro de 2020.

PORTARIA 002/2020 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIA BERENICE GRUBLER)

Publicação Nº 2297659

Portaria nº 02/2020.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais

CONSIDERANDO,

QUE a servidora Berenice Grubler, matrícula 143, foi nomeada através da portaria 03/2015 em 02 de fevereiro de 2015 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 01 de Fevereiro de 2016 o primeiro período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 73 da Lei Complementar nº 83/2019 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) após completar o período aquisitivo o servidor público terá direito a gozo de férias remuneradas com adicional de um terço;

REQUERIMENTO da funcionária de que deseja usufruir de férias no período de 02 de janeiro;

RESOLVE:

CONCEDER a servidora Berenice Grubler, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores, matrícula nº 143, 30 (trinta) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e artigo 73 da Lei Complementar nº 83/2019 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) no período compreendido entre 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2020.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 02 de janeiro de 2020.

ISOLDI WILL

Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert

Secretária

PORTARIA 030/2019 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIA PATRICIA FINCH VON DENTZ)

Publicação Nº 2297645

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 030/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo

CONSIDERANDO,

QUE a servidora Patrícia Finch Von Dentz fora nomeada através da Portaria nº 01/2015 de 07 de janeiro de 2015 para o cargo de Assessora de Imprensa e Comunicação da Câmara de Vereadores de São José do Cedro;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 06 de janeiro de 2019 o quarto período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 73 da Lei Complementar nº 83/2019 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) após completar o período aquisitivo o servidor público terá direito a gozo de férias remuneradas com adicional de um terço;

REQUERIMENTO da funcionária de que deseja usufruir neste momento de 15(quinze) dias de férias.

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária Patrícia Finch Von Dentz, ocupante do cargo efetivo de Assessora de Imprensa e Comunicação da Câmara de Vereadores, matrícula nº 142, 15 (quinze) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e artigo 73 da Lei Complementar nº 83/2019 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) no período compreendido entre 11 de dezembro a 25 de dezembro de 2019.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 10 de dezembro de 2019.

ISOLDI WILL
Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert
Secretária

PORTARIA 031/2019 - EXONERA ASSESSORA JURÍDICA ÉDINA TREMEA SPIRONELLO

Publicação Nº 2297647

Portaria nº 031/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2019, a Assessora Jurídica Édina Grasiela Tremea Spironello, advogada inscrito na OAB/SC 21.448, ocupante de cargo comissionado, nomeada através da Portaria nº 02/2019 de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 31.12.2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 16 de dezembro de 2019.

ISOLDI WILL
Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert
Secretária

RESOLUÇÃO 010/2019 - PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Publicação Nº 2297637

RESOLUÇÃO Nº 010/2019

Dispõe sobre o pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara de Vereadores de São José do Cedro e dá outras providências.

ISOLDI WILL Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, SC no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Aos Vereadores e Servidores da Câmara de Vereadores de São José do Cedro que se deslocarem temporariamente a serviço ou para participarem de cursos de aperfeiçoamento, seminários, congressos e eventos de interesse do Poder Legislativo, conceder-se-á, além do transporte, diárias a título de indenização de despesas de alimentação e hospedagem nos seguintes valores:

BENEFICIÁRIO	CAPITAL FEDERAL	CAPITAL ESTADOS	DEMAIS CIDADES	MICRORREGIÕES VIZINHAS (AMOSC, AMERIOS E AMNORO-ESTE)	MICRORREGIÃO (AME-OSC)
Vereadores	750,00	550,00	300,00	150,00	120,00
Servidores	700,00	500,00	250,00	150,00	111,00

Art. 2º - A autorização para deslocamento e concessão de diária será prévia e deferida após a formalização do pedido, de forma clara e objetiva, de modo a permitir que o autorizador conheça sua natureza e finalidade, devendo ser utilizada para tanto o modelo de Solicitação de Diária e Roteiro de Viagem constante do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único: A solicitação de diária será despachada pela Presidência da Câmara até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da viagem e será concedida mediante Portaria, com efetivo pagamento através de depósito em conta bancária do requerente.

Art. 3º - Considera-se diária o período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento da sede da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, contadas a partir do início da viagem.

Parágrafo único: O computo das frações de horários para fins de pagamento de diárias serão assim calculadas:

I – As frações de afastamento superiores a 18 (dezoito) horas será indenizada como uma diária integral;

II – As frações de afastamento por período igual ou superior a 12 (doze) horas, havendo comprovação de pagamento de pousada será indenizada como diária integral;

III – As frações de afastamento por período inferior a 12 (doze) horas e superior a 04 (quatro) horas será indenizada como ½ (meia) diária.

Art. 4º - O valor da diária será pago previamente ao início do deslocamento.

Art. 5º - Quando do retorno, o beneficiário da diária deverá prestar contas de seu deslocamento no prazo de até 10 (dez) dias, comprovando a realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante a apresentação de documentos, descritos em cada um dos incisos deste artigo:

I – Da realização da viagem e da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

A – nota fiscal de hospedagem;

B – nota fiscal de alimentação;

C – comprovante de passagem ou embarque;

D – nota fiscal de abastecimento de veículo disponibilizado pela Câmara de Vereadores;

E – outros documentos capazes de comprovar a viagem e estadia.

II – Do cumprimento do objetivo da viagem:

A – documento de apresentação com o ciente da autoridade competente quando se tratar de visita, audiência ou similares;

B – lista de frequência ou certificado quando se tratar de participação em cursos, congressos, seminários e eventos similares;

C – outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem, como declarações, relatórios, fotos, dentre outros.

Art. 6º - A Câmara de Vereadores de São José do Cedro arcará com as despesas de passagem do Vereador ou Servidor que viajar a serviço, independentemente do pagamento de diárias.

Art. 7º - Quando o Vereador ou Servidor deslocar-se utilizando veículo público será reembolsado integralmente de eventuais despesas de reabastecimento, estacionamento, pedágios e sinistros do veículo com necessidade de imediata manutenção, mediante a apresentação do respectivo documento fiscal no qual deverá constar a placa do veículo e o CNPJ da Câmara de Vereadores.

Art. 8º - Quando o Vereador ou Servidor deslocar-se utilizando veículo particular somente será reembolsado na proporção de 25% do valor do litro de combustível por quilômetro rodado, não lhe sendo devida qualquer outra indenização.

§ 1º - Para fins de indenização por quilômetro rodado com veículo particular será considerado como ponto de partida a sede da Câmara de Vereadores ou o local de residência do Vereador ou Servidor, considerando-se sempre aquele que for mais próximo do local de destino.

§ 2º - A quantidade de quilômetros percorridos com veículo particular será estabelecida através de demonstração da quilometragem inicial e final, cujas informações serão confirmadas levando-se em consideração o roteiro de viagem.

§ 3º - Para fins de estipulação do valor de reembolso (25% do litro de combustível) será utilizado o valor constante do documento fiscal de abastecimento, com indicação da placa do veículo e CPF do interessado.

Art. 9º - Caberá ao interessado, Vereador ou Servidor, apresentar requerimento de reembolso por utilização de veículo público ou particular, no prazo de até 05 (cinco) dias após o retorno, conforme o modelo de Solicitação de Reembolso constante do Anexo II desta Resolução e autorização do Presidente.

Art. 10 – Fica sujeito à devolução do valor pago a título de diária o beneficiário que deixar de prestar contas de seu deslocamento ou prestá-la em desacordo com os termos dispostos nesta Resolução.

§ 1º - O retorno antes do prazo previsto ou desvio da finalidade do deslocamento implica na devolução do valor da diária proporcional ao tempo não utilizado ou utilizado em desvio de finalidade.

§ 2º - Considera-se desvio de finalidade o não comparecimento do beneficiário no ato ou evento que justificou a concessão das diárias.

§ 3º – Em caso de cancelamento do deslocamento após o pagamento da diária respectiva, o beneficiário deverá devolver a Câmara de Vereadores de São José do Cedro, integralmente os valores recebidos.

§ 4º - Nos casos previstos no caput deste artigo e §§ 1º e 3º, não tendo o beneficiário efetuado a devolução dos valores correspondentes, no prazo máximo de 03 (três) dias, o valor será descontado da folha de pagamento do Vereador ou Servidor, além de ficar o mesmo impedido de realizar novas viagens pelo período de 06 (seis) meses, devendo para tanto ser expedida Portaria autorizando o desconto e o

impedimento de realizar novas viagens.

§ 5º - As despesas com pousada, alimentação e locomoção de Vereador ou Servidor que permanecer no local de destino após o período autorizado, serão por ele custeadas, salvo tratando-se de situações excepcionais, comunicadas e autorizadas pela autoridade competente.

Art. 11 - O deslocamento do Município, por Vereador ou Servidor, não autorizado prévia e formalmente pelo Presidente da Câmara de Vereadores não gera direito ao recebimento de diária.

Art. 12 - Os valores de diárias para viagens ao exterior serão fixadas considerando-se o custo de vida do local a ser visitado e a natureza da missão, em moeda estrangeira devendo ser convertidos e pagos em moeda nacional.

Art. 13 - O valor das diárias constantes desta Resolução serão corrigidos anualmente, por Portaria, pelo mesmo índice de reajuste da UFRM.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 15 - Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020.

Art. 16 - Ficam revogadas as disposições em contrário e, especialmente, a Portaria nº 032/2017, Instrução Normativa nº 001/2017 e Instrução Normativa nº 003/2017.

São José do Cedro, 09 de dezembro de 2019.

ISOLDI WILL

Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº /2020

ROTEIRO DE VIAGEM

SOLICITAÇÃO	
BENEFICIÁRIO:	
CARGO/FUNÇÃO:	
OBJETIVO GERAL DA VIAGEM:	
DESTINO:	
MEIO DE TRANSPORTE:	
DATA INÍCIO VIAGEM:	HORÁRIO:
DATA TÉRMINO VIAGEM:	HORÁRIO:
SOLICITANTE:	
ASSINATURA	
DIÁRIAS:	
NÚMERO DIÁRIAS:	VALOR DA DIÁRIA:
VALOR A SER PAGO:	
AUTORIZAÇÃO:	
() Autorizo o pagamento da diária solicitada, de acordo com o roteiro de viagem apresentado, de forma adiantada, devendo o beneficiário, no retorno da viagem, apresentar os documentos comprobatórios das despesas contraídas e do cumprimento do roteiro de viagem.	
São José do Cedro, de de	
ISOLDI WILL	
Presidente da Câmara de Vereadores	

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO Nº /2020

VEÍCULO PÚBLICO

SOLICITAÇÃO
BENEFICIÁRIO:
CARGO/FUNÇÃO:
LOCAL DE SAÍDA:
LOCAL DE DESTINO:
PLACA DO VEÍCULO:
DESPESAS REALIZADAS:

SOLICITANTE:

ASSINATURA

VALOR:

VALOR A SER REEMBOLSADO:

R\$

AUTORIZAÇÃO:

() Autorizo o pagamento do reembolso solicitado.

São José do Cedro, de de

ISOLDI WILL

Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO Nº/2020

VEÍCULO PARTICULAR

SOLICITAÇÃO

BENEFICIÁRIO:

CARGO/FUNÇÃO:

LOCAL DE SAÍDA:

LOCAL DE DESTINO:

KM INICIAL:

KM FINAL:

DESLOCAMENTO REALIZADO:

PLACA VEÍCULO

SOLICITANTE:

ASSINATURA

VALOR:

QUILOMETRAGEM PERCORRIDA:

VALOR DO LITRO DE COMBUSTÍVEL: R\$

VALOR A SER CONSIDERADO PARA REEMBOLSO (25%): R\$

VALOR A SER REEMBOLSADO R\$

AUTORIZAÇÃO:

() Autorizo o pagamento do reembolso solicitado.

São José do Cedro, de de

ISOLDI WILL

Presidente da Câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO 011/2019 - ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Publicação Nº 2297641

ESTADO DE SANTA CATARINA**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2019****ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

TÍTULO I
Da Câmara**CAPÍTULO I**
Das Funções Da Câmara

Art. 1º O Poder Legislativo é exercido pela Câmara de Vereadores, representantes do povo, eleitos e empossados na forma da lei.

1

Art. 2º A Câmara de Vereadores tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras e administrativas desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

§1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§2º As funções legislativas consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, portarias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, bem como a apreciação de medidas provisórias.

§3º A função julgadora compreende o julgamento das Contas Anuais do Prefeito e das infrações político-administrativas imputadas ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

§4º As funções fiscalizadoras consistem no exercício do controle da Administração local, sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Executivo, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando-se as medidas saneadoras necessárias.

§5º A função administrativa realiza-se através da gestão dos assuntos de administração da Câmara com a disciplina regimental de suas atividades, da estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.

§6º A Câmara de Vereadores exercerá e promoverá, ainda, a consolidação da sua função integrativa, exercida pela sua participação na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, assim como proporcionar a participação popular por meio de audiências e consultas públicas, nas formas previstas em Lei e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II

Da Sede Da Câmara

Art. 3º A Câmara de Vereadores tem sua sede, à Rua Jorge Lacerda, número 1158, centro, nesta cidade de São José do Cedro.

§1º As reuniões da Câmara de Vereadores, à exceção das solenes ou comemorativas, serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, permitida a realização de reuniões no interior do Município para difundir os trabalhos legislativos, por iniciativa da Mesa Diretora, mediante deliberação e aprovação da maioria absoluta dos vereadores.

§2º Na sede da Câmara de Vereadores não se realizarão atos estranhos à sua função, sem prévia autorização da Mesa Diretora.

§3º No recinto de Reuniões do Plenário, não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias, que impliquem em propaganda político-partidária, ideológica, religiosa, ou de cunho promocional de pessoas ou de entidades de qualquer natureza.

§4º O disposto no parágrafo anterior, não se aplica à afixação do Brasão Legislativo, das Bandeiras do Brasil, do Estado ou do Município, fotografias do Presidente da República Federativa do Brasil, do Governador do Estado de Santa Catarina, galeria dos ex-Presidentes das Legislaturas da Câmara de Vereadores e das relações dos vereadores eleitos em cada legislatura, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO III

Dos Serviços Administrativos Da Câmara de Vereadores

Art. 4º Os serviços administrativos da Câmara de Vereadores serão executados sob a direção e a orientação da Mesa Diretora.

Art. 5º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara de Vereadores competem ao Presidente, em conformidade com a legislação em vigor.

§1º A Câmara de Vereadores poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas escritas, ou provas escritas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções e a definição de suas remunerações, por meio de lei específica, com prévia inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora.

§2º A Câmara de Vereadores, por seu Presidente, poderá nomear servidores para ocuparem cargos em comissão, ou funções gratificadas, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração, para executarem funções de chefia, direção ou assessoramento.

Art. 6º A correspondência oficial da Câmara de Vereadores será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora.

CAPÍTULO IV

Da Legislatura

Art. 7º Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar, de 04 (quatro) anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro períodos legislativos anuais, um por ano.

SEÇÃO I

Das Sessões Legislativas

Art. 8º Sessão legislativa é o período anual de reunião da Câmara de Vereadores iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo ano.

§1º A sessão legislativa divide-se em:

I – ordinária, compreendendo o período de 1º de fevereiro a 15 de julho e 1º de agosto a 15 de dezembro de cada ano;

II – extraordinária, compreendendo o período de recesso parlamentar de 16 a 31 de julho e de 16 de dezembro a 31 de janeiro.

§2º No primeiro ano de cada legislatura, as sessões legislativas ordinárias serão iniciadas na primeira segunda-feira subsequente ao recesso e, em caso de feriado, no primeiro dia útil seguinte.

§3º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA e do projeto Plano Plurianual – PPA.

SEÇÃO II

Das Sessões Plenárias

Art. 9º Sessão plenária é a reunião da Câmara para a instalação dos trabalhos legislativos, posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-prefeito, deliberação sobre matéria de sua competência, audiência de autoridades ou realização de solenidades.

Parágrafo único. As sessões da Câmara ocorrerão sempre em dias úteis, salvo disposição em contrário.

Art. 10 As sessões plenárias classificam-se em:

I - ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas apenas uma vez por dia, de segunda-feira, às 18:00 horas;

II - extraordinárias, as realizadas em dias ou horários diversos dos prefixados para as ordinárias;

III - solenes, as realizadas para a instalação da legislatura e posse dos Vereadores, eleição do Presidente da Câmara de Vereadores e dos demais membros da Mesa, posse do Prefeito e Vice-Prefeito, homenagens especiais e concessão de títulos;

SEÇÃO III

Das Reuniões

Art. 11 Reunião é o encontro dos membros da Mesa ou de Comissões, realizada na forma deste Regimento, para deliberar sobre matéria de suas respectivas competências.

SEÇÃO IV

Das Audiências Públicas

Art. 12 Audiência pública é a reunião com entidades da sociedade civil ou movimentos sociais organizados para instruir matéria legislativa em trâmite ou para tratar de assunto de interesse público.

SEÇÃO V

Da Instalação Da Câmara

Art. 13 A Câmara de Vereadores instalar-se-á, em Sessão Solene, às 10:00 (dez) horas do dia primeiro de janeiro do primeiro exercício da Legislatura, independentemente de convocação e número de Vereadores, para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

§1º Para habilitar-se a posse, os Vereadores eleitos e a serem empossados deverão entregar à Secretaria Executivo da Câmara, até 03 (três) dias úteis antes da Sessão Solene de Posse cópia autenticada do diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária, bem como declaração de bens e rendimentos.

§2º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no *caput* deste artigo deverá fazê-lo, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3º O Vereador empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto a Mesa, exceto durante período de recesso da Câmara, quando o fará perante o Presidente.

§4º Tendo prestado o compromisso uma vez, fica o Suplente de Vereador dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes, bem como o Vereador ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada a Casa pelo Presidente.

§5º O vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização.

§6º O nome parlamentar pode ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual o Vereador é mais conhecido, composto de apenas dois elementos, desde que, a juízo do Presidente, não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente.

§7º O Presidente da Câmara, Vereadores e os servidores que em razão do ofício tenham conhecimento das declarações de bens e rendimentos dos Vereadores, serão responsáveis pelo sigilo das informações nelas contidas e deverão, conseqüentemente, adotar todas as medidas previstas e pertinentes para preservar sua confidencialidade, nos termos da legislação pertinente.

Art. 14 Aberta a sessão de posse dos vereadores, instalação da legislatura, eleição e posse da Mesa Diretora, serão observados os seguintes encaminhamentos:

§1º Para a posse dos vereadores e instalação da legislatura o Presidente adotará as seguintes providências:

I - Constituirá, com autoridades convidadas, a mesa da solenidade;

II - Convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - Convidará um vereador para atuar como Secretário;

IV - Proclamará os nomes dos vereadores diplomados;

V - Tomará o compromisso solene dos empossados, assim:

a) De pé, diante de todos os vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, TRABALHANDO PELO PROGRESSO E PELO BEM ESTAR DO POVO CEDRENSE.”

b) Cada vereador, de pé, depois de chamado, declarará *“ASSIM O PROMETO”* e assinará o termo de posse;

VI - após a última assinatura, declarará, solenemente, empossados os vereadores e instalada a legislatura;

VII - em seguida concederá a palavra, pelo prazo de até 05 (cinco) minutos, para pronunciamento de um vereador em nome de cada bancada com representatividade na casa.

§2º A eleição e posse da Mesa Diretora acontecerá imediatamente após a posse dos vereadores, sendo que os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Art. 15 Encerrada a sessão de instalação de legislatura, posse dos Vereadores e eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, será realizada a sessão de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores.

Art. 16 No prazo previsto no §1º do artigo 13 e posteriormente a cada ano, os Vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar declaração de bens e rendimentos, sendo que aqueles que apresentam declaração à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda deverão providenciar cópia deste documento, enquanto os demais deverão firmar declaração neste sentido, sendo que estas permanecerão arquivadas, em livro próprio, na Câmara.

Art. 17 O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES DOS VEREADORES

Art. 18 Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 04 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 19 Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário, salvo quando tiver manifesto interesse pessoal na matéria, o que deverá comunicar ao Presidente da Mesa;

II - Votar nas eleições:

a) Da Mesa Diretora;

b) Das Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias;

III - Concorrer aos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Legislativas, salvo impedimento legal ou regimental;

IV - Usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;

V - Apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Poder Executivo;

VI – Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

VII - Cooperar com a Mesa Diretora para a ordem e eficiência dos trabalhos;

VIII - Integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada.

Art. 20 No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, legais e regimentais e à ética e ao decoro parlamentar, sujeitando-se às medidas disciplinares nelas previstas, sendo vedado ao vereador:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo se o processo licitatório obedecer às cláusulas uniformes.

b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público, observando o disposto na Lei Orgânica Municipal.

II – desde a posse:

a) ocupar cargo ou função declarado de livre nomeação e exoneração na Administração Pública Direta ou indireta dos entes da Federação, salvo se afastar do exercício da vereança;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público no município ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea “a” do inciso I, deste artigo.

Art. 21 São deveres do Vereador, entre outros:

I - Quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica Municipal;

II - Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV - Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo motivo de força maior ou impedimento;

V - Comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e justificado, e participar das votações salvo, quando se encontre impedido;

VI - Manter o decoro parlamentar;

VII - Não residir fora do Município;

VIII - Conhecer e observar a Lei Orgânica Municipal, bem como este Regimento Interno.

Art. 22 A ausência de Vereador ou do Presidente da Casa a sessões ordinárias da Câmara de Vereadores, sem a devida justificação, ensejará desconto proporcional em sua remuneração.

Art. 23 Para fins de controle da presença dos Vereadores as sessões ordinárias da Câmara, será realizada a verificação das presenças no início e no término de cada sessão, mediante informação que deverá constar na ata.

Parágrafo único. Será atribuída falta ao Vereador que não estiver presente no início e no término da sessão ordinária da Câmara de Vereadores.

Art. 24 A ausência injustificada de Vereador nas sessões ordinárias da Câmara de Vereadores ensejará desconto proporcional ao número total de sessões ordinárias ocorridas durante o mês.

§1º Considera-se como ausência justificada, para efeitos deste artigo, a comunicação efetuada pelo Vereador ao Presidente da Câmara de Vereadores ou à Secretária Executiva, sob a forma de requerimento expondo e comprovando as causas de sua ausência.

§2º Para efeito de justificação de faltas, consideram-se motivos justos:

I - Doença devidamente comprovada mediante atestado médico;

II - Participação em congressos, seminários, cursos, audiências e outros eventos oficiais que caracterizem o exercício do cargo;

III - Representação da Câmara em eventos e atividades parlamentares externas que caracterizem o exercício do cargo;

IV - Luto por um período de até 05 (cinco) dias em virtude de falecimento de cônjuge/companheiro, pais, filhos e avós;

V - Casamento por um período de até 05 (cinco) dias, mediante apresentação da Certidão de Casamento;

VI - Paternidade por um período de até 05 (cinco) dias, mediante apresentação da Certidão de Nascimento.

§3º Nos casos de faltas decorrentes de doença, fica dispensada a apresentação de requerimento expondo sobre as razões da ausência, sendo suficiente a apresentação de atestado médico.

§ 4º Considerando que nos termos do artigo 8º, da Lei 4.518/2016 os Vereadores não receberão pelas sessões extraordinárias, também não será procedido qualquer desconto em caso de falta não justificada às sessões extraordinárias.

Art. 25 A ausência injustificada do Vereador Presidente nas sessões ordinárias da Câmara de Vereadores ensejará desconto proporcional ao número total de sessões ordinárias ocorridas durante o mês.

§1º Considera-se como ausência justificada, para efeitos deste artigo, a comunicação efetuada pelo Vereador Presidente, à Secretaria Executiva, sob a forma de requerimento expondo e comprovando as causas de sua ausência.

§2º Para efeito de justificação de faltas, consideram-se motivos justos:

I - doença devidamente comprovada mediante atestado médico;

II - participação em congressos, seminários, cursos, audiências e outros eventos oficiais que caracterizem o exercício do cargo;

III - representação da Câmara em eventos e atividades parlamentares externas que caracterizem o exercício do cargo;

IV - luto por um período de até 05 (cinco) dias em virtude de falecimento de cônjuge/companheiro, pais, filhos e avós;

V - casamento por um período de até 05 (cinco) dias, mediante apresentação da Certidão de Casamento;

VI - paternidade por um período de até 05 (cinco) dias, mediante apresentação da Certidão de Nascimento.

§3º Nos casos de faltas decorrentes de doença, fica dispensada a apresentação de requerimento expondo sobre as razões da ausência, sendo suficiente a apresentação de atestado médico.

§4º Considerando que nos termos do artigo 8º, da Lei 4.518/2016 os Vereadores não receberão pelas sessões extraordinárias, também não será procedido qualquer desconto em caso de falta não justificada do Vereador Presidente às sessões extraordinárias.

§5º Nos casos de ausência injustificada do Vereador Presidente, o Vereador Vice-Presidente que assumir a Presidência da sessão perceberá o valor correspondente aquele descontado do Vereador Presidente faltante.

§6º Nos casos de ausência justificada do Vereador Presidente, o Vereador Vice-Presidente que assumir a Presidência de sessões perceberá o valor que o titular perceberia, proporcionalmente às sessões que presidir.

Art. 26 Eventuais situações excepcionais, de caso fortuito, emergenciais que embora não constem expressamente no rol previsto nos § 2º dos artigos 24 e 25, mas que impeçam o Vereador e/ou Presidente de comparecer às sessões legislativas, poderão ser analisadas pela Mesa Diretora, acaso requeridas, que se manifestará sobre seu acatamento.

§1º Para fins de justificação de ausência à sessão ordinária, o Vereador deverá preencher e assinar expediente de justificativa, anexando a este a documentação necessária para embasar sua justificativa.

§2º A justificativa apresentada para ausência do Vereador ou do Presidente à sessão legislativa e documentos que a instruem será analisada pela Mesa Diretora que emitirá posicionamento acerca de seu deferimento ou não.

Art. 27 Em relação às justificativas apresentadas que não forem acatadas pela Mesa Diretora, bem como as faltas injustificadas será emitida Portaria pelo Vereador Presidente autorizando o departamento de contabilidade a proceder aos descontos pertinentes.

Art. 28 Para garantir a ordem e o decoro das discussões e deliberações, a Câmara de Vereadores instituirá, por meio de resolução específica, o seu Código de Ética e Decoro Parlamentar.

CAPÍTULO II DAS LICENÇAS

Art. 29 O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido à Presidência, nos seguintes casos:

- I - Por moléstia devidamente comprovada ou em licença gestação/maternidade;
- II - Para tratar de assuntos particulares, por prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias e nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;
- III - Para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;
- IV - Desempenhar funções de Ministro do Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal.

§1º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício, o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III.

§2º Na hipótese do inciso IV o Vereador licenciado poderá optar pela remuneração da Vereança.

§3º Considera-se automaticamente licenciado o Vereador privado temporariamente de sua liberdade.

CAPÍTULO III DAS VAGAS

Art. 30 As vagas na Câmara verificar-se-ão por:

I - licença;

II - falecimento;

III - renúncia;

IV - perda ou cassação do mandato.

§1º É considerado extinto o mandato do Vereador que não prestar compromisso e tomar posse no prazo previsto neste Regimento.

Art. 31 A declaração de renúncia do Vereador ao mandato deverá ser dirigida por escrito à Mesa e independe de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no sítio oficial da Câmara.

Art. 32 A perda ou cassação do mandato somente será efetivada por Decreto Legislativo, emitido pelo Presidente da Câmara de Vereadores, após deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 33 A vacância será declarada em sessão pelo Presidente.

CAPÍTULO IV DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 34 Em qualquer caso de vaga na Câmara de Vereadores, por prazo não inferior a 30 (trinta) dias, o Presidente da Câmara, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da ciência da vaga, convocará o respectivo suplente.

§1º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito ao Presidente no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, que convocará o suplente imediato.

§2º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os suplentes subsequentes.

Art. 35 Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais.

Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o *quórum* em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO V

DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 36 As representações partidárias eleitas em cada legislatura se constituirão por bancadas.

Art. 37 As representações de dois ou mais partidos políticos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum.

§1º O bloco parlamentar terá no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara de Vereadores.

§2º As lideranças dos partidos coligados em bloco parlamentar perderão as atribuições e prerrogativas regimentais de líderes.

§3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço dos membros da Câmara de Vereadores.

§4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa Diretora.

§5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido, será revista à composição das Comissões Legislativas Permanentes, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoantes o princípio da proporcionalidade partidária.

§6º O partido que integrava bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

§7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§8º Entende-se por Situação, para efeito deste Regimento Interno, o partido ou bloco parlamentar alinhado ao Poder Executivo, e Oposição, o partido ou bloco parlamentar que se opõe ao Poder Executivo.

CAPÍTULO VI

DOS LÍDERES

Art. 38 Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara de Vereadores, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediário autorizado entre os Vereadores e os órgãos da Câmara de Vereadores, bem como para

expressar, em nome da representação partidária, ponto de vista e posicionamentos sobre assuntos em debate.

§1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa Diretora, no início de cada legislatura, a escolha de seus Líderes e Vice-líderes.

§2º Os Líderes serão substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos pelos Vice-Líderes.

§3º O Poder Executivo Municipal poderá constituir a liderança e a vice-liderança do Governo na Câmara de Vereadores mediante ofício dirigido à Mesa Diretora, sendo que o Líder e Vice-Líder gozarão de todas as prerrogativas concedidas aos Líderes e Vice-Líderes de bancada ou bloco partidário.

§4º Os partidos de oposição ao Prefeito poderão, em conjunto, independentemente de formação de bloco, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§5º O Presidente e o Vice-Presidente, quando do exercício da presidência, não poderão ser indicados para exercer a liderança de que trata o presente artigo.

§6º Aplicam-se aos Líderes do Poder Executivo e da Oposição, no que couberem, as prerrogativas pertinentes aos demais Líderes.

§7º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

Art. 39 Aos Líderes de bancada ou de blocos parlamentares compete:

- I - Indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas e, a qualquer tempo, destitui-los;
- II - Participar dos trabalhos de qualquer das Comissões da Câmara de Vereadores, sem direito a voto, salvo quando integrante da Comissão;
- III - Encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos;
- IV - Usar da palavra em comunicações urgentes;
- V - Indicar oradores para as pronunciamentos em Sessões Solenes e Especiais;
- VI - Exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno.

Art. 40 As comunicações urgentes de Líderes poderão ser feitas durante a reunião, exceto na Ordem do Dia, sendo concedida a palavra a cada Líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa exclusiva do Líder, o qual poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara de Vereadores, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

CAPÍTULO VII DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Art. 41 Os Vereadores farão jus a subsídio fixado em parcela única pela Câmara de Vereadores, através de lei específica, aprovada e promulgada até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da legislatura, observados os critérios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal, com vigência para a legislatura subsequente.

§1º A remuneração do Presidente da Câmara de Vereadores será composta de subsídio e verba de representação.

§2º A verba de representação do Presidente da Câmara será de 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio de Vereador.

§3º É vedado a qualquer outro Vereador perceber verba de representação, exceto no caso em que este ocupe a Presidência.

Art. 42 O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara de Vereadores terá seu valor revisado anualmente, observados os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo único: Exceção será feita no primeiro ano do mandato, quando os agentes políticos de que trata este Regimento não farão jus à revisão geral.

Art. 43 Os subsídios serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores da Câmara de Vereadores.

Art. 44 Nos períodos de recesso da Câmara de Vereadores, a remuneração do Vereador será integral.

Art. 45 Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara de Vereadores ou em cursos de aperfeiçoamento ou congressos, é assegurado o ressarcimento de suas despesas de locomoção, pousada e alimentação, que será fixada pelo Presidente da Câmara por Portaria à véspera da viagem.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA DE VEREADORES

CAPÍTULO I DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 46 A Mesa Diretora da Câmara é órgão diretivo dos trabalhos da Câmara de Vereadores e é composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandatos de 02 (dois) anos, vedada à recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

SEÇÃO II

Da Formação Da Mesa Diretora

Art. 47 A eleição dos membros da Mesa Diretora, presente a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto secreto, realizando-se a escolha por cargos, individualmente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que tenham assento na Câmara.

Art. 48 A eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio da legislatura será realizada na mesma data da sessão solene de posse e instalação da legislatura, em ato contínuo ao da posse dos Vereadores, sob a presidência do Vereador mais votado.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de número legal, o Vereador mais votado entre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa Diretora.

Art. 49 A eleição para a renovação da Mesa Diretora, para o segundo biênio da legislatura, realizar-se-á no dia previsto para a última reunião ordinária da segunda sessão legislativa.

Parágrafo único A posse da Mesa Diretora, para o segundo biênio, se dará no dia 1º de janeiro do terceiro ano de cada Legislatura, considerando-se nesta data, automaticamente empossados os eleitos.

Art. 50 Na ausência dos membros da Mesa Diretora o Vereador mais votado assumirá a Presidência.

Art. 51 O Suplente de Vereador não poderá ser eleito para cargo da Mesa Diretora, salvo se sua substituição ocorrer em caráter definitivo ou quando não for possível preencher os cargos de outro modo.

SEÇÃO III

Da Eleição Da Mesa Diretora

Art. 52 A eleição da Mesa obedecerá às formalidades a seguir:

I - Verificação de quórum;

II - Preparação de cédulas impressas, rubricadas pelo Presidente, contendo o nome dos Vereadores, bem como o cargo a que concorrem, de modo que a escolha possa ser feita

mediante manifestação em forma de “X” em espaço em frente ao nome dos candidatos aos respectivos cargos da Mesa Diretora, que terão votação individual;

III - O Vereador que não quiser colocar seu nome a disposição de concorrer a algum dos cargos da Mesa, deverá comunicar ao Presidente a fim de que seu nome seja excluído da relação;

IV - Chamada dos Vereadores, por ordem alfabética, para a votação, com a correspondente assinatura do votante em lista de votação;

V - Colocação da cédula de votação em uma urna que guarde o sigilo do voto, depois de votar;

VI - Acompanhamento dos trabalhos de apuração, junto à Mesa, por dois Vereadores indicados pela Presidência;

VII - Um dos Vereadores designados pelo Presidente retirará as cédulas da urna, contando-as, para anunciar ao Plenário a coincidência do seu número com o dos votantes;

VIII - Abertura das cédulas;

IX - Invalidação das cédulas que não atendam ao disposto no inciso II;

X - Proclamação dos votos em voz alta e sua respectiva anotação, à medida que apurados;

XI - Leitura, pelo Presidente, do resultado da eleição para cada um dos cargos da Mesa Diretora a iniciar-se pelo de 2º Secretário, 1º Secretário, Vice-Presidente e Presidente;

XII - Em caso de empate proceder-se-á segundo escrutínio, se não houver desistência dos demais em favor de um;

XIII - Só serão candidatos no segundo escrutínio, os que foram no primeiro, observadas as seguintes alíneas:

a) Havendo mais de dois candidatos com votos desiguais serão candidatos os dois mais votados;

b) Havendo mais de dois candidatos com votos iguais serão candidatos os dois mais idosos.

XIV - Persistindo o empate, após o segundo escrutínio, os critérios para a proclamação do eleito obedecerá a seguinte ordem: o candidato mais votado nas eleições municipais; o mais idoso; sorteio.

XV - Proclamação, pelo Presidente, do resultado final.

Art. 53 A apuração será feita por escrutinadores pertencentes às diferentes bancadas e um membro da Mesa, designado pelo Presidente.

Parágrafo único. Será nulo o voto assinado ou contendo sinais facilmente visíveis, ou que se torne identificável.

SEÇÃO IV

Da Modificação Da Mesa Diretora

Art. 54 Modificar-se-á a composição da Mesa Diretora quando ocorrer vaga em qualquer dos cargos que a compõe.

Art. 55 Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

I - Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

- II - Houver renúncia do cargo na Mesa Diretora pelo seu titular;
- III - For o Vereador destituído da Mesa Diretora por decisão do Plenário;
- IV - Ocorrer o falecimento do membro da Mesa Diretora;
- V - Licenciar-se o membro da Mesa Diretora do mandato de vereador por prazo superior a 180 dias ou assumir cargo de confiança em outro Poder.

Art. 56 A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em Sessão.

Parágrafo único No caso de vaga de cargos da Mesa Diretora serão chamados os demais ocupantes dos cargos desta, pela ordem de substituição, sendo realizadas eleições suplementares para os cargos que ficaram vagos.

Art. 57 Em caso de renúncia total dos membros da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo o mesmo a função de Presidente.

Parágrafo único Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

Art. 58 Os membros da Mesa Diretora, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, quando faltosos, omissos ou ineficientes no desempenho de suas atribuições regimentais, mediante deliberação do Plenário, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 59 O processo de destituição de membro da Mesa Diretora terá início por representação subscrita por um dos vereadores da Câmara, lida em Plenário, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§1º Oferecida à representação nos termos do presente artigo, a mesma será transformada em projeto de Resolução pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação entrando para a Ordem do Dia na sessão subsequente àquela em que foi apresentada.

§2º Se o Projeto de Resolução for rejeitado por maioria simples, o mesmo será arquivado.

§3º Aprovado por maioria simples o Projeto de Resolução a que alude o parágrafo anterior, serão sorteados 03 (três) Vereadores, entre os desimpedidos, para formar a Comissão Processante, que se reunirá dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes sob a presidência do vereador mais votado de seus membros.

§4º Da Comissão Processante não poderão fazer parte o acusado ou os acusados e o denunciante ou os denunciantes.

§5º Instalada a Comissão Processante, o acusado ou os acusados serão notificados dentro de 48 (quarenta e oito) horas e terão prazo de 10 (dez) dias para apresentarem defesa prévia por escrito.

§6º Findo o prazo de defesa estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão Processante procederá às diligências que entender necessárias, emitindo seu parecer ao final.

§7º O acusado ou os acusados poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão Processante, inclusive com a presença de seus advogados, se o desejarem.

§8º A Comissão Processante terá o prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias para emitir parecer, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se as julgar sem fundamento ou em caso contrário, pela sua procedência e, através de Projeto de Resolução, propor a destituição do acusado ou dos acusados.

§9º O parecer da Comissão Processante será apreciado em discussão e votação únicas, na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente à emissão do parecer.

§10 Para a discussão do parecer terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator e o acusado ou os acusados, inclusive podendo representar-se por seus advogados.

§11 Se por qualquer motivo não se concluir a apreciação do parecer na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária, as sessões ordinárias subsequentes ou as sessões extraordinárias para esse fim convocadas serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a sua definitiva deliberação pelo Plenário.

§12 O parecer da Comissão Processante que concluir pela improcedência das acusações será votado por maioria simples, determinando-se:

I - o arquivamento do processo, se aprovado o parecer;

II - a remessa do processo à Comissão Legislação, Justiça e Redação Final, se rejeitado.

§13 Ocorrendo à hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação elaborará, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias da deliberação do Plenário, parecer que conclua por Projeto de Resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados ou pelo arquivamento.

§14 O Parecer ou Projeto de Resolução emitido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação será apreciado em discussão e votação únicas, na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente à sua emissão.

§15 Para a discussão do Parecer ou do Projeto de Resolução terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator e o acusado ou os acusados, inclusive podendo representar-se por seus advogados.

§16 Se por qualquer motivo não se concluir a apreciação do Parecer ou Projeto de Resolução na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária, as sessões ordinárias subsequentes ou as sessões extraordinárias para esse fim convocadas serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a sua definitiva deliberação pelo Plenário.

§17 O parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação que concluir pelo arquivamento da representação ou o Projeto de Resolução propondo a destituição do acusado ou dos acusados, será votado por maioria simples.

Art. 60 Os membros da Mesa Diretora envolvidos nas acusações não poderão presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer ou o Projeto de Resolução da Comissão Processante ou da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, conforme o caso, estando igualmente impedidos de participarem de sua votação.

Art. 61 O denunciante ou os denunciantes, além do acusado ou dos acusados, são impedidos de votar, reduzindo-se consequentemente o *quórum*.

SEÇÃO V

Da Competência Da Mesa Diretora

Art. 62 Compete à Mesa Diretora da Câmara privativamente, em colegiado:

- I - a administração da Câmara de Vereadores;
- II - a proposição de projetos de lei dispendo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração, assim como concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e obedecidos os preceitos constitucionais;
- III - dirigir todos os serviços da Casa durante as sessões legislativas e nos seus recessos e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- IV - propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou de Comissão Permanente, desde que presentes os pressupostos legais para tal propositura;
- V - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;
- VI - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito;
- VII - declarar a extinção de Comissão não instalada no prazo regimental ou quando expirado o prazo de seu funcionamento;
- VIII - Declarar a perda de mandato do Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na lei Orgânica Municipal e na legislação vigente consoante à matéria, assegurada ampla defesa;

- IX - proceder à devolução do saldo financeiro de caixa existente na Câmara de Vereadores, ao final de cada exercício, à Tesouraria do Município;
- X - Assinar, pelo seu Presidente, as resoluções, portarias e decretos legislativos e outros atos administrativos;
- XI - Propor alteração reforma ou substituição do Regimento Interno da Câmara;
- XII - Permitir ou negar, que sejam gravados ou transmitidos os trabalhos da Câmara, no Plenário ou nas Comissões;
- XIII - Determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos;
- XIV - Nomear, promover, comissionar, conceder gratificação, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara de Vereadores, nos termos da lei.

SEÇÃO VI

Das Atribuições Específicas Do Presidente Da Mesa Diretora

Art. 63 O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa Diretora, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno, além de ser o representante legal da Câmara de Vereadores nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades.

Art. 64 Compete ao Presidente:

I - quanto às atividades legislativas:

- a) cientificar os Vereadores de convocação das reuniões extraordinárias e sessões solenes;
- b) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;
- c) declarar prejudicados os projetos em face da aprovação de outro com o mesmo conteúdo e objetivo;
- d) determinar o desarquivamento de proposições, a requerimento do autor;
- e) encaminhar projetos às Comissões Permanentes competentes;
- f) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como pelos concedidos às Comissões e ao Prefeito;
- g) dar posse aos membros das Comissões criadas pela Câmara de Vereadores;
- h) declarar a exclusão dos membros das Comissões quando não comparecerem injustificadamente a 03 reuniões consecutivas ou 05 alternadas;
- i) convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste Regimento Interno;
- j) promulgar as Portarias, Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita e aquelas cujo veto rejeitado pelo Plenário não tenham sido promulgadas pelo Prefeito no prazo legal;
- k) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Portarias, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- l) declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei.

II - quanto às sessões:

- a) organizar a pauta dos trabalhos legislativos e definir a Ordem do Dia;

- b) dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara de Vereadores;
- c) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;
- d) determinar a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara de Vereadores;
- e) anunciar a Ordem do Dia, submeter à discussão e votação matéria dela constante e declarar os resultados das votações;
- f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno, não permitindo manifestações estranhas ao assunto em discussão;
- g) interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara de Vereadores ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, e em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a reunião quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;
- h) controlar o tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;
- i) manter a ordem no recinto da Câmara de Vereadores, podendo para tanto advertir os presentes;
- j) resolver sobre os requerimentos de sua alçada;
- k) resolver qualquer questão de ordem, ou quando omissão o Regimento Interno, submetê-la ao Plenário.

III - quanto à Administração da Câmara de Vereadores:

- a) dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais relativos aos servidores da Câmara de Vereadores;
- b) administrar o pessoal da Câmara de Vereadores, fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Poder Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa civil e criminal de servidores faltosos;
- c) declarar destituído o membro da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente nos casos previstos neste Regimento Interno;
- d) expedir os atos competentes relativos aos assuntos de caráter financeiro;
- e) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara de Vereadores e da sua Secretaria.

IV - quanto às relações externas da Câmara de Vereadores:

- a) realizar audiências públicas garantida sua ampla divulgação;
- b) representar a Câmara de Vereadores judicial e extrajudicialmente;
- c) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formuladas pelos Vereadores ou Comissões sobre fato relacionado com matéria em trâmite ou sobre fatos sujeitos à ação fiscalizadora da Câmara de Vereadores;
- d) encaminhar ao Prefeito a convocação de servidores para prestar informações;
- e) requisitar ao Poder Executivo o repasse financeiro do duodécimo orçamentário à Câmara de Vereadores;
- f) exercer em substituição a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;
- g) encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Câmara em cada exercício financeiro, no prazo previsto em lei;

h) solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal.

§1º O Presidente da Câmara de Vereadores exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

- a) quando exigido o quórum de dois terços;
- b) quando houver empate em qualquer votação no Plenário;
- c) quando da eleição da Mesa;
- d) quando se tratar de destituição de membro da Mesa;
- e) quando se tratar de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes; e
- f) nas votações secretas.

§2º O Presidente será sempre considerado para efeito de *quórum* para que se proceda à discussão e à votação das proposições em Plenário.

§3º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado, ficará impedido de votar.

§4º Ausente ou impedido, o Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Vice-Presidente ou Secretários, segundo a ordem de eleição.

Art. 65 É vedado interromper o Presidente quando este estiver com a palavra.

Art. 66 O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato da função legislativa.

Art. 67 O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

SEÇÃO V

Das Atribuições Específicas Do Vice-Presidente Da Mesa Diretora

Art. 68 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e ainda:

- I - promulgar e publicar resoluções, portarias e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar transcorrer o prazo para fazê-lo; e
- II - promulgar e publicar as leis municipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo sem fazê-lo.

§1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Primeiro Secretário, e na sua falta, pelo Segundo Secretário.

§2º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não é conferida competência para outras atribuições além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

§3º No caso de renúncia ou de licença do Presidente serão chamados os demais ocupantes dos cargos desta, pela ordem de substituição, para o exercício da Presidência da Mesa.

SEÇÃO VI

Das Atribuições Específicas Dos Secretários Da Mesa Diretora

Art. 69 Compete ao Primeiro Secretário:

- I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara de Vereadores;
- II - dar conhecimento à Câmara dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;
- III - verificar a presença dos Vereadores às sessões e do quórum necessário as votações;
- IV - elaborar ata, resumindo os trabalhos da reunião;
- V - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;
- VI - assumir a direção dos trabalhos da sessão plenária na falta do Presidente e Vice-Presidente;
- VII - tomar parte em todas as votações.

Art. 70 Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências, assumindo nestes casos as suas atribuições.

CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Art. 71 O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se pela reunião dos Vereadores em exercício em local, forma e quorum legais para deliberar.

§1º O local é o auditório de sua sede e só por motivo de força maior ou para difundir os trabalhos legislativos no Município se reunirá em local diverso.

§2º A forma legal para deliberar é a Sessão.

§3º Quórum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

Art. 72 As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:

- I - simples, sempre que necessitar da metade mais um dos votos dos Vereadores presentes na reunião;
- II - absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara de Vereadores;
- III - qualificada, sempre que necessitar dos votos de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores.

§1º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, para ser aprovada, exige a deliberação favorável, em dois turnos, da maioria qualificada de dois terços dos Vereadores da Câmara de Vereadores.

§3º As Leis Complementares, para serem aprovadas e modificadas, exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

Da Finalidade Das Comissões e Suas Modalidades

Art. 73 As comissões são órgãos constituídos por 03 (três) Vereadores, mediante indicação feita pelo líder da bancada ou sorteio, em caráter permanente ou temporário, com a finalidade de proceder a estudos, emitir pareceres e realizar investigações sobre fatos determinados ou à representação do Poder Legislativo.

Art. 74 As Comissões da Câmara são classificadas em:

I - Permanentes: instituídas por um período de 02 (dois) anos com a finalidade de apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, manifestando seu parecer sobre eles para orientação do Plenário, além de exercer o acompanhamento de ações, planos e programas governamentais no âmbito das respectivas áreas de atuação;

II - Temporárias: as criadas por deliberação do Plenário, para apreciar assuntos específicos, que se extinguem quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

Art. 75 Na formação das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§1º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Câmara de Vereadores, acolhendo a indicação feita pelo líder de partido e/ou da bancada a que pertencia o titular ou por sorteio, conforme o caso.

§2º Em caso de omissão do líder de partido e/ou bancada na indicação de um nome para o preenchimento da vaga, a mesma será suprida por qualquer Vereador por livre designação do Presidente da Câmara.

§3º O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas Comissões para as quais tenha sido indicado pelo respectivo partido e/ou bancada.

§4º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora participar de qualquer Comissão.

Art. 76 O membro de qualquer comissão poderá, por motivo devidamente justificado, aceito pelo Plenário, renunciar ao encargo.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

Art. 77 As Comissões Permanentes são as seguintes:

- I - Legislação, Justiça e Redação;
- II - Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos;
- III - Educação, Saúde e Assistência Social.

SUBSEÇÃO I

Da Constituição Das Comissões Permanentes

Art. 78 A constituição das Comissões Permanentes se fará:

- I - em sessão extraordinária, que será realizada na primeira segunda-feira subsequente à data da posse de cada legislatura;
- II - na última sessão ordinária realizada na segunda sessão legislativa da legislatura, logo após a eleição da Mesa Diretora.

Parágrafo único A sessão extraordinária marcada para a data do inciso I do caput deste artigo será transferida para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em feriado.

Art. 79 A constituição das Comissões Permanentes será feita através de indicação de nomes realizada pelo líder da bancada.

§1º Cada Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Permanente.

Parágrafo único. A constituição das Comissões Permanentes será registrada na ata da sessão competente, estando os Vereadores indicados automaticamente empossados em se tratando de sessão extraordinária e, automaticamente empossados em 1º de janeiro do ano seguinte, em se tratando de indicação realizada na última sessão ordinária realizada na segunda sessão legislativa da legislatura.

Art. 80 Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia e escrita justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas.

Art. 81 O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Permanentes.

SUBSEÇÃO II

Das Competências Gerais Das Comissões Permanentes

Art. 82 Compete às Comissões Permanentes, entre outras previsões postas pela Lei Orgânica e por este Regimento Interno:

- I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir-lhes parecer;
- II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação;
- III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;
- IV - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convocação dos Secretários Municipais ou representantes dos órgãos da administração para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- V - encaminhar, após deliberação e aprovação do Plenário, pedido para que sejam prestadas informações ou fornecidos documentos pertinentes a assunto sob sua análise, ao Prefeito, Secretários Municipais e demais autoridades municipais;
- VI - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover em seu âmbito conferências, exposições, palestras ou seminários;
- VIII - solicitar à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exijam atuação de especialista, nos termos em discussão.

SUBSEÇÃO III

Das Competências Específicas Das Comissões Permanentes

Art. 83 É da competência específica da Comissão Permanente de:

I - Legislação, Justiça e Redação:

- a) opinar sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e a técnica legislativa das proposições;
- b) manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;
- c) manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- d) manifestar-se acerca de alterações propostas ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores e à Lei Orgânica do Município;
- e) emitir parecer sobre as proposições que digam respeito à organização da estrutura da administração pública municipal, criação e extinção ou transformação de cargo, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público;
- f) exarar parecer sobre a declaração de utilidade pública de entidades civis sem fins lucrativos;
- g) exarar parecer sobre a criação de entidade da Administração indireta ou de fundação;
- h) exarar parecer sobre a aquisição e alienação de bens imóveis;
- i) exarar parecer sobre a celebração de convênios e participação em consórcios;
- j) exarar parecer sobre a alteração de denominação de prédios municipais e logradouros.

II – Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos:

- a) exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer sobre o Projeto do Plano Plurianual - PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como sobre as suas alterações;
- b) exarar parecer sobre as contas do Município;
- c) analisar e emitir parecer sobre assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio municipal;
- d) manifestar-se sobre proposições que fixem ou aumentem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;
- e) exarar parecer sobre a celebração de contratos, ajustes e consórcios, quando necessária à aprovação de lei neste sentido;
- f) exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e à execução de serviços pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal;
- g) exarar parecer sobre as seguintes leis e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:
 - 1) Plano Diretor;
 - 2) Código de Obras ou Edificações;
 - 3) Código Ambiental;
 - 4) Código de Posturas;
 - 5) projetos relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da Cidade, cadastro territorial do Município e transporte coletivo.

III – Educação, Saúde e Assistência Social:

- a) emitir parecer sobre projetos e assuntos referentes à educação, cultura e esportes, turismo, folclore e patrimônio artístico, histórico e cultural;
- b) emitir parecer sobre projetos e assuntos de saúde, saneamento e vigilância sanitária;
- c) emitir parecer sobre projetos e assuntos de promoção humana e assistência social;

Art. 84 Quando mais de uma Comissão Permanente houver de se manifestar sobre a mesma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no artigo 77 deste Regimento.

SUBSEÇÃO IV

Da Presidência Das Comissões Permanentes

Art. 85 Ao Presidente das Comissões Permanentes compete:

- I - convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessárias, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno;
- II - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar seus respectivos Relatores, acaso não designado Relator permanente, distribuindo a matéria sujeita a apreciação, independentemente da reunião da Comissão;
- III - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;

- IV - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;
- V - ser representante da Comissão junto à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;
- VI - dirimir, de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante a Comissão;
- VII - votar em todas as deliberações da Comissão;
- VIII - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as Sessões Plenárias;
- IX - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
- X - verificar a presença dos Vereadores às reuniões da Comissão.
- XII - Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres.

SUBSEÇÃO V

Do Trabalho Das Comissões Permanentes

Art. 86 As Comissões Permanentes assim que constituídas reunir-se-ão para eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Relator, bem como para prefixar os dias e horário em que se reunirão ordinariamente e, posteriormente encaminharão tais deliberações ao Presidente da Câmara.

Art. 87 Das reuniões das comissões permanentes lavrar-se-ão atas as quais deverão ser assinadas por todos os membros presentes e, em caso de reuniões para análise de projetos de lei postos em apreciação será lavrado o respectivo parecer constando o voto do Relator e a posição dos demais membros.

§1º As Comissões poderão realizar reuniões extraordinárias, acaso se fizer necessário, devendo as reuniões serão convocadas pelo respectivo Presidente.

§2º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame das matérias postas à apreciação, a juízo da Presidência.

§3º É facultado ao Presidente o cancelamento da realização de reuniões, desde que inexistam matérias na Comissão Permanente sujeitas à aprovação pelo Plenário da Câmara, pendentes de discussão e manifestação.

Art. 88 As reuniões das Comissões Permanentes serão iniciados com a presença da maioria de seus membros e deverão realizar-se obrigatoriamente na sede da Câmara de Vereadores.

§1º As Comissões Permanentes deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§2º O Presidente da Comissão Permanente poderá votar nas deliberações da Comissão.

§3º Em caso de empate, prevalecerá o voto do Relator.

§4º Qualquer vereador poderá participar dos trabalhos e debates de Comissão Permanente de que não seja membro, contudo sem direito a voto.

§ 5º Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário, no prazo de 03 (três) dias.

Art. 89 As Comissões Permanentes a que for distribuída uma proposição poderão estudá-la em reunião conjunta, por conveniência e acordo dos respectivos Presidentes, contudo cada Comissão emitirá o seu respectivo parecer sobre a matéria.

Art. 90 Cada Comissão observará e cumprirá os prazos para examinar as proposições e sobre elas decidir:

Art. 91 Se esgotado o prazo destinado ao Relator sem a apresentação de relatório, o Presidente avocará a proposição ou designará novo Relator.

Art. 92 Os pedidos de diligência despachados pela Comissão, atendidos ou não, suspenderão o prazo para manifestação da Comissão, reabrindo o prazo após a manifestação em relação à diligência solicitada ou vencido o prazo previsto para o cumprimento da diligência.

Art. 93 O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados na presente seção.

SUBSEÇÃO VI

Da apreciação Das Matérias Pelas Comissões Permanentes

Art. 94 Antes da deliberação do Plenário os projetos de leis e eventualmente outros proposições, a critério da Mesa Diretora, serão encaminhados para análise e manifestação das Comissões Permanentes, de acordo com suas temáticas específicas.

Art. 95 Encaminhado qualquer expediente à Comissão Permanente deverá ser apresentado parecer no prazo de até 15 (quinze) dias.

§1º O prazo a que se refere este artigo será triplicado em se tratando de Projeto de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e de Codificações.

§ 2º Havendo matéria relevante e de grande complexidade, cada Comissão poderá solicitar a prorrogação dos prazos por no máximo 15 (quinze) dias, devendo encaminhar ao Presidente da Casa requerimento fundamentado neste sentido.

§2º Não emitido parecer dentro do prazo previsto no “*caput*” do presente artigo, a matéria será encaminhada para apreciação do Plenário, na primeira ordem do dia de seu vencimento, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 96 Manifestando-se o Plenário pela dispensa de parecer, o Presidente da Mesa a encaminhará para a Comissão seguinte ou ao Plenário, conforme o caso, fazendo constar nos autos da proposição despacho informando sobre o esgotamento do prazo para manifestação da Comissão e determinando a continuidade de sua tramitação.

Parágrafo único. Deliberando o Plenário acerca da necessidade de manifestação da Comissão, a matéria será reencaminhada à mesma Comissão para que delibere sobre a mesma no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 97 As Comissões Permanentes poderão solicitar a requisição ao Prefeito e Servidores Municipais informações e/ou documentos que julgarem necessários, desde que se refiram as proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para emissão de parecer ficará automaticamente suspenso até o recebimento das informações e/ou documentos solicitados.

§1º Os pedidos de informações e/ou documentos serão requeridos pelo Presidente da Comissão ao Presidente da Câmara de Vereadores e submetido à deliberação do Plenário.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos casos em que as Comissões Permanentes, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoria externa de qualquer tipo.

Art. 98 As Comissões Permanentes deliberarão por maioria de votos, sobre o pronunciamento do Relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§1º Se forem rejeitadas as conclusões do Relator, o parecer consistirá na manifestação em contrário, que será exarado pelos membros vencedores.

§2º O membro da comissão que concordar com o Relator, aporá ao pé do parecer daquele e a expressão “pelas conclusões” seguida de sua assinatura.

§3º A aquiescência às conclusões do Relator poderá ser parcial ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da comissão que a manifestar usará a expressão “de acordo, com restrições” e expressará em que consiste a sua divergência, e não o fazendo, seu voto será considerado integralmente favorável.

§4º O parecer da comissão poderá sugerir e apresentar emenda à proposição.

§5º O parecer da comissão deverá ser assinado por todos os membros que participaram de sua apreciação.

§ 6º O membro da comissão vencido, se não foi o Relator da matéria, deverá justificar seu voto por escrito.

§ 7º Para efeito da contagem dos votos relativos ao parecer, serão considerados favoráveis os votos pelo parecer, mesmo com restrições e, contrários os votos divergentes do parecer.

Art. 99 Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, mediante requerimento ou solicitação verbal apresentada pelo Presidente da Mesa ou por Vereador e por deliberação do Plenário, que constará obrigatoriamente em Ata.

Art. 100 No desenvolvimento de seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

I - é vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida a seu exame, opinar sobre aspectos que não seja de sua atribuição específica;

II - ao apreciar a matéria, a Comissão poderá propor a sua aprovação ou a sua rejeição, total ou parcial, sugerir o seu arquivamento, formular projeto dela decorrente, apresentar emenda ou subemenda;

Art. 101 Encerrada a apreciação da matéria pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição será remetida à Mesa para inclusão na pauta de votação e posterior deliberação pelo Plenário.

SUBSEÇÃO VII

Das Audiências Públicas Nas Comissões Permanentes

Art. 102 Cada Comissão poderá realizar reuniões e audiências públicas com as entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão especificamente convocado para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer local do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que as comunicará e divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara de Vereadores, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 103 Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes.

§1º Na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a manifestação das diversas correntes de opinião.

§2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá para tanto de 15 (quinze) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

§3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 05 (cinco) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

Art. 104 Da reunião de audiências públicas será lavrada ata que deverá ser subscrita pelos presentes, a qual será arquivada oportunamente no âmbito da Comissão, assim como eventuais pronunciamentos escritos e documentos apresentados na audiência pública.

SEÇÃO III

Das Comissões Temporárias

Art. 105 As Comissões Temporárias são:

- I - Parlamentares Especiais;
- II - Parlamentares de Inquérito;
- III - Parlamentares Processante.

§1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§2º As Comissões Temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenham seus prazos expirados.

§3º Sempre que possível, adotar-se-á na composição das Comissões Temporárias o critério da proporcionalidade partidária.

SUBSEÇÃO I

Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 106 As Comissões Parlamentares Especiais, formadas por 03 (três) membros, indicados pelo líder da bancada ou através de sorteio, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais deverão estar subscritas por no mínimo um terço dos Vereadores da Câmara de Vereadores e indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa da Câmara, deverá ser instalada num prazo de 03 (três) dias úteis de sua constituição para, sob a presidência do Vereador mais votado dentre seus membros, escolher o Presidente, designar o Relator e definir a data da primeira reunião.

§4º A nomeação dos membros da Comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das Comissões Legislativas Permanentes.

SUBSEÇÃO II

Da Comissão Parlamentar De Inquérito

Art. 107 A Câmara de Vereadores, a requerimento de um terço dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.

§1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, mediante deliberação e aprovação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§3º A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por 03 (três) Vereadores, indicados pelos líderes das bancadas.

§4º Caberá ao Presidente, por Resolução da Mesa, constituir a Comissão no prazo máximo de 10 (dez) dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§5º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob a presidência do Vereador mais votado dentre seus membros, elegerá o Presidente e o Relator.

§6º Caberá ao Relator à apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§7º Decorrido este prazo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará sobre o relatório preliminar nos 02 (dois) dias úteis subsequentes.

§8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa da Câmara de Vereadores os servidores públicos de seu quadro de pessoal necessários à realização de seus trabalhos investigatórios.

§9º A Câmara de Vereadores, por meio da Mesa Diretora, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto à Comissão Parlamentar de Inquérito no desempenho de suas atribuições.

§10 A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência à Mesa da Câmara de Vereadores de seus atos e requisições.

Art. 108 A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 109 Compete ao Presidente:

- I - convocar e dirigir as reuniões;
- II - qualificar e compromissar os depoentes;
- III - requisitar servidores;
- IV - convocar indiciados e testemunhas para depor;
- V - superintender os trabalhos e assinar as correspondências expedidas;
- VI - proferir voto de desempate;
- VII - representar a Comissão;
- VIII - requisitar documentos e informações e determinar quaisquer providências necessárias ao trabalho da Comissão.

Art. 110 Compete ao Relator:

- I - elaborar o roteiro dos trabalhos;
- II - conduzir a instrução processual, fixando prazos e diligências;
- III - solicitar a convocação de indiciados e testemunhas;
- IV – inquirir os depoentes;
- V - despachar os documentos de natureza processual; e
- VI - apresentar o relatório final.

Art. 111 As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria simples de seus membros, prevalecendo o voto do Relator em caso de empate.

Art. 112 A requisição de informações e documentos aos órgãos da Administração Pública Municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente e endereçado ao Presidente da Casa que encaminhará para

deliberação do Plenário e, se aprovada, encaminhada ao destinatário para cumprimento no prazo de 08 (oito) dias.

Art. 113 As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados regularmente convocados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§1º A critério da Comissão Parlamentar de Inquérito poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara de Vereadores, devendo ser lavrado, também, o competente termo de depoimento.

§2º As Comissões Parlamentares de Inquérito se valerão, subsidiariamente, das normas contidas no Código Processual Penal.

Art. 114 Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão solicitadas pelo Presidente da Comissão ao Presidente da Casa, desde que relacionadas com o fato determinado e o objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 115 Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo com suas conclusões, o qual será encaminhado:

- I - à Mesa, para as providências de sua alçada ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução;
- II - ao Ministério Público, com cópia autenticada e rubricada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais;
- III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo;
- IV - à Comissão Permanente que tenha a maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento ao prescrito no inciso anterior.

§1º Nos casos dos incisos II e III, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§2º Do relatório constarão a constituição e a finalidade da Comissão, sua composição, prazos observados e roteiro dos trabalhos realizados, com destaque para:

- I - transcrição dos depoimentos ouvidos;
- II - depoimentos arrolados, mas não viabilizados;
- III - eventuais viagens realizadas;
- IV - documentação recebida e anexada;
- V - parecer do Relator;
- VI - conclusões da Comissão.

§3º Se a Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, será automaticamente extinta, salvo se o

Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, por meio de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§4º As Comissões Parlamentares de Inquérito não paralisarão suas atividades durante os períodos de recesso parlamentar.

SUBSEÇÃO III

Da Comissão Parlamentar Processante

Art. 116 Constituem infrações político-administrativas do Prefeito sujeitas a julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

- I - impedir o funcionamento regular da Câmara e de suas Comissões obstando o acesso e exame de documentos e informações requeridas, bem como a verificação de obras e serviços municipais;
- II - retardar a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- III - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;
- IV - omitir-se ou negligenciar a defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura.

Art. 117 A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando:

- I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- II - fixar residência fora do Município;
- III - sua conduta for declarada incompatível com o decoro parlamentar;
- IV - infringir qualquer das proibições previstas na Lei Orgânica Municipal;
- V - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- VI - perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- VII - decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos em lei;
- VIII - sofrer condenação criminal em sentença definitiva irrecorrível;
- IX - deixar de tomar posse no prazo legal.

§1º Nos casos dos incisos I, II, III, IV e VIII, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Vereadores, por voto secreto de dois terços de seus membros, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada a ampla defesa.

§2º Nos casos previstos nos incisos V a VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ao denunciado a ampla defesa.

Art. 118 O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara em razão das infrações definidas no art. 116 obedecerá ao seguinte rito:

- I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor do Município em pleno exercício dos direitos políticos, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.
- II - Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.
- III - Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário para completar o *quórum* de julgamento.
- IV - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento.
- V - Decidido o recebimento pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão de Investigação e Processante, com 03 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão desde logo o Presidente e o Relator;
- VI - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos dentro em 05 (cinco) dias, notificando o denunciado com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem para que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, defesa prévia escrita, indique as provas que pretenda produzir e arrole testemunhas.
- VII - Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação será feita por edital, publicado 02 (duas) vezes no órgão oficial, com intervalo de 03 (três) dias pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.
- VIII - Decorrido o prazo de defesa, a Comissão de Investigação e Processante emitirá parecer dentro de 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário.
- IX - Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo o início da instrução e determinará os atos, as diligências e as audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e a inquirição das testemunhas;
- X - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;
- XI - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas no prazo de 05 (cinco) dias, e após a Comissão processante emitirá parecer final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento.
- XII - Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e ao final o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para produzir sua defesa oral;
- XIII - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações abertas e nominais quantas forem às infrações articuladas na denúncia.
- XIV - Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado pelo voto de pelo menos dois terços dos membros da Câmara de qualquer das infrações especificadas na denúncia.
- XV - Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito.

XVI - Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo.

XVII - Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

XVIII - O processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

XIX - Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. O Presidente da Mesa, fundamentado em parecer jurídico, poderá negar seguimento à denúncia que esteja desacompanhada de indícios suficientes de provas, cabendo recurso ao Plenário contra a sua decisão.

Art. 119 No caso de cassação de mandato de Vereador pela ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV e VIII do artigo 117, aplica-se o procedimento disposto no artigo 118 deste Regimento, sendo exigida a votação aberta favorável de no mínimo dois terços dos membros da Câmara de Vereadores para ser decretada a perda de mandato, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa.

SUBSEÇÃO IV

Do Assessoramento Legislativo

Art. 120 Para o desempenho das suas atribuições, a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes e as Temporárias contarão com o assessoramento dos funcionários da Câmara de Vereadores e a consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, a ser contratados pela Câmara de Vereadores nos termos da Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores.

Parágrafo único: Sobre as proposições em tramitação perante a Câmara de Vereadores a Presidência da Casa ou das Comissões, a seu critério e juízo de conveniência, poderá requer o parecer da Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores.

TÍTULO IV

O PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DAS PROPOSIÇÕES

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 121 São espécies de proposições sujeita à apreciação do Plenário:

I - Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município;

- II - Projeto de Lei Complementar;
- III - Projeto de Lei Ordinária;
- IV - Projeto de Decreto Legislativo;
- V - Projeto de Resolução;
- VI - Moção;
- VII - Requerimento;
- VIII - Recurso;
- IX - Emendas e Substitutivos;
- X – Indicações;
- XI – Pedido de informação;
- XII – Pareceres e Relatórios das Comissões.

Art. 122 Podem ser autores de proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

- I - o Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;
- III - qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara de Vereadores;
- IV - os Vereadores, individualmente ou em conjunto;
- V - a população do Município, nos casos e conforme os requisitos definidos na Lei Orgânica Municipal e nas Constituições Federal e Estadual.

§1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara de Vereadores depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria absoluta dos seus membros.

§2º Os projetos de leis e as propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal de autoria do Poder Executivo Municipal serão defendidos em Plenário pelo líder do governo na Câmara de Vereadores e as demais pelos seus autores.

§3º A proposição, cuja redação estiver em desacordo com a técnica legislativa definida na legislação vigente, serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§4º Somente ao autor caberá o direito de retirada de suas proposições, o que deverá fazer por escrito, dirigida ao Presidente da Câmara de Vereadores, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

SEÇÃO II

Das Proposições em Espécie

SUBSEÇÃO I

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 123 Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 124 A Lei Orgânica Municipal será emendada ou alterada mediante proposta:

I - de no mínimo um terço dos membros da Câmara de Vereadores;

II - do Prefeito.

III - de pelo menos 5% (cinco) por cento do eleitorado do município.

§1º Recebida proposta de Emenda à Lei Orgânica, a mesma será encaminhada para análise e apreciação da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação ou Comissão Especial constituída para esta finalidade, em sendo o caso, para à assessoria jurídica da Casa e posteriormente será deliberada em Plenário.

§2º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias.

§3º Somente será considerada aprovada a proposta que obtiver em ambos os turnos dois terços dos votos dos respectivos membros.

§4º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara de Vereadores, com o respectivo número de ordem, no prazo de 10 (dez) dias.

§5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§6º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda:

I - que ferir o princípio federativo;

II - que atentar contra a separação dos Poderes.

§7º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção no Município, de estado de sítio ou estado de defesa, e no período entre as eleições municipais e a posse dos eleitos.

SUBSEÇÃO II

Dos Projetos de Lei

Art. 125 Projeto de Lei é a proposição composta por um conjunto de normas que deve se submeter à tramitação no legislativo com o objetivo de se efetivar através de uma lei, sujeita a sanção do Prefeito.

§1º Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas na Lei Orgânica Municipal, exigindo para sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

§2º Para aprovação do Projeto de Lei Ordinária será exigido o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 126 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, através da iniciativa popular, observado o disposto neste regimento e na Lei Orgânica.

SUBSEÇÃO III

Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 127 Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência da Câmara de Vereadores e que tenham efeito externo, não sujeita a sanção do Prefeito, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - decisão das contas públicas;
- II - concessão de títulos honoríficos e demais honrarias;
- III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;
- IV - suspensão de decretos do Poder Executivo que extrapolem o seu poder regulamentador;
- V - cassação de mandatos;
- VI - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma da Lei Orgânica Municipal.
- VII - demais assuntos de efeitos externos.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo será exigido em votação única o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.

SUBSEÇÃO IV

Dos Projetos de Resolução

Art. 128 Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político administrativa da Câmara de Vereadores não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgado pelo Presidente da Câmara e destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - decisão de recurso;
- II - destituição de membro da Mesa Diretora;
- III - normas regimentais;
- IV - concessão de licença a Vereador;
- V - conclusão de Comissões Temporárias;
- VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos de efeitos internos;
- VII - organização dos serviços da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Resolução será exigido em votação única o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.

SUBSEÇÃO V

Das Moções

Art. 129 Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre assunto de grande relevância, importância e destaque na comunidade, expressando o sentimento de toda a Casa Legislativa.

Art. 130 São espécies de moção: a de aplauso, apoio, apelo, repúdio e pesar.

§1º A Moção de Aplauso oportuniza a Câmara de Vereadores aplaudir pessoas ou instituições por ações que se destaquem ou que tenham expressiva contribuição para o crescimento e desenvolvimento da comunidade.

§2º Moção de Apoio é a proposição pela qual o Poder Legislativo manifesta seu apoio a entidades ou instituições que reivindicam ações em prol da coletividade.

§3º A Moção de Apelo é a forma que a Câmara de Vereadores reivindica providências ou protesta sobre determinado tema de interesse coletivo e cujo encaminhamento reflita em benefício de toda a comunidade.

§4º Moção de Repúdio é a proposição através da qual a Câmara de Vereadores manifesta seu repúdio à determinada situação que interfira na comunidade.

§5º A Moção de Pesar externa as condolências da Casa Legislativa pelo falecimento de pessoas que tiveram efetiva participação da vida pública de nossa cidade, com destacada atuação em prol da comunidade.

Art. 131 A Moção será apreciada em discussão e votação única, considerando-se aprovada caso obtenha o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.

SUBSEÇÃO VI

Dos Requerimentos

Art. 132 Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara de Vereadores sobre qualquer assunto.

Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são:

- a) sujeitos apenas a despacho da Mesa; ou
- b) sujeitos a deliberação do Plenário.

Art. 133 Serão da alçada do Presidente da Câmara de Vereadores e verbais os Requerimentos que solicitem:

- I - palavra ou desistência dela;
- II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

- III - retirada pelo autor de requerimento ainda não submetido a deliberação do Plenário;
- IV - verificação de *quórum* para discussão ou votação;
- V - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
- VI - encaminhamento de votação.

Art. 134 Serão da alçada do Presidente da Câmara de Vereadores e escritos os Requerimentos que solicitarem:

- I - renúncia de membro da Mesa da Câmara de Vereadores;
- II - audiência de Comissão;
- III - juntada ou desentranhamento de documentos;
- IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara de Vereadores;
- V - arquivamento e desarquivamento de proposição, respeitadas as disposições contidas neste Regimento Interno.

§1º O Presidente é soberano na decisão sobre os Requerimentos citados neste e no artigo 133.

Art. 135 Serão da alçada do Plenário e apresentados verbalmente os Requerimentos que solicitarem:

- I - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou secreta;
- II - adiamento de discussão e de votação;
- III - audiência de Comissão para assuntos em pauta;
- IV - prorrogação da sessão para concluir a discussão ou votação das matérias da Ordem do Dia;
- V - alteração da pauta da Ordem do dia.

Art. 136 Serão da alçada do Plenário e apresentados de forma escrita os Requerimentos que solicitarem:

- I - providências, encaminhamentos, documentos ou informações de competência da Câmara de Vereadores;
- II - arquivamento de proposição;
- III – indicações e envio de moções;
- IV - constituição de Comissões Especiais.

Art. 137 Os requerimentos ou petições de entidades ou munícipes serão lidos no Expediente do Dia e encaminhados ao Presidente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 138 As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara de Vereadores sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às Comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação pelo Plenário.

SUBSEÇÃO VII

Dos Recursos

Art. 139 Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo à decisão impugnada até que seja proferida decisão pelo Plenário.

Art. 140 O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contados da ciência da decisão.

§1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo no mesmo prazo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação que terá o prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte para deliberação pelo Plenário.

§3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente.

SUBSEÇÃO VIII

Das emendas

Art. 141 Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visam a alterar o projeto a que se referem.

§1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

- I - emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto principal;
- II - emenda substitutiva ou subemenda é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda;
- III - emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra;
- IV - emenda modificativa pode ampliar restringir e corrigir expressões ou partes dos projetos ou substitutivos.

§2º As emendas das Comissões somente serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritas pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3º O Presidente não admitirá emendas que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§4º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda caberá recurso ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

§5º A emenda à redação final somente será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 142 Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão Permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não será permitido aos Vereadores, à Comissão ou à Mesa apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

SUBSEÇÃO IX

Da Indicação

Art. 143 Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público.

Art. 144 A indicação será apresentada à Mesa ou ao Presidente da Casa, que encaminhará ao Plenário para deliberação para, em sendo aprovada, transmiti-la ao destinatário.

Parágrafo único. No caso da Mesa ou Presidente da Casa entender que a indicação não deva ser encaminhada ao Plenário, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão Permanente competente, cujo parecer será discutido e votado em Plenário.

SUBSEÇÃO X

Do Pedido de Informação

Art. 145 Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação sobre atos ou fatos atribuídos aos demais Poderes, cuja fiscalização seja de interesse ao Poder Legislativo no exercício de suas atribuições constitucionais ou sobre matéria em tramitação na Casa.

§1º Recebido o pedido de informação, a Mesa ou o Presidente da Casa encaminhará para deliberação do Plenário e, se aprovado, será encaminhado ao Poder ou órgão respectivo.

§2º A Mesa ou o Presidente da Casa tem a faculdade de não receber pedido de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário.

§3º O descumprimento do pedido de informações poderá configurar crime de infração político-administrativa, na forma da lei vigente.

SUBSEÇÃO XI

Dos Pareceres e Relatórios das Comissões

Art. 146 Parecer é o pronunciamento de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§1º Os Pareceres das Comissões Permanentes que forem favoráveis à apreciação das matérias postas a seu exame somente serão lidos na sessão da Casa.

§2º Quando os Pareceres das Comissões Permanentes foram contrários à apreciação da matéria ou quando sugerirem emendas à mesma, os respectivos pareceres serão lidos na sessão da Casa e submetidos à deliberação do Plenário.

§3º Sempre que o Parecer da Comissão Permanente for pela rejeição da matéria ou apresentação de emendas, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o Parecer e, caso aprovado, restará prejudicada a apreciação da matéria.

§4º Nos casos em que o Plenário rejeitar o Parecer exarado pela Comissão Permanente, a matéria retomará o seu trâmite normal, sendo encaminhada à apreciação das demais Comissões competentes ou será encaminhada à discussão e deliberação do Plenário.

Art. 147 O relatório de Comissão Temporária é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único. Quando as conclusões de comissões temporárias indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução.

SEÇÃO III Das Portarias

Art. 148 A Portaria é ato administrativo emanado pelo Presidente da Casa e não sujeito a deliberação do Plenário, destinada a:

- I - expedição de orientações gerais ou especiais aos servidores da Câmara;
- II - designação de servidores para o desempenho de funções especiais;
- III - abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar;
- IV - nomeação, exoneração, afastamento, licenças e férias de servidores da Câmara de Vereadores;
- V – concessão de diárias;
- VI – descontos da remuneração de Vereadores e servidores por faltas injustificadas;
- VII – instalação de Legislatura Mirim.

CAPÍTULO II DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 149 As proposições deverão ser apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data e enviará a proposição original ao Presidente.

Art. 150 O Presidente poderá rejeitar proposição que:

- I - Vise delegar a outro Poder atribuições privadas do Poder Legislativo;
- II - Seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;
- III - Tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa;
- IV - Seja formalmente inadequada, por não observar os requisitos deste Regimento;
- V - Em se tratando de emenda, seja apresentada fora do prazo, não observe restrição constitucional ao poder de emendar ou não tenha relação com a matéria da proposição principal;

Parágrafo único. Da rejeição do Presidente caberá recurso do autor ao Plenário, no prazo de 03 (três) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para análise e parecer.

Art. 151 As proposições recebidas serão lidas na sessão e despachadas pelo Presidente, que as encaminhará, a seu critério e conveniência, à consultoria jurídica ou administrativa, indicará as Comissões Legislativas Permanentes competentes para análise da matéria, em deliberando que assim sendo necessário, ou as colocará em apreciação do Plenário.

§1º As proposições serão apreciadas inicialmente pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação quanto aos aspectos legais e constitucionais.

§2º Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ou com apresentação de emendas, o mesmo será incluído para deliberação do Plenário na Ordem do Dia da sessão subsequente.

§3º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria implicará o arquivamento da proposição.

§4º Rejeitado o parecer, o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das demais Comissões competentes.

§5º Após haver tramitado nas Comissões Permanentes, tendo recebido emenda, a proposição retornará à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade.

Art. 152 Todos os pareceres das Comissões Permanentes serão lidos e discutidos em sessão, mas apenas os pareceres contrários ou com apresentação de emendas serão encaminhados à deliberação do Plenário.

Art. 153 Quando a proposição apresentada for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 154 O autor do projeto que receber emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e, de sua decisão, caberá recurso ao Plenário, pelo autor do projeto ou emenda, conforme o caso.

Parágrafo único. Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se refiram diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 155 As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seu autor ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrar sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste, em caso contrário.

§1º Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§2º Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 156 No início de cada legislatura, a Mesa solicitará o arquivamento de todas as proposições de origem legislativa apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto aquelas sujeitas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo único. O vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art. 157 As proposições rejeitadas serão arquivadas, somente podendo ser reapresentadas na mesma sessão legislativa se contarem com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 158 Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensadas para a tramitação.

Art. 159 Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art.160 Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão.

SEÇÃO II

Da Discussão e da Votação

Art. 161 Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 162 A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 163 À exceção dos Projetos de Lei e proposta de Emenda à Lei Orgânica que serão submetidos a dois turnos de votação, as demais proposições serão submetidas a turno único de votação.

Art. 164 Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, o Vereador se manifestará nesse sentido e será considerado impedido de votar, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

§1º Nos demais casos o Vereador poderá escusar-se de votar, registrando simplesmente sua abstenção, sendo computada sua presença para efeito de quórum.

Art. 165 Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido à primeira discussão.

Art. 166 O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 167 As discussões deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender as determinações regimentais, sendo vedado usar a palavra sem a solicitar e sem receber o consentimento do Presidente ou do Orador.

Art. 168 Ao falar em Plenário o vereador deverá fazer uso do microfone.

Art. 169 Exceto para solicitar aparte, nenhum vereador poderá interromper orador.

Art. 170 O Vereador somente usará da palavra:

- a) No expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, ou quando se achar regularmente inscrito;
- b) Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
- c) Para apartear, na forma regimental;

- d) Para explicação pessoal;
- e) Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento;
- f) Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

Art. 171 Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

- a) Ao autor da proposição em debate;
- b) Ao relator do parecer em apreciação;
- c) Ao autor da emenda, ou;
- d) Ao Vereador mais idoso.

Art. 172 Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

- a) 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, falar pela ordem ou apartear;
- b) 05 (cinco) minutos, para falar no pequeno expediente;
- c) 30 (trinta) minutos para falar no grande expediente;
- d) 15 (quinze) minutos para falar na palavra livre.

Art. 173 O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra serão controlados podendo o Presidente cassar a palavra do Vereador que se estender por período maior do que o estabelecido regimentalmente.

SUBSEÇÃO I DOS APARTES

Art. 174 Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do Orador por outro, para indagação, esclarecimento ou contestação da matéria em debate.

Parágrafo único. O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos.

Art. 175 Não serão permitidos apartes:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - paralelos e cruzados;
- III - sem licença expressa do Orador.

§1º Os apartes se subordinarão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

CAPÍTULO III Dos Processos de Votação

Art.176 São três os processos de votação:

- I - simbólico;

II - nominal;

III - secreto.

Art. 177 No processo simbólico de votação os Vereadores que pretendem a aprovação da matéria deverão permanecer sentados, ficando em pé aqueles que votarem contrariamente à proposição.

§1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

Art. 178 A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responder “APROVO” ou “NÃO APROVO”, conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

Art. 179 A votação por escrutínio secreto será praticada mediante cédula impressa recolhida em urna à vista do Plenário, nos seguintes casos:

I - eleição dos membros da mesa;

II - perda de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, quando for julgado pelo Plenário;

II – veto.

Art. 180 Nas votações pelo processo secreto serão observadas as seguintes normas:

I - utilização de cédulas impressas e assinadas pelo Presidente;

II - os Vereadores votarão à medida que forem sendo chamados, mediante assinatura em lista de votação;

III - a apuração dos votos será realizada pelo Presidente com o apoio de mais 02 (dois) Vereadores, sendo um representante da situação e outro representante da oposição;

IV - no caso de a votação por escrutínio secreto não atingir o *quórum* mínimo, será adiada para a sessão seguinte.

Art. 181 O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 182 O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Art. 183 O projeto de lei, após aprovado, será remetido ao Poder Executivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, através de ofício, para sanção, promulgação ou veto.

Parágrafo único. Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara.

SEÇÃO I Da Urgência

Art. 184 A urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário em virtude de interesse público relevante.

Art. 185 A urgência poderá ser determinada:

I - pela Mesa, em projetos de sua autoria, por decisão da maioria de seus membros e aprovados por dois terços do Plenário;

II - a requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores, aprovado por dois terços do Plenário;

III - pelo Prefeito.

Art. 186 A urgência será concedida pelo Plenário quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou quando, por sua natureza, a matéria exigir a pronta deliberação do Plenário.

Art. 187 Os projetos com regime de urgência serão encaminhados às Comissões Permanentes competentes, que deverão formar juízo sobre a matéria em prazo improrrogável de 08 (oito) dias.

Parágrafo único. Instruídos os projetos com regime de urgência, com os pareceres das Comissões Permanentes competentes ou vencido o prazo para tanto, os mesmos serão encaminhados à Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte para votação.

CAPÍTULO III DO VETO

Art. 188 O Prefeito considerando o projeto de lei, no todo ou em parte, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze (15) dias úteis contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara de Vereadores, os motivos do veto, o qual deverá ser sempre justificado.

§1º Decorrido o prazo de que trata o “caput” do artigo, o silêncio do Prefeito importará em sanção pelo Presidente da Câmara.

§2º O veto parcial, somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§3º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§4º Rejeitando o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação, em 48 horas.

§5º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo terceiro, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias que tenham prazos por força de Lei e deste Regimento Interno.

§6º A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito (48) horas, pelo Prefeito, nos casos previstos, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

§7º A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara.

TÍTULO V DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I DAS SESSÕES EM GERAL

Art.189 As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§1º Ficará a critério do Presidente a autorização para a divulgação dos atos referentes às sessões da Câmara.

§2º Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, sendo vedada a interpelação aos Vereadores e manifestações de apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário.

§3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 190 Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador mais votado dentre os presentes, que convocará outros para secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a sessão até que compareça membro titular da Mesa Diretora, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 191 O Poder Legislativo realizará sessões ordinárias em datas e horários previamente fixados, com duração máxima de 02 (duas) horas.

Parágrafo único. A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário.

Art. 192 As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora e, inclusive domingos e feriados, para deliberar especificamente sobre matéria de interesse público relevante e urgente.

Parágrafo único. Nas sessões extraordinárias, não se apreciarão matérias estranhas à da sua convocação, ficando sem efeito os atos contrários a esta previsão.

Art. 193 Às sessões solenes realizar-se-ão em qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo único. As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa Diretora.

Art. 194 A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica Municipal.

Art. 195 A realização de qualquer sessão dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da câmara.

Parágrafo único. O disposto neste artigo, não se aplica às sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 196 De cada Sessão da Câmara, lavrar-se-á ata contendo os assuntos resumidos dos trabalhos desenvolvidos, bem como a nominata de presenças, a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º As proposições e os documentos apresentados em Sessão serão indicados em ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado em Plenário.

§2º As sessões da Câmara serão gravadas em sua íntegra e mantidas em arquivo.

§3º A ata da última sessão legislativa, será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número de vereadores presentes, antes de seu encerramento.

Art. 197 As sessões da Câmara poderão ser suspensas pelo Presidente ou por deliberação do Plenário, para providências e encaminhamentos que se fizerem necessários.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 198 Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 1º de fevereiro a 15 de julho e 01 de agosto a 15 de dezembro.

Art. 199 Serão realizadas sessões ordinárias todas as segundas feiras do período da sessão legislativa anual, com início às 18:00 horas.

Parágrafo único. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em feriados.

Art. 200 As sessões ordinárias compõem-se de 03 (três) partes: o expediente do dia, a ordem do dia e a palavra livre.

Art. 201 A hora do início dos trabalhos, verificada a presença do número legal de vereadores, o Presidente declarará aberta a sessão.

Parágrafo único. Não havendo número legal, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos para que se complete o número legal de Vereadores e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

SEÇÃO II

Do expediente do Dia

Art. 202 Havendo número legal, a sessão se iniciará com o expediente do dia, destinando-se à leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos e proposições de quaisquer origens.

§1º O Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada.

§2º Havendo retificação ou impugnação e, não sendo a mesma contestada pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a retificação caso contrário, o Plenário deliberará a respeito e, aceita a impugnação, será lavrada nova ata.

§3º Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente, pelo Secretário e Vereadores presentes.

§4º Não poderá impugnar ou formular pedido de retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

Art. 203 Após a apreciação da ata, o Presidente determinará a leitura da matéria do expediente, obedecendo a seguinte ordem:

- a) Expedientes oriundos do Executivo;
- b) Expedientes apresentados pelos Vereadores;

c) Expediente de diversas origens.

Art. 204 Na leitura das matérias, obedecer-se-á à seguinte ordem:

- a) Projetos de lei;
- b) Projetos de decreto legislativo;
- c) Projetos de resolução;
- d) Pareceres de comissões;
- e) Requerimentos, Moções e Indicações;
- f) Recursos e outras matérias.

Parágrafo único. Dos documentos apresentados no expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores, quando solicitadas pelos mesmos à Secretaria da Casa, exceção feita aos Projetos de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Subseção I **Do pequeno expediente**

Art. 205 O pequeno expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, jamais por tempo superior a 05 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista controlada pelo Secretário da Mesa ou pelo Secretário da Casa.

§1º O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no pequeno expediente.

Subseção II **Do grande expediente**

Art. 206 No grande expediente, os Vereadores, inscritos também até o início da reunião, usarão da palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto.

Parágrafo único. O orador poderá ser interrompido ou aparteado no grande expediente.

Art. 207 Esgotado o expediente, passar-se-á à matéria constante da ordem do dia.

SEÇÃO III **Da ordem do dia**

Art. 208 A ordem do dia destina-se a discussão e votação das proposições apresentadas e aptas a deliberação do Plenário.

Art. 209 A pauta da ordem do dia deverá estar à disposição dos Vereadores por meio eletrônico e com antecedência mínima de 02 (duas) horas do início da sessão.

Art. 210 A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- a) Matérias em regime de urgência;
- b) Vetos;
- c) Matérias em segunda discussão;
- d) Matérias em primeira discussão;
- e) Matérias em discussão única;
- f) Recursos;
- g) Demais proposições.

Parágrafo único. As matérias figurarão na pauta, pela ordem de preferência, observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art. 211 Nas sessões em que devam ser apreciados a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual, nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art. 212 As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou o *quórum* qualificado de dois terços dos membros da câmara, conforme as determinações legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo único. Para efeito de *quórum* computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 213 Esgotada a ordem do dia, o Presidente passará os trabalhos para a palavra livre.

SEÇÃO IV **Da Palavra Livre**

Art. 214 A palavra livre poderá ser utilizada por Vereadores, por no máximo 15 (quinze) minutos, para falar sobre:

- I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;
- II - questões de interesse público do Município;
- III - outras questões de interesse relevante.

Parágrafo único. A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem de solicitação da palavra ao Presidente.

Art. 215 O cidadão que desejar, poderá usar a palavra livre nas sessões ordinárias desde que se inscreva antes de iniciada a Sessão para discorrer sobre assuntos de interesse do município e da Câmara de Vereadores.

§1º Ao se inscrever o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, a qual obrigatoriamente deverá ter cunho coletivo e de relevante interesse público e geral, não lhe

sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§2º O Presidente poderá rejeitar inscrição de cidadão que queira usar a Palavra Livre para expor matéria de interesse particular e pessoal ou que não seja relevante para o município ou para a Casa.

Art. 216 Caberá ao Presidente, fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

Art. 217 Ressalvada a hipótese de expressa determinação do Plenário em contrário, nenhum cidadão poderá usar a Palavra Livre, nos termos deste Regimento, por período maior do que 10 (dez) minutos, sob pena de lhe ser cassada a palavra.

Parágrafo único. Será igualmente cassada a palavra do cidadão que usar linguagem incompatível com a dignidade da Câmara ou cujo pronunciamento foi divergente da matéria para a qual se inscreveu.

Art. 218 Não havendo oradores ou esgotado o tempo destinado à palavra livre o Presidente encerrará a sessão.

CAPÍTULO III **DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS**

Art. 219 As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, pelo Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante, mediante comunicação aos Vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§1º Não poderão ser consideradas por relevantes matérias que não integram Projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo.

§2º Na convocação para a sessão extraordinária deverá constar a exposição dos motivos e a matéria propriamente dita a ser apreciada.

Art. 220 A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente da Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto de convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária.

Art. 221 As sessões extraordinárias se realizarão com a seguinte sequência:

- I - verificação do *quórum* para início da reunião;
- II - abertura da reunião;
- III - leitura, discussão e votação da Ata, da sessão anterior;
- IV - leitura do motivo da reunião e do seu expediente específico da Ordem do Dia;

V - ordem do Dia com matéria específica que gerou a reunião;

VI - encerramento da reunião.

Art. 222 Aplicar-se-ão, às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES SOLENES

Art. 223 As sessões solenes serão realizadas para a instalação da legislatura e posse dos Vereadores, eleição do Presidente da Câmara de Vereadores e demais membros da Mesa, posse do Prefeito e Vice Prefeito, homenagens especiais e concessão de títulos.

§1º A sessão solene será aberta pelo Presidente independentemente de *quórum*, tendo tempo de duração indeterminada.

§2º Nas sessões solenes não haverá expediente nem ordem do dia, dispensadas a leitura da ata.

§3º Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores, os convidados e as autoridades designadas pelo cerimonial.

TÍTULO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I DO PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

Art. 224 Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, serão aplicadas, no que couberem, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

Art. 225 O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei orçamentária Anual – LOA obedecerão aos seguintes prazos para encaminhamento à câmara de Vereadores:

I - O Plano Plurianual – PPA será encaminhado até o dia 31 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito;

II - A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO será encaminhada até o dia 15 de setembro de cada exercício;

III - A Lei Orçamentária Anual – LOA será encaminhada até o dia 30 de outubro de cada exercício.

Art. 226 A Câmara de Vereadores apreciará, votará e devolverá ao Poder Executivo os instrumentos de planejamentos orçamentários referidos nos inciso do artigo anterior, nos seguintes prazos:

I - O Plano Plurianual – PPA até 31 de agosto do primeiro ano de mandato;

II - A Lei de Diretrizes orçamentárias – LDO até o dia 15 de outubro de cada exercício;

III - A Lei orçamentária Anual – LOA até o dia 15 de dezembro de cada exercício.

Art. 227 Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos nos incisos do artigo anterior sem que se tenha concluído a votação, a Câmara de Vereadores realizará sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as demais em tramitação.

Art. 228 Recebidos do Poder Executivo os projetos de Lei de Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias – LDO e de Orçamento Anual - LOA, o Presidente encaminhará para apreciação das Comissões Competentes.

§1º O Prefeito poderá enviar mensagem retificadora à Câmara de Vereadores para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário até a apresentação do parecer final das Comissões Permanentes.

§2º A apreciação de projetos que visem alterar as leis orçamentárias vigentes tramitarão ordinariamente na forma deste Regimento.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

SEÇÃO I DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 229 Tendo a Câmara de Vereadores recebido parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município, será procedida a leitura do mesmo em Plenário e em seguida será encaminhado à Comissão Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos que terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou pela rejeição das contas.

§1º Até 10 (dez) dias depois do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, à Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos receberá pedidos dos Vereadores solicitando informações sobre determinados pontos da prestação de contas.

§2º A Comissão de Comissão Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos, para exarar parecer sobre as contas ou para responder os pedidos de informação dos Vereadores sobre a

matéria, poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar documentos na Prefeitura pertinentes ao assunto.

§3º O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Comissão Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, ficando assegurado ao prestador das contas o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo requerer produção de provas e sustentação oral no dia da sessão de julgamento, inclusive sendo-lhe facultada a constituição de advogado para representá-lo em todas as etapas da apreciação e do julgamento das suas contas anuais.

§4º Não serão admitidas emendas ao projeto de decreto legislativo sobre o julgamento das contas do Município.

§5º Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterà os motivos da discordância e dependerá da aprovação da maioria absoluta dos membros da Casa.

§6º A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo, e se rejeitadas as contas, deverá remetê-las imediatamente ao Ministério Público para as providências devidas.

§7º O julgamento das contas do Prefeito será realizado em até 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado e, acaso vendo este prazo sem apreciação, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se proceda à sua votação.

SEÇÃO II

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E OUTROS AGENTES

Art. 230 A Câmara poderá, na forma deste Regimento e da Lei Orgânica Municipal, convocar Secretários Municipais e titulares de órgãos da administração pública, para prestarem informações que lhe forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, sempre que a medida se faça necessária, para assegurar a fiscalização do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.

Art. 231 A convocação deverá ser requerida por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único. O requerimento deverá indicar o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 232 Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento, dando ciência ao convocado do motivo de sua convocação.

Art. 233 O Presidente da Câmara dará ciência da convocação ao Prefeito.

Art. 234 No dia e horários estabelecidos, a Câmara de reunirá, com o fim específico de ouvir o convocado, o qual ficará à disposição do Plenário para responder às indagações que lhe forem dirigidas.

Parágrafo único. Não lhe serão feitas indagações que sejam estranhas à sua convocação.

Art. 235 Independentemente de convocação, Secretários Municipais e titulares de órgãos da administração pública, poderão comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§1º Na oportunidade os Secretários Municipais e os titulares dos órgãos da administração pública farão uma exposição sobre os motivos que levaram a comparecer à Câmara e responderão as interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

TÍTULO VII DO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA INTERPRETAÇÃO E ALTERAÇÃO

Art. 236 Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Art. 237 Os precedentes regimentais serão registrados e arquivados para orientação na solução de casos análogos.

Art. 238 Ao fim de cada sessão legislativa, a Mesa da Câmara, elaborará e publicará separata a este Regimento, sob a forma de Resolução, com a eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art. 239 Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade, mediante proposta escrita e justificativa:

- a) De, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores;
- b) Da Mesa;
- c) De uma das Comissões Técnicas Permanentes da Câmara; ou,
- d) Por força de lei maior.

TÍTULO VIII

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 240 Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e regerà por ato regulamentar próprio, baixado pela Mesa Diretora.

Art. 241 As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 242 A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, no prazo legal.

Art. 243 A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§1º São obrigatórios os seguintes livros:

- I - De registros de leis;
- II - De registros de decreto legislativo;
- III - De registros de resoluções e portarias;
- IV - De termo de posse dos Vereadores;
- V - De precedentes Regimentais;
- VI - De registro de protocolo.
- VII - De atas das sessões;
- VIII - De atas das reuniões das Comissões Permanentes.

§2º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente.

Art. 244 As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais suplementares e especiais, serão ordenadas pelo Presidente.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 245 Todo expediente da Câmara de Vereadores bem como todos seus atos normativos, serão divulgados em seu endereço eletrônico, bem como na imprensa local, escrita ou falada.

Art. 246 Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 247 Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Executivo.

Art. 248 O horário de expediente do Legislativo será das 7:30 às 11:30 horas e à tarde das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 249 Os prazos previstos neste Regimento são contínuos, não se contando o primeiro dia, incluindo-se o último, e somente se suspenderão no recesso.

Art. 250 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 01/2010 e a Resolução nº 03/2019.

São José do Cedro, 09 de dezembro de 2019.

ISOLDI WILL

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.572, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297769

DECRETO Nº 6.572, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) na seguinte dotação orçamentária:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - EGM			
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - EGM			
16.01.28.846.0000.0.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0050	224	Aplicação Direta	R\$ 9.100,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de dezembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.573, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298139

DECRETO Nº 6.573, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de até R\$ 835.993,33 (oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.094 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034	153	Aplicação Direta	R\$ 835.993,33	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298508

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e com base no artigo 59 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.º Ceder, com ônus para o Município, a servidora pública municipal ROSI CHRISTINI CABERLON FURLAN, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº1383/05, para exercer suas funções junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298512

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 06 de janeiro de 2020, a senhora NEIVA MARIA MEURER BARBIERI, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Recursos Humanos Nível AGD-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 2 (AR-2).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298516

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 03 de janeiro, a servidora pública municipal CINARA TISSIANI DOS SANTOS, matrícula nº 1939/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo em comissão de DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, retornando a servidora para o cargo efetivo de ANALISTA ADMINISTRATIVO.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297838

PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017 e Decreto nº 6.307 de 03 de Julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor SAMUEL CORREA, aprovado no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no PSF de São Roque, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2297846

PORTARIA Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e alteração pela Lei Complementar nº 240 de 02 de Julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal DANGLEI MATTEI, ocupante de cargo de Professor Habilitado – ACT, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3177/04, no período de 02 de janeiro a 29 de junho de 2020, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298001

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Fixa horário de expediente e de atendimento ao público no Centro Administrativo Municipal, no mês de janeiro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o horário de expediente e de atendimento ao público no Centro Administrativo Municipal, em regime de turno único, com jornada de trabalho de 06 (seis) horas ininterruptas, das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, no período de 06 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Fica proibida a permanência de qualquer servidor municipal nas dependências do prédio público após o horário de expediente de seus respectivos órgãos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298098

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 011, de 23 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público de Provas (avaliação de habilidades práticas), aberto pelo Edital nº 011, de 23 de dezembro de 2019, sob a presidência do primeiro:

I - Alex Cleidir Tardetti, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação, matrícula nº 343001;

II - Rocheler Carla Dalazen dos Santos, ocupante do cargo de Diretor Geral de Educação, matrícula nº 1759/09;

III - Adriana Maria Avila, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, desempenhando a função de Diretora do Programa de Educação de Tempo Integral, matrícula nº 1334/04;

IV - Luciani Capelin, ocupante do cargo Professor de Inglês, matrícula nº 3083/04;

V - Pricila Katia Furlan, ocupante do cargo Professor de Inglês, matrícula nº 3086/02.

Parágrafo único. O Processo Seletivo de que trata o caput é destinado à admissão de Professor de Inglês, em caráter temporário e excepcional, bem como, formação de cadastro de reserva, para o ano letivo de 2020, para atuação no Projeto de Ensino Bilíngue, na Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Art. 2º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 011/2019:

I - receber e analisar as inscrições realizadas pelos candidatos;

II - avaliar o desempenho dos candidatos inscritos na Prova de Habilidade Prática;

III - providenciar a classificação, adotando os critérios de desempate, caso seja necessário;

IV - analisar os requerimentos de reconsideração e emitir julgamentos;

V - resolver os casos omissos no Edital;

VI - realizar demais atos de que se fizerem necessários em cumprimento ao Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 011/2019.

Art. 3º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados na coordenação, acompanhamento e avaliação do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2298366

PORTARIA Nº 027, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 01, de 02 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 01, de 02 de janeiro de 2020, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Professores e Assistentes Técnico Pedagógicos - ATPs, em caráter temporário e excepcional, para o ano letivo de 2020, na Rede Municipal de Ensino, sob a presidência do primeiro:

I - Solange Bauer da Rosa Cenci, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02;

II - Luana Yamila Bento Bittancourt, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3658/01;

III - Poliana Gagliotto da Silva, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3654/01;

IV - Fernanda Patrícia Schoeninger, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3657/01;

V - Raquel Avila, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3506/03.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2020 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 2298369

PORTARIA Nº 028, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Público de Títulos nº 02, de 02 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 02, de 02 de janeiro de 2020, destinado à formação de Cadastro de Reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2020, visando a atuação na Rede Municipal de Ensino, sob a presidência do primeiro:

I - Solange Bauer da Rosa Cenci, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02;

II - Luana Yamila Bento Bittancourt, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3658/01;

III - Poliana Gagliotto da Silva, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3654/01;

IV - Fernanda Patrícia Schoeninger, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3657/01;

V - Raquel Avila, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3506/03.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 02/2020 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO Nº 01/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2297920

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a contratação de serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, para o exercício de 2020, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste/SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8666/93.

Contratado: Caixa Econômica Federal. Valor Total de R\$ 197.960,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 02/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2298046

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto a contratação de empresa de prestação de serviço de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste/SC para o exercício de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8666/1993.

Contratado: OI S.A. Valor Total de R\$ 15.000,00.

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 03/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2298457

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a contratação de serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, para o exercício de 2020, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste/SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Contratado: Banco do Brasil SA. Valor Total de R\$ 296.340,00.

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 248/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2298572

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2019

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para ampliação, com área de 345,65m² e reforma de 72,82m², na Escola Municipal Amália Daltoé Agostini, localizada no Bairro Agostini, no Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com memorial descritivo, orçamentos, cronograma físico-financeiro e projetos partes integrantes deste processo licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 21 de janeiro de 2020.

Abertura: Às 9h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006 e o edital consta na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 255/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2298614

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 255/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de profissional para execução de trabalhos nas oficinas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura do Município de São Miguel do Oeste, para o exercício de 2020, de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 21 de janeiro de 2020.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

REVOGAR PROCESSO Nº 53/2019 SAÚDE

Publicação Nº 2297973

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, Sr. Leocir Caron, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que a única empresa participante do certame apresentou proposta com valor superior ao máximo estipulado pelo Edital, decide revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste/SC, 02 de janeiro de 2020.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 481, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2297577

PORTARIA N. 481, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

"CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORES QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o direito ao gozo de férias aos servidores públicos indetificados abaixo, de acordo com os respectivos períodos:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO CONCESSÃO
Adalberto Jose Weber	25/01/2017 à 24/01/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Adriane F. Sbrussi Granella	01/02/2019 à 31/01/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Alice Fabiana Jahnke Both	10/02/2018 à 09/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Araci Teresinha Reuter	03/02/2018 à 02/02/2019	26/12/2019 à 04/01/2020
Aline Finger Kunrath	02/05/2018 à 01/05/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Alison Ivonei Hoss	02/01/2018 à 01/01/2019	27/12/2019 à 10/01/2020
Ari Heissler	14/05/2018 à 13/05/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Beatriz Ines Schwaab Goncalves	03/02/2018 à 02/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Carmen T. Oliveira Mueller	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Celso Jose Mallmann	22/08/2017 à 21/08/2018	16/12/2019 à 25/12/2019
	22/08/2018 à 21/08/2019	26/12/2019 à 14/01/2020
Claidilene T. Mohr Weber	21/02/2018 à 20/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Clarice Teresinha Mohr	09/07/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Clever Schuh	09/08/2018 à 08/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Cristiane Ines Kunzler Fuhr	17/02/2018 à 16/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Cristiane Petry	01/11/2018 à 31/10/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Cristina Bosing Provin	15/03/2017 à 14/03/2018	18/12/2019 à 27/12/2019
Daniela Ternus	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Daniele Ramme Mohr	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Denise Cristina Schafer Wagner	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Diego Sehn	01/12/2018 à 30/11/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Eliamar Corradi	02/01/2017 à 01/01/2018	16/12/2019 à 04/01/2020
Elise I. Schwendler Paini	27/12/2018 à 26/12/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Eliziane Acacia Schuck Weber	14/02/2019 à 13/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Eusebio Ullmann	03/03/2018 à 02/03/2019	23/12/2019 à 11/01/2020
Fabio Rinaldo Frasnelli	15/08/2017 à 14/08/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Felipe Rosenbach	04/05/2018 à 03/05/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Fernanda Weber	19/08/2017 à 18/08/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Francine Cristine Muller	12/08/2017 à 11/08/2018	16/12/2019 à 04/01/2020
Gabriela Kemmer	02/05/2018 à 01/05/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Ilaïne Blume Bernardy	03/02/2018 à 02/02/2019	16/12/2019 à 04/01/2020
Ildemar Bernardy	01/11/2018 à 31/10/2019	23/12/2019 à 11/01/2020
Ildiga Maria Bernardy Da Luz	23/01/2018 à 22/01/2019	02/12/2019 à 31/12/2019
Inesio Mallmann	16/08/2018 à 15/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Irineu Kollett	03/09/2017 à 02/09/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Ivanildo Da Silva	20/08/2018 à 19/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Jaime Joao Both	12/04/2018 à 11/04/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Jandir Petry	23/03/2018 à 22/03/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Janete Maria Saling	10/10/2018 à 09/10/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Jante Mohr Royer	09/10/2018 à 08/10/2019	09/12/2019 à 23/12/2019
Janete Schwaab Franz	01/03/2019 à 29/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Joao Pedro Goncalves	01/03/2017 à 28/02/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Joel Francisco Vieira	23/03/2018 à 22/03/2019	16/12/2019 à 14/01/2020

Joice Hackenhar	01/02/2018 à 31/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Jones Mohr	26/01/2018 à 25/01/2019	09/12/2019 à 18/12/2019
Jorge Leandro Kessler	09/06/2017 à 08/06/2018	16/12/2019 à 04/01/2019
Jorge Sehn	26/08/2018 à 25/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Judite Feldes	09/03/2019 à 08/03/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Judite Schwertz Agnes	24/04/2018 à 23/04/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Jurandir Jose Schmitt	01/04/2018 à 31/03/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Keli Adriane Aniecevski	13/02/2018 à 12/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Leomar Bernardy	19/03/2018 à 18/03/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Liamara Schmatz Hoffmann	06/02/2018 à 05/02/2019	23/12/2019 à 21/01/2020
Liane Maria Dias	01/02/2018 à 31/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Liane Kothe	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Lino Kamer	03/02/2018 à 02/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Leticia Stein Klaus	01/03/2018 à 28/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2019
Lisonia Amalia Rambo Hohn	26/08/2018 à 25/08/2019	12/12/2019 à 21/12/2019
Liane Teresinha Hinning	19/02/2019 à 18/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Luciana Hendges Wickert	14/08/2018 à 13/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Luiz Edmundo Niederle	13/08/2018 à 12/08/2019	16/12/2019 à 04/01/2020
Lurdes B. Prestes Birkheur	01/03/2019 à 29/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Marcia Ines Feldkircher	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Marcia Maria Bieger Engler	21/02/2019 à 20/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Marcia Rosa Scheeren Braun	20/01/2018 à 19/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Maria Elena Lamp De Souza	15/02/2019 à 14/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Marlene Maria Muller Agostini	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Marcos Giehl	01/01/2018 à 01/01/2019	02/12/2019 à 21/12/2019
Mateus Sehn	14/01/2017 à 13/01/2018	23/12/2019 à 01/01/2020
Mirna Maria Theisen Richter	10/02/2018 à 09/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Michel Vargas	13/08/2018 à 12/08/2019	26/12/2019 à 24/01/2020
Mircon Kleling	17/07/2017 à 16/07/2018	10/12/2019 à 19/12/2019
Nadir Ines Muller	09/02/2019 à 08/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Nair Ines Schuh Metzger	02/05/2018 à 01/05/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Natalina Sperotto Badziak	27/04/2018 à 26/04/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Nelci Maria Gerhardt Bamberg	06/02/2019 à 05/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Odete Ines E. Hermes	02/07/2018 à 01/07/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Oraides Paulino Mai	10/01/2017 à 09/01/2018	16/12/2019 à 14/01/2020
Pedro Antonio Hubner	01/03/2018 à 28/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Rafael Hermes	20/01/2018 à 19/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Raquel Niederle Schmitz	08/02/2019 à 07/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Rejane Fischer	11/01/2018 à 10/01/2019	18/12/2019 à 01/01/2020
Renate M. Sulzbacher Mohr	01/03/2019 à 29/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Rosa Blume Kirch	05/09/2017 à 04/09/2018	17/12/2019 à 31/12/2019
Rosani Ines Simon Hackenhaar	21/02/2018 à 20/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Sandra Isaber Ruver Bergmann	09/09/2018 à 08/09/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Selma Sofia Ulsenheimer	25/07/2018 à 24/07/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Silvane M. Muller De Almeida	14/02/2019 à 13/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Silverio Engler	01/03/2018 à 28/02/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Silverio Goetz	01/02/2018 à 31/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Solange Rempel Kunzler	14/02/2019 à 13/02/2020	16/12/2019 à 14/01/2020
Solange Schuh	14/08/2018 à 13/08/2019	26/12/2019 à 04/01/2020
Soraia Beatriz Lara	03/07/2018 à 02/07/2019	31/12/2019 à 09/01/2020
Vanderlei Spies	16/08/2018 à 15/08/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Vanusa Ramos	22/01/2018 à 21/01/2019	16/12/2019 à 14/01/2020
Walter Francois	05/12/2018 à 04/12/2019	16/12/2019 à 14/01/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 27 de Dezembro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1808

Publicação Nº 2298523

DECRETO Nº 1808, de 02 de janeiro de 2020

Divulga calendário de feriados e pontos facultativos do município de Seara-SC, para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 20 de 17 de maio de 1967 e Lei Municipal nº 893, de 19 de novembro de 1993,

DECRETA

Art. 1º Os feriados e pontos facultativos do Município de Seara/SC para o exercício de 2020, serão:

I – Feriados Municipais:

- a) Dia do Município - 03 de abril;
- b) Corpus Christi – 11 de junho;
- c) São Cristóvão – dia 25 de julho.

II – Pontos Facultativos para o serviço público municipal:

- a) Dias 24 e 25 de fevereiro – carnaval;
- b) Dia 13 de outubro – antecipado, alusivo ao Dia do Professor;
- c) Dia 28 de outubro – Dia do Funcionário Público;
- d) Dia 24 de dezembro – Véspera de Natal;
- e) Dia 31 de dezembro – Véspera de Ano novo.

§ 1º. Nos dias de ponto facultativo os serviços emergenciais de saúde funcionarão junto ao plantão municipal no Hospital São Roque.

§ 2º No ponto facultativo alusivo ao “Dia do Professor” - 13/10, serão contemplados todos os docentes e trabalhadores da educação, incluindo equipe administrativa, serviços gerais e motoristas que laboram no transporte escolar, bem como servidores das superintendências de cultura e esportes;

§ 3º O ponto facultativo alusivo ao “Dia do Funcionário Público” - 28/10, se destina aos demais servidores não contemplados no § 2º do art. 1º deste Decreto.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 02 de janeiro de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 02 de janeiro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIA 04

Publicação Nº 2298544

PORTARIA Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Institui o calendário do pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Administração Municipal do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido a seguir o calendário de pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Administração Municipal do Poder Executivo para o exercício de 2020:

Competência	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Pagamento	03/02	02/03	01/04	04/05	01/06	01/07
Competência	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Pagamento	03/08	01/09	01/10	03/11	01/12	29/12

§ 1º O pagamento do 13º Salário será efetuado em parcela única no dia 16 de dezembro de 2020.

§ 2º A efetiva disponibilização dos recursos na conta dos servidores ocorrerá no primeiro dia útil da data do pagamento.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 02 de janeiro de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 02 de janeiro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020

Publicação Nº 2297971

Processo Licitatório n. 002/2020
Edital de Pregão Presencial nº. 001/2020

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 15/01/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, para dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água nos prédios públicos do município de Seara. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 02 de janeiro de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2020

Publicação Nº 2298099

Processo Licitatório 003/2020
Edital de Pregão Presencial nº. 002/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 17/01/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., aos 02 dias do mês de janeiro do ano de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

Publicação Nº 2297759

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios em cumprimento a legislação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), compreendendo o período de (Fevereiro a Agosto de 2020). A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino e da Creche do município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2020.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 02 de janeiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 001/2020 CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2297761

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

EDITAL Nº 001/2020**"CHAMAMENTO DE FORNECEDORES"**

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento de todos os interessados, que em conformidade com o disposto no Artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, suas alterações, e demais normas, o Município de SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, nesta cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, está realizando **INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO**, para os fornecedores já cadastrados, junto ao Setor de Compras e Licitações deste Município, conforme segue:

1 - DO OBJETIVO

1.1- Este Edital tem, por objetivo, receber as inscrições **de novos fornecedores e promover a atualização daqueles fornecedores já inscritos** no Cadastro Geral de Fornecedores Municipais desta Unidade Federativa, que tenham interesse em fornecer materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, bem como aqueles que são especializados na execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Licitação e/ou Contratação.

Os mesmos deverão **REQUERER**, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, a partir da publicação do presente, sua inscrição no **CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES**.

2- DA DOCUMENTAÇÃO

2.1- Os interessados deverão protocolar a documentação no Setor de Licitações do Município de Serra Alta, sito à Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, CEP: 89871-000, na cidade de Serra Alta, SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h:30min às 17h:30min, diariamente, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, **em**

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

via original ou cópia autenticada por tabelião ou poderá ser autenticada por servidor da municipalidade, conforme o caso:

I - PESSOAS FÍSICAS:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Registro na entidade profissional competente;
- d) Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa física.
- e) Comprovante de Residência.
- f) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);
- g) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, mediante CND emitida pela Fazenda do Município do domicílio da pessoa física;
- h) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

II - PESSOAS JURÍDICAS:

- a)- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

d)- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e)- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/ (SRF/MF) com cartão atualizado;

f)- Prova de inscrição no Cadastro Estadual de contribuintes;

g)- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);

h)- Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes (Alvará Municipal);

i)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

j)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante

k) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS autêntica), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

l) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

m)- Certidão Negativa de Recuperação Judicial (falência ou concordata) expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica; ***(Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 01/04/2019, a***

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

certidão de “Falência, Concordata e Recuperação Judicial” deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC QUANTO NO SAJ. As duas certidões (ambas de Falência, Concordata e Recuperação Judicial – não será aceita certidão cível), deverão ser apresentadas conjuntamente, no caso contrário não terão validade. Para licitantes de outros Estados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para validação).

n)- Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa jurídica.

o) Registro ou inscrição da EMPRESA na respectiva entidade profissional competente (CREA, CAU, OAB, CRO, CRM, CRC, etc...) quando for o caso;

p) Registro ou inscrição do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, na respectiva entidade profissional competente;

q) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **(2019)**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei 8.666/93, com os termos de abertura e encerramento, assinado pelo contador responsável e pelo proprietário da empresa, **vedada** a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço e as demonstrações a serem apresentados, **deverão ser cópias extraídas do Livro Diário**, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, **devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado**;

OBS: A empresa que se cadastrar **entre os meses de Janeiro à Abril, e ainda não tem encerrado o Balanço do Exercício de 2019**, deve apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, juntamente com as cópias dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, exigido legalmente, registrado e assinado.

§ 1º Os documentos, cuja verificação de autenticidade esteja expressa e obrigatoriamente vinculada à consulta via internet deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, apresentados no seu ORIGINAL e PREFERENCIALMENTE em impressão a cores.

§ 2º Os fornecedores exclusivamente prestadores de serviços ficam DISPENSADOS da comprovação de inscrição no cadastro estadual de contribuintes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

§ 3º Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por **90 (noventa)** dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

3 – DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

3.1 O fornecedor que atender os requisitos acima elencados fará jus à expedição do **Certificado de Registro Cadastral – CRC**, o qual terá validade até 31 de dezembro de 2020.

4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As inscrições, nos termos do Artigo 34, § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, estarão permanentemente abertas aos interessados;

4.2. Os casos omissos serão analisados de conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.3. O CRC – Certificado de Registro Cadastral não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

4.4. Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição;

4.5. Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.

4.6. Para efeito de participação de Licitações, todas as certidões devem ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

4.7. A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Serra Alta, SC, preferencialmente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para as Tomadas de Preços, os que atenderem, até o terceiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

4.8. Para as empresas não cadastradas e que porventura participarem de processos licitatórios na Modalidade de Tomada de Preços, para habilitação prévia, além dos documentos exigidos no edital, deverá apresentar até o terceiro dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

4.9. O Município de Serra Alta, nos termos do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, reserva-se o direito de alterar, suspender ou cancelar o Registro Cadastral do fornecedor que deixar de atender as exigências elencadas no referido dispositivo legal, de acordo com o Artigo 37 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores.

4.10. É parte integrante deste Edital o Anexo Único – Cadastro Geral de Fornecedores (formulário para inscrição e/ou atualização cadastral).

4.11. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Serra Alta - SC, junto ao Centro Administrativo Municipal, localizado na Av. Dom Pedro II, 830, centro, nos dias úteis, nos horários mencionados no preâmbulo deste Edital ou pelo fone/fax (49) 3364 0092.

Serra Alta/SC, 02 de Janeiro de 2020.

MAURÍCIO LEONIR SONDA**OAB 54.175/SC****Aprovado pelo Departamento Jurídico****DARCI CERIZOLLI****Prefeito de Serra Alta**

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****CGC/MF Nº 80.622.319/0001-98**E-mail : compras@serraalta.sc.gov.br

Av. Dom Pedro II, 830 – Centro - 89.871-000 Fone (49) 3364.0092

**FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO
CADASTRO GERAL DOS FORNECEDORES**

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ CEP: _____ UF: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal: _____ Telefones para contato: _____

E-mail: _____

Ramo de Atividade: _____

SÓCIOS ADMINISTRADORES:

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ CEP: _____ UF: _____

Telefone para contato: _____ E-mail: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ CEP: _____ UF: _____

Telefone para contato: _____ E-mail: _____

REFERÊNCIAS BANCÁRIAS

Banco	Agência	Cidade	nº Conta	Telefone
-------	---------	--------	----------	----------

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

_____, _____ de _____ de 2020

(Carimbo CNPJ e Assinatura do Responsável)

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297728

DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL NILCE CECATO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado em função de Aposentadoria NILCE CECATO, portador do CPF nº022.126.029-36, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com Lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 02 de janeiro de 2020.

VANDERLEI GALLINA
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tangará

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PR 084/2019

Publicação Nº 2298103

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2019
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Corrigem-se as cláusulas referentes à forma de prestação dos serviços de manutenção do Pregão Presencial nº 084/2019, objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DO MUNICÍPIO.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 21/01/2020 até às 14h00min horas

Abertura dos envelopes: 21/01/2020 às 14h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 02 de Janeiro de 2019.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal de Tangará

Tigrinhos

PREFEITURA

ANEXO AO DECRETO 002/2020

Publicação Nº 2297597

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº02/2020.

ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (Conforme Art. 212 II da Lei Mun. Comp. 032/2014)

COTA ÚNICA	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
28/02/2020	15/02/2020	15/03/2020	15/04/2020	15/05/2020	15/06/2020	15/07/2020	15/08/2020	15/09/2020	15/10/2020	15/11/2020	15/12/2020	15/01/2021
	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.	PARC.

TLL – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA (Conforme Art. 251 § 2º da Lei Mun. Comp. 032/2014).

COTA ÚNICA
31/03/2020

IPU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Conforme Art. 132, I,II §I da Lei Mun. Comp. 032/2014)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
30/04/2020	30/04/2020	31/05/2020	30/06/2020

Obs. – Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados, o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2020.

DERLI ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CLEITON SOETHE
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 001/2020

Publicação Nº 2297592

DECRETO Nº 01/ 2020.

Art. 1º. Fica alterado o valor de UFRM corrigido em 3,3668 %, conforme índice do INPC acumulado nos últimos doze meses , na forma descrita pelo artigo 107 § único da Lei Complementar Municipal 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. O Valor da UFRM corrigido será de R\$ 2,85 (Dois reais e oitenta e cinco centavos) entrando em vigor no dia 02 de Janeiro de 2020.

Art.3º. Nos termos do artigo 132 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), poderá ser parcelado em 3 (três) vezes, vencendo a primeira em 30 de Abril, segunda em 31 de Maio e a terceira em 30 de Junho de 2020.

Art.4º. O IPTU, pago a vista terá desconto de 30% (Trinta Por Cento), conforme preceitua o Art. 132 § 4 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art 5º. O ISSQN FIXO, ALVARÁ SANITÁRIO e a TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO serão pagas a vista, em parcela única e sem desconto, com vencimento em 28 de Fevereiro de 2020, Conforme Artigo 251 § 2º da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art 6º. O ISSQN HOMOLOGADO deverá ser pago até o 15º dia do mês seguinte ao serviço prestado, conforme fixado no Artigo 212 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 7º. Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados, o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

Derli Antônio de Oliveira
Prefeito de Tigrinhos/SC

.....
Cleiton Soethe
Secretário de Administração e Fazenda
Registrado e publicado em data
supra e local de costume

DECRETO 002/2020

Publicação Nº 2297594

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

DECRETO Nº 02/ 2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2020, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º. As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências da Caixa Econômica Federal, Casas Lotéricas e agências Sicoob Credial, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias, ou na tesouraria da Prefeitura Municipal de Tigrinhos em casos devidamente justificados.

Art. 3º. Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2020, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014 , bem como à inscrição em Dívida Ativa para posterior cobrança

judicial.

Art. 4º. Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2020, considera-se como vencimento o dia 30/12/2020, dia do encerramento do expediente bancário de 2020. A partir do dia 31/12/2020 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2020.

Derli Antônio de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 003/2020

Publicação Nº 2297580

DECRETO Nº. 003/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

“APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA PREVISTA EM METAS MENSAS E BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO, COM VISTAS À COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA RECEITA E A EXECUÇÃO DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 13 E 8º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e conforme o que dispõe os artigos 13 e 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;

Considerando o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

Considerando que a programação da despesa pública continuada e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários,

DECRETA:
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 – Lei nº 956/2019, de 04 de Novembro de 2019, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Seção I Das Finalidades

Art. 2º. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

II - identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, "b" da mesma Lei;

VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no Art. 16, I;

c) da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

CAPÍTULO III

DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas como base no fluxo de arrecadações e de despesas divididos por 12 meses.

§ 1º. As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º. Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.

§ 3º. O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS

Seção I

Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 4º. As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

I - no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;

II - para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;

III - nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;

IV - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;

V - no pagamento da contribuição ao PASEP;

VI - no pagamento da dívida pública; e,

VII - no pagamento de sentenças judiciais.

Art. 5º. A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, "b" e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

Seção II

Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º. Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

Art. 7º. Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º. Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.

§ 2º. Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º. Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º. O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como as retenções de receitas efetuadas, deverão ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

Seção III

Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras

Art. 8º. Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 9º. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 10. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11. Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º, 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. A Secretaria da Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficarão responsáveis pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

Parágrafo único. A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

Art. 13. Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 15. Os Diretores deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

Parágrafo único. O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 952/2019, de 20 de agosto de 2019.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretaria Municipal quanto à sua pasta.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria da Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 004/2020

Publicação Nº 2297588

DECRETO MUNICIPAL Nº 004/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar através de REMANEJAMENTO de dotação Orçamentarias no valor de R\$ 4.600,00 (Quatro mil e seiscentos reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 2.007 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MODALIDADE: 3.1.71.00000 – Aplicações Diretas (15) R\$ 4.600,00

FONTE DE RECURSO: 000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 4.600,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 4.600,00 (Quatro mil e seiscentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentarias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 2.007 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MODALIDADE: 3.3.90.00000 – Aplicações Diretas (19) R\$ 4.600,00

FONTE DE RECURSO: 000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL 4.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

DECRETO 104/2019

Publicação Nº 2297575

DECRETO Nº. 104, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 924, de 24 de Outubro de 2018 – Lei Orçamentária Anual DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.877,11 (Três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

PROJ./ATIV.: 0.002 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP

MODALIDADE: 3.3.90.00000 – Aplicações Diretas (229) R\$ 3.877,11

FONTE DE RECURSO: 05301 – Cessão Onerosa – LEI Nº 13.885/2019

TOTAL R\$ 3.877,11

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 3.877,11 (Três mil oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos) de que trata o artigo 1º do presente decreto fica utilizado o excesso de arrecadação da Cessão Onerosa – Lei 13.885/2019.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de 31.12.2019.

Tigrinhos SC, 31 de dezembro de 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 002/2020

Publicação Nº 2297885

PORTARIA Nº. 002/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 062/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados:

Nome:	Matricula:	Período de Aquisitivo	Período de Concessão
Adão Cesar Ganzer	438/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Adriano Bialozor	611/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 17/01/2020 (16 dias).
Andrenize Cristina Rossa Lunkes	626/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Antonio Braga	496/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Ari Maggi	678/01	Março a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Camila de Oliveira Bach	673/01	Fevereiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 28/01/2020 (27 dias).
Clair José Backes	583/17	Janeiro a Dezembro 2018	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Claudia Rodrigues Hirscheiter	326/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Claudete Manfrin	407/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Cleoni Maria Schabarum Cassol	254/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Cleoni Azeredo Buzatto	258/04	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Cleoni Pinno Hemsing	684/01	Abril a Dezembro 2019	02/01/2020 a 23/01/2020 (22 dias).
Cleonice Kepsele	654/01	Fevereiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 17/01/2020 (16 dias).
Daniel Lapazini	469/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Elesandra Kluge	437/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Eliane Miorando	50/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Elisiani Janara Neu	583/08	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 16/01/2020 (15 dias).
Elizandra Makoski Badia	348/02	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Elizete Marafon Ganzer	416/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Emilia Janete Dias Maciel	500/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Fabiana Grando	354/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Franciele Ballestreri Broetto	517/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Gilberto Cybulski	583/14	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Gilmar Stieler	430/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Gleudson Marcos Neu	488/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Guriel Marcelo Gotardo	471/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Isaias Porfirio	428/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Ivandro Stieler	655/01	Fevereiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 28/01/2020 (27 dias).

Ivete Teresinha Engelmann	424/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Izoldi Avani Zilke	583/30	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Jacinta Artemizia Gotardo	251/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Janaina Raquel Provin Lowis	257/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 16/01/2020 (15 dias).
Jane Sirlei Timm Andretta	370/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Jardel Rossatto	364/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Jerry Adriani Butzke Schirmer	583/15	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Jose Alair da Rosa Lucateli	245/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
José Nelson Alves da Silva	562/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Juliana de Souza	353/02	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Julio Duarte de Borba	561/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Jusiana do Prado	606/01	Março a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Laine Terezinha Bottega Manfrin	383/02	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 21/01/2020 (20 dias).
Luciane Wilsmann Soethe	329/02	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Maraisa de Vargas	301/03	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Márcia Adriani de Oliveira	286/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Márcia Adriani de Oliveira	286/04	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Márcia Regina Provin de Souza	302/03	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Mari Lúcia Heinsch Moser	687/01	Abril a Dezembro 2019	02/01/2020 a 23/01/2020 (22 dias).
Marinês Kirten da Silva	435/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Marisa Knak Correa	262/04	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Marizete Marafon Ganzer	347/02	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 26/01/2020 (25 dias).
Nelson Teske	406/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Romaldo Schirmer	518/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Rudinei Kuhn	610/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 11/01/2020 (10 dias).
Simone Cibulski	474/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Simone Lamb Neu	686/01	Abril a Dezembro 2019	02/01/2020 a 23/01/2020 (22 dias).
Vanderlei da Rosa	656/01	Fevereiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 28/01/2020 (27 dias).
Vanir Stieler	504/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).
Volnei Anoralino da Silva	463/01	Janeiro a Dezembro 2019	02/01/2020 a 31/01/2020 (30 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 003/2020

Publicação Nº 2297886

PORTARIA Nº. 003/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. JONAS CLEOMAR GRASS, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 583/25, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 004/2020

Publicação Nº 2297887

PORTARIA Nº. 004/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. ORIDES BRAMBILA, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 583/09, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 005/2020

Publicação Nº 2297888

PORTARIA Nº. 005/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. CLEITON DA SILVA, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 413/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 006/2020

Publicação Nº 2297889

PORTARIA Nº. 006/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. LEANDRO DA SILVA, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 402/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 007/2020

Publicação Nº 2297890

PORTARIA Nº. 007/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. IVONIR TRINDADE DE VARGAS, Operador, Efetivo, Matrícula nº. 250/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2018, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 008/2020

Publicação Nº 2297891

PORTARIA Nº. 008/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. JOSE ODAIR SOARES, Mecânico, Efetivo, Matrícula nº. 81/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2016, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 009/2020

Publicação Nº 2297892

PORTARIA Nº. 009/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA BEDUSCHI MATTEI, Psicóloga, Efetiva, Matrícula nº. 608/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 11 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,

ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 010/2020

Publicação Nº 2297893

PORTARIA Nº. 010/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. LILIAN SANTIN, Contadora, Efetiva, Matrícula nº. 357/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 011/2020

Publicação Nº 2297894

PORTARIA Nº. 011/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE PISSATTO, Controle Interno, Efetiva, Matrícula nº. 358/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 012/2020

Publicação Nº 2297895

PORTARIA Nº. 012/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 062/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. ROSELI TERESINHA BUZATTO DE CAMPOS, Diretora Geral de Escola, Efetiva, Matrícula nº. 269/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de Janeiro de 2020 a 21 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de janeiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Publicação Nº 2297583

Exercício de 2020

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município: TIGRINHOS

[illegible]

Exercício de 2020

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Exercício de 2020

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município: TIGRINHOS

	Código	Especificação	Janeiro Previsão	Fevereiro Previsão	Março Previsão	Abril Previsão	Maió Previsão	Junho Previsão	Julho Previsão	Agosto Previsão	Setembro Previsão	Outubro Previsão	Novembro Previsão	Dzembro Previsão	Total Previsão
	14.19.90.0.0.0.0.0.	Demais Receitas Correntes	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,46	2.620,86
	14.19.90.99.0.0.0.0.0.	Otras Recotas	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,46	2.620,86
	14.19.90.99.1.0.0.0.0.	Otras Recotas - Primárias	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	218,46	2.620,86
	14.19.90.99.1.1.0.0.0.	Otras Recotas - Primárias - Princio	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,51	546,01
	14.19.90.99.1.2.0.0.0.	Otras Recotas - Primárias - Mullas	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,72	764,42
	14.19.90.99.1.3.0.0.0.	Otras Recotas - Primárias - Divida	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	45,51	546,01
	14.19.90.99.1.4.0.0.0.	Otras Recotas - Primárias - Divida	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	63,72	764,42
	42.0.0.0.0.0.0.0.0.	Recotas de Capital	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.0.0.0.0.0.0.0.	Alienação de Bens	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.0.0.0.0.0.0.	Alienação de Bens Móveis	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.3.0.0.0.0.0.	Alienação de Bens Móveis e Semovient	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.3.0.1.0.0.0.	Alienação de Bens Móveis e Semov	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	Alienação de Bens Móveis e Semov	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	Alienação de Bens Executivo	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,17	7.280,13	87.362,00
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS AI	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,79	-2.388.515,35
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,96	-199.042,79	-2.388.515,35
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÔES	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA E IMPOSTOS	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)impostos Especificos de Estados/DF	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)impostos sobre o Patrimônio para i	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,63	-35.911,45
	42.2.1.3.0.1.1.0.0.	(R)imposto sobre a Propriedade Prec	-2.992,62	-2.992,62	-2.992,62										

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
 Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: TIGRINHOS

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maio Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.0	Deudação da Receita de IPI - FI	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-749,37	-6.992,38
TOTAL GERAL PREVISTO:		1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,75	1.088.039,65	13.056.476,90

TIGRINHOS, 02/01/2020

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADOR(A) CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

ANEXO II AO DECRETO 003/2020

Publicação Nº 2297586

Exercício de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto
														Realizado
														Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	954.482,94	11.453.802,94
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	565.406,71	6.784.883,03
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	2.138,87	25.666,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	563.267,84	6.759.216,47
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	389.076,23	4.688.919,91
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas e	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	9.555,21	114.862,62
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	737,63	8.854,05
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	364.704,72	4.376.461,51
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opanti	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	14.078,47	168.941,73
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	723.655,22
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	60.304,48	723.655,22
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	60.221,15	722.655,22
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
	Total Geral	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	1.019.787,42	12.237.465,16

TIGRINHOS, 02/01/2020

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRCSC 24.692/O-8

LUCIANE PESSATO
CONTROLE INTERNO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002-2020

Publicação Nº 2298664

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020

No dia 2 do mês de Janeiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2019, Processo Licitatório nº. 61/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM VALIDADE PARA DOZE MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3995	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	2, 3, 9, 12, 13, 16, 21, 26, 30, 34, 44, 48, 59, 62
3994	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	4, 7, 14, 20, 22, 23, 32, 35, 36, 40, 50, 53, 57, 61, 63
2110	ARJ COMERCIO DE GAS LTDA	5, 60
3323	SCS COMERCIO LTDA	1, 6, 8, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 64, 65, 66

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	12.144.365/0001-79	DIRLEI JOSÉ PALOSCHI	796.022.159-68
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	16.738.785/0001-34	CLEITON KAMINSKI	075.669.709-33
ARJ COMERCIO DE GAS LTDA	10.336.144/0001-77		
SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM VALIDADE PARA DOZE MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITARIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2110 - ARJ COMERCIO DE GAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	AGUA MINERAL NATURAL: conteúdo bombona de 20 litros, SEM GÁS, embalagem contendo informação da fonte, nutricionais e data de validade.	UN	DANFERRAN	35,000	12,0000	420,00
60	RECARGA DE GAS - 13KG, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN		20,000	86,0000	1.720,00

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI PÉROLA: Com polpa intacta e limpa, compacta, firme, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, pesando exatamente entre 1 a 1,5 kg, aroma e sabor da espécie, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, danos físicos, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e/ou qualidade. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. De colheita recente, com acondicionamento em caixas devidamente higienizadas.	UN	REAL	90,000	5,7500	517,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 2/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ALHO (100GR) - novo, grupo roxo, subgrupo nobre, tipo especial, classe 4, de primeira qualidade, limpo, não deverá apresentar problemas de coloração não característica, estar machucado, brotamento, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos a casca embalados de acordo com solicitação. Acondicionado em embalagem plástica resistente e especial para alimentos, com identificação do fornecedor e prazo de validade. Embalagens de 100 gramas.	UN	REAL	50,000	4,4000	220,00
8	AMIDO DE MILHO- Produto deve seguir as seguintes características: amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar umido, fermentado ou rançosos. Sob a forma de pó. Acondicionado em embalagens plásticas atóxicas e íntegras, resistentes com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Embalagens de 1 kg cada. Com registro no órgão competente.	KG	VALAR	50,000	4,7500	237,50
10	BANANA PRATA: Semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas/ rupturas e/ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em pencas íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	200,000	3,8500	770,00
11	BATATA MONALISA: escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial (de 45 a 85mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 a 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1kg em cada pacote, resistente e com etiquetas constando peso e fornecedor.	KG	REAL	200,000	4,4000	880,00
15	CAFÉ SOLÚVEL - Solúvel, granulado, em embalagem de vidro com peso líquido de 200g, com tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura, com 100% de pureza. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento insatisfatório, misturas e peso insatisfatório. Deve ter sabor característico. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega. Apresentar o selo da ABIC. Ingredientes: 100% café. O ÚNICO COM Subtipo: tradição, matinal, descafeinado.	UN	NESCAFÉ	100,000	13,5000	1.350,00
17	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDO - De 1ª qualidade, a carne deve ser de patinho ou coxão mole com 3 a 4% de gordura, em pacotes de 1 kg. Congelada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Em embalagem de plástico transparente e resistente, especial para alimentos, intacta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Não serão recebidos pacotes congelados pingando sangue.	KG	FRIOESTE	150,000	22,8000	3.420,00
18	CEBOLA: Classe média (4), tipo especial, podendo ser "graúda" deve possuir diâmetro maior ou igual a 75 mm e menor ou igual a 90 mm, pesando entre 100 g a 200 g a unidade. Não serão tolerados os defeitos externos e internos, que prejudiquem o consumo: Brotado, dano mecânico, manchas escuras, ausência de catafilos e podre. Não será tolerado na cebola íntegra a ausência de catafilo (pelada). O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, nova e não murcha.	KG	REAL	40,000	4,1500	166,00
19	CENOURA: lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. De colheita recente.	KG	REAL	40,000	4,1500	166,00
24	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA - Colorífico em pó fino, de coloração avermelhada e sem presença de sujidade ou materiais estranhos, embalagem de polietileno, transparente, resistente. Produto obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio. Ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum. Deverá conter validade de 06 a 12 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e data de validade. Entregue em pacotes de 500 g.	PCT	DAJU	20,000	4,5500	91,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NATA): Homogeneizado. Embalagem em potes (pet) de plástico, contendo 300 gramas, não será aceito em embalagem plástica. Composição: Gordura láctea: mínimo 45%. Características sensoriais: Cor: branca ou levemente amarelada. Sabor e odor: característicos, suaves, não rançosos nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Textura: firme, untuosa, com bom espalhamento. Aparência: brilhante, sem apresentação de grumos, sem soro aparente. A rotulagem deverá conter todas as informações nutricionais, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega do produto.	pt	FRIZZO	150,000	5,9000	885,00
27	CUCA RECHEADA: Produzida de forma artesanal, de 1ª qualidade, com recheio de sabores diversos (doce de leite/chocolate/ uva/ framboesa), a pedido do cliente, tamanho DE FORMA DE BOLO. Íntegra e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. Produzida no máximo um dia antes da entrega. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico específica para alimentos, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a informação nutricional de acordo com a legislação vigente.	UN	SCS	200,000	8,0000	1.600,00
28	DOCE DE LEITE: tradicional, embalagem com 350gramas. Marca Referência: Tirol.	UN	DASERRA	100,000	5,3000	530,00
29	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO PARA SORVETE, BOLOS, EMBALAGEM DE 200GR.	UN	SELECTA	12,000	10,0000	120,00
31	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - Tipo I. Pacotes de 5 kg, fortificada com ferro e ácido fólico. Contendo 100% trigo, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Os rótulos devem conter as instruções de fabricação de no máximo 30 dias e prazo de validade de no mínimo 6 meses, lote do produto e tabela com informações nutricionais.	PCT	AURIVERDE	80,000	12,9000	1.032,00
33	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: O produto deverá apresentar as seguintes características: fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. Lata de 250 gramas. Deverá conter vedação entre a tampa e o produto. A embalagem deverá estar intacta, sem ferrugem/ amassada e/ou vazamento. Com data de fabricação, lote do produto e prazo de validade de no mínimo 4 meses. Não deverá conter glúten. Ingredientes: amido de milho geneticamente modificado, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com tampa medidora. Indústria Brasileira e com registro nos órgãos competentes.	LAT	APTI	70,000	6,2000	434,00
37	GRANOLA TRADICIONAL - Embalagem de 1 kg Ingredientes: Flocos de aveia, flocos de milho, melado de cana, uva passa, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), açúcar mascavo, fibra de trigo, flocos de cereais, extrato de malte, coco ralado, gergelim, mix de vitaminas e minerais (cálcio, vitaminas C, B3, E, zinco, vitaminas B2, B6, B1, B5, A e D) e aroma. ALÉRGICOS: CONTÉM AVEIA E DERIVADOS DE TRIGO E DE CEVADA. PODE CONTER CENTEIO, AMÊNDOA, AMENDOIM, CASTANHA DE CAJU, CASTANHA DO PARÁ, AVELÁ, MACADÂMIA, NOZ, PECÁ, PISTACHE, PINOLI, CASTANHAS E SOJA. CONTÉM GLÚTEN. Adicionado de 10 vitaminas e minerais, Rico em fibras, Baixo teor de gorduras saturadas, 0% gordura trans, Baixo teor de sódio. Marca Referência: Jasmine.	KG	NATURALE	50,000	18,4000	920,00
38	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) - Descrição do produto: elaborado a partir de leite pasteurizado, adicionado de soro de leite, polpa de fruta e ingredientes naturais. Contendo 1 litro. Embalagem de polietileno, contendo data de fabricação, lote e validade e informações nutricionais.	LT	UNIBABY	300,000	5,3500	1.605,00
39	LARANJA BAHIA PARA SUCO: Características Gerais: De 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras, murcha, sem defeitos físicos ou dano mecânico. A polpa deve estar intacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Deve ser fresca, atingido o grau máximo ao tamanho (médio), aroma, cor e sabor próprio da espécie e variedade. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Livre de resíduos de fertilizantes. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	150,000	3,5000	525,00
41	LEITE INTEGRAL UHT - Características Técnicas: Leite integral fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema UHT (Ultra High Temperature) com fiscalização permanente. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 litro. Embalagem tetra pack. Deverá trazer as informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não deverá apresentar sujidade, corpo estranho ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou que não seja característico do produto. Prazo de validade: Mínimo de 120 dias. Marcas de referência: Aurora, Piracanjuba ou de melhor qualidade.	LT	REALTA	450,000	3,1000	1.395,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	MAÇÃ FUJI: Categoria 1, ou seja, as frutas deverão ser fisiologicamente desenvolvidas, com tolerância de defeitos muito leves, que não prejudicam as características próprias das frutas e coloração tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato. Com polpa intacta e firme, apresentando, tamanho e coloração uniforme. Não deverá conter manchas, pancadas, bolores, sujidades, ferrugem, sardas e/ou granizadas, murchas, ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. Acondicionamento em caixas devidamente higienizadas. Tamanho de 100 a 125, encarteladas.	KG	REAL	250,000	5,8000	1.450,00
43	MAMÃO FORMOSA DOCE: Com 80 a 90% de maturação, classificado tipo exportação. Integro, sem manchas e mofo, sem rupturas e/ou pancadas na casca, devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formados, limpos, ou seja, com brilho livre de sujidades, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Deverá ser embalado individualmente em sacos específicos para este fim. No pacote deverá estar impresso a informação nutricional e dados do fornecedor.	KG	REAL	250,000	5,7000	1.425,00
45	MASSA PARA PASTEL - Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, óleo de soja, sal, açúcar, corante natural de urucun e conservadores: sorbato de potássio e propionato de cálcio. Contém Glúten. Alérgicos: Contém Derivados de trigo e soja. Embalagem de 500 gramas. Validade Mínima de 60 dias.	PCT	ESPANHOL	150,000	5,5000	825,00
46	MASSA TIPO ESPAGUETE ARTESANAL- A base de farinha de trigo e farinha integral, fabricada em padaria. A embalagem deverá conter rótulo com nome do fornecedor, peso, data de fabricação e validade e informação nutricional. NÃO SERÁ aceito massa industrializada, somente artesanal. Embalagens de 500 gramas.	PCT	ESPANHOL	150,000	7,5000	1.125,00
47	MEL DE ABELHA - Natural, puro, sem conservantes e aditivos. Embalagem de 1 kg em potes PET ou vidro. Produto sem presença de edulcorantes, aromatizantes, conservantes, corantes, espessantes ou sintéticos bem como corretivos de acidez. Produto registrado no Ministério da Agricultura, inspecionado. Deve constar tabela de informação nutricional e todas as informações obrigatórias da embalagem, data de envase e prazo de validade de pelo menos 11 meses a contar da data de entrega do produto.	KG	ACA	20,000	29,5000	590,00
49	MELANCIA: Características Gerais: De Primeira qualidade, pesando 10 kg cada fruto. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, livre de resíduos de fertilizantes. Aspecto característico, com ausência de fissuras e/ou rachaduras. Devem ser frescas e uniformes, cor e sabor próprios da espécie. A polpa deve estar intacta e firme.	KG	REAL	300,000	2,5000	750,00
51	MILHO VERDE EM CONSERVA: Embalagem contendo peso líq. 200 g. Características organolépticas: cor amarela, odor e sabor característico do produto e textura macia. Na embalagem deve constar, data de fabricação e validade. Informações nutricionais: Prazo de validade 24 meses a partir da entrega.	LAT	TRADELI	50,000	2,8500	142,50
52	MINI PIZZA ARTESANAL - Ingredientes Massa: farinha de trigo, ovos, açúcar, sal, banha, fermento. Pré assada. Sabores sortidos: frango, calabresa, milho verde, mussarela. Embalada em bandejas de isopor contendo 08 unidades em cada bandeja. Cada mini pizza precisa ter um diâmetro em média de 30cm. Na embalagem deverá conter rotulagem com data de fabricação, prazo de validade, nome do fornecedor, peso líquido, sabores e informação nutricional.	UN	SCS	200,000	17,9000	3.580,00
54	OVOS - Ovos de galinha caipira, vermelhos, médios, fresco, casca firme, intacta, lisa e limpa. Não deve apresentar rachadura/trincado. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica. Deverá estar devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Possuir registro nos órgãos de Inspeção sanitária. Validade de no mínimo 20 dias a partir da entrega do produto.	dz	REAL	300,000	6,4500	1.935,00
55	PÃO DE CACHORRO QUENTE E PÃO FRANCÊS: Ingredientes: farinha de trigo especial, gordura vegetal, água, açúcar, sal, fermento biológico. Cada unidade contendo 50 gramas aproximadamente, com tamanho regular, superfície macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Deverão ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro, não amassado, murcho e umedecido. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação com no máximo 2 dias antes da entrega, prazo de validade e informações nutricionais.	KG	SCS	250,000	11,8000	2.950,00
56	PÃO DE FORMA FATIADO: Pão de forma de massa leve, farinha de trigo /fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca, fatiado. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas. Embalagens com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deverá conter nome do produto, informação nutricional, com data de fabricação recente e validade do produto.	UN	SCS	100,000	7,0000	700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
58	PRESUNTO COZIDO - SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO. PESO LÍQUIDO bandejas de 200 gramas. Ingredientes: Puro Pernil Suíno, água (21,42%, sal, proteína de soja (1,99%), açúcar, regulador de acidez: Lactato de sódio (INS 407), espessante: carragena (INS 407), estabilizante, tripolifosfato de sódio (INS45 li), realçador de sabor, glutamato monossódico (INS621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS316), corante natural: carmin de cochonilha (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250), aroma idêntico ao natural de : cravo, canela, pimenta vermelha, noz noscada, limão, laranja, gengibre páprica. Com valor energético de 40 kcal para 40 gramas. Marca referência: Aurora.	UN	AURORA	300,000	6,4000	1.920,00
64	SORVETE - Tipo copo Sundae, especificações dos sabores: Sorvete sabor morango com cobertura de morango e amendoim. (morango) Sorvete de chocolate com cobertura de chocolate e granulado (brigadeiro). Sorvete de chocolate, sabor nata e chocolate com cobertura de chocolate (napolitano), Sorvete sabor nata com flocos de chocolate (flocos). Caixas fechadas contendo 30 unidades dos sabores acima descrito. MARCA REFERÊNCIA: diêlo.	CX	SORVETONE	7,000	130,0000	910,00
65	TEMPERO VERDE - MAÇO (cebolinha verde e salsinha) - fresco, de primeira qualidade; tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Isento de sujidades, insetos, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Em maços com peso mínimo de 150 g.	UNI	REAL	50,000	3,8000	190,00
66	TOMATE: paulista, grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não devesse ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passados e feridos. Os produtos deverão estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente com etiquetas constando o fornecedor.	KG	REAL	120,000	5,9000	708,00

Fornecedor: 3994 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AÇÚCAR REFINADO: branco, 1ª qualidade, contendo sacarose, peneirado, originário do suco de cana, livre de fermentação, isento de matérias terrosas parasitas e detritos de animais e vegetais, rotulada de acordo com a legislação vigente. Embalagem plástica, primária transparente, incolor, resistente com solda reforçada, vedado hermeticamente, contendo 5kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto e data de validade mínima de 12 meses. Pacote contendo 5kg.	PCT	duçula	70,000	13,8000	966,00
7	AMENDOIM BRANCO: naturalmente rico em proteínas, grupo descascado, subgrupo selecionado (moreirado) classe médio tipo 1, peso líquido 500gramas, controle de qualidade PROAMENDOIM - ABICAB.	PCT	daju/carol	80,000	4,8900	391,20
14	BISCOITO INDUSTRIALIZADO SALGADO TIPO CRACKER: 370GRAMAS, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante, lecitina de soja, fermento químico, bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. Pacote com 370 gramas. Contém Glúten. Alérgicos: contém cevada, derivados de soja e de trigo. Pode conter aveia, centeio e leite. Marca referência: Isabela.	PCT	prodasa	120,000	5,3000	636,00
20	CHÁS: ERVA DOCE, ENDRO E CAMOMILA - EMBALAGEM COM 30 GRAMAS.	UN	folle	80,000	4,3500	348,00
22	CHOCOLATE GRANULADO: específico para cobertura, ao leite. Embalagem de 01kg.	KG	apti	150,000	11,8500	1.777,50
23	COCO RALADO: desidratado e parcialmente desengordurado, extra fino, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR, embalagens de 100 gramas.	PCT	apti	150,000	5,3000	795,00
32	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - Levedura Instatânea. Embalagem com 125 gramas. Ingredientes: Fermento natural (Saccharomyces cerevisie), agente de rehidratação monoestearato de sorbitano E-491. Não Contém Glúten.	UN	apti	15,000	4,4000	66,00
35	FILÉ DE PEITO DE FRANGO: congelado, em embalagens plásticas resistentes, transparentes. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses a partir da data de entrega, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF.	KG	aurora	100,000	12,9400	1.294,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 6/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3994 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	GELATINA EM PÓ - Em pó de diversos sabores, embalagem de polietileno, contendo 1 kg. Ingredientes: Açúcar cristal, gelatina em pó comestível, acidulante (ácido fumárico), sal, aromatizante (aroma natural do sabor), e corantes artificiais amarelo tartrazina, amarelo crepúsculo, azul indigotina. Não conter glúten. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	KG	apti	40,000	15,9500	638,00
40	LEITE CONDENSADO: tradicional, embalagem de 395gramas.	UN	piracanjuba	200,000	3,9000	780,00
50	MILHO PARA PIPOCA: Embalagem de 500 gramas, pipoca premium, tipo 1, grãos in natura. Registro em órgão competente.	PCT	daju	50,000	2,9000	145,00
53	OLEO DE SOJA REFINADO: embalado em garrafas pet, contendo 900 ml, limpas, bem lacradas, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Devem ser entregues em caixas de papelão resistentes com 20 unidades pets.	UN	cocamar/coarr	100,000	4,3900	439,00
57	POLVILHO AZEDO - Sem glúten, 100% mandioca e deve estar IMPRESSO NA EMBALAGEM. Produto livre de substâncias terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais ou vegetais. Embalagem de 500 g, polietileno atóxico, com data de fabricação e prazo de validade, deverá estar íntegro, sem rupturas, pacotes limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deve conter informação nutricional e registro nos órgãos competentes.	PCT	prata	150,000	4,6500	697,50
61	REQUEIJÃO CREMOSO - Linha Profissional - Peso Líquido de 400 gramas, sachê, o único com embalagem STAND POUCH UP. Com Textura cremosa, lisa e brilhante. Produto apresenta leite pasteurizado através da avançada tecnologia. Apresenta sabor suave, levemente salgado e consistência cremosa.	UNI	aurora	100,000	9,4800	948,00
63	SALSICHA HOT DOG - Embalado a vácuo, embalagens de 500 gramas. Ingredientes: Carne mecanicamente separada de ave (frango), água (12,54%), pele de ave (frango), proteína de soja (4,00%), gordura suína, carne de frango, carne suína, sal, fécula de mandioca (1,64%), glicose, açúcar, regulador de acidez: lactato de sódio (INS 325), estabilizantes: tripolifosfato de sódio (INS 451i), pirofosfato dissódico (INS 450i), hexametáfosfato de sódio (INS 452i), espessante: carragena (INS 407), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), aromas idênticos aos naturais de: cebola e salsa, aromas naturais de: fumaça e pimenta-vermelha, corantes naturais: carmim de cochonilha (INS 120) e urucum (INS 160b) e conservante: nitrito de sódio (INS 250). Com Registro no Ministério da Agricultura, contendo registro de inspeção federal, Informação Nutricional, Peso Líquido, Data de fabricação e prazo de validade com no mínimo 60 dias a contar da data de entrega.	UNI	nobre	100,000	9,4400	944,00

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AÇÚCAR DE BAUNILHA - Açúcar refinado, aroma idêntico ao natural de baunilha. Indústria Brasileira. Pacotes contendo 500 gramas. Deve conter data de fabricação, prazo de validade, lote do produto.	PCT	INCAS	20,000	6,7000	134,00
3	AÇÚCAR MASCADO - Açúcar mascavo, pacotes de 1 kg, derivado de cana-de-açúcar, aspecto, cor e aparência próprio, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais. Acondicionado em embalagens plásticas atóxicas íntegras, resistentes com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Normas do produto devem estar de acordo com ANVISA, SIF e INMETRO.	KG	Z E L	100,000	12,8000	1.280,00
9	AVEIA EM FLOCOS FINOS - Embalagem com 200 g. A embalagem deve estar devidamente lacrada, intacta, não deve estar amassada ou rasgada, dentro do prazo de validade. O prazo de validade deve ser maior que 6 meses a partir da data de entrega. Deve apresentar coloração clara e grânulos soltos, ou seja, sem sinais de umidade e sujidades, livre de insetos, fungos e matéria terrosa. A embalagem deve conter: Indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente.	PCT	SOBERANA	200,000	4,2000	840,00
12	BATATA PALHA TRADICIONAL: embalagem de 500gramas. Ingredientes: batata, óleos vegetais, sal, fécula de batata ete dióxido de silício. Embalagem contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no órgão competente. Pacote c/ 500gramas.	PCT	FRITEI	100,000	10,8000	1.080,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 7/12
 Processo Nº.: 61/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	BISCOITO INDUSTRIALIZADO DOCE TIPO MARIA - PCT 400GRAMAS: ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido de milho, sal refinado, fermento químico, melhorador de farinha. Pode conter traços de cacau, leite e amendoim. Contém Glúten.	PCT	DIANA	120,000	5,4000	648,00
16	CANELA EM PÓ - Produto deve apresentar as características sensoriais de acordo com o produto, canela in natura, provenientes de cascas sãs, limpas e secas, em forma de pó fino. Acondicionada em embalagens plástica (Pote Pet), vedadas hermeticamente. Isentas de sujidades e contaminações físicas. Peso líquido de 30 gramas. Embalagem contendo informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. Não deverá conter glúten. Registro no órgão competente. Indústria Brasileira. Marca de referência: Apti ou de melhor qualidade.	pt	INCAS	50,000	2,4500	122,50
21	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL - NÃO PODE SER ACHOCOLATADO - TEM QUE SER CACAU EM PÓ. Ingredientes básicos: cacau em pó com açúcar. Deverá conter no mínimo 50% de cacau em pó. Não deverá apresentar (problemas com homogeneidade, diluição inadequada, excesso de açúcares, misturas inadequadas ao produto). Presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração não característica. Embalagem apropriada e hermeticamente fechada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Validade mínima de 5 meses contados a partir da data recebida, demais condições de acordo com as normas da (ANVISA, SIF, INMETRO). ISENTO DE LACTOSE E SOJA.	KG	QUALICAU	40,000	25,7500	1.030,00
26	CREME DE LEITE UHT HOMOGENEIZADO: NÃO É NATA, padronizado a 17% de gordura, leite em pó desnatado, espessantes celulose microcristalina, carboximetilcelulose sódica, goma xantana e carragena e estabilizante citrato de sódio. Embalagem de 200gramas.	UN	AMANHECER	200,000	2,8500	570,00
30	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - ILEX PARAGUAIENSIS, 01 KG, NATURAL, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS, E, PRAZO DE VALIDADE.	PCT	LAÇO DO MA	80,000	9,7000	776,00
34	FILÉ DE COXA SOBRECOXA DE FRANGO: congelada, firme e sem manchas, peça lisa e com coloração clara, sem excesso de gelo, com embalagem plástica transparente, resistente e atóxica, limpa, não violada, que garanta a integridade do produto. Devem estar congeladas, livres de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir alguma alteração. Odor e sabor próprios. Sem sujidades, apenas a carcaça. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	KG	CANÇÃO	80,000	13,7900	1.103,20
44	MARGARINA - Produto obtido de óleos vegetais líquidos hidrogenados, com sal, de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada com no mínimo 65% de lipídios. Embalagem intacta em potes de polietileno. Embalagem contendo 500 g. Prazo de validade mínimo 6 meses. Data de fabricação máxima de 30 dias. Marca de referência: becel ou de melhor qualidade.	pt	DORIANA	50,000	5,4000	270,00
48	MELADO BATIDO NOVO COLONIAL - produto natural à base de cana-de-açúcar, batido. ISENTO DE EMUSTAB. Embalagem de 1 kg, plástica (pet) com tampa, lacrada. Rotulagem de acordo com a legislação. Na embalagem deve constar data de fabricação e prazo de validade.	KG	NONO FELICI	20,000	14,9000	298,00
59	QUEIJO MUSSARELA: de 1ª qualidade. FATIADO Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, coalho, cloreto de cálcio. Embalagem original contendo 1 kg, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima de 30 dias. Registro SIE ou SIF.	KG	TERRA VIVA	120,000	26,9500	3.234,00
62	SAL MARINHO - iodado. Características técnicas: não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: mínimo de 11 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	MARINHO	15,000	3,4500	51,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 8/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 9/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 10/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 11/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOSPágina: 12/12
Processo Nº.: 61/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 2 de Janeiro de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	CNPJ: 12.144.365/0001-79	_____
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	CNPJ: 16.738.785/0001-34	_____
ARJ COMERCIO DE GAS LTDA	CNPJ: 10.336.144/0001-77	_____
SCS COMERCIO LTDA	CNPJ: 13.995.853/0001-52	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003-2020

Publicação Nº 2298677

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/6
 Processo Nº.: 60/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2020

No dia 2 do mês de Janeiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 38/2019, Processo Licitatório nº. 60/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE COMBUSTÍVEL E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
91	DANIEL L DREWS EIRELI	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DANIEL L DREWS EIRELI	01.622.771/0001-83	DANIEL L. DREWS	022.336.429-02

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE COMBUSTÍVEL E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 91 - DANIEL L DREWS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Combustível Gasolina Comum	LT	RODOIL	37.000,000	4,6900	173.530,00
2	Combustível Óleo Diesel B S10	LT	RODOIL	130.000,000	3,8500	500.500,00
3	Reagente Arla 32 - Galão c/ 20 Litros - solução a 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, não tóxica e de manuseio seguro.	GL	LUBRARLA	36,000	77,0000	2.772,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 2/6
Processo Nº.: 60/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/6
Processo Nº.: 60/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/6
Processo Nº.: 60/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/6
Processo Nº.: 60/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 6/6
Processo Nº.: 60/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 2 de Janeiro de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DANIEL L DREWS EIRELI

CNPJ: 01.622.771/0001-83 _____

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATOS DE 2020**

Publicação Nº 2298712

MINUTA DO CONTRATO Nº 01/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADA: Empresa MHNET Empreendimentos

VALOR: R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais) (anual)

OBJETO: prestação de serviço, de acesso à rede mundial de computadores (Internet), Banda Larga empresarial 15 MBPS, que a CONTRATADA colocará à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, com possibilidade de acesso a outros endereços eletrônicos nesta rede, durante todo o prazo deste contrato, conforme Plano de Acesso RÁDIO, optado pelo contratante.

DATA DA EMISSÃO: 02/01/2020

VENCIMENTO: 31/12/2020

Dejalma Santos Miorando – Presidente

MINUTA DO CONTRATO Nº 02/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADO: Irineu José Sperandei

VALOR: R\$ 895,00 (oitocentos e noventa e cinco)

OBJETO: Locação de sala comercial, para instalação da Sede da Câmara de Vereadores.

DATA DA EMISSÃO: 02/01/2020

VENCIMENTO: 31/12/2020

Dejalma Santos Miorando- Presidente

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

ERRATA EXTRATO CONTRATO SAMAE N. 2/2020 - SICOOB/CREDISULCA

Publicação Nº 2298679

Estado de Santa Catarina
SAMAE de Timbé do Sul
Rua Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172
e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

ERRATA (correção da publicação feita ontem dia 02.01.2020, onde o nome da contratada saiu errado)

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 02/2020

Processo: 02/2020

Data: 02 DE JANEIRO DE 2020.

OBJETO: Cobrança de faturas não compensável, bem como fazer débito automático, via sistema, sem emissão de fatura papel que entre si fazem o serviço autônomo municipal de água e esgoto – SAMAE do Município de Timbé do Sul-SC e a Cooperativa de Credito Rural Sul Catarinense., através de suas agências.

Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, o SAMAE pagará ao Banco tarifa nas seguintes bases:

R\$ 2,00 (Dois reais) para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento, através da internet, através dos caixas nas agências bancárias e também por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento e através da internet.

Contratada: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL SUL CATARINENSE, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS.

Prazo: 12 (doze) meses a partir da data da assinatura até 02.01.2020.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

ERRATA EXTRATO CONTRATO SAMAE N. 3/2020 - BANCO DO BRASIL SA

Publicação Nº 2298684

Estado de Santa Catarina
SAMAE de Timbé do Sul
Rua Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172
e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

ERRATA (correção da publicação feita ontem dia 02.01.2020, onde o nome da contratada saiu errado)

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 03/2020

Processo: 02/2020

Data: 02 DE JANEIRO DE 2020.

OBJETO: Cobrança de faturas não compensável, bem como fazer débito automático, via sistema, sem emissão de fatura papel que entre si fazem o serviço autônomo municipal de água e esgoto – SAMAE do município de Timbé do Sul-SC e o Banco do Brasil S.A. através de suas agências.

Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, o SAMAE pagará ao Banco tarifa nas seguintes bases:

R\$ 2,00 (Dois Reais) para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento e através da internet.

Subcláusula primeira: O Banco creditará o valor total da arrecadação diária, e, posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas; ou do montante arrecadado debitará o que lhe couber, repassando ao SAMAE o valor líquido para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento e através da internet.

Contratada: BANCO DO BRASIL S.A. através de suas agências

Prazo: 12 (doze) meses a partir da data da assinatura até 02.01.2020.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2019 FUMTRAN - 16-01-2020

Publicação Nº 2270925

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção da sinalização das vias públicas do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA, PORTO UNIÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI e RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 231.409,45 (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2019 a 15/07/2020

Timbó, 15/07/2019

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 33 2019 PMT

Publicação Nº 2270928

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos de extintores de incêndio existentes, fornecimento e instalação de extintores de incêndio novos e material de segurança e emergência para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: EXTIMBRAS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA-ME; EWC COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA; STOP FIRE - PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI EPP e ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CNPJ nº 03.433.636/0001-15.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 157.933,00 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/07/2020

Timbó, 04/07/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2019 PMT

Publicação Nº 2270929

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola.

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento a secretaria de obras, serviços urbanos e agrícola.

EMPRESAS FORNECEDORAS: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP, CONCRERIO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, PRE-MOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, BSM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA e POSTEFIBRA LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 878.090,00 (oitocentos e setenta e oito mil e noventa reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/04/2020

Timbó, 03 de abril de 2019

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 11 2019 PMT

Publicação Nº 2270932

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios e consertos de vazamentos e manutenções de infraestrutura sanitária, sendo respeitados os projetos construtivos.

EMPRESAS FORNECEDORAS: IDP CONSTRUÇÕES, ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA e SOVRANA ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 458.625,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e seiscentos e vinte e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/04/2020

Timbó, 15/04/2019

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 16 2019 PMT

Publicação Nº 2270935

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Contratação de serviços de avaliações de imóveis urbanos ou rurais, e avaliações de locações de imóveis, no município de Timbó, para fins diversos, atendendo as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: 3D ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 30.776,00 (trinta mil setecentos e setenta e seis reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/04/2020

Timbó, 29/04/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 001/20

Publicação Nº 2297901

DECRETO 001/20 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

RETIFICA O DECRETO 040/19 DE 25 DE ABRIL DE 2019, QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1848 de 09 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no que se refere aos representantes Governamentais e Não-Governamentais, composta pelos seus membros titulares e suplentes, para cumprirem um mandato até o mês de julho de 2020, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- Secretaria de Administração e Finanças:

Geziel Balcker - Titular

Jessica Franz – Suplente

- Secretaria do Planejamento Urbano:

Wilson Hobus – Titular

Elienai da Silva - Suplente

- Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Elizete Righes – Titular

Clarice schlickmann Petri – Suplente

- REPRESENTANTES NÃO – GOVERNAMENTAIS:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Vilmar da Silva – Titular

Antônio Cuchi – Suplente

- Associação Comunitária dos Agricultores de Ribeirão Kindel

Mariana Pawlowski Nass – Titular

Max Kruger – Suplente

- Associação de moradores do Bairro Liberdade:

Jackson Becker – Titular

Denízio Schwambach – Suplente

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 156/19

Publicação Nº 2298456

DECRETO 156/19 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2019.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2044 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.877,11 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e onze centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001 – Secretaria de Administração e Finanças

03.001.4.122.3.2003-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.877,11

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.32/64) R\$ 3.877,11

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 001/20

Publicação Nº 2297902

PORTARIA 001/20 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável, a servidora pública municipal Sra. YASMIN BIANCA PINHEIRO, Matrícula 2676, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Odontólogo, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG

Secretário da Saúde

PORTARIA 002/20

Publicação Nº 2297903

PORTARIA 001/20 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

EXONERA AGENTE POLÍTICO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Agente Política Sra. CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS, das funções de Secretária Municipal da Educação e do Esporte, a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 003/20

Publicação Nº 2297904

PORTARIA 003/20 DE 03 DE JANEIRO DE 2020.

“NOMEIA AGENTE POLÍTICO”

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município...

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. MARCIA GISELE SALVADOR, para exercer o cargo de Secretária Municipal junto à Secretaria da Educação e do Esporte, a partir de 03 de janeiro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de janeiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 03/2020

Publicação Nº 2298735

CONTRATO Nº 03/2020

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ sob nº. 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu devidamente inscrita no CNPJ/CPF sob n.º 85.217.628/00001-04, sito a Rod Artur Deiss, SCT 283, nº454, Bairro Industrial, na cidade de Mondai/SC, neste ato devidamente representado pelo senhor presidente senhor RAFAEL EDMUNDO PORT, devidamente inscrito no CPF sob o número 634.721.559-49 doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços sócioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou CASA LAR, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados para 03 (três) vagas, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.	12	R\$ 8.970,00	R\$ 107.640,00
	Total geral			107.640,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.
- Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente contrato tem sua vigência a partir do dia 02 de janeiro de 2020 até o dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

O Município pagará a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu o valor de R\$ 8.970,00 (oito mil novecentos reais) mensais, que serão depositados em conta corrente até o último dia útil de cada mês em que os serviços forem prestados. Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização de serviços na execução/fornecimento dos serviços Socioassistenciais, emitidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o até o trigésimo dia de cada mês em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação de Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis, até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

1. - As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.
2. - Relação dos menores atendidos no mês;
3. - Comprovação do pagamento do INSS e FGTS do mês anterior a competência;
4. - Cópia da SEFIP com Relação de Empregados.

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único - Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO.

A CREDENCIANTE através do Conselho Tutelar do Município exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias a CREDENCIANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) - 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços socioassistenciais, será cobrada multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial,

caso a CREDENCIADA:

1. - Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
2. - Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
3. - Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
4. - Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
5. - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (188) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo será dirimido com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2020.

Renato Paulata TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DO PIRAPOCU
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA
RAFAEL EDMUNDO PORT
CPF : 634.721.559-49
Presidente

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTA CONTRATO

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 04/2020

Publicação Nº 2298736

CONTRATO Nº 04/2020

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE E CONTRATADA o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa DECORAÇÕES E JARDINAGENS FÁVERO & SPIES LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 01.933.937/0001-82, estabelecida na Rod. SC 493 Km 23, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representado pela sócia administradora a Sra. Adriani Fávero Spies, devidamente inscrita no CPF sob o número: 016.106.849-90, doravante considerada CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Monitores para Execução das Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, Res. CNAS 109 de 11/11/2009, Termo de Referência constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital nº 347/2019 respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	950	hora	Monitoria de artesanato na oficina do SCFV do CRAS, com execução semanal durante o período de fevereiro a dezembro de 2020.	37,00	35.150,00

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O preço a ser pago pela execução do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, ou seja, o valor de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) por hora para a Monitoria de artesanato, sendo o valor total de R\$ 35.150,00 (trinta e cinco mil cento e cinq-enta reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal no Município de Tunápolis/SC à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto assinado pela Equipe Técnica do CRAS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, de acordo com a solicitação e programação (CRONOGRAMA) da equipe técnica do CRAS, nos locais a serem indicados pelas mesmas, em conformidade com as especificações constantes no anexo "I" neste Edital e contrato.

A CONTRATADA terá que executar os serviços contratados conforme cronograma constante no anexo I, o qual poderá sofrer alterações durante o exercício de 2020, bem como o deslocamento até o local onde as aulas deverão ser executadas, gastos com alimentação, e demais despesas inerentes serão por conta e risco do contratado. O cronograma poderá sofrer alterações, de ordem maior, caso haja justificativa real, pressupondo o número de interessados na participação das oficinas, bem como avaliação da equipe técnica, devidamente documentada.

Somente serão emitidas autorizações de fornecimento se empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

O presente contrato terá vigência até 31/12/2020 a partir de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLAUSULA QUINTA – REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLAUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade homologada em 02 de janeiro de 2020.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (181,182,183) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto

CONTRATO Nº 05/2020

Publicação Nº 2298737

CONTRATO Nº 05/2020

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE E CONTRATADA o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa PROMAZI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 13.461.680/0001-92, estabelecido na Rua Florianópolis, Bairro São Gotardo, no Município de São Miguel do Oeste/SC – SC, neste ato devidamente representado pela Sra. Franciele Pauletto sócia proprietária, devidamente inscrita no CPF nº 057.146.299-57, considerado doravante CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Monitores para Execução das Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, Res. CNAS 109 de 11/11/2009, Termo de Referência constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital nº 347/2019 respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
03	350	hora	Monitoria de culinária na oficina do SCFV do CRAS, com execução semanal durante o período de fevereiro a dezembro de 2020.	60,00	21.000,00
04	650	hora	Monitoria de brinquedoteca na oficina do SCFV do CRAS, com execução semanal durante o período de fevereiro a dezembro de 2020.	65,00	42.250,00
TOTAL GERAL				63.250,00	

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O preço a ser pago pela execução do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, ou seja, o valor de R\$ 60,00(sessenta reais) por hora para monitora de culinária e R\$ 65,00(sessenta e cinco reais) pelo monitora da brinquedoteca, sendo o valor total do contrato de R\$ 63.250,00 (sessenta e três mil e duzentos e cinq-enta reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal no Município de Tunápolis/SC à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto assinado pela Equipe Técnica do CRAS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, de acordo com a solicitação e programação (CRONOGRAMA) da equipe técnica do CRAS, nos locais a serem indicados pelas mesmas, em conformidade com as especificações constantes no anexo "I" neste Edital e contrato.

A CONTRATADA terá que executar os serviços contratados conforme cronograma constante no anexo I, o qual poderá sofrer alterações durante o exercício de 2020, bem como o deslocamento até o local onde as aulas deverão ser executadas, gastos com alimentação, e demais despesas inerentes serão por conta e risco do contratado. O cronograma poderá sofrer alterações, de ordem maior, caso haja justificativa real, pressupondo o número de interessados na participação das oficinas, bem como avaliação da equipe técnica, devidamente documentada.

Somente serão emitidas autorizações de fornecimento se empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

O presente contrato terá vigência até 31/12/2020 a partir de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLAUSULA QUINTA – REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLAUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações,

complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade homologada em 02 de janeiro de 2020.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números:(181,182,183) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- f) assumir os riscos inerentes às atividades;
- g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
- h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no edital do presente processo.
- i) Executar o serviço em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

II - DO MUNICÍPIO:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Terceira;
- b) - Fiscalizar e acompanhar, pela equipe técnica do CRAS a completa execução do objeto deste contrato.
- c) - efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (art. 158 inciso I – CF/88).

CLAUSULA NONA – DA RESCISAO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

Ficam por este ato incorporadas a este instrumento todas as penalidades previstas no Edital, para todos os fins de direito, inclusive pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas por parte da Contratada, ficando estabelecida multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato, com a conseqüente rescisão deste instrumento. Além da multa supra relacionada, ao município caberá, também, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, interpelar a Contratada civil ou penalmente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERACOES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro 2020.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PROMAZI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME
CONTRATADA
Franciele Pauletto/sócia administradora
CPF nº 057.146.299-57

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

CLEONICE D.YESS
ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 2298738

CONTRATO Nº 06/2020

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE E CONTRATADA o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa EDUARDO LAZZAROTTO, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 35.079.166/0001-20, estabelecido na Rua Waldemar Rangrab, 47, centro do Município de São Miguel do Oeste/SC, neste ato devidamente representado pelo senhor Eduardo Lazzarotto sócio administrador, devidamente inscrito no CPF nº 081.547.469-56, considerado doravante CONTRATADO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Monitores para Execução das Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, Res. CNAS 109 de 11/11/2009, Termo de Referência constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital nº 347/2019 respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

02	550	hora	Monitoria de jiu-jitsu na oficina do SCFV do CRAS, com execução semanal durante o período de fevereiro a dezembro de 2020.	68,00	37.400,00
----	-----	------	--	-------	-----------

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O preço a ser pago pela execução do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, ou seja, o valor de R\$ 68,00(sessenta e oito reais) por hora para Monitoria de jiu-jitsu, sendo o valor total do contrato de R\$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal no Município de Tunápolis/SC à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto assinado pela Equipe Técnica do CRAS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, de acordo com a solicitação e programação (CRONOGRAMA) da equipe técnica do CRAS, nos locais a serem indicados pelas mesmas, em conformidade com as especificações constantes no anexo "I" neste Edital e contrato.

A CONTRATADA terá que executar os serviços contratados conforme cronograma constante no anexo I, o qual poderá sofrer alterações durante o exercício de 2020, bem como o deslocamento até o local onde as aulas deverão ser executadas, gastos com alimentação, e demais despesas inerentes serão por conta e risco do contratado. O cronograma poderá sofrer alterações, de ordem maior, caso haja justificativa real, pressupondo o número de interessados na participação das oficinas, bem como avaliação da equipe técnica, devidamente documentada.

Somente serão emitidas autorizações de fornecimento se empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

O presente contrato terá vigência até 31/12/2020 a partir de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLAUSULA QUINTA – REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLAUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade homologada em 02 de janeiro de 2020.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (181,182,183) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- f) assumir os riscos inerentes às atividades;
- g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
- h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no edital do presente processo.
- i) Executar o serviço em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

II - DO MUNICÍPIO:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Terceira;
- b) - Fiscalizar e acompanhar, pela equipe técnica do CRAS a completa execução do objeto deste contrato.
- c) - efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (art. 158 inciso I – CF/88).

CLAUSULA NONA – DA RESCISAO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

Ficam por este ato incorporadas a este instrumento todas as penalidades previstas no Edital, para todos os fins de direito, inclusive pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas por parte da Contratada, ficando estabelecida multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato, com a conseqüente rescisão deste instrumento. Além da multa supra relacionada, ao município caberá, também, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, interpelar a Contratada civil ou penalmente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERACOES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho

de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDUARDO LAZZAROTTO
CONTRATADA
Eduardo Lazzarotto /sócio administrador
CPF nº 081.547.469-56

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

CLEONICE D.YESS
ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2298740

CONTRATO Nº 07/2020

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	MARCA	Preço R\$ Unitário
04	40.000,00	L	Óleo Diesel S10	CIAPETRO	3,76
05	1.500,00	L	Etanol combustível comum	CIAPETRO	3,73
06	18.000,00	L	Gasolina Comum	CIAPETRO	4,47

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 350/2019, e Pregão Presencial nº 210/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos durante todo o ano de 2020, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 350/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2019, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Auto Posto Canarinho Ltda.
Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas: _____
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2298739

CONTRATO Nº 07/2020

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	MARCA	Preço R\$ Unitário
04	40.000,00	L	Óleo Diesel S10	CIAPETRO	3,76
05	1.500,00	L	Etanol combustível comum	CIAPETRO	3,73
06	18.000,00	L	Gasolina Comum	CIAPETRO	4,47

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 350/2019, e Pregão Presencial nº 210/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os COMBUSTIVEIS deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos durante todo o ano de 2020, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 350/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2019, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Auto Posto Canarinho Ltda.
Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 09/2020.

Publicação Nº 2298741

CONTRATO Nº 09/2020.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AUTO POSTO PITANGA LTDA, estabelecida na Linha Pitangueira, s/n, interior de Tunápolis, -SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.016/0001-00, neste ato representado pelo PROCURADOR o senhor GERVANE LOCKS, inscrito no CPF sob

nº 030.631.919-57, considerado doravante CONTRATADO.

01	50.000,00	L	Óleo Diesel Comum, a ser entregue durante o exercício de 2020 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado	RODOIL	3,72
02	20.000,00	L	Óleo Diesel S10, a ser entregue durante o exercício de 2020 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado	RODOIL	3,83

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 350/2019, e Pregão Presencial nº 210/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, a ser entregue durante o exercício de 2020, nas máquinas a serviço do Município no interior, transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificação de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 –O contratado deverá entregar o óleo diesel em veículo próprio e apropriado, sempre que solicitado pelo Secretário Municipal dos Transportes e Obras, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, no interior do Município, as entregas somente poderão ser efetuadas mediante ordem de abastecimento do contratante, constando a quantidade de litros que deverão ser entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente discriminando a quantidade de litros e respectivos valores.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 350/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar

inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2019, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AUTO POSTO PITANGA LTDA .
GERVANE LOCKS/ CPF sob nº 030.631.919-57
PROCURADOR
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

JULINHO ZINHANI
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF sob nº 898.699.400-30.
Secretário de Obras.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 10/2020.

Publicação Nº 2298742

CONTRATO Nº 10/2020.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 352/2019, e Pregão Presencial nº 211/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	PREÇO TOTAL
01	220,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES. AUTO POSTO CANRINHO LTDA.	36,00	7.920,00
			TOTAL GERAL		7.920,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no perímetro urbano dentro do município de Tunápolis durante o ano 2020, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 352/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto

do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Auto Posto Canarinho Ltda.
Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 11/2020

Publicação Nº 2298745

CONTRATO Nº 11/2020

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ANDRE STRIEDER, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 34.085.014/0001-77, estabelecida na Rua Santa Maria, 157, anexo, 02 Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Andre Strieder, sócio administrador, inscrito no CPF nº 098.053.009-19.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 352/2019, e Pregão Presencial nº 211/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	PREÇO TOTAL
02	150,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" "AMBULÂNCIA".	46,50	6.975,00
03	120	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa DE ÔNIBUS.	57,50	6.900,00
			TOTAL GERAL		13.875,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no perímetro urbano dentro do município de Tunápolis durante o ano 2020, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 352/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDRE STRIEDER.
Andre Strieder/ CPF nº 098.053.009-19.
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

JULINHO ZINHANI
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF sob nº 898.699.400-30.
Secretário de Obras.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº. 01/2020 REF O CREDENCIAMENTO CIEE-SC.

Publicação Nº 2298733

CONTRATO Nº. 01/2020 REF O CREDENCIAMENTO CIEE-SC.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC, entidade beneficente de assistência social, constituída conforme prevê a Resolução nº 24 de 21 de setembro de 2000, de âmbito estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564.-0001/81, com sede a Rua Antonio Bib Mussi, 473, Centro, na cidade de Florianópolis-SC, doravante designado simplesmente credenciada, resolvem firmar o presente termo de credenciamento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a lei n.º 8.666/93, alterações posteriores .

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Credenciamento de instituições, sem fins lucrativos, que atuam como agentes de integração, para intermediação de estágios junto aos estabelecimentos de ensino público ou privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- b) Obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;
- c) Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- d) Encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na(s) oportunidade(s);
- e) Providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;
- f) Assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;
- g) Notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;
- h) Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Assinar os documentos concernentes ao estágio, na forma da lei;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, bem como fornecer os dados necessários à avaliação das respectivas instalações;
- c) Designar um supervisor, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) Manter em favor do estagiário, Seguro Contra Acidentes Pessoais no valor de mercado, podendo ser apólice coletiva, encaminhada em conjunto com a credenciada;
- e) Entregar ao estagiário, por ocasião de seu desligamento, um Termo de Realização do Estágio, contendo a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação do desempenho;
- f) Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- g) Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- h) Formalizar as oportunidades de estágio com as Instituições de Ensino, adequando suas condições às exigências da legislação com assessoria do CREDENCIADO nos limites do Art. 5 da Lei 11.788/08;
- i) Receber os estudantes encaminhados mantendo entendimentos sobre as condições de realização de estágio, informando ao CREDENCIADO os nomes dos selecionados para o estágio;
- j) Informar mensalmente ao CREDENCIADO a freq-ência dos estagiários;
- k) Transferir ao CREDENCIADO, mensalmente, os valores correspondentes para aplicação exclusiva na concessão da Bolsa-Auxílio aos estagiários da Unidade Concedente;

- l) Informar ao CREDENCIADO, por meio do Termo de Rescisão do Estágio, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão de qualquer Termo de Compromisso do Estágio - TCE;
- m) Exercer, em plenitude, a parceria educacional a ser estabelecida, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- n) Reduzir, pela metade, a jornada de estágio, durante o período de provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino;
- o) somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o termo de compromisso e plano de atividades do estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

O Município concederá ao CREDENCIADO uma contribuição institucional no valor de R\$ 42,00 (Quarenta e dois reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

§ 1º - O valor descrito no caput desta cláusula será atualizado no mês de Novembro de cada ano, em regime de competência, pela variação do Índice Geral de Preços do

Mercado – IGPM (FGV) verificado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, ou outro que venha a substituí-lo;

7.3 O Município se propõe a pagar os seguintes valores para os estagiários conforme segue abaixo:

Nível Superior	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 617,25
Nível Superior	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 925,85

7.3.1 Os valores constantes no item 7.3 serão atualizado no período e índice de indexador utilizado para o reajuste salarial dos servidores públicos.

7.4 Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste convênio ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente ao departamento em que o estagiário for alocado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2020 até o dia 31/12/2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este convênio, em 3 (três) vias de igual teor.

Tunápolis – SC, 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA
ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Elias Souza Custodia
Diretor do Recursos Humanos
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PORTARIA Nº 5224/2020

Publicação Nº 2298030

PORTARIA Nº.5.224/2020
Em 02 de Janeiro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o servidor (a) JEAN JUNIOR TELOEKEN, nomeado(a) pela portaria nº 4.923/2018, com o cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO DE HIDRAULICA, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 30 de Dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 02 de Janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5225/2020

Publicação Nº 2298031

PORTARIA Nº.5.225/2020
Em 02 de Janeiro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 060/2019 de 24 de Outubro de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, ao Servidor(a) Público Municipal, JULIANA SCHEREN, efetivo(a), conforme portaria de nomeação nº 3.609/2014, função gratificada de 30% (Trinta por cento), conforme Lei Complementar nº. 060/2019 sobre o vencimento a título de CHEFE DE DIVISÃO DA SAÚDE, de lotação na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, desta Municipalidade

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 02 de Janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5226/2020

Publicação Nº 2298032

PORTARIA Nº.5.226/2020
Em 02 de Janeiro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 032/2012 de 20 de Abril de 2012, artigo 68;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA NÃO REMUNERADA, para tratar de assuntos particulares, a partir de 02 de Janeiro de 2020 até 31 de Dezembro de 2020, ao servidor FERNANDO BAUMGRATZ, com cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, cargo este de provimento efetivo, conforme portaria de nomeação nº 2.011/2008, com lotação na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo, desta Municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 02 de Janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5227/2020

Publicação Nº 2298033

PORTARIA Nº. 5.227/2020
Em 02 de Janeiro de 2020

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Tunápolis passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I – DONATO LAUSCHNER
II – SHEILA INÊS BIEGER
III – BRUNO LENGERT

§ 1º A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

§ 2º A função de Pregoeiro e Leiloeiro Municipal será exercida pelo servidor indicado no inciso II deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata esta Portaria, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I – ELÓI WINK
II – ELISANDRO BOTH
III – JULIANA SCHEREN

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo

remuneradas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria nº 5.089/2019 de 19 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 02 de Janeiro de 2020

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

TERMO DE CREDENCIAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2020

Publicação Nº 2298734

TERMO DE CREDENCIAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, do outro lado a SICOOB CREDITAPIRANGA-COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA, estabelecida na Rua do Comércio, 248, Centro na cidade e Município de Itapiranga, inscrita no CNPJ sob n. 78.483.310/00001-00, representada neste ato pelo Diretor Administrativo Sr. Norberto Lengert, brasileiro, portador do CPF n. 990.942.239-53 residente e domiciliado na cidade e Município de Itapiranga, e doravante denominado credenciada, resolvem celebrar o TERMO DE CREDENCIAMENTO em decorrência Processo Licitatório na Modalidade de CREDENCIAMENTO Nº. 27/2019, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAISSEM QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O contrato de Prestação de Serviços terá vigência de 02 de janeiro de 2020 até 31/12/2020.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS:

O Município de Tunápolis fica isento de quaisquer ônus ou encargos para a execução dos serviços prestados para as instituições credenciadas.

O Município de Tunápolis se compromete em fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto, os equipamentos deverão devidamente registrados e etiquetados no patrimônio do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

São direitos e responsabilidades das partes:

§ 1º. Constituem direitos do CONTRATANTE - receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 2º. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução da recuperação do equipamento com vistas a execução do objeto deste Contrato.

§ 3º. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega dos serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Parágrafo único. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao PROCESSO Nº 333/2019 E AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 27/2019 para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis(SC), 02 de janeiro de 2020.

SICOOB CREDITAPIRANGA

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Norberto Lengert
Diretor Administrativo
Contratado

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO 01/2020

Publicação Nº 2298719

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 001/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a CE CASA DA CRIANÇA DE TURVO – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, inscrita no CNPJ sob o nº16.518.821/0006-69, com sede em Turvo – SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o exercício de 2020, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a CE Casa da Criança de Turvo – Organização Educacional João XXIII

JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a CE CASA DA CRIANÇA DE TURVO – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Se observa ainda que a CE CASA DA CRIANÇA DE TURVO – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII trata-se de entidade religiosa, sem fins lucrativos, com atuação na área da educação, tendo por objetivos estatutários, entre outros:- A educação, a cultura e a assistência social, como instrumento de defesa, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações pertinentes. Com isso, se observa que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da CE CASA DA CRIANÇA DE TURVO – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII ora avaliados, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre os requisitos legais exigidos, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada. A CE CASA DA CRIANÇA DE TURVO – ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, como referido, desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes, em mútua cooperação, desta parceria. Se observa, pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. A Lei Municipal nº 2.392/2019, reconheceu, inclusive, a entidade como Organização da Sociedade Civil, haja vista o notório interesse público verificado, autorizando a celebração da presente parceria. A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos, que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Turvo – SC, 02 de Janeiro de 2020.

Tiago Zilli

Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2297636

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

PROCESSO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de 2020, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 01/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Marca	Preço Unt.	Preço Total
01	Óleo Diesel S10	190.000	Lt	IPIRANGA	3,92	744.800,00

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Combustíveis, visando o abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, visando possíveis aquisições futuras, conforme itens descritos no quadro abaixo:

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível, requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar o combustível requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, aproximadamente de 10 em 10 dias, após o recebimento do combustível e respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento dos combustíveis correrão à conta das Dotações do orçamento municipal vigente a época das contratações, com as seguintes classificações:

Órgão – 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade – 01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Projeto Atividade – 2.004 – MANUT. DAS ATIV.GABINETE PREFEITO

Cód. Red. 02 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 13 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 136, 137 E 138 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 36 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL - CRECHE

Cód. Red. 56 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.045 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

Cód. Red. 63 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 113 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód. Red. 88 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.020 – MANUT. BL PSB FNAS

Cód. Red. 91 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.023 – MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO

Cód. Red. 97 – 3.3.90.00.00.00.00

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 19 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.040 MANUT. VIG. EM SAÚDE

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00

5.3. Os combustíveis somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os combustíveis.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 01/2020.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 01/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 01/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
CONTRATANTE

VANESSA BATISTELLO
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF: 090.534.369-79

02. _____
Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 061.870.909-69

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2297639

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

PROCESSO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de 2020, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 01/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

Item	Descrição	Quant.	Un. Medida	Marca	Preço Unt.	Preço Total
02	Óleo Diesel Comum	45.000	Lt	MAXSUL	R\$ 3,84	172.800,00
03	Gasolina Comum	35.000	Lt	MAXSUL	R\$ 4,56	159.600,00

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Combustíveis, visando o abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, visando possíveis aquisições futuras, conforme itens descritos no quadro abaixo:

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível, requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar o combustível requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, aproximadamente de 10 em 10 dias, após o recebimento do combustível e respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento dos combustíveis correrão à conta das Dotações do orçamento municipal vigente a época das contratações, com as seguintes classificações:

Órgão – 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade – 01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Projeto Atividade – 2.004 – MANUT. DAS ATIV.GABINETE PREFEITO

Cód. Red. 02 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 13 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 136, 137 E 138 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 36 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL - CRECHE

Cód. Red. 56 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.045 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

Cód. Red. 63 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 113 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód. Red. 88 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.020 – MANUT. BL PSB FNAS

Cód. Red. 91 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.023 – MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO

Cód. Red. 97 – 3.3.90.00.00.00.00.00

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 19 - 3.3.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.040 MANUT. VIG. EM SAÚDE
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00

5.3. Os combustíveis somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os combustíveis.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 01/2020.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 01/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão

publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 01/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
CONTRATANTE

AUTO POSTO FRANKOFF LTDA
CLAUDEMIR KOFF
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF: 090.534.369-79

02. _____
Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 061.870.909-69

CONTRATO ADM Nº 01/2020

Publicação Nº 2297968

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020

CONTRATO DE OBRAS EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA POR EMPREITADA DE PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA GUILHERME ARTHUR EIRELI

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede à Avenida São Luiz 531, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, CPF N.º 422.972.909-00, Carteira de Identidade N.º 763.173, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa GUILHERME ARTHUR EIRELI, inscrita no CNPJ do MF sob o n.20.612.502/0001-80 com sede à Avenida Tocantins, nº.205, Bairro Nova Divinéia, Pinhalzinho/SC, CEP: 89870-000, neste ato representada por sua Administradora, Sra. GABRIELA TABATA KICZKOWSKI, inscrito no CPF nº 103.704.159-30, doravante apenas simplesmente a de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado a Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 11/2019, pelo Senhor Prefeito Municipal, tem entre si, justas e acordadas a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ANEXOS À QUADRA POLIESPORTIVA, COM ÁREA DE 37,53M², SITO NA LINHA BARRA DA EUROPA – PARTE DOS LOTES RURAIS 75 E 76, UNIÃO DO OESTE –SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHAS QUANTITATIVAS E ORÇAMENTÁRIA CONTIDAS NO EDITAL.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS

2- Fazem parte integrante do presente Contrato, em atendimento à Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos com plena validade:

- a) edital de Tomada de Preços nº 11/2019;
- b) Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro E Planilha Quantitativa E Orçamentária;
- c) proposta apresentada pela contratada, devidamente assinada e rubricada.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos materiais e serviços, o preço proposto que é R\$ 54.378,56 sendo, R\$ 16.313,56 correspondente a materiais e R\$ 38.065,00 a mão de obra.

3.1.2- Condições de pagamento: As medições ocorrerão a cada 30 (trinta) dias e seu pagamento efetivo dentro de 15 (quinze) dias, após a homologação da medição, mediante a emissão da Nota Fiscal.

3.2- Pagamento:

3.2.1- As obras executadas serão pagas em parcelas, cada qual em valor correspondente ao somatório dos produtos das multiplicações das quantidades efetivamente realizadas, aferido por medições.

3.2.1.1- O pagamento será procedido dentro do prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal correspondente, a qual será emitida após a medição mensal, que ocorrerá a cada 30 dias.

3.2.1.2- Os pagamentos estarão vinculados a execução de cronograma físico - financeiro da obra, facultando a Prefeitura Municipal de União do Oeste a não liberação destes recursos pela inexecução ou inobservância de qualquer dos itens apresentados, que não será excluído, ficando, automaticamente vinculado a sua liberação à conclusão total do cronograma no período.

3.2.1.3- O custo de cada serviço e/ou material será pago nos preços unitários propostos pelo licitante e estar de acordo com especificações da planilha de quantificação.

3.2.1.4 - Para o recebimento do primeiro pagamento a empresa contratada deverá apresentar a A R T de Execução do CREA devidamente recolhido de todos os profissionais envolvidos na obra e cópia do documento comprobatório da inscrição da obra e dos funcionários junto ao INSS.

3.2.1.5 – Para o pagamento de cada parcela fica condicionada a apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS, com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa matriculados na obra.

3.2.1.6 - Para pagamento da última fatura e liberação da caução a empresa deverá apresentar a CND da obra, recolhida junto ao INSS, mais os recolhimentos do ISS no Município de União do Oeste, comprovante de quitação do INSS e do FGTS de todos os funcionários matriculados na obra, bem como provas de quitação das despesas efetuadas junto a concessionária de Energia e Água.

CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO

4.1- A medição será realizada pela CONTRATANTE, até o 5º dia útil após o encerramento de cada mês, considerando encerramento o último dia útil do mês da realização das obras e serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1- A Obra deverá ser entregue no prazo máximo de 120 DIAS contados do dia seguinte ao da emissão da ordem de serviço.

5.2 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/08/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante sem que a elas se limitem:

6.2 - Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

6.3 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato, e nos termos do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - São obrigações da CONTRATADA, sem que elas se limitem:

7.2 - Obedecer às normas e especificações do edital previstas no item 15 bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

7.3 - Comparecer, sempre que solicitada, ao Setor de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal de UNIÃO DO OESTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

7.4 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Prefeitura Municipal de União do Oeste ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO.

7.5 - O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.6- A contratada deverá efetuar o recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza do Município de União do Oeste no ato do recebimento de cada medição.

7.6.1 Referente a cobrança de ISS, o valor constante na nota fiscal referente a aquisição de materiais não pode ser SUPERIOR a 70% do valor total da obra, e o valor referente a mão-de-obra não pode ser INFERIOR a 30% do valor total da obra, sendo vedada a agregação de qualquer outro valor. Conforme Art. 87 do código tributário municipal.

7.7 – Comprovar mensalmente a regularidade fiscal com o INSS e FGTS de todos os funcionários matriculados na obra como condição de recebimento dos valores a que tiver direito.

7.8 – Comunicar a contratante por escrito sempre que houver alteração no quadro dos funcionários cadastrados na obra.

7.9 – Manter preposto aceito pela Administração no local da obra.

7.10 – Elaborar o diário de obra.

7.11 – Afixar, em local de visibilidade, durante a execução do Contrato, placa conforme modelo disponibilizado pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes com a realização deste contrato correrão por conta da dotação:

ÓRGÃO 05 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE

PROJETO ATIVIDADE – 1.066 CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO E AMPL. DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER

COD. RED. 75 – 4.4.90.00.00.00.00.00– APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

9.1 - O recebimento provisório da obra será promovido por profissional habilitado indicado pela Prefeitura Municipal, que verificará e atestará o cumprimento de todas as condições para a entrega da obra, emitirá parecer conclusivo dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão das obras.

9.2 - O recebimento definitivo das obras será feita após o decurso do prazo de 30 (Trinta) dias corridos contados da emissão da aceitação provisória, pela prefeitura. Durante este período, a Contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento de suas instalações por elas construídas, qualquer falta construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando sujeito ainda as penalidades previstas em Lei.

9.3- O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto do presente.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

10.2 - Advertência

10.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

10.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

10.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

10.7 -- Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

10.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres da Prefeitura.

10.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela prefeitura dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1-Toda a obra executada pela Contratada será fiscalizada pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Sr. Igor Leonardo Loeblein Furraer, obrigando-se a Contratada a assegurar aos locais de serviços, mantendo a Contratada preposto na obra, aceito pela Prefeitura Municipal de União do Oeste.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1 - A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileira, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, do Estado de Santa Catarina, o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e para um único efeito,

conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

União do Oeste/SC, 02 de janeiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

GUILHERME ARTHUR EIRELI
GABRIELA TABATA KICZKOWSKI

IGOR LEONARDO LOEBLEIN FURRAER
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79	CPF: 061.870.909-69

DECRETO MUNICIPAL Nº 4336 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297908

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.336, de 02 de janeiro de 2020.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, LUCIVANE MATIELLO, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 13/01/2020 a 11/02/2020, relativas ao período aquisitivo de 18/02/2018 à 17/02/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4337 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.337, de 02 de janeiro de 2020.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, IGOR LEONARDO LOEBLEIN FURRAER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 13/01/2020 a 01/02/2020, relativas ao período aquisitivo de 08/02/2018 à 07/02/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

Publicação Nº 2298427

Estado de Santa Catarina
Município de União do Oeste
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO:
PROCESSO FMS N.º 01/2020
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020

OBJETO:
Repasse de recursos financeiros necessários a manutenção das despesas com pessoal e encargos dos empregados; manutenção das atividades administrativas e despesas com investimento do Consórcio CIS- AMOSC, o qual o município de União do Oeste faz parte, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA.

CNPJ: 01.336.261/0001-40

OBJETIVO: Manutenção do Consórcio.

VALOR R\$ 24.240,00 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta reais).

União do Oeste, 02 de janeiro de 2020.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

LEODACIR PIANESOLA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2297869

DECRETO Nº 001/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

DÁ NOVA DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados PREGOEIROS para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2020, os seguintes servidores:

I – Luiz Fernando Barbosa de Oliveira Titular

II – Eneide de Almeida Vieira Suplente

Artigo 2º - Fica designada equipe de apoio para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2019, os seguintes servidores:

I – Silvana Aparecida Schessohof

II – Tiago Ribeiro dos Santos

III – Jussara Aparecida da Cruz Semioni

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 031/2019, de 03 de junho de 2019.

Vargem Bonita, 02 de janeiro de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2297872

DECRETO Nº 002/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

“NOMEIA NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2020.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a nova Comissão Permanente de Licitações, para o exercício de 2020, constituída pelos seguintes servidores:

Presidente: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

Membro: Jussara Aparecida da Cruz Semioni

Membro: Silvana Aparecida Schessohof

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 044/2019, de 09 de setembro de 2019.

Vargem Bonita, 02 de Janeiro de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

DECRETO Nº 003/2020

Publicação Nº 2297873

DECRETO Nº 003/2020, DE 02 JANEIRO DE 2020.

“ATUALIZA A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e, artigo 439 da Lei Complementar nº 033/2002 de 20 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Artigo 1º - A UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) será atualizada em 3,36% (três vírgula trinta e seis por cento) segundo o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, passando a vigorar com o valor de R\$ 92,82 (noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 02 de janeiro de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

DECRETO Nº 004/2020

Publicação Nº 2297874

DECRETO Nº 004/2020, DE 02 JANEIRO DE 2020.

“ATUALIZA O VALOR DA PARCELA DO PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Municipal nº 527/2003,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica atualizado o valor da parcela do financiamento do Programa Habitacional Popular Municipal para R\$ 207,80 (duzentos e sete reais e oitenta centavos).

Parágrafo único – A atualização será realizada nos termos do parágrafo único do artigo 32 da Lei 462/2002, tendo como base o salário mínimo para o exercício de 2020, fixado em R\$ 1.039,00 (um mil e trinta e nove reais).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 02 de janeiro de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 03/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Videira**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 411/19**

Publicação Nº 2297962

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 411/19
PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 005/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. ALCIDIR MIGUEL VITORAZZI	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS – ENSINO RELIGIOSO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 412/19

Publicação Nº 2297965

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 412/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 - PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2019 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1. VANESSA DA COSTA TREVISOL SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL
2. GABRIEL BOSI POLLI	ENGENHEIRO ELETRICISTA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;

- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 413/19

Publicação Nº 2297967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 413/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 - PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUCIANE RABUSKE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 17 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 414/19

Publicação Nº 2297970

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 414/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para os quais foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. MARINA BASEGGIO CANDIDO	PSICÓLOGO	17.136/19, DE 10/12/2019
2. KARINE CORREA DO PRADO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	17.137/19, DE 11/12/2019

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 17 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 415/19

Publicação Nº 2297972

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 415/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 - PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1. ELAINE APARECIDA BARBOZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 19 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 416/19

Publicação Nº 2297977

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 416/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 - PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1. MAURICIO HENRIQUE MACHADO TOSTA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS GEOGRAFIA

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 19 de dezembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA ATLETA

Publicação Nº 2276555

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA ATLETA
INSTITUÍDO PELA LEI Nº 3.667/19

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Manoel Roque, 188 inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84 através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste ato representado por seu Superintendente, Sr Ederson Leobet, observadas as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 3.667/19 torna público o Edital de inscrições para Programa Bolsa-Atleta.

1. OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO

1.1 O Bolsa Atleta será concedido em caráter individual, ao atleta amador com ou sem registro federativo no estado de Santa Catarina que esteja vinculado à Associação Desportiva do Município ou com a Fundação Municipal de Esportes, e que represente o Município de Videira em modalidades Olímpicas, Paraolímpicas ou não Olímpicas. Com o objetivo de INCENTIVAR os atletas e paratletas que representam a cidade de Videira, nas diversas modalidades esportivas, dar-se-á incentivo financeiro para apoio na alimentação, saúde, transporte, material esportivo inerente à modalidade praticada pelo atleta, participação em eventos esportivos, em taxas de federação e taxas de inscrições de competições esportivas.

1.2 Os recursos financeiros disponibilizados para rateio através do presente edital atenderão ao limite máximo global de R\$ 120.000,00 (cento em vinte mil reais)

1.2.1 Quando o somatório das bolsas concedidas ultrapassar o limite máximo estabelecido no presente Edital haverá uma redução proporcional para todos os participantes.

2. DOS CRITÉRIOS E PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1 O processo de seleção para a concessão da Bolsa Atleta contará com as seguintes fases:

I - Análise prévia: os requerentes poderão apresentar a documentação demandada para conferência prévia no período de 06/01/2020 a 06/02/2020.

II - Análise documental: Efetuada pela Comissão de Seleção Desportiva, previamente estabelecida a este edital, que conferirá a documentação apresentada, o preenchimento integral e correto dos formulários de inscrição. As inscrições devem ser entregues em ENVELOPE LACRADO e protocolizados na Prefeitura Municipal de Videira.

III - Análise de Mérito: A Comissão analisará a adequação do período de bolsa e de seus objetivos dentro dos critérios estabelecidos neste Edital em consonância com os objetivos da Lei Municipal nº 3.667/19.

3. DOS CRITÉRIOS E DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

3.1 Os critérios para o recebimento da bolsa atleta são os seguintes:

I - Ser atleta das modalidades Olímpicas, Paraolímpicas e não Olímpicas, do sexo masculino ou feminino;

II - Possuir idade mínima para participar das competições da FESPORTE, conforme regulamento próprio, em especial OLESC, JOGUINHOS ABERTOS, JASC E PARAJASC;

III - Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederações da modalidade correspondente;

IV - Ser brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a), ou estrangeiro com visto permanente;

V - Estar em plena atividade desportiva não-profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;

VI - Não receber salário na condição de atleta, apresentando declaração para esse fim;

VII - Atletas menores de 18 anos devem estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Fundação Municipal de Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o ensino médio;

VIII - Participar da reunião convocada pela Fundação Municipal de Esportes, onde serão repassadas informações e assinaturas dos termos de adesão;

IX - Não ser servidor da Fundação Municipal de Esportes de Videira;

X - Não ter mais de 55 anos de idade;

XI - Residir, trabalhar, treinar ou estudar no município; ou, independentemente dos requisitos anteriores, ser natural de Videira;

XII - Participar de no mínimo uma competição da FESPORTE, para o período de concessão do bolsa atleta 2020.

3.2 A inscrição do atleta no processo Bolsa Atleta não garante a aprovação do benefício. Os atletas serão selecionados após análise documental e avaliação técnica dos resultados do ano anterior;

3.3 Para inscrição dos bolsistas os (as) candidatos (as) deverão entregar no protocolo da Prefeitura Municipal de Videira, sito a Avenida Manoel Roque, n. 188, Bairro Alvorada, em ENVELOPE LACRADO contendo a devida identificação: nome do atleta, categoria pleiteada e programa Bolsa atleta.

3.3.1 O envelope deve conter os seguintes documentos:

I - Apresentar ficha de inscrição padrão, conforme Anexo I, deste Edital, a qual estará disponível no site oficial da Prefeitura de Videira, preenchida e assinada, com cópia de toda a documentação pessoal exigida: cédula de identidade (RG) e CPF e uma foto 3x4 recente e de qualidade e comprovante de residência ou trabalho no município de Videira;

II - Apresentar comprovante de vínculo com Associação Desportiva do município ou com a Fundação Municipal de Esportes de Videira;

III - Apresentar requerimento a fundação municipal de esportes solicitando a concessão do bolsa atleta, conforme Anexo II;

IV - Apresentar autorização (Anexo IV) e cópia da cédula de identidade (RG) e CPF dos pais ou responsáveis legais em caso de atleta ou paratleta menor de 18 anos;

V - Para atletas ou paratletas a partir de 18 anos apresentar autorização de uso de imagem e voz (Anexo V);

VI - Para atletas ou paratletas menores de 18 anos apresentar autorização de uso de imagem e voz assinada pelos pais ou responsáveis legais (Anexo V);

VII - Apresentar currículo esportivo (Anexo VI), constando o histórico do atleta no ano de 2019, com a sua respectiva classificação;

VIII - Apresentar declaração da Confederação, Federação ou Entidade responsável da respectiva modalidade, indicando: a competição, categoria, o resultado obtido e o número de participantes na categoria/evento ou de equipes no evento no ano de 2019.

IX - Apresentar o atestado de matrícula escolar, quando menor de 18 anos;

X - Termo de compromisso (Anexo VII), firmando o cumprimento com suas obrigações de atleta, onde o atleta compromete-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados interesse da Fundação Municipal de Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Videira e utilizando se possível em seu uniforme, distribuído pela entidade ou adquirido individualmente, a logomarca da Fundação Municipal de Esportes – FME e a logomarca do Município de Videira ou de seus programas;

XI - Apresentar planejamento anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e uma competição da FESPORTE, para o período de concessão do Programa Bolsa Atleta 2020 (Anexo VIII);

XII - Apresentar planejamento anual de TREINOS, constando datas, locais de início e término dos treinos, horários de início e término dos treinos, para o período de concessão do Programa Bolsa Atleta 2020 (Anexo IX);

3.3.2 As informações prestadas e apresentadas documentalmente, serão de inteira responsabilidade do atleta, podendo a Comissão de Seleção Desportiva excluí-lo deste Processo de Seleção, se houver ausência de qualquer dos documentos exigidos, se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

3.4 No ato de assinatura do Termo cada atleta contemplado pelo Programa Bolsa Atleta deverá apresentar conta bancária (poderá ser conta poupança), individualizada e em seu nome para recebimento do recurso;

3.4.1 Será descontado do valor do bolsa atleta a tarifa referente a transferência bancária.

3.4.2 Caso optem por contas em outros bancos, serão descontados os valores das tarifas bancárias.

4 DOS PARTICIPANTES

4.1 A Bolsa Atleta Municipal será concedida para atletas e paratletas nas seguintes categorias:

I - Categoria Estadual 1: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Atletas ou paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido até a quarta colocação nos eventos estaduais da Fesporte (JOGUINHOS/JASC), nas provas individuais de modalidades individuais ou das modalidades coletivas e que em ambas as situações tenham vínculo com a Fundação Municipal de Esportes. Sendo estipulado o valor por atleta/mês de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para medalha de ouro (Campeão), R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para medalha de prata (Vice campeão), R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para a medalha de bronze (3º colocado) e para a quarta colocação R\$ 200,00 (duzentos reais)

II - Categoria Estadual 2: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Atletas ou paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido até a terceira colocação nos Campeonatos Estaduais de suas respectivas modalidades, desde que o campeonato tenha chancela oficial da federação com vínculo na respectiva Confederação e na FESPORTE. Nas provas individuais de modalidades individuais ou das modalidades coletivas e que em ambas as situações tenham vínculo com a Fundação Municipal de Esportes. Sendo estipulado o valor por atleta/mês de R\$ 200,00 (duzentos reais);

III - Categoria Regional: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Atletas ou paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido a classificação na etapa regional nos eventos da Fesporte (OLESC/ JOGUINHOS/JASC), nas modalidades coletivas e que em ambas as situações tenham vínculo com a Fundação Municipal de Esportes. Sendo estipulado o valor por atleta/mês de R\$ 150,00 (cem reais);

IV - Categoria Nacional/Internacional: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Atletas ou paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido até a terceira colocação nos eventos nacionais públicos (JABS) ou nos campeonatos nacionais de suas confederações ou equivalente, se o campeonato nacional não existir ou que integrem a seleção do ESTADO DE SANTA CATARINA de sua modalidade esportiva. Nas provas individuais de modalidades individuais ou das modalidades coletivas e que em ambas as situações tenham vínculo com a Fundação Municipal de Esportes e atletas ou paratletas que participaram de eventos da temporada internacional ou no mundial da sua modalidade, com PRÉ-CLASSIFICAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL, sendo tais competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade de esporte como principais eventos ou que integrem a seleção nacional de sua modalidade esportiva e que tenham obtido até a terceira colocação e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. Sendo estipulado o valor por atleta/mês de R\$ 250,00(Duzentos e cinquenta reais).

V - Categorias Jogos de Inclusão: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito

tenha obtido até a quarta colocação no PARAJASC, evento promovido pela FESPORTE, seja nas modalidades individuais ou coletivas, sendo estipulado o valor por paratleta/mês de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

VI - Categoria Escolar: Contemplado no exercício financeiro de 2019. Atletas ou paratletas que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido até a terceira colocação na Etapa estadual da OLESC, evento promovido pela FESPORTE, nas provas individuais de modalidades individuais ou das modalidades coletivas e que em ambas as situações tenham vínculo com a Fundação Municipal de Esportes. Sendo estipulado o valor por atleta/mês de R\$ 200,00 (duzentos reais);

§1º A concessão da Bolsa Atleta em nenhuma hipótese será cumulativa, ficando a critério do atleta a escolha do benefício em caso de se enquadrar em duas categorias.

§2º Caso a competição ou evento da FESPORTE não tenha ocorrido por motivos em que o atleta não tenha dado causa em ano anterior imediatamente ao presente pleito, será considerada, excepcionalmente, para efeitos de classificação, o último ano em que houve a competição oficial da FESPORTE.

5 DA DURAÇÃO DA BOLSA

5.1 O Programa Bolsa Atleta a ser disponibilizado pela Fundação Municipal de Esportes terá o limite de até 10 (dez) parcelas no Exercício Financeiro de 2020, onde os valores totais correspondem ao tempo entre o mês de homologação da bolsa até o mês de dezembro do ano corrente, sendo que o montante total será dividido em até 10 parcelas.

5.2 Para celebração dos respectivos termos a Comissão de Seleção Desportiva procederá aos atos de ajustes dos valores até o limite fixado neste Regulamento.

6. REUNIÃO

6.1 Processado o chamamento público e selecionados os atletas a serem contemplados, será realizada uma reunião com todos os bolsistas para orientações quanto às responsabilidades de cada atleta e demais informações.

6.2 No caso de não comparecimento na reunião o proponente será excluído do programa.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES

7.1 As despesas provenientes da execução deste Edital serão custeadas por conta do Orçamento do exercício financeiro de 2020:

Órgão: 17 – Fundação Municipal de Esportes de Videira
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira
Proj./Atividade: 2070 – Gestão da FMEV
Modalidade Aplicação: 3.3.90

7.2 O pagamento será efetuado até o dia 15 do mês subsequente.

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS (AS) BOLSISTAS

8.1 Representar exclusivamente o município de Videira, nas equipes da Fundação Municipal de Esportes quando solicitado; ou entidade do município de Videira em competições promovidas e/ou consideradas de interesse da Fundação Municipal de Esportes.

8.2 A participação dos treinamentos no referido Município deverá acontecer para as categorias estadual 1, 2, regional e categoria nacional e internacional com frequência mínima de 3 (três) vezes na semana com duração mínima de 1h, conforme Plano de Trabalho apresentado e comprovante de declaração próprio e/ou do pai/responsável, além da apresentação da declaração do técnico da modalidade, e para categoria de inclusão e categoria escolar no mínimo 2 (duas) vezes por semana com duração mínima de 45 minutos.

8.3 O Bolsista deverá se apresentar e participar de reuniões convocadas pela Fundação Municipal de Esportes, mediante convocação via termo formal em até 05 dias úteis do conhecimento com intuito de:

- a) Prestar esclarecimentos gerais;
- b) Avaliar a meta;
- c) Realizar planejamento;
- d) Tratar de qualquer outro assunto elencado como pertinente pela Fundação Municipal de Esportes;

8.5 Ao receber solicitação para apresentação de relatórios, documentos, ou justificativas de qualquer natureza o bolsista deverá impreterivelmente protocolar junto da Prefeitura Municipal tal documentação em no máximo 05 dias úteis a partir de sua ciência.

TODOS os bolsistas comunicados com 05 dias úteis de antecedência ficam obrigados a participar de eventos municipais, tais como: tardes de lazer, eventos esportivos, aberturas de eventos esportivos; realizados dentro do ano de vigência da parceria, destinados à população em geral, promovidos pela Fundação Municipal de Esportes através de atividades pré estabelecidas pela entidade municipal via comunicados.

8.7 TODOS os bolsistas comunicados com antecedência de até 30 dias corridos pela Fundação Municipal de Esportes ficam obrigados a participarem de qualquer tipo de evento esportivo municipal, regional, estadual, nacional ou internacional dentro do ano de vigência da parceria representando o Município de Videira.

8.8 Todos os bolsistas contemplados devem utilizar, sempre que possível, em seus uniformes de treinamento, passeio, jogo e de impressos, a logomarca oficial do Município de Videira na parte frontal dos mencionados com a identificação da Fundação Municipal de Esportes nos tamanhos mínimos de 11 cm de altura por 9 cm de largura.

8.9 Divulgar nas atividades esportivas, competições, entrevistas e ações, mencionando obrigatoriamente o nome do Município de Videira e da Fundação Municipal de Esportes como parceiro e apoiador;

8.10 Ao Bolsista cabe divulgar, em seu sítio na internet, se tiver, e redes sociais, em locais visíveis a parceria celebrada com o poder público.

8.11 O bolsista fica obrigado a participar de no mínimo 1 (uma) competição promovida pela FESPORTE e 1 (uma) competição homologada pela sua federação, confederação ou respectiva entidade responsável pela modalidade, representando o município de Videira

8.12 O não cumprimento das obrigações previstas na Lei Municipal nº 3.667/19, e no presente edital implicam na suspensão da bolsa atleta.

9. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

9.1 O processo de seleção para avaliação, concessão e exclusão da Bolsa Atleta será realizado de acordo com a disponibilidade financeira da Fundação Municipal de Esportes, segundo os critérios elencados neste instrumento, de acordo com a Lei Municipal nº 3.667/19.

10. DA DIVULGAÇÃO

10.1 A listagem prévia contendo os nomes dos atletas e os valores a serem repassados, respectivamente será divulgada em meio de comunicação eletrônico responsável pelas publicações oficiais do município, no site: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 Os atletas beneficiados com o Programa Bolsa Atleta deverão apresentar semestralmente a Fundação Municipal de Esportes o relatório de atividades esportivas desenvolvidas (Anexo VIII), e fotos comprobatórias de acordo com os cronogramas apresentados.

11.2 Os atletas beneficiados deverão protocolar a prestação de contas na Prefeitura Municipal de Videira endereçada a Fundação Municipal de Esportes, e esta encaminhará à comissão de fiscalização que por sua vez realizará a análise e emitirá parecer, encaminhando posteriormente à Controladoria Interna do Município, visando a sua devida aprovação.

11.3 A prestação de contas deverá conter:

I - declaração própria, ou do responsável, se menor de dezoito anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Atleta foram utilizados para custear as despesas do atleta beneficiado com a sua manutenção pessoal e esportiva;

II - declaração do técnico atestando estar o atleta beneficiado em plena atividade esportiva ou afastado por motivo de saúde (atestado médico original); na inexistência do técnico a declaração poderá ser atestada pelo presidente da entidade ou pelo próprio atleta, com homologação da Fundação Municipal de Esportes;

III - declaração do estabelecimento de ensino fundamental contendo a matrícula e o boletim de aproveitamento escolar do atleta beneficiado, quando for o caso.

11.4 Os documentos apresentados deverão estar legíveis, sem rasuras ou dobraduras, podendo dentro do prazo, serem trocados sem nenhum prejuízo para o atleta bolsista;

11.5 O não cumprimento, quando da solicitação dos requisitos mencionados no presente item, implicam no não pagamento das parcelas subsequentes;

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório no cumprimento de qualquer obrigação ou desacordo nos cronogramas de competições e, ou treinamentos importam em:

I - O benefício da Bolsa Atleta poderá ser cancelado pela Fundação Municipal de Esportes, acarretando na rescisão de contrato.

12.2 O benefício da Bolsa Atleta poderá ser cancelado pela Fundação Municipal de Esportes em caso de:

I - não ser apresentada a documentação comprovando suas participações nas competições previstas no projeto;

II - não participar dos treinos e das competições da entidade sem justificativa;

III - quando o atleta passar a representar, Estado ou País; salvo mediante convocação e justificativa por escrita para a Comissão de Monitoramento e Avaliação e Fundação de Esportes, atendendo aos critérios deste a permissão para tanto;

IV - ocorrer a dispensa de seleções representativas de Videira, por indisciplina ou a seu pedido;

V - verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei;

VI - Em caso de o atleta apresentar atestado médico de doenças que não estão relacionadas com as atividades esportivas.

12.3 O órgão concedente fica incumbido de realizar, a qualquer momento, procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.

12.4 A comissão de Seleção Desportiva do Bolsa Atleta será formada por 3 (três) membros, sendo:

I - O Diretor Geral da Fundação de Esportes, que presidirá;

II - 2 (dois) servidores designados por ato do Prefeito.

12.5 A comissão de monitoramento e avaliação do bolsa atleta será formada por 3 (três) membros, sendo:

I – O gerente técnico da FMEV, que a presidirá;

II – 2 (dois) servidores designados por ato do Prefeito.

12.6 A Comissão de monitoramento e avaliação será responsável pela emissão de relatório técnico semestralmente de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

12.7 Casos extraordinários que não estejam previstos no edital, serão analisados e definidos pelas comissões e o Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Videira.

13. DO CRONOGRAMA

13.1 Os prazos para protocolo dos documentos e atos mencionados no presente edital seguem o cronograma do Anexo XI.

Videira, 3 de janeiro de 2020.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

ANEXO I

PROGRAMA BOLSA ATLETA

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

I - Identificação (nome do atleta)				UF	
Nome do pai e/ou responsável				Sexo masculino feminino	
Nome da mãe e/ou responsável					
Data de nascimento / /	CPF	RG (incluir UF)			
Estado civil	Naturalidade	Nacionalidade			
Modalidade Desportiva Praticada		Nº do Registro na Federação/Confederação			
E-mail do atleta					
Endereço completo do atleta					
Cidade	CEP	Telefones (fixo e celular) ()			

II - Modalidade

Categoria:	Categoria Estadual 1
	Categoria Nacional/Internacional
	Categoria Estadual 2
	Categoria Regional
	Categoria Jogos de Inclusão Categoria Jogos Escolares
Atleta vinculado à Associação/Entidade? () Sim Qual? () Não	
Já recebeu "Bolsa Atleta" anteriormente? () Sim Quando? () Não	

III - Dados complementares.

Nome do Banco	Agência	Nº da Conta corrente
---------------	---------	----------------------

IV – Anexar neste formulário os documentos relacionados abaixo

- Cópia do documento de Identidade e CPF do Atleta;
- Declaração padrão informando não receber salário na condição de atleta - Anexo X;
- Comprovante de matrícula escolar;
- Indicação do atleta pela entidade e/ou técnico da modalidade (se tiver);
- Declaração da entidade e/ou do técnico da modalidade de que o atleta se encontra em plena atividade desportiva não profissional Anexo III A, ou atleta individual Anexo III B;
- Projeto anual contemplando as competições e objetivos a serem alcançados, de acordo com o calendário de Federação ou Confederação da modalidade.
- Declaração semestral do Técnico da modalidade atestando a confirmação que está participando dos treinamentos e competições, representado a Entidade e o Município.
- Comprovante de residência ou trabalho ou estudo no município de Videira
- Comprovação das conquistas de 2019 que lhe dá o direito do Bolsa Atleta.

Data	Assinatura do atleta
Assinatura do Presidente da Entidade/Técnico Modalidade	

ANEXO II

REQUERIMENTO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES SOLICITANDO BOLSA ATLETA

Videira, ____ de ____ de 2020

Senhor Superintendente

Em consonância com a Lei Municipal nº 3.667/19, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento a comissão de seleção, para que se proceda a análise do BOLSA ATLETA (nome do atleta) _____, do pleito e de todas as exigências determinadas na Lei Supra, bem como emissão de parecer sobre a solicitação de repasse financeiro para o exercício de 2020. Declaro para devido fins e efeitos legais que não estou cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade conforme Lei Municipal nº 3.667/19

Atenciosamente,

(NOME DO ATLETA E ASSINATURA)

Pai ou Responsável (para menores de 18 anos) Ao Senhor Ederson Leobet
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes
Videira/SC
ANEXO III - A

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA
ATLETA VINCULADO

Declaramos que o (a) atleta _____ da modalidade _____ vinculado à (nome da associação) _____, está em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Videira em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação está sendo coordenado e executado pela comissão técnica da modalidade a partir do calendário de eventos da Entidade Gestora do Desporto de SC. Os treinamentos acontecem as _____ das _____ na sede (local de treinamento)

Videira (SC), ____ de ____ de 2020

Presidente/Técnico

ANEXO III - B

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA
ATLETA INDIVIDUAL

Eu _____, atleta da modalidade _____, declaro que estou em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Videira em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação é coordenado e executado individualmente obedecendo ao cronograma desenvolvido. Os treinamentos acontecem as _____ horas, (dia da semana) de _____ na sede (local de treinamento) _____.

Videira (SC), ____ de ____ de 2020

Atleta

ANEXO IV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS

Eu _____, registrado(a) sob o nº de Carteira de Identidade _____-SSP/_____ e CPF nº _____, responsável legal, na qualidade de _____ (pai, mãe ou tutor), do menor _____, registrado sob o nº de Carteira de Identidade _____-SSP/_____, nascido(a) em ____ de _____ do ano de _____, AUTORIZO a inscrição do mesmo no Programa Bolsa Atleta, organizado pela Fundação Municipal de Esportes do Município de Videira – Santa Catarina, assumindo toda a responsabilidade pela presente autorização na forma da Lei.

Videira - SC, ____ de _____ de 2020

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO DO (A) ATLETA

Eu _____, atleta da modalidade de _____, autorizo o direito de uso da minha imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como utilizarei a marca oficial do município e da fundação Municipal de Esportes em uniformes de treinos e competições.

Videira (SC), ____ de ____ de 2020

Atleta

ANEXO VI

CURRICULO ESPORTIVO - ATLETA

DADOS PESSOAIS

NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	SEXO: () M () F

FILIAÇÃO ESPORTIVA (OPCIONAL)

ASSOCIAÇÃO / CLUBE:
TÉCNICO RESPONSÁVEL:
TEMPO DE ATUAÇÃO ESPORTIVA:

PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS OBTIDOS EM 2019

ANEXO X

Eu _____, inscrito sob o nº de Carteira de Identidade _____ e CPF nº _____, venho por meio deste documento, afirmar que não recebo nenhum tipo de salário proveniente de condição de atleta.

Por estas informações acima descritas serem verdadeiras firmo a presente declaração e me comprometo que se houver qualquer mudança em tal realidade que comunicarei imediatamente à Fundação Municipal de Esporte através de documento protocolado na mesma. Declaro ter ciência de que o descumprimento do compromisso acima resultará em minha exclusão do Programa Bolsa Atleta.

Videira - SC, _____ de _____ de 2020

Atleta

ANEXO XI

CRONOGRAMA

Etapas	Data inicial	Data Final
Protocolo dos requerimentos	06/01/2020	06/02/2020
Análise dos requerimentos	07/02/2020	17/02/2020
Publicação dos resultados	20/02/2020	
Assinatura dos convênios	27/02/2020	
Início do programa	01/03/2020	
1ª Prestação de conta (treinos e competições)	01/07/2020	
2ª Prestação de conta (treinos e Competições)	01/12/2020	

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0074/19

Publicação Nº 2298385

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0074/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA GSCHWENDTNER

CPF: 291.890.588-79

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2019 até 25 de março de 2020

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0112/19

Publicação Nº 2298387

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0112/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 31 de janeiro de 2020

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0115/19

Publicação Nº 2298390

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0115/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAROLINA FIORELLI

CPF: 084.586.569-226

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2019 até 31 de janeiro de 2020

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0120/19

Publicação Nº 2298393

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0120/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI
CPF: 010.400.039-23
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 10 de fevereiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0158/19

Publicação Nº 2298075

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0158/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI
CPF: 794.011.209-00
VIGÊNCIA: de 18 de março de 2019 até 17 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0160/19

Publicação Nº 2298084

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0160/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLECI GROLLI
CPF: 538.608.029-68
VIGÊNCIA: de 12 de março de 2019 até 11 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0161/19

Publicação Nº 2298085

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0161/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA CRISTINA PETRY
CPF: 065.659.369-51
VIGÊNCIA: de 08 de março de 2019 até 06 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0168/19

Publicação Nº 2298059

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0168/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILMARA FATIMA DA SILVA SANTOS
CPF: 047.161.199-98
VIGÊNCIA: de 18 de março de 2019 até 31 de janeiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0181/19

Publicação Nº 2298074

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0181/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSEMERI TRAGANCIN GUSATTO
CPF: 044.868.359-80
VIGÊNCIA: de 20 de março de 2019 até 19 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0182/19

Publicação Nº 2298079

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0182/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANE RABUSKE
CPF: 049.919.059-90
VIGÊNCIA: de 21 de março de 2019 até 20 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0183/19

Publicação Nº 2298081

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0183/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA KARINE SOARES
CPF: 084.631.849-01
VIGÊNCIA: de 21 de março de 2019 até 20 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0230/19

Publicação Nº 2298397

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0230/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KESCY DE PAULA DIAS
CPF: 104.424.849-177
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2019 até 31 de janeiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0249/19

Publicação Nº 2298404

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0249/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MONALIZA CRISTIAN DOS SANTOS
CPF: 076.510.819-43
VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2019 até 31 de janeiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0313/18

Publicação Nº 2298063

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0313/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CATIÉLYS NÍOBE MATTIELLO
CPF: 084.304.109-96
VIGÊNCIA: de 16 de Julho de 2018 até 16 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0330/19

Publicação Nº 2298576

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0330/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOÃO PAULO BARTOKOSKI
CPF: 004.655.669-95
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2019 até 18 de março de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0338/19

Publicação Nº 2298417

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0338/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELISSANDRA COMUNELLO KEMER
CPF: 060.294.799-54
VIGÊNCIA: de 24 de junho de 2019 até 10 de fevereiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0361/19

Publicação Nº 2298065

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0361/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MARCELO DE CARVALHO TAVEIRA
CPF: 176.585.908-51
VIGÊNCIA: de 01 de Julho de 2019 até 30 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0363/19

Publicação Nº 2298579

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0363/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUCIO MAURO DE SOUZA
CPF: 833.888.429-49
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 até 30 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0365/19

Publicação Nº 2298419

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0365/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA
CPF: 092.648.579-23
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 até 15 de fevereiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0369/19

Publicação Nº 2298437

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0369/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIBELE SANTIN
CPF: 008.763.479-10
CLÁUSULA 1ª – Ficam alteradas as cláusulas 1ª e 2ª do Contrato Administrativo nº 0369/19, firmado em 16 de julho de 2019, com término previsto para 20 de dezembro de 2019, prorrogando-se até 09 de fevereiro de 2020, alterando-se a justificativa de “para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de não haver concurso válido para o referido cargo” para “e fica assegurada a contratação da funcionária até 09 de fevereiro de 2020, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto”. VIGÊNCIA: de 16 de julho de 2019 até 09 de fevereiro de 2020 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0399/19

Publicação Nº 2298072

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0399/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI APARECIDA ANDRIN
CPF: 776.909.239-68
VIGÊNCIA: de 08 de agosto de 2019 até 07 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0404/19

Publicação Nº 2298426

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0404/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 069.027.249-97
VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2019 até 03 de fevereiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0437/19

Publicação Nº 2298577

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0437/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOANITA DA SILVA
CPF: 052.680.279-05
VIGÊNCIA: de 09 de setembro de 2019 até 08 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0446/19

Publicação Nº 2298062

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0446/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOÃO VÍTOR RUBINI
CPF: 075.518.189-10
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2019 até 16 de março de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0461/19

Publicação Nº 2298429

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0461/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE APARECIDA DE ANDRADE
CPF: 077.043.479-77
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2019 até 03 de fevereiro de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0482/19

Publicação Nº 2298434

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0482/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO
CPF: 029.133.939-50
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2019 até 25 de março de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0483/19

Publicação Nº 2298092

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0483/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE LURDES MORAES
CPF: 578.169.720-91
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2019 até 14 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

RETIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO Nº 211/2019 - PMV

Publicação Nº 2298383

Retificação ao Termo Aditivo nº 211/2019

Contrato/CT nº 186/2019

Processo: PR 109/2019-PMV

Contratado: AGN FRIOS LTDA

Objeto: Acrescer quantitativo ao item 01 (50 kits), em razão do aumento do número de servidores na data base de 30/11/2019 e prorrogar o prazo de vigência do contrato até 10/01/2020, para fins de pagamento de nota fiscal.

Valor: R\$ 3.675,00

Data: 16/12/2019

AUTO DE INFRAÇÃO 22/2019 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicação Nº 2298557

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Página 1 de 1

AUTO DE INFRAÇÃO 22/2019LAVRADO EM: 26/12/2019
1º VIA**ÓRGÃO AUTUANTE**

Departamento de Vigilância Sanitária Municipal

Endereço: Rua Antônio Ferlin, 550 - São Cristovão - Videira - SC - CEP: 89562-082 - Fone: (49) 3531-1091

AUTUADO

RAZÃO SOCIAL:	ROMILDO BRUNO POLO ME
CNPJ/CPF:	85.383.511/0001-92
ENDEREÇO:	Ernesto Lazzarotto, 25, Vila Verde
PROPRIETÁRIO E/OU RESPONSÁVEL:	ROMILDO BRUNO POLO
RAMO DE ATIVIDADE OU NEGÓCIO:	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

AUTO DE INTIMAÇÃO

(No caso de obrigação subsistente)		
Nº /	Data: ____/____/____	Prazo para cumprimento: _____

ENQUADRAMENTO LEGAL

Art's 12, 25,30,61,XXX da Lei Estadual de 6320/83;c/c art 5º do Decreto Estadual 23663/84 c/c art's 23 e 24 do Decreto Estadual 24622/84; c/c; art's 5º, 96, IV, 97 do Decreto Estadual 31455/87; c/c itens 4.2.1, 4.5.2, 4.7.5 da RESOLUÇÃO RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004, c/c arts 37,39 caput da Lei Municipal 257/92.

DESCRIÇÃO DAS IRREGULARIDADES

Ausência de uniforme completo: touca descartável, camiseta, calça comprida e calçado fechado preferencialmente de cor clara;
Ausência de lixeira com tampa sem contato manual;
Ausência de sabonete líquido e papel toalha na pia;
Presença de ventilador na área do açougue,;
Presença de carnes temperadas;
Presença de carne moída fracionada/embalada;
Presença de carnes fracionadas/embaladas sem as informações de rastreabilidade;

CIÊNCIA

Estou ciente de que em virtude da infração caracterizada neste Auto, responderei a Processo Administrativo, ficando sujeito as penalidades de advertência, multa, apreensão, inutilização e interdição de produtos ou bens c/c Lei Complementar nº. 257/92. Estou ciente ainda de que poderei apresentar defesa por escrito, prazo de 15 (quinze) dias, contados desta notificação, ao Coordenador da Vigilância Sanitária Municipal.

RECEBI A 1ª VIA EM: ____/____/____ às ____:

Nome do Responsável: ROMILDO BRUNO POLO ME Assinatura: _____

TESTEMUNHA (EM CASO DE RECUSA DO RESPONSÁVEL)

1º - NOME LEGÍVEL: _____ ASSINATURA: _____

2º - NOME LEGÍVEL: _____ ASSINATURA: _____

AUTORIDADE DE SAÚDEDiana Perosa
Bruna SantinFiscal da vigilância sanitária
Fiscal da vigilância sanitária

Impresso em 26 de Dezembro de 2019

AUTO DE INTIMAÇÃO Nº 27/2019 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicação Nº 2298555



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
Secretaria de Vigilância Sanitária

Página 1 de 2
26/12/2019
08:42:01

AUTO DE INTIMAÇÃO - Nº 27/2019**INTIMADO****Nome Pessoa Física Jurídica:** ROMILDO BRUNO POLO ME**CNPJ / CPF:** 85.383.511/0001-92**Nome Fantasia:** ROMILDO BRUNO POLO ME**Inscrição Estadual:** 254.338.461**Endereço completo:** Ernesto Lazzarotto,25 - Vila Verde**Responsável/Proprietário:**

ROMILDO BRUNO POLO

Responsável Técnico:**Ramos de Atividade:**

Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

ENQUADRAMENTO LEGAL

Dispositivo legal ou regulamentar infringido e/ou que autorize a medida:

Art's 12, 25,30 da Lei Estadual de 6320/83;c/c art 5º do Decreto Estadual 23663/84 c/c art's 23 e 24 do Decreto Estadual 24622/84; c/c; art's 5º, 96, IV, 97 do Decreto Estadual 31455/87; c/c itens 4.2.1, 4.5.2, 4.7.5 da RESOLUÇÃO RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004, c/c arts 37,39 caput da Lei Municipal 257/92.

Auto de Infração: /**Auto de Penalidade:** /**DESCRIÇÃO DAS IRREGULARIDADES**

Em atendimento á denuncia recebida pelo setor de ouvidoria, foi realizada vistoria no dia 01/11/2019 na qual foram constatadas irregularidades que resultaram no auto de infração 22/2019. O proprietário dificultou as ações da fiscalização e não permitiu a apreensão e inutilização dos produtos irregulares.

As irregularidades encontradas na vistoria foram:

Ausência de uniforme completo: touca descartável, camiseta, calça comprida e calçado fechado preferencialmente de cor clara;

Ausência de lixeira com tampa sem contato manual;

Ausência de sabonete liquido e papel toalha na pia;

Presença de ventilador na área do açougue;

Presença de carnes temperadas;

Presença de carne moída fracionada/embalada;

Presença de carnes fracionadas/embaladas sem as informações de rastreabilidade;

DESCRIÇÃO DAS EXIGÊNCIAS

Providenciar uniforme completo: touca descartável, camiseta, calça comprida e calçado fechado preferencialmente de cor clara;

Providenciar lixeira com tampa sem contato manual;

Providenciar sabonete liquido e papel toalha na pia;

Retirar ventilador da área do açougue,

Respeitar a classificação do açougue tipo B;

PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
Secretaria de Vigilância Sanitária

Página 2 de 2
26/12/2019
08:42:01

AUTO DE INTIMAÇÃO - Nº 27/2019

01/11/2019 dia(s)

CIÊNCIA

Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 6.320, de 20 de dezembro de 1983, sem prejuízo de outras medidas legais e regulamentares especialmente aquelas previstas no Art. 30 do decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Estou ciente também que poderei solicitar prorrogação do prazo aqui estabelecido, uma única vez, justificadamente por escrito, à autoridade de saúde autuante, até 24 horas antes de terminar o referido prazo.

Recebi a 1º via em às

RESPONSÁVEL

Nome: ROMILDO BRUNO POLO ME

Assinatura

TESTEMUNHAS (em caso de recusa do responsável)

Nome Legível:

Assinatura

Nome Legível:

Assinatura

AUTORIDADE DE SAÚDE

Localidade: VIDEIRA

Data: 26/12/2019

Nome: DIANA PEROSA

Cargo: Fiscal da VISA

Assinatura

Nome: BRUNA SANTIN

Cargo: Fiscal da VISA

Assinatura

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 034/2019

Publicação Nº 2297881



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Pág 1 / 10

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2020

Pregão Nº 34/2019

Validade: 31/12/2020

02 de janeiro de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES., pelo período de 11 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES.**, em um prazo que se estende 31/12/2020 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 856630 - ZEROS DISTRIBUIDORA EIREL						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	ARQUIVO MORTO PAPELÃO (350X135X240)	UN	SIEDSLAG	50	1,40	70,00
12	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR PRETA - 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	500	0,42	210,00
13	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERDE 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	100	1,98	198,00
14	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	100	1,98	198,00
15	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE - COR VERMELHA 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	200	0,35	70,00
18	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR AZUL 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	50	1,90	95,00
19	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR PRETA - 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	200	1,90	380,00
21	CARTOLINA 150G 50X66 COR AMARELA	UN	ALCART	200	0,36	72,00
22	CARTOLINA 150G 50X66 COR AZUL	UN	ALCART	200	0,36	72,00
23	CARTOLINA 150G 50X66 COR BRANCA	UN	TRENTON	500	0,35	175,00
24	CARTOLINA 150G 50X66 COR VERDE	UN	ALCART	200	0,40	80,00
25	CARTOLINA DUPLEX NA COR AMARELA	UN	RST	200	0,55	110,00
26	CARTOLINA DUPLEX NA COR AZUL	UN	RST	200	0,55	110,00
27	CARTOLINA DUPLEX NA COR PRETA	UN	RST	200	0,55	110,00
28	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERDE	UN	RST	200	0,55	110,00
29	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERMELHA	UN	RST	200	0,55	110,00
30	CLIPS NR.0 GALVANIZADO C/ 500GRAMAS	CAIXA	NEW	10	5,15	51,50
31	CLIPS NR.8/0 GALVANIZADO C/500 GRAMAS	CAIXA	XR	10	5,15	51,50

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Única: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 10

Fornecedor: 856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
32	COLA BRANCA ESCOLAR MINIMO 100G, NAO TOXICA, PLASTICA LAVAVEL, COM BICO RESISTENTE 1ª QUALIDADE	UN	PALHA	200	1,30	260,00
33	COLA BRANCA ESCOLAR 40 GRAMAS, NAO TOXICA, LAVAVEL BICO RESISTENTE, 1ª QUALIDADE.	UN	PALHACINHO	700	0,60	420,00
36	ESTILETE RETRATIL PROFISSIONAL LAMINA EM ACO CARBONO COM PONTAS RENOVAVEIS E TRATAMENTO E ANTIFERRUGEM, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RESISTENTE LAMINA LARGA.	UN	STYLE	10	1,35	13,50
43	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AMARELA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
44	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL CLARO C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
45	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL ESCURO C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
46	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR BRANCA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
47	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR DE PELE C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
48	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR LARANJA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
49	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR PRETA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
50	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR ROSA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
51	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
52	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE LIMA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
53	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHA ESCURA C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
54	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHO CLARO C/10	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
55	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR MARROM	PACOTE	MILLY	20	9,00	180,00
65	MASSINHA PARA MODELAR 90 G C/6 UNIDADES 1ª QUALIDADE	CAIXA	KOALA	250	1,30	325,00
66	PAPEL BRANCO MONOLUCIDO, 60G, BOBINA DE 08 KG.	BOBINA	TRENTA	7	77,00	539,00
67	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AMARELA	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
68	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AZUL ESCURA	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
69	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR BRANCA	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
70	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR PRETA	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
71	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERDE	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
72	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERMELHA	PACOTE	RST	30	7,10	213,00
73	PAPEL CONTACTO PRETO, ROLO C 25MT 1ªQUALIDADE	ROLO		4	7,90	31,60
74	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS, 1ª QUALIDADE.	ROLO	LEOTAC	10	38,00	380,00
75	PAPEL CREPOM C/10 COR AMARELA	PACOTE	RST	20	6,00	120,00
76	PAPEL CREPOM C/10 COR BRANCA	PACOTE	RST	20	6,00	120,00
77	PAPEL CREPOM C/10 COR LARANJA	PACOTE	RST	20	6,00	120,00
78	PAPEL CREPOM C/10 COR VERDE	PACOTE	RST	20	6,00	120,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 10

Fornecedor: 856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
79	PAPEL CREPOM COM 10 NA COR AZUL	PACOTE	RST	20	6,00	120,00
80	PAPEL DOBRADURA COR AMARELA	UN	RST	60	0,30	18,00
81	PAPEL DOBRADURA COR AZUL	UN	RST	60	0,30	18,00
82	PAPEL DOBRADURA COR ROSA	UN	RST	60	0,30	18,00
83	PAPEL DOBRADURA COR VERDE	UN	RST	60	0,30	18,00
84	PAPEL DOBRADURA COR VERMELHO	UN	RST	60	0,30	18,00
85	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR PALHA	CAIXA	USAPEL	10	10,40	104,00
86	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS, NA COR SALMAO	CAIXA	USAPEL	10	10,45	104,50
87	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR BRANCA	CAIXA	USAPEL	10	10,45	104,50
88	PAPEL KRAFT NATURAL, 80G, BOBINA C/ 14 KG DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 1,00 X 200 M.	BOBINA	TRENTA	2	98,00	196,00
94	PASTA SUSPENSIA KRAFT 170G HASTE PLASTICA CX 50 UN	CAIXA	THUR	5	48,00	240,00
95	PERCEVEJO LATONADO COM 100 UNIDADES	CAIXA	BRW	20	1,30	26,00
96	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA AZUL 1ª QUALIDADE C/12 FABRICACAO NACIONAL	CAIXA	JAPAN	10	14,00	140,00
97	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR PRETA	CAIXA	JAPAN	10	14,00	140,00
98	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERDE	CAIXA	JAPAN	10	14,00	140,00
99	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERMELHA	CAIXA	JAPAM	10	14,00	140,00
100	PINCEL PARA TINTA Nº 12 DE 1ª QUALIDADE	UN	LEONORA	100	1,50	150,00
101	PRANCHETA MDF A4 BRANCA C/ PREND.METÁLICO	UN	CAGEMA	2	5,20	10,40
103	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR AZUL.	UN	RADEX	10	26,30	263,00
104	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200ML, COR PRETA.	UN	RADEX	10	26,30	263,00
105	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR VERMELHA.	UN	RADEX	10	25,00	250,00
109	TINTA FACIAL NAO TOXICA, C/ 6 UNIDADES DE 15 ML NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETA E BRANCA DE 1ª QUALIDADE.	CAIXA	ROSTINHO PINTADO	10	12,00	120,00
110	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AZUL, 1ª QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Única: 1 Sequência -
 Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
 Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
 Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 10

Fornecedor: 856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
111	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AMARELO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00
112	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, BRANCO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00
113	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, PRETO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00
114	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA, VERDE, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00
115	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, VERMELHO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	13,00	130,00
116	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROSA	ROLO	SB	3	38,00	114,00
117	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR LARANJA	ROLO	SB	3	38,00	114,00
118	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROXA	ROLO	SB	3	38,00	114,00
119	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AMARELA	ROLO	SB	3	38,00	114,00
120	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AZUL	ROLO	SB	3	38,00	114,00
121	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR BRANCA	ROLO	SB	4	38,00	152,00
122	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERDE	ROLO	SB	3	38,00	114,00
123	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERMELHA	ROLO	SB	3	38,00	114,00
124	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50 METROS COR PRETO	ROLO	SB	3	38,00	114,00
125	PISTOLA DE COLA QUENTE, GROSSA, PONTA DE METAL	UN	CLASSE	10	10,35	103,50
Total do Fornecedor:						12.889,00

Fornecedor: 857041 - BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO INSTANTÂNEO INCOLOR LÍQUIDO DE 1º QUALIDADE, QUE PERMITE ADESÕES SUMAMENTE RÁPIDAS E RESISTENTES EM SUPERFÍCIES, COMO: METAIS, PLÁSTICOS, BORRACHA E MATERIAIS POROSOS 20G TIPO SUPERCIANO.	UN	CLASSE	30	5,00	150,00
5	BALÃO COMUM, PRODUZIDO EM LÁTEX COM DIMENSÕES DE POLEGADAS (23 CENTÍMETROS) DE CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1º QUALIDADE	PACOTE	JOY	100	6,10	610,00
9	CADERNO 1/4 BROCHURA 60 FOLHAS BRANCAS CAPA DURA	UN	PANAMERICANA	1.000	2,30	2.300,00
93	PAPEL OFÍCIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.	PACOTE	PERFECT PAPER	300	15,50	4.650,00
Total do Fornecedor:						7.710,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES****Compras e Contratos****Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Única: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 10

Fornecedor: 857289 - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	ALFINETE PARA MAPA REDONDO COLORIDO CX 50 UN	CAIXA	LYKE	5	1,60	8,00
3	APONTADOR COM LAMINA DE AÇO TEMPERADO ESPECIAL MATERIAL RESISTENTE DE 1º QUALIDADE.	UN	GOLLER	400	0,10	40,00
7	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO 32X23X7MM, EM BORRACHA CARGAS, ÓLEO MINERAL, ACELERADOR E ESSENCIA, PRODUTO NÃO TOXICO, 1º QUALIDADE	UN	SERELEPE	1.000	0,17	170,00
8	CADERNO BROCHURA UNIVERSITARIO 96 FOLHAS FORMATO 200MMX275MM FOLHAS BRANCAS, CAPA DURA	UN	PANAMERICANA	2.000	3,44	6.880,00
10	CADERNO CALIGRAFIA 1/4 PEQUENO DE 40 A 48 FOLHAS	UN	NEO MUNDI	100	0,74	74,00
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 200 FOLHAS BRANCAS UMA MATERIA	UN	PANAMERICANA	70	7,80	546,00
17	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES 1º QUALIDADE	UN	FOKINHO	20	2,18	43,60
20	CANETA PARA RETROPROJETOR CORES VARIADAS, PONTA FINA 1,0MM, 1ª QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	30	1,15	34,50
38	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA GALVANIZADO	UN	CAVIA	10	0,80	8,00
39	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 25X50 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	100	4,10	410,00
40	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 50X50 PESO 245GG 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	8,50	425,00
41	FITA ADESIVA TRANSPARENTE MINIMA DE 12MMX40M ROLO GRANDE - 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	0,52	26,00
42	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 48MMX45M, 1ª QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	2,00	100,00
56	GIZ DE CERA, CAIXA C/12 UNIDADES, 1ª QUALIDADE, FABRICADO COM CERA DE ALTA QUALIDADE, DE FORMATO ANATOMICO	CAIXA	GABIGU	60	1,10	66,00
57	GIZ ESCOLAR BRANCO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	20	1,50	30,00
58	GIZ ESCOLAR COLORIDO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	20	1,90	38,00
59	GRAMPEADOR PARA GRAMPO 26/6 MEDIO - ESTRUTURA METALICA, APOIO PLASTICO, PARA GRAMPEAMENTO MINIMO DE 20 FOLHAS GRAMATURA 15 GR/M2	UN	LYKE	8	4,50	36,00
60	GRAMPEADOR MODELO ALICATE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 30 FOLHAS.	UN	LYKE	5	15,50	77,50
61	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000	CAIXA	LYKE	10	2,85	28,50
62	LAPIS DE COR APONTADO PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL OTIMA TRANSFERENCIA DE COR PARA O PAPEL COM GRANDE COBERTURA CORES VIVAS E BRILHANTES FACIL DE PONTAR SUPER RESISTENTE FEITO DE MADEIRA CAIXA GRANDE COM 12 UNIDADES 1º QUALIDADE.	CAIXA	LABRA	700	2,50	1.750,00
64	MARCA TEXTO CORES VARIADAS.	UN	LYKE	12	0,70	8,40
89	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AMARELA.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
90	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Única: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 6 / 10

Fornecedor: 857289 - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	FOLHAS, COR AZUL.					
91	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR ROSA.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
92	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR VERDE.	RESMA	CHAMEX	10	24,50	245,00
102	PRENDEDOR PRETO PARA PAPEL 19MM COM 12 UNIDADES	CAIXA	VISION	2	2,00	4,00
106	REGUA ESCOLAR FABRICADA EM POLIPROPILENO 30CM DE COMPRIMENTO CRISTAL.	UN	WALEU	600	0,50	300,00
107	TESOURA ESCOLAR, LÂMINA EM AÇO INOX 5". CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINA SEM PONTA.	UN	LYKE	150	1,10	165,00
Total do Fornecedor:						12.248,50
Fornecedor: 857483 - L&S COMERCIAL						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
37	ETIQUETA ADESIVA ESCOLAR 53X80 MM C/ PAUTA C/ TARJA PT 10 UN	PACOTE	REFLEX	100	3,62	362,00
126	RÉGUA ACRÍLICA 60CM, FEITA EM POLIESTIRENO GRAVADA POR TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM GARANTINDO UMA MELHOR PRECISÃO, POSSUI DOIS MICRO RESSALTOS NA FACE QUE ENTRA EM CONTATO COM O PAPEL, EVITANDO O DESGASTE DA ESCALA.	UN	ACRIMET	40	7,58	303,20
Total do Fornecedor:						665,20
Fornecedor: 860220 - JS SIMÕES						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA PARA PISTOLA GRANDE	UN	RENDICOLA	10	0,59	5,90
16	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR AZUL, 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	1.500	0,39	585,00
34	COLA GLITTER ESCOLAR C/ 12 CORES VARIADAS, ATOXICA, SOLUVEL EM AGUA COMP: RESINA DE PVA, GLITTER E CONSERVANTE BENZOTIAZOL DE 1ª QUALIDADE	UN	ACRILEX	20	3,35	67,00
63	LAPIS PRETO COM GRADUAÇÃO Nº02 EM FORMATO REDONDO, MACIO E RESISTENTE, APONTADO, 1ª QUALIDADE	UN	MASTERPRINT	1.000	0,12	120,00
108	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	UN	ALEMANIA	10	3,90	39,00
Total do Fornecedor:						816,90

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 11 meses é de **R\$ 34.329,60 (trinta e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)**.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31/12/2020, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Única: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 7 / 10

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 34/2019**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 34/2019** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2020	
105	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3339030140000000000	Material educativo e esportivo
01360000	TSalário Educação
2020	
46	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3339030140000000000	Material educativo e esportivo
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2019	
63	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3339030140000000000	Material educativo e esportivo
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2020	
78	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3339030140000000000	Material educativo e esportivo
01190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES****Compras e Contratos****Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 8 / 10

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 9 / 10

- 8.1 Pela Administração Municipal, quando:
- 8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.
- 8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.
- 8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:
- 10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.
- 10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.
- 10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.
- 11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES. Nº. 34/2019, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.
12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 02 de janeiro de 2020.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2019 Número Minuta: 60 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 1 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 1 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2019 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 60 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 10 / 10

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL
CONTRATADA

BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA
CONTRATADA

L&S COMERCIAL
CONTRATADA

JS SIMÕES
CONTRATADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 32-2019

Publicação Nº 2297879

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 58 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão
Para Contratação de Serviços
32/2019
Processo Administrativo: 47/2019**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 32/2019, o(s) participante(s):

102881 - VILSON FERNANDES ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA B110B, ANO 2011	UN	GENUINA	1	R\$9.900,00	R\$9.900,00
Total do Fornecedor:						R\$9.900,00

Valor Total:	9.900,00
---------------------	----------

Vitor Meireles, 2 de janeiro de 2020

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 34-2019

Publicação Nº 2297880

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação: 60 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
34/2019
Processo Administrativo: 49/2019

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 34/2019, o(s) participante(s):

856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	ARQUIVO MORTO PAPELÃO (350X135X240)	UN	SIEDSLAG	50	R\$1,40	R\$70,00
12	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR PRETA - 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	500	R\$0,42	R\$210,00
13	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERDE 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	100	R\$1,98	R\$198,00
14	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHA 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	100	R\$1,98	R\$198,00
15	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE - COR VERMELHA 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	200	R\$0,35	R\$70,00
18	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR AZUL 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	50	R\$1,90	R\$95,00
19	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COR PRETA - 1ª QUALIDADE RECARREGAVEL, FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	JAPAN	200	R\$1,90	R\$380,00
21	CARTOLINA 150G 50X66 COR AMARELA	UN	ALCART	200	R\$0,36	R\$72,00
22	CARTOLINA 150G 50X66 COR AZUL	UN	ALCART	200	R\$0,36	R\$72,00
23	CARTOLINA 150G 50X66 COR BRANCA	UN	TRENTON	500	R\$0,35	R\$175,00
24	CARTOLINA 150G 50X66 COR VERDE	UN	ALCART	200	R\$0,40	R\$80,00
25	CARTOLINA DUPLEX NA COR AMARELA	UN	RST	200	R\$0,55	R\$110,00
26	CARTOLINA DUPLEX NA COR AZUL	UN	RST	200	R\$0,55	R\$110,00
27	CARTOLINA DUPLEX NA COR PRETA	UN	RST	200	R\$0,55	R\$110,00
28	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERDE	UN	RST	200	R\$0,55	R\$110,00
29	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERMELHA	UN	RST	200	R\$0,55	R\$110,00
30	CLIPS NR.0 GALVANIZADO C/500GRAMAS	CAIXA	NEW	10	R\$5,15	R\$51,50
31	CLIPS NR.8/0 GALVANIZADO C/500 GRAMAS	CAIXA	XR	10	R\$5,15	R\$51,50
32	COLA BRANCA ESCOLAR MINIMO 100G, NAO TOXICA, PLASTICA LAVAVEL, COM BICO RESISTENTE 1ª QUALIDADE	UN	PALHA	200	R\$1,30	R\$260,00
33	COLA BRANCA ESCOLAR 40 GRAMAS, NAO TOXICA, LAVAVEL BICO RESISTENTE, 1ª QUALIDADE.	UN	PALHACINHO	700	R\$0,60	R\$420,00
36	ESTILETE RETRATIL PROFISSIONAL LAMINA EM ACO CARBONO COM PONTAS RENOVAVEIS E TRATAMENTO E ANTIFERRUGEM, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RESISTENTE LAMINA LARGA.	UN	STYLE	10	R\$1,35	R\$13,50
43	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AMARELA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
44	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL CLARO C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
45	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL ESCURO C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
46	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR BRANCA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
47	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR DE PELE C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
48	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR LARANJA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00

IPM Sistemas Ltda
 Atendimento - WCO v.2015.04

Identificador: WCO561201-006-DECNHK-315663542 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

02/01/2020 11:19:02 -03:00



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
 Minuta - Licitação: 60 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 2 / 5

856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR PRETA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
50	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR ROSA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
51	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
52	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE LIMA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
53	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHA ESCURA C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
54	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHO CLARO C/10	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
55	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR MARROM	PACOTE	MILLY	20	R\$9,00	R\$180,00
65	MASSINHA PARA MODELAR 90 G C/6 UNIDADES 1ª QUALIDADE	CAIXA	KOALA	250	R\$1,30	R\$325,00
66	PAPEL BRANCO MONOLUCIDO, 60G, BOBINA DE 08 KG.	BOBINA	TRENTON	7	R\$77,00	R\$539,00
67	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AMARELA	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
68	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AZUL ESCURA	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
69	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR BRANCA	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
70	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR PRETA	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
71	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERDE	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
72	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERMELHA	PACOTE	RST	30	R\$7,10	R\$213,00
73	PAPEL CONTACTO PRETO, ROLO C 25MT 1ª QUALIDADE	ROLO		4	R\$7,90	R\$31,60
74	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS, 1ª QUALIDADE.	ROLO	LEOTAC	10	R\$38,00	R\$380,00
75	PAPEL CREPOM C/10 COR AMARELA	PACOTE	RST	20	R\$6,00	R\$120,00
76	PAPEL CREPOM C/10 COR BRANCA	PACOTE	RST	20	R\$6,00	R\$120,00
77	PAPEL CREPOM C/10 COR LARANJA	PACOTE	RST	20	R\$6,00	R\$120,00
78	PAPEL CREPOM C/10 COR VERDE	PACOTE	RST	20	R\$6,00	R\$120,00
79	PAPEL CREPOM COM 10 NA COR AZUL	PACOTE	RST	20	R\$6,00	R\$120,00
80	PAPEL DOBRADURA COR AMARELA	UN	RST	60	R\$0,30	R\$18,00
81	PAPEL DOBRADURA COR AZUL	UN	RST	60	R\$0,30	R\$18,00
82	PAPEL DOBRADURA COR ROSA	UN	RST	60	R\$0,30	R\$18,00
83	PAPEL DOBRADURA COR VERDE	UN	RST	60	R\$0,30	R\$18,00
84	PAPEL DOBRADURA COR VERMELHO	UN	RST	60	R\$0,30	R\$18,00
85	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR PALHA	CAIXA	USAPEL	10	R\$10,40	R\$104,00
86	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS, NA COR SALMAO	CAIXA	USAPEL	10	R\$10,45	R\$104,50
87	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR BRANCA	CAIXA	USAPEL	10	R\$10,45	R\$104,50
88	PAPEL KRAFT NATURAL, 80G, BOBINA C/ 14 KG DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 1,00 X 200 M.	BOBINA	TRENTON	2	R\$98,00	R\$196,00
94	PASTA SUSPENSÃO KRAFT 170G HASTE PLASTICA CX 50 UN	CAIXA	THUR	5	R\$48,00	R\$240,00
95	PERCEVEJO LATONADO COM 100 UNIDADES	CAIXA	BRW	20	R\$1,30	R\$26,00
96	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA AZUL 1ª QUALIDADE C/12 FABRICACAO NACIONAL	CAIXA	JAPAN	10	R\$14,00	R\$140,00
97	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR PRETA	CAIXA	JAPAN	10	R\$14,00	R\$140,00
98	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERDE	CAIXA	JAPAN	10	R\$14,00	R\$140,00
99	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA, DE FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE, CX C/12 COR VERMELHA	CAIXA	JAPAM	10	R\$14,00	R\$140,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 60 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 3 / 5

856630 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
100	PINCEL PARA TINTA Nº 12 DE 1ª QUALIDADE	UN	LEONORA	100	R\$1,50	R\$150,00
101	PRANCHETA MDF A4 BRANCA C/ PREND.METÁLICO	UN	CAGEMA	2	R\$5,20	R\$10,40
103	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR AZUL.	UN	RADEX	10	R\$26,30	R\$263,00
104	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200ML, COR PRETA.	UN	RADEX	10	R\$26,30	R\$263,00
105	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200 ML, COR VERMELHA.	UN	RADEX	10	R\$25,00	R\$250,00
109	TINTA FACIAL NAO TOXICA, C/ 6 UNIDADES DE 15 ML NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETA E BRANCA DE 1ª QUALIDADE.	CAIXA	ROSTINHO PINTADO	10	R\$12,00	R\$120,00
110	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AZUL, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
111	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, AMARELO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
112	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, BRANCO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
113	TINTA GUACHE 250ML, NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, PRETO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
114	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA, VERDE, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
115	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, VERMELHO, 1º QUALIDADE, CAIXA C/ 6 UNI	CAIXA	PIRA	10	R\$13,00	R\$130,00
116	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROSA	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
117	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR LARANJA	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
118	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR ROXA	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
119	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AMARELA	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
120	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AZUL	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
121	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR BRANCA	ROLO	SB	4	R\$38,00	R\$152,00
122	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERDE	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
123	TNT - 100% POLIPROPILENO, LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERMELHA	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
124	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50 METROS COR PRETO	ROLO	SB	3	R\$38,00	R\$114,00
125	PISTOLA DE COLA QUENTE, GROSSA, PONTA DE METAL	UN	CLASSE	10	R\$10,35	R\$103,50
Total do Fornecedor:						R\$12.889,00

857041 - BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO INSTANTÂNEO INCOLOR LÍQUIDO DE 1ª QUALIDADE, QUE PERMITE ADESÕES SUMAMENTE RÁPIDAS E RESISTENTES EM SUPERFÍCIES, COMO: METAIS, PLÁSTICOS, BORRACHA E MATERIAIS POROSOS 20G TIPO SUPERCIANO.	UN	CLASSE	30	R\$5,00	R\$150,00
5	BALÃO COMUM, PRODUZIDO EM LÁTEX COM DIMENSÕES DE POLEGADAS (23 CENTÍMETROS) DE CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES DE 1ª QUALIDADE	PACOTE	JOY	100	R\$6,10	R\$610,00
9	CADERNO 1/4 BROCHURA 60 FOLHAS BRANCAS CAPA DURA	UN	PANAMERICA	1.000	R\$2,30	R\$2.300,00
93	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.	PACOTE	PERFECT PAPER	300	R\$15,50	R\$4.650,00



MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 60 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 4 / 5

857041 - BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Total do Fornecedor: R\$7.710,00

857289 - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	ALFINETE PARA MAPA REDONDO COLORIDO CX 50 UN	CAIXA	LYKE	5	R\$1,60	R\$8,00
3	APONTADOR COM LAMINA DE ACO TEMPERADO ESPECIAL MATERIAL RESISTENTE DE 1º QUALIDADE.	UN	GOLLER	400	R\$0,10	R\$40,00
7	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO 32X23X7MM, EM BORRACHA CARGAS, OLEO MINERAL, ACELERADOR E ESSENCIA, PRODUTO NAO TOXICO, 1º QUALIDADE	UN	SERELEPE	1.000	R\$0,17	R\$170,00
8	CADERNO BROCHURA UNIVERSITARIO 96 FOLHAS FORMATO 200MMX275MM FOLHAS BRANCAS, CAPA DURA	UN	PANAMERICA	2.000	R\$3,44	R\$6.880,00
10	CADERNO CALIGRAFIA 1/4 PEQUENO DE 40 A 48 FOLHAS	UN	NEO MUNDI	100	R\$0,74	R\$74,00
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA 200 FOLHAS BRANCAS UMA MATERIA	UN	PANAMERICA	70	R\$7,80	R\$546,00
17	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES 1º QUALIDADE	UN	FOKINHO	20	R\$2,18	R\$43,60
20	CANETA PARA RETROPROJETOR CORES VARIADAS, PONTA FINA 1,0MM, 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	30	R\$1,15	R\$34,50
38	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA GALVANIZADO	UN	CAVIA	10	R\$0,80	R\$8,00
39	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 25X50 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	100	R\$4,10	R\$410,00
40	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 50X50 PESO 245GG 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	R\$8,50	R\$425,00
41	FITA ADESIVA TRANSPARENTE MINIMA DE 12MMX40M ROLO GRANDE - 1º QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	R\$0,52	R\$26,00
42	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 48MMX45M, 1ª QUALIDADE	UN	NEO MUNDI	50	R\$2,00	R\$100,00
56	GIZ DE CERA, CAIXA C/12 UNIDADES, 1ª QUALIDADE, FABRICADO COM CERA DE ALTA QUALIDADE, DE FORMATO ANATOMICO	CAIXA	GABIGU	60	R\$1,10	R\$66,00
57	GIZ ESCOLAR BRANCO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	20	R\$1,50	R\$30,00
58	GIZ ESCOLAR COLORIDO ANTIALÉRGICO, 50 UNIDADES	CAIXA	DELTA	20	R\$1,90	R\$38,00
59	GRAMPEADOR PARA GRAMPO26/6 MEDIO - ESTRUTURA METALICA, APOIO PLASTICO, PARA GRAMPEAMENTO MINIMO DE 20 FOLHAS GRAMATURA 15 GR/M2	UN	LYKE	8	R\$4,50	R\$36,00
60	GRAMPEADOR MODELO ALICATE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATE 30 FOLHAS.	UN	LYKE	5	R\$15,50	R\$77,50
61	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000	CAIXA	LYKE	10	R\$2,85	R\$28,50
62	LAPIS DE COR APONTADO PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL OTIMA TRANSFERENCIA DE COR PARA O PAPEL COM GRANDE COBERTURA CORES VIVAS E BRILHANTES FACIL DE PONTAR SUPER RESISTENTE FEITO DE MADEIRA CAIXA GRANDE COM 12 UNIDADES 1º QUALIDADE.	CAIXA	LABRA	700	R\$2,50	R\$1.750,00
64	MARCA TEXTO CORES VARIADAS.	UN	LYKE	12	R\$0,70	R\$8,40
89	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AMARELA.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
90	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR AZUL.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
91	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR ROSA.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
92	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS, COR VERDE.	RESMA	CHAMEX	10	R\$24,50	R\$245,00
102	PRENDEDOR PRETO PARA PAPEL 19MM COM 12 UNIDADES	CAIXA	VISION	2	R\$2,00	R\$4,00
106	REGUA ESCOLAR FABRICADA EM POLIPROPILENO 30CM DE COMPRIMENTO CRISTAL.	UN	WALEU	600	R\$0,50	R\$300,00
107	TESOURA ESCOLAR, LÂMINA EM AÇO INOX 5". CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINA SEM PONTA.	UN	LYKE	150	R\$1,10	R\$165,00
					Total do Fornecedor:	R\$12.248,50

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 60 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 5 / 5

857483 - L&S COMERCIAL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
37	ETIQUETA ADESIVA ESCOLAR 53X80 MM C/ PAUTA C/ TARJA PT 10 UN	PACOTE	REFLEX	100	R\$3,62	R\$362,00
126	RÉGUA ACRÍLICA 60CM, FEITA EM POLIESTIRENO GRAVADA POR TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM GARANTINDO UMA MELHOR PRECISÃO, POSSUI DOIS MICRO RESSALTOS NA FACE QUE ENTRA EM CONTATO COM O PAPEL, EVITANDO O DESGASTE DA ESCALA.	UN	ACRIMET	40	R\$7,58	R\$303,20
					Total do Fornecedor:	R\$665,20
860220 - JS SIMÕES						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA PARA PISTOLA GRANDE	UN	RENDICOLA	10	R\$0,59	R\$5,90
16	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE COR AZUL, 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICAÇÃO NACIONAL	UN	COMPACTOR	1.500	R\$0,39	R\$585,00
34	COLA GLITTER ESCOLAR C/ 12 CORES VARIADAS,ATOXICA, SOLUVEL EM AGUA COMP: RESINA DE PVA,GLITTER E CONSERVANTE BENZOTIAZOL DE 1ª QUALIDADE	UN	ACRILEX	20	R\$3,35	R\$67,00
63	LAPIS PRETO COM GRADUACAO Nº02 EM FORMATO REDONDO, MACIO E RESISTENTE, APONTADO, 1º QUALIDADE	UN	MASTERPRIN	1.000	R\$0,12	R\$120,00
108	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM ACO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	UN	ALEMANIA	10	R\$3,90	R\$39,00
					Total do Fornecedor:	R\$816,90
					Valor Total:	34.329,60

Vitor Meireles, 2 de janeiro de 2020

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2298667

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 003/2019
EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR.
AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei nº AJG 3524/13, e

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido a partir de 02.01.2020 a Sr. João Reinaldo Bassotto, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG nº 1.384.117 e inscrito no CPF nº 540.512.409-59, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada ao Gabinete do Prefeito conforme Edital CMDCA nº 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, passando a vigorar a presente exoneração a partir de 02.01.2020. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº 507/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 02 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2297832

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 001/2020

REVOGA PORTARIA RH-AM 260/2017 QUE ESTABELECE O HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91.
RESOLVE

REVOGAR a Portaria RH-AM 260/2017 que estabelecia o horário de trabalho das 11:30 as 17:30 horas dos Servidores Públicos Municipais, Sr. ADEMAR BIAZUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 1.781.469 e CPF nº 527.996.549-91, nomeado conforme Decreto nº JB 304/94, no cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais e Sr. RODRIGO WUSTRO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 2.724.718, CPF nº 949.674.749-34 e CRMV/SC nº 04190 VP, nomeado conforme Decreto nº BLB 150/10, no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculados a Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

DETERMINAR a partir de 02.01.2020 que os servidores acima mencionados desenvolvam suas atividades profissionais de segunda-feira a sexta-feira no horário das 07:00 hs às 13:00 hs.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 06 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2297851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 002/2020

ESTABELECER HORÁRIO DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91.

RESOLVE

ESTABELECER a partir de 02.01.2020 o horário de trabalho do Servidor Público Municipal o Sr. FERNANDO TAVARES, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 8.402.473.2 e CPF nº 046.704.209-84, nomeado conforme Decreto nº AJG 189/2014, no cargo de BIÓLOGO, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

Determinar o horário de trabalho do Servidor de segunda-feira a quinta-feira das 07:00 hs às 12:00 hs.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 686/2019

Publicação Nº 2297552

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 686/2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias a Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. ADELITA DRINGHENTI BORTONCELO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

A Sra. ALESSANDRA ARCARI MOZETIC pelo período de 21.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 09.04.2018 a 08.04.2019;

A Sra. ALINE FERRONATO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.11.2018 a 06.11.2019;

A Sra. ALINE MENDES CORSO pelo período de 02.01.2020 A 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 10.05.2018 a 09.05.2019;

A Sra. ANDREA FERRAZ DE OLIVEIRA pelo período de 21.01.2020 A 19.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.01.2019 a 10.01.2020;

A Sra. ANELISE MOSENA ADAMY pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 28.02.2018 a 27.02.2019;

A Sra. ANNA ALICE DEBIASI pelo período de 15.01.2020 a 13.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.03.2018 a 01.03.2019;

O Sr. ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.04.2018 a 01.04.2019;

A Sra. CARMEM TERESINHA ZAMARCHI pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.10.2018 a 02.10.2019;

O Sr. CÉZAR DADIA SAMPAIO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 18.01.2019 a 17.01.2020;

A Sra. CLARICE DOS SANTOS FERREIRA pelo período de 06.01.2020 A 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

A Sra. CLAUDETE DE FATIMA ANACLETO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de:

26.09.2018 a 25.09.2019;

A Sra. CLECI SCHEIBEL ZANIN pelo período de 08.01.2020 a 27.01.2020, totalizando 20 (vinte) dias, referente ao período de: 01.08.2018 a 31.07.2019;

A Sra. DENISE HELENA ZAFFARI AMOEDO pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 20 (vinte) dias, referente ao período de: 19.01.2019 a 18.01.2020;

A Sra. ELIANE LUCIA VITORELLO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.03.2018 a 28.02.2019;

A Sra. ELISABETE DE FATIMA BERLATTO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2018 a 30.11.2019;

O Sr. EMERSON CORREIA pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.10.2018 a 14.10.2019;

A Sra. FRANCIELE MENIN pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.04.2018 a 10.04.2019;

A Sra. FRANCIELE OGLIARI ZAPE pelo período de 10.01.2020 a 08.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.05.2018 a 01.05.2019;

A Sra. FRANCIS MARA ZAGO PEGORARO pelo período de 16.01.2020 a 14.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 22.11.2018 a 21.11.2019;

A Sra. GENI DA SILVA pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

O Sr. GUSTAVO ANDRÉ CASTELLI CATALAN pelo período de 20.01.2020 a 18.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.07.2018 a 06.07.2019;

A Sra. IRENE SALETE GORALSKI pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 17.04.2018 a 16.04.2019;

A Sra. IVONETE SCANAGATTA BUSATTA pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.06.2018 a 31.05.2019;

A Sra. JANICE GRACIELE GARGHETTI DE LIMA pelo período de 23.01.2020 a 21.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

O Sr. JAYSSON ANTONELLO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 20.12.2017 a 19.12.2018;

A Sra. JESSICA DUZ MENDES MACHADO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.10.2018 a 14.10.2019;

O Sr. JHON FISCHER CUCUNUBA pelo período de 07.01.2020 a 05.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 05.07.2018 a 04.07.2019;

O Sr. JOSÉ VINICIUS BONNEAU pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2019 a 01.01.2020;

A Sra. JOSIANE APARECIDA WOJEICK pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.12.2018 a 02.12.2019;

A Sra. JULIANA ANDREIA DUARTE ARAUJO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.10.2018 a 30.09.2019;

A Sra. JULIANA BASSO VANZIN pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.10.2018 a 30.09.2019;

A Sra. JULIANA CRISTINA HEIDRICH pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 10.03.2018 a 09.03.2019;

A Sra. JUSSARA ANTONINHA DEROSI KLEIN pelo período de 31.12.2019 a 29.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 19.07.2018 a 18.07.2019;

A Sra. KATIA DANIELA IOP pelo período de 20.12.2020 a 19.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2017 a 30.11.2018;

A Sra. KATIA DANIELA IOP pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2018 a 30.11.2019;

A Sra. LECIVANE FERNANDES DOS SANTOS pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2018 a 30.11.2019;

A Sra. LINETE MARIA BRANDELERO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 10.07.2018 a 09.07.2019;

A Sra. LOURDES TEIXEIRA ROSA DA SILVA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 09.07.2018 a 08.07.2019;

A Sra. LUCIANA CAMILOTTI pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 13.12.2018 a 12.12.2019;

A Sra. LUCIMAR DEITOS pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.10.2019 a 02.10.2020;

O Sr. LUIZ ALBERTO BAGGIO pelo período de 31.01.2020 a 29.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.11.2018 a 01.11.2019;

A Sra. MAGDA DE MOURA CAMARGO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

O Sr. MARCIO KORNDOEFFER MONTEIRO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 13.05.2018 a 12.05.2019;

A Sra. MARICLAUDIA RAMPAZZO pelo período de 24.01.2020 a 22.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 05.05.2018 a 04.05.2019;

A Sra. MARINEZ MARIA ZANCANARO pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 24.03.2018 a 23.03.2019;

A Sra. MARLI PERTUZATTI pelo período de 17.01.2020 a 15.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;
O Sr. MATHEUS KRAHL pelo período de 14.01.2020 a 12.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 12.12.2018 a 11.12.2019;
A Sra. MERCEDES LOURDES DE LIMA pelo período de 07.01.2020 a 05.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;
A Sra. NATASCHA MASCARELO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.10.2018 a 30.09.2019;
A Sr. NEUZA SPIGIORIN pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.04.2018 a 14.04.2019;
A Sra. NILZA GONZAGA DA SILVA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.02.2018 a 01.02.2019;
A Sra. PATRICIA TESSARO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.04.2018 a 31.03.2019;
O Sr. PAULO FRANCISCO RUAS pelo período de 03.01.2020 a 01.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 20.07.2018 a 19.07.2019;
A Sra. RAFAELA PAVAN pelo período de 15.01.2020 a 13.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;
A Sra. RAQUEL MADALENA MARTINS UGOLIN pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.08.2018 a 02.08.2019;
A Sra. REJANE GUBERT pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2017 a 30.11.2018;
A Sra. RENATA ZAFARRI MONTEIRO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 12.04.2018 a 11.04.2019;
A Sra. ROSANE RIGONI pelo período de 21.01.2020 a 19.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 08.03.2018 a 07.03.2019;
A Sra. ROSMERI VOLPATO pelo período de 23.01.2020 a 21.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.05.2018 a 01.05.2019;
A Sra. SAMELITA ZANDONÁ pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 05.04.2018 a 04.04.2019;
A Sra. SANDRA LAURITA ZANDONÁ pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2019 a 01.01.2020;
A Sra. SANDRA MARA CARDOSO DE OLIVEIRA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 09.07.2018 a 08.07.2019;
O Sr. SÉRGIO FONTANA pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 16.12.2018 a 15.12.2019;
A Sra. SUZANA VELOSO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.11.2018 a 06.11.2019;
A Sra. VANESSA COLLING pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 04.11.2018 a 03.11.2019;
A Sra. VERA SONIA SANTOS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.05.2018 a 01.05.2019;
A Sra. WALDEREZA LUIZA DAL MOLIN pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 16.03.2019 a 15.03.2020;
A Sra. ZUNILDES ITALIA LEMOS ALFF pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 23.07.2018 a 22.07.2019;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 19 de Novembro de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 699/2019

Publicação Nº 2297615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 699/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Srª. ALINE DAL ZOT RAUBER pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 04.10.2018 a 03.10.2019;

A Srª. BRUNA POSSAN VERARDO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 05.03.2019 a 04.03.2020;

A Srª. CACILDA IRENE CAVALHEIRO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 17.09.2018 a 16.09.2019;

A Srª. CARLA PETRY pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2018 a 01.01.2019;

A Srª. CLAUDETE DOS SANTOS TESSARO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.04.2019 a 01.04.2020;

A Srª. CRISIANE BIAZZI BITTENCOURT pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 12.08.2018 a 11.08.2019;

A Srª. DANIELA C. R. DEBASTIANI pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.02.2019 a 01.02.2020;

A Srª. EDENILSE SIGNORI BAGATINI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 29.09.2018 a 28.09.2019;

A Srª. FABIANA FARIAS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 13.08.2018 a 12.08.2019;

A Srª. FLAVIA APARECIDA BARBOSA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.10.2018 a 10.10.2019;

A Srª. GABRIELA SOTILLI MARCHIORO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2019 a 01.01.2020;

A Srª. GERI CARLOS MIGLIORANZA pelo período de 13.01.2020 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 21.05.2018 a 20.05.2019;

A Srª. GIANFRANCESCO MENEGHINI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.10.2018 a 14.10.2019;

A Srª. GLORIA RAQUEL FEITEN pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 04.03.2019 a 03.03.2020;

A Srª. HELENA BALDISSERA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.08.2018 a 31.07.2019;

A Srª. JANETE M.P GROMANN pelo período de 15.01.2020 a 13.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 19.03.2018 a 18.03.2019;

A Srª. JANICE JARDINELLO DE OLIVEIRA pelo período de 02.01.2020 a 31.01.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.09.2018 a 01.09.2019;

A Srª. JONETE DOS SANTOS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2019 a 01.01.2020;

A Srª. JULIANE F. B. BOSCATO pelo período de 15.01.2020 a 14.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.10.2018 a 10.10.2019;

A Srª. LEDIANE C. DE OLIVEIRA LUNARDELLI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.01.2019 a 01.01.2020;

A Srª. LETICIA MARIA OGLIARI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 16.03.2018 a 15.03.2019;

A Srª. LIZIANE BORTOLON pelo período de 13.01.2019 a 11.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 15.02.2019 a 14.02.2020;

A Srª. LORECI FATIMA SABANSKI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 01.03.2019 a 29.02.2020;

A Srª. LUCIANE L. DOS SANTOS BANDEIRA pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 14.03.2018 a 13.03.2019;

A Srª. LUCIANE REGINA TOMAZINI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.05.2017 a 06.05.2018;

A Srª. LUIZA ANDOLFATTO PERUZZO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.02.2019 a 06.02.2020;

A Srª. MARISA OGLIARI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.02.2018 a 01.02.2019;

A Srª. MARLEI TEREZINHA ROMAN pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2018 a 02.11.2019;

A Srª. MELANIA COSTA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 19.03.2018 a 18.03.2019;

A Srª. MIRANGELA BIM pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 11.02.2018 a 10.02.2019;

A Srª. MONICA M. DOS SANTOS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.03.2019 a 01.03.2020;

A Srª. NEUDIR JOSE LEMOS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 18.06.2019 a 17.06.2020;

A Srª. OLCI ANTONIO LEONARDO pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 05.10.2018 a 04.10.2019;

A Sr^a. ONEIDE ANTONIO JAQUES pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 09.06.2018 a 08.06.2019;

A Sr^a. PATRICIA DOS SANTOS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 08.05.2018 a 07.05.2019;

A Sr^a. REGINA TOMAZI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 04.03.2019 a 03.03.2020;

A Sr^a. ROGERIO DE OLIVEIRA JUNIOR pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.09.2018 a 01.09.2019;

A Sr^a. ROSIMAR FERREIRA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 18.11.2018 a 17.11.2019;

A Sr^a. ROSANGELA C. DE MELLO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 13.08.2018 a 12.08.2019;

A Sr^a. SANDRA MARIA FANTIN DACHERI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 09.02.2019 a 08.02.2020;

A Sr^a. SILVANE CAMARGO MORESCHI pelo período de 20.01.2020 a 18.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 03.02.2019 a 02.02.2020;

A Sr^a. SONIA CZARNOVSKI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de 07.02.2018 a 06.02.2019;

A Sr^a. SONIA MARIA DE LIMA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 06.04.2019 a 05.04.2020;

A Sr^a. SONIA REGINA DEZEM pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.04.2018 a 06.04.2019;

A Sr^a. SONIA S. MARQUARDT pelo período de 08.01.2020 a 06.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 21.07.2018 a 20.07.2019;

A Sr^a. TANIA APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA RUBAS pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 22.02.2019 a 21.02.2020;

A Sr^a. TANIA MARIA ALVES DE MELLO pelo período de 15.01.2020 a 13.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 10.03.2018 a 09.03.2019;

A Sr^a. TATIANE DANGLE RAIMUNDI pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 12.11.2018 a 11.11.2019;

A Sr^a. TEREZINHA ALVES RODRIGUES pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 17.11.2018 a 16.11.2019;

A Sr^a. VALERIA P. T. SHULZ pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 24.02.2018 a 23.02.2019;

A Sr^a. VALDIRENE FICAGNA MORO pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 04.04.2018 a 03.04.2019;

A Sr^a. VIVIANE GAVA pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.06.2018 a 01.06.2019;

A Sr^a. VILMA VERSA BORDIGNON pelo período de 06.01.2020 a 04.02.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 08.02.2019 a 07.02.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 17 de Dezembro de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2018 - LEGISLADOR

Publicação Nº 2297912

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ
RUA RUI BARBOSA, Nº 238 89820-000 XANXERÊ — SC
CGC Nº 83.828.285/0001-80

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.
RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 1.480 sala 704 — CENTRO
89.010-002 BLUMENAU — SC
CGC N.º 00.685.840/0001-35

SISTEMA: LEGISLADOR

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato, celebrado em janeiro/2018 que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', 'b', 'c' 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA do DIREITO de USO MENSAL, da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do Sistema Legislador, será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 8ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º do contrato original, permanece o valor mensal líquido de R\$ 568,70 (Quinhentos e sessenta e oito reais e setenta centavos).

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na CAT — Chamado de Atendimento Técnico — à base de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 25 do mês da prestação de serviços. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de janeiro/2020. O faturamento baseado na CAT (Chamado de Atendimento Técnico) será, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês, que será faturado juntamente com os valores do mês em questão. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a freq-ência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE.

2 — A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO e SUPORTE, do referido sistema — é de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Blumenau como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Blumenau, 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Xanxerê

Lancer Soluções em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky
OAB/SC 20.732

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018 LEGISLADOR WEB

Publicação Nº 2297919

SEGUNDO termo aditivo cONTRATual

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ
RUA RUI BARBOSA, Nº 238
89820-000 XANXERÊ — SC
CGC Nº 83.828.285/0001-80

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
RUA XV DE NOVENBRO Nº 1480 – sala 704 — CENTRO
89.010-002 BLUMENAU — SC

CGC N.º 00.685.840/0001-35
SISTEMA: LEGISLADOR WEB

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato original, firmado em janeiro/2018, que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador WEB sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', e 'b', 'c', 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do referido Sistema será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 9ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º, o valor mensal de R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais), com o Banco de Dados até 500 MB. Excedendo este tamanho será acrescido ao valor mensal R\$ 10,00 a cada 100 MB.

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na CAT — Chamado de Atendimento Técnico — à base de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 25 do mês de referência. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de janeiro/2020, menos aquele baseado na CAT (Chamado de Atendimento Técnico) que será posterior, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará a cobrança de encargos financeiros, de acordo com o que permite a legislação em vigor. Ao valor devido, é acrescido multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a freq-ência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE.

2 – A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, atualização e SUPORTE — é de 12 doze meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Blumenau como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Blumenau, 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Xanxerê Lancer Soluções em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS

Nome: _____ Nome: _____
CPE: _____ CPE: _____

Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky
OAB/SC 20.732

Xavantina**PREFEITURA****APOSTILAMENTO 001/2020 FMSXV**

Publicação Nº 2297986

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 009/2018 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL 006/2018 FMSXV

CONTRATO 001/2019 FMSXV

Contratada: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

APOSTILA Nº 001/2020 FMSXV

Como mera execução contratual, e em cumprimento ao contido no subitem 7.2, da cláusula sétima do Contrato Original, declaro que o Contrato 001/2019 FMSXV a partir de 02/01/2020, terá os seus valores unitários reajustados em 3,36% (com base no INPC acumulado nos últimos 12 meses), passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	MES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL DE COLETA, TRANSPORTE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INFECTANTE BIOLÓGICO: GRUPO A1, A4 E E; GRUPO B: MEDICAMENTOS) DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC. PONTOS DE RECOLHIMENTO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE XAVANTINA, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS. VOLUME MÉDIO DE MATERIAL RECOLHIDO: A) XAVANTINA: GRUPO A: 519 LITROS, GRUPO E: 92 LITROS; B) PALMEIRAS: GRUPO A: 100 LITROS, GRUPO E: 12 LITROS; C) GRUPO B: 7,5 LITROS.	TOS	1.229,98	14.759,76
TOTAL						14.759,76

Xavantina, 02 de janeiro de 2020.

JÉSSICA PAULA PINSETTA

Gestora de Fundo Municipal de Saúde

DECRETO 407/2019

Publicação Nº 2297733

DECRETO Nº 407 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia pregoeiro(a) e equipe de apoio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e cumprindo o disposto nas Leis Federais ns. 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como no Decreto Municipal n. 077/2009 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com as disposições da Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 077/2009 e suas alterações, os servidores abaixo listados para exercerem as funções de pregoeiro(a) e equipe de apoio, permanentes, para o exercício de 2020:

I - Pregoeiro: Cleidir Eleandro Kemmrich;

II - Equipe de Apoio: Vania Neves da Silva, Keila Renata Olkowski e Joselino Luiz Naissinger.

Parágrafo único. O(a) pregoeiro(a) poderá ser substituído por um dos membros da equipe de apoio, na ordem em que figura no inciso I deste artigo, em seus afastamentos, impedimentos legais, eventuais ou regulamentares.

Art. 2º. A investidura dos membros se dá sem ônus de remuneração, vigorando pelo período de 02 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 02 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 408/2019

Publicação Nº 2297735

DECRETO Nº 408 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Institui comissão permanente de licitações e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e cumprindo o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o § 4º do art. 51 da Lei Federal 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2020, com a seguinte composição:

I - Presidente: Cleidir Eleandro Kemmrich;

II - Membros: Alexsander Tomé e Clancelise Buratti Dal Bello;

III - Suplente: Vania Neves da Silva.

Parágrafo único. O presidente poderá ser substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura no inciso I deste artigo, em seus afastamentos, impedimentos legais, eventuais ou regulamentares.

Art. 2º. Os membros da Comissão de Licitações responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3º. A investidura dos membros da comissão permanente se dá sem ônus de remuneração, vigorando pelo período de 02 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 02 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL CADASTRO DE FORNECEDORES 001/2020 PMXV

Publicação Nº 2297650

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC, Nº 001/2020 PMXV.

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina – SC, através do Prefeito, Senhor ENOIR FAZOLO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que está aberta a inscrição para os novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

1 – DO OBJETO

O Presente Edital destina-se as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no cadastro de Fornecedores do Município de Xavantina - SC, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Ficha Cadastral, devidamente preenchida, nos termos do anexo único;

b) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado no órgão competente, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores;

c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;

d) Prova de regularidade para com os Tributos federais - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, englobando os créditos tributários federais administrados pela RFB – INSS e PGFN);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

h) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011; e

i) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27.10.1999.

2.1.1 – Para as empresas que se cadastrarem para obras ou serviços de engenharia, além dos documentos acima mencionados, também serão exigidos:

a) Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA e/ou, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços;

b) Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA e/ou CAU, com o respectivo acervo técnico.

2.2 – Todos os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada em Tabelionato de Notas ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Xavantina - SC.

2.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou entrelinhas.

3 – DA VALIDADE

3.1 – O interessado que providenciar sua inscrição e ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral que terá validade até 31/12/2020.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 – Os casos omissos ao presente Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.3 – O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.4 – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Xavantina – SC, em 02 de janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLLO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES	Inicial ()	Renovação ()
Informações Gerais		
Nome/Razão Social: _____		
Nome de Fantasia: _____		
Endereço: _____		
Cidade: _____ CEP: _____		
Telefone: _____ Endereço eletrônico: _____		
Pessoa de Contato: _____ Cargo: _____		
Atividade Principal		
Documentos Apresentados – Item 2.1		
()	Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado no órgão competente, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores.	
()	Cópia do cartão de inscrição no CNPJ.	
()	Prova de regularidade para com os Tributos federais - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, englobando os créditos tributários federais administrados pela RFB – INSS e PGFN).	

()	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.
()	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal
()	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
()	Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
()	Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27.10.1999.

Documentos apresentados – Item 2.1.1

()	Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA e/ou, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços.
()	Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA e ou CAU, com o respectivo acervo técnico.

Local e Data:

Carimbo e assinatura da empresa:

Para uso da Comissão

Deferido () Indeferido ()

Xavantina/SC, em _____

EDITAL Nº 01/2020 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Publicação Nº 2297798

EDITAL Nº 01 DE 03 JANEIRO DE 2020

Fixa o quadro de vagas para preenchimento em caráter temporário no magistério público municipal para o ano letivo de 2020 e estabelece data de escolha e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do subitem “13.1.1” do item “13” – Do Preenchimento das Vagas do Edital nº 02/2019, de 30 de setembro do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação para o ano letivo de 2020:

FIXA

1. As vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação, ficam fixado o seguinte quadro de vagas para a escolha de professores em caráter temporário no magistério público municipal para o ano letivo de 2020:

FUNÇÃO TEMPORÁRIA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO	LOCAL DE ATUAÇÃO
Professor Anos Iniciais	02	20h	Matutino	EEF Pinhal Preto/EEF Medianeira
Professor Educação Infantil	02	20h	Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho
Professor Educação Especial	04	20 h	Matutino/ Vespertino	EEF Medianeira / EEF Pinhal Preto
Professor Educação Física	02	20h	Matutino/ Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho/ CMEI Palmeirinha/ EEF Pinhal Preto / EEF Medianeira
Professor Filosofia	01	20h (11 aulas Filosofia+ 5 excedentes)	Matutino/ Vespertino	EEF Pinhal Preto / EEF Medianeira
Professor Música	01	20h	Matutino/ Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho / CMEI Palmeirinha / EEF Medianeira / EEF Pinhal Preto
Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE/ Professor da Sala de Atendimento Alternativo – SAA	01	20h	Matutino/ Vespertino	EEF Pinhal Preto
Apoio pedagógico	01	20h	Vespertino	EEF Pinhal Preto / EEF Medianeira

2.

O presente quadro de vagas também será exposto no local e data de escolha das vagas.

3. O quadro de vagas acima estabelecido poderá ser alterado se ocorrer mudanças supervenientes até a data de escolha das respectivas vagas

4. Fica estabelecido a data de 15 de janeiro de 2020, à partir das 08h30min, na Casa da Cultura, estabelecida na Praça Rio Branco, 410, cento de Xavantina/SC para a escolha das vagas estabelecidas no item “1” deste Edital.

4.1 As normas para a escolha das vagas estão estabelecidas no item “14 - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS do Edital 02/2019, de 30 de setembro do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação.

5. O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 03 de janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE 003/2019 FMSXV

Publicação Nº 2298521

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 FMSXV. Objeto: Prestação de serviços para atendimento médico de urgência e emergência em regime de sobreaviso, aos habitantes do município de Xavantina – SC, no pronto socorro do Hospital São Francisco na cidade de Concórdia – SC. Xavantina - SC, em 02 de Janeiro de 2020. JÉSSICA PAULA PINSETTA, Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº001/2020

Publicação Nº 2297945

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Rescinde contrato de Servidor(a) Admitido em Caráter Temporário dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 782/2002 e considerando o retorno de servidor titular da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato de trabalho do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal LENIR MARIA PALUDO GIOMBELLI, admitido(a) em caráter temporário para desempenhar as funções inerentes ao cargo de Agente de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 02 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 066/2019 PMXV

Publicação Nº 2297510

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de Escavadeira Hidráulica nova, para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 16/01/2020.

Abertura: dia 16/01/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 31 de dezembro de 2019.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

PP 067/2019 PMXV

Publicação Nº 2297539

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para possível aquisição e confecção de livro histórico cultural, autorizado pela Lei 1.720/2019, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 16/01/2020.

Abertura: dia 16/01/2020, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 31 de dezembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 001/2020

Publicação Nº 2297581

DECRETO LEGISLATIVO Nº001, de 02 de janeiro de 2020

"DESIGNA OS RESPONSÁVEIS PELO ACESSO E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NATALINO MOSCON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, IV, "f", do Regimento Interno:

CONSIDERANDO a existência de contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina, mais precisamente no Banco do Brasil S/A.;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de pessoas autorizadas para acessar e movimentar referidas contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina;

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária geral Nº 45558-X, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A, o Presidente e o 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal, Srs. NATALINO MOSCON, como Presidente e IRINEU MARIANI, como 1º Secretário respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem, em conjunto ou separadamente, todos os documentos bancários pertinentes, inclusive os títulos de crédito;

Art. 2º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária de adiantamento Nº 48.085-1, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A, o Presidente e a Coordenadora Geral Administrativa do Poder Legislativo Municipal, Sr. NATALINO MOSCON e Sra. LIDIAMARA BURATTI respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem em conjunto todos os documentos bancários pertinentes, inclusive títulos de crédito;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina (SC), em 02 de janeiro de 2020.

NATALINO MOSCON
Presidente

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0020/2019

Publicação Nº 2298436

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0020/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para a execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares existentes nas ruas Zeferino Dall'igna e Felisbino Portes, no Bairro Santa Terezinha, conforme Contrato de Repasse nº 844440/2017/Ministério das Cidades/Caixa e Processo nº 2623.1037442-58/2017, firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Xaxim.

Vigência: 01 de janeiro de 2020 até 31 de março de 2020.

Valor do Contrato: R\$283.572,05 (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinco centavos).

Licitação: Processo de Licitação nº 0013/2019, Tomada de Preços nº 0001/2019.

Xaxim-SC, 26 de dezembro de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Consórcios

ARIS

DECRETO Nº 15, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2298267

DECRETO nº 15, 17 de Dezembro de 2019.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício de 2019.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, no uso das suas atribuições dispostas no artigo 18 e 20, VII, “b” e parágrafo único do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS;

DECRETA:

Fica autorizada a abertura de crédito suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) distribuído na seguinte dotação:

Órgão/Unidade orçament	Função/Subfunção	Programa	Ação	Despesa	Fonte	Valor
10.01	04.122	101	2.2001	3.1.90	0.1.00	15.000,00
						300.000,00
	TOTAL					R\$ 15.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar que trata o artigo anterior provém da anulação parcial dos créditos orçamentários da dotação orçamentária abaixo:

Órgão/Unidade orçament	Função/Subfunção	Programa	Ação	Despesa	Fonte	Valor
10.01	04.122	101	2.2002	3.1.90	0.1.00	15.000,00
						300.000,00
	TOTAL					R\$ 15.000,00

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER
Presidente da ARIS
Prefeito de São Carlos

PORTARIA/DIRETOR-GERAL Nº25/2019

Publicação Nº 2298291

PORTARIA/Diretor-geral nº25/2019

Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora CLAUDIA CECHELLA ZANETTE.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS e Portaria/ARIS nº 14/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora relacionado abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Claudia Cechella Zanette.	Analista de Fiscalização e Regulação	2018 à 2019	16/12/2019 a 14/01/2020

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de Dezembro de 2019.

ADIR FACCIO
Diretor-geral

CIGA**PORTARIA N.º 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2298571

Portaria n.º 01, de 02 de janeiro de 2020.
Dispõe sobre concessão de férias aos empregados que especifica.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos empregados relacionados abaixo:

EMPREGADO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LEANDRO RATEKE RAMOS	TEC. EM TI	22/04/2018 – 21/04/2019	02/01/2020 – 11/01/2020
RICARDO PEREIRA RAMOS	PROGRAMADOR	27/03/2018 – 26/03/2019	06/01/2020 – 10/01/2020
GILSONI LUNARDI ALBINO	DIRETOR EXECUTIVO	01/02/2018 – 31/01/2019	06/01/2020 – 20/01/2020
BRUNO RENAN GELAKO SANTOS	ANALISTA DE SISTEMAS	12/01/2018 – 11/01/2019	06/01/2020 – 10/01/2020
THÁISA BATISTA DA COSTA	ASSESSORA JURÍDICA	12/01/2018 – 11/01/2019	06/01/2020 – 10/01/2020

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 55, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297875

**Portaria n.º 55, de 26 de dezembro de 2019.**

Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr(a). MORGANA ARENT MICHELS BAGINI, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do **CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA**, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr(a). MORGANA ARENT MICHELS BAGINI, GERENTE ADMINISTRATIVO, matrícula n.º 04, do dia 02/01/20 a 31/01/20, referente ao período aquisitivo de 03/05/18 a 02/05/19.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2019.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 56, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297877

**Portaria n.º 56, de 26 de dezembro de 2019.**

Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr(a). GUILHERME DA ROCHA KOEHLER, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do **CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA**, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr(a). GUILHERME DA ROCHA KOEHLER, TECNICO EM T. DA INFORMAÇÃO, matrícula n.º 11, do dia 02/01/20 a 21/01/20, referente ao período aquisitivo de 02/09/18 a 01/09/19.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2019.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 57, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2297878

**Portaria n.º 57, de 26 de dezembro de 2019.**

Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr(a). RICARDO BRESSAN TASCA, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do **CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA**, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr(a). RICARDO BRESSAN TASCA, PROGRAMADOR, matrícula n.º 19, do dia 02/01/20 a 21/01/20, referente ao período aquisitivo de 25/01/18 a 24/01/19.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2019.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

TERMO ADITIVO N.º 04/2019 AO CONTRATO N.º 011/2016 - LINHA LIVRE INTERNET LTDA. ME

Publicação Nº 2297796

TERMO ADITIVO N.º 04/2019

QUARTO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 011/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e LINHA LIVRE INTERNET LTDA. ME., prestação de serviços continuados de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA, usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, em conformidade com as características dispostas no Edital de Pregão Presencial, notadamente em seu Anexo I – Termo de Referência.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e de outro lado Linha Livre Internet Ltda. ME, com sede na Rua Cônego Bernardo, n.º 199, casa, Bairro Trindade, CEP 88.036-570, Florianópolis/SC, e CNPJ 04.324.565/0001-85, neste ato representado pelo Senhor Marcelo Emilio Pamplona, brasileiro, casado, diretor comercial, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6167328 – SSP/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 887.808.139-68, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 011/2016, celebrado em 12 de janeiro de 2016, originário do Processo Licitatório 28/2015, referente ao Pregão Presencial 02/2015/CIGA o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, e n.º 10.520/2002 e, ainda, na Lei Complementar n.º 123/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 011/2016, nos termos do art. 57, inciso II da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de 1º de janeiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global estimado para 2020 é de R\$ 8.280,00, referente ao lote 1 da tabela de referência abaixo, incluindo os impostos diretos e indiretos, deduções e gastos, durante a vigência deste Contrato.

Lote	Descrição	Valor Mensal
01	<p>Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento os equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Link simétrico com velocidades idênticas de download e upload; • A Taxa de Transmissão inicial (velocidade do link) será de 15 Mbps (Quinze Megabits por segundo); • Tipo de conexão: Fiber to the Customer ou Fiber to the Building, com entrega final (após conversão) em Ethernet com cabo UTP; • Nenhuma restrição de uso e nenhuma quota de utilização de banda (tráfego ilimitado); • Bloco IPv4 de endereços com 8 IPs "reais"; • Nenhum tipo de filtragem IP, com todo tráfego liberado, em especial nas portas 22, 25, 53, 80 e 443 TCP/IP e UDP/IP; • Parâmetros mínimos de qualidade: <ul style="list-style-type: none"> - Latência (ping) até o primeiro salto no provedor de acesso: < 5ms; - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego PTT-SP: < 40ms; - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego em Miami (EUA): < 150ms; - Taxa de perda de pacotes inferior a 0.1% por minuto (até o primeiro salto). 	R\$690,00
	Valor Global Anual Estimado para 2020	R\$ 8.280,00

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 011/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 23 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

MARCELO EMILIO PAMPLONA
Diretor Comercial
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CRISTIANA PEREIRA
Assistente Administrativa do CIGA

CINCATARINA

3. TERMO DE REMANEJAMENTO DEZEMBRO_2019 - PAL 0010_2019

Publicação Nº 2297545

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11317

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT19CIN24906

PAL: 0010/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 7-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

3. TERMO DE REMANEJAMENTO DEZEMBRO_2019 - PAL 0024_2019

Publicação Nº 2297544

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT19CIN18050

PAL: 0024/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-14

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11316

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA: AT19CIN12467
PAL: 0024/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0018/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 10-14; 23-6; 28-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

3. TERMO DE REMANEJAMENTO DEZEMBRO_2019 - PAL 0033_2019

Publicação Nº 2297543

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11313
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
FORNECEDOR: M. PICIANI PAZINATO COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRÔNICOS EIRELI
ATA: AT19CIN19409
PAL: 0033/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:
Item-Quant: 58-1; 59-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11314
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: M. PICIANI PAZINATO COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRÔNICOS EIRELI
ATA: AT19CIN19404
PAL: 0033/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 58-1; 59-2
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

4. TERMO DE REMANEJAMENTO DEZEMBRO_2019 - PAL 0027_2019

Publicação Nº 2297547

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11318
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT19CIN16245
PAL: 0027/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:
Item-Quant: 98-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11319
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT19CIN16387
PAL: 0027/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 345-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11320
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA
ATA: AT19CIN16481
PAL: 0027/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 56-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11321
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA
FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT19CIN16603
PAL: 0027/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 97-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019
Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN11322
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT19CIN16574
PAL: 0027/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 97-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 30/12/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 2 de janeiro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

ADITIVO 0001/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2016

Publicação Nº 2298498

ADITIVO N. 0001/2019

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2016

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Raphaela Menezes da Silveira, brasileira, solteira, portadora de RG n. 22.472.417-9, inscrita no CPF sob n. 123.642.547-28, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de maio de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	RAPHAELA MENEZES DA SILVEIRA
ELÓI RÖNNAU	CPF: 123.642.547-28
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO 0002/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0002/2016

Publicação Nº 2298564

ADITIVO N. 0002/2019

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº 002/2016

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Sandra Zonta Baron, brasileira, casada, portadora de RG n. 4.499.956, inscrita no CPF sob n. 052.563.509-27, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de maio de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	SANDRA ZONTA BARON
ELÓI RÖNNAU	CPF: 052.563.509-27
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO 0004/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2018

Publicação Nº 2298546

ADITIVO N. 0004/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0004/2018
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Mayara Zago, brasileira, solteira, portadora de RG n. 6.168.075, inscrita no CPF sob n. 086.794.929-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de maio de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	MAYARA ZAGO
ELÓI RÖNNAU	CPF: 086.794.929-57
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0003/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0005/2016

Publicação Nº 2298528

ADITIVO N. 0003/2019

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0005/2016
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Raquel Gomes de Almeida, brasileira, solteira, portadora de RG n. 4.980.759, inscrita no CPF sob n. 043.541.589-14, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de maio de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	RAQUEL GOMES DE ALMEIDA
ELÓI RÖNNAU	CPF: 043.541.589-14
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0005/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0001/2019

Publicação Nº 2298018

ADITIVO N. 0005/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0001/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Ana Paula Peres Lorenzoni, brasileira, solteira, portadora de RG n. 1106678194, inscrita no CPF sob n. 034.092.680-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de maio de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Ana Paula Peres Lorenzoni
ELÓI RÖNNAU	CPF: 034.092.680-57
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0006/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0002/2019

Publicação Nº 2298080

ADITIVO N. 0006/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0002/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Vitor Moretzsohn Rosa Cesarino, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 4.821.825-SC, inscrito no CPF sob n. 067.903.339-40, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 09 de setembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Vitor Moretzsohn Rosa Cesarino
ELÓI RÖNNAU	CPF: 067.903.339-40
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0007/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0003/2019

Publicação Nº 2298107

ADITIVO N. 0007/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0003/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Thais Schutz Millack, brasileira, solteira, portadora de RG n. 5.074.138-SC, inscrita no CPF sob n. 064.951.679-62, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 49, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 11 de outubro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Thais Schutz Millack
ELÓI RÖNNAU	CPF: 064.951.679-62
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0008/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2019

Publicação Nº 2298142

ADITIVO N. 0008/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0004/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Gabriel Galvagni, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 2.097.609.602-RS, inscrito no CPF sob n. 020.119.660-35, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 49, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 11 de outubro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Gabriel Galvagni
ELÓI RÖNNAU	CPF: 020.119.660-35
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0009/2019 CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0005/2019

Publicação Nº 2298209

ADITIVO N. 0009/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0005/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Renato de Castro Carvalho Coutinho, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 27.106.170-4-SP, inscrito no CPF sob n. 263.945.548-63, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 49, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 30 de outubro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Renato de Castro Carvalho Coutinho
ELÓI RÖNNAU	CPF: 263.945.548-63
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0010/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2018

Publicação Nº 2298548

ADITIVO N. 0010/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0004/2018
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Mayara Zago, brasileira, solteira, portadora de RG n. 6.168.075, inscrita no CPF sob n. 086.794.929-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA	MAYARA ZAGO
ELÓI RÖNNAU	CPF: 086.794.929-57
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0011/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2016

Publicação Nº 2298506

ADITIVO N. 0011/2019

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0004/2016
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönnau, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Raphaela Menezes da Silveira, brasileira, união estável, portadora de RG n. 22.472.417-9, inscrita no CPF sob n. 123.642.547-28, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 30 de junho de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA-CINCATARINA	RAPHAELA MENEZES DA SILVEIRA
ELÓI RÖNNAU	CPF: 123.642.547-28
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0012/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0005/2016

Publicação Nº 2298533

ADITIVO N. 0012/2019

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0005/2016
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönnau, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Raquel Gomes de Almeida, brasileira, casada, portadora de RG n. 4.980.759, inscrita no CPF sob n. 043.541.589-14, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de julho de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA-CINCATARINA	RAQUEL GOMES DE ALMEIDA
ELÓI RÖNNAU	CPF: 043.541.589-14
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0013/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0001/2019

Publicação Nº 2298020

ADITIVO N. 0013/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0001/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Ana Paula Peres Martins Lorenzoni, brasileira, casada, portadora de RG n. 1106678194, inscrita no CPF sob n. 034.092.680-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA-CINCATARINA	Ana Paula Peres Martins Lorenzoni
ELÓI RÖNNAU	CPF: 034.092.680-57
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0014/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0005/2019

Publicação Nº 2298274

ADITIVO N. 0014/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0005/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Renato de Castro Carvalho Coutinho, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 27.106.170-4-SP, inscrito no CPF sob n. 263.945.548-63, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 49, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA	Renato de Castro Carvalho Coutinho
ELÓI RÖNNAU	CPF: 263.945.548-63
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

ADITIVO N. 0015/2019 AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO 0004/2019

Publicação Nº 2298160

ADITIVO N. 0015/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. 0004/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönnau, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e Gabriel Galvagni, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 2.097.609.602-RS, inscrito no CPF sob n. 020.119.660-35, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a ampliação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 29 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo terceiro, do artigo 49, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 20 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA	Gabriel Galvagni
ELÓI RÖNNAU	CPF: 020.119.660-35
Diretor Executivo do CINCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____

2. _____

AP19CIN1726_PAL0017_1028 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Publicação Nº 2297866

AP19CIN1726

MILÉSIMO VIGÉSIMO OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR:	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
ATA:	AT19CIM11461, AT19CIM11508, AT19CIM11480, AT19CIM11509, AT19CIM11506, AT19CIM11454, AT19CIM11455
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	15/05/2020
LICITAÇÃO:	PAL nº 0017/2019 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2019 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor do item da Ata de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
1246	Frasco	Pilocarpina cloridrato, 2%, solução oftálmica, frasco com 10 ml. (CIM9548)	R\$ 17,5730	R\$ 14,8500

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 26/12/2019 por Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 30 de dezembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

AP19CIN1727_PAL0017_1029 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Publicação Nº 2298004

AP19CIN1727

MILÉSIMO VIGÉSIMO NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FORNECEDOR:	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ATA:	AT19CIM11116, AT19CIM11150, AT19CIM14955, AT19CIM11163, AT19CIN26423, AT19CIM11135, AT19CIM11169, AT19CIM11165, AT19CIM11158, AT19CIM11149, AT19CIM11152, AT19CIM11164, AT19CIM11139, AT19CIM11136, AT19CIM11162, AT19CIM11157, AT19CIM11143, AT19CIM11104, AT19CIM11133, AT19CIM11105, AT19CIM11129, AT19CIM11106, AT19CIM11132, AT19CIM11161, AT19CIM11107, AT19CIN26660, AT19CIM11119, AT19CIM11110, AT19CIM11137, AT19CIM11130, AT19CIM11111, AT19CIM11112, AT19CIM11115
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	15/05/2020
LICITAÇÃO:	PAL nº 0017/2019 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2019 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
215	Cápsula	Pregabalina, 150 mg. (CIM636)	PREGABALINA MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	PREGABALINA MERCK S/A

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 27/12/2019 por Promefarma Representações Comerciais LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 30 de dezembro de 2019.

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

Órgão Gerenciador

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001_2020 - CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2297996

EDITAL Nº 0001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10/2020-e

CHAMADA PÚBLICA PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto à Sede do CINCATARINA, situada a Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Serão exigidos dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);

II. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;

IV. Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);

V. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

VII. Prova de Inscrição Estadual;

VIII. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

IX. Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

X. Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

XI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Elói Rønnau

Diretor Executivo

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0002/2019

Publicação Nº 2298077

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0002/2019

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rønnau, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e Vitor Moretzsohn Rosa Cesarino, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 4.821.825-SC, inscrito no CPF sob n. 067.903.339-40, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA estando comprovadamente necessitado de pessoal em caráter temporário para atender excepcional interesse público, nos termos do Contrato de Consórcio Público e Estatuto, CONTRATA em caráter temporário, o CONTRATADO, para o emprego público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV na função de Engenheiro Civil, com

carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com fixado no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia-se em 01 de julho de 2019 e termino em 30 de setembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

3.1 A rescisão do presente contrato dar-se-á ao término de vigência da cláusula segunda, por iniciativa da contratada ou contratante, sem direito a indenização.

3.2 A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.3 A extinção do contrato por iniciativa do contratante somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30 (trinta) dias do salário que lhe caberia.

CLÁUSULA QUARTA: PREVISÃO LEGAL

4.1 O presente contrato fundamenta-se no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público, nos termos do Edital de Contratação Temporária n. 0001/2017, estando ambas as partes cientes de seu teor.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

5.1 As partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 01 de julho de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Vitor Moretzsohn Rosa Cesarino
ELÓI RÖNNAU	CPF: 067.903.339-40
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____ 2. _____

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0003/2019

Publicação Nº 2298105

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0003/2019 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o nº. 590.962.419-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e Thais Schutz Millack, brasileira, solteira portadora de RG n. 5.074.138-SC inscrita no CPF sob n. 064.951.679-62, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA estando comprovadamente necessitado de pessoal em caráter temporário para atender excepcional interesse público, nos termos do Contrato de Consórcio Público e Estatuto, CONTRATA em caráter temporário, a CONTRATADA, para o emprego público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV na função de Engenheira Civil, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com fixado no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia-se em 15 de julho de 2019 e termino em 13 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

3.1 A rescisão do presente contrato dar-se-á ao término de vigência da cláusula segunda, por iniciativa da contratada ou contratante, sem direito a indenização.

3.2 A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.3 A extinção do contrato por iniciativa do contratante somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30 (trinta) dias do salário que lhe caberia.

CLÁUSULA QUARTA: PREVISÃO LEGAL

4.1 O presente contrato fundamenta-se no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público, nos termos do Edital de Contratação Temporária n. 0001/2017, estando ambas as partes cientes de seu teor.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

5.1 As partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 15 de julho de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Thais Schutz Millack
ELÓI RÖNNAU	CPF: 064.951.679-62
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____ 2. _____

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0004/2019

Publicação Nº 2298132

**CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0004/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

Termo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e Gabriel Galvagni, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 2.097.609.602-RS, inscrito no CPF sob n. 020.119.660-35, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA estando comprovadamente necessitado de pessoal em caráter temporário para atender excepcional interesse público, nos termos do Contrato de Consórcio Público e Estatuto, CONTRATA em caráter temporário, o CONTRATADO, para o emprego público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV na função de Engenheiro Eletricista, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com fixado no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia-se em 18 de julho de 2019 e termino em 15 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

3.1 A rescisão do presente contrato dar-se-á ao término de vigência da cláusula segunda, por iniciativa da contratada ou contratante, sem direito a indenização.

3.2 A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.3 A extinção do contrato por iniciativa do contratante somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30 (trinta) dias do salário que lhe caberia.

CLÁUSULA QUARTA: PREVISÃO LEGAL

4.1 O presente contrato fundamenta-se no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público, nos termos do Edital de Contratação Temporária n. 0001/2017, estando ambas as partes cientes de seu teor.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

5.1 As partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 18 de julho de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Gabriel Galvagni
ELÓI RÖNNAU	CPF: 020.119.660-35
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____ 2. _____

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0005/2019

Publicação Nº 2298197

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0005/2019
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305 – Bairro Canto, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rønnau, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e Renato de Castro Carvalho Coutinho, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 27.106.170-4-SP, inscrito no CPF sob n. 263.945.548-63, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA estando comprovadamente necessitado de pessoal em caráter temporário para atender excepcional interesse público, nos termos do Contrato de Consórcio Público e Estatuto, CONTRATA em caráter temporário, o CONTRATADO, para o emprego público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV na função de Engenheiro Mecânico, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com fixado no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia-se em 05 de agosto de 2019 e termino em 02 de novembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

3.1 A rescisão do presente contrato dar-se-á ao término de vigência da cláusula segunda, por iniciativa da contratada ou contratante, sem direito a indenização.

3.2 A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.3 A extinção do contrato por iniciativa do contratante somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30 (trinta) dias do salário que lhe caberia.

CLÁUSULA QUARTA: PREVISÃO LEGAL

4.1 O presente contrato fundamenta-se no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público, nos termos do Edital de Contratação Temporária n. 0001/2017, estando ambas as partes cientes de seu teor.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

5.1 As partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 05 de agosto de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	Renato de Castro Carvalho Coutinho
ELÓI RÖNNAU	CPF: 263.945.548-63
Diretor Executivo do CIMCATARINA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS.

1. _____ 2. _____

RESOLUÇÃO 0004_2020

Publicação Nº 2298452

Resolução n. 0004/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUPERVISOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sra. Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem - SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em conformidade com o Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CINCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. SANDRA ZONTA BARON, brasileira, casada, portadora de RG n. 4.499.956, inscrito no CPF sob n. 052.563.509-27, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, para ocupar o emprego em comissão de Supervisor de Atuação Governamental, com lotação na Central Executiva do CINCATARINA, a partir de 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 03 de janeiro de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER

Prefeita de Vargem

Presidente do CINCATARINA

RESOLUÇÃO 0005_2020

Publicação Nº 2298489

Resolução n. 0005/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sra. Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem - SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para exercer a função de PREGOEIRO a Sra. NÁDIA DE LORENZI, inscrita sob CPF nº 082.022.159-78, Sra. SANDRA ZONTA, inscrita sob CPF nº 052.563.509-27 e Sr. MAURO MARCELO CIZESKI, inscrito sob CPF nº 781.784.799-15 para atuarem nos processos de licitação na modalidade Pregão, promovidos pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

§ 1º. A indicação do pregoeiro será feita por ocasião da abertura do processo licitatório, dentre os acima nomeados, o qual deverá atuar no respectivo processo.

§ 2º. O membro nomeado como Pregoeiro, quando não for indicado para atuar no respectivo processo, passará a compor a equipe de apoio e assessoramento dos trabalhos de cada pregão.

Art. 2º. Fica também nomeada para compor a equipe de apoio a Sra. Angélica Barreto, inscrito sob CPF nº 009.880.589-44.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 69, de 03 de dezembro de 2018.

Florianópolis SC, 03 de janeiro de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER

Prefeita de Vargem

Presidente do CINCATARINA

CIS/AMOSC**1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 20/2018**

Publicação Nº 2297528

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 20/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 20/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.991.960/0001-84, com sede na Rua Sete de Setembro, 266 - E, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada pelo Senhor GILSON VIVIAN, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 14/2018, Dispensa de Licitação nº 11/2018, homologado em 14/12/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

Considerando ainda, que o Contrato Original assim previa: "2.2 No caso de prorrogação do prazo contratual, o valor do contrato poderá ser reajustado, depois de decorrido o período de um ano, contado da assinatura do presente contrato, mediante a aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses imediatamente anteriores ou percentual acordado pelas partes, desde que inferiores ao IGP-M.";

Considerando que a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, correspondendo de novembro/2018 a novembro/2019 foi de 3,9856%.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 20/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL – PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente, o preço certo e ajustado de R\$ 155,98 (cento e cinquenta e cinco reais com noventa e oito centavos) gerando um valor total anual de R\$ 1.871,76 (um mil oitocentos e setenta e um reais com setenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 20/2018 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA GILSON VIVIAN CONTRATADA
---	--

Analísado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 21/2018

Publicação Nº 2297530

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 21/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 21/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.245.502/0001-04, com sede na Rua Nereu Ramos, 1182-E, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada pelo Presidente PATRICK CANTON, inscrito no CPF sob o nº 023.318.399-05, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 15/2018, Dispensa de Licitação nº 12/2018, homologado em 17/12/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

Considerando ainda, que o Contrato Original assim previa: "5.1 O preço dos serviços poderá ser reajustado depois de decorrido o período de um ano, contado da assinatura do presente contrato, mediante a aplicação do IGP-M acumulado nos doze meses imediatamente anteriores.";

Considerando que a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, correspondendo de novembro/2018 a novembro/2019 foi de 3,9856%.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 21/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL – PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente, o preço certo e ajustado de R\$ 197,57 (cento e noventa e sete reais com cinquenta e sete centavos) gerando um valor total anual de R\$ 2.370,84 (dois mil trezentos e setenta reais com oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 21/2018 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI PATRICK CANTON CONTRATADA
---	--

Analizado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 22/2018

Publicação Nº 2297532

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 22/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 22/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

– CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.245.502/0001-04, com sede na Rua Nereu Ramos, 1182-E, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada pelo Presidente PATRICK CANTON, inscrito no CPF sob o nº 023.318.399-05, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 16/2018, Dispensa de Licitação nº 13/2018, homologado em 17/12/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº22/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 22/2018 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI PATRICK CANTON CONTRATADA
---	--

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 5/2019

Publicação Nº 2297527

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 5/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 05/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA LAUSCHNER TREINAMENTOS, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 35.027.188/0001-46.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa LAUSCHNER TREINAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.027.188/0001-46, com sede na Rua Monteiro Lobato, 455, apto 101, Bairro Centro, CEP 89.885-000, São Carlos, Estado de Santa Catarina, representada pela Senhora Simoni Lauschner, inscrita no CPF sob o nº 058.997.179-47, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 6/2019, Dispensa de Licitação nº 4/2019, homologado em 10/10/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o

serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 5/2019, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 5/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	LAUSCHNER TREINAMENTOS SIMONI LAUSCHNER CONTRATADA
---	--

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING

Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 03/2017

Publicação Nº 2297533

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 03/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 03/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA CELK SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa CELK SISTEMAS LTDA, com sede na cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, sito a Rua Natal Sartor, 318, Bairro Pio Correa, inscrita no CNPJ sob o nº 03.434.978/0001-50, neste ato representada por seu Diretor Comercial, Sr. Rodrigo Santana, portador do CPF nº 910.016.419-49, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 4/2017, Dispensa de Licitação nº 2/2017, homologado em 13/12/2017, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

Considerando ainda, que o Contrato Original assim previa: “3.3. O valor estipulado no item 3.1 poderá ser reajustado depois de decorrido o período de um ano, contado do início da vigência, desde que prorrogados nos termos da Cláusula Segunda, mediante a aplicação do IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.”;

Considerando que a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, correspondendo de novembro/2018 a novembro/2019 foi de 3,9856%.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 3/2017, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL – PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO

2.1. O valor Contratual passa de R\$17.112,26 (dezesete mil cento e doze reais e vinte e seis centavos) para R\$ 17.794,20 (dezesete mil setecentos e noventa e quatro reais com vinte centavos), pagáveis em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.482,85 (um mil quatrocentos e oitenta e dois reais com vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 03/2017 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	CELK SISTEMAS LTDA Rodrigo Santana CONTRATADA
---	---

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING

Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 12/2018

Publicação Nº 2298743

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 12/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 12/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito à St Setor Comercial Norte, quadra 03, Bl. A, s/n, Complemento, Andar Térreo-Parte 2 Ed. Estação Tel. Centro Norte, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, em consórcio com a TELEMAR Norte Leste S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79 e com a OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada pela Sra. Marcela Matos Chastinet Mesquita, brasileira, Casada, Administradora – matrícula 260025317, portador da Carteira de Identidade nº 0979322480, expedido pelo SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 027.722.015-70, e o Sr. Gustavo Giraldez Bettoni,, portador do CPF nº 003.773.439-35, e cédula de identidade nº39471558, a seguir denominada CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 6/2018, Dispensa de Licitação nº 4/2018, homologado em 11/05/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 12/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 12/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL Contratada

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 14/2018

Publicação Nº 2297535

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 14/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 14/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.120.449/0001-32, com sede na Rua Sady de Marco, 52-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sócio, Senhor TAYLOR MARTINELLI, portador do CPF sob o nº 846.158.779-00, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 9/2018, Dispensa de Licitação nº 6/2018, homologado em 05/06/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 14/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 14/2018 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA TAYLOR MARTINELLI CONTRATADA

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 15/2018

Publicação Nº 2297536

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 15/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 15/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.120.449/0001-32, com sede na Rua Sady de Marco, 52-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sócio, Senhor TAYLOR MARTINELLI, portador do CPF sob o nº 846.158.779-00, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 10/2018, Dispensa de Licitação nº 7/2018, homologado em 05/06/2018, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica alterada a vigência do Contrato nº 15/2018, pelo período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 15/2018 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de dezembro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA TAYLOR MARTINELLI CONTRATADA
---	--

Analisado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS 2019

Publicação Nº 2297548

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 212/2019

PRESTADOR: CLÍNICA INTEGRADA EFAPI LTDA.

OBJETO: Serviços de saúde.

VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 213/2019

PRESTADOR: CLÍNICA DR. DUVAR S/S LTDA.

OBJETO: Serviços de saúde.

VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 214/2019

PRESTADOR: CLÍNICA KANNENBERG S/S LTDA.

OBJETO: Serviços de saúde.

VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 216/2019
PRESTADOR: DINIL CLÍNICA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA LTDA.
OBJETO: Serviços de saúde.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 217/2019
PRESTADOR: DINIL CLÍNICA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA LTDA.
OBJETO: Fornecimento de materiais.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 218/2019
PRESTADOR: LABORATÓRIO ANALIC LTDA.
OBJETO: Serviços de saúde.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 219/2019
PRESTADOR: ORIENTE SERVIÇOS ANESTESIOLÓGICOS S/S.
OBJETO: Serviços de saúde.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 220/2019
PRESTADOR: CAMILA SARTOR SPIVAKOSKI EIRELI.
OBJETO: Serviços de saúde.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 221/2019
PRESTADOR: MARINHOMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
OBJETO: Serviços de saúde.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de janeiro de 2020 até 12 de dezembro de 2020.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 14/2019

Publicação Nº 2297775

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 14/2019

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL que celebra o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede na Av. São Paulo, 1615 - Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor MARIO AFONSO WOITEXEM, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 449.194.929-87, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, ficou justo e avençado o que segue:

O presente termo visa à rescisão do Contrato de Programa nº 14/2019, qual tem por objeto a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

O Consórcio CIS AMOSC dá por rescindido a Contrato de Programa nº 14/2019 considerando o não cumprimento das cláusulas 2.1 e 5.2 letra "e", do referido contrato.

Para firmeza e validade, assinam o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Chapecó/SC, 30 de dezembro de 2019.
Névio Antonio Mortari
Presidente do CIS-AMOSC

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Analisado e Aprovado

Dhonatan Renan Pommerening
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

CISAMREC

RESOLUÇÃO 011.CISAMREC.2019 - ORÇAMENTO 2020

Publicação Nº 2298025

RESOLUÇÃO nº 011, de 30/12/2019.

Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMREC para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMREC, com base na Lei nº 4.320 de 17/03/1964, na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 e considerando a aprovação da proposta orçamentária pela Assembleia Geral Ordinária;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC para o exercício de 2020, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 44.150.405,36 (Quarenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos).

§ 1º - A Receita do CISAMREC será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada abaixo, com os seguintes desdobramentos:

1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITAS CORRENTES 44.150.405,36
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITA PATRIMONIAL 50.000,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS 50.000,00
1.3.2.9.00.1.1.00.00.00 – Outros Valores Mobiliários 50.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 44.100.405,36
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00 – TRANSF. DOS MUNICÍPIOS 44.100.405,36
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00 – TRANSF. DOS MUNICÍPIOS 44.100.405,36
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 44.100.405,36
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00 – Transf. a Consórcio Públicos 44.100.405,36
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00 – Contratos de Rateio 750.405,36
1.7.3.8.02.1.1.99.00.00 – Contratos de Rateio 750.405,36
1.7.3.8.02.1.2.00.00.00 – Serviço à Saúde 14.000.000,00
1.7.3.8.02.1.2.99.00.00 – Serviço à Saúde 14.000.000,00
1.7.3.8.02.1.3.00.00.00 – Insumos 28.000.000,00
1.7.3.8.02.1.3.99.00.00 – Insumos 28.000.000,00
1.7.3.8.02.1.4.00.00.00 – SVO – Serv. de Verif. de Óbito 700.000,00
1.7.3.8.02.1.4.99.00.00 – SVO – Serv. de Verif. de Óbito 700.000,00
1.7.3.8.02.1.5.00.00.00 – Medicina e Segurança do Trabalho 650.000,00
1.7.3.8.02.1.5.99.00.00 – Medicina e Segurança do Trabalho 650.000,00

§ 2º - As Despesas do CISAMREC serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

Órgão: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC
Unidade: 01 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC
Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção do CISAMREC
Elem.: (1) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 620.000,00
Elem.: (2) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 166.332,24
Elem.: (3) – 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 14.073,12

Proj./Ativ.: 2.002 – Manutenção do Programa de Serviço à Saúde
Elem.: (4) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 14.000.000,00

Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção do Programa de Insumos
Elem.: (5) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 28.000.000,00

Proj./Ativ.: 2.004 – Manutenção dos Serviços de Verificação de Óbito - SVO
Elem.: (6) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Proj./Ativ.: 2.005 – Manutenção dos Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho
Elem.: (7) – 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Art. 2º - A Presidência do CISAMREC fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CISAMREC está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Criciúma (SC), 30 de dezembro de 2019
ALEXANDRE FELTRIN FERNANDES
Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis
Presidente em Exercício do CISAMREC

CONSAD

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297617

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020
NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Nomear a Comissão Permanente de Licitações do Consórcio, para executar as atribuições referentes as mesmas. A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

I – Presidente da Comissão de Licitações:

a) Ana Paula Muller – Agente Administrativa

II – Equipe de Apoio:

- a) Carla Fernanda Sandri – Diretora do Programa SUASA;
- b) Rafael Dal Ri Segatto – Médico Veterinário;
- c) Elisete Simioni – Diretora Administrativa e Financeira;
- d) Isis Burtet Jankus – Médica Veterinária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registra-se e publica-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297621

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

NOMEIA OS COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Nomear os componentes da equipe de apoio de Licitação na modalidade de Pregão, constituída pelo membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro:

- a) Ana Paula Muller – Agente Administrativa;
- b) Elisete Simioni – Diretora Administrativa e Financeira;
- c) Rafael Dal Ri Segatto – Médico Veterinário;
- d) Carla Fernanda Sandri – Diretora do Programa SUASA;
- e) Isis Burtet Jankus – Médica Veterinária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publica-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297625

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

DESIGNA O PREGOEIRO DO CONSÓRCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Designar, a servidora Ana Paula Muller, portadora do CPF nº 062.473.529-05, matrícula nº 25, ocupante do cargo de Agente Administrativa para desempenhar a função de PREGOEIRO do Consórcio, conforme determina a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2297762

PORTARIA Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Em conformidade e amparado pelo Estatuto do Consórcio, nos termos da Lei de Consolidação do Trabalho, conceder férias a

servidora Elisete Simioni, portadora da matrícula de nº 10, que exerce a função de Diretora Administrativa e Financeira, no período de 06/01/2020 a 20/01/2020, referente ao período aquisitivo de 27/06/2017 a 26/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 03 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2298705

PORTARIA Nº 04, DE 03 DE JANEIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Em conformidade e amparado pelo Estatuto do Consórcio, nos termos da Lei de Consolidação do Trabalho, conceder férias a servidora Elisete Simioni, portadora da matrícula de nº 10, que exerce a função de Diretora Administrativa e Financeira, no período de 06/01/2020 a 20/01/2020, referente ao período aquisitivo de 27/06/2017 a 26/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 03 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni
Diretora Administrativa e Financeira